

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

NAYARA KOBORI

**JORNALISMO DO INTERIOR E ATUAÇÃO POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO:  
IMPrensa E SOCIEDADE - 1961-1964**

BAURU

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP)  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN (FAAC)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS MIDIÁTICOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS

NAYARA KOBORI

**JORNALISMO DO INTERIOR E ATUAÇÃO POLÍTICA EM RIBEIRÃO PRETO:  
IMPrensa E SOCIEDADE - 1961-1964**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPG-Com) da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Bauru (SP), pela aluna Nayara Kobori, sob orientação do Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente.

BAURU

2024

Kobori, Nayara.

Jornalismo do interior e atuação política em  
Ribeirão Preto: Imprensa e Sociedade - 1961-1964  
/ Nayara Kobori. - Bauru, 2024, 312 f. : il.

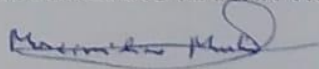
Tese (Doutorado)- Universidade Estadual  
Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Ar-  
tes, Comunicação e Design.

1. Ribeirão Preto. 2. Diário da Manhã. 3. Diá-  
rio de Notícias. 4. Hermenêutica em Profundidade.  
5. Ideologia. I. Universidade Estadual Paulista.  
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e  
Design. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE NAYARA KOBORI, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 23 dias do mês de fevereiro do ano de 2024, às 14:30 horas, no(a) Auditório STPG e meet: <https://meet.google.com/jtf-noie-vmu>, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de NAYARA KOBORI, intitulada **Jornalismo do interior e atuação política em Ribeirão Preto: Imprensa e Sociedade - 1961-1965**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / UNESP/Câmpus de Bauru, Professor Associado DANILO ROTHBERG (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas / Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação de Bauru, Prof. Dr. AUREO BUSETTO (Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Assis, Professor Associado CARLO JOSÉ NAPOLITANO (Participação Presencial) do(a) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design / Universidade Estadual Paulista, Professora Doutora TÂNIA MÁRCIA CEZAR HOFF (Participação Virtual) do(a) Departamento de Comunicação / ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING. Após a exposição pela doutoranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professor Associado MAXIMILIANO MARTIN VICENTE



Dedico esta pesquisa para a minha eu do passado,  
que nunca imaginou chegar tão longe.  
Aos meus alunos, que me inspiram e me dão força.

## AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à pesquisa e imergir em um doutorado não é uma tarefa fácil. Muitas vezes, confesso, pensei em desistir – seja pelas turbulências da vida, pelas exigências do mundo, ou simplesmente por desconfiar do meu potencial. Mas, as pessoas que estavam ao meu lado me sustentaram, mesmo nas tempestades mais fortes. Por isso, meu agradecimento não é só um mero “obrigada”, mas uma prova de que esta pesquisa é resultado de várias mãos juntas, mesmo que elas não tenham escrito nada.

Agradeço a Deus, que me enviou presentes para acalmar a alma. Foram muitos agradados, mas a Nina e a Suzana, são os maiores. Meus amores de focinhos e patas.

Agradeço ao Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, meu orientador e amigo, que me acalmou com palavras doces durante os e-mails desesperados. Que me acompanhou na graduação, no mestrado e, agora, no doutorado, demonstrando que a orientação feita com amor tem tudo para dar certo. Obrigada por compartilhar os seus saberes. Você será sempre uma inspiração!

Agradeço ao meu marido, Renato Rosa, que me consolou em tantos dias, que aguentou meus nervos à flor da pele e que, mesmo diante de tudo isso, segurou minha mão para que eu estivesse aqui. O Renato é meu ponto de equilíbrio, é minha paz no meio do campo de guerra, é a risada no meio de um filme triste. Obrigada, meu amor. Agradeço ao nosso filho, ainda em meu ventre na defesa da tese, que é o meu amor incondicional. Nós somos uma família perfeita!

Agradeço aos meus pais, que sentem orgulho da mulher que me tornei, mas que sou tudo o que sou por causa deles. Sem eles, meus eternos professores, não estaria aqui. Vocês abriram às portas para que eu me apaixonasse pelas salas de aula – seja como aluna, seja como professora.

Agradeço aos meus avós (*in memoriam*), que provam que a saudade é um sentimento bom, pois é a falta daquilo que te fez feliz.

Agradeço à UNESP, a universidade que tenho tanto carinho, responsável por mais de 10 anos de acalento. Quando pisei na grama da faculdade, sabia que aqui era meu lugar, e que eu ficaria por muito tempo abraçada à instituição. Não só a faculdade, mas todos os professores que encontrei por aqui, em especial Profa. Dra. Raquel Cabral, que foi uma grande parceira nos ensinamentos didáticos durante meu Estágio Docência.

Agradeço aos meus diretores, Prof. Me. Antonio Esteca e Prof. Dr. Claudio Romualdo Borges, que me acreditaram no meu potencial profissional, concedendo tantas oportunidades que me fizeram crescer, amadurecer e sonhar em alcançar ainda mais. Não só eles, mas também à Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP).

Agradeço aos meus amigos desta temporada da vida, que me proporcionaram risadas e um pouco de fuga da realidade: todos da Mr. Zeppelin, aos amigos do trabalho, em especial, Andressa Xavier. Agradeço aos meus queridos alunos da FAMEESP e dos alunos de Relações Públicas da UNESP, que tornaram meu sonho de ser professora uma realidade!

Agradeço a todos os funcionários da FAAC, professores e servidores técnico-administrativos, em especial, o Silvio, pelo suporte desde o início.

Como “preso-político” de 64, o meu testemunho sobre eventos já distantes sofre do vício de origem, já que fui parte, ou vítima, daquele processo que instituiu a mais longa ditadura padecida pelo povo brasileiro.

Empurrado pelo ócio da aposentadoria de professor público, somando mais uma às versões divulgadas em memórias, ensaios, biografias, artigos de jornais, discursos e bate-papos sobre o tema, fui tomado pelo ânimo para narrar episódios paroquiais relacionados com o Golpe de Estado de 31 de março de 1964, também conhecido, com muita dose de ironia, como a “Revolução Redentora”. Um testemunho restrito à dimensão do viver de homem do interior paulista.

Depoimento embutido no cotidiano, não se dedica à exaltação de feitos de vivos de proa, de figurões fardados ou paisanos, batinados ou togados, ou mesmo de macacão obreiro, da gente que invadiu a história triunfalista daquele tempo. E também por ter vivido a “Revolução Redentora” longe de qualquer ênfase heroica, estou bem distante de testemunhar o calvário dos mártires, que foram tantos, sob torturas, assassinados em plena juventude.

Como diz Agner Heller, na sua “Teoria da História” (09, 10, 11), “toda recordação do que passou é uma interpretação, mudamos o nosso passado através de uma análise seletiva”. Motivo de minhas lembranças, talvez ou certamente, não acompanharão outras interpretações.

**DIVO, M. Orquídeas para Lincoln Gordon:** depoimento sobre o golpe de 64. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda., 1998.

KOBORI, Nayara. **Jornalismo do interior e atuação política em Ribeirão Preto: Imprensa e Sociedade – 1961-1964**. 2023. Tese (Doutorado Acadêmico em Comunicação). FAAC – UNESP, sob orientação do Prof. Adj. Maximiliano Martin Vicente.

## RESUMO

A pesquisa “Jornalismo do interior e atuação política em Ribeirão Preto: Imprensa e Sociedade – 1961-1964” visa analisar os textos jornalísticos opinativos dos órgãos “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, ambos pertencentes ao município de Ribeirão Preto, interior do Estado de São Paulo, nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, bem como na passagem do regime democrático para o ditatorial. Priorizou-se a verificação dos escritos de Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna, editor e redator-chefe do “Diário da Manhã”, respectivamente; e do Pe. Celso Ibson de Syllos, editor do “Diário de Notícias”, até os anos de 1964. A partir do enfoque teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade (HP), de Thompson (1995), compreende-se como as formas simbólicas operam nos editoriais e artigos selecionados, para manifestar determinadas ideologias, especialmente a ideologia autoritária, que pairava como um espírito dos anos 1960 nas Américas Latinas. Para isso, a análise parte da verificação dos modos de operação da ideologia, mediante o uso de estratégias de típicas de construção simbólica, elencadas por Thompson (1995). Além disso, para o emprego completo da HP, a tese está dividida em três partes, que compõem a tríplice da proposta teórico-metodológica, sendo elas: a análise sócio-histórica, a análise formal e discursiva e, finalmente, a reinterpretção. A tese central é que as estratégias discursivas de operação da ideologia foram aplicadas pelo “Diário da Manhã” e o “Diário de Notícias” em multiperspectivas, isto é, trazendo diferentes ideologias que, em determinados momentos, estavam mais alinhadas ao regime autoritário e, em outros, operavam como uma forma resistência às violências cometidas. Ademais, verifica-se que os dois objetos de estudo acabaram passando por um período de autocensura, com críticas mais amenas ou silenciamentos, justamente pelo contexto da época, com cerceamento de opiniões e perseguições dos jornalistas. Tratando especificamente dos editores dos jornais, Antônio Machado Sant’Anna e Pe. Celso Ibson de Syllos, bem como do redator-chefe Antônio Carlos Sant’Anna, avalia-se como eles se portaram enquanto intelectuais orgânicos de Ribeirão Preto, participando não somente da produção jornalística do interior, mas também de movimentos sociais, entidades e outros grupos sociais atuantes na cidade. Por fim, a pesquisa contribuiu para verifica como se dá a continuidade do pensamento autoritário no Brasil, a partir de uma perspectiva historiográfica, já que a análise da ideologia, proporciona a compreensão de como as formas simbólicas de mobilização para a formação de sentidos, seja para a manutenção ou contestação de pensamento hegemônicos.

**Palavras-chave:** Ribeirão Preto; Diário da Manhã; Diário de Notícias, Hermenêutica em Profundidade; Ideologia.



## ABSTRACT

This research “Journalism from the interior and political activity in Ribeirão Preto: Press and Society – 1961-1967”, aims to analyze the “Diário da Manhã” and “Diário de Notícias” opinionated journalistic texts, both belonging to the municipality of Ribeirão Preto, interior of the State of São Paulo, in the years that preceded the civil-military coup of 1964, as well as in the transition from the democratic regime to the dictatorial one. Priority was given to verifying the writings of Antônio Machado Sant’Anna and Antônio Carlos Sant’Anna, editor and editor-in-chief of “Diário da Manhã”, respectively; and of Fr. Celso Ibson de Syllos, editor of “Diário de Notícias”, until 1964. From the theoretical-methodological focus of Hermeneutics in Depth (HP), by Thompson (1995), it is understood how symbolic forms operate in selected editorials and articles, to manifest certain ideologies, especially the authoritarian ideology, which hovered like a spirit of the 1960s in Latin America. For this, the analysis starts from the verification of the modes of operation of the ideology, through the use of typical strategies of symbolic construction, listed by Thompson (1995). In addition, for the full use of the HP, the thesis is divided into three parts, which make up the triple theoretical-methodological proposal, namely: the socio-historical analysis, the formal and discursive analysis and, finally, the reinterpretation. The central thesis is that the discursive strategies of ideology operation were applied by “Diário da Manhã” and “Diário de Notícias” in multiperspectives, that is, bringing different ideologies that, at certain times, were more aligned with the authoritarian regime and, in others, they operated as a form of resistance to the violence committed. Furthermore, it appears that the two objects of study ended up going through a period of self-censorship, with milder criticism or silencing, precisely because of the context of the time, with restriction of opinions and persecution of journalists. Dealing specifically with the editors of the newspapers, Antônio Machado Sant’Anna and Fr. Celso Ibson de Syllos, as well as the editor-in-chief Antônio Carlos Sant’Anna, evaluates how they behaved as organic intellectuals in Ribeirão Preto, participating not only in journalistic production in the interior, but also in social movements, entities and other groups. -pos social actors in the city. In conclusion, the research contributed to examining how the continuity of authoritarian thinking in Brazil unfolds from a historiographical perspective. The analysis of ideology facilitates the understanding of symbolic forms of mobilization for the creation of meaning, whether for the maintenance or contestation of hegemonic thoughts.

**Keywords:** Ribeirão Preto; Diário da Manhã; Diário de Notícias, Hermeneutics in Depth; Ideology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Formas de Investigação Hermenêutica .....	29
Figura 2 - Exibição do procedimento de análise no Atlas.ti® .....	56
Figura 3 - Gerenciador de Citações no Atlas.ti® .....	57
Figura 4 - Recorte da primeira página do "Diário da Manhã", em 1 de junho de 1961 .....	108
Figura 5 - Editorial de Machado Sant'Anna, de 07 de novembro de 1961.....	109
Figura 6 - Editorial de Carlos Sant'Anna, "Atualidades", em 07 de novembro de 1961.....	109
Figura 7 - Primeira página do "Diário de Notícias", em 12 de janeiro de 1961.....	119
Figura 8 - Coluna "Nosso Comentário", na segunda página do "Diário de Notícias", no dia 31 de março de 1964.....	120
Figura 9 - Ilustração da edição de aniversário do "Diário da Manhã", em 1961.....	160
Figura 10 - Coluna "Lutando pela Justiça Social" .....	214
Figura 11 - Primeira e segunda páginas do "Diário de Notícias".....	216
Figura 12 - Quadro com evento da Frente Agrária Paulista.....	271
Figura 13 - As diversas características do jornal do interior .....	285
Figura 14 - As diversas características do jornalista do interior .....	288

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modos de operação da ideologia .....	32
Quadro 2 - Gêneros e formatos no jornalismo brasileiro .....	43
Quadro 3 - Divisão da análise dos editoriais .....	54
Quadro 4 - Organização do procedimento de análise do DM no Atlas.ti® .....	55
Quadro 5 - Organização do procedimento de análise do DN no Atlas.ti® .....	56
Quadro 6 - Organização da pesquisa e análise .....	58
Quadro 7 - Intersecções metodológicas da AC e HP.....	138

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
OBJETIVO GERAL .....	23
OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	23
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO</b> .....	24
<b>2.1 Hermenêutica em Profundidade</b> .....	25
<b>2.2 A questão de ideologia</b> .....	30
<b>2.3 Análise sócio-histórica</b> .....	39
<b>2.4 Análise formal e discursiva</b> .....	41
<b>2.5 Reinterpretação</b> .....	46
<b>2.6 Aplicação metodológica</b> .....	50
<b>3 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA</b> .....	59
<b>3.1. Os antecedentes do golpe civil-militar de 1964</b> .....	62
<b>3.2 Os primeiros anos de autoritarismo de Castelo Branco</b> .....	74
<b>3.3 Ribeirão Preto: política e sociedade nos anos de 1961 a 1965</b> .....	79
<b>3.4 Os jornais do interior e a mobilização política em Ribeirão Preto</b> .....	95
<b>3.5 O Diário da Manhã</b> .....	105
<b>3.6 O Diário de Notícias</b> .....	115
<b>3.7 O papel dos editores na articulação da opinião em Ribeirão Preto</b> .....	124
<b>4 ANÁLISE FORMAL E DISCURSIVA</b> .....	135
<b>4.1 Diário da Manhã – 1961</b> .....	143
4.1.1 Nacionalismo/Municipalismo .....	143
4.1.2 Reformas de Base .....	146
4.1.3 Política Nacional .....	148
4.1.4 Política em Ribeirão Preto .....	157
<b>4.2 Diário da Manhã – 1962</b> .....	164
4.2.1 Nacionalismo/Municipalismo .....	165
4.2.2 Reformas de Base .....	167
4.2.3 Política Nacional .....	172
4.2.4 Política em Ribeirão Preto .....	181
<b>4.3 Diário da Manhã – 1963</b> .....	188
4.3.1 Nacionalismo/Municipalismo .....	188
4.3.2 Reformas de Base .....	189
4.3.3 Política Nacional .....	192
4.3.4 Política em Ribeirão Preto .....	193

<b>4.4 Diário da Manhã – 1964</b> .....	195
4.4.1 Nacionalismo/Municipalismo .....	195
4.4.2 Reformas de Base.....	196
4.4.3 Política Nacional .....	201
4.4.4 Política em Ribeirão Preto.....	203
<b>4.5 Diário de Notícias – 1961</b> .....	212
4.5.1 Doutrina Social Cristã .....	218
4.5.2 Reformas de Base.....	227
4.5.3 Política Nacional .....	231
4.5.4 Política em Ribeirão Preto.....	237
<b>4.7 Diário de Notícias - 1962</b> .....	240
4.7.1 Doutrina Social Cristã .....	240
4.7.2 Reformas de Base.....	247
4.7.3 Política Nacional .....	250
4.7.4 Política em Ribeirão Preto.....	252
<b>4.8 Diário de Notícias - 1963</b> .....	253
4.8.1 Doutrina Social Cristã .....	254
4.8.2 Reformas de Base.....	262
4.8.3 Política Nacional .....	265
4.8.4 Política em Ribeirão Preto.....	268
<b>4.9 Diário de Notícias - 1964</b> .....	273
4.9.1 Doutrina Social Cristã .....	274
4.9.2 Reformas de Base.....	277
4.9.3 Política Nacional .....	278
4.9.4 Política em Ribeirão Preto.....	280
<b>5 REINTERPRETAÇÃO</b> .....	282
<b>5.1 O jornal do interior</b> .....	284
<b>5.2 O jornalista do interior</b> .....	287
<b>5.3 O posicionamento do “Diário da Manhã”</b> .....	290
<b>5.4 O posicionamento do “Diário de Notícias”</b> .....	294
<b>5.5 A articulação dos jornais do interior com a grande imprensa</b> .....	298
<b>5.6 Os modos de operação da ideologia em posicionamentos de resistência</b> .....	300
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	303
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	307

## 1 INTRODUÇÃO

A história da imprensa no Brasil está repleta de particularidades. Ao estudar o desenvolvimento dos primeiros impressos, em 1808, é necessário compreender as intencionalidades da Corte Portuguesa com a vinda da Família Real, que se utilizou de periódicos para discutir os problemas da Colônia. Não é segredo que ao transcorrer dos anos, a efemeridade de inúmeros jornais tomou o território verde-amarelo, muito embora o privilégio da leitura ainda se concentrasse, basicamente, nas mãos das elites econômicas e culturais, que tinham a possibilidade da alfabetização. No entanto, isso não significa que movimentos de resistência não eclodiam, com volantes críticos, que tinham a intenção de denunciar mazelas sociais e se fazerem lidos por outras mãos que não só de burgueses, nobres e o clero.

Diante disso, a discussão historiográfica da imprensa brasileira encontra um campo fértil para o seu desenvolvimento, visto que a complexidade de relações sociais, políticas, econômicas e culturais permeiam o desabrochar dos jornais no país. No entanto, a concentração de estudos que enfocam o Sudeste, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo, ou mesmo a capital brasileira Brasília, fez com que, de certo modo, muito do que conhecemos da história da imprensa no Brasil ficasse restrita a esses polos. Daí a necessidade de escavar outros terrenos e desbravar outras particularidades, tanto em termos geográficos quanto em diversificados contextos temporais.

Trata-se, portanto, de fomentar a realização de outras investigações, que englobam outros recortes, como é o caso da imprensa do interior. A presente tese é a última obra de uma trilogia que defende esse viés, tendo início em 2012, com a investigação de Iniciação Científica intitulada “*A atuação do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967*”, com financiamento FAPESP<sup>1</sup>, seguida da dissertação de mestrado “*A voz da Igreja no “Diário de Notícias”: Ribeirão Preto -1961-1967*”, também com apoio da FAPESP<sup>2</sup>. Vale ressaltar que os trabalhos precursores foram revisitados e os objetos reanalisados, uma vez que houve amadurecimento crítico da pesquisa e da própria pesquisadora. A trinca de estudos é oriunda de mais de 10 anos de perquirição acadêmica, com recorte na cidade de Ribeirão Preto, município localizado no interior do estado de São Paulo, no contexto dos anos de 1960, mais especificamente na passagem do regime democrático para o autoritarismo civil-militar golpista.

---

<sup>1</sup> Iniciação científica realizada com apoio da FAPESP, Processo 2013/09924-0, com orientação do Prof. Dr. Célio José Losnak, durante o curso de bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo, na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

<sup>2</sup> Pesquisa nível mestrado acadêmico realizada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPG-Com) da FAAC-UNESP, com orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, Processo 2015/12364-2.

Privilegiar a imprensa local não é desconsiderar os estudos do eixo Rio-São Paulo-Brasília, ao contrário disso, uma vez que essas pesquisas colaboram diretamente para visualizar as concepções interioranas do jornalismo e o quanto os grandes centros influenciaram as empresas jornalísticas mais afastadas das capitais urbanas. No entanto, estamos de acordo com os dizeres de Assis (2013, p. 18), ao considerar a imprensa do interior como uma alternativa, ou melhor, uma “saída para os municípios darem vez e voz às suas comunidades, já que a “grande imprensa” interessa apenas os acontecimentos regionais de grande repercussão, ou seja, aqueles que podem atrair olhares de todo o país ou até do exterior”.

Compreende-se que voltar o olhar para os jornais interioranos é resgatar determinadas particularidades ora negligenciadas pelos principais estudos acerca da história da imprensa no Brasil e, ao mesmo tempo, contribuir para completar as lacunas existentes acerca da heterogeneidade do jornalismo brasileiro. Isso nos fornece novas fontes, novos objetos e novos olhares para a pesquisa histórico-jornalística, que nos permite ampliar cada vez mais os horizontes analíticos e trabalhar dentro de um vácuo referencial, a fim de compreender o desenvolvimento dos veículos de comunicação e suas complexidades, além de suprir determinadas carências de estudos acerca das mídias interioranas. Além disso, não podemos ignorar que muito do que foi praticado anos atrás respinga nos moldes midiáticos que conhecemos atualmente, inclusive, quando tratamos do jornalismo do interior.

Outro ponto investigativo e que merece destaque ao tratar da imprensa do interior é a proximidade. É consenso na comunidade jornalística a noção de que determinados acontecimentos são mais noticiáveis do que outros, sendo definidos por meio da sistematização de critérios que levam o nome “valor-notícia”. Tal concepção ganhou força no Brasil a partir da modernização do jornalismo em 1950, com o predomínio dos gêneros informativos em comparação aos opinativos, a estruturação das matérias com técnicas de objetividade (o lide e a pirâmide invertida), bem como a modernização das redações e a profissionalização das equipes. Ora, se pensarmos nas mídias interioranas, muito mais do que a urgência, ou mesmo a atualidade, que são comumente associados a uma informação “noticiável”, a proximidade ganha relevância, visto que as comunidades querem saber o que se passa com o vizinho, quais acontecimentos recaem em suas rotinas e, para além disso, quais são as denúncias e as reivindicações que influenciam diretamente a vida dos leitores de um jornal do interior.

Importante destacar que a proximidade escolhida aqui é a geográfica. Isso porque tem-se outras definições possíveis para o quesito de proximidade, como a temática (com aproximações de assuntos) ou mesmo como questão identitária (de grupos, movimentos, entre outros). Assim, concordamos com Fernandes (2013), ao pontuar que os periódicos interioranos são

constituídos, fundamentalmente, pelo universo recortado de um determinado local, mas que também trazem informações de importância, relevância e interesse humano para aqueles que pertencem àquele espaço.

É no valor-notícia da proximidade que os entrelaçamentos da imprensa do interior com as comunidades se tornam duradouros. Silva (2013) observa que o jornalismo praticado nas cidades interioranas tem essa aproximação com os segmentos comunitários pela própria função política, social, cultural e educativa que o periódico exerce. Nesse sentido, o jornalista do interior também teria um papel que vai além do compartilhamento das informações, mas também se torna um líder comunitário, respeitado e fortalecido pelo cidadão comum que o acompanha diariamente (Silva, 2013).

Os caminhos desta pesquisa se entrecruzam com esses dizeres, uma vez que não nos restringimos a análise textuais, mas abraçamos a história dos jornalistas que fizeram parte de nossos objetos de estudo. Afinal de contas, a compreensão mais ampla e profunda dos veículos do interior dar-se-á com a compreensão das vidas humanas que foram essenciais para o direcionamento dos matutinos, o desenvolvimento das empresas jornalísticas e, ademais, para a influência social, uma vez que não se pode excluir os jornais de seus representantes jornalistas.

É assim que o estudo ganha ainda mais complexidade, pois é necessário considerar a atuação da imprensa e de seus profissionais, sendo impossível desvincular os nomes dos textos, ainda mais em um contexto geograficamente localizado, em que os jornalistas ganham forte notoriedade e fama nas comunidades. Nessa toada, a proximidade enquanto valor-notícia, a história dos impressos selecionados e de seus jornalistas se embaralharam, sendo capazes de construir a imagem dos jornais, tanto em termos de atuação sociopolítica na cidade, quanto na propagação de opiniões, ideias e posicionamentos.

A individualidade dos jornais do interior já era conhecida durante a realização desta pesquisa. Amplamente trabalhada nos trabalhos anteriores de Iniciação Científica e nível Mestrado já citados, a investigação acerca das nuances da imprensa interiorana ganhou ênfase nos dois primeiros estudos, porém não foi negligenciada no desenvolvimento desta tese. Porém, preferiu-se tencionar os estudos sobre jornalismo do interior com as questões próprias da ideologia nos meios de comunicação, a fim de identificar, com maior aprofundamento e amadurecimento analítico, a verdadeira posição dos objetos de estudo.

Logo, a presente tese tem como enfoque a análise dos jornais “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, ambos da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, nos anos de 1961 a 1964, englobando o período de tensionamentos políticos provocados pelo golpe civil-



militar. Para isso, empregou-se a Hermenêutica em Profundidade, uma perspectiva teórica-metodológica de Thompson (1995), que encara a manifestação das formas simbólicas por estratégias discursivas específicas. Desse modo, pretende-se identificar o posicionamento político-ideológico dos objetos de estudo, a fim de compreender a atuação da imprensa interiorana em um contexto específico de instabilidades sobre o qual pairava um autoritarismo latente, que reverberava em toda a América Latina.

A escolha dos jornais se deu, em primeiro lugar, como uma tática de continuidade das pesquisas antecessoras, aglutinando os dois objetos de estudo previamente analisados em um só trabalho. Em segundo, é válido citar a disponibilidade de exemplares para consulta, que foram devidamente digitalizados pela própria pesquisadora, já que somente os impressos físicos se encontram livres para o público. O *“Diário da Manhã”* está armazenado nas estantes do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, enquanto o *“Diário de Notícias”* permanece repousado nas gavetas da biblioteca do Seminário Arquidiocesano Maria Imaculada em Brodowski (SP).

Já a escolha de Ribeirão Preto ocorreu por uma facilidade geográfica da pesquisadora, natural e residente no município, o que tornou mais fácil a consulta dos exemplares jornalísticos, bem como o levantamento bibliográfico de obras memorialísticas e demais estudos acerca da historiografia da urbe. Fora que compreender os episódios que se desenrolaram com a sociedade ribeirão-pretana, é uma forma de saciar a curiosidade da pesquisadora-residente, contribuindo para a ampliação de conhecimentos acerca da cidade-natal. Sendo assim, há um fator subjetivo que sempre pairou na elaboração da trilogia: *“A atuação do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”*, *“A voz da Igreja no “Diário de Notícias”* e, agora, com a tese *“Jornalismo do interior e atuação política em Ribeirão Preto: Imprensa e Sociedade - 1961-1964”*.

Em adição, não podemos esquecer da posição de privilégio que os jornais ocupam enquanto formadores de opinião e construtores de memórias sociais. Inúmeras pesquisas no campo da Comunicação têm procurado ressaltar este aspecto, sendo algo amplamente discutido nos últimos anos, com significativos avanços nas Ciências Sociais Aplicadas. Por este motivo, interseccionar as práticas jornalísticas, a história dos profissionais de redação e a própria historiografia da sociedade na época é algo que contribui significativamente para a apreensão de como uma determinada sociedade podia ser impactada pela atuação dos meios de comunicação. Sendo assim, a tese bebe das fontes da História, da Sociologia e da Comunicação para formar suas páginas, com a intenção de desenhar um território fértil e rico para a exploração acadêmica.

Em termos de aplicação metodológica, a opção pela Hermenêutica em Profundidade (HP) de Thompson (1995) vai ao encontro dos pressupostos apresentados até o momento, uma vez que esta perspectiva engloba um tripé, que contempla a análise sócio-histórica, a análise discursiva e, finalmente, a reinterpretação. Portanto, é um mix-método complexo, que coloca a História nos holofotes, pois entende a importância da compreensão específica daquele determinado contexto, para então traçar inferências interpretativas acerca do fenômeno. Nas palavras de Thompson (1998), a hermenêutica é uma prática que considera a interpretação contextualizada das formas simbólicas. Desse modo, temos um elo entre a História e a Comunicação que não se abre, permanecendo forte ao longo de toda a pesquisa.

Algo que não podemos deixar de fora, principalmente com a abordagem da HP, é o entendimento sobre a ideologia. Thompson (1995) faz um longo percurso filosófico, trazendo em sua argumentação os diferentes significados que o termo adquiriu ao longo dos anos. Para ele, os sentidos negativos da ideologia se referem à aceção enganadora, ou seja, algo ilusório, feito para ludibriar. Por outro lado, o sociólogo também traz a perspectiva neutra da ideologia, mostrando que ela estaria presente tanto nas tentativas de manutenção quanto nas de subversão da ordem social, sendo usada por dominantes e dominados.

Embora Thompson (1995) esteja ao lado da visão crítica, ele busca uma explicação mais extensa, aplicável à análise do uso das formas simbólicas em diferentes contextos, concebendo a ideologia como a inter-relação de sentido (significado) e poder. Nesse sentido, o autor acredita que em determinadas circunstâncias, a ideologia serve para estabelecer e sustentar relações de poder assimétricas, ou relações de dominação, trabalhando a serviço do poder. Para ancorar seu ponto de vista, ele traz os chamados “modos de operações gerais da ideologia”, com as “estratégias de construção simbólica” que podem ser observadas nos discursos – incluindo, em publicações dos meios de comunicação de massa.

É com base nisso que aplicamos a Hermenêutica em Profundidade para a análise dos textos opinativos do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, jornais da cidade de Ribeirão Preto, com particularidades da imprensa do interior, em um determinado contexto sociopolítico: dos anos de 1961 a 1964. Durante a análise, percebeu-se que o arcabouço teórico-metodológico de Thompson (1995), com as estratégias de construção simbólica, poderia ser aplicado também em discursos resistivos, especialmente considerando o autoritarismo que pairava naquele período. Por isso, a tese trabalha com um viés também da resistência, demonstrando que as estratégias expostas na HP também são aplicáveis em situações para questionar as relações de dominação. O próprio Thompson revela ser possível essa aplicabilidade, afirmando que as formas simbólicas podem sustentar determinadas assimetrias ou miná-las, mas

que isso só pode ser percebido com o exame minucioso dos discursos, entendendo as circunstâncias sócio-históricas particulares e como essas formas simbólicas são usadas (Thompson, 1995).

Pensando na melhor forma de aplicar a Hermenêutica em Profundidade, a tese divide-se em capítulos que correspondem ao tripé de análise da perspectiva teórico-metodológica. Sendo assim, tem-se o Capítulo 2, dedicado à discussão da HP e as nuances acerca da ideologia. Dessa forma, temos uma compreensão mais aprofundada do termo, já que uma das intencionalidades da pesquisa é identificar o posicionamento ideológico dos jornais. Outro ponto destacado na discussão teórica é a base das multiperspectivas de Kellner (2001), uma vez que os jornais do interior não restringiam seus posicionamentos em dicotomias amplamente ressaltadas pelo senso comum. Em nosso recorte, lembramo-nos das condições da Guerra Fria que cercavam os anos de 1960 com a dualidade de esquerda *x* direita. Porém, é justamente nessa brecha que os objetos de estudo se encontram, visto que os textos analisados fazem uso de ideologias diversas (às vezes de sustentação de relações de poder e, em outros momentos, de resistência) como forma de agradar ao público e determinados segmentos sociais.

Como Thompson (1995) enfatiza a ação da ideologia, não há como excluirmos a visão do autoritarismo que pairava nos céus da época, principalmente na América Latina. Afinal de contas, a emergência de estados autoritários latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, incluindo o golpe civil-militar de 1964, condicionou diversas manifestações opinativas nos meios de comunicação, com mobilizações das formas simbólicas que, por vezes, apoiavam os regimes golpistas vigentes (seja por uma aproximação ideológica ou mesmo por um receio de represálias, refletindo em práticas de autocensura), ou resistiam às práticas violentas empreendidas no período. Uma ressalva: quando tratamos da “violência”, não estamos somente nos referindo à fisicalidade, mas também aos silenciamentos da imprensa e ao próprio condicionante autoritário, que despertou um medo constante nos indivíduos, com destaque aos jornalistas.

Diante dessa abordagem acerca da ideologia autoritária, fundamentamos algumas discussões nos dizeres de Guillermo O’Donnell, a partir dos artigos de Dellasoppa (1991) e de Beliero Junior e Livacic (2017), importantes pesquisadores brasileiros e estudiosos do autoritarismo burocrático latino-americano, que encaram o aparecimento dos regimes ditatoriais como uma exigência do sistema econômico, bem como do capitalismo latino-americano, pois esse cenário político-econômico, na visão dos autores e seguidores de O’Donnell, tinha a necessidade da efetivação de um novo tipo de autoritarismo, para sua efetiva continuidade e aprofundamento.

O argumento central de O'Donnell centra-se na crise de acumulação do capital nos anos de 1960 como consequência da aliança econômica do liberalismo internacional e nacional, que demandou uma nova conformação do Estado, autoritário e burocrático, para responder às ameaças dos movimentos sociais e reformistas. Ora, no Brasil, havia uma ampla discussão sobre Reformas de Base, com o então presidente João Goulart, com apoio de grupos de resistência, políticos e parte da imprensa brasileira, mas que também era fortemente combatida por outros representantes, como grande fatia da elite econômica brasileira, partidos políticos como a UDN, veículos de comunicação, empresários internacionais, entre outros.

Para complementar as reflexões sobre ideologia autoritária, os apontamentos de Ianni (1988) foram essenciais. O cientista defende que o autoritarismo esteve presente desde os primórdios do desenvolvimento da América Latina, sendo a antidemocracia algo impregnado na cultura política dos países latino-americanos, uma vez que o pensamento burguês desenvolvido nessas regiões, embora incluía valores democráticos, permeia o liberalismo econômico. Por conta disso, há uma institucionalização da repressão, em que manifestações políticas emergentes ou não-institucionalizadas, são submetidas, absorvidas ou anuladas (Ianni, 1998).

O preâmbulo quanto à ideologia autoritária se faz necessário para melhor vislumbre do cenário da época, já que os anos analisados (1961-1965) transpassam o período golpista na América Latina, em que se configurou o regime civil-militar brasileiro. Com isso, havia um certo “fantasma” que cobria as sociedades, mas que diferentemente do que o senso comum bradava como um “fantasma comunista”, o espírito que pairava era, justamente, o do autoritarismo, que cerceava as liberdades com práticas violentas. Assim, o *zeitgeist* que se entranhava em países latino-americanos era autoritário, fruto de uma cultura de dualidades que reprimia emancipações sociais.

Já no terceiro capítulo, mergulha-se na análise sócio-histórica, uma das etapas cruciais da Hermenêutica em Profundidade. Aqui, para além da compreensão geral do momento socio-político em nível nacional, com os escritos icônicos de Toledo (1982), Reis (2000) e Napolitano (2014), é necessário realizar um levantamento acerca dos acontecimentos específicos de Ribeirão Preto, ainda mais porque trabalhamos com o aspecto da proximidade e do interior geográficos. Alguns estudos foram fundamentais para construir a imagem do município nos anos 1960, como as obras memorialísticas de Divo Marino (1998), Leopoldo Paulino (2012), Pe. Francisco Correia (2008) e de Frei Manoel Borges da Silveira, Saulo Gomes e Moacyr Castro (2014). Além disso, algumas teses e dissertações também foram consultadas, que traziam os jornais

“Diário da Manhã” e “Diário de Notícias” como fontes de consulta, como as pesquisas de Botosso (2001), Carneiro Júnior (2002), França (2013), Sant’Anna (2010) e Carvalho (2019), em conjunto com demais publicações acadêmicas.

Ainda na análise sócio-histórica, enfocamos a história dos objetos de estudo, compreendendo desde o nascimento dos jornais até a sua finalização, que se deu em meados dos anos de 1980. Como citado no início, não há como desvincular a trajetória dos periódicos de seus jornalistas e, por conta disso, vislumbrou-se a necessidade de relatar o desenvolvimento profissional e pessoal dos principais editores, sendo eles: Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna, do “Diário da Manhã”; e Pe. Celso Ibson de Syllos, do “Diário de Notícias”. De acordo com a proposta de Thompson (1995), relacionar a história dos meios de comunicação como parte do processo analítico é uma maneira de perceber como as formas simbólicas são produzidas e reproduzidas em contextos sociais específicos.

O quarto capítulo dedica-se à análise formal e discursiva, conforme a abordagem teórico-metodológica de Thompson (1995). O interesse é analisar os textos opinativos do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, agrupando-os de acordo com os anos (1961, 1962, 1963, 1964 e 1965), jornalistas responsáveis (do “Diário da Manhã”: Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna; do “Diário de Notícias”: Pe. Celso Ibson de Syllos), por temática e identificando os modos de operação da ideologia, em estratégias específicas, sendo elas: legitimação (racionalização, universalização e narrativização), dissimulação (deslocamento, eufemização e tropo), unificação (padronização e simbolização da unidade), fragmentação (diferenciação, expurgo do outro e estigmatização), reificação (naturalização, eternalização e passificação).

Importante ressaltar que a análise formal e discursiva se baseou em um mix-método, que inclui a perspectiva de Thompson (1995), juntamente com a análise de conteúdo de Bardin (2016), no que tange à leitura flutuante dos textos e separação em categorias para identificação das temáticas abordadas. Assim, os textos do “Diário da Manhã” foram separados nos temas: Nacionalismo, Reformas de Base, Política Nacional e Política em Ribeirão Preto. Já os artigos e editoriais do “Diário de Notícias” foram separados em: Doutrina Social Cristã, Reformas de Base, Política Nacional e Política em Ribeirão Preto. Percebe-se que houve a necessidade de considerar as especificações de cada objeto de estudo e, por isso, ocorreu a identificação de uma categoria diferente entre os jornais, sendo elas o Nacionalismo e a Doutrina Social Cristã.

Para documentar a análise dos periódicos, utilizou-se o software de análise quantitativa Atlas.ti<sup>®</sup>. Dessa maneira, foi possível manter notas explicativas para cada procedimento analítico, bem como realizar a separação dos textos conforme estabelecido na metodologia proposta.

Outra vantagem do software é a capacidade de marcação dos textos nas chamadas “categorias”, em que identificamos as diferentes estratégias típicas de construção simbólica que trabalham nos modos de operação da ideologia. O Atlas.ti<sup>®</sup> também ofereceu dados importantes para as inferências finais, contabilizando o total de textos analisados, bem como a quantidade de categorias classificadas. Embora a metodologia esteja voltada prioritariamente para a análise qualitativa, essas informações contribuem para a interpretação dos fenômenos, no que diz respeito, em especial, ao uso de determinadas estratégias que são usadas mais do que outras.

A leitura e avaliação dos textos do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias” parte do meio metodológico de Thompson (1995), mas percebe que os modos pelos quais a ideologia opera não se restringem a sustentação de relações de poder assimétricas, mas sim, em alguns momentos, são aplicados para minar os abismos ou mesmo trabalhar como estratégias discursivas de resistência. Porém, para tecer essas considerações, há a exigência de compreender o contexto histórico e suas influências sociais, políticas, econômicas e culturais, daí a importância de estruturar os capítulos conforme a tríplice de Thompson.

Após a análise formal e discursiva, peregrinamos para a reinterpretação no quinto capítulo. Esta parte busca sintetizar as inferências adquiridas a partir da análise formal e discursiva, em um movimento de explicitação do que é dito ou representados pelas formas simbólicas, diante de um contexto específico. Também é momento de avaliar alguns questionamentos levantados, que seriam: 1 - O “Diário da Manhã” mantém certos pensamentos hegemônicos, com evidência nos textos de Machado Sant’Anna, embora adote uma perspectiva de resistência, latente nos artigos de Carlos Sant’Anna, por apoiar as políticas reformistas de João Goulart; 2 - Já o “Diário de Notícias”, órgão dirigido pela Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto, tinha uma posição ideológica mais radical, representativo com os editoriais do Pe. Celso Ibson de Syllos, que compactuava com a Doutrina Social Cristã como uma terceira via ideológica, mas que estava próxima dos movimentos sociais, que foram criminalmente taxados durante o golpe civil-militar de 1964; 3 – Qual seria o papel dos objetos de estudo na História da Imprensa brasileira, levando em consideração os estudos já realizados sobre a grande mídia no referido período de autoritarismo militar do país; 4 - Por fim, se há uma inversão na forma de conceber os modos de operação da ideologia categorizados por Thompson (1995), inferindo que as estratégias usadas pelo “Diário da Manhã” e pelo “Diário de Notícias” servem não só para manter ou sustentar relações de poder, mas no sentido de resistência questionando o autoritarismo vigente no espírito do período.

Além do exame das hipóteses, a fase de reinterpretação busca cumprir o proposto nos objetivos de pesquisa, sendo:

## OBJETIVO GERAL

Identificar o posicionamento dos jornais “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, no período de 1961 a 1964, através da análise dos editoriais de cada veículo de comunicação. A intenção da tese é verificar se os representantes da imprensa ribeirão-pretana se configuraram como difusores da legitimidade do Estado arbitrário, ou ao contrário, atuaram na manifestação de ideias contrárias ao golpe civil-militar.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para atingir o objetivo geral, propõe-se:

- Contextualizar o período delimitado para estudo, relacionar os textos apresentados pela bibliografia com a análise empírica dos jornais, contextualizando o “Diário da Manhã” e o “Diário de Notícias” na História Política e na História da Imprensa do país na cidade;
- Ler e analisar os jornais no período delimitado, levantar e fichar os textos opinativos que informem sobre o perfil político do veículo, bem como as concepções de jornalismo que circulavam naquele período.
- Discutir questões relativas ao período pesquisado, a imprensa de Ribeirão Preto nos anos de 1960 e a atuação dos jornais na cidade, bem como o relacionamento dos periódicos interioranos com a grande imprensa.
- Apontar as características do jornalismo do interior para desenhar o perfil dos veículos e a prática jornalística da época na cidade de Ribeirão Preto.

A reinterpretção trará outras perspectivas também percebidas no desenvolvimento da tese, como a caracterização dos jornais “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, a estruturação dos veículos analisados dentro do viés da imprensa do interior paulista e outras nuances percebidas no desenrolar dos estudos, como a presença da tese na esteira dos estudos de jornalismo sobre História da Imprensa no Brasil, com latência para estudos de Aquino (1999), que tratam do jornal “O Estado de S. Paulo”, durante o golpe civil-militar. Pretende-se que esta pesquisa sirva de inspiração para análises posteriores que envolvam as questões de ideologia, meios de comunicação do interior e períodos autoritários no Brasil, contribuindo para o aprimoramento do campo de análise do jornalismo e da história.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Este segundo capítulo é direcionado ao referencial teórico-metodológico utilizado para a análise dos editoriais do “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, com base na Hermenêutica em Profundidade (HP), desenvolvida pelo sociólogo John B. Thompson (1995). Desenvolvemos esta pesquisa à luz de uma abordagem qualitativa, que se propõe a traçar uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais – no caso, o posicionamento dos jornais escolhidos como objetos de estudo, durante os anos de 1963 a 1964.

Tendo interfaces com a hermenêutica de Paul Ricoeur e a teoria crítica de Habermas, Thompson (1995) desenvolve não apenas uma metodologia, mas um referencial teórico-epistemológico para tratar dos meios de comunicação na Era Moderna. Dessa maneira, a HP é vista como um referencial teórico-metodológico de interpretação de textos, considerando as formas simbólicas, com significados latentes do autor e leitores.

Escolhemos a HP por acreditarmos na visão de Thompson (1995), que afirma que este método difere dos outros, pois trata-se não somente de uma concatenação de objetivos e acontecimentos, mas também reúne contextualidades de produção e recepção. Tanto que para a divisão do trabalho, os capítulos são representativos de cada fase de aplicação da Hermenêutica: a análise sócio-histórica, a formal-discursiva e a reinterpretção. Além do mais, dedicamos esta parte aos conceitos apresentados por Thompson (1995) e demais estudiosos da ideologia, que será fundamental para guiar o estudo acerca dos editoriais.

Teorizar sobre o conceito de ideologia se torna necessário em nossa proposta de estudo, uma vez que o objetivo é perceber de que modo as ideias veiculadas pelos nossos objetos de estudo, o “Diário da Manhã” e o “Diário de Notícias”, se transformam em artifícios de socialização, sendo parte de uma cultura da mídia que legitima ou subverte o pensamento hegemônico. Vale reforçar que a Hermenêutica em Profundidade é um referencial teórico-metodológico em que há a necessidade de ir além dos procedimentos técnicos e instrumentais, mas também encarar o desafio de tratar de epistemologias profundas, como é o caso da ideologia.

Para ampliar um pouco mais o referencial teórico sobre ideologia, também iremos interseccionar alguns debates sobre o conceito levantados por Guillermo O’Donnell e mesmo a leitura de Douglas Kellner (2001) – autores que assim como Thompson, refletem o desenvolvimento das relações de dominação na mídia em multiperspectivas. Logo, podemos empenhar a análise dos editoriais dos veículos de comunicação como espaços de expressão das visões ideológicas em representações simbólicas para compreender a profundidade teórica da ideologia nas mídias como um alvítrado para examinar os discursos.



Segundo Thompson (1995), a interpretação da ideologia é uma forma específica de aplicação da Hermenêutica em Profundidade na sua dimensão crítica, com a finalidade de identificar o significado a serviço do poder. Ainda assim, é uma atividade conflituosa e arriscada, já que o próprio “significado de uma forma simbólica não é dado de antemão, fixo, determinado; oferecer uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir, ou conflitar com outro” (Thompson, 1995, p. 380). Em função disso, buscamos transparência em nossa análise, tornando os procedimentos verificáveis para pesquisas futuras.

O capítulo está dividido em seis subtemas, intitulados “Hermenêutica em Profundidade”, “A questão da ideologia”, “Análise sócio-histórica”, “Análise formal e discursiva”, “Reinterpretação” e “Aplicação metodológica”, respectivamente. Assim, será possível abranger os procedimentos analíticos de Thompson (1995) e refletir o arcabouço teórico que cerca o termo ideologia, que é essencial para a compreensão de posicionamentos dos meios de comunicação, ainda mais em períodos conturbados politicamente.

Dessa forma, esperamos fornecer os pressupostos teórico-metodológicos necessários para então iniciar a nossa investigação acerca dos textos do “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, em uma dimensão crítica e aprofundada dos fenômenos sociais-midiáticos expressados no discurso e historicamente datados. Para finalizar este capítulo, a “Aplicação metodológica” trará as formas de coleta de dados, bem como os materiais e instrumentos técnicos usados na análise, que colaboram para um exame sistematizado e organizado de estudo.

Na fase de organização da análise, utilizamos softwares especializados que ofereceram apoio substancial para a elaboração dos resultados da pesquisa. Porém, isso não exclui a necessidade de realizar uma interpretação mais profunda para tratamento dos dados, ainda mais porque lidamos com um referencial teórico-metodológico complexo.

## **2.1 Hermenêutica em Profundidade**

Nas investigações do campo das Ciências Sociais Aplicadas, há uma infinidade de metodologias que se referem à prática da interpretação das formas simbólicas. Nesse sentido, o desafio está justamente em escolher um referencial que faça sentido para o seu campo-objeto, levando em consideração o que se deseja apreender por meio do estudo.

Tendo em vista que a presente pesquisa está centrada em questões de posicionamento, com enfoque na opinião de dois veículos jornalísticos da cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo, em um período representativo da História brasileira (1963-1965), foi preciso escolher um referencial capaz de relacionar ideologia, linguagem, poder e contexto social.

Dessa forma, seria possível interpretar as formas simbólicas e os modos como a ideologia é apresentada em casos particulares.

Logo, a *Hermenêutica em Profundida* (HP) se manifesta como um referencial teórico-metodológico aplicável à nossa pesquisa, visto que um dos seus argumentos centrais está no papel da ideologia nas sociedades modernas e como ela é abordada nos meios de comunicação. Além do mais, a HP coloca em evidência a construção simbólica do objeto analisado, concedendo uma atribuição preponderante ao processo interpretativo, considerando os diferentes contextos sociais e históricos das formas simbólicas (Thompson, 1995).

Vale dizer que o estudo de Thompson (1995) tem grande foco nas mídias, uma vez que elas ocupam um grande espaço no âmbito social, gerando efeitos em toda a sociedade. Maurey e Vieira (2019, p. 2) corroboram com essa afirmação ao dizerem que “não há mais espaço exterior à mídia; ela está presente em todo lugar e atua determinando inúmeras esferas da vida social”. Diante disso, os autores salientam a necessidade de se empenhar uma análise crítica, já que desta forma, é possível compreender as ideias em múltiplas esferas sociais, como na produção, relação com a sociedade, conteúdos, interesses por detrás da construção da narrativa, espetacularização, organização jornalística, fins político-ideológicos, entre outros.

Maurey e Vieira (2019) destrincham a *Hermenêutica em Profundidade*, descrevendo este referencial teórico-metodológico como uma sistematização de análise, apoiada na relevância do caráter ideológico dos meios de comunicação. Assim, temos ferramentas preciosas que nos ajudam a “estimular uma reflexão crítica e desvelar as diferentes maneiras com que o sentido, atrelado às formas simbólicas da mídia, serve para manter, sustentar e justificar relações assimétricas de poder, isto é, relações de dominação”, ou mesmo contestá-las (Maurey; Vieira, 2019, p. 3).

Por essa razão, antes mesmo de iniciar procedimentos instrumentais para a análise do campo-objeto, Thompson (1995) dá especial enfoque à construção de uma “teoria da ideologia” em paralelo com os meios de comunicação de massa. Maurey e Vieira (2019) resumem bem a ideia do autor ao ressaltarem que na HP, a atenção está nos processos e nas formas simbólicas contidas nos discursos midiáticos, levando em consideração a “mídiação” – termo cunhado por Thompson, que faz alegoria ao processo de transmissão das mensagens mediadas pelos aparatos técnicos e instrumentais da indústria da mídia. Quer dizer que nesta proposta teórico-metodológica, as formas simbólicas podem ser apropriadamente conceitualizadas e compreendidas (Maurey; Vieira, 2019).

Ainda assim, encarar os usos sociais das formas simbólicas como ideológicas é uma tarefa que exige uma análise interpretativa ampla, aprofundada e detalhada. Daí o porquê, em

muitos casos, é preciso que algumas metodologias se unam para complementar o estudo. Neste contexto, Thompson (1995) revela que a HP se mostra não como uma alternativa aos métodos existentes, mas sim como um referencial geral, “cuja potência jaz na possibilidade de inter-relacionar diferentes enfoques (cultura, ideologia, comunicação de massa) de um modo sistemático, iluminando seus mais profundos aspectos” (Maurey; Vieira, 2019, p. 3).

De certa forma, a Hermenêutica em Profundidade trabalha com um “mix-método” a partir da triangulação de sua abordagem, concentrada em: análise sócio-histórica, formal-discursiva e reinterpretação. Ou seja, temos, respectivamente: uma pesquisa bibliográfica predecessora para compreensão dos acontecimentos e contextos do campo; o estudo dos discursos, apoiado em estratégias de linguagem que revelam as formas simbólicas como ideológicas e uma nova interpretação das narrativas, já que o objeto já pode ter sido interpretado pelos sujeitos que construíram o campo-objeto, do que a forma simbólica é parte (Thompson, 1995).

Ora, o que Thompson (1995, p. 357) nos mostra é que o estudo das formas simbólicas é, inevitavelmente, um problema de compreensão e interpretação. É aqui que o autor defende a sua argumentação em torno de uma análise qualitativa, ao pontuar:

(...) embora vários tipos de análise formal, estatística e objetiva sejam perfeitamente apropriadas e até mesmo vitais de forma geral na análise social, e na análise das formas simbólicas em particular, esses tipos de análise se constituem, na melhor das hipóteses, em um enfoque “parcial” ao estudo dos fenômenos sociais e das formas simbólicas. Eles são parciais porque, como nos lembra a tradição da hermenêutica, muitos fenômenos sociais são formas simbólicas e formas simbólicas são construções significativas que, embora possam ser analisadas pormenorizadamente por métodos formais ou objetivos, inevitavelmente apresentam problemas qualitativamente distintos de compreensão e interpretação. Os processos de compreensão e interpretação devem ser vistos, pois, não como uma dimensão metodológica que exclua radicalmente uma análise formal ou objetiva, mas antes como uma dimensão que é ao mesmo tempo complementar e indispensável a eles (Thompson, 1995, p. 358).

Um dos embates em torno da proposta de Thompson (1995) é que os campos teriam, de alguma forma, problemas de interpretação e compreensão. No entanto, o pesquisador reitera que a investigação social trata de um território pré-interpretado e por esse motivo, não tratamos apenas de um campo-objeto, mas sim de um campo-sujeito, que é construído por indivíduos que estão constantemente preocupados “em compreender a si mesmos e aos outros, e em interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor” (Thompson, 1995, p. 358).

Logo, o que o sociólogo quer nos dizer é que ao interpretar uma forma simbólica procuramos analisar um objeto que já pode ter sido uma interpretação, já que ele pode ter sido previamente interpretado pelos sujeitos que construíram o campo-objeto, do qual a forma simbólica faz parte. Desse modo, Thompson (1995) discorre sobre a necessidade de realizar a cha-

mada “interpretação da doxa”, que consiste no exame das opiniões, crenças e demais compreensões que são compartilhadas pelas pessoas que constituem o mundo social, a partir de pesquisas etnográficas ou observação participante.

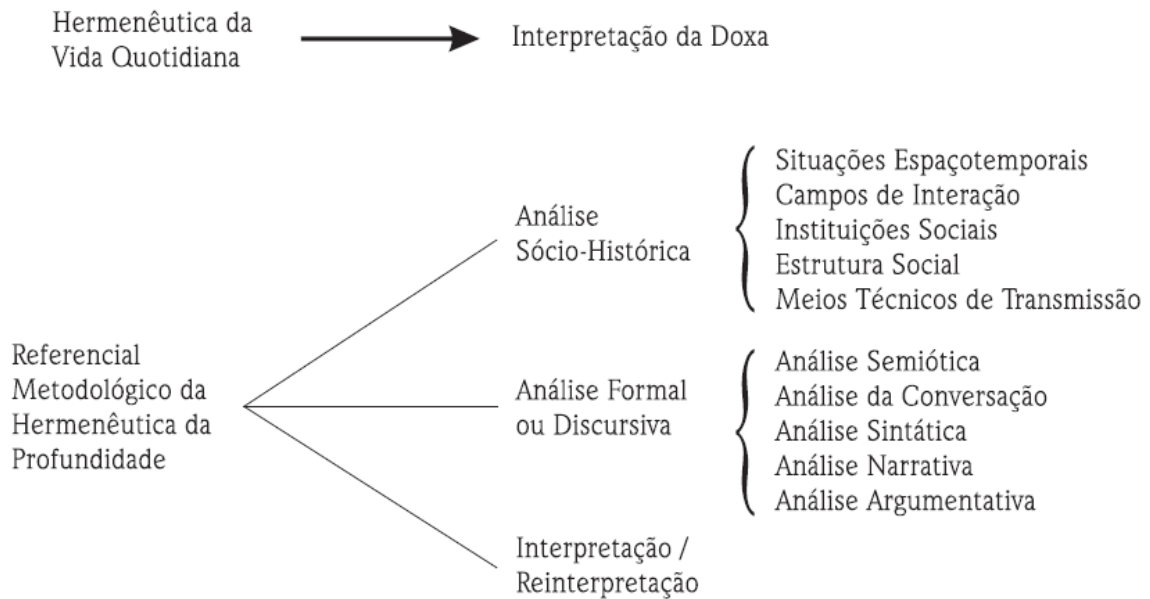
O nosso estudo está concentrado na análise de editoriais do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, percebendo como os editores desses veículos midiáticos manifestavam suas crenças e opiniões. A partir disso, mesmo não realizando uma pesquisa etnográfica ou participante, como sugere Thompson, é possível inferir sobre certas atitudes e pensamentos, ainda mais levando em conta o contexto sócio-histórico regionalizado de Ribeirão Preto - SP e as próprias lógicas de produção, recepção e construção dos jornais do interior. Portanto, a nossa interpretação da doxa partirá da percepção levantada acerca das opiniões expressadas nos editoriais, que são espaços próprios de manifestação de ideias nos meios impressos.

A estratégia mencionada acima parte de uma possibilidade colocada pelo próprio Thompson (1995), ao afirmar que pela análise sócio-histórica podemos determinar as características das instituições que produzem os discursos, a relação dessas instituições com outras (como o Estado, a sociedade ou mesmo outras empresas de comunicação), a rotina dos atuantes na produção e transmissão das mensagens, entre outros aspectos. Além disso, também é possível elucidar a percepção dos produtores dos conteúdos veiculados na imprensa, sendo uma maneira de compreender a doxa, ilustrando “as regras e pressupostos sobre a audiência e suas necessidades, interesses e capacidades. Essas regras e pressupostos são parte das condições sociais e códigos, sobre os quais os profissionais de mídia se apoiam na produção e transmissão das mensagens” (Thompson, 1995, p. 393).

Mas, devemos “ir além da interpretação da doxa e engajar-nos em tipos de análise que se enquadram dentro do referencial teórico da HP” (Thompson, 1995, p. 365). É assim que tratamos da construção, interpretação e compreensão das formas simbólicas em contextos estruturantes definidos, e em condições sócio-históricas específicas. Temos, portanto, a triangulação da Hermenêutica em Profundidade, aplicada em três formas de investigação: a análise sócio-histórica, a análise formal ou discursiva e a interpretação/reinterpretação.

Thompson (1995) disserta que a partir do enfoque tríplice tem-se um exame mais compreensivo da operação da ideologia nos meios de comunicação, pois os resultados dessas diferentes análises se alimentam e iluminam mutuamente. Claro que cada etapa de análise tem a sua especificidade e pode ser feita com base em alguns procedimentos metódicos para garantir maior capacidade analítica. A seguir, podemos compreender melhor o modelo metodológico da Hermenêutica em Profundida, com suas diferentes fases, por meio da representação gráfica da Figura 1.

Figura 1 - Formas de Investigação Hermenêutica



Fonte: Thompson (1995, p. 365)

Diante dessa separação, os próximos itens do presente capítulo foram pensados de maneira sistematizada, para facilitar a organização e entendimento acerca dos procedimentos adotados em cada fase de análise da Hermenêutica. Sendo assim, como referencial teórico-metodológico, não poderíamos deixar de fora a concepção de ideologia, que servirá de norte e embasamento para o nosso estudo.

Dando prosseguimento, o item “análise sócio-histórica” se concentra em mostrar a divisão empenhada para compreender as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, a estrutura social e os meios técnicos de transmissão, com enfoque especial no contexto interiorano – e fugindo dos centros urbanos comumente citados (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, normalmente). Em seguida, traremos os meios de realização da análise formal ou discursiva, tendo como principal ponto o levantamento de textos que revelam as assimetrias de poder, tendo em vista a ideologia predominante do autoritarismo presente na época.

Finalmente, será na reinterpretação que interseccionaremos os pressupostos de Kellner (2001), em sua visão de multiperspectiva, percebendo como os modos de operação de sentido se revelam em nosso campo-objeto, manifestados nos editoriais do “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, ou melhor, como o contexto histórico e a ideologia autoritária contribuíram para a formação das narrativas jornalísticas dos dois periódicos analisados.

## 2.2 A questão de ideologia

O emprego da palavra “ideologia” é visto em inúmeros contextos, especialmente para designar opiniões compartilhadas por grupo de pessoas, organizações, entidades, partidos e meios de comunicação. Essa visão, embora observada no terreno no senso comum, contribuiu em grande parte para influenciar as diversas noções acerca do termo, embora careça de uma reflexão mais profunda acerca da natureza epistemológica. Por conta disso, inúmeros trabalhos se concentraram em definir ou conceituar os fenômenos ideológicos ao longo da História, caminhando em visões que ora viam a ideologia como algo condenatório, ora como um pensamento presente nas hegemonias e contra hegemonias.

De acordo com Thompson (1995), o conceito de ideologia foi originalmente concebido como “ciência das ideias”, pelas reflexões do filósofo Destut de Tracy, em 1796. No entanto, rapidamente o termo se transformou em uma arma na batalha política, travada no terreno da linguagem, com uma variedade de significados. Ao realizar um apanhado histórico das diferentes concepções de ideologia, Thompson (1995) demonstra que ela deixou de ser considerada ciência para, aos poucos, se referir às próprias ideias e opiniões, em referência bastante similar como é empregada pelo senso comum.

Nesse interim, Thompson (1995) disserta que o filósofo e pensador Karl Marx, junto ao teórico e empresário Friedrich Engels, apreendem o termo na obra clássica, “*A Ideologia Alemã*”, ampliando o sentido para a luta de classes, concebendo a ideologia como uma ferramenta a serviço das camadas dominantes, pensando-a como uma “falsa consciência” e uma visão equivocada da realidade. Isso porque eles percebem a ideologia com o enfoque em uma determinada classe social, em meio às desigualdades entre a burguesia e o proletariado.

Com Marx e Engels, a ideologia ganha contornos mais nítidos, em três significados distintos: a concepção polêmica, vista como uma doutrina teórica que não compreende as condições reais e as características da vida sócio-histórica; a concepção epifenomênica, que considera a ideologia dependente das relações de classe, dando suporte aos interesses da classe dominante; e a concepção latente, que liga o sentido de ideologia à questão da dominação pelas construções simbólicas, para enfraquecer os esforços de mudança social (Thompson, 1995).

Diante dos significados apresentados por Marx e Engels, em conjunto com a revisão do conceito por diversos autores, Thompson (1995) aprimorou a designação teórica do termo, definindo dois tipos gerais da concepção de ideologia: a neutra e a crítica. Na concepção neutra, o autor caracteriza que os fenômenos ideológicos não são, necessariamente, enganadores ou ilusórios, tampouco estão ligados a interesses particulares de um determinado grupo. Sendo assim, na concepção neutra, a ideologia é um aspecto da vida social.

Já o segundo tipo, chamado por Thompson (1995) de concepções críticas da ideologia, se refere ao sentido negativo, crítico ou pejorativo dos fenômenos ideológicos. Neste caso, a própria caracterização do fenômeno como ideologia carrega um criticismo implícito, servindo para manter ou sustentar relações de dominação (Thompson, 1995). O autor defende esta segunda caracterização da ideologia, evocando o entrecruzamento das formas simbólicas nas relações de poder e na mobilização de sentido.

Em sua proposta, Thompson (1995) verifica a interpretação da ideologia manifestada na forma simbólica quando, em um tempo-espaço determinado, ela estabelece e sustenta relações de dominação; ou inversamente, enquanto crítica e contestatória da ideologia, que ajuda a minar essas relações, manifestadas como “formas incipientes da crítica da ideologia” (Thompson, 1995, p. 91). Para ele, nenhuma forma simbólica é ideológica ou contestatória sozinha, mas sim, depende da forma como é usada e compreendida nos contextos sócio-históricos específicos. Por isso, a *Hermenêutica em Profundidade* considera a importância de realizar uma análise histórica, social e discursiva para a interpretação da forma simbólica, visto que ela só é ideológica ou contestatória diante de uma determinada conjuntura.

Thompson (1995) vai além, afirmando que uma mesma forma simbólica pode ser vista como ideológica em uma condição ou contestatória em outra. Inclusive, o autor diz que a mobilização da ideologia pode provocar tais contradições, visto que as pessoas podem não aceitar passivamente as formas ideológicas e, com isso, podem contestá-las ou mesmo ridicularizá-las. Desse modo, o que nos mostra Thompson (1995) é que somente podemos interpretar se os fenômenos simbólicos servem, ou não, para estabelecer e sustentar relações de poder, quando examinamos a interação do sentido em circunstâncias particulares. Quer dizer, “somente ao examinar as maneiras como as formas simbólicas são empregadas, transmitidas e compreendidas por pessoas situadas em contextos sociais estruturados” (Thompson, 1995, p. 76).

Outro ganho epistemológico e analítico da ideologia em Thompson (1995) é a expansão do critério de dominação de classe, inicialmente proposto por Marx. Há, portanto, uma abertura da análise da força simbólica de outras formas de dominação, percebendo as relações de classe como uma das estratégias de subordinação e desigualdade. Esse viés de Thompson (1995) oferece um suporte interpretativo mais amplo, não reduzindo a discussão das ideologias somente aos reflexos das estruturas econômicas.

Mais do que ampliar as possibilidades interpretativas, Thompson (1995) rompe o paradigma da chamada “tese da ideologia dominante”, uma perspectiva que defende o estabelecimento de ideias e valores pela classe dominante como um torpor na sociedade, subestimando as ações de desacordo e de contestação. Ao empenhar essa nova visão epistemológica, o autor

nos permite analisar as pessoas envolvidas na produção, transmissão e recepção das formas simbólicas enquanto agentes ativos, com pensamento crítico e independente.

Ora, compreender o significado da ideologia é fundamental na Hermenêutica em Profundidade (HP), uma vez que nos interessamos pelo sentido mobilizado pelas formas simbólicas, inseridas em contextos sociais e históricos específicos (Thompson, 1995). O estudo dos editoriais do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, tendo como base a concepção da ideologia proposta por Thompson (1995), servirá para interpretar o potencial ideológico ou contestatório manifestado pelas formas simbólicas nesses meios de comunicação. Dessa maneira, é possível explicitar os vínculos entre os sentidos mobilizados nos textos, bem como as relações de dominação que são mantidas ou subvertidas.

Para compreender a ideia de Thompson (1995), é válido dissertar a respeito dos modos como o sentido é mobilizado diante de certas “operações da ideologia”. São elas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação, tendo cada uma delas suas respectivas estratégias de operação ideológica (Thompson, 1995), conforme vemos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Modos de operação da ideologia

<b>Modos Gerais</b>	<b>Estratégias típicas de Construção Simbólica</b>
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandardização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternalização Nominalização/passivização

Fonte: Adaptado de Thompson (1995, p. 81)

No primeiro modo, a Legitimação, Thompson (1995) afirma que as relações de dominação são representadas como legítimas, isto é, dignas de apoio, a partir de fundamentos racionais (que apelam à legalidade das regras), fundamentos tradicionais (que apelam à sacralidade



das tradições imemoriais) e aos fundamentos carismáticos (apelam ao caráter de autoridade de um indivíduo). Por isso, neste modo, Thompson destaca a estratégia de racionalização, pautada na elaboração de uma cadeia de raciocínio lógico, que procura defender um conjunto de relações ou instituições sociais para persuadir a audiência. Em conjunto, ele também traz a estratégia de universalização, que institui a presença de acordos institucionais que servem aos interesses de grupos específicos, mas que são apresentados como abertos, servindo a todos. Já a narrativização consiste na produção de histórias que tratam o presente como parte de uma tradição que deve ser aceita, a fim de manter o sentimento de pertença (Thompson, 1995).

Já o segundo modo de operação da ideologia, a Dissimulação, é tratada por Thompson (1995) como o ocultamento ou negação das relações de dominação, em um método que desvia a atenção dos indivíduos ou mesmo passa por cima de outros processos existentes. Aqui, o autor destaca três estratégias: o deslocamento, em que um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a outro, transferindo as características; a eufemização, a partir da descrição mais suave de algo (como a supressão violenta descrita como “restauração da ordem”); e, finalmente, o tropo, com o uso figurativo da linguagem, pela inversão das relações de coletividade, metáforas para dissimular controles ideológicos e impor sentidos.

Thompson (1995) considera o terceiro modo, a Unificação, como uma construção simbólica, a partir de uma espécie de unidade que interliga os indivíduos em uma identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Para isso, lança-se mão da estratégia de padronização, em que as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão que é partilhado e aceito por todos. Como exemplo, temos as iniciativas das autoridades de Estado, com o desenvolvimento de uma linguagem nacional. Além disso, Thompson (1995) traz a estratégia de simbolização da unidade, que parte da construção de símbolos identitários, como as bandeiras.

O quarto modo, a Fragmentação, consiste na segmentação dos indivíduos e grupos que podem se transformar em um problema real aos dominantes, dirigindo forças de oposição potencial e, por conta disso, Thompson (1995) diz que os “fragmentados” são projetados como maus, perigosos e ameaçadores. As estratégias incluem a diferenciação, dando ênfase às distinções e características de desunião entre os grupos, juntamente com o expurgo do outro, que envolve a construção de um “inimigo”, contra o qual os indivíduos são chamados para resistir coletivamente ou expurgá-los (Thompson, 1995).

O quinto modo de operação da ideologia apresentado por Thompson (1995) é a Reificação. Segundo o autor, as relações de dominação são retratadas dentro de uma situação transitória e histórica, como se fosse permanente, atemporal e natural. Nesse sentido, o autor nos

mostra a estratégia de naturalização, que visa tratar os acontecimentos de modo acrítico, bem como a eternalização, em que os fenômenos históricos são esvaziados, sendo apresentados como permanentes. A terceira estratégia envolve a utilização de recursos gramaticais e sintáticos – a nominalização e passivização. Na primeira, os nomes das ações são ocultados, enquanto a passivização é o emprego da voz passiva nos verbos. Com essas estratégias, apagam-se os atores dos processos e, com isso, também se elimina as referências de contextos espaciais e temporais (Thompson, 1995), tão necessários para a percepção dos fenômenos ideológicos que sustentam relações de dominação.

Levando em conta a importância dos modos de operação da ideologia, não se pode ignorar que os jornais analisados estão inseridos em uma particularidade histórica de autoritarismo latente, com os preâmbulos do golpe civil-militar de 1964. Dentro deste cenário, Thompson (1995) também nos oferece algumas respostas para compreender como a ideologia operava para fornecer legitimidade às condutas violentas e autoritárias. O autor fala da “Teoria Geral de Reprodução Social Organizada pelo Estado e Legitimada pela Ideologia”, em que a ideologia é entendida como um conjunto de valores e crenças, produzidos e difundidos por agências estatais, que servem para reproduzir a ordem social e garantir a adesão das pessoas (Thompson, 1995, p. 104).

Nesta teoria, Thompson (1995) elenca três fundamentos principais: o primeiro, a reprodução das relações sociais exige não só condições materiais da vida social, como alimentação e habitação, mas também de valores e crenças socialmente partilhados. O segundo fundamento explicitado pelo autor acredita que esses valores e crenças são elementos da ideologia dominante difundida na sociedade e, por conta disso, há uma adesão das pessoas à ordem social. Por fim, o terceiro considera a reprodução e difusão da ideologia dominante como tarefas do Estado, das agências particulares e oficiais desta entidade. Nesse sentido, o próprio Estado estaria agindo em conformidade “com os interesses de longo prazo da classe ou das classes que mais se beneficiam das relações sociais existentes – isto é, ele age de acordo com os interesses de longo prazo da classe ou das classes dominantes” (Thompson, 1995, p. 118).

Percebe-se que os modos de operação da ideologia são perceptíveis diante da “Teoria Geral de Reprodução Social Organizada pelo Estado e Legitimada pela Ideologia”, especialmente quando lidamos com um contexto histórico-social de acentuação dos fenômenos ideológicos a partir de regimes de exceção – até porque, certas ideologias, em especial as autoritárias, são resultantes de processos estruturais muito mais profundos nas sociedades. Por isso, conhecer as estratégias das operações da ideologia nos fornece uma bagagem rica para a análise sócio-histórica e formal-discursiva empenhada na Hermenêutica em Profundidade.

Aqui, vale a intersecção com os apontamentos do Prof. Dr. Paulo Sérgio Pinheiro (1991) sobre o autoritarismo no Brasil. Como dito anteriormente, o contexto de análise do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias” permeia um contexto autoritário e violento, pois estamos lidando com um cenário golpista, partindo não só de interesses políticos, mas também de controles sociais. Nesse sentido, vemos que as afirmações de Thompson (1995) sobre a “Teoria Geral de Reprodução Social Organizada pelo Estado e Legitimada pela Ideologia” podem ser incorporadas quando falamos de autoritarismo como um fenômeno ideológico, ou então, nas palavras de Pinheiro (1991, p. 45), “as diferentes maneiras através das quais o Estado tradicionalmente assegura a sua hegemonia, especialmente quanto à substituição (ou complementação) da violência física, pela *violence douce*, por controles ideológicos”.

O professor Pinheiro (1991) não esgota sua pesquisa em tempos de ilegalidade estatal, como os anos em que as ditaduras brasileiras são reconhecidas, mas afirma que em sociedades onde as relações de poder são caracterizadas por práticas autoritárias, como no Brasil, há um certo legado, ou uma persistência de um nível de violência. Utilizando os princípios do pesquisador Guillermo O’Donnell, Pinheiro (1991) destaca o chamado “autoritarismo socialmente implantado”, em que podemos notar a ação conformista do Estado e legitimada pela ideologia (Thompson, 1995).

Emilio E. Dellasoppa (1991) também se debruçou sobre os estudos de O’Donnell para compreensão do autoritarismo legitimado pelo Estado e como controle ideológico, com foco no contexto brasileiro, em que se percebe a implantação dessa ideologia assimétrica e violenta em múltiplos níveis de legitimação, tanto no nível das instituições quanto dos indivíduos. Segundo o autor, a magnitude do autoritarismo socialmente implantado no Brasil impermeabilizou o Estado contra os embates dos grupos que o enfrentavam, desde o projeto da revolução ou mesmo em atitudes simples de contestação. Dellasoppa (1991, p. 81) continua suas reflexões acerca das pesquisas de O’Donnell, salientando que o autoritarismo como controle ideológico é percebido com a violência não só física, mas que “aparece no tecido da sociedade brasileira com características protopolíticas, expressão multifacetada de uma ordem imposta nas favelas, na pobreza, no desemprego na inexistência ou descumprimento dos direitos trabalhistas”.

O debate acerca do autoritarismo enquanto ideologia para estabelecer ou sustentar relações de poder tem grande valia no estudo dos jornais “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”. Afinal, por meio da análise das conjunturas em que as formas simbólicas são construídas e as nuances dos discursos, é possível perceber a maneira pela qual os impressos se expressavam à sociedade, seja por meio de formas ideológicas de manutenção e legitimação de assimetrias, ou de contestação das expressões multifacetadas do autoritarismo.

Ao tratar especificamente do contexto golpista de 1964, Gomes e Lena (2014) argumentam que a montagem do aparelho autoritário no Brasil pós-João Goulart ocorreu em larga medida pela adoção da Doutrina de Segurança Nacional, somada aos Atos Institucionais, que resultaram na construção do Estado Burocrático-Autoritário, que vai ao encontro das proposições de Guillermo O'Donnell. Segundo os autores, há sete características que definem um autoritarismo burocrático estatal, em um modelo que seria próprio de uma sociedade capitalista. Esta seria, então, o primeiro atributo, posto que “o Estado capitalista é fiador e organizador das relações sociais capitalistas e, portanto, da dominação que elas concretizam” (O'Donnell, 1990, p. 25 *apud* Gomes; Lena, 2014, p. 87).

Para complementar a ideologia autoritária e burocratizada, seria preciso estabelecer a ordem e a “ressubordinação” do setor popular, em paralelo com a “normalização” da economia, conforme postulam Gomes e Lena (2014). Assim, os autores relatam que no caso do Brasil em derrocada golpista de 1964, a reimplantação da ordem estava intimamente ligada à ideia de contenção e coerção dos setores populares, que haviam criado uma movimentação durante o governo de João Goulart. Enquanto a respeito da normalização da economia, “recordamos as declarações iniciais dos setores golpistas ao pregarem que a movimentação militar tinha duas funções: estabelecer a ordem e conter a inflação” (Gomes; Lena, 2014, p. 87).

A terceira característica do autoritarismo burocrático está na exclusão política dos setores populares. Para Gomes e Lena (2014), as imposições de rígidos controles eliminaram a participação popular na política brasileira, em especial, por meio dos Atos Institucionais (AI). Como consequência, tem-se o quarto item, dedicado à supressão da cidadania e democracia política. Segundo Gomes e Lena (2014, p. 87), essa qualidade suprime os relacionamentos entre o que é cidadania e o popular.

O quinto traço seria a consonância das exclusões políticas com os elementos econômicos da vida material. Aqui, leva-se em conta que a normalização econômica depende diretamente de “um padrão de acumulação de capital fortemente dirigido em prol dos grandes grupos oligopolizados de capital privado e de alguns empreendimentos estatais, as desigualdades existentes são aprofundadas” (Gomes; Lena, 2014, p. 88). As assimetrias sociais ocasionadas pela desigualdade seriam artifícios essenciais para desenhar a sexta característica do autoritarismo burocrático do estado, que seria, segundo O'Donnell, citado por Gomes e Lena (2014), a despolitização das questões sociais e problemas estruturais, submetendo-os a critérios neutros e objetivos, ditos como científicos.

Finalizando as descrições da ideologia autoritária-burocrática, O'Donnell (1990, p. 62 *apud* Gomes; Lena, 2014, p. 88) tece comentários sobre o último atributo: o fechamento dos

canais democráticos de acesso ao governo e, conjuntamente, os critérios de representação popular ou de classe. No contexto brasileiro referido, mas ainda assim transposto para outras contextualidades autoritárias, Gomes e Lena (2014) indicam que as vias de ingresso para representação seriam dedicadas somente às Forças Armadas, ou mesmo às grandes organizações (públicas ou privadas). Para os autores, toda essa ideologia seria reforçada e vista na legalidade com os Atos Institucionais, ao lado de outras ações que dariam mais intensidade ao discurso de consolidação do regime, como o fechamento de canais de comunicação.

Nota-se que a questão da ideologia demanda uma análise complexa, tendo a necessidade de considerar as raízes profundas de formação social, ainda mais porque consideramos o “autoritarismo socialmente implantado”. Pinheiro (1991) reforça que o controle ideológico autoritário e violento é muito mais amplo que as práticas determinadas pelos regimes de exceção, pois as relações de poder não estão somente incrustadas nas instituições macropolíticas, nos obrigando a perceber também as práticas cotidianas, indo além dos órgãos de representação formal.

Logo, o desafio está em perceber os fenômenos ideológicos ou contestatórios dos jornais “Diário da Manhã” e “Diário de Notícias”, bem como as maneiras nas quais os veículos colaboraram com a sustentação de um autoritarismo socialmente implantado, ou mesmo oposição a essa ideologia, tendo em vista que na sociedade brasileira opera um sistema de valores estruturalmente autoritários, indo além das instituições formais. Pinheiro (1991) rememora os estudos de Florestan Fernandes ao pontuar que esses controles autoritários e violentos coexistem neste regime de classes desigual, rígido, de violência institucionalizada. Portanto, um regime de exceção não poderia subsistir se não contasse com esse apoio legitimado no interior da sociedade (Pinheiro, 1991, p. 56).

Percebe-se que há uma grande complexidade envolvida nos discursos veiculados pela mídia, ainda mais quando consideramos o contexto sócio-histórico. Por essa razão, é importante se valer de uma abordagem crítica ampla e multidimensional, como apresenta Douglas Kellner (2001). O autor diz que os produtos da cultura da mídia não são inocentes, ao contrário, têm “cunho ideológico e vinculam-se à retórica, às lutas, a programas e ações políticas” (Kellner, 2001, p. 123). Daí a importância de apreender o conceito de ideologia aplicando um referencial teórico-metodológico capaz de abarcar o significado político e decodificar os efeitos ideológicos nas mensagens.

É interessante verificar que na multiperspectiva de Kellner (2001), é preciso fugir das dualidades, já que nem sempre os textos são totalmente “conservadores” ou “liberais”, mas tentam enveredar por ambas as vias para cativar o maior número de pessoas. Nesse sentido, os

textos da cultura da mídia utilizam estratégias mais abrangentes, incorporando posições ideológicas, narrativas e construções de efeito, que “raramente integram numa posição ideológica pura e coerente” (Kellner, 2001, p. 123). O autor ainda diz mais, ao tratar de maneira semelhante a Thompson (1995), da necessidade de se estabelecer relações entre os pontos de vista ideológicos com os debates políticos da época.

Além disso, com base na multiperspectiva de Kellner (2001), a crítica da ideologia não é apenas denunciadora, sendo necessário procurar momentos de embate e contestação em todos os textos dos meios de comunicação. De acordo com o autor, devemos procurar também por momentos utópicos, com projeções de mundo melhor, ainda mais porque a ideologia “contém construtos retóricos que tentam persuadir e convencer, estes precisam de um núcleo relativamente ressonante e atraente” e, por isso, há promessas e instantes de emancipação (Kellner, 2001, p. 143).

Fazendo uma ponte com os pressupostos ideológicos autoritários, ditos por Pinheiro (1991) e Dellasoppa (1991), a perspectiva múltipla de Kellner (2001) também salienta o poder da linguagem no controle social. Para ele, seria por meio da cultura da mídia que os indivíduos seriam conformados ideologicamente, mesmo que de modo sutil. Apesar de tratar os programas televisivos com maior intensidade, é possível tangenciar os aportes de Kellner (2001) para os jornais impressos, ainda mais em um contexto de interior, em que esses veículos eram muito próximos dos cidadãos e, por conta disso, ocupavam um papel dominante de socialização.

Com esse prelúdio conceitual, podemos nos empenhar na aplicação da Hermenêutica em Profundidade (Thompson, 1995), na multiperspectiva da ideologia, visto que os textos tratados “devem ser analisados no contexto da luta social e do debate político, e não simplesmente como dispensadoras de um tipo de consciência cuja falsidade é exposta pela crítica da ideologia” (Kellner, 2001, p. 143). Inclusive, vale adotar um olhar mais crítico, não necessariamente colocando as narrativas em posição de resistência ou conformidade.

Assim, durante a análise sócio-histórica, formal-discursiva e, posteriormente, a reinterpretção do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, é preciso considerar os modos de operação da ideologia vigente no período, enraizada e que permitiu a eclosão de um regime de exceção. Da mesma forma, os procedimentos analíticos também traduzem de que forma, ou em determinados momentos, o sentido foi mobilizado e a ideologia contestada.

Isto significa que a interpretação da ideologia dos jornais se vale das diferentes fases enfocadas pela Hermenêutica em Profundidade, pois, segundo Thompson (1995), o interesse pelos aspectos ideológicos das formas simbólicas oferece uma dimensão crítica. Mas, assim

como postula o autor, a ideologia toma as fases da HP de uma maneira particular, com o objetivo de realçar as maneiras como o significado serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Como consequência, temos uma inflexão crítica das fases hermenêuticas, pois a ideologia “as usa com a finalidade de identificar o significado ao serviço do poder” (Thompson, 1995, p. 378).

### **2.3 Análise sócio-histórica**

O enfoque tríptico da Hermenêutica em Profundidade destaca como uma de suas fases a análise sócio-histórica, compreendendo as situações espaço-temporais, os campos de interação, as instituições sociais, a estrutura social e os meios técnicos de transmissão, conforme vimos na Figura 1. De acordo com Thompson (1995, p. 366), este primeiro momento tem como objetivo “reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas”, visto que os significados, bem como os fenômenos ideológicos não subsistem no vácuo, mas sim, em condições específicas.

O referencial teórico-metodológico hermenêutico considera as particularidades do campo-objeto, por isso, Thompson (1995) acresce que a análise sócio-histórica pode adotar inúmeras maneiras de exame das contextualidades, a depender das circunstâncias de pesquisa. Essa passagem é bastante significativa em nosso estudo, já que lidamos com um espaço de interior, indo além dos grandes centros urbanos brasileiros comumente estudados, para nos focar em condições de produção, circulação e recepção próprias da cidade de Ribeirão Preto – SP.

Tal abordagem corrobora com o multiperspectivismo de Kellner (2001), que encara a cultura da mídia, quer dizer, as formas simbólicas reproduzidas em meios técnicos, incluindo a imprensa, como um terreno de disputa, que reproduz em nível cultural os conflitos da sociedade – e não é meramente um instrumento de dominação. Além disso, para empreender o olhar multiperspectivo também devemos considerar contextos, de maneira similar com a HP. Para Kellner (2001, p. 135), os produtos da mídia devem ser analisados como textos ideológicos em contexto e relação, em que podemos perceber alguns textos como reações radicais ou liberais mais progressistas, ao invés de apenas rejeitar toda a cultura da mídia como meramente reacionária e ideológica, conforme costumam fazer certas teorias monolíticas em torno da ideologia. Sendo assim, Kellner (2001) e Thompson (1995) concordam que, um modo de delinear a ideologia em torno de veículos de comunicação é ver a sua produção “em relação”, considerando a contextualidade histórica, sociopolítica, econômica, as aproximações com outros representantes da imprensa e outras particularidades temporalmente e espacialmente situadas.

Como prevê Thompson (1995), o primeiro passo da análise sócio-histórica envolve a reconstrução das situações espaço-temporais, que envolve os locais em que as formas simbólicas são produzidas e os tempos particulares. Daí a importância de focar os estudos históricos ainda mais recortados, em uma potencialização do aspecto espaço-tempo da HP.

Logo após, temos os campos de interação, isto é, dito pelo autor como o conjunto de trajetórias que determinam algumas das relações entre os sujeitos participantes do campo-objeto. “As pessoas empregam vários tipos e quantidades de recursos ou “capital” disponível a elas, assim como uma variedade de regras, convenções e “esquemas” flexíveis”, enquanto estratégias implícitas e tácitas (Thompson, 1995, p. 367). Os campos de interação convergem com os postulados de “campos sociais” de Pierre Bourdieu (1983), pois trata-se de um conjunto de regras e convenções, com agentes que se relacionam e lutam, para determinar, validar e legitimar representações simbólicas.

O terceiro nível da análise sócio-histórica da HP envolve as instituições sociais, que são vistas por Thompson (1995) como conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos, que dão forma particular aos campos de interação. Ao analisar as instituições sociais, é importante “reconstruir os conjuntos de regras, recursos e relações que as constituem, é traçar seu desenvolvimento através do tempo e examinar as práticas e atitudes das pessoas que agem a seu favor de dentro delas” (Thompson, 1995, p. 367).

Vale a distinção entre a instituição da estrutura social, que é o próximo nível na análise sócio-histórica. Neste caso, Thompson (1995) inclui as assimetrias e diferenças que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação, verificando que essas diferenciações não são individuais, mas coletivas, em termo de distribuição e acesso aos recursos, poder e oportunidades de realização – um exemplo notório é a própria formação e reprodução das classes sociais. Como vimos com Gomes e Lena (2014), ao tratar do golpe civil-militar brasileiro de 1964, essas assimetrias são ainda mais evidentes na constituição de um autoritarismo burocrático, com a exclusão das classes populares.

A última instância da análise sócio-histórica de Thompson (1995) está centrada nos meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão, que são os substratos materiais em que as formas simbólicas são produzidas e transmitidas.

Os meios técnicos conferem às formas simbólicas determinadas características, certo grau de fixidez, certo grau de reprodutibilidade, e certa possibilidade de participação para os sujeitos que empregam o meio. É evidente que os meios técnicos não existem isoladamente. Eles estão sempre inseridos em contextos sócio-históricos particulares; eles sempre supõem certas habilidades, regras e recursos para codificar e decodificar mensagens, atributos esses que estão, eles próprios, desigualmente distribuídos entre as pessoas; e eles são, muitas vezes,



desenvolvidos dentro de aparatos institucionais específicos, que podem estar relacionados com a regulação, produção e circulação das formas simbólicas. Por conseguinte, a análise sócio-histórica dos meios técnicos de construção e de transmissão de mensagens não pode se constituir apenas numa investigação técnica, mas deve procurar elucidar os contextos sociais mais amplos em que esses meios estão inseridos e empregados (Thompson, 1995, p. 368).

Em nossa investigação, considerar os meios técnicos é algo valioso, porque lidamos com os editoriais de veículos de comunicação específicos, produzidos e veiculados em Ribeirão Preto – SP. Separamos um item dedicado à explanação do desenvolvimento da imprensa no município, encarando a relação com os contextos sociais mais amplos a qual se refere Thompson (1995), além do próprio papel dos editores dos jornais, que são os sujeitos participantes e que empregam o meio de comunicação.

Como lidamos com a ideologia dos veículos de imprensa ribeirão-pretanos, a nossa orientação de análise está pautada nas relações de dominação, principalmente nas de classe. Como veremos na análise, a sociedade de Ribeirão Preto tinha suas divisões classistas, resultantes da economia cafeeira e das particularidades como ocorreu o desenvolvimento urbano. Inclusive, muitas dessas assimetrias são verificáveis em textos jornalísticos, pois a imprensa funcionava como “palco” de embates políticos.

Não dá para ignorar que grande parte dos editores e jornalistas do interior, em meados dos anos de 1960, representavam interesses de grupos sociais, incluindo empresários, membros do clero e da elite financeira da cidade. Isso revela as assimetrias e relações de dominação, embate e conflito, muitas vezes manifestadas em textos opinativos e editoriais da imprensa.

A partir disso, podemos realizar uma análise sócio-histórica embasada na interpretação da ideologia, como sugere Thompson (1995), considerando as relações de dominação que caracterizam as instituições sociais e os campos de interação. Afinal, “não podemos compreender o caráter ideológico das formas simbólicas sem realçar as relações de dominação que essas formas podem adquirir, em circunstâncias específicas, para seu estabelecimento e sustentação” (Thompson, 1995, p. 378).

#### **2.4 Análise formal e discursiva**

O segundo nível da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995) é a análise formal e discursiva (também chamada de formal ou discursiva, ou mesmo formal-discursiva), que envolve a identificação de características estruturais das formas simbólicas que facilitam a mobilização do significado. Nesta fase, o autor diz que é preciso empenhar um exame mais flexível, para levar em consideração as diferentes especificidades das formas simbólicas.

Uma das propostas de Thompson (1995), principalmente no que concerne à interpretação da ideologia, é levar em conta as cinco maneiras gerais de operação da ideologia (Quadro 1), que são artifícios de linguagem constituídos em legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Dessa forma, podemos “estabelecer essas características como instâncias de estratégias ou processos específicos de construção simbólica” (Thompson, 1995, p. 379).

Ao realizar uma análise formal e discursiva, temos argumentos que identificam, a partir da linguagem e do discurso, alguns artifícios que servem para sustentar relações de dominação, ou mesmo contestando certas assimetrias vigentes. Para Thompson (1995, p. 379):

Interpretar a ideologia é explicitar a conexão entre o sentido mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este sentido ajuda a estabelecer e sustentar. A interpretação da ideologia é um processo de síntese criativa. É criativo no sentido que ele envolve a construção ativa do sentido, a explicação criativa do que está representado ou do que é dito. O sentido é determinado e predeterminado através de um processo contínuo de interpretação.

Além disso, a análise formal e discursiva envolve a união dos resultados da análise sócio-histórica, pois o sentido deve ser interpretado à luz de uma contextualização, caso contrário, temos apenas um acesso inicial aos modos de operação da ideologia. Sem esquecer que as formas simbólicas são “baseadas em regras, recursos, etc., disponíveis ao produtor; mas elas são também algo mais, pois elas são construções simbólicas complexas, através das quais algo é expresso ou dito” (Thompson, 1995, p. 369). Resumidamente, o segundo nível da HP se preocupa com a organização das formas simbólicas para a constituição de um campo objetivo, mas é uma etapa que não deve ser encarada isoladamente.

Diante disso, em um primeiro momento da análise formal e discursiva, precisamos considerar as particularidades estruturais que envolvem o editorial, visto como principal objeto analítico do presente estudo, em que o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, na figura de seus editores, podiam expressar oficialmente seus posicionamentos acerca de vários embates sociais, políticos, econômicos, entre outros. Os trabalhos de Luiz Beltrão (1980) e José Marques de Melo (1985) são um marco na definição deste tipo de texto jornalístico, pois os autores conceituam a separação entre os formatos textuais opinativos (editorial, artigos, crônicas) dos informativos (notícias, reportagens, boletins)<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> No Brasil, as divisões entre o jornalismo opinativo e informativo se deu na década de 1950, com a acentuação dos ideais de modernidade. Antes desse período, os jornais eram, em muitos casos, vistos como veículos de expressão de manifestos políticos, com forte influência literária. Mas, com a modernização da sociedade, em conjunto com as influências das técnicas jornalísticas norte-americanas, a imprensa brasileira passou por um período de reformulação, incorporando algumas estratégias de linguagem para aproximar as redações da objetividade (*lead*, pirâmide invertida), além de privilegiar a informação. Em conjunto, as próprias empresas jornalísticas se

Na divisão clássica de Marques de Melo (2009), temos as seguintes distribuições dos gêneros e formatos no jornalismo brasileiro:

Quadro 2 - Gêneros e formatos no jornalismo brasileiro

Gêneros	Formatos
Gênero informativo	Nota, Notícia, Reportagem, Entrevista
Gênero opinativo	Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Caricatura, Carta, Crônica
Gênero interpretativo	Análise, Perfil, Enquete, Cronologia, Dossiê
Gênero diversional	História de interesse humano, História colorida
Gênero utilitário	Indicador, Cotação, Roteiro, Serviço

Fonte: Adaptado de Marques de Melo (2009, p. 35).

Na proposta de Marques de Melo (2009), cada um dos formatos tem características próprias que os tornam únicos, mas também os equiparam nos mesmos gêneros. Para o jornalista, o editorial, que faz parte da categoria opinativa, teria como atributos: o registro de uma posição institucional e a ausência de assinatura, enquanto os artigos e comentários seriam assinados e revelam posições de seus autores, não de uma empresa. A diferença entre os dois últimos é que o artigo é elaborado por um especialista, enquanto o comentário é produzido por um jornalista experiente, com foco em um assunto trabalhado naquela publicação (Melo, 2009).

Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985) incidem suas conclusões acerca da constituição estrutural dos editoriais, a partir de uma mudança de paradigma do campo jornalístico, já que o início da imprensa brasileira, em 1808, tinha um caráter fortemente tendencioso, priorizando a opinião e a exposição de embates das famílias burguesas do Brasil. Na época do desenvolvimento das primeiras folhas, os textos eram voltados à defesa dos interesses dos proprietários ou de grupos específicos. Porém, ao avançar das décadas, com um salto para os anos de 1950, houve uma acentuada modernização da imprensa, com separação entre opinião e informação, introdução de técnicas de produção textual inspirada em padrões norte-americanos (*lead*

---

modernizaram, com a aquisição de máquinas de impressão, uso de fotografias nas reportagens e a construção da primeira página como uma espécie de “vitrine” de notícias. Para saber mais sobre o assunto, é possível conferir os trabalhos de Alzira Alves de Abreu (2002) Ana Paula Goulart Ribeiro (2007). Cf: ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.; RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

e pirâmide invertida), bem como a própria incorporação de máquinas de prensa tecnológicas (Ribeiro, 2007).

Camila Mont’Alverne e Francisco P. J. Marques (2015) notam que essa mudança de paradigma no campo jornalístico, com a distinção entre notícia e opinião, é uma construção histórica e ideológica. Afinal, a própria ideia de “modernidade” pode ser encarada como um projeto e uma ideologia<sup>4</sup>. Assim, com a intenção de “atingir uma parcela mais ampla da sociedade, algumas estratégias (a exemplo da divisão entre textos opinativos e informativos) foram adotadas pelos empresários envolvidos na produção de informações” (Mont’Alverne; Marques, 2015, p. 124).

Entretanto, como reforça Beltrão (1980), mesmo com essas divisões entre opinião e informação, o jornalismo ainda teria a obrigação de se expressar, visto que os textos opinativos colaboram com o engrandecimento da atividade profissional do jornalista e, em conjunto, também oferecem uma possível interpretação dos fatos para a opinião pública – o que é dever da imprensa junto à sociedade. Isso não quer dizer que os jornais influenciam diretamente em como os indivíduos pensam, já que outros fatores têm peso, como a vivência de cada um, demais instituições sociais etc., fora que os receptores não são passivos, mas os editoriais são uma forma de transparecer a opinião da empresa jornalística com honestidade e pautar certos assuntos na agenda pública.

Desse modo, compreendemos o que nos diz Marques de Melo (1985), ao colocar o editorial como espaço reservado à manifestação da instituição jornalística enquanto empresa, por meio da apresentação de opiniões sobre os mais variados assuntos. Mas, para além de simplesmente expressar comentários opinativos, o editorial também é visto como um formato capaz de pressionar o poder público, ao passo que coloca assuntos na pauta coletiva de discussões (Mont’Alverne; Marques, 2015).

Para além do formato, Aurea Suely Zavam (2009) traz os debates acerca da estrutura linguística dos editoriais, em uma organização ora textual, ora retórica. De acordo com ela, o editorial é visto do ponto de vista de sua macroestrutura como um texto argumentativo. Embora

---

<sup>4</sup> O debate sobre o projeto da modernidade é bastante rico. Não pretendemos nos alongar nesta questão na presente tese, mas sugerimos a leitura das reflexões de Habermas (2000). Segundo o pensador, o conceito de “modernidade” compreende a ideia de um rompimento com a tradição, a exposição de algo novo e a promoção de rupturas para distinguir o que é moderno e o que não é. Vale dizer que Habermas também incorpora em seus estudos que a modernidade é resultante de um agregado de processos que se reforçam mutuamente, incluindo as formas urbanas de vida e a instituição de estruturas normativas. Ora, é possível interseccionar vários conceitos apresentados pelo autor com a proposta “moderna” da imprensa no Brasil em meados de 1950. Inclusive, muitas ideias da modernidade são incorporadas na estrutura textual, já que o aspecto formal também revela os fenômenos ideológicos, mas também nos discursos expressados nos textos. Cf: HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

a autora reconheça que a argumentação não é uma diferença única do formato editorial, a evidência dessa característica é importante, “uma vez que a organização textual argumentativa, captada na superfície discursiva, revela a intenção do editorialista em convencer seu interlocutor por meio da opinião/manipulação do que manifesta” (Zavam, 2009, p. 131).

De fato, a opinião é um dos pontos centrais do editorial, tanto em seu aspecto estrutural quanto linguístico. Em nossa pesquisa, a identificação dos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*” incidiu neste aspecto, mas também nas particularidades dos objetos de estudo, já que por representarem empresas jornalísticas de pequeno e médio porte, muitas vezes, esses formatos textuais também revelavam as opiniões pessoais dos editores. Tratamos, portanto, de uma especificidade, vista em alguns veículos de imprensa, como os jornais do interior em Ribeirão Preto – SP. Marques de Melo (1985) lembrou isso em seu estudo, ao afirmar que é possível encontrar editoriais que representem as opiniões dos proprietários ou mesmo da família responsável pela instituição jornalística.

Ademais, outra consideração se faz necessária para os editoriais: a autoria. Beltrão (1980) e Marques de Melo (1985) se complementam quando dizem que a principal diferença entre um artigo, comentário e editorial está na ausência de assinatura deste último, enquanto os primeiros levam o nome de especialistas e jornalistas. Mas, isso não impede o encontro de textos assinados pelos editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*” que se comportam como editoriais, revelando mais uma heterogeneidade dos formatos na imprensa do interior. Por isso, mais do que se ater à estrutura formalizada, a verificação do conteúdo foi imprescindível em nossa análise, ao qualificar os textos que reincidiam na opinião dos proprietários-editores e do veículo como instituição.

Aliás, mais do que o formato editorial e o gênero opinativo, precisamos verificar as características que incidem na imprensa do interior, compreendendo-a como uma forma diferenciada de fazer jornalístico, muito pautado pelo critério da proximidade e a mescla entre os moldes tradicionais e modernos de construção dos produtos de mídia. Contudo, não podemos conceituar os veículos interioranos como homogêneos ou alocados em uma definição padrão. A riqueza dos jornais do interior está na sua heterogeneidade e, por conta disso, é indispensável contextualizá-los em torno de um espaço (em nosso caso, Ribeirão Preto – SP) e tempo, percebendo as nuances que envolvem esses meios de comunicação em seu aspecto histórico.

Entender todo esse cenário de características de gênero, formato, padronizações e estruturas, em conjunto com o conteúdo do discurso e da imprensa, nos aproxima da Hermenêutica em Profundidade, pois não encaramos as formas simbólicas de forma isolada. Ao contrário, para nós, as formas simbólicas identificadas nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e no “*Diário*

*de Notícias*” estão diretamente relacionadas com a ideia de Thompson (1995, p. 369), vendo-as como “produtos simbólicos e algo a mais, pois elas são produtos que, em virtude de suas características estruturais têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo”.

Para facilitar a organização dos editoriais analisados, faremos uma primeira divisão entre os jornais, ou seja, o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*” e, posteriormente, trataremos dos temas mais debatidos nos textos em cada um dos veículos. Essa categorização partiu de uma leitura prévia dos conteúdos, bem como de pesquisas anteriores a esta tese de doutoramento, que nos ajudaram a configurar melhor as temáticas de cada jornal. Já que a Hermenêutica em Profundidade permite uma exploração de outras metodologias em sua composição, nos inspiramos em algumas técnicas da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para a execução dos procedimentos de categorização e codificação.

Em seguida, faremos uma aplicação dos modos de operação da ideologia, identificando os artifícios e estratégias de linguagem nos editoriais mais simbólicos de cada um dos diários. Isso ajuda na interpretação dos fenômenos ideológicos, sendo possível perceber em que ponto as formas simbólicas são representativas para a sustentação de relações de dominação, ou mesmo adotam um caráter contestatório. Devemos lembrar que estamos em um contexto sócio-histórico de autoritarismo, portanto, a questão da ideologia autoritária será tratada como o “pano de fundo” para percebemos os sentidos dos textos opinativos dos jornais.

A análise formal e discursiva pode ser vista como um dos pontos altos da pesquisa, pois ela trará uma aplicação metodológica sistemática e objetiva para a verificação dos editoriais, porém ela não deve ser desvinculada de toda a contextualização e aporte anterior, que é de fundamental importância para a compreensão dos modos de operação da ideologia nos veículos da imprensa do interior. Até porque a Hermenêutica em Profundidade nos “ensina que a recepção das formas simbólicas – incluindo os produtos da mídia – sempre implica um processo contextualizado e criativo de interpretação” (Thompson, 1998, p. 17).

## **2.5 Reinterpretação**

A terceira e última etapa da Hermenêutica em Profundidade é conhecida como reinterpretação. Como o próprio nome sugere, esta é a fase posterior à análise formal e discursiva, em que se pode desconstruir os sentidos, ou mesmo revelar certos padrões nos discursos que nos ajudam a compreender melhor os fenômenos ideológicos, intenções e subjetividades presentes nas narrativas. Vale dizer que a reinterpretação também é feita à luz do enfoque sócio-histórico, pois os resultados devem partir de um espaço-tempo específico, em condições que afetam a produção, transmissão e recepção das formas simbólicas.

Thompson (1995) defende que a reinterpretação é capaz de reunir as duas análises anteriores (sócio-histórica e a formal-discursiva) em um movimento de síntese e construção criativa, com vários possíveis significados. Segundo o pesquisador, por mais rigorosos que os métodos de análise possam ser, “eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito” (Thompson, 1995, p. 375).

O nome reinterpretação não é dado por acaso. Na metodologia da Hermenêutica em Profundidade, acredita-se que o analista já lida com um campo previamente interpretado e, por conta disso, ele projeta um significado possível que pode, em certos casos, divergir dos sujeitos que constituem aquele mundo sócio-histórico. No entanto, é preciso cuidado para não cometer anacronismos, tanto que a verificação dos contextos textuais e espaciais é imprescindível, aparecendo logo na primeira etapa da HP. Ao mesmo tempo, a reinterpretação abre portas para um processo conflituoso e aberto à discussão. De acordo com Thompson (1995, p. 376):

E esse é um conflito que pode surgir, não simplesmente entre as interpretações divergentes de analistas que empregam técnicas diferentes, mas também entre uma interpretação mediada pelo enfoque HP de um lado, e as maneiras em que as formas simbólicas são interpretadas pelos sujeitos que constituem o mundo sócio-histórico, de outro. É essa possibilidade de um conflito de interpretações, uma divergência entre uma interpretação de superfície e uma de profundidade, entre pré-interpretação e reinterpretação, que cria o espaço metodológico para o que eu descreveria como o potencial crítico da interpretação.

Ora, o que o autor quer nos dizer é que, muitas vezes, os significados percebidos pelos sujeitos divergem do analista por conta da predominância de um senso comum. Sendo assim, por meio da Hermenêutica em Profundidade, é possível alcançar explicações mais completas e complexas, fazendo justiça à construção das formas simbólicas historicamente datadas e representadas em um determinado discurso. Ou seja, a metodologia de Thompson (1995) tem a intenção de não cair no reducionismo, levando em conta somente a historicidade; ou mesmo no internalismo, supondo significados somente na análise discursiva.

Em vista disso, o processo de reinterpretação da ideologia assume uma tarefa dupla: a explicação criativa do significado de uma determinada representação simbólica (no caso, os discursos percebidos no “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*”), e como estes possíveis significados atuam como fenômenos ideológicos. Conforme apresenta Thompson (1995), é um trabalho que exige certa sensibilidade às características estruturais das formas simbólicas, bem como as relações de dominação que elas podem estabelecer. Quer dizer que “o processo de interpretação procura mostrar como essas formas simbólicas podem operar como ideologia em circunstâncias sócio-históricas específicas” (Thompson, 1995, p. 380).

É nessa reinterpretação, mais crítica e profunda, que a HP traz algumas intersecções com a multiperspectiva de Kellner (2001), afinal, o que nos diz o autor é que a análise das formas simbólicas, especialmente na mídia, deve ser aberta, flexível e não-dogmática. Ao mesmo tempo, essa visão não exclui os fenômenos ideológicos, pois Kellner também argumenta a necessidade de uma análise que interpreta os discursos midiáticos, no caso da imprensa, considerando os contextos, as relações com as estruturas de dominação, as forças de resistência, ou mesmo as posições ideológicas em períodos de lutas sociais em andamento. Portanto, a relação entre a HP de Thompson e a multiperspectiva kellneriana está justamente em tecer uma metodologia mais crítica, que não está apenas interessada “em fazer leituras inteligentes de textos culturais, mas também em tecer uma crítica das estruturas e das práticas de dominação, dando impulso a forças de resistência e de luta por uma sociedade mais democrática e igualitária” (Kellner, 2001, p. 126).

Por adotar uma linha mais crítica e não-dogmática, a conceituação da ideologia foi algo recorrente no presente estudo. Consideramos justos os apontamentos de Thompson (1995), que compreende os fenômenos ideológicos para manutenção e sustentação das relações de dominação, porém acreditamos que a leitura de Guareschi (2000) sobre a Hermenêutica em Profundidade nos fornece uma bagagem maior, ainda mais por considerarmos a multiperspectiva de Kellner.

Sendo assim, o entendimento para a reinterpretação dos fenômenos ideológicos dos jornais “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*” que propomos é ver o papel da ideologia em suas dimensões valorativas para privilegiar certas hegemonias, mas também como uma estrutura que pode ser contestada, por meio de discursos resistentes e em prol da emancipação. Guareschi (2000) sintetiza bem nossa percepção, ao dizer que a ideologia deve ser encarada na sua dimensão valorativa e não separada das ações, já que ela está presente no processo de construção das representações simbólicas e em sua estrutura. “Perder a dimensão de não-neutralidade dos processos e representações, é empobrecer e mistificar tanto a uns como outras” (Guareschi, 2000, p. 45).

Na reinterpretação crítica dos significados presentes nos editoriais, devemos nos lembrar que a multiperspectiva de Kellner (2001, p. 146) não só visa as ideologias dominantes, mas também detecta os “momentos utópicos, contestadores, subversivos e emancipatórios nos constructos ideológicos, momentos esses que são contrapostos às formas vigentes de dominação”. Conforme nos explica o autor, a ideologia percorre aspectos cognitivos para atrair os indivíduos, o que justifica o porquê ela não deve ser encarada meramente como algo mentiroso. A crítica dos fenômenos ideológicos, por conseguinte, também se interessa pelo modo como “a



ideologia ludibria os indivíduos, levando-os a aceitar as condições sociais e modos de vida da atualidade”, apresentando como naturais algumas circunstâncias que são parte de uma construção sócio-histórica (Kellner, 2001, p. 147).

Já que tratamos de editoriais contidos em veículos de imprensa e, por essa razão, discursos que pertencem aos meios de comunicação, o enfoque tríplice da Hermenêutica em Profundidade, especialmente no que concerne à reinterpretação, não pode perder a sua criticidade. Isso porque estamos lidando com discursos historicamente e socialmente produzidos por certos indivíduos, que representam interesses de grupos sociais específicos, diante da propriedade dos veículos de imprensa. Nesse sentido, considerar a crítica da ideologia é uma forma de verificar como esta retórica “tenta seduzir os indivíduos para que estes se identifiquem com o sistema dominante de valores, crenças e comportamentos”, para que eles não reconheçam que as condições são construídas e, portanto, modificáveis (Kellner, 2001, p. 147).

Ao mesmo tempo, quando empenhamos um estudo crítico dos fenômenos ideológicos, indo além de uma hegemonia, percebemos o modo que a ideologia pode ser falha. Como diz Kellner (2001), os textos ideológicos podem naturalizar certas condições, mas em alguns casos, eles são constituídos como espaços de tensão e dissonância, mesmo que à primeira vista, pareçam harmoniosos. Então, a reinterpretação a partir da Hermenêutica em Profundidade e da multiperspectiva pode nos mostrar que os projetos ideológicos podem ser falhos em determinadas ocasiões, ou ao contrário, servem para manter e sustentar relações assimétricas de poder. Assim, é preciso considerar a polissemia dos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”.

Ademais, os representantes de mídia, com enfoque para os veículos de massa, têm uma característica singular: a ruptura entre a produção e recepção das formas simbólicas. Isto é, muito mais do que veicular discursos para grupos seletos, a imprensa tem a capacidade de expandi-los por um número grande de pessoas, ampliando a circulação das formas simbólicas.

Ora, quando Thompson (1995) trata de meios de comunicação de massa, longe de usar o termo de forma ingênua, ou mesmo desconsiderando estudos que já demonstraram o conflito com o conceito de “massa” – sabemos que os receptores não são homogêneos, passivos, como propunham os primeiros estudos de Comunicação, especialmente o da Teoria da Agulha Hipodérmica<sup>5</sup>. Para ele, o termo “massa” não deve ser encarado nestes aspectos e em conceituações

---

<sup>5</sup> A Teoria da Agulha Hipodérmica, ou “bala mágica”, foi desenvolvida em meados dos anos 1940, tendo como principais expoentes Walter Lippmann e Harold Lasswell, da corrente norte-americana. Os princípios teóricos são influenciados pelo behaviorismo, pois acredita-se que os meios de comunicação de massa serviriam para a manipulação dos públicos, já que os receptores aceitariam passivamente as mensagens transmitidas. Sendo assim, as pessoas agiriam conforme influência da mídia. Esta teoria já foi superada por estudos posteriores, pois hoje em

quantitativas, inclusive, o autor critica o uso da palavra massa quando é colocada para sugerir que as audiências são grupos amontados inertes e indiferentes. Com estes esclarecimentos, Thompson (1995, p. 288) define a comunicação de massa como “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação”.

Na reinterpretação dos fenômenos ideológicos vistos nos meios de comunicação de massa, como é o caso do presente estudo, considerar essas escolhas de Thompson é um importante passo para o empenho de uma análise mais sensível. Afinal, só poderemos entender o impacto social dos meios de comunicação de massa e dos fluxos de informação, se deixarmos de lado a ideia intuitiva de que as mídias servem para transmitir conteúdos simbólicos a indivíduos cujas as relações com os outros permanecem inalteradas.

Thompson (1998, p. 13) propõe enxergar como o uso dos meios de comunicação implica na criação de novos tipos de relações sociais, de relacionamento com os outros e consigo mesmo. Nesse sentido, quem usa os meios de comunicação podem agir fisicamente a favor de outros que estão ausentes, ou mesmo responder a quem está fisicamente distante, algo que “transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento do lugar comum” (Thompson, 1998, p. 14).

Portanto, no Capítulo 5, dedicado à reinterpretação, será feita a justaposição entre o contexto e a análise das formas simbólicas, encarando as especificidades dos meios de comunicação que veicularam as mensagens, bem como os modos de operação da ideologia em um espaço específico: os jornais do interior. Em conjunto, a multiperspectiva de Kellner (2001) também serve de base para a nossa reinterpretação, pois compreendemos que é preciso romper a visão dualista, isto é, de que algo é ou não é ideológico, é ou não é resistente, é ou não é conivente – ainda mais, porque estamos lidando com um contexto complexo, com manifestações simbólicas igualmente complexas.

## 2.6 Aplicação metodológica

A aplicação da Hermenêutica em Profundidade deu-se a partir da divisão do trabalho, que foi separado em capítulos referentes à análise sócio-histórica, análise formal e discursiva e

---

dia, é sabido que as audiências não são passivas e a recepção das mensagens é um processo complexo, não sendo algo unidirecional. Para saber mais sobre os avanços das Teorias da Comunicação ao longo dos anos, conferir: HONL FELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V.V. **Teorias da Comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

reinterpretação, conforme o enfoque tríplice. Dessa forma, foi possível construir um caminho lógico para a verificação dos significados e ideologias presentes nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”.

Além do mais, por tratarmos de algo tão complexo como a ideologia, este capítulo dedicado ao referencial teórico-metodológico preocupou-se em oferecer uma explicação acerca do que encaramos como fenômenos ideológicos e como identificar os modos de operação da ideologia, especialmente nos textos opinativos em meios de comunicação, como os impressos. Em conjunto, para a reinterpretação, utilizamos a proposta multiperspectiva de Kellner (2001), fazendo as pontes necessárias com os aportes de Thompson (1995).

Os aportes teóricos não se findam somente na ideologia de Thompson (1995) e na proposta da multiperspectiva de Kellner (2001). Diante da complexidade dos objetos de estudo, foi necessário um aprofundamento em Gramsci (1988), ao tratar dos intelectuais e da cultura, uma vez que os editores do “*Diário da Manhã*” (Antônio Machado Sant’Anna e Antônio Carlos Sant’Anna) e do “*Diário de Notícias*” (Pe. Celso Ibson Syllós) podem se comportar como intelectuais orgânicos. Inclusive, esta é uma das hipóteses do trabalho, que pretende ser corroborada com a verificação dos modos de operação da ideologia nos editoriais, em conjunto com a jornada dos próprios editores, fazendo um paralelo entre as formas simbólicas manifestadas nos jornais e a atuação sociopolítica dos jornalistas supracitados.

Já que tratamos de fenômenos ideológicos, não se pode ignorar a presença da ideologia do autoritarismo burocrático, como vimos anteriormente. Essa questão serve como embasamento para compreensão das origens da antidemocracia no Brasil, em uma reflexão feita a partir do artigo de Ianni (1988). Em resumo, o percurso teórico-metodológico é bastante extensivo, diante da complexa relação da ideologia, do jornalismo do interior e da atuação singular da imprensa e seus editores em períodos autoritários.

Por conta disso, o prelúdio de pesquisa centrou-se na busca, leitura e ponderações dos conceitos teóricos de natureza epistemológica da ideologia, perpassando diferentes cruzamentos possíveis dos fenômenos ideológicos, a historiografia e as práticas jornalísticas em cidades interioranas. A busca por bibliografia partiu majoritariamente do levantamento bibliográfico em repositórios de pesquisa, como o acervo da CAPES, as indexações de documentos do Google Acadêmico, bem como obras disponíveis na Rede de Bibliotecas da UNESP.

A análise sócio-histórica está concentrada nos acontecimentos da cidade de Ribeirão Preto – SP, em uma visão mais regionalizada, mas sem ignorar o desenrolar político-econômico nacional, que influencia diretamente as urbes interioranas. Com isso, pretendemos identificar como se deu o golpe civil-militar de 1964, indo além da visão metropolitana e comumente

reportada nos estudos brasileiros, que privilegiam o eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Este enfoque também permite tratar da história do desenvolvimento da imprensa em Ribeirão Preto, pois, como diz Thompson (1995), conhecer os meios técnicos e as formas de produção é algo que contribui com a reinterpretação dos fenômenos ideológicos datados.

As obras acadêmicas, como teses, dissertações, monografias e artigos científicos, serviram de principal embasamento para conhecer a historiografia de Ribeirão Preto e da imprensa, porém alguns livros memorialísticos também fizeram parte da composição bibliográfica. Isso porque grande parte da documentação da cidade é oriunda de relatos memoriais, em especial, de jornalistas da época.

Sendo assim, para a composição de bibliografia, realizou-se a seguinte separação das obras: a) textos que tratavam da historiografia do golpe civil-militar de 1964 e seus antecedentes em nível nacional; b) teses, dissertações e monografias sobre a imprensa em Ribeirão Preto, seu desenvolvimento ao longo dos anos, e o posicionamento dos jornais nos anos de 1960; c) livros memoriais de personalidades ribeirão-pretanas que, de certa forma, vivenciaram períodos de autoritarismo na cidade; d), teses, dissertações, monografias e artigos científicos a respeito das práticas jornalísticas do interior.

Muitos desses documentos já eram conhecidos da pesquisadora, visto os inúmeros anos de estudo acerca da temática. Entretanto, alguns materiais têm lançamento recente, incluindo dissertações e monografias, que serviram de complemento às informações históricas relatadas em Ribeirão Preto, com maior aprofundamento dos acontecimentos em cidades interioranas.

Na análise formal e discursiva, a base principal foi a identificação dos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, diante das particularidades dos formatos textuais vistos na imprensa ribeirão-pretana dos anos de 1960. Após esse processo, foi preciso categorizar e organizar cada um dos textos lidos, diante do grande montante de material. Devido a isso, a Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) foi de grande valia para a exploração dos editoriais e divisão sistemática, fornecendo uma base objetiva para o estudo.

Destacamos que, embora a Análise de Conteúdo seja vista como uma nova metodologia, ela se encaixa na proposta de “mix-método” dita por Thompson (1995), já que a Hermenêutica em Profundidade permite a integração de outras metodologias para composição de uma reinterpretação mais completa acerca dos fenômenos ideológicos. Neste caso, priorizamos a etapa qualitativa, principalmente na pré-análise dos materiais, na identificação do recorte das categorias e na agregação dos editoriais em torno de uma temática em comum. Ou seja, embora se reconheça que a Análise de Conteúdo tem uma parte voltada à enumeração e verificações estatísticas, para a nossa proposta metodológica, que envolve a HP e a reinterpretação à luz da

multiperspectiva, entendemos que uma pesquisa de cunho mais quantitativo durante a análise formal e discursiva não teria tanto espaço.

O primeiro passo para a separação dos editoriais foi a pré-análise. Como afirma Bardin (2016), é um momento de organização intuitiva, que tem como objetivo sistematizar as ideias iniciais, para conduzir um plano de estudo posterior. Assim, estabelece-se um programa mais flexível, que levou em conta minhas próprias pesquisas anteriores, principalmente a monografia “*A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1964-1967*”<sup>6</sup> e a dissertação “*A voz na Igreja no “Diário de Notícias”: Ribeirão Preto – 1961-1967*”<sup>7</sup>, ambas financiadas pela FAPESP. Nesta etapa, optou-se por realizar a escolha dos materiais e documentos, a partir de uma leitura flutuante, que definiu quais textos eram pertencentes ao gênero editorial.

Importante ressaltar que os exemplares dos jornais estão contidos em arquivos públicos e, por conta disso, foram consultados e digitalizados pela pesquisadora, a fim de preservar os documentos e garantir acesso fácil aos textos. O acervo do “*Diário da Manhã*” encontra-se no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, e o “*Diário de Notícias*” está localizado na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Seminário de Ribeirão Preto, em Brodósqui – SP. Ambos os jornais estão encadernados, a maioria em blocos de três em três meses. O processo de digitalização foi feito manualmente, com fotografia dos exemplares e edição das imagens para melhorar a leitura dos textos, como a parte do momento de preparação do material. Algumas datas não estavam disponíveis para consulta, por conta do processo de deterioração das páginas ou por ausência de amostras.

Para maior rigor científico, após a leitura flutuante, preparação do material e separação dos textos por gênero, iniciou-se a fase de codificação dos editoriais. Como estamos lidando com um referencial teórico-metodológico, não se pode ignorar a importância de um perfil teoricamente construído, como vimos as questões sobre ideologia, as discussões da Hermenêutica em Profundidade e a multiperspectiva das formas simbólicas nos meios de comunicação. Sendo assim, os dados brutos foram transformados à luz de um recorte teórico, que permitiu a verificação de certas características dos textos e, mais além, a escolha das categorias temáticas.

Na organização da Análise de Conteúdo, os temas selecionados são vistos como unidades de registro que agrupam os editoriais, segundo os critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. Em geral, este recorte é usado para estudar motivações, opiniões, crenças, valores

---

<sup>6</sup> Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, como parta da obtenção do título de Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo, da FAAC-UNESP. Orientação: Prof. Dr. Célio José Losnak.

<sup>7</sup> Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FAAC-UNESP. Orientação: Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.

e comportamentos, que são atitudes estritamente relacionadas com a manifestação dos fenômenos ideológicos. Já que estamos tratando de dois objetos diferentes, o “*Diário da Manhã*” seguiu algumas definições temáticas diferentes do “*Diário de Notícias*”, embora alguns textos se interseccionem em suas ideias. Quer dizer que há temáticas que se repetem em ambos os jornais, porém há situações que definem o comportamento particular.

Ainda assim, para uma divisão metodológica mais precisa, os editoriais agrupados em temáticas também serão analisados em subtemas, que são os modos de operação da ideologia ditos por Thompson (1995). Para exemplificar a nossa lógica de análise, observe o quadro a seguir que ilustra uma das possibilidades de codificação:

Quadro 3 - Divisão da análise dos editoriais

<b>Objeto</b>	<b>Tema</b>	<b>Subtema (modos de operação da ideologia)</b>
Diário da Manhã	Nacionalismo	Legitimação Dissimulação Unificação Fragmentação Reificação
	Reformas de Base	
	Política Nacional	
	Política em Ribeirão Preto	
Diário de Notícias	Doutrina Social Cristã	
	Reformas de Base	
	Política Nacional	
	Política em Ribeirão Preto	

Fonte: Elaborado pela autora.

No aprimoramento do método qualitativo de análise, optou-se pelo uso do software Atlas.ti<sup>®</sup>, que permitiu melhor categorização temática dos materiais, bem como o intercruzamento de dados, para a visualização de conjuntos, relações e intersecções entre os textos. Fora que, por meio do uso de programas de computador, as verificações ficam armazenadas em um banco de dados, com menor risco de perda das informações.

O Atlas.ti<sup>®</sup> tem inúmeras funções analíticas, incluindo a importação de textos, a criação dos códigos de maneira hierárquica, acesso aos materiais já codificados e a permissão para acréscimo de observações de análise. Embora nossa proposta de estudo não enfoque a parte

quantitativa, o software também permite a elaboração de gráficos, tabelas e quadros com dados estatísticos quando desejado pelo analista. Em geral, essas ferramentas são usadas para facilitar a visualização dos elementos codificados.

Uma das principais vantagens do Atlas.ti<sup>®</sup> para a análise qualitativa está na sua capacidade de personalização, pois o programa permite a composição de diferentes unidades de significado no processo de codificação. Desse modo, a separação do material foi feita com base nas temáticas propostas, verificando certos códigos similares que apareciam nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”. Por exemplo, ao perceber que um texto utilizava o termo “Reformas de Base”, este arquivo já poderia ser direcionado para a temática de mesmo nome.

A organização da análise foi realizada da seguinte forma: o nome dos projetos está separado pelo jornal e ano. Por exemplo: DM\_1961. Isso significa que a verificação central é do “*Diário da Manhã*”, no ano de 1961. Para o próximo ano, o nome é “DM\_1962” e assim por diante. O mesmo vale para a análise do “*Diário de Notícias*”, o segundo objeto, mudando apenas as iniciais do jornal: “DN\_1961”, “DN\_1962” e continua. Dessa maneira, concentramos a observação conforme o Quadro 3 em cada um dos anos, de cada jornal.

Posteriormente, os editoriais eram lidos e categorizados em três grandes Grupos de Códigos (GC). São eles: Editores, Temas e Modos de Operação da Ideologia (MOI). Em cada GC, podíamos identificar quem estava escrevendo no jornal, o assunto tratado no editorial e como a ideologia operava, respectivamente. Em “Temas”, ressaltamos algumas palavras que apareciam em cada temática com certa frequência, mas que poderiam ter significados diferentes dependendo do contexto. Um exemplo é a palavra “democracia”, que pode ser usada tanto na temática do Nacionalismo, nas Reformas de Base, na Política Nacional ou na Política em Ribeirão Preto. Por isso, optamos por priorizar nos “Temas” o contexto do que trata o editorial. Para facilitar a organização da análise no Atlas.ti<sup>®</sup>, veja quadro abaixo:

Quadro 4 - Organização do procedimento de análise do DM no Atlas.ti<sup>®</sup>

Nome do Projeto	Grupo de Códigos	Códigos dentro do CG
DM_1961	EDITORES	Machado Sant’Anna
		Carlos Sant’Anna
	Temas	Nacionalismo
		Reformas de Base
		Política Nacional
		Política em Ribeirão Preto
	MOI	Legitimação
		Dissimulação
		Unificação
		Fragmentação
		Reificação

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto ao jornal “*Diário de Notícias*”, a lógica de organização permaneceu a mesma, alterando-se somente alguns códigos no GC “Temas”, conforme explicitado no Quadro 4, e também a identificação dos GC dos “Editores”.

Quadro 5 - Organização do procedimento de análise do DN no Atlas.ti®

Nome do Projeto	Grupo de Códigos	Códigos dentro do CG
DN_1961	EDITORES	Pe. Celso Ibson Syllós
		Angélico Sândalo Bernardino
		Doutrina Social Cristã
	TEMAS	Reformas de Base
		Política Nacional
		Política em Ribeirão Preto
		Legitimação
	MOI	Dissimulação
		Unificação
		Fragmentação
		Reificação

Fonte: Elaborado pela autora.

Na Figura 2, é possível verificar como se dá o arranjo analítico qualitativo no Atlas.ti. Conforme pode-se observar, no GC do lado direito, temos os Editores, os Modos de Operação da Ideologia e, em seguida, cada um dos temas (Nacionalismo, Política Nacional, etc.).

Figura 2 - Exibição do procedimento de análise no Atlas.ti®



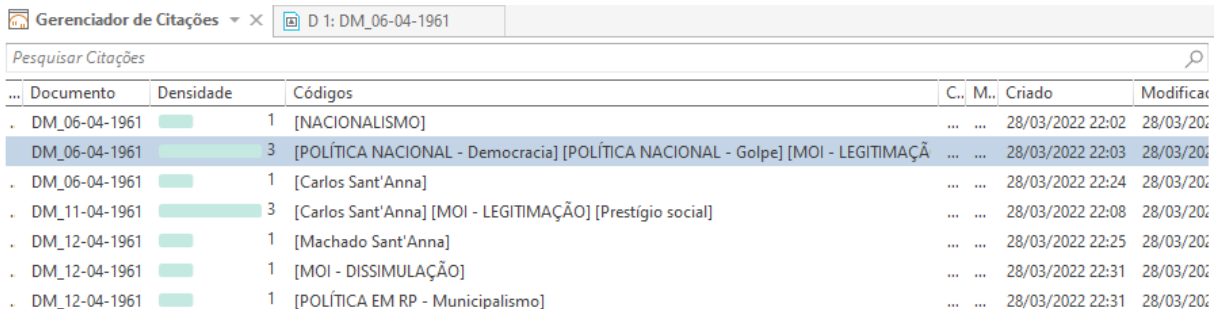
Fonte: Atlas.ti®, 2022.

Além disso, o software também permite a inserção de comentários e citações, destacando trechos das editoriais. Por exemplo, o texto analisado a seguir conta com a categorização em “Política Nacional” e quanto aos modos de operação da ideologia, está categorizado como

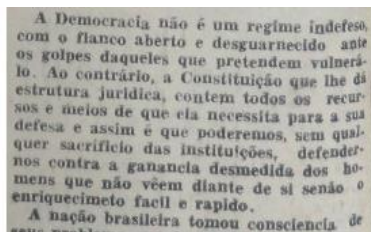


“Legitimação”. Abaixo, podemos ver a parte em destaque que se vê a estratégia do MOI, bem como o comentário com a explicação.

Figura 3 - Gerenciador de Citações no Atlas.ti®



Documento	Densidade	Códigos	C..	M..	Criado	Modificac
DM_06-04-1961	1	[NACIONALISMO]	...	...	28/03/2022 22:02	28/03/2022
DM_06-04-1961	3	[POLÍTICA NACIONAL - Democracia] [POLÍTICA NACIONAL - Golpe] [MOI - LEGITIMAÇÃO]	...	...	28/03/2022 22:03	28/03/2022
DM_06-04-1961	1	[Carlos Sant'Anna]	...	...	28/03/2022 22:24	28/03/2022
DM_11-04-1961	3	[Carlos Sant'Anna] [MOI - LEGITIMAÇÃO] [Prestígio social]	...	...	28/03/2022 22:08	28/03/2022
DM_12-04-1961	1	[Machado Sant'Anna]	...	...	28/03/2022 22:25	28/03/2022
DM_12-04-1961	1	[MOI - DISSIMULAÇÃO]	...	...	28/03/2022 22:31	28/03/2022
DM_12-04-1961	1	[POLÍTICA EM RP - Municipalismo]	...	...	28/03/2022 22:31	28/03/2022



Comentário: Editado 28/03/2022 22:18 por Mobile46

Aqui, temos uma SUBVERSÃO DA LEGITIMAÇÃO, em sua estratégia de UNIVERSALIZAÇÃO. Carlos Sant'Anna subverte acordos institucionais que servem aos interesses de somente alguns indivíduos, mas que são apresentados como servindo aos interesses de todos (THOMPSON, 1995, p. 83).

Fonte: Atlas.ti, 2022.

O uso de softwares de análise de conteúdo, especialmente em termos qualitativos, colabora com a melhor reinterpretação dos resultados, além de agilizar procedimentos manuais, como a própria categorização de certos textos. Com o montante de materiais explorados, visto que ambos os jornais mantinham uma circulação praticamente diária, o Atlas.ti® permitiu a seleção dos editoriais que traziam os objetivos da pesquisa com mais ênfase, em especial nos textos com articulações das formas simbólicas para representação de determinadas ideologias, posicionamentos e crenças dos veículos de comunicação.

Para além, a exploração do material também leva em conta também a unidade de contexto de cada editorial, que nos ajudam a compreender a significação da unidade de registro (temas). É aqui que se percebe o mérito da análise sócio-histórica da Hermenêutica em Profundidade, pois a referência histórica, temporal e espacial dos textos dá suporte à reinterpretação dos significados analisados na proposta de categorização dos conteúdos. Neste processo, muito mais do que o auxílio de softwares analíticos para pesquisas qualitativas, é preciso fomentar a capacidade de inferência, interpretação e reflexão.

Como dito acima, por mais que uma palavra aparece repetidas vezes nos editoriais do “Diário da Manhã” e do “Diário de Notícias”, como é o caso de “democracia”, “golpe”, etc., elas precisam ser analisadas dentro de um contexto e, por conta disso, não formam um GC em si, mas fazem parte de diferentes temáticas. Fora que, a depender do acontecimento histórico

que se desenrola na data analisada, é preciso considerar certas nuances e complexidades envolvidas, sem nos esquecer das ideologias que pairam de uma forma mais ampla, como o autoritarismo.

Por essa razão, considera-se que a aplicação do referencial teórico-metodológico e os procedimentos de análise são complexos, indo além de aspectos meramente técnicos. Para que a nossa estratégia de análise teórico-metodológica fique mais nítida, vale observar o passo a passo no quadro a seguir:

Quadro 6 - Organização da pesquisa e análise

Fase da Hermenêutica em Profundidade	Procedimentos analíticos
Análise sócio-histórica	<p>Descrição dos cenários nacional e municipal, com foco em Ribeirão Preto, no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, bem como o primeiro ano do governo de Castelo Branco.</p> <p>História da Imprensa em Ribeirão Preto, com ênfase nos objetos de estudo, “<i>Diário da Manhã</i>” e “<i>Diário de Notícias</i>”, o papel dos jornais e dos editores das empresas jornalísticas escolhidas na sociedade ribeirão-pretana.</p>
Análise formal e discursiva	<p>Pré-análise: leitura flutuante e separação do material escolhido para estudo (editoriais)</p> <p>Codificação: organização dos textos analisados em unidades de registro, em temas (baseados em estudos anteriores) e subtemas (modos de operação da ideologia).</p>
Reinterpretação	<p>Inferências a partir dos conceitos teóricos sobre ideologia (Thompson, 1995; Kellner, 2001), com a adoção da linha crítica multiperspectívica.</p> <p>Leitura crítica a partir do cruzamento entre a análise sócio-histórica com a formal e discursiva, levando em consideração o período de autoritarismo como ideologia latente.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao final da análise, poderemos reinterpretar as formas simbólicas com base no arcabouço teórico-metodológico escolhido (Thompson, 1995; Kellner, 2001), realizando inferências multiperspectívicas acerca dos editoriais. Desse modo, teremos resultados que podem mostrar como a ideologia opera nos veículos da imprensa, diante de um período histórico de autoritarismo na sociedade brasileira.

### 3 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICA

Como parte da proposta teórico-metodológica de Thompson (1995), a Hermenêutica em Profundidade, este capítulo é dedicado à descrição dos acontecimentos históricos datados entre 1961 a 1965, em âmbito nacional e regional, com foco na cidade de Ribeirão Preto. Dessa forma, é possível inferir as condições de produção e recepção das formas simbólicas representadas nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, para perceber de que modo as condições sociais, históricas e políticas contribuíram para a manifestação de certos discursos, que visavam manter e sustentar relações de poder, ou mesmo contestar a ideologia autoritária presente nos anos do governo de exceção.

Aqui, vale evocar os conceitos apresentados no referencial teórico-metodológico, compreendendo que estudar a ideologia é verificar as “maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 1995, p. 76), mas também, em certos casos, subverter esse cenário. Ou seja, partimos de uma perspectiva crítica da noção de ideologia, dita por Thompson na Hermenêutica em Profundidade, ao mesmo tempo em que se verifica a mobilização do sentido para modificar as relações de poder estabelecidas e sustentadas no contexto sócio-histórico específico estudado.

Além do mais, é importante lembrar que a análise se dá em um período de autoritarismo, algo também tratado no referencial teórico-metodológico, como um fenômeno ideológico, em que o Estado mantém a sua hegemonia, com ações de violência física e simbólica (Pinheiro, 1991). No caso do Brasil, autores como Guillermo O’Donnell, por exemplo, ressaltam que não apenas há momentos autoritários em regimes de exceção, mas que se estabelece o chamado autoritarismo burocrático, vivenciado até mesmo em épocas ditas democráticas, devido a montagem de um aparelho burocrático autoritário para controle da sociedade.

Essas discussões apresentadas em nosso referencial teórico-metodológico serviram de substrato para desenrolarmos a análise sócio-histórica, bem como a discursiva. Sendo assim, ao tratarmos dos termos “ideologia” nos referimos aos fenômenos simbólicos que estabelecem e sustentam relações de dominação, ou então, são usados de maneira a subverter tais condições. Em relação ao termo “autoritarismo”, trata-se da manutenção hegemônica do Estado, mas percebendo que, no contexto situacional brasileiro, também falamos de um autoritarismo burocrático e, em alguns períodos específicos, como o do golpe civil-militar de 1964, a chamada “ideologia autoritária” também acompanha os preceitos militares, principalmente em relação à aplicação de violências de repressão para conter pensamentos divergentes.

Para fins de organização, partiremos de um contexto mais geral, com foco no Brasil, relatando os antecedentes do golpe civil-militar de 1964, especialmente durante a participação política do então presidente João Goulart. Em conjunto, traremos uma visão social para entender um pouco mais da conformação da sociedade brasileira, as principais ideologias manifestadas no período e como certas ações repercutiram para a expansão do autoritarismo. Posteriormente, já se vê o quanto a ideologia autoritária se exacerbou nos primeiros anos do governo militar de Castelo Branco – ou seja, um terreno fértil para manifestações violentas, tanto em termos políticos quanto sociais.

Há muitas obras que tratam do governo de João Goulart e os precedentes que culminaram no autoritarismo burocrático com o golpe civil-militar de 1964. No entanto, para focar em uma abordagem em torno das relações de poder e fenômenos ideológicos, deu-se preferência por estudos que revelavam as movimentações sociais no Brasil. É o caso, por exemplo, do livro “*O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964*”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2010), “*Ditadura Militar: esquerdas e sociedade*”, de Daniel Aarão Reis (2000) e “*O Governo Goulart e o golpe de 64*”, de Caio Navarro Tolero (1982). Além das obras mencionadas, outras foram consideradas para a descrição dos acontecimentos históricos, como o livro “*O golpe de 1964: momentos decisivos*”, de Carlos Fico (2014).

No que concerne ao termo do golpe enquanto uma investida civil-militar, há concordância com os estudiosos do período, visto que o apoio da sociedade foi determinante para a derrocada golpista. Mas, para além, compartilhamos os apontamentos de Carlos Fico (2014, p. 9), ao tratar que, de fato, houve amparo civil, porém, é preciso levar em conta que “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração”. Isso quer dizer que a ideologia do autoritarismo não perpassava apenas os limites da política brasileira, optando por uma definição unicamente legislativa, mas atingia as linhas socialmente constituídas – fato que colaborou para a perseguição de muitos grupos minorizados durante o período<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Há registros de que movimentos sociais de grupos minorizados, como mulheres, negros, indígenas e população LGBTQIA+, estiveram à frente de muitos eventos contra o golpe civil-militar de 1964, na luta contra os preconceitos e em busca de equidade em direitos. Ou seja, não somente representantes partidários, como membros dos partidos comunistas e das esquerdas atuaram contra o autoritarismo golpista. Sobre o assunto, conferir: LEÃO, A. S.; ALMEIDA, F. K. F.; SOUZA, M. C. S.; LIMA, R. T. Mulheres, homossexuais, indígenas e negros na Ditadura Civil Militar: uma análise sobre as minorias no regime político. In: **Dossiê: República Brasileira e Autoritarismo**, v. 2, n. 2., p. 45-58, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3232>>. Acesso em 7 dez. 2021. Ainda, há estudos que tratam especificamente sobre a representação das mulheres, como: NOREK, A. Y. “Mulheres do Brasil” ou terroristas? As muitas representações da mulher durante a Ditadura Militar (1964-1985). In: **Revista Em Perspectiva**, v. 6, n. 1., p. 26-40, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/53203>. Acesso em 8 dez. 2021.

Após esse apanhado do cenário nacional, a caminhada segue até Ribeirão Preto, município do interior paulista, que se destaca pela economia cafeeira e sua expansão no Estado de São Paulo. A intenção é verificar que, além do eixo comumente visto na história brasileira (cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), as urbes interioranas vivenciaram aspectos autoritários, sentindo os efeitos da política praticada em âmbito federal, mas sem perder as particularidades próprias de cada região. Por esse motivo, retrataremos a política e a sociedade em Ribeirão Preto dentro do nosso recorte temporal, os anos de 1961 a 1965.

Na maioria das vezes, as obras que tratam do período de autoritarismo militar de 1964 em Ribeirão Preto, bem como os antecedentes, são escritos memorialísticos de jornalistas, professores e políticos da época. Ora, sabe-se que a memória é uma grande aliada dos estudos históricos, embora seja importante considerar o seu aspecto volátil, com lembranças que se entrelaçam, se sobrepõem ou mesmo se perdem, como passos de uma dança complexa. Diante disso, escolher as obras mais relevantes foi desafiador, mas nos baseamos em livros de figuras populares da cidade, além de artigos científicos, teses e dissertações que se debruçaram no contexto histórico interiorano.

Entre as principais, destacam-se: “*Orquídeas para Lincoln Gordon: depoimentos sobre o golpe de 64*”, do jornalista Divo Marino (1998); “*Tempos de Resistência*”, do político e militante Leopoldo Paulino (2012); o livro “*História da Arquidiocese de Ribeirão Preto (1908-2008)*”, do Pe. Francisco Correia (2008); o livro-reportagem “*O preço da luta – a Igreja Católica como ponto de partida*”, de Ana Paula Araújo Pinheiro e Anna Regina Bula Tomicioli (2000); a dissertação “*Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)*”, de Andréa Márcia Sant’Anna (2010); e o trabalho de Milton Carneiro Júnior (2002), “*Sociedade e Política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)*”.

Por fim, a análise sócio-histórica também engloba um percurso sobre o desenvolvimento das empresas jornalísticas usadas como objeto de estudo, no caso, o “*Diário de Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, para conhecer as lógicas de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas. Vale dizer que em cidades interioranas, o valor-notícia da proximidade tem alta relevância e, por isso, muitos jornais eram vistos como representações de grupos sociais do município. Tratar disso é importante, pois é verificar que, além do objetivo de divulgação dos fatos locais, os periódicos também exerciam papéis de porta-vozes.

Neste momento, optou-se pelas obras com enfoque maior na imprensa ribeirão-pretana, como o artigo “*Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto – o início da profissionalização das redações (1965-82)*”, de Luís Carlos Eblak de Araújo e Sebastião Geraldo (2006); o trabalho “*A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da Belle Époque*

*Paulista*”, de Paula Melani Rocha e Gabriela Zauith (2011); e a dissertação de Jorge Luiz de França (2013), “*Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)*”. Outros trabalhos que tratam sobre a sociedade e a imprensa anos de 1960, no município de Ribeirão Preto, também foram utilizados, especialmente os estudos concentrados em repositórios de pesquisa, como Google Acadêmico, periódicos da CAPES e bibliotecas de universidades.

### **3.1. Os antecedentes do golpe civil-militar de 1964**

Ao tratar do princípio do autoritarismo burocrático, Guillermo O’Donnell (1986 *apud* Pinheiro, 1991) argumenta que o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, com forte presença do capital internacional enquanto aliado do capital nacional, teria entrado em crise de acumulação nos anos de 1960. Este cenário seria um fator preponderante para demandar uma nova forma de Estado, autoritário e burocrático para responder às ditas ameaças dos movimentos sociais em ascensão.

Balieiro Júnior e Livacic (2017) explicam essa abordagem de O’Donnell, esclarecendo os apontamentos da emergência do novo autoritarismo na América Latina, com causas eminentemente econômicas, em conjunto com o esgotamento da industrialização tardia. Dessa forma, para que uma nova acumulação do capital fosse viável, seria necessário prevalecer “um Estado autoritário que pudesse com sucesso eliminar a insegurança e o radicalismo dos movimentos sociais reformistas e revolucionários” (Balieiro Júnior; Livacic, 2017, p. 263).

Indo além da questão econômica, o golpe civil-militar de 1964 foi ancorado por questões ideológicas muito mais profundas, resultantes não só de um autoritarismo burocrático e legalmente conhecido, mas também pela visão hegemônica imperialista e classista, que se emaranhava no tecido social do país. Octavio Ianni (1988) entra em concordância com O’Donnell ao que se refere à cultura política ideologicamente constituída na América Latina, impregnada de práticas autoritárias, mesmo que, em partes, o pensamento burguês que ajudou a forjar o capitalismo nos países latinos, como o Brasil, trouxesse em seu discurso alguns valores ditos democráticos, vide o liberalismo econômico. Porém, “esse pensamento reuniu e reúne influências múltiplas e contraditórias”, por isso, “em nível de pensamento, as burguesias continuam contraditórias” (Ianni, 1988, p. 19).

Ao refletir sobre as anotações de Ianni (1988), percebemos o quanto o golpe civil-militar brasileiro de 1964 está encharcado com os pensamentos e a ideologia conservadora, autoritária e burguesa, em ampla defesa do liberalismo econômico, em um discurso repressor para qualquer outro tipo de manifestação contrária. Para justificar o comportamento e o próprio autoritarismo, Ianni (1988, p. 19) descreve algumas narrativas que eram construídas, com os lemas

“ordem e progresso”, “segurança e desenvolvimento”, “paz social”, “conciliação e reforma”, “pacto político”, “pacto social”, entre outras, que foram tão comumente usadas pelos artífices golpistas.

As muitas constituições e os inúmeros golpes de Estado dizem bastante, quando queremos compreender o que é uma cultura política autoritária. A antidemocracia, como prática, muitas vezes está acompanhada de declarações de intenções “democráticas”. Não há golpe de Estado que não esteja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia, criar partidos livres, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com o desemprego, convocar uma constituinte, promover a reforma agrária, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com o desemprego, reduzir inflação, rolar a dívida externa, restaurar a soberania nacional e estabelecer a felicidade geral (Ianni, 1988, p. 19).

É justamente estas afirmações, como veremos ao longo deste capítulo, que foram usadas como fundamento ao golpe civil-militar de 1964, visto que entre muitos aspirantes reacionários, ou mesmo pelo senso comum, ainda há a permanência do discurso do “milagre econômico”<sup>9</sup>, como ficou conhecido o período de autoritarismo militar no Brasil. Em conjunto, também se defendia que os setores populares da sociedade civil, especialmente os que manifestavam contra a intentada golpista, eram pouco organizados. Esta ideia vem desde à constituição dos primeiros partidos representantes das classes populares, majoritariamente de esquerda.

Moniz Bandeira (2010) traz em seus apontamentos as tentativas frustradas de formação de partidos brasileiros em prol dos trabalhadores, ao longo dos séculos XIX e XX, com influência de leituras marxistas, mas que, de fato, não sensibilizaram politicamente os proletários, imersos em condições de extrema pobreza. Como resultado disso, tem-se a predominância de um abismo social no Brasil e a insistência de manutenção dessas condições pelas classes dominantes.

Porém, em meados de 1917, com a revolução social na Rússia que derrubou os czares, alguns respingos sobre questões sociais caíram no Brasil. Moniz Bandeira (2010) destaca, por exemplo, a greve geral de 1919, que ocorreu na Bahia e a recusa do então governador Antônio Moniz (1915-1920) de interrompê-la. Com isso, “o fantasma do comunismo começou a recorrer

---

<sup>9</sup> A construção do discurso do dito “milagre econômico” corresponde muito bem aos apontamentos de Ianni (1988), a respeito da narrativa ideológica e simbólica desenvolvida durante golpes de Estado. O termo foi cunhado durante a gestão do presidente Castelo Branco, com a criação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), que previa a abertura de exportações e ao capital exterior, além de reformas na área fiscal, tributária e financeira. Há outras propostas do PAEG que objetivavam um crescimento econômico e aumento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Para Florestan Fernandes (1982), o “milagre econômico” foi um discurso utópico corporificado, que na realidade tentava ocultar a superexploração do proletariado às custas do arrocho salarial, provocando profundas crises e protestos operários a partir de 1970. Cf: FERNANDES. F. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

no Brasil. As classes dirigentes não mais podiam deixar de considerar a questão social, nem de reconhecer o proletariado como força, depois das greves gerais e as tentativas de levante” (Bandeira, 2010, p. 86).

A partir disso, o discurso anticomunista ganharia expoentes em todo o Brasil, tornando-se mais forte em períodos de instabilidades político-econômicas, bem como durante a ascensão de movimentos e classes populares. Além do mais, as contradições ideológicas europeias também espelhavam os países latino-americanos – por um lado, inspirados pelas ideias de transformação social, de outro, temerosos da perda de garantias e privilégios da burguesia. Entretanto, a pauta da questão social continuou em voga, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas, com a revolução de 1930.

Para Moniz Bandeira (2010), a Legislação Social varguista, com os primeiros direitos dos trabalhadores, foi o marco para a ascendência dos debates sociais, especialmente em torno dos trabalhadores assalariados e lideranças sindicais. Assim, “a classe trabalhadora crescera e sua composição se modificara, condicionando-lhe novo comportamento político”, aspirando reformas econômicas e sociais para melhoria do padrão de vida (Bandeira, 2010, p. 104). Este movimento favoreceria a criação do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que futuramente teria João Goulart como um dos seus representantes mais notórios. Isso ocorreu porque:

(...) sensibilizados pelos benefícios que a legislação do trabalho e da previdência social lhes trouxe ou lhes traria, e temendo que fosse revogada com o fim do Estado Novo, os novos setores urbanos e o movimento sindical, que poderiam fornecer a base de um partido socialista ou social-democrata, animaram o movimento queremista (o lema era “Queremos Getúlio”), ao qual os comunistas aderiram, defendendo a ideia de que o próprio Vargas permanecesse como presidente da República, com a reunião da Assembleia Constituinte, e encaminhasse o retorno do país à democracia. Não concordaram, entretanto, em aderir ao PSD (Partido Social Democrático), montado pela burocracia do Estado Novo, que já desejava, em íntima conexão com os interesses do latifúndio e da indústria, afastar Vargas do governo, a fim de impedir que ele, com a ascensão das massas e o apoio dos comunistas, aprofundasse, socialmente, o processo de redemocratização (Bandeira, 2010, p. 104-105).

Diante dessa discordância, surge o PTB como uma das vertentes do bonapartismo de Vargas. O partido representaria bem os posicionamentos de João Goulart, nos anos de 1960, que flertava tanto com as classes populares quanto os grandes latifundiários. Segundo Moniz Bandeira (2010), o PTB intermediava as reivindicações dos operários aos limites que o capitalismo da época tolerava, em tempo que sofria a exploração excessiva da força de trabalho. Por conta disso, alguns líderes sindicais eram chamados de “pelegos”. Mas, grosso modo, as classes dominantes não admitiam o partido e hostilizavam a organização à medida em que ela expressava os anseios do movimento operário e “a animosidade recrudescera dada a ênfase com



que o PTB defendeu a intervenção do Estado na economia, o que incompatibilizava ainda mais com significativa parcela do empresariado” (Bandeira, 2010, p. 107).

Dessa maneira, o PTB passou a ser conhecido como um partido que caminhava em direção à esquerda, de reformas populares, mas não populista. Isso reverberou nos discursos que pediam a saída de João Goulart do poder, especialmente após o Comício das Reformas de Base, em 1964. Ou seja, além do “fantasma do comunismo”, Jango era a representação dos ideais petebistas, que não agradavam a burguesia brasileira da época, em termos políticos, econômicos e sociais.

Antes da deflagração do golpe civil-militar de 1964, algumas tentativas golpistas já se desenhavam no Brasil. Toledo (1982) diz que o governo de João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado, tendo o mês de agosto de 1961 como uma de suas conjurações, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros. Segundo Fico (2014), as eleições do ano anterior serviram para eleger Jânio (5,6 milhões de votos) e Jango (4,5 milhões de votos), como presidente e vice-presidente, respectivamente, em uma campanha pautada na anticorrupção e na aproximação com as classes populares. Porém, em 25 de agosto de 1961, Jânio Quadros deixou o poder, escrevendo uma carta-renúncia, que mais parecia uma paródia da carta-testamento de Getúlio Vargas, sem formular razões práticas que explicavam a sua decisão (Toledo, 1982).

Para Moniz Bandeira (2010, p. 118), essa era a tentativa de golpe janista, mas que tinha intenções de se diferenciar de um golpe forjado pelas Forças Armadas, mas sim, que seria aceito pelo “consenso nacional, que lhe permitisse dirigir o país acima das classes sociais e dos partidos políticos”. Toledo (1982) complementa a descrição das ilusões do renunciante, pois Jânio Quadros acreditava que os militares impediriam a posse de João Goulart e, ainda, que o clamor do povo o chamaria para ocupar novamente o cargo da presidência. Mas, o plano janista esbarrou-se e a reação esperada por Quadros não se concretizou.

O Congresso acatou-lhe tranquilamente o gesto, como ato unilateral, e ninguém discutiu a possibilidade de seu retorno ao governo. A convulsão das massas, que ocorreu quando em 1954 Vargas se suicidou, não se reproduziu, como Quadros esperava, ao divulgar um documento vazado em termos similares ao da carta testamentária e no qual dizia que foi “vencido pela reação” e acusava “forças terríveis” de se levantarem contra ele. E os ministros militares, marechal Odílio Denys (Exército), almirante Sílvio Heck (Marinha) e brigadeiro Gabriel Grun Moss (Aeronáutica), embora se insurgissem contra a investidura de Goulart, que estava em missão oficial na República Popular da China, não contaram com a unanimidade das Forças Armadas (Bandeira, 2010, p. 123).

No entanto, apesar de ocorrer o contrário do que esperava Jânio Quadros, havia sim uma combinação para impedir a posse de João Goulart, por meio de um veto dos ministros militares,

justamente pelos argumentos demonstrados anteriormente, com o discurso anticomunista e contra os movimentos sociais. O veto militar tinha nascido com a ausência de Goulart durante a renúncia de Quadros. Durante este período, assumiu brevemente a Presidência da República o presidente da Câmara dos Deputados, Pascoal Ranieri Mazzilli, do PSD (Partido Social Democrático), que nas palavras de Fico (2014, p. 16), “passou à história como um fantoche inexpressivo”. Não satisfeitos com o uso teatral de Ranieri Mazzilli, os ministros lançaram um manifesto à população contra a posse de Goulart, sob pretexto de que o vice-presidente sustentava agitações nos meios sindicais que causavam prejuízos às classes trabalhadoras.

De acordo com Fico (2014), toda essa movimentação fez com que, diante da atitude golpista das Forças Armadas, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (cunhado de João Goulart), iniciasse uma campanha a favor da volta de Jango como presidente da República, que ficou conhecida como “Rede da Legalidade”. Diante disso, Toledo (1982) descreve que, poucos dias após a intentada de Quadros, os setores populares e democráticos saíram às ruas para defender Jango, cuja posse estava ameaçada por um arbitrário veto militar respaldado pela UDN (União Democrática Nacional) e demais segmentos conservadores. Assim, “as manifestações populares, associadas com as de políticos democráticos e de militares nacionalistas, conseguiram impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961” (Toledo, 1982, p. 8).

A solução para o impasse foi a adoção do regime parlamentarista. Afinal, conforme reitera Moniz Bandeira (2010), Goulart recebeu um país com Congresso enfraquecido e uma nação traumatizada. No dia 2 de setembro de 1961, coube a um conselho de ministros gerir a responsabilidade política do governo, mas o futuro do regime parlamentar seria decidido em plebiscito, conforme referiu-se Jango em seu discurso de posse, no dia 7 de setembro do mesmo ano (Fico, 2014, p. 21). Porém, a experiência parlamentar no Brasil não obteve sucesso.

A crise política brasileira ganhou contornos ainda mais nítidos com o parlamentarismo. Conforme aponta Toledo (1982, p. 22), “o país veria sucederem-se três Conselhos de Ministros, além de se defrontar com o agravamento da sua situação econômico-financeira e se debater ainda com novas crises político-institucionais”, que tornaram o parlamentarismo uma opção inviável. Fico (2014) relembra que o primeiro gabinete parlamentar, chefiado por Tancredo Neves, deputado do PSD (Partido Social Democrático), terminou com a renúncia do político em junho de 1962. Depois disso, Goulart indicou San Tiago Dantas, uma decisão que não foi aceita pela bancada da UDN e do PSD, mas, diante dessa recusa:

Os operários ameaçaram entrar em greve em represália, mas San Tiago Dantas teve o seu nome recusado pela Câmara dos Deputados. Jango, então, indicou o senador pessedista, Auro de Moura Andrade, e os operários ficaram ainda mais irritados e ameaçaram uma greve geral.

Por fim, o deputado Brochado da Rocha foi aceito. Essas idas e vindas davam a impressão de que o sistema parlamentarista era inviável. Quando Brochado assumiu, afirmou que buscava antecipar o plebiscito para dezembro de 1962 (a emenda que instituiu o parlamentarismo dizia que a consulta se realizaria nove meses antes do término do mandato de Goulart). Era o que Jango queria (Fico, 2014, p. 22-23).

A solução parlamentarista, chamada como “solução de compromisso”, é vista como mais uma tentativa golpista, ou mesmo um *continuum* no processo que se iniciou em 1961, para interromper a posse de João Goulart. Isso porque interessava à ala legalista das Forças Armadas a predominância do parlamentarismo, já que isso envolvia a perda quase completa do poder decisório de Jango. O doutor em Ciência Política, Daniel Mendonça (2009), defende que para além do casuístico parlamentarismo interessar a legalidade das Forças Armadas, o sistema também era vantajoso para o PSD, pois o partido ocuparia posição majoritária na escolha dos gabinetes. Por esse motivo, o episódio é conhecido como “golpe branco”. Segundo Mendonça (2009, p. 414), a única coalizão que buscou, de fato, evitar uma “ruptura institucional”, foi a Campanha da Legalidade encabeçada por Leonel Brizola, “que teve ainda apoio dos membros do PTB e do PSB no Congresso Nacional, a qual foi completamente alijada no final da crise”.

Estas tentativas de golpe foram um ensaio para a derrocada militar em 1964, quando alcançou-se uma forte coesão ideológica nas Forças Armadas brasileiras. A emergência do golpe civil-militar, portanto, foi orquestrado por cúpulas políticas, grandes empresários e uma parcela expressiva da sociedade, que bradava contra o “fantasma do comunismo”, defendendo o combate à ameaça vermelha, bem como em outros denominadores genéricos, sob justificativa que o país entraria em colapso, desordem e caos.

Essas justificativas eram ancoradas também no argumento desenvolvimentista da indústria e da economia, visto que o Brasil enfrentava inflações e a insurgência dos movimentos sociais, momento propício para insuflar ideologias autoritárias, que podemos perceber em relatos historiográficos da época, com abusos, torturas e perseguições do aparelho estatal contra manifestantes e qualquer pessoa com postura crítica ao regime. Montou-se uma estrutura repressiva legalmente reconhecida, a partir de órgãos da polícia civil e do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), atuando ao lado de entidades violentas, autoritárias e burocráticas, como o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOICODI).

Entretanto, embora uma parcela da sociedade se sentisse ameaçada com o governo de Goulart, Fico (2014) ressalta que uma parte significativa da população apoiava o presidente. Segundo o autor, às vésperas do golpe, Jango tinha um razoável apoio popular, com grandes chances de vitória, caso ele disputasse a reeleição em 1965. Muito disso, deve-se aos discursos

em prol das Reformas de Base, uma proposta política que foi a tônica do governo de Goulart, mas que já era defendida por ele desde 1958, em tempo do governo de Juscelino Kubistchek, quando ocupava os ministérios do Trabalho e Agricultura (Bandeira, 2010).

Moniz Bandeira (2010) afirma que o empresariado brasileiro estava relutante às reformas, principalmente a agrária, diante das ligações com o latifúndio, mesmo com a situação dos trabalhadores agrícolas cada vez mais precária. O autor diz que em 1961 houve uma ampla investidura em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, quando o Congresso Camponês exigiu a reforma agrária. Contudo, a questão reformista tinha o empecilho do artigo 141 da Constituição, que previa o pagamento de indenização prévia e em dinheiro para a desapropriação por interesse público. “O Congresso, reduto do conservadorismo rural, recusava-se a modificá-lo, com o apoio ativo dos monopólios estrangeiros, temerosos de que, na trilha aberta para a reforma agrária, o governo também investisse sobre suas propriedades” (Bandeira, 2010, p. 164).

Além disso, Moniz Bandeira (2010) também relata a pressão de Brizola, que defendia o rompimento de João Goulart com o Congresso, para que o então presidente assumisse os três poderes e se movesse acima da Constituição para promover as reformas. Conflitos no Nordeste ganharam destaque, ao passo que também eram reprimidos violentamente por tropas do Exército. Diante dessa situação, o confronto de classe acentuava-se, tanto nos campos quanto nas cidades, polarizando ainda mais as forças partidárias, com a UDN representando a burguesia e os latifundiários, e o PTB, em seu esquema de conciliação de classes (Bandeira, 2010).

Essa situação se arrastou durante os anos de 1961 e 1962, mergulhando o país em uma crise política e social. Conforme nos mostra Carlos Fico (2014), ao final de 1962, os ministros do Planejamento e da Fazenda, Celso Furtado e San Thiago Dantas, lançaram as diretrizes do “Plano Trienal”, com propostas de saneamento financeiro e econômico contraditórias – algo que acabou desagradando muitos setores, inclusive os que defendiam as reformas de base ao lado do presidente. Ademais, o Plano Trienal era a prova de que o Brasil buscava se enquadrar no receituário econômico-financeiro do governo dos Estados Unidos e FMI (Fundo Monetário Internacional), visto que em março de 1963, San Thiago Dantas viajou para Washington, para convencer o governo norte-americano a prestar assistência financeira (Toledo, 1982, p. 49). Mas, o Plano Trienal acabou como um revés, sem promover o desenvolvimento, ou mesmo conter inflações e crises.

Ora, todas as contradições que acompanhavam João Goulart geraram uma convulsão social, exigindo que o presidente definisse ao certo as reformas de base. Até porque, Fico (2014)

relata que no governo de Jango, a proposta reformista adquiriu uma conotação menos revolucionária e mais nacionalista, servindo ao proselitismo político. Fora que Goulart parecia, por vezes, titubear, “não abraçando em definitivo, as posições da esquerda” (Fico, 2014, p. 34).

Com isso, Jango acabou gerando desconfiança da esquerda e da direita – e a consequência foi o isolamento político do presidente. Para Toledo (1982), a ambiguidade e debilidade do governo se mostraria ainda mais nítida com a promulgação do estado de sítio, em 4 de outubro de 1963, por 30 dias, em todo o território nacional. “A justificativa do Ministério da Justiça esclarecia que o Executivo necessitava de poderes especiais para impedir “grave comoção intestina com caráter de guerra civil”, colocando em perigo as instituições democráticas e ameaçando a “ordem política” (Toledo, 1982, p. 60). Isso se deve especialmente à uma entrevista de Carlos Lacerda (UDN), governador da Guanabara (Rio de Janeiro), ao jornal *Los Angeles Times*, em que ridicularizou Jango, além de insinuar que os militares brasileiros estavam confusos e deveriam agir.

João Goulart, por conseguinte, tomou a sua decisão. No começo de 1964, o presidente saiu por todo o Brasil, promovendo os famosos “Comícios das Reformas de Base”, a fim de pressionar o Congresso Nacional para a promoção das ações reformistas. É assim que a História nos leva ao dia 13 de março de 1964, com o grande “Comício da Central”, hoje visto como o ato final para a queda de Jango. Durante o evento, ele anunciou o decreto que desapropriava terras que ficavam às margens de eixos rodoviários, ferrovias, açudes públicos federais e que tivessem sido beneficiadas com obras de saneamento, além de mencionar que enviava a proposta da reforma ao Congresso (Fico, 2014, p. 46).

Como bem relata Moniz Bandeira (2010), na praça em frente à Central do Brasil, João Goulart proclamou importantes mudanças na Constituição, sem temer que o considerassem subversivo, defendendo a necessidade de transformações em uma estrutura legal desumana e economicamente superada. Entre as principais propostas, destacam-se:

1. Reforma agrária, com emenda do artigo da Constituição que previa a indenização prévia em dinheiro.
2. Reforma política, com extensão do direito do voto aos analfabetos e praças de pré, segundo a doutrina de que “os alistáveis devem ser elegíveis”.
3. Reforma universitária, assegurando plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra.
4. Reforma da Constituição para delegação de poderes legislativos ao presidente da República.
5. Consulta à vontade popular, através de plebiscitos, para o referendo das reformas de base (Bandeira, 2010, p. 314).

Embora disruptivas, as reformas de base não tangiam o socialismo. Inclusive, alguns autores, como Bandeira (2010), defendem que essas propostas eram democráticas, com a intenção de viabilizar o capitalismo no Brasil, para que o país saísse do atraso econômico, mas com autonomia, independência e capacidade de autossustentação. A reforma agrária, vista como uma das mais impactantes pelos latifundiários, tinha o interesse de movimentar o mercado interno, combater a inflação e “liquidar o remanescente caráter colonial da lavoura brasileira, voltado predominantemente para exportação”, mas claro, que o plano afetaria os interesses da burguesia comercial e empresas norte-americanas (Bandeira, 2010, p. 315).

O Comício da Central de João Goulart é hoje visto como um catalisador do golpe civil-militar de 1964. No entanto, foi a catarse processual e contínua, com as polaridades da sociedade brasileira, em conjunto com a desestabilização e enfraquecimento do governo janguista que desembocaria na tomada de poder. Ou seja, muito além de um único evento, a marcha golpista foi articulada aos poucos, revelando-se como uma ânsia de alguns setores civis, incluindo a burguesia, os latifundiários, partidos reacionários, entre outros. Isso sem contar o cenário internacional, com a bipolaridade da Guerra Fria, as pressões externas norte-americanas, os conflitos com Cuba (e a temeridade por parte dos EUA que mais países latino-americanos aderissem à Revolução Cubana) e muitas ocorrências que tencionavam cada vez mais o contexto político-social do Brasil.

Ainda assim, ao demonstrar compromisso e disposição com as reformas de base no Comício da Central, João Goulart despertou o receio das classes dirigentes. Conforme vemos em Bandeira (2010), a agitação contra o presidente recrudesciu, com conflitos em várias capitais, com foco em São Paulo e Belo Horizonte, provocados por grupos de direita. Somava-se o pedido de *impeachment* pela UDN, parte do PSD e outros partidos menores. Não podemos esquecer das movimentações da “Marcha pela Família, com Deus e pela Liberdade”, promovidas por entidades financiadas pela CIA (*Central Intelligence Agency*) e pelo empresariado, como a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR), União Cívica Feminina (UCF), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e outras, que ataçavam ainda mais o discurso anticomunista, sob a égide de um compromisso religioso e nacionalista (Bandeira, 2010, p. 316)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Importante destacar que muitas mulheres aderiram às Marchas da Família, com destaque para a participação de Lucília Batista Pereira, neta de Rui Barbosa (conhecida como “Irmã Ana de Lourdes”), que se indignou com o discurso de João Goulart durante o Comício da Central, quando o então presidente duvidou da fé, pelo simbolismo do rosário, dos que não defendiam as reformas. De acordo com Carlos Fico (2014), Jango referia-se ao movimento “Cruzada do Rosário”, do padre irlandês Patrick Peyton, que movia intensa propaganda anticomunista e contra o governo de João Goulart, atuando junto com a CAMDE e a UCF. Em um país católico como o Brasil, em especial nos anos de 1960, uma ofensa ao rosário é bastante mobilizadora, fora que a Igreja detinha grande influência na

A imprensa também teve um papel importante na derrubada de João Goulart e apoio ao golpe civil-militar de 1964. O jornal “*O Estado de S. Paulo*”, que já era representativo na época, comemorou a intervenção, chamando o ato golpista de “movimento” em seu editorial “*O significado maior de uma reforma*”, em 02 de abril de 1964. Não podemos esquecer que outros periódicos caminhavam na mesma linha, como a “*Folha de S. Paulo*” e “*O Globo*”, que utilizavam termos como “revolução” para se referir ao golpe, em uma alusão positiva ao ato autoritário. Em grande parte, as empresas jornalísticas defendiam a deposição de Goulart por conta de interesses liberais<sup>11</sup>.

Via-se, portanto, ascender as narrativas ideológicas conservadoras e antidemocráticas, mascaradas de democráticas, e em prol do liberalismo econômico, como comentamos ao refletir os aportes de Ianni (1988) e Guillermo O’Donnell. Sem contar que os apoiadores de Jango, principalmente os representantes dos setores populares, ou mesmo os cidadãos com opiniões críticas ao liberalismo, eram descritos como desorganizados e anárquicos.

No dia 19 de março [de 1964], uma passeata, denominada Marcha da Família com Deus pela Liberdade ocorreu em São Paulo. Lincoln Gordon [embaixador dos Estados Unidos] estava em Washington, mas a embaixada americana exultou. Comunicou ao Departamento de Estado que a Marcha da Família excedera mesmo as mais otimistas previsões e fora a mais impressionante demonstração pública na história recente de São Paulo. Ressaltou que a limitação das classes mais baixas fora limitada. Esta constituiu a primeira das grandes manifestações de massas com que se procurou criar o clima político para o golpe de Estado contra Goulart, justificá-lo, espalhar-se por outros estados, com o objetivo de encorajar a oposição no Congresso e nas Forças Armadas (Bandeira, 2010, p. 317).

A eclosão da Marcha da Família materializa a cultura do autoritarismo já presente nos países latino-americanos. As reformas de base representavam lutas sociais, em defesa da terra, da saúde, da habitação etc., mas que são vistas pela classe dirigente, como bem reflete Ianni (1988), como manifestações de subversão. Por essa razão, diz o autor que de modo velado ou aberto, essas propostas reformistas deveriam ser contidas, com a criminalização da sociedade civil e seus movimentos sociais populares. Utiliza-se o argumento da subversão como violência, isto é, a violência falaciosamente construída em cima de movimentos sociais, propostas de reformas e busca por equidade. E o único modo de conter essa dita “violência” é a partir do autoritarismo. Violências para conter “violências”.

---

sociedade civil. Também tem relevância a participação da professora Amélia Molina Bastos, presidente da CAMDE, que se dizia orgulhosa de ser “neta, sobrinha, irmã e mulher de general” (FICO, 2014, p. 63).

<sup>11</sup> Para saber mais sobre o assunto, conferir: AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

Para Ianni (1988), no lugar de discutir a questão social das lutas de classe, a alternativa encontrada é repreender em prol da “democracia” e para o bem do país. Assim, “de modo às vezes brutal e, outras vezes, sofisticado, realiza-se a metamorfose da questão social em questão de segurança, administração, repressão”, sendo parte da cultura autoritária e antidemocrática (Ianni, 1988, p. 19). Dessa forma, mesmo que as reformas de base não representassem, de fato, algo revolucionário, mesmo a pequena chance de conquista popular deixava boa parte da sociedade civil, como a classe média e os latifundiários, com receio. Deu-se início, então, à deflagração do golpe de Estado contra João Goulart.

Em todo o Brasil, muitos segmentos militares se organizavam em “ilhas de conspiração”, nas palavras de Fico (2014), para depor Jango. A mais ativa era a de Minas Gerais, que no dia 28 de março de 1964, com o marechal Odílio Denis, se reuniu com o governador do Estado, Magalhães Pinto, para conspirar contra Goulart, sob alegação que o presidente iria instaurar uma “república sindicalista” (Fico, 2014). Com esse argumento, era fácil convencer os setores civis e políticos da necessidade de um golpe, ainda mais com o pretexto de que João Goulart se aproximava cada vez mais do comunismo. Continua Carlos Fico (2014) ao dizer que durante a reunião de Odílio Denis com Magalhães Pinto, forjou-se uma estratégia de formação de um “governo alternativo provisório”.

Entretanto, a deflagração propriamente dita do golpe civil-militar ocorreu com o general Olympio Mourão Filho. Segundo Fico (2014), o militar garantiu às autoridades norte-americanas que Jango seria derrubado em 1963, mas vale dizer que a iniciativa do general também partiu de uma decisão pessoal. Mourão Filho participou da reunião com Denis e Magalhães Pinto, esperançoso de que o governador emitisse um manifesto tratando a deposição de João Goulart, mas isso não se concretizou, o que levou o militar a redigir o seu próprio documento de manifestação (Fico, 2014).

Cerca de 4 horas da manhã do dia 31 de março [de 1964], Mourão deflagrou em definitivo o movimento. Suas tropas iniciaram o deslocamento em direção ao Rio de Janeiro. Desde o dia anterior, a polícia militar de Minas Gerais já controlava as fronteiras e pontos estratégicos do estado, pois o 12º Regimento de Infantaria, sediado em Belo Horizonte, sob comando do coronel Dióscoro Gonçalves do Valle, havia entrado em ordem de marcha, por determinação do general Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, também sediada na capital mineira (Fico, 2014, p. 73-74).

Toda essa movimentação do general Mourão Filho é bastante conhecida na História do Brasil. Porém, vale destacar o valor simbólico do ato que revelava a força da cultura do autoritarismo presente no país e no contexto latino-americano em geral. Toda a trama golpista foi articulada não somente para ter apoio de parte da sociedade civil, mas também compactuar com



legalidades burocráticas de Estado, ou seja, a antidemocracia como justificativa para “salvar” a democracia. Além do mais, o golpe civil-militar de 1964 é bastante representativo da tese de Ianni (1988), dos três “partidos políticos” que influenciam o processo político: o exército, a Igreja e a burocracia federal. Embora não se refiram de modo literal a partidos políticos, os três aparatos mencionados pelo autor são conjurados quando há possíveis críticas que desafiam os interesses dos grupos e classes dominantes que monopolizam o aparelho estatal.

Durante a trama golpista, Toledo (1982) diz que Leonel Brizola tentava convencer João Goulart da necessidade de uma resistência armada. Porém, o presidente se recusava, invocando a inutilidade de uma ação heroica, que poderia resultar em derramamento de sangue da população brasileira. Conforme relata o pesquisador, no dia 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional aprovou a declaração de vacância da Presidência da República, conferindo ao presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, a posse do Executivo, que permaneceu no cargo por somente 13 dias. “Poucas horas depois, estando João Goulart ainda em território nacional, o presidente dos EUA, Lyndon Johnson, através de um telegrama, saudava calorosamente o novo governo brasileiro” (Toledo, 1982, p. 106).

Percebe-se que durante toda a movimentação do governo de Jango, desde a sua conturbada posse em 1961, a embaixada norte-americana teve forte atuação junto aos segmentos reacionários – tanto que a figura de Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos, frequentemente esteve presente em assuntos políticos no Brasil. Inclusive, Toledo (1982) escreve que as entidades políticas da oposição à Goulart foram generosamente contempladas com recursos do governo norte-americano. Sem contar a prerrogativa da chamada “Operação Brother Sam”, comandada pelo major-general Robert A. Breitweiser, que visava intervir militarmente no Brasil, caso fosse necessário.

No livro de Bandeira (2010, p. 332), há até uma frase bastante curiosa dita por Lincoln Gordon a Carlos Lacerda, em que o embaixador estaria “muito feliz com a vitória da sublevação de Minas Gerais, porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade da intervenção militar americana no Brasil”. Em termos simples, se João Goulart se colocasse contra as forças golpistas, seria provável que as tropas estadunidenses invadissem o Brasil, com ou sem apoio do Congresso. No entanto, a preferência era que o golpe de Estado não tivesse intervenção armada, justamente para dar o toque de legalidade.

Mas, isso não significa que não houve resistência. Como veremos, muitos setores da sociedade iriam se levantar contra o golpe, mesmo com o temor instaurado pelo autoritarismo.

### 3.2 Os primeiros anos de autoritarismo de Castelo Branco

Desde o primeiro dia após o golpe civil-militar de 1964, já se tem registros de práticas violentas contra indivíduos que se levantaram contra os militares. Por outro lado, também havia uma intensa comemoração dos setores que apoiaram a derrubada de João Goulart, antes mesmo do Comício da Central. Moniz Bandeira (2010) relata que no dia 2 de abril de 1964, enquanto a polícia e as Forças Armadas efetuavam atos repressivos e atentados contra os direitos humanos, cerca de 200 mil pessoas, com destaque para o segmento das classes médias e altas, desfileram nas ruas do Rio de Janeiro para mais uma “Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade”. Para o embaixador dos Estados Unidos, a única lamentação era a participação limitada das classes baixas (Bandeira, 2010, p. 347).

Após o golpe, Bandeira (2010) diz que João Goulart procurava um modo seguro de se refugiar, mas relutava em abandonar o Brasil. Porém, com o cerco se formando em volta do ex-presidente, ele foi convencido a buscar asilo no Uruguai. Ao mesmo tempo, relata o autor que os cárceres encheram de prisioneiros considerados “subversivos”, há registros de chacinas contra camponeses e derrubada de governadores, como Miguel Arraes e João Seixas Dória, do Pernambuco e Sergipe, respectivamente. Portanto, é ilusão achar que o golpe civil-militar revelou sua face autoritária apenas com a promulgação do AI-5 (Ato Institucional no. 5), em 1968, quando desde seu início, já demonstrava o uso burocrático da violência – ou seja, algo mantido e insuflado pelo Estado, em seus aparelhos institucionais de controle. Claro que com o endurecimento da Ditadura, as perseguições se tornariam ainda mais truculentas, mas ainda no primeiro ano do golpe, relata Bandeira (2010, p. 348) que:

Assim, pelo seu caráter contrarrevolucionário, o golpe de Estado antinacional e antipopular que derrubou Goulart não se conteria nos limites formais de uma legalidade já estuprada. Para assegurar sua continuidade não bastava o amordaçamento dos trabalhadores e de suas organizações. Necessário era erradicar todos os focos de contestação existentes no país, sobretudo no Congresso e das Forças Armadas.

Para conferir a legalidade aos atos violentos e fortalecer o autoritarismo burocrático, Bandeira (2010) descreve que houve a necessidade de se promulgar o primeiro Ato Institucional (AI-1)<sup>12</sup>, pelos juristas Carlos Medeiros da Silva e Francisco Campos, para cassar mandatos e suspender direitos políticos em nome da “democracia representativa, ocidental e cristã”, em uma espécie de Cruzada contra os críticos da ditadura em ascensão. O expurgo também ocorria

---

<sup>12</sup> O AI-1 foi promulgado em 09 de abril de 1964 e conta com 11 artigos. Conferir: BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 09 de abril de 1964. ATO INSTITUCIONAL Nº 1. Brasília, 09 abr. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

dentro das Forças Armadas, visto que o grupo não mantinha uma posição homogênea, ao passo que era necessário estabelecer um novo nome para reger o Brasil. Assim, a figura do general Humberto Castelo Branco surge como uma alternativa viável para o estabelecimento do estado de exceção, dado a sua proximidade com Vernon A. Walters, da CIA, o apoio aos oficiais da “Cruzada Democrática” e a UDN (Bandeira, 2010, p. 349).

Em consonância com a visão de Bandeira (2010), parece-nos equivocada a divisão dos governos militares entre “moderados” e “duros”, sendo o período anterior e posterior à 1968. Isso porque o governo castelista construiu um arranjo de exclusão dos trabalhadores da arena política, com retirada de direitos salariais e trabalhistas, além da perseguição aos indivíduos contrários ao golpe, com justificativas político-jurídicas respaldadas pelos Atos Institucionais no. 1 e no. 2.

Carlos Fico (2014) reforça que além das cassações, o AI-1 previa a eleição do presidente da República, que seria escolhido de modo indireto, no Congresso Nacional, por maioria absoluta, e com término do mandato em 31 de janeiro de 1966. Mas, Castelo Branco prorrogou sua estadia no Executivo até março de 1967. Ainda assim, salienta o autor que o Ato Institucional teve amplo reconhecimento por legitimar o autoritarismo em nome da restauração da ordem e recuperação do prestígio internacional do Brasil. Afinal, a imagem do país no exterior era uma grande preocupação das elites burguesas, bem como dos militares que se mantiveram por 21 anos no poder (Fico, 2014).

Outro ato que ficou bastante conhecido durante o governo de Castelo Branco foi a Lei no. 4.464, conhecida como “Lei Suplicy Lacerda”. De acordo com o decreto, o movimento estudantil poderia ser subjugado pelo Ministério da Educação, com submissão à fiscalização de órgãos reguladores, com a intenção de mantê-lo mais comportado e livre da influência de grupos ditos como subversivos. Ou seja, Castelo Branco já mostrava a face do autoritarismo brasileiro a partir de 1964: contenção e repressão de movimentos sociais, estudantis, sindicais, com um discurso pautado no desenvolvimento econômico e liberalismo.

Daniel Aarão Reis (2000) sintetiza bem o que foi o projeto político de Castelo Branco. Para ele, a intenção do governo era romper com as intenções autonomistas do nacional-estativos e enveredar por uma proposta de alinhamento com os EUA, com abertura brasileira aos fluxos do capital internacional, em estratégias afinadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Marcos Napolitano (2014) concorda com Reis (2000) ao descrever os objetivos castelistas: o primeiro, destruir uma elite política e intelectual reformista, a partir das cassações e Inquéritos Policial-Militares (IPMs). Já o segundo objetivo consistia em:

(...) cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política. Para os operários já havia a CLT, talvez a única herança política de tradição getulista que não foi questionada pelos novos donos do poder. A partir dela, diretorias eleitas eram destituídas e sindicatos eram postos sob intervenção federal do Ministério do Trabalho. Para os camponeses, havia a violência privada dos coronéis dos rincões do Brasil, apoiados pelos seus jagunços particulares e pelas polícias estaduais (Napolitano, 2014, p. 67).

Como vimos, para concretizar os objetivos, Castelo Branco optou pelo saneamento financeiro, o que afetou duramente os direitos trabalhistas. Em nível macroeconômico, Napolitano (2014) destaca os esforços do ditador para lançar o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), ainda em 1964. O planejamento tinha a previsão do crescimento da economia, mas sem a divisão, agravando as desigualdades sociais, apesar do crescimento da classe média (Napolitano, 2014).

Contudo, os resultados não foram os esperados e um dos principais problemas era a estrutura arcaica da distribuição de terras. Por essa razão, Castelo Branco propôs o “*Estatuto da Terra*”, uma medida considerada polêmica, mas que teria a intenção de colocar o Brasil em uma posição favorável à modernização capitalista. Segundo Napolitano (2014), o projeto era baseado em três premissas básicas: cobrança de imposto progressivo, conforme o tamanho da propriedade; desapropriação com indenização e ocupação de terras ociosas. É claro que a proposta não agradou os setores conservadores, como ruralistas, membros da UDN e até mesmo a imprensa, como o jornal “*O Estado de S. Paulo*”, que já tinham respondido negativamente a divisão de terras, mesmo sob justificativa de expansão do capitalismo.

Este contexto de rixas fez com que o investimento esperado do exterior recuasse. Embora Castelo Branco seja reconhecido como o presidente militar que manteve relações mais próximas com os Estados Unidos, “seja pelas desconfianças acumuladas, seja por condições gerais desfavoráveis, o fluxo, esperado, de capitais internacionais não apareceu, frustrando as expectativas de Castelo Branco e sua equipe econômica” (Reis, 2000, p. 39).

Sem domar a inflação e com os consecutivos reajustes escassos aos assalariados, Reis (2000) afirma que o governo de Castelo Branco não atingiu o ideário liberal pretendido. Como consequência, as tradições intervencionistas do Estado afloraram. Além disso, outra situação incômoda era a própria repressão, que ia contra os dizeres ditos democráticos do governo – até mesmo para quem acreditava neste discurso e apoiaram o golpe, como o político Carlos Lacerda (Reis, 2000). Por outro lado, uma parte do setor militar exigia um regime mais punitivo e com mais firmeza por parte do presidente.

Não demorou muito para que a oposição ganhasse mais força e, em 1966, Napolitano (2014) rememora uma “perda de equilíbrio” no governo Castelo Branco, tendo como consequência o abandono das políticas moderadoras, para entrar no caminho da ditadura propriamente militar. Como marco, o autor traz a instauração do AI-2<sup>13</sup>, que reforçou os poderes do presidente da República, com abrangência e competência da Justiça Militar na punição dos crimes considerados nocivos à segurança nacional, além da possibilidade de decreto de Estado de Sítio por 180 dias, fechamento do Congresso Nacional e suspensão de direitos dos cidadãos por dez anos. “Se o golpe foi o batismo de fogo da ditadura, o AI-2 é a sua certidão de nascimento definitiva” (Napolitano, 2014, p. 74).

Os Atos Institucionais representam o aparelho burocrático que oferecia crédito ao golpe, afirmando o caráter tutelar do Estado em um regime autoritário. Como explicita Napolitano (2014) com o AIs, o Exército pode exercer diretamente o mando político na figura do presidente e obter alguma unidade, fatores fundamentais para o processo ditatorial em curso e que ancoraram o sistema político. Dava-se, portanto, autonomia, legalidade e justificativa para todos os comportamentos violentos, por meio da burocratização da cultura do autoritarismo.

O governo Castelo testemunhou, paulatinamente, o fim da coalizão golpista triunfante em 1964. À medida que essa coalizão se esgarçava e os movimentos de contestação aumentavam, o governo aprofundava suas estruturas autoritárias, dando ossatura ao novo regime. E a cada nova medida institucional autoritária a coalizão se esgarçava mais (Napolitano, 2014, p. 76).

O projeto liberalista de Castelo Branco estava naufragando e, ao lado disso, o cenário autoritário despertava o descontentamento de vários setores, incluindo articuladores do golpe. Segundo Reis (2000), a chamada Frente Ampla foi o movimento que mais exprimiu os antagonismos contra o governo castelista, com a aliança entre Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubistchek. Representantes da imprensa, que anteriormente apoiaram a derrubada de Jango, também se colocaram em oposição, como o “*Jornal do Brasil*”, “*O Estado de S. Paulo*” e o “*Correio da Manhã*”, até mesmo alas da Igreja Católica, “seja denunciando a política econômica, seja protegendo e abrigando correntes radicais da oposição, como as organizações estudantis universitárias postas na ilegalidade” (Reis, 2000, p. 47).

Napolitano (2014) discorre sobre o Manifesto escrito pela Frente Ampla, que utilizou de uma ginástica retórica para explicar a parceria de Carlos Lacerda com Juscelino Kubistchek e Jango. O autor explica o documento, que defendia o arranjo entre os políticos em nome da

---

<sup>13</sup> O AI-2 foi promulgado em 27 de outubro de 1965 e conta com 33 artigos. Conferir: BRASIL. **Ato Institucional nº 2**, de 27 de outubro de 1965. ATO INSTITUCIONAL Nº 2. Brasília, 09 abr. 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm). Acesso em: 06 jan. 2022.

luta contra a ditadura que ameaçava o país, com críticas à política recessiva de Castelo Branco que ameaçava trabalhadores, mulheres, estudantes, empresários, entre outros. O Manifesto apelava até para o sentimento patriótico dos militares, com afirmações de que o regime era antinacional e antidemocrático, mas “o tom era de apelo ao diálogo, na esperança de uma saída negociada para o impasse e isolamento político no qual o regime parecia mergulhar” (Napolitano, 2014, p. 79).

Quanto aos representantes da esquerda, o PCB aparelhava uma frente em conjunto com os liberais arrependidos do golpe e em 1965, Napolitano (2014) descreve o lançamento da “*Resolução de Maio*”, documento que assumia a resistência civil não-armada ao regime. Segundo o autor, o discurso desenhado nas frases na resolução caracterizava governo como reacionário e entreguista, a serviço dos Estados Unidos, enveredado em uma farsa de reformista e em choque com o próprio capitalismo brasileiro. Para resolver o impasse, a defesa do PCB e aliados firmava-se na união das “forças antiditatoriais para “isolar e derrotar” o regime. Isso deveria ser feito a partir de uma frente que defendesse as “liberdades democráticas” e fosse ativa, inclusive, nas limitadas eleições permitidas pelo regime” (Napolitano, 2014, p. 80).

Para Reis (2000), o governo de Castelo Branco encerrou-se em meio a ondas de descrédito e insatisfação – fora que poucas pessoas ainda acreditavam nos compromissos do presidente com a democracia e com o liberalismo, após o AI-2. Assim, o autor diz que o presidente acabou perdendo o controle da própria sucessão, obrigado a aceitar a candidatura do ministro do Exército, Costa e Silva. Ainda assim, Castelo Branco tentou legar uma armadura jurídico-constitucional no país, com a iniciativa de uma nova Constituição e a Lei de Segurança Nacional, mas sem sucesso.

Dessa forma, realizaram-se as eleições legislativas em 1966, com os novos partidos criados: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Porém, vale ressaltar que não foram eleições livres, pois como salienta Reis (2000, p. 44), elas foram cercadas “por ameaças e intimidações de toda espécie. Não gratuitamente os votos nulos e brancos alcançariam proporções inéditas”. O general Artur da Costa e Silva venceu as eleições e logo no primeiro mês de seu mandato, em 24 de janeiro de 1967, foi instaurada a nova Constituição de 1967<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> A Constituição de 1967 foi o documento que legitimou a ditadura militar no Brasil, com abandono total da face democrática ora defendida pelos apoiadores do golpe. Com a nova Carta Magna, instituiu-se o fim das eleições diretas para presidente, extinção de partidos políticos, fim da liberdade de expressão e a extinção de outros direitos civis. Conferir: BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**, de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 07 jan. 2022.

O fim do governo Castelo Branco ocorreu de forma controversa. Alguns setores da sociedade civil acreditavam que em pouco tempo, o regime militar iria se extinguir e o Brasil reacenderia os holofotes de uma economia forte e estável. No discurso do general Costa e Silva, a promessa de ordem jurídica e estável estava em pauta, sustentada pela palavra do Ministro da Fazenda, Delfim Neto. Mas, como se sabe, o que realmente marcou o período de 1967 a 1969 foi a ampliação da repressão em todo o país.

### **3.3 Ribeirão Preto: política e sociedade nos anos de 1961 a 1965**

O vasto território brasileiro abre margem para inúmeras pesquisas geograficamente localizadas, em períodos específicos – e especialmente conturbados – como o golpe civil-militar de 1964. No interior do estado de São Paulo, a cidade de Ribeirão Preto ganha destaque pela sua economia cafeeira, concentrando terras e famílias de latifundiários conhecidas na História. O desenvolvimento econômico do município é, até hoje, consagrado na região paulista e até mesmo em todo o país. Com a alcunha de “Capital Brasileira do Agronegócio”, desde 2004, Ribeirão Preto conta com uma forte economia agroindustrial, mais de 720 mil habitantes e cerca de 651 km<sup>2</sup>, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>15</sup>.

Ribeirão Preto ergue-se no campo. Fundada em 1870, até então chamada de Freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto, o local ascendeu como vila em 1871 e três anos depois como município, tendo a primeira formação de sua Câmara dos Vereadores (Bini; Tahan, 2010). A historiografia da cidade é documentada com riqueza de detalhes na obra “*A História de Ribeirão Preto*”, de Rubem Cione, dividida em cinco volumes. Para esta pesquisa, nos interessa compreender a movimentação a partir da década de 1960, embora os acontecimentos precedentes tenham contribuído para a descrição singular da época, dado a presença dos latifundiários (como vimos, apoiadores do golpe civil-militar de 1964), mas também uma grande concentração de trabalhadores do campo e outras entidades de oposição ao autoritarismo da época.

Apesar disso, grande parte dos estudos acerca do golpe civil-militar de 1964 concentra-se nas capitais metropolitanas, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Quanto ao estudo sobre movimentos sociais, em especial, as mobilizações de trabalhadores rurais, os estudos acadêmicos privilegiam as ações das Ligas Camponesas<sup>16</sup> fundadas por Francisco Julião,

---

<sup>15</sup> Os dados são do censo realizado pelo IBGE em 2010. Previa-se a realização de uma nova coleta de dados em 2020, porém, não foi possível devido às condições da pandemia da Covid-19. O levantamento está previsto para 2022. Veja em: IBGE. **Panorama de Ribeirão Preto**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama>. Acesso em: 07 jan. 2022.

<sup>16</sup> As Ligas Camponesas consistiam em associações de trabalhadores rurais, com intensa atividade nos anos de 1950 até a derrubada de João Goulart, em 1964. Elas foram criadas no estado de Pernambuco, mas se estenderam

no Nordeste. Longe de ignorar a importância dessas pesquisas, afinal, elas são o alicerce de inúmeros estudos posteriores, queremos abrir perspectivas para novos locais de observação, indo além dos contextos geralmente focalizados, para sobrepor historiografias, em busca da expansão de olhares para a construção, sempre em marcha, da História do Brasil.

Para o professor de História da *Grand Valley State University*, Cliff Welch (2004), a região da Alta Mogiana, tendo como centro da cidade de Ribeirão Preto, foi palco de inúmeras mudanças na história agrária brasileira e dos movimentos rurais, com ênfase na década de 1960, com formações heterogêneas de militantes comunistas, católicos, trabalhadores, políticos populistas, jornalistas, entre outros. Carneiro Júnior (2002), ao estudar a formação dos sindicatos ribeirão-pretanos, destaca as condições precárias de trabalho na área rural e, por vezes, a falta de alinhamento ideológico dos líderes sindicais, que adotavam, em muitos casos, posições conservadoras. Entretanto, o pesquisador revela que houve sim resistência, trazendo os anos de 1960 à tona, como um período de significativas mudanças, mas que foi abafado pelo autoritarismo militar que atingiu todo o país.

Portanto, tratar do período de 1961 a 1965 em Ribeirão Preto, com enfoque no golpe civil-militar de 1964, significa enfatizar a atuação de trabalhadores rurais, bem como de sindicatos, líderes e outras figuras políticas que exerceram influência no campo, principalmente na tônica da reforma agrária. Na análise dos discursos editoriais da imprensa, a questão agrária também aparece com frequência, já que o tema era parte do posicionamento ideológico dos jornalistas-editores das empresas de comunicação, principalmente no periódico “*Diário de Notícias*”, que encabeçava a Frente Agrária Paulista, movimento em prol da sindicalização rural, como veremos mais adiante.

Sônia Jorge (2008), ao estudar a construção do ideal da modernidade em Ribeirão Preto, confirma que a exportação cafeeira foi a grande responsável pelo desenvolvimento do município. Nesse sentido, a autora diz que a movimentação econômica tinha como premissa a representação de um moderno atrelado aos valores europeus, nas premissas de circulação, higienização e embelezamento. Iniciou-se, então, a construção de diversas obras, como a abertura de avenidas, calçamento de ruas, ampliação de redes públicas de água e esgoto, instalação de iluminação elétrica, arborização urbana, espaços de lazer, entre outros (Jorge, 2008, p. 42).

Como era de se esperar, a face moderna de Ribeirão Preto não se esgotou nas intervenções públicas. Segundo Jorge (2008), os casarões dos principais exportadores de café acompanharam esse ideal, com projetos grandiosos que representavam o poder das elites econômicas

---

para outras regiões do país. Sobre o assunto, conferir a obra: AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponezas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.



e oligárquicas da cidade. De certo modo, essas obras mostravam para a sociedade civil quais eram os setores dominantes no município, deixando claro, desde o começo do século XX, quais poderes se destacavam na manutenção hegemônica do poder local.

Em 1920, Ribeirão Preto vivenciou um expressivo crescimento populacional. Na época, Jorge (2008) descreve que a agricultura representava a maior porcentagem de empregos na urbe, com cerca de 60% da população economicamente ativa (em torno de 12.666 pessoas), mas estava competindo espaço com o setor de serviços, comércio e indústria. Assim, “os setores de comércio e serviços passaram a empregar juntos um total de 23% (4760) dos trabalhadores urbanos e a indústria 17%”, fazendo com que a cidade, rapidamente, expandisse o seu projeto de urbanização (Jorge, 2008, p. 43).

Para Jorge (2008), o progresso de Ribeirão Preto encantava vários setores da sociedade civil, mas não se pode esquecer que esse processo foi parcial e excludente. De acordo com a autora, isso ocorreu porque a urbanização abrangia as áreas centrais da cidade, delimitando de forma elitista o alcance e a qualidade para usufrutos dos novos espaços. Ou seja, não se pode esquecer que Ribeirão Preto, embora tivesse inúmeros adjetivos promissores no ideal da modernidade, também revelava a desigualdade social intrínseca que acompanha tantos projetos de urbanização elitistas nas cidades brasileiras.

Mesmo com urbanização crescente, os coronéis e barões do café dominavam a esfera pública e privada de Ribeirão Preto. Assim, os representantes do café ribeirão-pretano tinham seus interesses defendidos pela Câmara Municipal, pela imprensa e elite econômica e, conseqüentemente, influenciando nas decisões políticas e administrativas da cidade. Aqui, dois nomes merecem destaque: Francisco Schmidt, conhecido como “Rei do Café”, e Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, chamado de “Quinzinho”. Inclusive, eles seriam responsáveis por discussões políticas nos dois maiores jornais de circulação no município: o “*Diário da Manhã*”, aliado aos interesses de Francisco Schmidt; e “*A Cidade*”, representando a Família Junqueira (Paziani, 2005).

Em 1956, Ribeirão Preto atinge o ápice da sua expansão, com cerca de 92.160 mil habitantes. Na década de 1960, apesar do aspecto moderno e urbano da cidade, a economia cafeeira e a elite latifundiária, resultante do domínio dos barões e coronéis, continuava em voga. Isso se refletiria em uma política mais conservadora, com representantes que defendiam os interesses da elite econômica local. Tanto que, no ano citado, predominava a administração municipal de Alfredo Condeixa Filho<sup>17</sup>, do PSP (Partido Social Progressista), que fora eleito pela

---

<sup>17</sup> Alfredo Condeixa Filho foi prefeito de Ribeirão Preto entre os anos de 1952 a 1955 e, posteriormente, de 1960 a 1964. Com a extinção dos partidos políticos após o AI-2, em 1965, o político filiou-se ao ARENA e, desse modo,

segunda vez, e tinha uma formação majoritariamente militar, pelo Centro de Instrução Militar da Força Pública de São Paulo.

De acordo com o jornalista ribeirão-pretano Divo Marino (1998), o prefeito Condeixa Filho tinha um posicionamento alinhado com Ademar de Barros, que fora governador de São Paulo em 1963 e foi contrário à posse de João Goulart e proferia discursos reacionários. Em seus pronunciamentos, Ademar de Barros bradava contra a ilusória “ameaça comunista”, além de misturar apelos religiosos e defender a intervenção das Forças Armadas contra o governo de Jango<sup>18</sup>.

O posicionamento de Condeixa Filho refletia as cisões ideológicas típicas do momento, no contexto da política de Ribeirão Preto. A polarização de ideias, em um pensamento binário de “esquerda vs. direita” ganhou pauta na Câmara Municipal, não apenas em debates, mas dividindo a casa e ocasionando uma série de demissões *ad mutum* de funcionários municipais, que tinham aspirações próximas a João Goulart (Marino, 1998). Portanto, anos antes do golpe civil-militar de 1964, Ribeirão Preto já enfrentava uma série de perseguições contra políticos, líderes e figuras representativas que remavam contra a maré do direitismo crescente.

Os atos de Condeixa Filho repercutiram na cidade. Apesar da tradição conservadora, em conjunto com uma política latifundiária e aliada aos interesses econômicos da elite cafeeira, Ribeirão Preto contava com segmentos sociais críticos, tendo à frente os trabalhadores rurais, os estudantes e sindicatos. O relato memorialista de Leopoldo Paulino (2012) discorre sobre os movimentos sociais que denunciaram as práticas reacionárias do Governo Federal e as perseguições do prefeito ribeirão-pretano, fora alguns veículos de imprensa que alertavam sobre um possível golpe, como é o caso do semanário “*A Palavra*”, de propriedade de Divo Marino, jornalista citado anteriormente.

Uma das manifestações mais conhecidas em Ribeirão Preto foi a passeata regida pelos estudantes da Faculdade de Medicina e Odontologia da Universidade de São Paulo (USP), a favor da posse de João Goulart, em 1961. Sobre o ato, Divo Marino (1998, p. 21-22) relata o desenrolar dos acontecimentos da época:

A renúncia do Presidente da República [Jânio Quadros] conduziu o Centro Acadêmico Rocha Lima, em 25 de agosto de 1961, a convocar, com urgência, seus associados para uma reunião às 17 horas, em sua sede, à rua Visconde de Inhaúma, frente à Praça Catedral.

---

foi chamado para trabalhos no legislativo entre 1964 a 1966. Cf.: CPDOC, FGV. **Condeixa Filho, Alfredo**. [20--?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/condeixa-filho-alfredo>. Acesso em: 10 jan. 2022.

<sup>18</sup> Para saber mais sobre a trajetória política de Ademar de Barros, conferir: CPDOC, FGV. **Ademar de Barros**. [20--?]. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ademar\\_de\\_barros](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/ademar_de_barros). Acesso em: 10 jan. 2022.

Acompanhado de alguns redatores de “*A Palavra*”, encontrei os estudantes de medicina liderados pelos jovens Pedro Azevedo Marques e Pura Lopes Cortez, já na rua, em marcha de protesto, em direção à Praça XV.

No final da marcha, representando o jornal, em um pequeno palanque que existia armado frente ao Teatro Pedro II, defendi a legalidade, o respeito à Constituição, único modo de preservar a Democracia no país.

Esta marcha dos universitários da USP (Medicina) foi a primeira manifestação a favor da legalidade, em Ribeirão Preto, durante a crise da renúncia. E o semanário “*A Palavra*”, publicando o manifesto do Centro Acadêmico Rocha Lima, datado de 26 de agosto de 1961, assinado pelo seu Presidente Fábio Leite Vicchi e pelos membros da Diretoria Jesualdo Baldochi, Adib Buainai, José Roberto Nocite, Bertolino B. Almeida e Rober T. Heten, comprovou, para a História, que aqueles universitários foram os primeiros defensores da legalidade democrática em Ribeirão Preto, na crise da renúncia do Presidente Jânio Quadros.

A passagem do livro de Divo Marino (1998) destacada acima é interessante pois traz em sua descrição alguns locais representativos de Ribeirão Preto, que foram escolhidos para a manifestação dos estudantes a favor da João Goulart. A Praça Catedral, a Praça XV e o Teatro Pedro II estão localizados no centro da cidade, no coração do município, sendo vistos como símbolos da modernidade e expansão urbana. Porém, os estudantes a escolhem não somente pela facilidade de encontro, já que são espaços movimentados da urbe, mas também como um ponto de resistência contra as hegemonias, poderes conservadores e o posicionamento ideológico reacionário que permaneciam a frente das decisões públicas municipais.

Divo Marino (1998) não economiza na citação de nomes importantes para o movimento de resistência na cidade, destacando os universitários que encabeçaram a marcha a favor de João Goulart. Como podemos ver, havia sim grupos determinados a criticar o *status quo*, bem como defender compromissos democráticos e a favor da legalidade, antes mesmo de deflagrado o golpe civil-militar de 1964. Com a intensificação das crises políticas nacionais, Ribeirão Preto erguia-se como uma cidade de posicionamentos e grupos heterogêneos, que ora representavam uma resistência, ora a conveniência com a ideologia autoritária do período ditatorial.

Fora as manifestações universitárias, a rádio ribeirão-pretana PRA-7 também fomentava debates importantes em defesa da legalidade na posse de João Goulart. Conforme relata Divo Marino (1998, p. 22), o radialista José da Silva Bueno, criador do programa Centro de Debates Culturais da PRA-7, teve um papel preponderante, pois ele usou dos meios de comunicação de massa como instrumento de educação política do povo e, durante a crise da renúncia, foi um dos poucos membros da classe empresarial da cidade que se colocou a favor da Constituição. “Um ano antes do golpe de 1964, desapareceu a PRA-7 como baluarte da luta nacionalista, vendida que foi a um grupo de evangélicos vinculados a missionários norte-americanos” (Marino, 1998, p. 23).

Quando a situação pós-renúncia de Jânio Quadros foi resolvida, assegurando a posse de João Goulart, os apoiadores de Jango em Ribeirão Preto aplaudiram a decisão nacional. Ao mesmo tempo, Marino (1998) descreve a ação do “partidão” (PCB) da cidade, que organizou, de maneira lenta e atrasada, a “Frente da Legalidade”, presidida pelo Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes e pelo advogado Miguel Gonçalves da Silva, classificados como “burgueses progressistas” e “democratas consequentes”<sup>19</sup>.

Tendo João Goulart à frente da presidência da República em 1961, os debates acerca da política reformista se ampliaram em Ribeirão Preto. Diante da economia cafeeira e o forte domínio do trabalho rural na Alta Mogiana, já era de se esperar que o tema da reforma agrária tivesse o seu lugar ao sol. Welch (2004) rememora que o próprio governo federal previa a unificação dos movimentos rurais, por meio da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), um órgão criado em 1962 para coordenar políticas sociais rurais, como a distribuição de terras e a formação de sindicatos de trabalhadores rurais. Se antes mesmo da Supra os donos de terras já se opunham ao regime de Goulart, com o potencial de unificação dos movimentos de protesto dos trabalhadores pela entidade, a classe agrária dominante se viu verdadeiramente amedrontada (Welch, 2004, p. 365).

Na região de Ribeirão Preto, antes da chegada da Supra, alguns líderes de trabalhadores rurais já demonstravam a sua influência na cidade. Welch (2004) evidencia os nomes de Irineu Luís de Moraes, que em 1946 tinha organizado uma Liga Camponesa na comunidade rural de Dumont-SP; e do Pe. Celso Ibson de Syllos<sup>20</sup>, então editor do jornal “*Diário de Notícias*”, e que defendia a organização sindical no campo, sendo líder do movimento Frente Agrária Paulista (FAP). Os dois trabalharam em conjunto para a formação de sindicatos e em prol da defesa dos trabalhadores rurais, porém se afastaram aos poucos, visto que Moraes adotava uma visão mais secular e, como consequência, abriu-se uma distância dos ensinamentos católicos compartilhados na doutrina defendida pelo Pe. Celso.

Como um profundo abismo, percepções populares da ideologia comunista separam o trabalho de Moraes do de padre Celso. Embora ambos tenham reconhecido as fortes convicções religiosas dos brasileiros, sobretudo os do interior, a análise secular de Moraes afetou aquela

<sup>19</sup> De acordo com Divo Marino (1998, p. 23), essas duas personalidades ribeirão-pretanas são parte da história do município, já que o Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes foi professor emérito da USP, sendo torturado e preso pela repressão autoritária e Miguel Gonçalves da Silva foi um líder católico, defensor dos direitos humanos e democrata.

<sup>20</sup> Abordaremos mais sobre a figura e atuação do Pe. Celso Ibson de Syllos em Ribeirão Preto, no subitem “3.6 O Diário de Notícias”, visto que o padre era editor do jornal católico nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964.

sensibilidade. Em fazendas, onde a natureza regia intensamente a vida, explicações sobrenaturais dos fenômenos tinham uma influência muito mais poderosa do que as científicas (Welch, 2004, p. 368).

Pinheiro e Tomicioli (2000) dizem que os movimentos do campo partiam da conscientização social-cristã, tendo representações em Ribeirão Preto a partir do surgimento das comunidades de base. O Pe. Celso trabalhava junto com Dom Luís do Amaral Mousinho, que fora o primeiro arcebispo da Arquidiocese da cidade, alegando que a Igreja Católica deveria se voltar às necessidades básicas do povo. Concretizava-se, assim, as duas formas de luta representativas em Ribeirão Preto, com perspectivas de transformação social: a da Frente Agrária, pelos católicos; e a do Partido Comunista. “De um lado, a defesa do trabalho ligado às doutrinas da Igreja. Do outro, a dos ideais partidários. A rivalidade ideológica criava a concorrência política. Concorriam por liderança e espaço no meio rural” (Pinheiro; Tomicioli, 2000, p. 26).

Não obstante às diferenças, os aparatos católicos e comunistas foram os que mais representaram os interesses dos trabalhadores rurais em Ribeirão Preto na década de 1960. Como pontua Divo Marino (1998), ambos defendiam a mesma coisa, mas utilizando artifícios discursivos diferentes. Diz o jornalista que os líderes da FAP debatiam com os camponeses sem terra sobre problemas cotidianos (salário, escola, moradia, preço dos alimentos etc.) em uma linguagem coloquial. Já os comunistas falavam da Revolução Cubana, o Imperialismo, FMI, dívida externa, com declarações típicas de letrados urbanos e “abusavam dos chavões da vulgata marxista-leninista-stalinista” (Marino, 1998, p. 30).

Essas diferenças discursivas não tornam um grupo “melhor ou pior” do que o outro, mas revelam as ações múltiplas da resistência ribeirão-pretana, no esforço de atingir tanto a população rural cotidiana, quanto a classe de intelectuais formais. Quer dizer que havia setores contrários ao direito vigente, ou mesmo a hegemonia dos produtores de café e grandes latifundiários, e isso iria reverberar em posições contra a cultura do autoritarismo no pós-1964. Restamos observar, portanto, como esses discursos apareciam na imprensa do município, bem como os artifícios narrativos utilizados para subversão ou manutenção de ideologias.

O grito por melhores condições de trabalhadores rurais foi ouvido nas eleições municipais de 1963. Acirrou-se a cisão entre a esquerda e a direita, algo que colaborou para germinar preconceitos dos candidatos a prefeito. Divo Marino (1998) elenca os políticos que concorreram às urnas: Antônio Carlos Sant’Anna<sup>21</sup>, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); Orlando Jurca,

---

<sup>21</sup> Antônio Machado Sant’Anna nasceu em 1906, no distrito de Bonfim Paulista de Ribeirão Preto - SP, sendo um dos maiores jornalistas da cidade. Iniciou na imprensa no jornal “A Cidade”, em 1926 e, posteriormente, passou a dirigir o periódico “Diário da Manhã”, na década de 1950. Além disso, em 1939, fundou a “Revista de Ribeirão Preto”, que circulou durante 1 ano, trazendo informações sobre acontecimentos da região. Ficou conhecido como

pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Welson Gasparini, pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Porém, de modo repentino, o PCB abandonou a candidatura do seu escolhido para apoiar o candidato do PSB, ato que acarretou o desprestígio do partidão e dos nacionalistas municipais, cedendo a vitória para Welson Gasparini em 1 de janeiro de 1964 (Marino, 1998).

Para justificar a mudança de eixo na candidatura de Orlando Jurca, Divo Marino (1998) narra que o PCB encenou uma “consulta às bases”, reunindo algumas pessoas na sede na UGT (União Geral dos Trabalhadores). O jornalista ribeirão-pretano diz que a frente nacionalista que apoiava Jurca perdeu a sua unidade que havia sido conquistada com o esforço de jornalistas, políticos e publicistas da imprensa – com destaque para o jornal “*A Palavra*”, que unia diferentes correntes em nome das reformas estruturais, em um modelo democrático e popular.

O abandono da candidatura de Orlando Jurca não foi explicado, visto que foi “planejado nos bastidores pelo PCB. Há, porém, versões, como algumas dizendo que o dedo do “adema-rismo” esteve presente neste imbróglio (Marino, 1998, p. 52). Como se não bastasse, após o golpe civil-militar de 1964, Jurca passou a ser cassado pela truculência na cidade, sendo impedido de continuar a sua vida política no período autoritário. Marino (1998, p. 53) relata o episódio de cassação:

Durante a Ditadura, na galeria de retratos dos ex-prefeitos de Ribeirão Preto, o de Orlando Jurca foi retirado. Porém, a permanência da moldura e do nome Orlando Jurca, sem a foto, na galeria de tantos retratos de alcaides idos e vividos, no Palácio do Rio Branco, mostrava uma outra forma de patrulhamento: procurava tornar visível o ato de discriminação odiosa: a retirada do retrato. Também, jamais lhe foi entregue a láurea de cidadão honorário de Ribeirão Preto, grosseiro descumprimento da lei municipal. Foi fundador do MDB. Depois de sua morte – o advogado Orlando Jurca morreu cedo, meses depois de ter readquirido seus direitos políticos – uma comissão de moradores de Ribeirão Preto, presidida por Antônio Lorenzato, desvinculada dos partidos, da OAB e do oficialismo político, ergueu-lhe um busto, em praça pública, reconhecendo-o, pela primeira vez, como uma das figuras tutelares da história da cidade.

Divo Marino (1998) defende que apesar da situação com Orlando Jurca, o candidato que agora era apoiado pelo PCB, também detinha a postura necessária para assumir o cargo da prefeitura municipal. Mas, quem acabou vencendo foi Welson Gasparini, um jovem radialista na época, que conquistou a admiração popular, tendo como vice-prefeito o político já conhecido no município, Orestes Lopes de Camargo<sup>22</sup>. Com um posicionamento alinhado com a Igreja

---

“embaixador de Ribeirão Preto”, devido ao seu bom relacionamento com políticos e autoridades do município. Trataremos mais sobre a história e a atuação de Antônio Machado Sant’Anna no item “3.5 O Diário da Manhã”, esclarecendo o papel do diretor nas manifestações opinativas do jornal.

<sup>22</sup> Orestes Lopes de Camargo foi um importante político ribeirão-pretano, tendo assumido o cargo de vereador entre os anos de 1940 a 1950, e vice-prefeito de Welson Gasparini de 1964 a 1969. Ele ficou conhecido como editor do jornal “A Cidade” e, em 1936, adquiriu a propriedade de toda a empresa jornalística. Atualmente, o jornal

Católica e a Democracia Social Cristã, ele administrou a cidade ouvindo reivindicações tanto da direita quanto da esquerda. Para Marino (1998, p. 55), “Gasparini, nos dois mandatos como prefeito, que exerceu durante a “Redentora”, foi um exemplo de comportamento democrático na vida pública” e, desse modo, simbolizou um marcante período na história de Ribeirão Preto.

Embora o prefeito eleito à época tivesse um discurso próximo dos ideais democráticos, visto que a Doutrina Social Cristã estabelecia um conjunto de princípios voltados à dignidade humana, incluindo emancipação dos trabalhadores e adaptação às diferentes realidades socioeconômicas, a deflagração do golpe civil-militar de 1964, três meses após a eleição, mudou de vez o cenário. Segundo os relatos memoriais de Leopoldo Paulino (2012), Ribeirão Preto enfrentou uma “caça às bruxas”, com a perseguição de personagens considerados “subversivos”. De acordo com o autor, instalou-se a política da delação e, desse modo, a polícia local perseguiu e prendeu inúmeros opositores ao regime, como jornalista e editor do “*Diário da Manhã*”, Antônio Carlos Sant’Anna<sup>23</sup>, o Pe. Celso Ibson de Syllos e a cassação do mandato do vereador Pedro Azevedo Marques (PSB)<sup>24</sup>.

Paulino (2012) diz que o enalço não terminou por aí: a Câmara Municipal também determinou a cassação de todos os suplentes da legenda do PSB, extinguindo os mandatos dos vereadores Argeu Egydio dos Santos, Amílcar José Papa, Emílio Dinardo, Hermenegildo Ulian, João Antônio Prachedes, José de Freitas Ramos, José Wilson Seixas Santos, Ned Soares Rodarte, Newton Mendes Garcia, Odilon Arcêncio, Raul Machado, Roberto Benedeti, Romando Fernandes Filho, Said Issa Hallah e Sebastião Alves Bittencourt. Com o passar dos meses, vários políticos, jornalistas, estudantes, sindicalistas e membros do clero foram perseguidos em Ribeirão Preto – de modo cada vez mais violento, com episódios de tortura e atentado aos Direitos Humanos – demonstrando que a face violenta do golpe se estendia no interior, muito além das capitais, como um fantasma hegemônico infiltrado pela ideologia e cultura do autoritarismo.

---

“A Cidade”, que está somente em sua versão online (chamado de “A Cidade ON”) é considerado o maior representante da imprensa escrita da cidade, sendo parte do conglomerado da EPTV, filiada da Rede Globo na região. De acordo com Marino (1998), Orestes Lopes de Camargo destacou-se como um dos apoiadores do golpe civil-militar de 1964, assumindo o papel de presidente do Diretório Municipal da ARENA. Inclusive, na época, o “A Cidade” abria espaços em suas páginas para defender os golpistas e ovacionar atividades vinculadas aos políticos do ARENA em Ribeirão Preto.

<sup>23</sup> Antônio Carlos Sant’Anna era filho de Antônio Machado Sant’Anna, atuando também como editor-chefe e redator-chefe dos editoriais do “*Diário da Manhã*”, a partir dos anos de 1950.

<sup>24</sup> Leopoldo Paulino (2012) descreve que a Câmara Municipal aprovou o projeto de Lei no. 14/1964, apresentado pelo vereador Celso Paschoal (PSP), destinado justamente à cassação de Pedro Azevedo Marques, que fora considerado um “agitador comunista”. Os vereadores que aprovaram o projeto foram: Celso Paschoal, José Bompani, Wagner Antônio Calil, Juventino Miguel, Foaade Hanna, Osório Carlos do Nascimento, Domingos Isaac, Faustino Jarruche, José Alves de Castro, José Delibom, José Monteiro, José Moretti, Barquet Miguel, Orlando Victaliano, Paulo Branches de Farias, Antônio Vicente Golfeto, Waldo Adalberto da Silveira e José Velloni (Paulino, 2012, p. 38).

Após a promulgação do AI-2, Welson Gasparini viu-se obrigado a se filiar a ARENA para continuar o seu mandato sem maiores interferências, tanto por parte dos perseguidores locais, que estavam atentos para a delação dos indivíduos contrários ao regime autoritário, quanto por parte da dependência financeira do governo estadual e federal. Segundo Paulino (2012), o prefeito estava na mira das oligarquias de Ribeirão Preto e, com o golpe, a sua cassação era iminente. “As forças reacionárias locais já ofereciam nomes à ditadura de prováveis interventores para substituí-lo e o mais cotado para assumir a prefeitura era o oficial reformado da Polícia Militar, Ticiano Mazzetto” (Paulino, 2012, p. 40).

Contudo, Welson Gasparini tomou frente a se filiou à agremiação do ARENA, embora seus princípios continuassem alinhados à Democracia Social Cristã, defendendo o pensamento, mesmo que de modo sutil. De fato, as convicções católicas permeavam diversos segmentos de Ribeirão Preto, com inúmeros defensores, além do clero. Fora Welson Gasparini, o jornalista Antônio Machado Sant’Anna, do “*Diário da Manhã*”, também se mostrava próximo ao catolicismo da época, com uma formação centrada na Igreja Católica e textos enfáticos acerca da perspectiva religiosa.

As jornalistas Ana Paula A. Pinheiro e Anna Regina B. Tomicioli (2000) também trazem apontamentos interessantes sobre a Doutrina Social Cristã em Ribeirão Preto. Segundo elas, muitas vezes esse pensamento católico foi interpretado como “revolucionário” – e, de fato, era uma revolução, mas não para derrubar o governo e sim “para conscientizar as pessoas de que a sociedade não vivia de maneira humanitária. Existia injustiça. A Igreja deixava claro que não brigava com o poder, mas sim com as desigualdades sociais” (Pinheiro; Tomicioli, 2000, p. 41). Contudo, nem todos os setores da Igreja Católica ribeirão-pretana mostravam essa postura politizada. Ao contrário, a maioria estava de acordo com o governo militar e muitos clérigos apoiavam a elite econômica e o coronelismo da cidade.

De acordo com Pinheiro e Tomicioli (2000), embora alguns representantes da Igreja Católica tomassem partido por uma revolução à esquerda, como é o caso do Pe. Celso Ibson de Syllos, vinculando-se à luta dos trabalhadores rurais, o processo de oposição foi lento. Para as jornalistas, essa movimentação partia mais de ações individuais do que um setor formal do clero. Desse modo, “a força católica, única, unida e pronta para atacar o poder não passava de ilusão. Assim como todo o Brasil, Ribeirão tinha uma Igreja conservadora. Muitas vezes, reacionária. E, como instituição, apoiou o golpe de 1964” (Pinheiro; Tomicioli, 2000, p. 34).

Mas, a cultura do autoritarismo não se restringiu à Câmara Municipal, ou mesmo aos setores do clero. Outros segmentos, com especial menção aos descendentes dos coronéis, a oligarquia, o empresariado e as elites econômicas da cidade, se juntaram para a publicação do



MAD (Manifesto Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo), que foi divulgado pelo jornal “*A Cidade*”, em 31 de março de 1964 – data do golpe civil-militar no Brasil. De origem anônima, o discurso tinha ideais ácidas contra movimentos populares, o comunismo e, além disso, vociferava contra outros representantes da imprensa ribeirão-pretana. Divo Marino (1998, p. 9-10) destaca algumas passagens do manifesto:

O medo irracional do comunismo estava visível no panfleto do MAD, preconceito que existia de modo majoritário entre a população brasileira. E ao avivar as chamas do preconceito, o panfleto MAD objetivava, prioritariamente, fechar três jornais da cidade, o semanário “*A Palavra*” e os matutinos “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*”. Os nomes dos jornais não eram citados. Mas, quem viveu aqueles tempos, com facilidade decifrava a referência “acende uma vela a Deus, outra ao Diabo” do texto tinha um endereço certo, o “*Diário de Notícias*”, então orientado pelo jornalista padre Celso Ibson de Syllos, líder da Frente Agrária Paulista. E o matutino classificado como “falso nacionalista”, obviamente era o “*Diário da Manhã*”, já que o seu principal redator, Antônio Carlos Sant’Anna, jamais deixou de defender as teses favoráveis ao desenvolvimento autônomo do Brasil, desatrelado do modelo imposto pelo FMI.

Além disso, o MAD se portava contra as reformas de base de João Goulart, fundamentando críticas à legalidade reformista, em nome dos “princípios democráticos”. Apesar de alimentar preconceitos já latentes na sociedade de Ribeirão Preto, o manifesto não tinha força para fechar os três jornais, mas foi capaz de abalar a confiança da população, especialmente do empresariado, nas folhas da cidade. Reforça Divo Marino (1998) que com o passar dos anos, o plano do MAD foi concretizado e, aos poucos, cada um dos jornais, o “*Diário da Manhã*”, o “*Diário de Notícias*” e o “*A Palavra*”, acabou fechado e deixou de existir.

O MAD não se limitou à divulgação do manifesto no “*A Cidade*”. Leopoldo Paulino (2012) relata que o grupo chegou a visitar o delegado regional de polícia local da época, Celso Camargo Azevedo, para expor as intenções da entidade. Apesar de admitir ter recebido os integrantes responsáveis pelo manifesto, o policial se recusou a dar nomes (Paulino, 2012). Divo Marino (1998) escreve que ele mesmo fez uma interpelação judicial para o jornal “*A Cidade*”, requerendo a identidade dos responsáveis pelo MAD. Em resposta ao manifesto, o semanário “*A Palavra*” publicou o documento do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Ribeirão Preto, presidido por José Canavacci, que repudiava as tentativas de sabotagem dos órgãos da imprensa da cidade.

Antônio Carlos Sant’Anna também digladiou, mesmo que de modo contido, contra o MAD. Sob alegações que o “*Diário da Manhã*” tinha uma adjacência ao comunismo, o jornalista afirmava que o veículo adotava um anticomunismo moderado e comedido. No entanto, como aponta Carvalho (2019), Carlos Sant’Anna tinha certo receio de se indispor com os latifundiários ribeirão-pretanos, que provavelmente integravam o MAD, visto que muitos podiam

fazer parte dos círculos da família Sant’Anna (ainda mais porque seu pai, Antônio Machado Sant’Anna, tinha um posicionamento mais hegemônico), mas também porque temia que seus projetos políticos fossem minados pelo grupo.

A paradoxal estratégia por meio da qual Antônio Carlos Sant’Anna realizava ataques e acusações ao MAD, mantendo, contudo, extrema discrição quanto à divulgação dos nomes dos elementos pertencentes à sigla, pode ser também notada na cobertura de uma reunião “madeana” ocorrida em 17 de março de 1964. De acordo com o periódico, o evento teria contado com a presença de mais ou menos cem pessoas, entre participantes e curiosos, além de diversos oradores – “uns entendendo alguma coisa de política, outros, sonhando ainda e, finalmente, um discurso candente, violento, patético, enfim, acompanhado de conhecida técnica nazi-fascista de motivar a massa e leva-la à consecução de fins antipatrióticos”. Novamente, sem quaisquer menções nominais aos integrantes da organização, enquadrados apenas como médicos, dentistas, advogados, banqueiros, etc. (Carvalho, 2019, p. 166).

Diante dos acontecimentos em resposta ao manifesto do MAD, a entidade convidou os jornalistas Divo Marino, de “*A Palavra*”, e o editor Antônio Carlos Sant’Anna, do “*Diário da Manhã*” para um debate na emissora de rádio PRA-7. Marino (1998) diz que o convite veio de maneira repentina, com data e horário no próprio dia 31 de março de 1964, mas sem quaisquer esclarecimentos dos representantes da organização clandestina. Paralelamente, a política de delação continuava ameaçando os redatores do “*A Palavra*” e de demais órgãos da imprensa. Já receoso que o encontro marcado pelo MAD fosse uma armadilha, Divo Marino (1998, p. 67) descreve o episódio de maneira memorial “mais ou menos às 20 horas, caminhei para a emissora de rádio PRA-7, convidado pelo MAD, para debater a situação nacional. Cumpria um dever com a minha consciência, sem mais esperança na permanência do Estado de Direito”. Continua o jornalista:

Com plena convicção de que defendia uma causa perdida – as reformas de base pelos caminhos da legalidade – fui o primeiro a chegar à PRA-7. Minutos depois, apareceram o padre Celso Ibsen de Syllos (acompanhado de Geraldo Castilho Freire) e Antonio Carlos Pinho Sant’Anna, jornalistas que representavam os órgãos de imprensa patrulhados pelo MAD: “*Diário da Manhã*”, “*Diário de Notícias*” e “*A Palavra*”. Os encapuçados do MAD não compareceram ao anunciado encontro (Marino, 1998, p. 68).

Não demorou muito para que corresse na PRA-7 a notícia do golpe civil-militar e a proclamação do movimento armado do 2º Exército do General Amauri Kruel. Os quatro jornalistas, após consumado a tomada de poder, já sabiam que seriam presos e, por esse motivo, Divo Marino (1998) diz que planejaram abandonar Ribeirão Preto naquela mesma noite. Nos dias que se seguiram, os jornalistas seriam procurados pelos investigadores de polícia e vigiados pelo DOPS. Inclusive, muitos foram presos, submetidos a sessões de depoimentos e obrigados a traçar uma fuga dos apoiadores da ditadura. Além disso, as datas consecutivas ao 31 de março

de 1964, “eram visíveis, sobre pontes e viadutos, forças militares. As emissoras abriam seus microfones para proclamações e músicas marciais” (Marino, 1998, p. 72).

Divo Marino (1998) conta que voltou para Ribeirão Preto em 30 de abril de 1964, acordando em se entregar à repressão. Próximo das 15 horas do mesmo dia, alguns policiais já rondavam a casa do sogro do jornalista, por isso, Divo pediu que responsáveis da OAB local, os advogados Alcides Sampaio e Miguel Gonçalves da Silva, o acompanhassem até a Delegacia. Logo que chegou ao recinto, já foi dada a ordem de prisão ao proprietário do “*A Palavra*”, mas que foi anulada pelos advogados. Mesmo se apresentando voluntariamente, Divo Marino foi declarado preso e conduzido até uma sala, com a presença de delegados, militares e “tiras” do DOPS, incluindo o tenente-coronel Eliot Rosário, que informou que o jornalista respondia a um IPM. Ele indagou sobre textos e fotos divulgados no jornal, especialmente em relação aos textos sobre reforma agrária. Divo Marino se defendeu, dizendo que estava agindo de acordo com a legalidade, mas logo o levaram para coletar digitais e tirar fotos. Posteriormente, foi preso na sede do Batalhão Policial (Marino, 1998).

Divo Marino foi apenas um dos inúmeros presos políticos em Ribeirão Preto na época. Pe. Celso Ibson de Syllos se apresentou no dia 1 de maio de 1964 e foi detido para prestar esclarecimentos, mas ficou na cela até o dia 3 de junho do mesmo ano, considerado um agitador pelas autoridades policiais e militares. Pinheiro e Tomicioli (2000) afirmam que após esse período, Pe. Celso acabou se afastando do jornal “*Diário de Notícias*”, porém não da sua história de oposição. As jornalistas dizem que ele continuava defendendo os princípios democráticos cristãos, contra o regime militar instaurado, mas não voltou a morar na Cúria, nem mesmo reassumiu a direção do jornal. “Alguns anos depois, deixou a batina. Casou-se. Fez faculdade de direito. Entrou para a política. Foi embora de Ribeirão. Nada mais a pesquisar a seu respeito. Ficaram incógnitas e incertezas” (Pinheiro; Tomicioli, 2000).

A cultura do autoritarismo se fazia presente em toda Ribeirão Preto, seja com as delações, as prisões e as perseguições contra cidadãos da cidade. Em contrapartida, a oposição estava pulverizada. O PCB tinha se tornado clandestino e o medo da repressão tinha afastado muitos lutadores da democracia. Contudo, Leopoldo Paulino (2012) reitera que o ano de 1965 foi marcado por ser o início da reaglutinação da esquerda, devido à promulgação do AI-2, que postergou o mandato presidencial de Castelo Branco. Como marco da oposição, destaca-se a passeada do PCB contra o embaixador Lincoln Gordon.

Em abril de 1965, Ribeirão recebeu a visita do embaixador norte-americano Lincoln Gordon, homem que representava o elo entre o governo dos Estados Unidos e o golpe de 1964, na qual aquele diplomata esteve envolvido com todas as suas forças.

Enquanto as oligarquias e os bajuladores locais preparavam festas e jantares para recepcionar o visitante, as forças de esquerda protestavam contra sua presença em nossa cidade.

Dando mostras de sua subserviência, a Câmara Municipal de Ribeirão Preto aprovou o projeto de autoria do vereador Aloízio Olaia Paschoal, outorgando a Lincoln Gordon o título de cidadão ribeirão-pretano, como forma de reverenciar o representante do imperialismo norte-americano no Brasil.

O PCB organizou eficiente campanha de denúncia à população sobre o significado daquela visita, por meio de panfletos e pichações que ocuparam os muros da cidade: “Fora, Mr. Gordon!” (Paulino, 2012, p. 58-59).

Observa-se, portanto, que os grupos de oposição ao golpe estavam se reestruturando em Ribeirão Preto, para dar início a uma batalha mais acirrada, com ocupações nos espaços físicos da cidade. Com destaque, temos a participação do movimento estudantil, que foi bastante representativo no município, sendo responsável por inúmeros movimentos, passeatas e formação de entidades para conter o avanço do autoritarismo.

Botosso (2001) estudou uma dessas agremiações, as Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN), formada, em sua maioria, de estudantes da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (USP), como Vanderley Caixe<sup>25</sup>, Áurea Moretti<sup>26</sup>, entre outros. A FALN foi responsável pela veiculação do volante impresso “*O Berro*”, um representante da imprensa alternativa, bem como um instrumento fundamental na formação e atuação do grupo político revolucionário (Botosso, 2001).

A partir de 1966, Ribeirão Preto seguiu a tendência nacional entre as esquerdas, com dissidências entre os participantes do PCB e a formação de grupos revolucionários, como a FALN. Ainda assim, Botosso (2001) afirma que a cidade não perdeu de vista a força das lutas no meio rural, tanto que Vanderley Caixe organizou um encontro de Carlos Marighella com

---

<sup>25</sup> Vanderley Caixe se envolveu em lutas políticas desde os seus 16 anos, quando ingressou na Juventude Comunista, na década de 1960. Em 1966, ele foi o responsável pela fundação da FALN, dirigindo a organização ao longo de três anos, porém, interrompendo a sua militância em 1969, quando foi preso pela ditadura militar. Vanderley Caixe foi enquadrado pela Lei de Segurança Nacional, passando por inúmeros estabelecimentos prisionais, como o Presídio Tiradentes, Presídio Wenceslau e o Presídio Hipódromo. Foi solto em 1974, mas não voltou para Ribeirão Preto, tendo fixado residência em João Pessoa, na Paraíba. Voltou à cidade paulista somente em 1994 e faleceu em 2012. Seu filho, Vanderley Caixe Filho, permanece em Ribeirão e atua como político do PC do B – inclusive, foi até candidato à Prefeitura pela sigla em 2020.

<sup>26</sup> Áurea Moretti tem um papel preponderante na luta contra a Ditadura Militar em Ribeirão Preto, sendo uma das grandes representantes mulheres da época. Nascida em 12 de novembro de 1944, em São José da Barra, interior de São Paulo, ela muda para Ribeirão Preto com a família, onde ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e se envolveu com o Movimento Estudantil da cidade e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1968, junta-se a FALN, interrompendo seus estudos para cursar enfermagem. Foi presa em 18 de outubro de 1969, passando pela Penitenciária Feminina de Tremembé, Presídio Tiradentes, DEOPS/SP, Quartel da Força Pública de Ribeirão Preto, DOI-Codi/SP, Cadeia Pública de Cravinhos e o Complexo Penitenciário do Carandiru. Depois de quase 3 anos, foi solta em liberdade condicional, mas era constantemente vigiada e perseguida pela polícia política. Hoje, é aposentada e anistiada política. Cf: RUSSO, P. F. **Áurea Moretti: a mulher, a resistência e a tortura**: um estudo sobre a participação feminina contra a Ditadura Militar brasileira. 1965-1975. 2015. 154 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140252>. Acesso em 18 de jan. 2022.

Irineu Luís de Moraes – como sabemos, este último era conhecido pela formação das Ligas Camponesas em território ribeirão-pretano. Entretanto, a FALN não foi a única que nasceu almejando a luta armada contra a ditadura militar. Segundo Leopoldo Paulino (2012), alguns membros do movimento estudantil de Ribeirão Preto, incluindo ele mesmo, permaneceram fiéis às propostas do PCB, organizando pichações e intervenções na cidade. Concomitantemente, outros jovens se opunham ao regime, seguindo a Doutrina Social Cristã e amparados por alguns integrantes da Igreja Católica.

Entre os anos de 1965 e 1966, a reorganização de grupos revolucionários e contrários ao golpe civil-militar se expandiu em Ribeirão Preto. Além de contar com o apoio dos trabalhadores rurais, fruto de organizações antecessoras, como a Frente Agrária Paulista, a favor das reformas de base, as entidades também tinham a assistência da esquerda católica da cidade. Conforme mostram Pinheiro e Tomicioli (2000), a Igreja matriz do bairro Vila Tibério, chamada “Nossa Senhora do Rosário”, foi a primeira sede do Movimento Estudantil Jovem (MEJ), dirigido por Mário Lorenzato. Mas, aos poucos, percebeu-se a necessidade de um novo espaço. Ao final 1966, as atividades passaram a ser organizadas no orfanato “Lar Sant’Anna”, dirigido pela Irmã Madre Maurina.

Não demorou muito para que Mário Lorenzato conhecesse Vanderley Caixe, que também passou a frequentar as reuniões do MEJ. Pinheiro e Tomicioli (2000, p. 53) narram que o grupo falava de muitos assuntos, como a “luta armada, propaganda contra o governo, comunismo, socialismo, marxismo. Assuntos proibidos no país e perigosos para estudantes. O MEJ não poderia ter nenhuma ligação oficial com as ideias “subversivas”. A intenção era que a política considerasse apenas um encontro de jovens católicos. A FALN se juntou ao MEJ e em meados de 1969, o volante “*O Berro*” passou a ser editado no Lar Sant’Anna.

A escolha do Lar Sant’Anna como um aparelho da FALN não se deu por acaso. Para a organização, o orfanato representava um local apropriado, ideal, acima de qualquer suspeita. Mas, para Mário [Lorenzato] e para os jovens do MEJ não. Significava trabalho, amizade, diversão... Existia uma relação afetiva.

Mais uma vez, a Igreja Católica contribuía para os movimentos de oposição. Mais uma vez, de um grupo de jovens católicos saíram pessoas com consciência política. Dispostas a partir para a luta armada (Pinheiro; Tomicioli, 2000, p. 57).

Contudo, a história da FALN, do jornal “*O Berro*” e do Lar Sant’Anna não teria um bom desfecho. As prisões dos estudantes já eram anunciadas, ainda mais com a intensificação das perseguições, torturas e da cultura do autoritarismo. Porém, os acontecimentos envolvendo a Madre Maurina merecem menção.

Silveira, Gomes e Castro (2014) contam que ela foi presa no dia 25 de outubro de 1969, pela Operação Bandeirante (Oban), acusada de ceder espaço para a FALN e o MEJ. A freira foi encarcerada no Presídio de Cravinhos, que se tornara uma das sedes do DOPS e penitenciária de Tiradentes, na Torre das Donzelas. Além disso, passou por cinco meses de tortura, sob comando do delegado Sérgio Paranhos Fleury, com tapas e choques elétricos, até mesmo boatos de estupro. Em 11 de março de 1970, foi trocada pelo cônsul japonês Nobuo Okuchil, sequestrado pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionário (VPR) e, em seguida, foi levada ao México, onde passou 14 anos da sua vida (Silveira; Gomes; Castro, 2014).

Os acontecimentos narrados até agora mostram apenas alguns episódios simbólicos da luta contra o autoritarismo militar nos anos de 1960, em Ribeirão Preto. A história de Madre Maurina e Áurea Moretti simbolizam não somente a resistência, mas o papel das mulheres nesse interim, que sofreram com as perseguições, mas também violências de gênero que são exacerbadas ainda mais em períodos autoritários. Lembramo-nos de Thompson (1995), que concebe a ideologia como ferramenta de dominação, indo além do quesito de classes, mas envolvendo outros critérios, como é o caso do gênero<sup>27</sup>.

O apanhado histórico de Ribeirão Preto durante o golpe civil-militar de 1964 nos mostra uma sociedade complexa, regida por fenômenos simbólicos que ora sustentavam as relações de poder, ora subvertiam a ideologia autoritária dominante na época. Assim, vemos como o sentido se move na história da cidade e, em grande parte, tendo a imprensa como ferramenta preponderante na construção de embates contestatórios, mas também de subserviência. Muito além do cenário típico das capitais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília), comumente estudados, temos um espaço específico, delimitado e regionalizado, que revela a importância de transpassar olhares particularizados no campo de estudos da ideologia. Em especial, em regimes de exceção, que trazem o autoritarismo burocrático latente e enraizado na cultura brasileira.

---

<sup>27</sup> Há trabalhos interessantes sobre a participação de mulheres na luta revolucionária em Ribeirão Preto. Entre eles, destaca-se a monografia: TORRES, Luana Gonçalves. **Luta Armada na ditadura brasileira: a experiência das mulheres nas forças armadas de libertação nacional em Ribeirão Preto**. 2017. 109 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira do Sul, Veranópolis, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2043/1/TORRES.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2022. Outro material que trata do assunto é o documentário: MULHERES Rio Acima. Produção de Milena Maganin. Ribeirão Preto: Coletivo Mulheres Rio Acima, 2016. Color. Vale a pena conferir também o depoimento de Áurea Moretti, acerca do caso da Madre Maurina, para a Comissão Nacional da Verdade (CNV): VERDADE, Comissão Nacional da. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: [http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com\\_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_1_digital.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

### 3.4 Os jornais do interior e a mobilização política em Ribeirão Preto

Dando continuidade ao referencial teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade de Thompson (1995), é preciso situar historicamente os meios de comunicação envolvidos na análise dos fenômenos simbólicos. É importante ressaltar que conforme estabelece a própria metodologia thompsoniana, um caráter intrínseco dos produtos de mídia é a tentativa de influenciar no poder, tornando as formas simbólicas acessíveis a uma vasta audiência potencial. Sendo assim, a imprensa poderá se tornar uma “fonte de preocupação para as autoridades que procuram manter a ordem e regular a vida social dentro de territórios sob sua jurisdição” (Thompson, 1995, p. 292).

Em resumo, situar historicamente os veículos de comunicação, no presente caso, os jornais da cidade de Ribeirão Preto, é uma maneira de perceber como os veículos se comportaram nos anos do golpe civil-militar de 1964. Por isso, faremos um preâmbulo das principais empresas jornalísticas da cidade, com ênfase nos periódicos “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*” e, em contrapartida, justificaremos o termo “jornal/imprensa do interior” para referenciar os objetos analisados.

De acordo com os registros históricos, o primeiro jornal que se tem registro em Ribeirão Preto trata-se do semanário “*A Lucta*”, fundado por Ramiro Pimentel, em 1884. Contudo, assim como muitos representantes da imprensa do século XIX, a publicação teve uma vida efêmera, encerrando as suas atividades logo após algumas edições. As pesquisadoras Paula Melani Rocha e Gabriela Zauith (2011) trazem também outro jornal, o “*L’Unione Italiana*”, de 1886, que era totalmente escrito em italiano e para os imigrantes do país, “o jornal dos imigrantes denunciava maus-tratos e abusos praticados pelos fazendeiros” (Rocha; Zauith, 2011, p. 4).

Cristiane Bassi Jacob (2008) disserta que por alguns anos, o município permaneceu sem veículos jornalísticos, quando em 1889 surgiu o novo semanário “*O Ribeirão Preto*”, por Manoel França, que publicava assuntos de cunho político com maior intensidade. Jorge Luiz França (2013) diz que a folha defendia o ideário republicano e, por conta disso, foi invadida por simpatizantes do regime monárquico, que retirou o prelo manual. Em seguida, o equipamento desapareceu da delegacia, fato que resultou no fechamento de “*O Ribeirão Preto*” (França, 2013).

Anos depois, em 1891, é lançado o jornal “*O Repórter*”, de Juvenal de Sá, Alfredo Sodré e Tito de Sá, com ajuda de Elpídio Gomes e Braz Arruda. O periódico começou um novo padrão profissional de jornalismo para a época (Jacob, 2008, p. 124). A ideia do semanário era focar em aspectos noticiosos, tanto que Juvenal de Sá contratou profissionais para a realização de

matérias informativas. França (2013) relata que “*O Repórter*” conquistou prestígio na localidade, visto que o jornal seguia o formato gráfico *standard*, que era adotado por grandes jornais brasileiros, além de publicar colunas divididas em editorial, crônicas, sonetos, notícias e propagandas. Para França (2013), “*O Repórter*”, antes mesmo da modernização da imprensa, já demonstrava que o jornalismo em Ribeirão Preto estava abandonando o estilo dos pasquins e se dedicando à informação. No entanto, isso acontecerá com mais ênfase a partir dos anos de 1950, com a influência da prática jornalística norte-americana e o processo nacional de modernização das empresas de comunicação.

Embora expressasse a sua preocupação informativa, o semanário não teve uma vida muito longa. Por isso, a consolidação do jornalismo ribeirão-pretano se deu com a fundação do “*Diário da Manhã*”, em 1898, seguido do periódico “*A Cidade*”, em 1905. Os veículos ocupavam o segundo e o primeiro lugar, respectivamente, em número de tiragem. Fora que eles também ultrapassaram os limites de Ribeirão Preto, circulando em municípios adjacentes, conquistando um número significativo de leitores.

A predominância e expansão do “*Diário da Manhã*” e do “*A Cidade*” ocorreu, em grande parte, do papel dos jornais enquanto representantes dos interesses econômicos da elite cafeeira da cidade, mantendo o caráter político e opinativo na imprensa da época, mas também trazendo informações de interesse público. Rocha e Zauith (2011) afirmam que os jornais noticiavam fatos da produção do café, exportações, greves de colonos e outros acontecimentos relacionados ao plantio e colheita do município, mas em contrapartida, não publicavam os maus tratos aos imigrantes nas lavouras.

Os símbolos jornalísticos “*A Cidade*” e “*Diário da Manhã*” ecoavam, portanto, os interesses de agrupamentos políticos específicos, respectivamente de Joaquim da Cunha Junqueira (PRP) e Francisco Schmidt. Conforme pontuam Rocha e Zauith (2011), os chefes políticos mencionados eram membros de uma elite endinheirada e bandeirante, que não distinguia os limites entre o público e o privado, o urbano e rural, tendo seus interesses defendidos pela Câmara Municipal e pelos jornais.

Essa característica da imprensa de Ribeirão Preto é compartilhada por outros veículos impressos que se desenvolveram ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Dirceu Fernandes Lopes, José Coelho Sobrinho e José Luiz Proença (1996), na obra “*A evolução do jornalismo em São Paulo*”, destacam que os jornais do interior paulista eram considerados locais de expressão das elites econômicas dos municípios e, por isso, serviam como instrumentos de dominação da burguesia municipal. Desse modo, os políticos manifestavam seus pontos de vista,



com a finalidade de manter a hegemonia dominante na sociedade, como ocorreu com o “*Diário da Manhã*” e o “*A Cidade*”.

Apesar disso, havia a construção de um discurso em prol do povo e em nome da construção de um ideal moderno para Ribeirão Preto. A história do “*A Cidade*” é bastante representativa neste ponto. Fundado em 1905 por Enéas Ferreira da Silva, tendo a sua redação na Rua Duque de Caxias, esquina com a Álvares Cabral, no centro da cidade, ele era impresso em máquina tipográfica Heidelberg Minerva, com impressão de uma folha por vez, no formato germânia, de 36cm x 50cm (França, 2013). O editorial de lançamento apresentava o seu propósito de ser ao lado das classes produtoras do município, para maior desenvolvimento da lavoura, do comércio e da indústria. O mesmo trecho foi reproduzido em uma edição comemorativa, publicada em 31 de janeiro de 2016, em que o periódico destacava a sua atuação como veículo centenário de Ribeirão Preto.

Hérica Lene (2019) estudou o longo caminho do “*A Cidade*” e a sua relação com a sociedade ribeirão-pretana. Segundo a autora, quando o jornal começou a circular, o município tinha cerca de 60 mil habitantes, sendo que apenas 10% residiam na cidade e os outros 90% na zona rural, com uma população formada principalmente por imigrantes italianos. Para Lene (2019), o periódico teve desde o início uma postura de proximidade com os públicos, por meio da publicação de notícias cotidianas e assuntos de interesse local. Contudo, isso não camuflava a sua linha editorial partidária – ainda mais porque o coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira era pai do major Durval Vieira de Souza, que ajudou na fundação da empresa jornalística, junto com Enéas Ferreira da Silva.

Continuando o percurso do “*A Cidade*”, Lene (2019) disserta que depois de cinco anos de existência, o jornal é vendido para Rodolpho de Paiva Guimarães. A partir disso, a autora diz que a influência política no periódico se tornou escancarada, tanto que em 1911, o veículo foi adquirido por uma sociedade anônima, formada por pessoas de confiança do coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira e outros membros do PRP. Em 11 de novembro daquele ano, o “*A Cidade*” se apresentava oficialmente como propriedade do PRP, em um texto que afirmava tratar questões de interesse do partido (Lene, 2019, p. 221).

Em 1925, inicia-se um processo de reconfiguração da publicação, ao lado das próprias evoluções tecnológicas proporcionadas pelo século XX. O jornal aumentou de tamanho para 45cm x 62cm, além de inserir uma colunista de conteúdos femininos, Maria Célia, que assinava o quadro “*Chronica da Moda*”, e contar com a presença de Eurico Ribas, responsável pela coluna social “*Elegâncias*” (Lene, 2019, p. 221). Ou seja, o periódico estava se desenvolvendo a partir de uma ideia de modernidade, aderindo a certos interesses da sociedade da época. Não

à toa que o “*A Cidade*” foi consagrado como o maior veículo de imprensa em Ribeirão Preto e é o único representante que manteve a sua circulação até os dias de hoje<sup>28</sup>.

Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2013), ao tratarem da “*História da Imprensa no Brasil*”, lembram que o período foi marcado pelo surgimento do linotipo, que promoveu a rápida impressão dos jornais, substituindo os modelos até então artesanais de produção, o que possibilitou a circulação de jornais diários, bem como a inserção de ilustrações. A transformação gráfica não foi exclusiva, mas a própria linguagem jornalística revela-se mais objetiva, embora os moldes do jornalismo francês, com predominância de textos opinativos e rebuscados, ainda prevalecessem na imprensa brasileira (Martins; Luca, 2013).

Outro ponto importante tratado por Martins e Luca (2013) é a emergência de temáticas específicas nos jornais da década de 1920, como é o caso dos textos voltados para a temática feminina. Além do “*A Cidade*”, outros veículos da imprensa do interior em Ribeirão Preto se preocuparam em veicular conteúdos para o público feminino, como o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*” – este último, tendo a coluna “*A Mulher no Lar e na Sociedade*”, sob responsabilidade da Profa. Rosa Maria de Britto Consenza<sup>29</sup>.

De acordo com Jorge Luiz França (2013), a composição redatorial do “*A Cidade*” também se modificou na década de 1920: o turno começava às 12 horas, indo até às 21 horas, quando chegava o último telegrama do dia. Relata o pesquisador que após as etapas preliminares de produção jornalística, a máquina rotativa de impressão era ligada, iniciando a sua operação a partir da meia-noite. Imprimia-se as duas páginas centrais, depois a primeira, terceira e sexta lauda, rodando cerca de 800 páginas por hora. “O serviço final terminava por volta das 5 horas, quando havia aproximadamente 1200 exemplares finalizados para serem distribuídos” (França, 2013, p. 80).

Ainda assim, a modernidade não apagou a força política da imprensa. Nos primeiros 30 anos de vida do “*A Cidade*” enquanto porta-voz do PRP, o jornal traçou grandes polêmicas

---

<sup>28</sup> De acordo com Lene (2019), em 2006, o jornal “*A Cidade*” firmou um acordo com o Grupo Coutinho Nogueira, sócio-controlador da EPTV (Emissoras Pioneiras de Televisão), afiliada da Rede Globo em Ribeirão Preto, São Carlos, Campinas e Varginha. A instituição adquiriu 50% das ações da família Orestes Lopes de Camargo. A cobertura regional também se ampliou e, em 2018, a empresa decidiu abandonar a versão impressa, dedicando-se somente a publicação digital, com o “*A CidadeOn*” (LENE, 2019). Desde 2012, a EPTV assumiu o controle acionário do jornal, adquirindo da empresa jornalística. Para conhecer mais sobre o “*A CidadeON*”, basta acessar o site: <https://www.acidadeon.com/>.

<sup>29</sup> Jorge Luiz França (2013), em sua dissertação de Mestrado em Educação, “*Mulheres, Imprensa e Sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)*”, relata que os jornais da época não somente tinham a intenção de atrair o público feminino, mas também orientar uma representação ideal da mulher, por meio de publicações de caráter educativo e orientador do comportamento feminino. Segundo o autor, os jornais traziam assuntos cotidianos e propagandas que buscavam organizar o espaço público, de acordo com concepções hegemônicas do que se entendia como mulher. Por exemplo, ensinamentos sobre bordados, casamentos, etc.

contra o seu maior rival, “*Diário da Manhã*”. Inclusive, Lene (2019) rememora um debate durante as candidaturas do presidente Hermes da Fonseca, defendida pelo coronel Junqueira, e de Ruy Barbosa, apoiada pelos opositores. Os coronéis dominavam a política e a imprensa, norteados os assuntos em evidência na cidade de Ribeirão Preto. Por sua força simbólica como um dos principais jornais do município, o “*A Cidade*” acabou sim representando a classe dominante e interesses de segmentos da elite econômica da sociedade ao longo dos anos, que visavam manter o *status quo*.

Embora estivesse em plena expansão, o dia 30 de outubro de 1930 marcou uma reviravolta para o jornal. Conta França (2013) que após a ascensão de Getúlio Vargas, uma onda popular pró-getulista e contra o PRP invadiu a oficina da casa de máquinas da redação jornalística de “*A Cidade*”, com manifestantes lançando pedras na impressora. Em seguida, as coleções do periódico foram retiradas da prateleira e incendiadas no meio da Rua São Sebastião, causando uma imensa perda de exemplares, restando poucos arquivos disponíveis para consulta. Depois do empastelamento, França (2013) diz que a folha foi adquirida por Orestes Lopes de Camargo, que o comprou dos diretores Renato Barillari e comendador Abel Conceição, em 1936. A família Camargo permaneceu por longos anos à frente do periódico, sendo passado ao longo das gerações.

Orestes Lopes de Camargo inaugurou um momento histórico para a imprensa de Ribeirão Preto. As transformações aplicadas no “*A Cidade*” foram replicadas em outros veículos, como o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, que ansiavam não só por um aumento de vendas e número de leitores, mas também acompanhar as novas concepções gráficas que eclodiam em todo o Brasil. Lene (2019, p. 222) discorre acerca de algumas manobras da família Camargo para o “*A Cidade*”.

Uma das estratégias de sobrevivência do jornal ao longo do tempo foi a implantação, por Orestes Lopes de Camargo, na segunda metade da década de 1940, de uma seção de classificados. Os “quadradinhos” do “seu” Orestes, como ficaram conhecidos os espaços da seção, deram “a receita para que o jornal nunca fechasse as portas”. A melhoria da situação financeira permitiu melhorias gráficas e até mesmo na estrutura da empresa. A velha máquina Marinoni foi substituída por uma impressora plana e, na década de 1950, trocada por uma rotoplana. A impressora rotativa viria na metade da década de 1960. Durante décadas, os classificados foram a grande vedete do “*A Cidade*”, mas talvez o único atrativo aos leitores. Com o passar do tempo, por causa de sua postura conservadora, o jornal, apesar de se manter na ativa, passou a não ser visto pela população de Ribeirão Preto como modelo, referência de veículo impresso. Perdeu prestígio, principalmente nas décadas de 1980 e 1990. As vendas se mantinham quase que, exclusivamente, por causa da força dos classificados.

Orestes Lopes de Camargo foi um visionário no jornalismo em Ribeirão Preto, acompanhando o desenvolvimento dos jornais do estado de São Paulo, em especial, as mudanças dos anos 1950. Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), em seu livro *“Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50”*, menciona algumas transformações realizadas em empresas jornalísticas cariocas, inspiradas pelo jornalismo norte-americano: a separação dos textos opinativos dos informativos, a incorporação do *lead* e da pirâmide invertida, o advento do fotojornalismo, a profissionalização das redações, entre outros elementos que visavam a objetividade das matérias. Esses princípios seriam percebidos em territórios além do Rio de Janeiro, como ocorreu na imprensa do interior paulista.

Como símbolo da modernização da imprensa em Ribeirão Preto, o *“A Cidade”* despontou como um dos jornais de maior tiragem nos anos que se seguiram. Mesmo na década de 1960, com os incontáveis avanços do autoritarismo nas publicações jornalísticas, a empresa familiar de Orestes Lopes de Camargo permaneceu intocada. Para Luís Carlos Eblak de Araújo e Sebastião Geraldo (2006), isso se deve ao próprio posicionamento do veículo, que apoiou movimentos em prol do golpe, como a divulgação do MAD em 1964 e, além disso, tinha um alinhamento mais voltado às classes dominantes. Segundo os autores, o clima político da Guerra Fria refletia o jornalismo local, com os representantes *“Diário da Manhã”* e *“Diário de Notícias”* com uma identificação ao espectro esquerdista, “ao passo que *“A Cidade”* e *“O Diário”* se encaixavam mais na definição de periódicos conservadores” (Araújo; Geraldo, 2006, p. 3).

O jornal *“O Diário”*, citado acima pelos pesquisadores, também exemplificava alguns conceitos modernizantes. De acordo com Araújo e Geraldo (2006), o periódico foi fundado em 1955 por Costábile Romano, que seria eleito prefeito na cidade no mesmo ano, sendo o primeiro veículo de comunicação local a investir em grandes reportagens em várias áreas, como política, cidades e esportes. A grande novidade de *“O Diário”* estava na quebra da tradição do jornalismo opinativo e da publicação de *releases* da assessoria de imprensa da prefeitura. Tendo à frente da direção o jornalista Júlio José Chiavenato, que cedeu entrevista à Araújo e Geraldo (2006), a equipe de redação não se afirmava em uma postura de indignação com injustiças sociais; ao contrário, as matérias eram coniventes com certas relações de poder e podiam até mascarar algumas situações autoritárias.

O *“Diário da Manhã”* e o *“Diário de Notícias”* serão investigados com maiores detalhes nos itens 3.5 e 3.6, mas vale dizer que eles também passaram por processos de modernização de suas redações, mas não tiveram vida longa em comparação ao *“A Cidade”*. Alinhados com movimentos sociais e campanhas nacionalistas, o posicionamento dessas duas folhas era um pouco afastado do que se via em *“O Diário”* e *“A Cidade”*. No entanto, o *“Diário da Manhã”*

e o “*Diário de Notícias*” ainda prevaleceram mais do que outros jornais de resistência, como é o caso de “*A Palavra*”.

Conhecido como o representante da imprensa alternativa em Ribeirão Preto, o semanário “*A Palavra*” circulou entre os anos de 1961 a 1964, de propriedade do professor Divo Marino. A folha diferenciava-se dos demais periódicos citados anteriormente, pois a intenção era veicular questões de injustiças sociais, posicionamentos políticos do próprio Marino e servir como um observatório de acontecimentos políticos, interpretados à luz do professor e a serviço de grupos minorizados. Após o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição política sofrida por Divo Marino, o semanário deixou de existir e, mesmo sem registros de censura na imprensa ribeirão-pretana, os acontecimentos que se desenrolaram na redação do jornal, com a presença de um guarda na porta e a própria prisão de seu diretor, revelam um cenário de medo e instabilidade para os órgãos jornalísticos de resistência.

A travessia da imprensa de Ribeirão Preto nos ajuda a perceber a heterogeneidade dos jornais da cidade, a preocupação com os ideais modernos, a representação de grupos sociais e a definição de papéis políticos no jornalismo – fatores que acompanharam muitas empresas jornalísticas no Brasil. Entretanto, a questão da proximidade é um forte denominador na equação do jornalismo do interior. Tanto que por conta disso, desde os primeiros volantes, havia a preocupação em trazer assuntos do cotidiano, tratar de figuras públicas conhecidas e próximas, ou mesmo traduzir fatos nacionais para um contexto regionalizado. A proximidade é a chave para a compreensão da imprensa do interior.

Ao longo de nosso estudo, preocupamo-nos em escolher um termo que melhor representasse o jornalismo praticado em Ribeirão Preto. Afinal de contas, há muitas terminologias que tratam dos veículos de comunicação de fora das capitais, como “de proximidade”, “local”, “regional” e “do interior”. Para nós, este último se adequou mais aos nossos objetos de estudo<sup>30</sup>, já que os jornais revelam aspectos da mídia convencional tratados em grandes periódicos (exemplo, “*O Estado de S. Paulo*”, “*Folha de S. Paulo*”, “*Última Hora*”, etc.), em questão de modernização e organização estrutural; mas, em contrapartida, constituem algumas concepções próprias de cidades interioranas, mesmo sem esquecer de certas ideias mais gerais. Em resumo, quer dizer que os jornais podem se mostrar resistentes a certas ideologias, como o autoritarismo,

---

<sup>30</sup> Em minha dissertação de mestrado, trago a justificativa do uso do termo “imprensa do interior”. Para não alongarmos em definições teóricas tratadas nos estudos anteriores, relatarei brevemente a escolha do vocábulo, por meio de novos apontamentos conceituais. Cf: KOBORI, Nayara. **A voz da Igreja no “Diário de Notícias”**: Ribeirão Preto - 1961-1967. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152177>. Acesso em: 02 fev. 2022. A pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente, com financiamento FAPESP (Processo 15/12364-2).

ou conviventes com fenômenos ideológicos que sustentam relações de poder, contudo, sem esquecer o fator da proximidade, como elemento principal de seu perfil.

Francisco de Assis (2013), ao organizar o livro “*A imprensa do interior: conceito e contextos*”, traz uma série de artigos que caracterizam as empresas jornalísticas que não das capitais, situadas na parte interna das unidades federativas. Concordamos com a abordagem do autor, ao dizer que debater a realidade desses jornais em contextos interioranos não é o mesmo que tratar do local ou regional, mesmo que essas questões sejam tangenciais e significativas. Portanto, quando falamos de “imprensa do interior”, nos referimos não somente aos veículos geograficamente localizados, mas sim, àqueles que dão voz às comunidades, como alternativa à grande imprensa, interessada nos acontecimentos regionais de grande repercussão (Assis, 2013, p. 18).

A imprensa do interior é posta à serviço da comunidade e exerce relevante função social. Em nossa análise, observa-se que os jornais são usados para além do compartilhamento de notícias, mas sim como instrumentos capazes de contribuir com a opinião pública e colocar inúmeros jornalistas em figuras de relevo, como verdadeiros líderes<sup>31</sup>. Assim, o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*” têm características próprias das empresas jornalísticas interioranas, conforme explicita Luiz Beltrão (2013, p. 34), como a imprensa que é posta à serviço da comunidade, exercendo funções políticas, culturais e econômicas, bem como uma função moral, “manifestada pelo estímulo ao sentimento religioso popular, às campanhas assistenciais, de benemerência e caridade, e a todos os movimentos tendentes ao aperfeiçoamento espiritual da comunidade”.

Ora, em termos práticos, significa que a imprensa do interior é geograficamente localizada, atende aos interesses de uma comunidade específica, conta com jornalistas/editores que geram uma identificação com a audiência da cidade e tratam de acontecimentos cotidianos daquela localidade, colocando a proximidade como um valor-notícia preponderante. Mas, por que então tratar o termo “do interior”, e não outros como “local”, “regional” ou “de proximidade”?

Em primeiro lugar, trataremos da palavra “local”. Embora seja comumente utilizada para os veículos jornalísticos em cidades do interior das unidades federativas, o jornalismo local está também presente em notícias da grande imprensa. Quando nasce um periódico, mesmo nas capitais, ele tem essa identificação com os habitantes localizados naquele território, não sendo uma exclusividade dos meios de comunicação em municípios interioranos. Se pensarmos em um jornal de bairro, como outro exemplo, a publicação também atende aos interesses de uma

---

<sup>31</sup> Iremos reforçar essa visão no item 3.5, ao tratar da figura dos editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, como articuladores da opinião em Ribeirão Preto.

comunidade local, em um recorte de menor veiculação, com matérias ainda mais particulares (divulgações de reuniões da vizinhança, prestadores de serviço daquele ambiente, entre outros).

O local, ou localismo, nas palavras de Beatriz Dornelles (2013), está mais para um elemento ideológico, um valor-notícia, do que realmente algo atrelado ao espaço geográfico. Apesar de ser um item que sobressai nos jornais do interior, especialmente em comparação aos veículos da grande imprensa, não é algo único e exclusivo das produções interioranas. A principal diferença está no fato de que na imprensa do interior, o local surge como o primeiro componente valorativo, para posteriormente incorporar outros valores-notícia.

Diante da afirmação de Dornelles (2013), percebe-se que os jornais nascidos nas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, não deixam de ter atributos do localismo enquanto valor-notícia. Além disso, os veículos também têm um elo com aquela comunidade em que nasceram e a qual se destinam. Porém, na chamada grande imprensa, onde encontramos os principais representantes das empresas jornalísticas, há diferenças na organização empresarial, pois os periódicos tratam de temas gerais e generalistas, devido ao seu potencial de alcance que ultrapassa as audiências geograficamente localizadas; já na imprensa do interior, a cobertura está centrada em um certo recorte espacial.

Quanto ao aspecto “regional”, trata-se de um termo referente aos jornais com circulação em cidades adjacentes, com conteúdos que contemplam não só o município-sede, mas também as urbes fronteiriças. Essa definição partiu de Dornelles (2013, p. 72), que observou que a “imprensa regional tem por área privilegiada a de difusão a região ou a cidade na qual se situa também a sua sede editorial”. No caso do “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, a veiculação de matérias que se estendiam para outras regiões teve início nos anos de 1960, com a modernização do imprensa ribeirão-pretana, mas este não era o enfoque principal dos periódicos. Por conta disso, não nos pareceu apropriado utilizado o conceito de “regional” para a presente pesquisa, ainda que nos anos que se seguiram, os diários tenham aumentado a sua área de cobertura.

Por fim, o termo “proximidade”, que é visto com afinco nos estudos de Camponez (2002), é algo que vai além da dimensão territorial, mas engloba as vertentes temporal, psicoafetiva e social. Segundo o autor, a primeira está relacionada à distância do leitor do espaço em que se sucederam os fatos, isto é, a inserção do acontecimento na História. Já o aspecto psicoafetivo diz respeito aos valores que a audiência compartilha, como o público, o sexo, segurança, dinheiro e destino. Por fim, Camponez (2002) conclui que a vertente social está relacionada aos aspectos ligados à sociedade, como a profissão, classe social, religião, ideologia ou política. Sendo assim, se pensarmos em um jornal para um público específico, por exemplo, revistas

femininas, estamos tratando de uma mídia de proximidade na vertente psicoafetiva, pois há uma identificação dos leitores com aquela publicação<sup>32</sup>.

De acordo com a explicação de Camponez (2002), poderíamos argumentar que o jornalismo especializado também parte de um lugar de proximidade. A mesma ideia é debatida por Cecília Peruzzo (2005), quando ela diz que a palavra “território” pode ir além das dimensões geográficas, mas se definir por bases culturais, ideológicas, idiomáticas, de circulação e muito mais, ainda que a mídia tenha nascido em uma região específica. A autora quer dizer que o campo das identidades histórico-culturais, como tradições, valores e religião, é tão importante para a questão da proximidade quanto a base física.

A proximidade geográfica também ressalta outra característica dos jornais do interior: a capacidade de fiscalizador da coisa pública. Segundo Juliana Colussi Ribeiro (2005), que estudou periódicos de Araçatuba, no interior paulista, essa qualidade fiscalizatória atribui relevância suficiente para tratar os veículos das cidades interioranas como objetos científicos, tão importantes quanto os representantes da grande imprensa. A identificação com o morador daquele espaço, não só eleva o sentimento de pertencimento a uma comunidade, como também contribui para facilitar a cidadania. Para Maximiliano Martin Vicente (2010), esse fenômeno ocorre porque os jornais do interior tratam diretamente dos temas relacionados com o público e da vida cotidiana daquele espaço. Além disso, permitem a participação popular no desenvolvimento da urbe, seja a partir de reclamações de direitos políticos e administrativos, seja para cobrar a própria imprensa na veiculação de informações (Vicente, 2010).

Os apontamentos tratados até aqui nos oferecem a base para decidir a melhor terminologia para tratar dos nossos objetos de estudo, o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, que é imprensa do interior. Isso porque esses veículos nasceram e se destinam a um local específico de abrangência, com enfoque no geográfico, mesmo tratando de questões identitárias, sociais, ideológicas e de tradições. Veremos, por exemplo, que o “*Diário de Notícias*” era um representante da Igreja Católica, mas ainda assim, se preocupava muito mais em trazer os assuntos da Arquidiocese de Ribeirão Preto, ao invés de focalizar somente no catolicismo em geral.

---

<sup>32</sup> Em algumas literaturas, também há o termo “Jornalismo Especializado”. Há um importante debate sobre esse conceito, incluindo no cerne das Teorias do Jornalismo. Não iremos nos aprofundar neste assunto, por isso, recomendamos a leitura: TAVARES, Frederico de Mello Brandao. O Jornalismo especializado e a mediação de um ethos na sociedade contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 41-56, jan/jun. 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6134713>. Acesso em: 10 fev. 2022.



Quanto à rotina dos jornais, embora se espelhassem muito na grande imprensa das capitais, os jornais do interior ainda têm certas particularidades, tendo os jornalistas mais próximos dos leitores ou mesmo a participação de figuras políticas, populares e conhecidas do município. É o caso, por exemplo, de Welson Gasparini, prefeito de Ribeirão Preto em 1964, que era jornalista e redator do “*Diário de Notícias*”, bem como de Antônio Carlos Sant’Anna, também político ribeirão-pretano e editor-chefe do “*Diário da Manhã*”. Em relação às temáticas, percebe-se que ambos os jornais tinham a preocupação em trazer assuntos relevantes para aquela comunidade, em um papel de facilitador da cidadania, ora cobrando poderes públicos, ora questionando o *status quo*, em demonstrações de resistência à uma ideologia dominante.

### 3.5 O Diário da Manhã

Como vimos, o “*Diário da Manhã*” (DM) foi um dos principais representantes da imprensa de Ribeirão Preto, sendo considerado um dos jornais de maior expansão no município de outras cidades da região, além de contar com um moderno parque gráfico. Nas décadas de 1940 e 1950, a empresa jornalística alcançou um marco, imprimindo cerca de 12 mil exemplares e, desse modo, o DM chegou ao segundo lugar no *ranking* em termos de tiragem, perdendo apenas para o “*A Cidade*”, conforme dados apontados por Andréa Márcia Sant’Anna (2010).

Seguindo a linha metodológica da Hermenêutica em Profundidade, compreender a história e o desenvolvimento dos meios técnicos de produção nos ajuda a ir mais a fundo na análise ideológica dos discursos. Por essa razão, não poderíamos deixar descrever a trajetória do “*Diário da Manhã*”, que aparece como um de nossos objetos de estudo e representante de uma parte do pensamento da sociedade ribeirão-pretana. Tal estudo foi empreendido em 2015, com a monografia “*A atuação política do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967*”<sup>33</sup> e agora, passa por revisões, com novas bibliografias e amadurecimento científico da pesquisadora. Ademais, vale destacar que muito do que foi levantado para a monografia voltou à luz das consultas para a elaboração da presente tese.

A história do “*Diário da Manhã*” tem início em 1 de junho de 1898, quando Juvenal de Sá decide fundar a empresa jornalística, sendo o marco da imprensa em Ribeirão Preto, pois o jornal era o primeiro impresso diário a ser veiculado na cidade. De acordo com Rocha e Zauith (2011), alguns anos depois, em 1906, o fundador do DM abandona a coordenação do periódico

---

<sup>33</sup> Cf.: KOBORI, Nayara. **A atuação política do “Diário da Manhã”**: ribeirão preto - 1961-1967. 2015. 182 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2015. A pesquisa teve orientação do Prof. Dr. Célio José Losnak, com financiamento da FAPESP (Processo 13/09924-0).

e o vende para Osório Corrêa. Em 1909, Sosthenes Gomes assume a direção, mantendo a linha político-editorial de seus antecessores, que apoiavam os interesses do “rei do café” Francisco Schimdt; em contraposição ao jornal “*A Cidade*”, apoiador de Quinzinho Junqueira, do PRP (Rocha; Zauith, 2011).

Como era de se esperar, o “*Diário da Manhã*” tinha uma diagramação bem parecida com o que se via nos jornais franceses, tendo a predominância de textos opinativos, pouca divisão entre os conteúdos, raras fotografias ou ilustrações e evidenciava assuntos de caráter político. Ainda assim, a folha investia em alguns conteúdos de interesse cotidiano, como divulgação de acontecimentos locais que poderiam interessar aos cidadãos de Ribeirão Preto. Dessa forma, o DM conquistou a sociedade da época, sendo um dos poucos jornais fundados ao final do século XIX que se manteve por anos em circulação.

Mas, o que ascendeu o DM na sociedade ribeirão-pretana foi a extrapolação do periódico para cidades próximas. França (2013) relata que, com o auxílio das locomotivas, o impresso alcançou outras localidades, como Barretos, Bebedouro, Pitangueiras, Orlândia, São José do Rio Pardo, Casa Branca e Mococa. Nesta época, o posicionamento editorial bradava em defesa dos interesses pátrios e do progresso local, em um discurso pró-nacionalista que, como veremos, irá se manter por muitos anos (França, 2013).

O “*Diário da Manhã*” conquistou o prestígio rapidamente em Ribeirão Preto. Não só por conta da sua expansão regional, mas também porque a empresa jornalística tinha uma forte influência política, bem como um alto capital financeiro. Dessa forma, não demorou muito para que o DM abandonasse o estilo francês de fazer jornalístico e se tornasse o pioneiro na modernização da imprensa na região. Houve a incorporação de máquinas gráficas, contratação de jornalistas profissionais, comentaristas, tipógrafos e redatores, separação em notícias “quentes”, ou seja, com alto valor-notícia de atualidade, das matérias mais “frias” (não tão urgentes), além da presença de propagandas (França, 2013, p. 70).

A aquisição de maquinários foi um grande atrativo na sede do “*Diário da Manhã*”. Segundo França (2013), em 6 de dezembro de 1939, o jornal estabeleceu na cidade as primeiras máquinas de linotipo. “Com este investimento, o impresso não apenas ampliava suas publicações, como também exibia à sociedade ribeirão-pretana e demais periódicos o seu poder econômico” (França, 2013, p. 71). Durante a inauguração das máquinas, estiveram presentes figuras ilustres do município e da Federação, como o ministro Franchinni Netto, Adhemar de Barros e uma caravana de jornalistas da Associação Paulista de Imprensa (Tribuna, 2019).

Toda essa modernização partiu de Costábile Romano, que foi o diretor do DM a partir de 1932<sup>34</sup>. Antes disso, ele ocupava o cargo de diretor-gerente, no comando de Sosthenes Gomes. Conforme explicita França (2013), Costábile Romano, mesmo quando ainda não era totalmente responsável pelo DM, convenceu o editor a comprar uma máquina de prensa rotativa francesa, ligada a um motor a vapor do modelo *Eleozet*, com capacidade para imprimir duas páginas por vez e 200 folhas por hora. Com isso, o “*Diário da Manhã*” alcançou uma tiragem diária de “aproximadamente 1000 a 1500 exemplares de seis folhas. Para conseguir isto, a impressão se iniciava geralmente após às 24 horas e os exemplares eram todos postos em circulação a partir das 5 horas” (França, 2013, p. 72).

A modernização da redação do DM refletiu na diagramação do periódico. O jornal abandonou de vez o formato tabloide, que vigorava até então, e aderiu ao *standard* (37,5 cm x 54 cm). Também passou a incorporar mais cores em suas páginas, com maior ênfase na primeira (capa), onde estavam localizadas as informações mais urgentes e matérias consideradas com maior valor-notícia para os leitores. A diagramação permaneceu a mesma até o início de 1950, antes do diário ser vendido novamente.

Além das máquinas de impressão, ao se tornar o novo responsável pelo jornal, Costábile Romano também instalou telefones na redação, que falavam diretamente com o periódico “*A Gazeta*”, de São Paulo. Desse modo, o DM recebia notícias oriundas da capital de forma mais rápida em comparação aos demais representantes da imprensa em Ribeirão Preto, além de inovar os moldes de produção jornalística da época (Sant’Anna, 2010).

Mas, não demorou muito para que o “*Diário da Manhã*” trocasse novamente de diretor. Sant’Anna (2010) descreve que após Costábile Romano, outros jornalistas assumiram a responsabilidade do periódico, incluindo Oswaldo de Abreu Sampaio e Luiz Antônio Ribeiro Pino. A época áurea do jornal chegou em 1955, quando a empresa foi finalmente comprada pela família Sant’Anna, representados principalmente por Antônio Machado Sant’Anna (pai) e Antônio Carlos Sant’Anna (filho), vivendo períodos áureos.

É interessante notar que Antônio Machado Sant’Anna já tinha uma relação com o “*Diário da Manhã*” antes de assumir a direção da empresa. Yuri Araújo Carvalho (2019) conta que em 1925, o jornalista fazia parte do quadro de redatores do periódico. Quatro anos depois, Machado Sant’Anna encerrou o contrato com o DM, iniciando novas empreitadas, com a

---

<sup>34</sup> Há controvérsias acerca do início exato de Costábile Romano na direção do “*Diário da Manhã*”. Em alguns estudos, como França (2013), consta o ano de 1932, enquanto Sant’Anna traz 1938. Para seguir a referência mais recente, vamos optar por 1932.

fundação do “*Diário d’Oeste*” e, em seguida, assumir como diretor da sucursal do “*Diário de São Paulo*”, comandado por Assis Chateaubriand (Carvalho, 2019, p. 71).

O processo de aquisição do “*Diário da Manhã*” por Machado Sant’Anna dependeu fundamentalmente da venda de outro vespertino do jornalista, o periódico “*A Tarde*”. Carvalho (2019) nos mostra que após a compra, o novo diretor do DM contratou seus filhos como parte do corpo profissional da empresa jornalística. Assim, além de Carlos Sant’Anna também estavam presentes Armando Lúcio, Luiz Augusto e Sérgio Rubens.

A família Sant’Anna aproveitou a fama moderna do DM para realizar algumas mudanças gráficas. No início dos anos de 1960, o jornal incrementou ainda mais a primeira página como uma “vitrine” de notícias oriundas de agências de comunicação, além da maior presença de fotografias. Apesar de não incorporar tantas cores, a ideia era trazer um periódico que exprime mais a ideia de “empresa jornalística”, por isso, constava no cabeçalho o nome do diretor, do redator-chefe, e a responsabilidade de impressão, já que a folha era considerada parte da “Propriedade Editora “*Diário da Manhã*” S/A”. Também se estabeleceu a divisão em colunas, para facilitar a leitura.

Figura 4 - Recorte da primeira página do “*Diário da Manhã*”, em 1 de junho de 1961

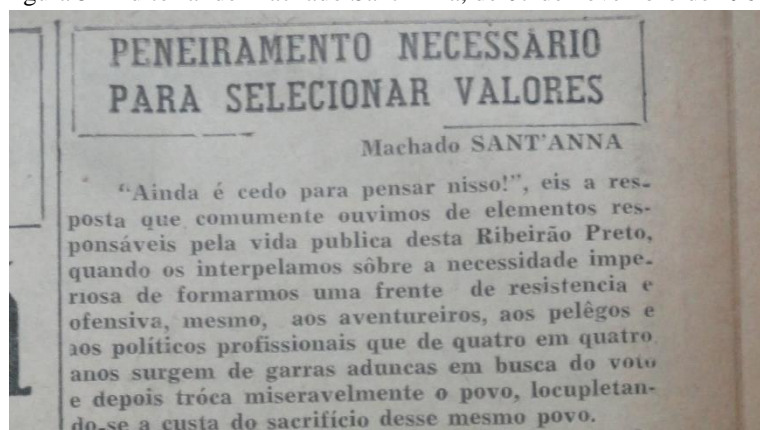


Fonte: *Diário da Manhã*, 1961.

Por ser uma empresa jornalística familiar, o “*Diário da Manhã*” possuía dois editoriais principais: o de Antônio Machado Sant’Anna e do de Antônio Carlos Sant’Anna. A coluna assinada pelo primeiro diretor, Machado Sant’Anna, normalmente aparecia na primeira página

do jornal, no canto inferior direito, separada por um quadrado e tendo o título com uma tipografia diferente. Contudo, há exemplares em que não há presença do editorial do editor (algumas ocasiões eram justificadas pela ausência do jornalista, que estava em viagens junto ao movimento municipalista).

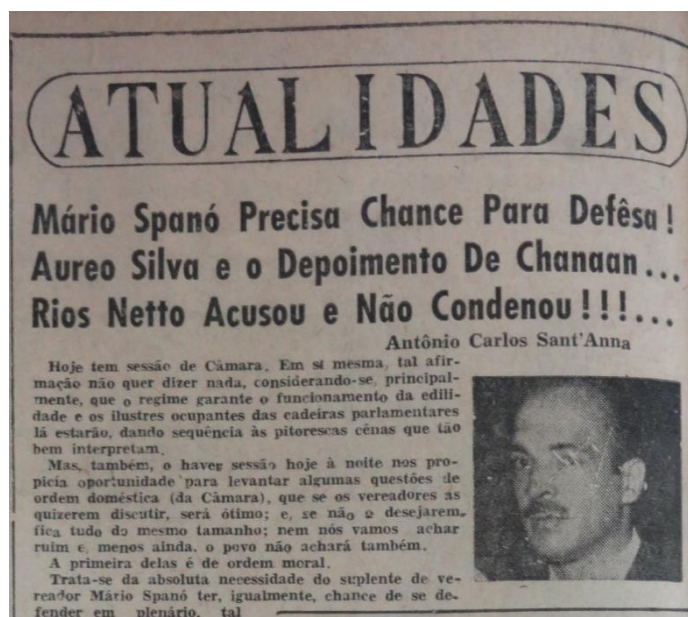
Figura 5 - Editorial de Machado Sant'Anna, de 07 de novembro de 1961.



Fonte: Diário da Manhã, 1961.

Já o editorial de Antônio Carlos Sant'Anna aparecia na última página do "Diário da Manhã", identificado pelo nome "Atualidades" e com uma fotografia do editor. O quadro era rotineiro no jornal, com raras edições sem a presença da coluna.

Figura 6 - Editorial de Carlos Sant'Anna, "Atualidades", em 07 de novembro de 1961.



Fonte: Diário da Manhã, 1961.

A história do “*Diário da Manhã*” confunde-se com o trajeto de seus diretores, especialmente da família Sant’Anna, que permaneceu por mais tempo na direção do periódico. Assim, não há como dissociar as posições e interesses subjetivos de Machado Sant’Anna e seus filhos da própria lógica de escolha das notícias, organização das informações nas folhas e, é claro, das interpretações sobre acontecimentos tecida ao longo dos editoriais. Tal discussão já se tornou comum no campo jornalístico, uma vez que se entende que os predicados utilizados para compor o jornalismo enquanto “objetivo” e “imparcial” são apenas recomendações oriundas das práticas noticiosas norte-americanas, mas que, de fato, há a influência do próprio jornalista.

Quando falamos de imprensa do interior, há uma evidência ainda maior na mescla dos interesses subjetivos, mesmo em uma empresa jornalística que preza pela separação de informação e opinião em seus exemplares. Isso se deve ao efeito da proximidade, que emerge o papel dos diretores como sujeitos dotados de certa aura de “autoridade” (seja ela intelectual, ou mesmo pela “fama” concedida em sua atuação profissional), com interferências nas práticas político-sociais e na realidade em que eles se inserem.

No caso de Machado Sant’Anna, além de conhecido como jornalista em Ribeirão Preto, o diretor do DM também tinha um trajeto longo na política. Segundo Carvalho (2019), em 1941, ele concorreu ao cargo de vereador municipal pelo PSP (Partido Social Progressista), alegando ser “a voz do povo”. Entretanto, não conseguiu alcançar o número suficiente de votos, realizando uma nova tentativa em 1951, pelo mesmo partido. Dessa vez, Machado Sant’Anna adotou uma estratégia populista, ancorado por uma campanha que o colocava em situações corriqueiras e ao lado de outros políticos, como Lucas Nogueira Garcez, Adhemar de Barros e de Alfredo Condeixa Filho (Carvalho, 2019, p. 51).

Ainda assim, Carvalho (2019) retoma a narrativa dizendo que Machado Sant’Anna não conseguiu vencer as eleições. Só que o jornalista era persistente e em 1954, concorreu para deputado federal pelo PSD (Partido Social Democrático); e em 1958, pelo PR (Partido Republicano). “Não tendo sido eleito, Sant’Anna diagnosticou seu fracasso como fruto da rebeldia e da falta de ideais do eleitorado regional”, além de reforçar que os cidadãos ribeirão-pretanos votavam em candidatos fora da cidade, ignorando os representantes locais (Carvalho, 2019, p. 51).

Mesmo com os infortúnios nas intentadas políticas, Machado Sant’Anna era cada vez mais conhecido em Ribeirão Preto. Como consequência, pessoas que o apoiavam e acompanhavam, seja pelas ideias ou por ter certo prestígio na sociedade, podiam encarar o “*Diário da Manhã*” não só como um instrumento jornalístico, mas também um espaço de manifestação do próprio diretor. Dessa maneira, a imprensa servia como um aparelho privado para tratar de

certos posicionamentos e, no caso do DM, de um representante da elite política e intelectual (aqui, englobando a categoria de dirigentes de veículos de comunicação e jornalistas) da cidade.

De acordo com Carvalho (2019), fora a política, Machado Sant'Anna aproximou-se do movimento municipalista<sup>35</sup>, angariando ainda mais projeção na cidade. Inclusive, o jornalista utiliza o “*Diário da Manhã*” para compartilhar várias missões que realizou em nome do municipalismo, eventos do movimento, conceitos defendidos pela ideologia, entre outros.

Carvalho (2019) discorre que o municipalismo levantava bandeiras para além da autonomia municipal, tendo uma ampla defesa agrária. No final dos anos 1940, criou-se a APM (Associação Paulista de Municípios), que tinha como cerne quatro princípios: o agrarismo, para atender as demandas privadas do setor agrário-exportador; a autonomia municipal, para facilitar o direcionamento de recursos às cidades; o desenvolvimento de uma consciência municipalista, por meio de uma disputa hegemônica e cunho pedagógico com fins de “educar para o municipalismo”; por fim, o combate à criação e/ou aumento de impostos, com negociações a partir de canais específicos entre o Estado e municípios (Carvalho, 2019, p. 190). Por conta de sua aproximação com a defesa agrária, especialmente para melhorar as condições dos setores privados agrários de exportação, várias lideranças municipalistas foram perseguidas após o golpe civil-militar de 1964, pois se portaram contra a tomada de poder e a favor de João Goulart.

Para Carvalho (2019), a experiência municipalista de Machado Sant'Anna estava vinculada à corrente municipalista da APM, onde o jornalista atuava, em um primeiro momento, como “político provinciano” e, depois, como liderança burocrática. Ao longo de 1950 e 1960, a entidade “transformou-se em uma espécie de associação brasileira de políticos profissionais”, perdendo o caráter reformista e se fortalecendo como uma instituição de e para políticos (Carvalho, 2019, p. 191).

O filho mais velho de Machado Sant'Anna, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*”, Antônio Carlos Sant'Anna, também compactuava com a ideologia municipalista expressa por seu pai. A pesquisa historiográfica feita por Carvalho (2019) mostra que Carlos Sant'Anna mantinha uma agência de turismo, a “ACS Turismo” que realizou, ao longo das décadas de

---

<sup>35</sup> De forma resumida, o movimento municipalista, ou municipalismo, tem como proposta a autonomia das cidades. Segundo Marcus André de Melo (1993), a ideologia municipalista é uma das construções discursivas-pragmáticas mais tradicionais e antigas na cultura brasileira, presentes desde o Segundo Reinado (1840 a 1889), mas que teve um forte apelo durante o Estado Novo e no período pós-guerra (décadas de 1930 a 1950). A essência do municipalismo está na crítica liberal, embora o conceito adquira características bastante ambíguas, ora se apropriando de valores referentes à coletividade, ora resguardando a esfera privada da pública (Melo, 1993, p. 4). O primeiro aspecto, mais relacionado com o liberalismo, é notado em discursos classistas, que compreendiam o local como espaço privilegiado para atuação burguesa, que visava persuadir às classes subalternas em seu projeto

1950 a 1960, diversas excursões para os Estados Unidos, Canadá e México, ou mesmo para regiões internas do Brasil, como Foz do Iguaçu e Brasília, especialmente para os eventos promovidos pelo movimento municipalista. Os turistas podiam ficar em hospedagens luxuosas e até o final dos anos de 1960, “a empresa já tinha realizado cinco excursões para os Estados Unidos, cujas comitivas eram compostas, majoritariamente, por “figuras gradas” de Ribeirão Preto”, incluindo empresários, médicos, políticos, entre outros (Carvalho, 2019, p. 224).

A análise de Carvalho (2019) sobre as iniciativas de Machado Sant’Anna em relação ao movimento municipalista é muito interessante, uma vez que o autor pondera a intenção classista e liberal, muitas vezes contribuindo para manter a hegemonia econômica da cidade. Ou seja, havia um discurso que vestia a máscara democrática, mas que ocultava a intencionalidade excludente do movimento.

Todos e quaisquer benefícios político-econômicos concedidos aos negócios de turismo eram apresentados “imparcialmente”, por Machado Sant’Anna, como mecanismos irrestritos a favor do progresso cidadão e, conseqüentemente, de sua população como um todo (“lucro de muitos”). Por trás das formas apresentadas, tais benefícios atendiam, em realidade, aos interesses privados de segmentos específicos da classe dominante local (“lucro de poucos”) e eram, portanto, extremamente festejados por Machado Sant’Anna (Carvalho, 2019, p. 224).

Tanto Machado Sant’Anna quanto seu filho, Carlos Sant’Anna, fizeram uso dos caminhos da imprensa e da política para alcançarem notoriedade em Ribeirão Preto e, dessa forma, tornaram-se personagens dotados de certa “autoridade” para opinarem acerca dos assuntos sociopolítico do cenário nacional, estadual e municipal. Assim, o “*Diário da Manhã*” conquistava cada vez mais adeptos e a palavra de seus editores era espalhada pela cidade.

As estratégias da família Sant’Anna não se esgotavam na imprensa e na política. Para emanar ainda mais seus anseios, conquistar o prestígio da sociedade e ter respaldo de suas ideias, Machado Sant’Anna também empreendeu ações em entidades filantrópicas, como é o caso do Rotary Club. A respeito disso, Carvalho (2019) cita que as associações de filantropia são, em um primeiro momento, apresentadas como grupos de elevada consciência social e humanitária, mas que têm como pano de fundo a intencionalidade de garantir um “consenso espontâneo” das classes subalternas, conforme o conceito gramsciano. Ou seja, são organizações que visam o prestígio de certos grupos sociais em detrimento de outros, mas se utilizando, de



acordo com os modos de operação da ideologia de Thompson (1995), de discursos dissimulados e a partir da simbolização de unidade em prol do bem comum<sup>36</sup>.

Segundo Carvalho (2019), as classes dominantes de Ribeirão Preto enxergavam na assistência social, um instrumento eficaz para minorar alguns efeitos do sistema de exploração capitalista e, de maneira simultânea, a burguesia também legitimava sua liderança e seus privilégios. Nas palavras do autor, era uma forma de robustecer a imagem dominante de certos indivíduos, a partir de ações com cunho benemérito.

As ações benevolentes que por trás detinham intenções de permanência de estruturas dominantes, eram ovacionadas por parte da população ribeirão-pretana. Em parte, porque as construções discursivas e narrativas eram tão bem articuladas e construídas, que dificilmente as críticas eram capazes de atingir algo tão naturalizado. Não que não houvesse, mas faz parte de um legado histórico na cidade, desde o final do século XIX.

Carvalho (2019) conta que Machado Sant'Anna brindava as associações filantrópicas no “*Diário da Manhã*”, não somente como editor-chefe do jornal, mas a partir de seu pseudônimo, Pedro Brando<sup>37</sup>, que se apresentava como um membro da classe subalterna. Parece-nos que a intenção do jornalista era promover a familiaridade do público, ou até mesmo o afeto de diferentes parcelas da população ribeirão-pretana, como forma de conquistar ainda mais prestígio para o seu jornal e, conseqüentemente, para si mesmo.

Mergulhando cada vez mais na filantropia e no municipalismo, Machado Sant'Anna foi o responsável por fundar o *Rotary Club* em Ribeirão Preto, no ano de 1942, permanecendo como diretor do local entre 1942 a 1948 e de 1958 a 1962 (Carvalho, 2019). A associação tem presença global, com origem nos Estados Unidos, por Paul Percy Harris, tendo como princípios a promoção de serviços humanitários em nome da paz social.

É interessante o quanto Machado Sant'Anna se enveredava em agrupamentos que tinham a ideia de ser algo “novo”, porém mantendo as velhas relações de dominação. Isso porque

---

<sup>36</sup> Aqui, estamos nos referindo aos modos de operação da ideologia, de Thompson (1995). Como percebe-se, há várias ideologias imbricadas nas textualidades dos jornais analisados, uma vez que seus editores, que são representantes dos jornais, também tem certos interesses próprios nas relações de dominação. Sendo assim, é preciso adotar uma visão mais crítica durante leitura dos textos, não somente considerando o lado do autoritarismo do golpe civil-militar de 1964, mas outras intersecções levantadas na análise sócio-histórica.

<sup>37</sup> Carvalho (2019) diz que Machado Sant'Anna, na personificação de Pedro Brando, procurava construir uma aproximação junto ao público leitor, por meio de críticas aos “grã-finos” da sociedade. No entanto, ao passo que os textos do personagem instigavam a denúncia das desigualdades sociais, eles também reconduziam a “sua retórica para a lógica da resignação e da subalternidade, pois, segundo suas perspectivas, apenas alguns poucos privilegiados poderiam desfrutar das graças da riqueza, enquanto a miséria, suavizada e naturalizada, possuiria seus próprios atrativos e virtudes” (Carvalho, 2019, p. 78). Temos, portanto, uma ideia clássica de liberalismo nos textos da Machado Sant'Anna, pois a redistribuição de renda só é vista a partir de caridades individuais. Sem contar que, em muitos casos, as filantropias também eram justificadas pelo ideal cristão, em defesa da ajuda do outro e do fazer o bem.

o *Rotary Club* é visto como uma espécie de “religião laica”, a partir da concepção que as indústrias, o comércio e as representações capitalistas são um “serviço social”, antes de serem um negócio (Carvalho, 2019). A entidade, nesse viés, fazia uso de construções simbólicas que bradavam em prol de um “bem maior”, assim como nas religiões, mas mantinha em seu cerne o individualismo e a criação de espaços de diferenciação social, onde a burguesia pudesse justificar a sua posição social, legitimando certas relações de dominação.

O amálgama moderno-conservador rotariano apoiava-se em princípios análogos à formação intelectual de Machado Sant’Anna. A associação às hostes de Paul Harris trar-lhe-ia apreciáveis conveniências, posto o Rotary possibilitar aos seus membros o acesso a um espaço de sociabilidades garantidoras de expressivo prestígio público, mantendo-se, ao mesmo tempo, a apologia da diferenciação interclassista e o apego à ordem constituída (Carvalho, 2019, p. 81).

Machado Sant’Anna e boa parte de sua prole, em especial Carlos Sant’Anna, não estavam à frente de órgãos institucionalizados do governo federal que emanavam a ideologia autoritária. Ao contrário disso, Carlos chegou até a ser fichado e preso pela trama golpista, devido à sua aproximação com os ideais agrários, que eram defendidos pelo municipalismo (mesmo que o direcionamento estivesse centrado na burguesia rural e exportadores privados). Claro que não podemos homogeneizar os indivíduos, posto que Machado Sant’Anna defendia alguns ideais que podiam ser contestados por seu filho.

No entanto, como bem ressalta Carvalho (2019, p. 339), os editores do “*Diário da Manhã*” e, conseqüentemente o jornal, estabeleceram “estreitos laços com algumas lideranças e projetos defendidos pela “elite orgânica” da burguesia multinacional e associada”, tanto em ações políticas, quanto em empreendimentos filantrópicos. Compreendendo esse contexto sócio-histórico específico do jornal, podemos visualizar na análise como os modos de operação da ideologia trabalharam nos editoriais do DM por meio das formas simbólicas, e puderam servir ou não para manter relações de dominação.

Parece-nos que o desafio maior está na compreensão da complexidade do momento histórico, abarcado pela ideologia do autoritarismo latente com o golpe civil-militar de 1964, em conjunto com demais manifestações ideológicas, não tão exacerbadas, mas que ainda assim contribuem com a exclusão de certos setores sociais. Desse modo, deve-se fugir das dicotomias e binaridades na análise discursiva do “*Diário da Manhã*”, pois de certo modo, o jornal pode ser lido em partes como instrumento de resistência, e por outro, como aparelho discursivo para sustentar relações de poder.

O DM se esvaiu aos poucos. Logo após o golpe civil-militar de 1964, o jornal foi fechado por dois meses, enquanto Carlos Sant’Anna prestava depoimentos. Já o pai, Machado Sant’Anna, conforme registros do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, realizou novos trabalhos em São Paulo capital, afastando-se cada vez mais do matutino do interior. Apesar de ser um dos representantes do anticomunismo em Ribeirão Preto, como argumenta Carvalho (2019), e estar à frente de projetos alinhados à elite econômica e burguesia local, ainda assim o jornal da família Sant’Anna sofreu represálias. Sem contar o manifesto MAD, citado anteriormente<sup>38</sup>, publicado no “*A Cidade*”, que contribuiu para a incitação de preconceitos contra vários veículos da imprensa, incluindo o “*Diário da Manhã*”.

O endurecimento do autoritarismo no Brasil fez o jornal adotar posições mais cautelosas. Mesmo sem o registro de censura na imprensa ribeirão-pretana, os próprios jornalistas tinham receio de serem perseguidos e, como consequente, adotavam práticas de autocensura (ou mesmo “autocontrole” do que publicar). Nos anos de 1980, há uma névoa a respeito do que ocorreu, de fato, com o “*Diário da Manhã*”. Sabe-se que em 1993, o CNPJ foi revivido pelo jornalista Galeano Amorim, que trouxe de volta o periódico com o nome “*Jornal da Manhã*”, mas as suas atividades foram encerradas um ano depois (Tribuna, 2019).

### 3.6 O Diário de Notícias

Em comparação ao “*Diário da Manhã*”, o “*Diário de Notícias*” (DN) demorou um pouco mais para despertar em Ribeirão Preto, tendo a sua primeira edição em 1 de julho de 1928, pela iniciativa de José da Silva Lisboa. O editor já tinha percorrido outros caminhos no jornalismo e escreveu para o DM, antes de lançar a sua própria empresa jornalística. Porém, logo em 1935, o jornalista foi convidado para dirigir a sessão comercial do “*Diário da Noite*”, no Rio de Janeiro e o “*A Gazeta*”, deixando o DN nas mãos de seu irmão, Oswaldo Silva Lisboa (Correia, 2008, p. 582).

França (2013, p. 90) discorre que nesta primeira fase do “*Diário de Notícias*”, a impressão era feita manualmente, tendo apenas uma máquina de escrever *Remington*, modelo 12, um equipamento para cortar bordas, outro para tirar provas, cinco cavaletes para pendurar 50 caixas tipográficas e uma máquina de impressão *Wert Augsburg*. Segundo o pesquisador, o motivo da venda do DN por José da Silva Lisboa teria sido uma crise econômica vivenciada pelo jornal, fazendo com que o jornalista tivesse que vender todos os maquinários e tornar a empresa jornalística um patrimônio da família. Além dos fundadores, França (2013) destaca a notória a

---

<sup>38</sup> Rever item “3.3 Ribeirão Preto: política e sociedade nos anos de 1961 a 1965”.

participação do jornalista Onésio Motta Cortez, como parte da equipe do “*Diário de Notícias*”, que trabalhou em muitos jornais da época, porém permaneceu por longos anos ao lado de José da Silva Lisboa como auxiliar de direção no DN.

No início da década de 1930, a família Silva Lisboa conseguiu investir um pouco mais no equipamento gráfico do “*Diário de Notícias*”, bem como conquistar mais anunciantes, que foram vitais para a ampliação maquinária e o crescimento financeiro da empresa jornalística. A publicidade esteve atrelada às práticas do jornalismo do interior, especialmente por questões econômicas, para manutenção dos gastos com impressão, pagamento dos redatores e, é claro, a lucratividade dos proprietários.

França (2013) diz que a partir disso, os Silva Lisboa aumentaram a produção do impresso para duas páginas por vez e 200 folhas por hora. Conta-nos o autor que os tipógrafos dividiam a impressão em duas partes, sendo a primeira etapa tinha início às 21 horas, com a criação da capa e da última página do jornal e, em seguida, os artigos e notícias telegrafadas. A segunda parte iniciava-se na madrugada, com a impressão das páginas internas, trazendo as propagandas, informativos esportivos e variedades. Assim, após a impressão do caderno inteiro, “os exemplares eram enviados pelos distribuidores, em sua maioria crianças, às livrarias e às casas dos assinantes” (França, 2013, p. 91).

Uma curiosidade do “*Diário de Notícias*” é que, entre os anos de 1933 a 1934, a empresa teve como gerente administrativo Orestes Lopes de Camargo, então responsável pelo maior veículo de circulação em Ribeirão Preto, o jornal “*A Cidade*”. De certa forma, a influência do jornalista e a sua experiência frutífera com a sua própria empresa contribuiu para o crescimento do DN no município. Em conjunto, o jornal da família Silva Lisboa acompanhava as tendências da grande imprensa paulista. Nesta fase, França (2013) diz que o “*Diário de Notícias*” tinha em média seis folhas e, em datas comemorativas, esse número aumentava para oito a vinte laudas.

A diagramação também começava a mudar, com a presença de reportagens, ao invés de textos longos, ampliação das tipografias para melhor legibilidade, surgimento das manchetes principalmente na primeira página, propagandas e, algo muito próprio da imprensa do interior e que revela o valor da proximidade: um convite para que os leitores também se tornassem repórteres. Para isso, “bastava ligar para o telefone 707 e registrar reclamações, divulgar assuntos do bairro, etc.” (França, 2013, p. 91).

Desde o seu surgimento, o “*Diário de Notícias*” adotou uma postura alinhada à elite econômica ribeirão-pretana. O direcionamento aparecia nos textos veiculados, no encaminhamento das reportagens, mas especialmente nos conteúdos opinativos, que eram dedicados aos jornalistas considerados “letrados” da época. Aqui, é importante destacar a presença de Onésio

da Motta Cortez, que permaneceu por doze anos como redator do DN e foi um dos responsáveis por configurar a orientação elitista do jornal. Segundo França (2013), as suas publicações eram geralmente anônimas ou com pseudônimos, maiormente em questões políticas. Entre seus principais artigos, destacados pelo pesquisador, temos: “*Civilização*”, “*O fim do voto secreto*”, “*A dama paulista*”, “*Povo feliz*”, “*Em torno do casamento*”, entre outros.

Onésio da Motta Cortez ecoava as visões liberalistas da época. Por conta disso, o “*Diário de Notícias*” tornava-se cada vez mais um representante das elites econômicas de Ribeirão Preto e era palco para os “letrados”, que tinham espaço para defender suas ideias e projeções. De acordo com França (2013, p. 93):

Na visão da imprensa liberal, era necessário civilizar os habitantes da localidade e para isso, o jornal buscava conferir sentidos à identidade paulista. Suas páginas passam a ser o palco ideal para as mudanças sociais e culturais. Ao expor a imagem do *Jeca Tatu*, evidenciava-se o atraso na saúde pública no país, além de trazer referências à representação do trabalhador rural, que estava sujeito ao analfabetismo, à privação de bens de consumo e a falta de noções básicas de higiene pessoal. Assim, os textos de Onésio da Motta Cortez mostravam discussões políticas e sociais realizadas no Brasil desde as décadas de 1920 e 1930.

A visão estereotipada da população rural, ao lado de discussões liberalistas sobre os ritos dos trabalhadores urbanos, bem como a importância de uma presença “jovem” para o progresso da cidade eram as tônicas do “*Diário de Notícias*”. Ou seja, assim como seus contemporâneos, como o “*A Cidade*” e o “*Diário da Manhã*”, fundados mais ou menos no mesmo período, a imprensa do interior em Ribeirão Preto tinha um caráter fortemente atrelado ao liberalismo, às elites econômicas e grupamentos políticos (direta ou indiretamente). Tanto que até as propagandas ganharam uma orientação: primeiro, criava-se o valor do produto para os leitores; depois, o anúncio, incitando a venda, em uma lógica liberal (França, 2013).

Em 1943, o “*Diário de Notícias*” foi vendido para o Prof. Oscar de Moura Lacerda, que além da área da educação, também teve destaque na política de Ribeirão Preto. Ele foi eleito como vereador em 1947, poucos anos depois de adquirir a empresa jornalística, sendo o político mais votado do pleito naquele ano. Neste momento, o DN iniciou a sua transformação gráfica, com o modelo *standard* em suas edições, além do investimento em um parque gráfico um pouco mais tecnológico.

Apesar da notoriedade do Prof. Oscar de Moura Lacerda e a modernização do “*Diário de Notícias*”, acompanhando os jornais notórios da cidade, a empreitada do professor como jornalista durou pouco, diante da ameaça de empastelamento do DN por integralistas da época. Com essas situações em voga, bem como outros fatores, o Moura Lacerda vendeu o jornal em 1944 para a Cúria Arquidiocesana da cidade (Sant’Anna, 2010).

Na década de 1950, o “*Diário de Notícias*” já fazia uso da imprensa rotativa para a publicação de seus exemplares e expandiu ainda mais os maquinários, em investimentos consideráveis com tipografias e impressões. Embora o parque gráfico do “*Diário da Manhã*” fosse mais completo, como vimos anteriormente, o DN também acompanhava as tendências do jornalismo norte-americano, fazendo o uso de fotografias, cores, maior separação entre artigos de opinião e matérias informacionais, aplicação do *lead* em suas notícias, entre outros aspectos. Ou seja, os dois objetos de estudos tratados nesta pesquisa transformaram suas redações para atender aos anseios sociais oriundos da maior urbanização nas práticas jornalísticas, que são ideais da modernidade, em especial das elites econômicas.

Sant’Anna (2010) compartilha da mesma argumentação, ao dizer que a burguesia de Ribeirão Preto e as novas camadas sociais que surgiram com a diversificação econômica exigiram um jornalismo informativo e ativo. Claro que, como tecemos em discussões anteriores, havia uma ideia de atingir a objetividade, mesmo que as discussões teóricas do jornalismo nos mostrem que o subjetivo estará nos textos, por mais noticioso que o conteúdo se proponha a ser. Porém, com essa crescente modernização, as empresas jornalísticas em Ribeirão Preto conquistaram “seu lugar, definindo sua função, e estruturando a divisão do trabalho em seu setor específico, gerando e atraindo capitais, delineando a passagem da pequena para a grande imprensa” (Sant’Anna, 2010, p. 30).

Em 1961, a diagramação do “*Diário de Notícias*” estava bem estabelecida. Na primeira página, encontravam-se as notícias de agências, dando destaque para o valor-notícia do ineditismo e de interesse nacional. Daí o porquê grande parte das matérias traziam assuntos mais gerais, sem tanto o foco em Ribeirão Preto. Ainda na capa, temos um uso mais enfático de fotografias, visto que as imagens colaboram para a construção da primeira página como uma “vitrine” do jornal, e das propagandas, que ajudavam na manutenção financeira do periódico. Por se tratar de um jornal católico, era de se esperar que a seleção dos fatos correspondesse a assuntos ligados à Igreja Católica, como podemos ver na foto do exemplar de 12 de janeiro de 1961, com a manchete “Situação no Haiti preocupa Vaticano”:

Figura 7 - Primeira página do "Diário de Notícias", em 12 de janeiro de 1961.



Fonte: Diário de Notícias, 1961.

Em relação ao cabeçalho do “Diário de Notícias”, percebe-se o nome do jornal em destaque, seguido do trecho “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, em referência à passagem bíblica de Marcos 12, Mateus 22 e Lucas 20, que alude “cada coisa em seu lugar”. O jornal também destaca a parceria com a Asa Press United, uma agência internacional de notícias, responsável pelo compartilhamento de notícias com inúmeros jornais do Brasil.

Quanto ao editorial, normalmente ele aparecia na segunda página do “Diário de Notícias”, ao lado dos conteúdos mais regionalizados – de Ribeirão Preto e região. Porém, em certos exemplares, o editorial encontrava-se na terceira, ou mesmo última página, sem ter uma disposição clara. No entanto, a identificação, é possível pelo nome: “Nosso Comentário”, seguido da nomenclatura do próprio jornal, como vemos a seguir:

Figura 8 - Coluna "Nosso Comentário", na segunda página do "Diário de Notícias", no dia 31 de março de 1964.



Fonte: Diário de Notícias, 1964.

Com a aquisição do “*Diário de Notícias*” pela Arquidiocese de Ribeirão Preto, era de se esperar que o direcionamento do jornal enveredasse por linhas católicas, em princípios defendidos pela Igreja. A pesquisa de Sant’Anna (2010) descreve que o periódico adotou uma linha editorial agressiva contra o comunismo, ainda mais quando comparado com os dois outros principais jornais de Ribeirão Preto, o “*A Cidade*” e o “*Diário da Manhã*”. Para a autora, o posicionamento era justificado pela aliança da Igreja Católica aos países capitalistas em plena Guerra Fria. Desse modo, o discurso anticomunista “estava presente nos editoriais, reportagens, colunas e encíclicas papais, publicadas, diariamente, com grande destaque, muitas vezes na primeira página” (Sant’Anna, 2010, p. 29).

Segundo Kobori (2017), o clero católico de Ribeirão Preto não só estava alinhado com a ala da Igreja que se aproximou dos países capitalistas, mas também seguia os preceitos da *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, de 15 de maio de 1861. A Encíclica pregada sobre as condições dos operários, defendia a propriedade privada como um “direito legítimo” e, por conta disso, condenava os regimes pautados na redistribuição (Kobori, 2017, p. 91).



O posicionamento do “*Diário de Notícias*” se alterou gradativamente, mas sem deixar de seguir a linha da instituição católica. Carneiro Júnior (2002) conta que em 1953, o posicionamento do jornal estava mais próximo dos princípios da Ação Católica, devido à interferência do arcebispo Dom Luís do Amaral Mousinho. Assim, a defesa agora não era somente pela propriedade privada, mas sim, da moral, da “boa imprensa e pela família”, tendo o jornal o papel de ser resistente “às doutrinas, crônicas, fotografias e anedotas contrárias aos sãos princípios da moral cristã” (Correia, 2008, p. 587-588).

Para dar voz ao tom moralizante, o próprio D. Luís do Amaral Mousinho escrevia semanalmente no “*Diário de Notícias*”, em sua coluna “*Esclarecimentos Necessários*”. De acordo com Silva e Freitas (2011), essa insistência do arcebispo se justificava pela intensa vivência pastoral e evangelizadora do religioso, que esteve junto às comissões da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com isso, D. Luís realizou inúmeras atividades em Ribeirão Preto e região, como a inauguração do Seminário Maria Imaculada, em 1961, na cidade de Brodowski-SP, com o objetivo de ampliar a presença católica no entorno.

Aos poucos, além da insistência moralizante, o “*Diário de Notícias*” passou a se preocupar com questões sociais. Conforme afirma o Pe. Francisco Correia (2008), essa mudança deu-se a partir da 4ª Assembleia da CNBB, que abriu as portas para a sociologia religiosa e a pastoral de conjunto. “Assim, a Arquidiocese deu início às campanhas que visavam emancipação do homem, principalmente, no concerne ao trabalhador rural. Viu-se a necessidade de discutir soluções justas para os camponeses, de acordo com as pregações do Evangelho” (Kobori, 2017, p. 92).

Diante dessa perspectiva, a Igreja Católica de Ribeirão Preto e o “*Diário de Notícias*” receberam líderes religiosos alinhados com a insistência social, como o Pe. Celso Ibson Syllós. Como vimos nos itens supracitados, o padre tinha um relacionamento próximo com as Ligas Camponesas em suas atividades, sendo um dos grandes responsáveis pela fundação da “Frente Agrária Paulista” (FAP), o grupamento voltado às necessidades dos trabalhadores rurais e em prol da sindicalização no campo. Em 1956, o Pe. Celso assume a direção do DN, transformando o jornal em porta-voz da FAP e modificando a linha editorial do jornal – que agora tinha ainda mais preocupação com o social e travava duras críticas às elites. De acordo com Correia (2008, p. 591), as características eram:

- ser denunciador das injustiças sociais, mormente as cometidas contra os trabalhadores rurais;
- ser defensor dos trabalhadores, principalmente rurais;
- ser defensor dos sindicatos, principalmente rurais;

- ser defensor da reforma agrária; - ser defensor e promotor da alfabetização popular através do “método Paulo Freire”;
- ser defensor e promotor da participação popular, principalmente, da área rural e, dentre essa, a do volante (“boia-fria”).

Inclusive, a presente tese pretende analisar a permanência das características mencionadas por Correia (2008) nos textos opinativos, foco editoriais, do “*Diário de Notícias*”, a partir da análise formal e discursiva. Desse modo, poderemos avaliar se houve realmente uma pauta social constante, em uma ampla defesa contra a ideologia autoritária vigente no período, e como se deu o desenvolvimento das formas simbólicas para combate ao autoritarismo e outras relações de poder vigentes.

Para Carneiro Júnior (2002), o Pe. Celso e Dom Luís do Amaral Mousinho encontravam respaldo de suas ideias na Encíclica *Mater et Magistra*, de 15 de maio de 1961, do Papa João XXIII. Segundo o documento, era necessário realizar uma mudança social, mas com respaldo teórico-religioso, à luz da Doutrina Social Cristã. Dessa forma, os religiosos tinham como projeto a formação de lideranças sindicais rurais ancorados pela Igreja Católica, já que os principais líderes se concentravam em perímetros urbanos.

Inclusive, Pe. Celso foi convidado por D. Luís para um curso em Roma sobre problemas sociais. Enquanto realizava as aulas na Europa (de agosto de 1960 a dezembro de 1961), o Pe. Angélico Sândalo Bernardino permaneceu como diretor do “*Diário de Notícias*”. Durante esse período, o novo diretor comentou vários acontecimentos da época, mantendo uma postura progressista e contra o autoritarismo, além de se posicionar contra a legalidade de um possível golpe militar que já pairava nos ares do Congresso Nacional. Pe. Celso retornou de viagem em 1962, continuando sua postura de crítica social, com textos ainda mais enfáticos e militantes, em comparação com as publicações de Pe. Angélico.

Diferentemente de algumas alas da Igreja Católica, alguns membros da Arquidiocese de Ribeirão Preto, como Pe. Celso, Pe. Angélico e Dom Luís, não eram condescendentes com as pautas da “Marcha da Família com Deus, Contra o Comunismo e pela Liberdade”, ou mesmo com as justificativas de tomada de poder de deposição de João Goulart. Com a morte de Dom Luís em 1962, o Pe. Celso ficou com a direção do “*Diário de Notícias*”, mas subordinado ao novo arcebispo, Dom Agnello Rossi. A partir disso, Correia (2008) relata a fase mais conturbada do jornal, que culminaria no fechamento do periódico em 1964 e a perseguição do Pe. Celso pelos militares golpistas.

O “*Diário de Notícias*” já estava sentindo os efeitos do golpe, antes mesmo da legitimação do processo. Em fevereiro de 1964, a circulação do jornal foi interrompida, sob alegações

de problemas financeiros, porém Carneiro Júnior (2002) argumenta que o motivo real foi o descontentamento da elite econômica e da política local com a postura do periódico. Em abril de 1964, o DN foi fechado a mando de militares, enquanto Pe. Celso era perseguido e taxado como “agitador comunista”.

Os relatos do Pe. Francisco Correia (2008) dizem que no dia 2 de abril, Dom Agnello Rossi chegou a receber a visita de policiais que procuravam o Pe. Celso, pois corriam boatos que o religioso militante tinha se escondido na casa do arcebispo. É irônico perceber que, mesmo defendendo questões sociais, Dom Agnello saudou o golpe, chamando-o de “Revolução”, em uma missa no 3º Batalhão Policial da cidade, além de elogiar as tropas que desmantelaram a “trama comunista que se encontrava em marcha pelo país”, pois havia a necessidade de expurgos, mas sem excessos (Correia, 2008, p. 597). Em momento posterior, no dia 06 de abril, o arcebispo também compareceu à “Marcha da Família com Deus, Contra o Comunismo e pela Liberdade” de Ribeirão Preto.

A postura de Dom Agnello contrariava muito do que era visto e debatido no “*Diário de Notícias*”. Porém, sabe-se que havia o medo da repressão, devido ao momento de autoritarismo latente, sem contar as subjetividades do próprio arcebispo, que nem sempre estavam de acordo com os escritos publicados por Pe. Celso. Ou seja, mesmo na relação entre os dois religiosos, percebe-se conflitos, que podiam ser sentidos nos textos opinativos divulgados no DN e também em algumas atitudes dos religiosos na cidade.

Conta-nos Correia (2008) que após algumas semanas, Dom Agnello localizou o Pe. Celso em Petrópolis, no Rio de Janeiro e pediu que ele voltasse a Ribeirão Preto para apresentação no DOPS. O religioso foi preso e, logo em seguida, outro redator e editor do “*Diário de Notícias*”, o Pe. Angélico Sândalo Bernardino também foi chamado para prestar depoimento. De início, as autoridades militares propuseram que Pe. Celso ficasse preso no palácio episcopal ou no mosteiro, mas ele recusou-se, permanecendo por um mês no quartel (Correia, 2008).

Segundo Correia (2008), o Pe. Celso chegou a receber a visita de Dom Agnello, que demonstrou preocupação, pois a prisão do padre tinha despertado uma cisão na Arquidiocese da cidade. Isso fez com que Pe. Celso resolvesse sair de Ribeirão Preto após sua soltura, regressando somente um ano depois, em 1965, quando o novo arcebispo foi anunciado, Dom Frei Felício César da Cunha Vasconcelos.

Conforme aponta Correia (2008), a pedido de Dom Frei Felício, Pe. Celso não continuou a sua militância. Até mesmo a organização do FAP não logrou sucesso. Como consequência, o religioso decidiu se desligar do clero, percorrendo novos caminhos em prol de seus ideais. Assim, ele se tornou vereador em 1967 pelo MDB e realizou algumas assessorias para sindicâncias

rurais. Já o Pe. Angélico continuou em Ribeirão Preto e militando no “*Diário de Notícias*”, ainda mais após a saída de Dom Agnello (Correia, 2008).

Após a deflagração do golpe civil-militar de 1964, Pe. Celso Ibson de Syllos publicou seu último editorial/artigo no “*Diário de Notícias*” no dia 01 de abril daquele ano. Em 09 de maio, a folha voltou para as bancas de Ribeirão Preto, com a direção do Pe. Angélico Sândalo Bernardino. O periódico permaneceu na luta, mesmo que de forma mais contida, ao lado da ala progressista da Igreja Católica até os anos de 1978. Posteriormente, a Arquidiocese vendeu a empresa jornalística para a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), instituição de cunho privado, que manteve o DN até 1982. Depois disso, logrou-se o fim do conhecido “jornal dos padres” na cidade.

### **3.7 O papel dos editores na articulação da opinião em Ribeirão Preto**

A atuação de Antônio Machado e Antônio Carlos Sant’Anna no “*Diário da Manhã*”, bem como de Pe. Celso Ibson de Syllos no “*Diário de Notícias*”, ultrapassou as páginas dos jornais. Como vimos, os três editores se empenharam em ações para além dos meios de comunicação, tendo a sua presença na política, em associações filantrópicas, clubes exclusivos, sindicâncias e movimentos sociais – cada um deles, claro, com a sua especificidade de diligência. Nesse sentido, muito mais do que a figura de “editor” ou “redator-chefe”, os atuantes da imprensa do interior logram contornos mais complexos e que, de certa maneira, as arestas construídas contribuem para a percepção de confiança do público naquele jornalista em questão.

Beltrão (2013) assinala que os editores de jornais do interior ganham a preferência em sua região não somente pela atuação em outros segmentos, mas também, pelo fator da proximidade. Afinal de contas, as pessoas sabem quem são os jornalistas, o que eles fazem, entendem que vivem “entre nós”, enquanto participantes da sociedade e, por conta disso, apesar de não estarem isentos às críticas, os jornais e editores do interior têm o respaldo da comunidade (Beltrão, 2013, p. 29).

As palavras de Beltrão (2013, p. 29-30) servem muito bem à atuação dos Antônio Machado e Antônio Carlos Sant’Anna, e de Pe. Celso Ibson de Syllos, ao dizer que é comum um editor do jornal do interior ser um “conceituado cidadão, membro de uma igreja, do Rotary Clube, da Loja Maçônica, da Associação Comercial”, e que ainda serve aos “conselhos municipais e em comissões para fomento dos negócios regionais, abertura e manutenção de escolas, hospitais e asilos”. Em nosso caso, podemos acrescentar a atividade em sindicâncias, dissidências da Igreja e projetos socioeducativos para trabalhadores rurais.

Teríamos, portanto, uma relação intrínseca entre os jornalistas do interior, como postulou Beltrão (2013), com a figura do intelectual orgânico de Gramsci (1988), já que podemos perceber a atuação dos profissionais da imprensa interiorana indo além das páginas jornalísticas, mas também se envolvendo em movimentos sociais, grupos e entidades representativas da sociedade. Porém, para não correr risco de uma resposta generalista e que desconsidere as especificidades de cada objeto, a nossa justificativa para tal afirmação partirá da análise dos editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, que compõem papel central e o protagonista da presente tese.

Nas páginas anteriores, percorremos as trajetórias desses jornalistas, destacando suas atuações em Ribeirão Preto e a presença notória que construíram na cidade, com enfoque nos anos de 1960. Entender a história dos jornais e dos editores foi o primeiro passo para empenhar uma reflexão acerca da titulação dos personagens enquanto intelectuais orgânicos, conforme o conceito gramsciano.

Tal atividade reflexiva esbarra também na ideologia, visto que, de fato, a mídia é considerada um aparelho ideológico. Não obstante, o próprio recorte temporal, em uma época turbulenta de destaque do autoritarismo, com um regime de exceção golpista legalmente aceito. Para Gramsci (1988), o esforço dos militares e segmentos autoritários está entrelaçado com o trabalho feito por intelectuais orgânicos, de consolidação de uma visão de mundo hegemônica, pelo consenso de grande parte da população quanto à orientação dos grupos dominantes. De acordo com o filósofo, muito disso podia ser feito com a ajuda dos meios de comunicação – e o jornal tendo uma grande evidência nesse processo.

Mas, também é função do intelectual orgânico construir uma nova hegemonia, enquanto uma figura de resistência. Para isso, utiliza-se da mesma ferramenta: os meios de comunicação. De acordo com Resende (2006, p. 2), “configura-se, mais uma vez, a função ideológica da mídia, que pode agir tanto no sentido de consubstanciar o poder, quanto pode investir na sua modificação”. Além do mais, o próprio jornal estabelece a sua influência, não restringindo a exclusividade para o trabalho do intelectual orgânico, já que o veículo midiático “pode ser entendido na perspectiva gramsciana como um partido ampliado, o que releva o seu papel ideológico” (Resende, 2006, p. 3).

No entanto, é importante diferenciar o modo como Gramsci encara a função da ideologia da perspectiva de John B. Thompson, sendo que esta última é tratada como o norte teórico-metodológico da tese. Em nosso segundo capítulo, enfatizamos a concepção crítica da ideologia segundo Thompson, que imputa aos fenômenos considerados como ideológicos um criticismo implícito em sua própria condenação e, ao mesmo tempo, define a ideologia em um contexto

mais amplo, tendo um sentido a serviço da dominação. Para a nossa análise, compreendemos a significação thompiana, porém, ao mesmo tempo que encaramos a forma simbólica como ideológica, em um contexto sócio-histórico determinado, sendo capaz de sustentar e estabelecer relações de dominação, também entendemos o seu inverso, ou seja, também encaramos que as formas simbólicas podem ser críticas, em vias de formulação de uma ideologia contestatória, para minar essas relações de dominação.

Continuamos, por conseguinte, na mesma linha de Thompson (1995), quando o autor afirma que nenhuma forma simbólica tem um significado observável somente como manutenção de uma certa ideologia ou contestatória; ela depende da maneira como é usada e interpretada em contextos sócio-históricos específicos. Essa mobilização da ideologia pode provocar a sua mobilização – daí a importância de trazer todo o arcabouço de análise tríplice, verificando a colocação do objeto estudado na história e a relação com a sociedade, o entendimento dos discursos onde a forma simbólica se manifesta e, finalmente, a sua reinterpretação.

Já para Gramsci (2004), a ideologia seria uma unidade entre a concepção do mundo e a norma de conduta da coletividade. O filósofo acredita que a ideologia está diretamente articulada com a prática e a política, tendo um significado ativo, criador e, precisamente, um elemento que organiza a dinâmica social e, por essa razão, a hegemonia está ligada à ideologia.

Ao trabalhar com a vertente de Gramsci, Resende (2006, p. 14) diz que a ideologia “fornece à hegemonia é a possibilidade dela permanecer invisível, disseminada por toda textura da vida social, naturalizada como costume, hábito, prática espontânea” Ao evitar se mostrar, nos seria possível evitar a contestação, o que dificultaria o trabalho contra-hegemônico, isto é, de desconstrução das relações dominantes vigentes – e aí entraria, em grande parte, o trabalho de intelectuais orgânicos revolucionários, visto que eles podem operar tanto a favor quanto contra a hegemonia predominante.

A distância entre os dizeres de Gramsci (2004) e Thompson (1995) sobre a concepção da ideologia é relativamente curta. Afinal, ambos compreendem a ideologia como condutora de certos comportamentos e ativa na construção de certas condutas em toda a sociedade, inclusive para manutenção de dependências hegemônicas. Ao lado disso, também há a consideração de mobilização, visto que Gramsci (2004) reforça o papel dos intelectuais orgânicos na manutenção, mas também contestação da ideologia vigente (para a construção de uma nova ideologia).

O principal ponto é que na perspectiva thompiana, há uma menor sobre-estima no modo em que as pessoas foram integradas à ordem social existente. Nesse sentido, haveria pessoas envolvidas na produção, transmissão e recepção das formas simbólicas que adotaram uma visão

crítica, mas se mantiveram afastados de maneira afetiva e intelectualmente. Esses sujeitos citados por Thompson têm um pensamento independente e capacidade para reinterpretar as mensagens recebidas, mesmo que de modo implícito e inconsciente. Sem contar que nessa linha de abordagem, a ideologia não está ligada somente às relações de dominação de classe, mas também de outras estruturas que podem manter e sustentar as assimetrias de poder.

Sem desconsiderar as diferenças entre os autores, percebe-se que ainda assim é possível a aplicação do conceito de intelectual orgânico de Gramsci, para entender a atuação dos editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, enquanto sujeitos ativos na manutenção e/ou contestação da ideologia. Cabe-nos verificar, com base na trajetória dos jornalistas Antônio Carlos, Antônio Machado Sant’Anna e do clérigo Pe. Celso Ibson de Syllos, se eles atuaram enquanto intelectuais orgânicos, seja para a formulação de ações que confirmaram a predominância ideológica de certo autoritarismo burocrático, ou em vias de contestação e resistência.

Muito disso deve-se ao fato de Gramsci (2004) encarar o jornal como parte dos aparelhos privados de hegemonia, com o potencial de ajudar na construção e manutenção da hegemonia, mas também, exercer um papel contra-hegemônico. Daí a figura do jornalista aparece como central, pois ele é responsável pela difusão das formas simbólicas, seja para sustentação ou contestação das relações de poder.

Isso não quer dizer encarar todo jornalista enquanto intelectual<sup>39</sup>. Inclusive, em “*CADERNOS DO CÁRCERE*”, Gramsci (2004) pontua a principal diferença entre o conceito tradicional de intelectual e o que ele chama de “intelectual orgânico”: sendo o primeiro, aquele que está voltado à eloquência, o literato, o filósofo, que detinham certo prestígio frente às classes dominantes e se diferenciavam dos indivíduos “comuns”, em virtude de seus saberes. Já os intelectuais orgânicos rompem com esse tradicionalismo, pois eles trazem um novo olhar de mundo, tendo como atribuição “ligar os elos da superestrutura mediante a interpretação do senso comum e visando a transformar a ideologia que perpassa a sociedade civil em hegemônica, unindo, assim, a sociedade em torno de um objetivo político” (Resende, 2006, p. 7).

Em resumo, para além da formulação de certas ideias em uma dada cultura, a organicidade parte também a atitude ativa do intelectual, enquanto alguém engajado e comprometido com as ações político-sociais. Para Gramsci (2004, p. 18):

---

<sup>39</sup> Na acepção de Gramsci (2004), todos os indivíduos podem ser intelectuais, mas nem todos exercem a **função** de intelectuais. Exemplifica o autor: “o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates” (Gramsci, 2004, p. 18). Diante disso, forma-se categorias especiais de intelectuais e uma das características mais importantes dos intelectuais é justamente a luta pela assimilação ideológica.

O erro metodológico mais difundido, ao que me parece, é ter buscado este critério de distinção no que é intrínseco às atividades intelectuais, em vez de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais.

Portanto, o estudioso não encara mais os intelectuais de maneira abstrata, mas sim, pertencentes a um grupo social. No caso dos “orgânicos”, eles estão conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais, sendo capazes de exercer funções educativas e organizativas para assegurar ou subverter a hegemonia vigente. Ora, os editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*” não se limitaram às páginas impressas, mas estiveram ao lado de organizações, clubes, partidos políticos e movimentos sociais, sendo conscientes de seus vínculos de classe e suas competências para educar e organizar determinados grupos.

Para fins de organização, iremos começar revelando a função enquanto intelectual orgânico de Antônio Machado Sant’Anna, que se consagrou como editor do “*Diário da Manhã*” durante os anos de 1950. Em seguida, veremos a atuação de Antônio Carlos Sant’Anna, filho de Machado Sant’Anna, e que também teve grande representatividade enquanto redator-chefe e editor do DM. Assim, será possível identificar as diferenças entre pai e filho, que serão preponderantes para a análise dos editoriais no próximo capítulo.

No terceiro momento, nos debruçaremos sobre Pe. Celso Ibson de Syllos, que teve um papel de grande influência no movimento sindical rural, especialmente nos trâmites golpistas de 1964. A figura do clérigo é uma das mais curiosas, pois ele vestia bem as roupas de intelectual orgânico, conforme os postulados de Gramsci (2004), mas no estilo da resistência, lutando contra o poder hegemônico vigente.

A posição de Antônio Machado Sant’Anna enquanto intelectual orgânico foi bem explorada na pesquisa de Yuri Araújo Carvalho (2019). De acordo com ele, os constantes deslocamentos do editor do “*Diário da Manhã*” entre as sociedades política e civil (locais e supralocais), sendo mediados pelos aparelhos privados de hegemonia (o jornal, no caso), serviram às classes dominantes e dirigentes da sociedade ribeirão-pretana. Machado Sant’Anna fazia parte de grupamentos classistas, organizados e estrategistas, que apesar da realização de ações filantrópicas, a intenção invisível por detrás era a manutenção da diferenciação de classes, bem como a ampliação de poderes de uma hegemonia burguesa (Carvalho, 2019, p. 18).

Como vimos na discussão supracitada a respeito do desenvolvimento do “*Diário da Manhã*”, Antônio Machado Sant’Anna integrava inúmeros grupamentos tradicionais e liberais de Ribeirão Preto, como o Rotary Club. Além do mais, conforme explicita Carvalho (2019), o jornalista-político atuou como um dos principais articuladores da ideologia municipalista em



Ribeirão Preto, como integrante e representante da APM (Associação Paulista de Municípios). Embora o projeto fosse apresentado, em aparência, como uma marcha democrática, progressista e apolítica, Carvalho (2019) discorre que os ideias do municipalismo da APM tinha em sua essência um programa classista, em defesa da burguesia e recheado de ações reacionárias. Não podemos esquecer da longa trajetória de Machado Sant'Anna na política, filiando-se a vários partidos para o cargo de vereador e deputado. Isso fez com que o jornalista alcançasse amplo reconhecimento junto à população, mais uma vez, indo além das páginas do “*Diário da Manhã*”.

Carvalho (2019) sustenta outro ponto importante em relação à figura de Machado Sant'Anna como intelectual orgânico a favor da hegemonia: o seu discurso anticomunista. Apesar de não ser o único articulador do anticomunismo em Ribeirão Preto (vide a forte propaganda realizada pela Arquidiocese no “*Diário de Notícias*”, nosso outro objeto, antes da entrada do Dom Luís do Amaral Mousinho), o posicionamento do jornalista era bastante contundente, com reincidência em seus discursos e ações mobilizadoras. Para Carvalho (2019, p. 26), o posicionamento anticomunista professado por Machado Sant'Anna configurava-se “como uma eficaz (mas não apenas) “cortina de fumaça” que inebriava projetos classistas específicos, cujas amplitudes e complexidades provavelmente ultrapassavam os limites de Ribeirão Preto”.

É interessante notar Machado Sant'Anna esteve ligado ao anticomunismo desde os anos de 1930. Relata Carvalho (2019) que, durante o Estado Novo, o Centro de Imprensa de Ribeirão Preto (CIRP), reuniu jornalistas locais em torno de um movimento chamado “Ribeirão Preto contra o comunismo”, liderado pela rádio local PRA-7 e pelo jornal “*Diário de Notícias*”.

Destacavam-se entre os apoiadores do movimento Antônio Machado Sant'Anna, José David Filho (juiz de direito da segunda Vara da Comarca de Ribeirão Preto), A. Pinheiro de Lacerda (promotor público), Rolim Rosa (delegado de Polícia), D. Alberto José Gonçalves (primeiro bispo da diocese de Ribeirão Preto), Fábio de Sá Barreto (professor e político que ocupou cargos variados como vereador, prefeito, deputado estadual), Onésio Motta Cortez (funcionário público dos Correios e jornalista), Cap. J. Osório Junqueira (membro da tradicional família ribeirão-pretana, político e fundador do jornal A Tarde), Humberto Salomone (advogado, professor e jornalista), dr. João Palma Guião (ex-prefeito de Ribeirão Preto e um dos diretores do jornal A Cidade no início da década de 1930), dr. Antonio Alves Passig (médico, jornalista e professor universitário), Oswaldo da Silva Lisboa (jornalista e diretor do Diário de Notícias, até 1943), A. Barrachini Junior (membro do núcleo integralista local), Costábile Romano (naquele momento, jornalista vinculado ao Diário da Manhã), entre outros (Carvalho, 2019, p. 73).

É irônico pensar que anos mais tarde, o “*Diário de Notícias*” e a rádio PRA-7 seriam considerados subversivos pelos militares golpistas de 1960, com perseguições aos seus jornalistas e demais profissionais. Percebe-se, nesta situação, que há a mobilização da ideologia,

como defendido por Thompson (1995), já que a mudança de posicionamento ocorreu não em apoio ao comunismo de fato, mas sim, contra o regime autoritário instaurado.

Outra figura notória no segmento de intelectuais orgânicos em Ribeirão Preto é Antônio Carlos Sant'Anna, filho de Machado Sant'Anna, e que também liderou a redação do “*Diário da Manhã*” nos anos de 1950 e 1960. A carreira no jornalismo foi precoce, iniciando sua atuação no periódico “*A Tarde*”, em 1942. Posteriormente, em 1955, assumiu a chefia redacional do “*Diário da Manhã*” e a diretoria da empresa “ACS Propaganda e Turismo”, tendo um papel preponderante na imprensa ribeirão-pretana (Carvalho, 2019).

Assim como seu pai, Carlos Sant'Anna teve uma vida ativa na política e nas discussões sociais de Ribeirão Preto. Carvalho (2019) discorre sobre a participação do jornalista na XVI Conferência Interamericana dos Chanceleres, em Punta Del Este, a convite de San Thiago Dantas, em 1962. Além disso, no mesmo ano, Carlos Sant'Anna também integrou a comitiva do presidente João Goulart durante a visita aos Estados Unidos e México, e em 1963, no Chile e Uruguai.

A posição de Carlos Sant'Anna estava alinhada aos anseios de João Goulart – de modo até mais nítido do que em comparação com os posicionamentos de seu pai, Machado Sant'Anna. Conta-nos Carvalho (2019) que o jornalista fora convidado a reestruturar o PTB em Ribeirão Preto pelo próprio Goulart. Na política, concorreu ao cargo de prefeito em 1963, angariando 3.309 votos (Carvalho, 2019, p. 146).

No “*Diário da Manhã*”, era notável o posicionamento de Carlos Sant'Anna a favor de João Goulart, especialmente das políticas da reforma de base. Afastando-se das manifestações de seu pai, o jornalista elogiava a atuação de Leonel Brizola em sua coluna “*Atualidades*”, demonstrando apreço pelas campanhas reformistas e em prol da conscientização das camadas populares, como os operários e camponeses – sem se restringir aos aspectos filantrópicos, porém classistas, como fazia Machado Sant'Anna.

O papel de Carlos Sant'Anna enquanto intelectual orgânico justifica-se pela sua atuação política em Ribeirão Preto, visto que o jornalista trabalhava no sentido de fomentar a conscientização dos grupos subalternizados em relação à classe dominante. Apesar disso, não consideramos Carlos Sant'Anna enquanto parte da resistência organizada, visto que essa roupagem cabe melhor na atuação do Pe. Celso Ibson Syllós, como veremos a seguir; todavia, ele contribuiu para a alimentação de novas ideias contra-hegemônicas e, desse modo, cooperou para a modificação simbólica de ideias e discursos na imprensa de Ribeirão Preto.

Assim, pai e filho atuando no mesmo jornal, manifestavam ideias contrastantes, colocando o “*Diário da Manhã*” em uma posição ora próximo da hegemonia, ora afastado. Ainda

assim, o consenso entre ambos pairava na liberdade de imprensa, fazendo com que unissem discursos no endurecimento do regime militar, logo após 1964, e o conseqüente fechamento do “*Diário da Manhã*” e perseguição de Carlos Sant’Anna.

Carvalho (2019) traz documentos do inquérito de Carlos Sant’Anna, destacando a declaração de Deoclides Heitor Jendiroba, que relatou o jornalista como não comunista, mas que acreditava na responsabilização do mesmo por muita agitação, pouco condizente com o regime político. Além disso, o depoente destacou que Carlos Sant’Anna aproveitava-se da organização comunista, sendo simpático aos comunistas, brizolistas e janguistas da cidade, ao mesmo tempo em que titubeava contra os homens “honrados”, ou seja, que eram contrários ao comunismo<sup>40</sup>.

Como podemos perceber, os testemunhos eram profundamente desencontrados, contraditórios e repetitivos quando lidavam com o aventado perfil “comunista” de Antônio Carlos Sant’Anna. Seguindo a lógica de que “à esposa de César não basta ser honesta, deve parecer honesta”, as atuações do jornalista em prol das reformas de base e do governo janguista, mesmo não sendo consideradas categoricamente comunistas por seus acusadores, pareciam fazer suficientemente o jogo da subversão e da agitação, as quais deveriam ser, pois, combatidas. Apesar das hipérboles e dos imagináveis ressentimentos pessoais que pudessem existir nos depoimentos supracitados, nota-se que as testemunhas não imputavam a Antônio Carlos Sant’Anna o anátema comunista, embora parte dos depoentes considerasse o jornalista um “aproveitador”, pois visava angariar recursos e projeção ao situar-se em um prisma político mais à esquerda (Carvalho, 2019, p. 170-171).

É interessante notar que Carlos Sant’Anna se portou como um intelectual orgânico com objetivos diferentes de seu pai, Machado Sant’Anna, mesmo que ambos fizessem parte do “*Diário da Manhã*”. Essa dicotomia atravessou o jornal, trazendo um posicionamento dúbio para o veículo e, de certa forma, demonstrando as subjetividades dos editores. Isso nos faz refletir o quanto importante é considerar as particularidades do jornalista ao tratar de imprensa do interior, ainda mais em termos ideológicos.

Após esse episódio, ficou ainda mais perceptível o afastamento entre pai e filho. O “*Diário da Manhã*” adotou, inclusive, um posicionamento mais brando, – seja por medo de represália, seja para manter o veículo ativo, já que era uma empresa e visava lucros – e Machado Sant’Anna tecia elogios ao governo de Castelo Branco. Ao passo que Carlos Sant’Anna buscava defender-se, com uma postura menos combativa em relação ao pré-golpe.

---

<sup>40</sup> Carvalho (2019) traz um trecho da transcrição do depoente Deoclides Heitor Jendiroba e de Brunino Ravena, que depuseram contra Antônio Carlos Sant’Anna, enquanto o jornalista estava na sede do DOPS em Ribeirão Preto, logo após consagrado o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. O enxerto partiu da análise dos documentos da Secretaria de Segurança Pública (Delegacia Regional de Polícia de Ribeirão Preto), no relatório contra Antônio Carlos Sant’Anna, realizado no dia 21 de maio de 1964. Os documentos encontram-se disponíveis no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no acervo do DEOPS-SP, na Pasta OS0784, página 851. Assim como muitos cidadãos de Ribeirão Preto (incluindo os jornalistas Divo Marino, o Pe. Celso Ibson Syllós e políticos locais), Carlos Sant’Anna foi vítima da política de delação. Dessa forma, mesmo não sendo considerado como “comunista”, ele fora acusado de subverter a ordem, especialmente pela sua proximidade com João Goulart.

Nesse sentido, reiteramos que, enquanto intelectuais orgânicos, ambos jornalistas estavam mais propensos a manter o pensamento hegemônico diante de suas investidas para alcançar posições privilegiadas e de poder na sociedade. Mesmo que Carlos Sant'Anna tivesse uma postura mais progressiva, ela foi ofuscada diante do receio da perda de privilégios. Tanto que em 10 de dezembro de 1954, o “*Diário da Manhã*” fez questão de divulgar que o jornalista fora impronunciado pela Justiça no processo do DOPS (Carvalho, 2019).

Por outro lado, temos o Pe. Celso Ibson de Syllos, com uma atuação mais enfática e de resistência, sendo considerado uma figura notória na luta contra os sistemas de opressão e o autoritarismo em Ribeirão Preto. Situado como editor-chefe do “*Diário de Notícias*”, o clérigo firmava a sua posição a favor da política reformista de João Goulart, mas ia além: estava à frente da Frente Agrária Paulista (FAP), movimentos de sindicalização rural, projetos de alfabetização de trabalhadores rurais pelo método Paulo Freire, entre outras atividades que visavam a emancipação do proletariado, sem necessariamente conferir privilégios políticos ao padre. Muito disso deve-se ao seu alinhamento junto à Doutrina Social Cristã, que muito se apoiava na necessidade de transformação social por subsídio da Igreja Católica.

Pe. Celso Ibson de Syllos é considerado um intelectual orgânico não somente pela sua atuação do mundo prático (com a participação em movimentos e projetos) e simbólico (com a publicação de editoriais no “*Diário de Notícias*”), mas pela sua ânsia de modificação das estruturas hegemonicamente construídas. Conforme Gramsci (2004)<sup>41</sup>, é necessário compreender que a hegemonia não é reduzida à força econômica e militar, mas sim, tem como resultado a batalha constante pela conquista do consenso, incluindo grupos subalternos e potenciais aliados. Sendo assim, o que entendemos como “hegemonia” é a liderança cultural e ideológica de uma classe sobre as demais, pressupondo a capacidade de um bloco histórico dirigir, de maneira moral e culturalmente, a sociedade (Gramsci, 2004). Daí a importância de pensar o rompimento das hegemonias a partir da luta de classes – e para Pe. Celso, essa luta deveria ter o apoio e orientação da Doutrina Social Cristã.

---

<sup>41</sup> É interessante pontuar que Gramsci (2004) comenta a figura do “revolucionário”, que entenderia a sociedade formada por um esquema triádico: a economia, o a sociedade civil e o Estado. No primeiro item, a economia, o pensador refere-se às superestruturas; já o Estado seria o aparato político-jurídico, ou seja, um o espaço da coerção; por fim, temos a sociedade civil, representada pela Igreja, a escola e a mídia, como o local do consenso, sendo também a arena da luta de classes pelo poder ideológico (Gramsci, 2004). Se formos estabelecer algumas pontes entre o trabalho de Pe. Celso e a concepção do revolucionário de Gramsci (2004), já que o clérigo fazia parte da Igreja, uma importante instituição da sociedade civil e que, ao longo da história, contribuiu para a manutenção de certos pensamentos hegemônicos. Todavia, percebe-se que a intenção do padre era justamente incitar uma transformação social a partir da conscientização das classes subalternas, como o proletariado rural, em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Como explanado anteriormente, os intelectuais orgânicos podem se voltar tanto ao pensamento vigente quanto à transformação social, uma vez que eles são capazes de desenvolver a consciência de classe, forjando uma nova cultura por meio de sua direção. Por esse motivo, Pe. Celso se encaixa ainda mais com a definição gramsciana, já que se apresenta como um misto de especialista em sua área, político, educador e dirigente.

Ainda assim, vale ressaltar que, embora o posicionamento revolucionário de Pe. Celso estivesse angariado à transformação e emancipação social, o intuito não era se vincular às ideias comunistas. Quando tratamos de golpe civil-militar de 1964, há um profundo enraizamento da binaridades entre capitalismo e comunismo, sendo que existem frestas não trabalhadas entre esses dois pensamentos – muito por conta do próprio contexto histórico da Guerra Fria, bem como das construções simbólicas do próprio regime, responsável por dar o título de “subversivo”, “comunista” ou qualquer outra rotulagem a qualquer um que se oponha às políticas autoritárias do período. Essa construção de uma “ameaça vermelha” e o “medo do comunismo” reverbera até os dias atuais, com discursos acusatórios e infundados, especialmente contra movimentos sociais e projetos contra-hegemônicos.

Inclusive, é possível observar em editoriais do “*Diário de Notícias*”, ou mesmo em depoimentos do próprio Pe. Celso, uma postura anticomunista, até porque um dos objetivos da Frente Agrária era orientar os trabalhadores rurais em prol da emancipação de classes, melhores condições de vida, sem deixar que caíssem também nas políticas do Partido Comunista. Desse modo, é necessário ter cuidado na análise ideológica para não cairmos nas armadilhas do senso comum dicotômico, visto que embora revolucionário, a intenção do Pe. Celso não estava relacionada com a implementação de um novo sistema político-econômico.

De acordo com Carneiro Júnior (2002), a Frente Agrária coordenada pelo padre-jornalista tinha como características o reformismo, o anticomunismo e a formação de lideranças sindicais. E aí, Pe. Celso justifica a sua postura:

A Igreja de hoje não está mais nesta postura, pelo menos a maior parte da hierarquia e dos líderes da Igreja Católica e mesmo as outras Igrejas que acompanhavam o movimento social da Igreja Católica, era uma postura anticomunista. [...] Um dos problemas da Igreja sempre foi esse, além da evangelização, é um problema do poder, de prestígio, junto ao poder político e à população. O que aconteceu foi que a Igreja Católica no Brasil começou a se movimentar num movimento de preocupação do homem da roça que até aquele momento tinha sido abandonado completamente pela própria Igreja. [...] Era o interesse da cúpula da Igreja de [não] perder a liderança, a influência que tinha na área urbana. Ela percebeu que poderia perder toda aquela massa de trabalhadores na mão do Partido Comunista. Praticamente a visão era esta, portanto, não havia reivindicação de trabalhador. **Havia o interesse da Igreja em não deixar um Julião ou um Partido Comunista tomar conta da liderança rural** (grifos nossos) (Depoimento de padre Celso Ibson de Syllos, 04-08-1990 *apud* Carneiro Júnior, 2002, p. 120-121).

Contudo, essa intencionalidade não foi suficiente para poupar Pe. Celso da delação e perseguição após a instauração do golpe. Perseguido, preso e afastado do “*Diário de Notícias*”, o clérigo não participou de outros movimentos ou mesmo do jornal nos anos que se seguiram, especialmente por conta de seu empenho pedagógico de conscientização contra-hegemônica do proletariado. Essa atitude do padre causou espanto não só nos golpistas, mas também em representantes das elites econômicas ribeirão-pretanas, que antes mesmo de consagrado a tomada de poder militar, já tinham investido contra o DN.

Parte dessa postura contra o Pe. Celso Ibson de Syllos é oriunda das generalizações dos anos de 1960, que dividiam as ideologias em dois polos: os comunistas e os capitalistas (por conta da Guerra Fria que pairava mundialmente). Tanto que a própria ideia golpista dos militares é fruto de construções simbólicas discursivas autoritárias para minar qualquer ideia contra-hegemônica que pudesse amedrontar classes dirigentes. O movimento da Frente Agrária Paulista (FAP), as práticas pedagógicas freirianas para o ensino de trabalhadores rurais e a intencionalidade emancipadora da Doutrina Social Cristã, manifestada nas defesas do clérigo, foram suficientes para que o segmento dominante ribeirão-pretano considerasse Pe. Celso uma ameaça.

Aliás, é interessante pensar a complexidade do rótulo de intelectual orgânico de Pe. Celso Ibson de Syllos. Afinal, ele estava envolvido com a comunidade de várias maneiras, seja por meio da instituição religiosa, que tem um grande peso na construção de discursos, ou então nas práticas da imprensa do interior – como vimos, o jornalista do interior tem a proximidade não só como valor-notícia, mas também como fator de identificação com o público. Em conjunto, o clérigo envolvia-se com movimentos sociais, de sindicalização e como educador popular, demonstrando mais um ponto de congruência entre suas ideias e práticas. Ou seja, um indivíduo de postura engajada, que é parte do povo e promove a socialização do conhecimento entre várias camadas sociais, incluindo os segmentos sistematicamente afastados.

Portanto, Pe. Celso engloba os três aspectos fundamentais do intelectual orgânico de Gramsci (2004): a noção de socialização do conhecimento, a partir de sua expertise e iniciativa de partilha; a noção de que há culturas socialmente construídas, por isso, há certos afastamentos entre o chamado “popular” e “erudito”; há o trabalho envolvendo uma postura concreta, como a participação em movimentos sociais, e outra abstrata, como as manifestações no “*Diário de Notícias*”, para a produção de uma filosofia espontânea. Desse modo, configura-se como um intelectual orgânico transformador, com argumentos contra-hegemônicos para emancipação e contestação das relações de poder vigentes.

## 4 ANÁLISE FORMAL E DISCURSIVA

A compreensão dos fenômenos simbólicos deve passar por uma análise dos significados por eles aclamados, com a intenção de verificar as maneiras que o sentido serve para estabelecer ou sustentar relações de poder, ou mesmo subvertê-las, por meio da denúncia, crítica ou resistência. Conforme estabelece Thompson (1995, p. 76), identificar a intencionalidade dos fenômenos simbólicos só é possível quando “se examina a interação de sentido e poder em circunstâncias particulares”, isto é, dentro de contextos sociais e históricos estruturados.

Por conta disso, a *Hermenêutica em Profundidade* preocupa-se em focar na tríade de Thompson, compondo-se da análise sócio-histórica, análise formal e discursiva, por fim, a reinterpretar. O presente capítulo é dedicado à segunda fase analítica, onde ocorre o debruçar pelos discursos para avaliar o comportamento das formas simbólicas – no caso, as narrativas escritas nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e no “*Diário de Notícias*”.

Optou-se por uma abordagem mix método, com a junção de elementos da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), em congruência com os modos de operação da ideologia (legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação) abordados em Thompson (1995). Para tal, utilizou-se do software Atlas.ti<sup>®</sup> para estudo qualitativo dos editoriais, bem como a separação em categorias, que ajudam a perceber como o sentido irá operar nos textos jornalísticos opinativos, sendo possível perceber em que momento há um estabelecimento e sustentação das relações de poder, ou mesmo manifestações contrárias, de resistência.

Os editoriais, enquanto espaços próprios de manifestação das opiniões dos veículos jornalístico e de seus editores, contribuem para a compreensão dos significados das formas simbólicas – em síntese, o que realmente se quer dizer sobre algo. Dessa maneira, pode-se perceber como a ideologia opera, a partir da codificação dos editoriais, categorização dos discursos e a inferência, que são essenciais para interpretar os textos, segundo o mix-método da Análise de Conteúdo e a *Hermenêutica em Profundidade*.

Para organizar a análise formal e discursiva, houve a divisão dos jornais, ou seja, primeiro analisou-se os editoriais do “*Diário da Manhã*” e, posteriormente, do “*Diário de Notícias*”. Em seguida, cada editorial foi classificado em uma temática diferente, de acordo com a pré-análise (Bardin, 2016). Dentro de cada subtema, separou-se os modos de operação da ideologia (Thompson, 1995). Alguns temas apresentaram-se diferentes em cada um dos jornais, diante da própria especificação do veículo; é o caso, por exemplo, da categoria “Doutrina Social Cristã”, que aparece com ênfase no “*Diário de Notícias*”, visto que o jornal pertencia à Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto.

Ao todo, foram digitalizados 14.426 arquivos, pois optou-se não apenas pela digitalização dos editoriais, mas algumas edições foram fotografadas na íntegra. Após a conferência e seleção dos textos, tivemos o montante de 592 editoriais do “*Diário da Manhã*” e 525 do “*Diário de Notícias*”, totalizando 1.117 textos. Todos os conteúdos analisados foram previamente digitalizados, por meio de fotografias digitais, para evitar o manuseio constante das encadernações arquivadas, como forma de preservar as documentações históricas. Os jornais encontram-se encadernados no Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto e na Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Seminário de Ribeirão Preto, em um processo de digitalização que se iniciou em 2012, durante o desenvolvimento da iniciação científica “*A atuação do “Diário da Manhã”: 1961-1967*”<sup>42</sup>, realizada pela pesquisadora, com financiamento FAPESP. Em seguida, deu-se continuidade ao procedimento, com a realização da pesquisa de mestrado “*A voz da Igreja no “Diário de Notícias”: 1961-1967*”<sup>43</sup>, também com auxílio financeiro FAPESP.

Antes de focar a análise dos editoriais, é necessário dialogar sobre os procedimentos da Análise de Conteúdo escolhidos para compor o mix método conjunto com a Hermenêutica em Profundidade. Conforme estabelece Bardin (2016), há três polos fundamentais que devem ser considerados ao efetuar-se a AC: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Ora, nesta última instância, há uma correlação direta com a HP de Thompson (1995), pois, o autor considera a aplicação de diferentes metodologias para a análise formal e discursiva, que culminam na reinterpretação dos fenômenos simbólicos e, conseqüentemente, a percepção de como os modos de operação da ideologia se manifestam no discurso analisado.

Já a pré-análise é conceituada para Bardin (2016) como o momento das intuições, tendo como propósito a sistematização de ideias iniciais, para conduzir um esquema analítico. Para ela, esse sistema pode ser flexível, permitindo a introdução de novos procedimentos de análise, quando for preciso, porém deve manter a sua precisão metodológica. Bardin (2016, p. 125) pontua as três missões da pré-análise: a escolha dos materiais, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a elaboração de indicadores para a interpretação final.

Ainda na pré-análise, tem-se a realização da chamada “leitura flutuante”. Aqui, a ideia é fazer uma observação generalista dos documentos, a fim de escolher os discursos que melhor se adéquam à proposta do estudo. No presente caso, a opção dos editoriais como espaço próprio

---

<sup>42</sup> Pesquisa com bolsa FAPESP, iniciada em 01 de junho de 2013, processo 13/09924-0, sob responsabilidade e orientação do Prof. Dr. Célio José Losnak.

<sup>43</sup> Pesquisa com bolsa FAPESP, iniciada em 01 de novembro de 2015, processo 15/12364-2, sob responsabilidade e orientação do Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente.



de manifestação das opiniões dos veículos e dos editores, mas também a escolha de quais editoriais cabem na análise, uma vez que alguns textos tratavam de temáticas não relacionadas à política, ou mesmo questões tangenciais à pesquisa.

Em relação à formulação de hipóteses e objetivos, considera-se a “hipótese” como uma afirmação provisória que será verificada com a análise aprofundada dos materiais, a fim de confirmar ou infirmar as suposições da pesquisadora. Enquanto o “objetivo” é visto como uma finalidade geral, que contribui com o direcionamento da pesquisa. Finalmente, a pré-análise desemboca na elaboração de indicadores, com uma segmentação em temáticas gerais, em assuntos relacionados especialmente à política, como tema latente nos anos do golpe civil-militar e, posteriormente, nos subtemas dos modos de operação da ideologia (Thompson, 1995). Nesta pesquisa, a categorização foi realizada da seguinte maneira:

- 1) A divisão dos jornais: entre “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*”;
- 2) A divisão por editores, sendo que:
  - a. Diário da Manhã
    - i. Machado Sant’Anna,
    - ii. Antônio Carlos Sant’Anna,
  - b. Diário de Notícias
    - i. Pe. Celso Ibson de Syllos,
    - ii. Pe. Angélico Sândalo Bernardino,
    - iii. Sem assinatura ou outros.
- 3) A divisão por temas, sendo que:
  - a. Diário da Manhã
    - i. Nacionalismo;
    - ii. Reformas de Base;
    - iii. Política Nacional;
    - iv. Política em Ribeirão Preto.
  - b. Diário de Notícias
    - i. Doutrina Social Cristã;
    - ii. Reformas de Base;
    - iii. Política Nacional;
    - iv. Política em Ribeirão Preto.
- 4) Separação em subtemas (modos de operação da ideologia), para cada uma das temáticas, sendo eles: legitimação; dissimulação; unificação; fragmentação; reificação.

O segundo polo, a exploração do material, é descrito por Bardin (2016) como a aplicação sistemática das decisões tomadas. Refere-se ao momento prático da análise, em que utilizamos o software Atlas.ti<sup>®</sup>, para verificar a presença dos modos de operação da ideologia nos editoriais e realizar as inferências. Por fim, o último polo, tratamento dos resultados, baseia-se na reinterpretação de Thompson (1995), com a intersecção dos procedimentos teóricos-metodológicos da Hermenêutica em Profundidade, bem como a consideração da análise sócio-histórica. Isso porque o caráter ideológico só pode ser compreendido quando as mensagens são analisadas em relação aos contextos e processos específicos em que elas são apropriadas pelos indivíduos que as produzem e recebem (Thompson, 1995, p. 345).

Devido ao montante de material, a Análise de Conteúdo também aparece como uma metodologia promissora, que permite a verificação de uma grande quantidade de textos, a partir da categorização de temáticas e subtemáticas. Ademais, os polos da AC em acordo com a HP são percebidos da seguinte maneira:

Quadro 7 - Intersecções metodológicas da AC e HP

Polos da AC	Procedimentos metodológicos	Realização da AC em conjunto com a HP
Pré-análise	Leitura flutuante	Estabelecimentos dos textos usados na pesquisa
	Hipóteses e objetivos	<p><b>Hipóteses:</b></p> <p>1. “<i>Diário da Manhã</i>” é um jornal que visa manter certos pensamentos hegemônicos, principalmente pela figura do editor Machado Sant’Anna; ao mesmo tempo em que Carlos Sant’Anna, o outro editor, possuía posicionamentos mais resistentes. Ainda assim, era um jornal de defesa dos ideais da elite ribeirãopretana e de posicionamentos políticos conservadores.</p> <p>2. “<i>Diário de Notícias</i>”: enquanto dirigido pelo editor Pe. Celso Ibson Syllós, adotou um posicionamento de resistência, tendo como propósito subverter o autoritarismo e trazer novas direções em prol de condições mais justas.</p>

		<p><b>Objetivos:</b></p> <p>1. Analisar como os modos de operação da ideologia estavam presentes no “<i>Diário da Manhã</i>” e no “<i>Diário de Notícias</i>”.</p> <p>2. Verificar como a ideologia estava disposta nos editoriais, com a intenção de manter ou sustentar relações de poder, ou com a intenção de subverter a hegemonia, sendo resistente ao autoritarismo vigente.</p>
	Elaboração de indicadores	Escolha dos editoriais que tratavam de assuntos relacionados à <b>POLÍTICA</b> , bem como temáticas latentes ao golpe civil-militar de 1964. Separação feita após a leitura flutuante, com desconsideração de alguns editoriais, para focar mais em um recorte de análise preciso, que traz inferências dos modos de operação da ideologia.
Exploração do material	Aplicação dos códigos	<p>Separação dos jornais:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Diário da Manhã</i></li> <li>2. <i>Diário de Notícias</i></li> </ol> <p>Separação dos jornais por ano</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Diário da Manhã</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 1961</li> <li>1.2 1962</li> <li>1.3 1963</li> <li>1.4 1964</li> </ol> </li> <li>2. <i>Diário de Notícias</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 1961</li> <li>2.2 1962</li> <li>2.3 1963</li> <li>2.4 1964</li> </ol> </li> </ol> <p>Separação dos editoriais por EDITOR</p>

		<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Diário da Manhã</i>: 1961       <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Machado Sant'Anna</li> <li>1.2 Antônio Carlos Sant'Anna</li> </ol> </li> <li>2. <i>Diário de Notícias</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Pe. Celso Ibson de Syllos</li> <li>2.2 Pe. Angélico Sândalo Bernardino</li> <li>2.3 Sem assinatura ou outros</li> </ol> </li> </ol> <p>Separação por temas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Diário da Manhã</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.1 Nacionalismo</li> <li>1.2 Reformas de Bae</li> <li>1.3 Política Nacional</li> <li>1.4 Política em Ribeirão Preto</li> </ol> </li> <li>2. <i>Diário de Notícias</i> <ol style="list-style-type: none"> <li>2.1 Doutrina Social Cristã</li> <li>2.2 Reformas de Base</li> <li>2.3 Política Nacional</li> <li>2.4 Política em Ribeirão Preto.</li> </ol> </li> </ol> <p>Separação em modos de operação da ideologia para cada tema: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, reificação.</p>
Tratamento dos resultados	Reinterpretação	Intersecções entre a <b>Análise sócio-histórica, a análise formal e discursiva</b> , bem como o refletir de <b>inferências possíveis</b> . Momento de comprovar ou negar as hipóteses.

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Trata-se de uma proposta de análise exaustiva, com a proposta de fugir de dicotomias constantes (grande imprensa x imprensa alternativa; esquerda x direita; pró-golpe x resistência; etc.) em estudos acerca do golpe civil-militar de 1964, mas sim, trabalhar com multiperspectivas possíveis, dentro do contexto do jornalismo do interior. Dessa maneira, pode-se refletir a complexidade dos veículos interioranos e a riqueza dos estudos das práticas de jornalismo, percebendo outras sutilezas manifestadas nos fenômenos simbólicos, que podem servir para sustentação e estabelecimentos de certas formas de dominação naturalizadas, ou como resistência,

ou mesmo como uma terceira, quarta, quinta via – isto é, percepções sobre a mobilização do sentido e da ideologia, que nem sempre são simples de se perceber.

Conforme disserta Thompson (1995), a análise formal e discursiva tem o intuito de identificar as características estruturais das formas simbólicas, que facilitam a mobilização do significado. Para isso, é necessário empregar um procedimento flexível, levando em consideração as diferentes características que englobam os discursos, incluindo os modos de operação da ideologia. Assim, de acordo com a perspectiva thompsiana, pode-se analisar as especificidades estruturais das formas simbólicas e procurar estabelecer os atributos como instâncias de estratégias ou processos específicos da construção simbólica. Como resultado, é possível argumentar que “nas circunstâncias específicas da construção e recepção dessas formas simbólicas, as estratégias ou processos de construção simbólica podem estar ligados a certos modos de operação da ideologia” (Thompson, 1995, p. 379).

Embora Thompson (1995) nos dê algumas ferramentas para análise formal e discursiva para a interpretação da ideologia, o próprio autor nos diz que esse tipo de estudo é uma atividade arriscada e cheia de conflitos. Isso porque “o significado de uma forma simbólica não é dado de antemão, fixo, determinado; oferecer uma interpretação é projetar um significado possível, um dentre muitos significados possíveis que podem divergir ou conflitar com o outro” (Thompson, 1995, p. 380). Por isso, interpretar a manifestação da ideologia nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e no “*Diário de Notícias*” exige um esforço de síntese entre a análise sócio-histórica, com a formal e discursiva, para culminar em uma interpretação de um possível significado, dentro de circunstâncias de produção e recepção específicas, considerando a sociedade, a política, a própria conformação da imprensa do interior, entre outros aspectos.

Junto a isso, a interpretação da ideologia nos oferece pistas para traçar certas inferências de como o sentido foi mobilizado nesses contextos e, desse modo, serviu para estabelecer e sustentar relações de dominação, ou mesmo como forma de resistência. Segundo Thompson (1995, p. 380), quando interpretamos a ideologia, fazemos uma projeção de um significado possível que intervém potencialmente na vida e nas relações sociais. Por conta disso, o processo de interpretação da ideologia está aberto à crítica, não só no que concerne a demais interpretações, mas também diante das diferentes relações de dominação em que os sujeitos se envolvem. Daí a importância de seguir uma linha lógica de raciocínio, em que a constituição sócio-histórica deve anteceder a formal e discursiva.

O estudo está guiado pelas hipóteses apresentadas anteriormente para cada um dos objetos de estudo, que são:

1. O “*Diário da Manhã*” seria um jornal que mantém certos pensamentos hegemônicos, visto que é uma empresa jornalística mantida por uma família considerada da elite intelectual de Ribeirão Preto, especialmente pela figura de Machado Sant’Anna, diretor-chefe do período. Essa sustentação de relações de dominação estaria expressa na intencionalidade de manter o *status quo* da sociedade, mesmo vestindo-se com discursos de filantropia. No entanto, após o acometimento do golpe civil-militar de 1964, o jornal passou a adotar novos posicionamentos, visto que as políticas autoritárias interferiram na liberdade do órgão de comunicação e de seus editores. Por outro lado, a figura do editor Carlos Sant’Anna tinha uma vertente da resistência um pouco mais nítida, tanto que se percebia em seus editoriais uma defesa mais ampla de políticas públicas de transformação, como as reformas de base.
2. O “*Diário de Notícias*” é um órgão dirigido pela Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto e, ao contrário de alguns segmentos da Igreja que apoiaram o golpe civil-militar de 1964, o jornal seguiu por outra linha, com princípios guiados pela Doutrina Social Cristã, defendendo a sindicância rural, a emancipação de segmentos minoritários da sociedade e condenando as práticas autoritárias. Muito disso, era perceptível nos editoriais de Pe. Celso Ibson de Syllos; porém, após a sua prisão, por medo de represália, o “*Diário de Notícias*” teve uma postura menos enfática. Esta hipótese contribui para a construção de outras inferências, como a presença de autocensura nos veículos jornalísticos do interior, bem como a prática de silenciamento dos jornalistas – aqui, o medo aparece como instrumento de coerção dos profissionais da imprensa, sendo muito utilizado nos regimes autoritários latino-americanos.
3. A terceira hipótese se concentra na tese de que os modos de operação da ideologia categorizados por Thompson foram usados tanto pelo “*Diário da Manhã*” quanto pelo “*Diário de Notícias*” não só para manter ou sustentar relações de poder, mas também para questionar as hegemonias, em posições de resistência. Assim, essas estratégias discursivas colaboraram para que os editores e redatores de ambos os jornais tivessem forças argumentativas e, além disso, conseguissem manifestar suas opiniões de forma credível, com autoridade e com a firmeza necessária na sociedade de Ribeirão Preto. Tanto que, por essa razão, podemos inferir que tais ideias corroboram para o fechamento dos periódicos, bem como a perseguição de seus jornalistas (Carlos Sant’Anna e Pe. Celso Ibson de Syllos, mais especificamente).

A análise formal e discursiva se concentra em discorrer as verificações realizadas junto ao software Atlas.ti<sup>®</sup>, identificando as formas simbólicas que podem corresponder aos modos

de operação da ideologia de Thompson (1995), em categorias pré-definidas pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Após esse procedimento, na parte de reinterpretação, será possível avaliar se as hipóteses foram comprovadas ou refutadas.

#### 4.1 Diário da Manhã – 1961

Como vimos na análise sócio-histórica, o “*Diário da Manhã*” terá a família Sant’Anna como responsável pela empresa jornalística, especialmente com os editores Antônio Machado Sant’Anna (pai) e Antônio Carlos Sant’Anna (filho). Embora o jornal adotasse uma visão progressista para a década de 1960, apoiando candidatos como Jânio Quadros e João Goulart, bem como a política das Reformas de Base, alguns discursos utilizados visavam manter relações de dominação quanto à rigidez de certas posições sociais. Inclusive, percebe-se com mais frequência nos editoriais e publicações de Machado Sant’Anna, membro do movimento municipalista, que se manifestava a favor do povo, mas sem intenções de mobilização das classes sociais.

Em 1961, já se tinha intenções golpistas por parte de militares e partidos conservadores. Embora não concretizado o golpe, os ventos do autoritarismo e da tomada de poder forçada já batiam às portas do Brasil, com ecos no interior paulista, como a cidade de Ribeirão Preto. Sendo assim, seguindo a divisão de análise proposta, caminha-se no sentido de perceber os modos de operação da ideologia, com ênfase nos discursos velados de Machado Sant’Anna, mas ao mesmo tempo em que havia um questionamento sobre práticas autoritárias. Quanto a Carlos Sant’Anna, percebe-se editoriais mais voltados a comentários econômicos. O editor ganhou mais protagonismo ao final de 1961.

Ao todo, analisamos 95 editoriais do “*Diário da Manhã*” em 1961, porém consideramos 33 artigos, com predominância dos textos assinados por Machado Sant’Anna. Na presente tese, trouxemos alguns recortes que condensam a análise, isto é, são representativos para compreensão das opiniões dos jornalistas (e do próprio jornal), bem como para a identificação da mobilização do sentido, nos modos de operação da ideologia.

##### 4.1.1 Nacionalismo/Municipalismo

Em 1961, grande parte dos editoriais analisados do “*Diário da Manhã*” eram de autoria de Antônio Machado Sant’Anna, que escrevia na primeira página do veículo, com temáticas latentes do municipalismo, movimento em prol da autonomia dos municípios, sendo algo ovacionado pelo jornalista. Para seguirmos com a análise, o “municipalismo” foi englobado na categoria “nacionalismo”, uma vez que o objetivo também era inflar os cidadãos em torno de símbolos e discursos de independência das comarcas.

Em 19 de abril de 1961, Antônio Machado Sant’Anna publica na capa do jornal o seu artigo/editorial com o título “*Trabalho municipalista no Palácio do Planalto*”, em que o editor ovaciona o general Sérgio Machado Loureiro, também integrante do movimento municipalista. Para isso, utiliza-se uma das estratégias dos modos de operação da ideologia, a **simbolização da unidade**, quando Machado Sant’Anna evoca uma emenda da Constituição Federal para respaldar o seu argumento, dizendo que a intenção é a maior distribuição de renda e que o municipalismo teria importante contribuição nesse processo. Além do mais, é frequente o uso da palavra “Nação”, para referir-se ao Brasil – também sendo uma estratégia discursiva da simbolização da unidade. Diz o editor:

O municipalismo está vitorioso. Não um municipalismo de opereta nem com oportunistas, mas conduzido por homens que pensam e agem com o espírito voltado para a solução dos sérios problemas, que tanto afligem a Nação e que somente através de elementos de pulso, inteligência, ação e dinamismo, poderá levar o Brasil ao seu verdadeiro destino de líder de um mundo novo que está à sua frente. Urge, pois, agir com o cérebro<sup>44</sup>.

Outro importante texto de Machado Sant’Anna em defesa do movimento municipalista é o editorial “*Novos horizontes na vida pública*”. Aqui, o editor comenta sobre o congresso realizado pela APM (Associação Paulista de Municípios), em Serra Negra, como um marco para a proposta de independência das comarcas e fortalecimento econômico das cidades. Além de trazer novamente a simbolização da unidade como argumento, citando o Congresso Nacional como órgão que respalda o movimento, a palavra “Nação” repetida enfaticamente, o jornalista utiliza de outro artifício entre os modos de operação da ideologia: o **expurgo do outro**. Comenta Machado Sant’Anna, ao inferiorizar os discordantes do municipalismo:

Os que atacam sistematicamente o nosso movimento, já o dissemos várias vezes, o fazem por ignorância, pura e simples; por desconhecimento do que se faz na APM e nos Congressos; entendem que as lutas são estéreis, que os debates são inúteis e que há, apenas a preocupação do passeio<sup>45</sup>.

Ainda se tratando do expurgo do outro, Machado Sant’Anna utiliza a mesma técnica para colocar Ribeirão Preto como uma cidade superior em relação às demais e, por isso, deveria ter um “peso” maior nas decisões políticas – algo defendido na volta do sistema de distritos eleitorais, uma das pautas do movimento municipalista.

Se da mesma forma que a administração dos Estados descentralizada por meio dos municípios, o fosse também a representação destes, pela forma de distritos eleitorais, certamente

<sup>44</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Trabalho municipalista no Palácio do Planalto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.590, 19 abr. 1961, p. 1.

<sup>45</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Novos horizontes na vida pública. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.597, 28 abr. 1961, p. 1.



não teríamos de novo o dissabor de ver, por exemplo, Araraquara, próspero e simpático município, mas sem dúvida inferior a Ribeirão Preto, classificado em grau superior ao deste [...]”<sup>46</sup>.

A **legitimação** enquanto um dos modos de operação da ideologia também é usada por Machado Sant’Anna ao tratar do movimento municipalista. Thompson (1995) designa essa estratégia como o artifício de tornar algo justo e digno de apoio. Ora, nos editoriais de Machado Sant’Anna, pode-se observar isso com frequência, porém destaca-se o texto “*Concentração municipalista da APM em Ribeirão Preto*”, quando o jornalista reitera a importância de compartilhar os ideais do municipalismo em diversas instituições sociais. Ademais, o editor também tece comparações com países desenvolvidos, fortalecendo o argumento de que o Brasil só alcançará reconhecimento, quando o movimento municipalista for implantado de fato.

Municipalismo não é propriedade de ninguém, nem de grupos ou de partidos. É assunto que tem que ser tratado nos grupos escolares, nos ginásios, nas escolas superiores, porque municipalismo é pedra basilar da nacionalidade. Quando os municípios brasileiros foram suficientemente desenvolvidos, com economia fortificada e dentro do quadro que ora se verifica nos Estados Unidos e alguns países da Europa, não haverá dúvidas que teremos conquistado lugar destacado na liderança mundial<sup>47</sup>.

Ainda na égide da **legitimação**, Machado Sant’Anna reforça o seu argumento do municipalismo como algo essencial para a coletividade, incluindo outro modo de operação da ideologia: a simbolização da unidade. Em seu texto, afirma o jornalista:

Entendemos o municipalismo pelo que ele representa como esforço de uma coletividade em busca de meios para lutar e vencer o subdesenvolvimento, para fortalecer a célula mater e possibilitar à administração recursos para enfrentar os problemas que a assoberbam. Não compreendemos municipalismo de discursos bombásticos, demagogia eleiçoeira e como meio de catar-votos<sup>48</sup>.

A pauta do municipalismo é latente nos textos de Machado Sant’Anna, mesmo que somente em alguns dizeres, como forma de reforçar o seu posicionamento ao lado do dito movimento. Percebe-se que o editor-chefe do “*Diário da Manhã*” se abastece de diversos argumentos, ao lado de estratégias discursivas de legitimação, simbolização da unidade, entre outras, para defender o municipalismo.

---

<sup>46</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. A ausência de deputados no Congresso de S. Negra. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.601, 05 mai. 1961, p. 1.

<sup>47</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Concentração municipalista da APM em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.605, 09 mai. 1961, p. 1.

<sup>48</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Municipalismo é trabalho e não trampolim político. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.768, 25 nov. 1961, p. 1.

#### 4.1.2 Reformas de Base

Poucas menções sobre a situação rural foram publicadas no “*Diário da Manhã*” durante 1961. Contudo, houve passagens em alguns textos que revelavam certas aproximações dos editores Machado e Carlos Sant’Anna com a política de assistência rural. Há a necessidade de fazer uma ponderação: apesar de utilizarem discursos afirmativos aos trabalhadores rurais, os jornalistas se colocavam como figuras de “salvadores”, sendo possível perceber essa diferenciação por classe social. Ou seja, vale um olhar crítico em relação à postura dos editores. Em um dos textos, Machado Sant’Anna escreve:

O homem do campo vive insulado. Raramente vem a cidade. Trabalha de sol a sol, corroído pela verminose, explorado no serviço, com salários de fome, não tem sindicatos, e dele só se lembram nas vésperas das eleições acenando-lhe com um par de sapato, um churrasco e alguns discursos<sup>49</sup>.

Apesar disso, Machado Sant’Anna denuncia atrocidades com os trabalhadores rurais, demonstrando que a sua opinião enquanto político e editor do “*Diário da Manhã*” e, consequentemente, o posicionamento do jornal, era defender os segmentos sociais menos abastados, adotando uma estratégia discursiva de resistência. Continua o editor:

Nada se fez até hoje em prol do rurícola e basta falar em reforma agrária, em humanizar o trabalho, em se dar ao rurícola (colono, agregado, diarista ou meeiro) condições mínimas de conforto, com água corrente, luz elétrica, chuveiro, instalação sanitária e escola para os filhos, para se levantar o clamor. Muitos chegam a dizer que rurícolas quebram as instalações sanitárias ou não as usam. Grossa mentira, pois ninguém quer viver na imundície, ninguém pode permanecer com roupa suja, ninguém deseja estar com as demais em situação inferiorizada, quase de um animal selvagem. É curial, é da própria existência, é obra civilizadora e de envergadura<sup>50</sup>.

Nota-se que Carlos Sant’Anna compartilha da mesma vertente de pensamento, ao denunciar a necessidade de políticas públicas rurais. Em artigo intitulado “*Decisão que constitui autêntica reforma: o Supremo Tribunal Federal estendeu à roça a legislação trabalhista em todos os itens*”, o jornalista adota uma posição de resistência ao defender a importância da garantia de direitos aos trabalhadores do campo. Inclusive, uma curiosidade: no texto, Carlos Sant’Anna revela um modo de operação da ideologia utilizado pela máquina pública federal,

---

<sup>49</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Direitos do rurícola em face da legislação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.737, 18 nov. 1961, p. 1.

<sup>50</sup> Idem, *ibidem*.

que seria o **expurgo do outro**, quando diz que havia separação entre o proletariado urbano e rural.

Ninguém desconhece que até agora existe uma clamorosa discriminação entre os dois tipos de proletário: o operário da cidade e o trabalhador do campo; fato que vêm determinando uma série de injustiças clamorosas, que, sob o aspecto social, tornavam o camponês autêntico pária; assim, a resolução do STF vêm não só em hora oportuna, como criou ao próprio governo federal, no setor da agricultura, um outro problema: o da racionalização, sem o que, fatalmente soçobrará o importantíssimo elemento que se constitui alicerce de nossa economia!<sup>51</sup>

Tal posicionamento oferece substância para compreendermos a estratégia de resistência nos discursos jornalísticos de Carlos Sant'Anna. Afinal, ele não só denuncia a falta de direitos dos trabalhadores rurais, como questiona a manutenção de certas hegemonias e diferenciações que mantêm os abismos sociais.

Em outro texto, novamente há uma vertente mais resistiva, porém Carlos Sant'Anna acaba minimizando a participação operária de menor poder aquisitivo, dando destaque para a atuação da classe média. De certa forma, ocorre a reprodução de um discurso “salvador”, como se os mais pobres não tivessem capacidade suficiente para tomar as rédeas da resistência. Essa ponderação é fundamental, para compreendermos que o jornalista é um liberal e, por conta disso, recorre a algumas estratégias dos modos de operação da ideologia - neste caso, da **diferenciação**, como se houvesse uma luta diferente para cada camada social. Ainda assim, o jornalista vocifera contra os pensamentos hegemônicos e as desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Escreve:

A desarmonia entre o capital e o trabalho em nossa terra vem sendo evidenciada nas lutas que já se deflagaram através das reivindicações trabalhistas e onde, surpreendentemente para muitos, a classe média toma a dianteira do movimento rebelde, representada pelos bancários, professores, funcionários públicos, jornalistas, escreventes de cartório, delegados de polícia, enfim, todos os elementos que compõem, agitando-se na defesa de melhor retribuição ao trabalho que desenvolvem, forçando a classe dominante, que representa o capital, a reagir, em função da necessária recíproca reclamada; reação que, de resto, somente poderá se efetiva no atendimento pleno da exigência formulada, em vista da imutabilidade em que a questão, socialmente falando, foi colocada pela inconsequência dos capitalistas; gerada é certo, pela incapacidade intelectual e, mais ainda, pela certeza da impunidade aliada à ganância!<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Decisão que constitui autêntica reforma: o Supremo Tribunal Federal estendeu à roça a legislação trabalhista em todos os itens. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.742, 24 nov. 1961, p. 8.

<sup>52</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. 1 – ONU informa: o Brasil está entre os países em que a riqueza se concentra em menos mãos. 2 – A Luta pela Supremacia Política Brasileira. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.743, 25 nov. 1961, p. 8.

Ao final de 1961, Carlos Sant’Anna prevê a urgência na realização das reformas de base. Para ele, havia a necessidade de se pensar em políticas públicas reformistas, diante dos recentes acontecimentos internacionais e o crescente abismo social que se instaura no Brasil. Aqui, vale sobrelevar uma crítica que o jornalista faz aos representantes políticos e segmentos sociais que desacreditam na política das reformas de base pelo argumento que isso seria socialismo. Ora, mais uma vez, Carlos Sant’Anna julga os discursos que velam sobre o “fantasma do comunismo/socialismo”, bradando em nome do povo. Para isso, ele usa a **simbolização da unidade**, como um modo de operação da ideologia para a resistência, dizendo que o povo e a toda a Nação pede reformas para que as condições sejam mais justas.

A mudança de regime far-se-á diante – exatamente – da incapacidade, da surdez dos indivíduos que dominam o poder de um modo geral. Cegos pela cobiça, pela vaidade e concentrando todos os defeitos imagináveis, tentam, ainda, confundir a opinião pública, ignorando que ela é o próprio socialismo que vem aí.

A verdade é que ninguém reage às dificuldades, às privações e à miséria do povo; há quase uma obstinação em não atender aos justos reclamos populares, preferindo-se jogar a culpa sobre um Francisco Julião, sobre um Brizola ou mesmo sobre o comunismo., através do recente reatamento efetuado com a URSS. Nota-se a omissão criminosa, o alheamento mais covarde aos problemas bem sérios com que defronta a Nação, cuidando cada um dos seus, relegando os mais prementes, de ordem coletiva, a plano secundário<sup>53</sup>.

No mesmo texto, Carlos Sant’Anna diz que só vê “uma solução: exigir do governo as necessárias reformas de base urgentemente!”<sup>54</sup>. O redator-chefe utiliza uma linguagem ainda mais impactante, ao afirmar que o Brasil não pode “prosseguir trilhando o caminho político atual de forma alguma, a não ser, é claro, que a pretensão de um suicídio coletivo seja a constante perseguida”<sup>55</sup>. O discurso do jornalista tange, portanto, como uma súplica enfática a favor das reformas de base, demonstrando um posicionamento que irá ser questionado pelo regime autoritário militar que viria em 1964.

#### 4.1.3 Política Nacional

Um dos textos mais interessantes de 1961 é o artigo de Carlos Sant’Anna chamado “*Brasileiros de todos os quadrantes se formam em Brasília*”. A partir de maio daquele ano, o jornalista iniciou comentários a respeito do regime cubano, visto que a Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro e Ernesto “Che” Guevara entrou em pauta mundial. O artigo chamou a atenção pela estratégia de **tropo**, em que Carlos Sant’Anna utiliza de uma metáfora

<sup>53</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Quem avisa, amigo é. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.782, 13 dez. 1961, p. 8.

<sup>54</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Quem avisa, amigo é. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.782, 13 dez. 1961, p. 8.

<sup>55</sup> Idem, *ibidem*.

bem comum que é o “fantasma vermelho” para referir-se ao regime comunista. Segundo o editor, países desenvolvidos tinham conseguido se proteger do “fantasma” por conta de políticas democráticas.

O funcionamento do perfeito sistema democrático em países altamente desenvolvidos é que tem impedido a penetração do fantasma vermelho, fantasma que hoje, mais do que nunca, está a assustar homens idos em bons anos de vida, nem sempre difícil. O governo e os responsáveis pela classe obreira precisam atentar para a importância do papel que lhes cabe na atual conjuntura e verificar que realmente nos defrontamos com um dos mais sérios problemas de nossa existência<sup>56</sup>.

Em outro editorial sobre o mesmo assunto, Carlos Sant’Anna utiliza-se da estratégia de **expurgo do outro**, ao considerar os cubanos como “ignorantes” e, por conta disso, eles não compreendiam o prejuízo de um regime de esquerda. De acordo com o jornalista, em seu artigo:

Após uma ditadura como a que exerceu Fulgêncio Baptista em Cuba, onde o povo foi oprimido e mantido em regime de total ignorância, a ponto de ainda hoje haver cerca de 80% ou mais de analfabetos na Ilha, não se poderia pretender que um novo governo, que combateu esse estado de progresso fictício, não organizasse um plano de ação em que a alfabetização fosse proa do mesmo. Somente depois do povo aprender a discernir, somente depois dele sentir o novo impacto, benefícios ou prejuízos advindos dos atos governamentais, poder-se-ia dar-lhe direito de escolha de governantes, de opinar mediante o voto livre exercido plenamente.

Cuba acabou virando República ou Governo Socialista. Foi para um lado diferente daquele que todos esperávamos, desde que é parte de um continente inteiramente democratizado; mas, mesmo agora, ainda é cedo para pronunciamentos e discussões. Há que se aguardar ainda um pouco. O ano que corre é o ano da alfabetização em massa da população cubana. Não podemos crer que não haja eleições no país e menos ainda que se negará ao povo o legítimo direito de que tem de se autodeterminar<sup>57</sup>.

No texto acima, outras estratégias de mobilização do sentido são percebidas, como a **simbolização da unidade**, quando Carlos Sant’Anna cita que Cuba é “parte de um continente inteiramente democratizado”, bem como a **legitimação**, por meio do uso de dados, como “80% ou mais de analfabetos”, para justificar a sua argumentação. Assim, os artigos demonstram que a opinião do jornalista e, conseqüentemente, da própria empresa jornalística em sua gestão, caminhava no mesmo direcionamento de jornais liberais e de segmentos da sociedade, que se mostravam receosos com a Revolução Cubana.

Percebe-se que, apesar de Carlos Sant’Anna estar à frente de muitas pautas de demandas populares, o jornalista também se apropriou da ideia de dualidade entre comunismo x capita-

<sup>56</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Brasileiros de todos os quadrantes foram se encontrar em Brasília. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.604, 07 mai. 1961, p. 8.

<sup>57</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Caso dos canos vai para a Justiça, comissão de inquérito fracassou... – pronunciou-se o Brasil sobre Cuba. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.607, 11 mai. 1961, p. 8.

lismo, esquerda x direita. Ou seja, a defesa do jornalista a favor de pautas democráticas e populares se mantinha dentro do regime capitalista liberal – ironicamente, ao instaurarem o golpe civil-militar de 1964, Carlos Sant’Anna será enquadrado como “agitador comunista” pelos seus artigos publicados no “*Diário da Manhã*”, algo que demonstra impropriedade de conhecimento dos delatores e militares da região que o acusaram. Ou então, seria mais uma forma de ameaçar a população, silenciando qualquer forma de expressão que fosse minimamente contrária à política autoritária, que visava manter hegemonias e relações ainda mais acentuadas de dominação social.

Para corroborar a análise de uma pauta liberal, ainda se tratando da Revolução Cubana, Carlos Sant’Anna defende em outro artigo a autodeterminação dos povos. Quer dizer que, apesar de se mostrar afastados dos ideais pretendidos por Fidel Castro, o jornalista manteve a sua postura firme ao encontro da legalidade do movimento cubano, especialmente quando houve propostas intervencionistas de outros países. Inclusive, utilizando da estratégia de **unificação**, Carlos Sant’Anna evidencia a coesão dos residentes de Cuba.

[...] quando fracassada inteiramente está a invasão de Cuba por forças mercenárias e quando se permitem, certos intelectuais, criticar os que defendem a tese da autodeterminação, preciso é frisar-se que não são os únicos estrategistas a errar; há os que se enganaram ao julgar o povo cubano contra Fidel; há os que incidiram no erro tático elementar de que os invasores receberiam ajuda interna, dos ilhéus desgostosos. Desgostos de quê? Da liberdade? Da posse da terra que lhes deu o governo revolucionário? Da educação que vêm recebendo? O povo cubano está coeso em torno do seu líder e de todos os rincões da terra multidões protestaram contra a intervenção. O Brasil uniu sua voz a dos povos livres, reafirmando, como dissemos, que está arraigado em nós o princípio da autodeterminação dos povos<sup>58</sup>.

É curiosa a forma como Carlos Sant’Anna utiliza seus argumentos, pois ao mesmo tempo em que fala de um “fantasma vermelho”, também emprega o termo “revolução” ao tratar do movimento em Cuba. Essa dualidade demonstra a complexidade do pensamento do jornalista que, embora não alinhado a uma proposta totalmente à esquerda, também detinha uma posição a favor da liberdade de cada povo para decisões políticas, conforme a realidade singular dos países. Esse posicionamento de Carlos Sant’Anna será mantido ao longo dos anos, tendo como cerne a liberdade individual e coletiva, afastando-se de decisões que poderiam coibir o livre arbítrio dos povos ou mesmo representar silenciamentos das expressões sociais.

---

<sup>58</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Fidel: “Ladrões e mediócras durante 60 anos!” – Inverteram os papeis na Câmara; os venais são outros... – Transferência da palestra na C.M. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.609, 14 mai. 1961, p. 8.

No ano de 1961, o “*Diário da Manhã*” ocupou-se de muitos comentários acerca de Cuba. A tônica dos artigos, especialmente de Carlos Sant’Anna, permanece em defesa da legalidade do movimento, em conjunto com a pauta econômica, já que o jornalista considerava inconsequente o rompimento das relações com o país cubano. Diz em artigo:

[...] justamente nessa hora tão séria de nossa pátria, surgem os “patriotas” deste e de tantos outros municípios, pretendendo rompimento do Brasil com Cuba!  
 Pobres coitados! – Esquecem-se de que com o heroico povo cubano, o Brasil aprendeu o b-a-bá da luta pela independência econômica; aprendeu a exigir respeito aos seus direitos e se viu obrigado a encarar como ora o fazemos, problemas seríssimos, sem os relegar para amanhã ou mesmo para depois.  
 O Brasil está vivendo a exata hora do: é para já! – Amanhã será tarde...<sup>59</sup>

Esse posicionamento mais próximo de Carlos Sant’Anna e em defesa do povo cubano pode ter corroborado para inflar as angústias dos setores sociais preocupados com o avanço do comunismo em terras latinas e, por conseguinte, resultou na delação contra o jornalista. Parte-se para essa inferência pois vários membros da imprensa ribeirão-pretana foram taxados de “subversivos” pelo regime autoritário de 1964, por conta de textos escritos a favor das Reformas de Base, Cuba e João Goulart.

Agora, em relação a temática da política nacional, o hiato de três meses de exemplares, nos meses de julho, agosto e setembro, visto que eles não estavam disponíveis para consulta, impediram o acompanhamento do desenrolar dos acontecimentos políticos em torno da renúncia de Jânio Quadros<sup>60</sup>. Em meados de outubro de 1961, é perceptível que os editores do DM, Machado e Carlos Sant’Anna, apoiavam João Goulart para ocupar o cargo de Presidente da República. Tanto que, em artigo publicado no jornal, destaca-se, pela estratégia de **nominalização**, os feitos de Goulart. Inclusive, até no próprio título do artigo, há uma estratégia típica de construção simbólica, por meio do **tropo**, com a transformação do apelido “Jango” em verbo: “Considerações em torno de nossa visita ao Presidente da República e conselho ao Prefeito local: “o negócio é Jangar!”<sup>61</sup>. Diz em artigo de Carlos Sant’Anna:

João Goulart não é mesmo de muito protocolo. Não precisará jamais usar slack para prová-lo. Aquela abertura ligeira do último botão da camisa e o mínimo desaperto da gravata lhe dão mais condição de povo que a estranha indumentária indiana lançada pelo sr. JQ<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Frondizi desfez a trama internacional com que se pretendia atirar os latinos contra o glorioso povo de Fidel Castro. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.754, 8 nov. 1961, p. 8.

<sup>60</sup> A renúncia de Jânio Quadros ocorreu em 25 de agosto de 1961. Pela falta de exemplares para consulta, iniciamos a nossa análise sobre esse assunto a partir de outubro de 1961.

<sup>61</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Considerações em torno de nossa visita ao Presidente da República e conselho ao Prefeito local: “o negócio é Jangar!”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.724, 03 out. 1961, p. 8.

<sup>62</sup> Idem, ibidem.

A comparação do vestuário dos presidentes foi uma maneira encontrada por Carlos Sant’Anna de criticar as ações de Jânio Quadros, que se dizia pertencente ao povo. Para ele, João Goulart demonstra mais preocupação com as questões populares do que o presidente anterior, que se utiliza de artifícios (como a indumentária) sem refletir sobre as reais necessidades do povo brasileiro. Continua em mesmo artigo:

A esperança de Ribeirão Preto e do brasileiro está no atual governo da República. A ele temos de nos apegar urgentemente, com todas as forças para neutralização a influência perniciosa que o sr. CP (Carvalho Pinto) exerce sobre nós todos; a ponto de, para causar impressão diferente da real, haver mandado modificar o roteiro do carro que conduziu o Presidente da República pelas ruas de São Paulo. Por quê? Simplesmente para dar impressão diversa da verdadeira; para fazer calar no espírito do próprio povo que São Paulo não está com João Goulart, mas – e somente – com Carvalho Pinto!

Ora, ora! O nosso governador pode ser um grande economista, grande financista; mas em matéria de política e de povo, francamente, mal engatinha no assunto.

E o Condeixa que nos ouça: O negócio é Jangar!<sup>63</sup>

Nota-se que, de forma bastante direta, Carlos Sant’Anna expressa o seu alinhamento a João Goulart. Tal posicionamento irá influenciar diretamente a forma como os delatores do golpe civil-militar, nos pós abril de 1964, vão encarar o editor – por mais que em inúmeros outros escritos, a defesa do liberalismo tenha transparecido com intensidade.

Além disso, Carlos Sant’Anna bradava em defesa da democracia – e isso também pode ter influenciado a imagem que os delatores e militares golpistas desenharam do jornalista. Em artigo a favor do regime democrático, o redator do “*Diário da Manhã*” denuncia tentadas autoritárias, ao mesmo tempo em que defende o proletariado.

A democracia é, sem dúvida alguma, um regime extraordinário. O que nos leva a descrever muitas vezes do processo é exatamente a forma como o interpretam cidadãos que, no comando da produção, locupletam-se financeiramente e passam, então, a exercer a pressão despótica que determina não somente a descrença de que falamos, mas a própria derrubada do regime.

[...] O contato que mantemos com homens das mais diversas ideologias políticas, tem-nos permitido balancear com exatidão o avanço favorável às massas proletárias; não tanto pelo progresso intelectual dos que vêm cedendo, mas, principalmente, pela influência determinada pelo medo de que haja brevemente radical modificação no conceito vigente, de que o dinheiro é que resolve, em favor do exato princípio de que o resolve, basicamente, é a educação, o desenvolvimento intelectual do homem<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Idem, ibidem.

<sup>64</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Se o Poder Econômico degenera a Democracia, corrompendo-a, precisamos lutar para contê-lo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.729, 08 out. 1961, p. 8.



Outro texto que merece menção é o artigo “*Violência de um general em Belo Horizonte confirma o quão pernicioso é o sectarista – solidariedade da “Arri” ao “Binômio”*”<sup>65</sup>. Aqui, Carlos Sant’Anna comenta o episódio em que exemplares do jornal foram depredados por militares. Percebe-se, mais uma vez, o quanto o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” assume a posição democrática e a favor da imprensa, questionando atos autoritários, ao mesmo tempo em que criticava esse tipo de ato que, segundo o jornalista, podia ser visto em todo o país.

O sucedido em Belo Horizonte ao confirmar aquelas nessas palavras, estabelece irretorquivelmente a presença nefasta no seio das Forças Armadas, de militares fascistas, liderados, pelo menos, no caso em tela, por um general reconhecido como temperamental, violento e prepotente. Direitista ferrenho, em lugar de buscar meios legais para exigir reparação ao que julgou ofensa aos seus brios de militar, optou pelo caminho perigoso da violência e, no revide, dada a sua inferioridade física, somou à primeira ofensa (se é que existiu) mais esta, a de haver sido esmurrado. Daí resultou o atentado indesculpável, violento, antidemocrático e indiscutivelmente tão ao gosto dos fascistas de Salazar, Franco e pouquíssimos outros que ainda restam neste mundo. No Brasil democrático ainda existem tipos assim, personalistas, sobrepondo-se continuamente à autoridade que lhes confere.<sup>66</sup>

É interessante notar que nos textos de Carlos Sant’Anna, enxergamos algumas estratégias discursivas thompsonianas, como o **expurgo do outro**, quando o jornalista ridiculariza e compara o general responsável pela depredação do “Binômio”, no entanto, a intenção é oposta à manutenção de hegemonias, mas sim, com gritos de resistência. Isso demonstra ainda mais a complexidade de análise do “*Diário da Manhã*”, que ora prefere discursos mais amenos, certamente para manter privilégios e status sociais, ora se posiciona a favor de novos comportamentos, especialmente contra atos autoritários e de violência.

Além disso, em vários artigos, Carlos Sant’Anna tem uma posição mais firme em comparação a Machado Sant’Anna, especialmente no tocante à defesa democrática. No entanto, percebemos que após a ascensão de João Goulart, esse tipo de fala se tornou mais frequente, ainda mais quando o texto tinha como base a defesa do então presidente. Portanto, é verificável o apoio do “*Diário da Manhã*” às políticas janguistas, algo que irá se estender nos próximos anos, antes do golpe civil-militar de 1964.

<sup>65</sup> Nonato e Silveira (2011) estudaram a história do jornal “Binômio”, de Belo Horizonte. De acordo com os autores, o periódico é considerado um dos pioneiros da chamada “imprensa nanica”, tendo pouca rentabilidade e baixa circulação quando comparado aos grandes veículos brasileiros. Nascido em 1952, a folha permaneceu viva até meados de 1964, quando fechada pelos militares golpistas. Utilizando do humor para criticar Juscelino Kubistchek (daí o nome “Binômio”, que questionava a política do ex-presidente), o jornal foi depredado em 1961 e, posteriormente, em 1964, tendo grande parte de seu acervo perdida (Nonato; Silveira, 2011).

<sup>66</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos *Violência de um general em Belo Horizonte confirma o quão pernicioso é o sectarista – solidariedade da “Arri” ao “Binômio”*. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.791, 23 dez. 1961, p. 8.

Apesar de Carlos Sant'Anna obter protagonismo na análise do tema “Política Nacional” no ano de 1961, enquanto Machado Sant'Anna concentrava-se mais nas temáticas sobre o municipalismo, houve algumas manifestações do segundo jornalista sobre acontecimentos envolvendo a relação do Brasil com demais países latino-americanos. Em uma posição de resistência, Machado Sant'Anna critica certas manutenções hegemônicas em um contexto de avanço do socialismo após a Revolução Cubana. Ou seja, nota-se que embora o editor do “*Diário da Manhã*” mantivesse a sua postura crítica, ele não compactuava com o regime socialista, mantendo-se firme em um posicionamento liberal.

Utilizando a estratégia de **tropo**, por meio da figura de linguagem da personificação, Machado Sant'Anna faz duros pareceres a respeito de indivíduos pertencentes às classes sociais mais altas que não percebem a importância das pautas sociais. Diz o jornalista:

Homens que procedem como avestruzes, colocando a cabeça no buraco para não verem o temporal, estão cavando a própria ruína, simplesmente porque não querem ouvir a palavra do bom senso, pensando estar em época diferente daquela que vivemos, de plenas conquistas do proletariado. Não é possível que continuemos na dolorosa situação de escravizados a princípios superados, com o enriquecimento cada dia mais odioso de um pequeno grupo em detrimento da miséria de milhões, pois, se analisarmos bem, a classe tida como açambarcadora de todo o dinheiro nacional não terá mais de 50.000 elementos!<sup>67</sup>

Ao continuar do artigo, Machado Sant'Anna discorre sobre a experiência do México com o general Cardenas, como um exemplo para o Brasil adotar um “meio-termo” em relação às desigualdades sociais. Para o jornalista, caso isso não fosse possível, poderíamos viver um regime de extremismo (e aqui, ele está se referindo ao socialismo, não ao autoritarismo que viria anos depois), pois este tipo de arranjo político ocorre em situações de miserabilidade.

Constata-se que o argumento de Machado Sant'Anna também emprega a estratégia de **legitimação**, visto que ao trazer à tona o México como um exemplo, o jornalista visa aproximar a situação brasileira de um país vizinho, com condições sociais semelhantes. Isso traz força ao seu texto e à sua defesa, já que resulta em uma identificação do povo brasileiro, ao mesmo tempo em que estremece alguns setores sociais já amedrontados com o avanço socialista pós-Revolução Cubana. Continua o jornalista:

O brado de alarme vindo da Cidade do México deve ser encarado com a maior atenção pelos indiferentes homens que controlam, ainda, as finanças, a propriedade e a política do país. Há que ceder algo para não se perder tudo. O povo é bom, tolerante, religioso e aceita todos os sacrifícios. Mas, sempre há um limite, até mesmo para o sofrimento<sup>68</sup>.

---

<sup>67</sup> SANT'ANNA, Machado. Devemos ceder um pouco para não perdermos tudo. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.757, 11 nov. 1961, p. 1.

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*.

Este artigo de Machado Sant'Anna é bem simbólico na compreensão do posicionamento do editor-chefe do "*Diário da Manhã*". Afinal de contas, ele não ameniza críticas contra desigualdades sociais, mas, assim como é perceptível em outras leituras, a intenção do jornalista não é uma modificação da solidificada estrutura social, mas sim, corre uma veia de "ajudar, para não nos prejudicar" – um pensamento tipicamente liberal. Ainda assim, é preciso reconhecer a intencionalidade de Machado Sant'Anna em denunciar certas condições desumanas e de abismos entre as classes, como fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno da sociedade.

A título de comparação, os textos de Machado Sant'Anna tendem a uma defesa social mais amena, visando a emancipação social como algo pleno e de toda uma nação. Não à toa, ele emprega o termo "povo" para designar o proletariado e classes sociais menos abastadas. Já Carlos Sant'Anna adota uma posição mais rígida, criticando os políticos e alguns movimentos autoritários no Brasil. Para afirmar a sua resistência frente ao autoritarismo, o redator também legitima seus argumentos pelo espelhamento entre o Brasil e outro país latino-americano (no caso, o Equador).

A extraordinária semelhança do movimento vitorioso no Equador, que deu plenas garantias ao vice-presidente daquele país de ascender ao posto máximo, e a chamada crise político-militar brasileira, foi ressaltada por diversos órgãos de imprensa internacional. O que não se divulgou quer nos Estados Unidos como na Inglaterra, foi que, no Equador, prevaleceu o regime presidencialista, enquanto em nosso país, houve um exército espúrio em nossa Carta Magna, restringindo a atividade do presidente.

Não comentaram, também, os jornais americanos e ingleses, a expressão nitidamente popular do movimento de Quito; operários e estudantes mortos em plena rua, imolados em nome da democracia que defenderam com a vida. Seu heroísmo eliminou a oligarquia de Velasco Ibarra e alijou do poder, embora amparado pelo exército.

No Brasil, durante a crise, o povo esteve em constante alerta, aliando-se a burguesia e o proletariado na luta pela legalidade; a aliança que apenas se efetivou na expectativa de uma investida militarista ao poder central e de efeito psicológico sobre os políticos, personalidades indiferentes e sem nenhuma afinidade com a massa, mas que sob influência da inabalável decisão que a esta animava, viram-se compelidos às atitudes que, afinal, atenderam à sua própria sobrevivência e conveniência<sup>69</sup>.

Neste texto de Carlos Sant'Anna, percebemos que o jornalista não só critica o autoritarismo que já pairava na política brasileira, como também a pauta dos países imperialistas, EUA e Inglaterra, que não informaram sobre as represálias e mortes sofridas pelos manifestantes latino-americanos, durante a campanha da legalidade. Inclusive, neste mesmo artigo, Carlos Sant'Anna comenta a intentada golpista para implementar o parlamentarismo no Brasil e, em adicional, incorpora um novo posicionamento: contra o capitalismo.

---

<sup>69</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. "Há um golpe de direita em preparo!". Advertência do bispo de Santo André. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.758, 12 nov. 1961, p. 8.

O movimento do Equador não teve tanta semelhança assim com a nossa crise político-militar. Embora ainda não consolidado de todo, constituiu autêntica vitória do povo; aqui, no Brasil, quem continua vencendo não é o povo; este, quando muito, tem a ilusão de haver vencido, de estar no governo, de haver acertado no candidato. Aqui quem continua governando é o capitalismo opressor. O povo continua derrotado e enganado sempre, tão enganado que se julga vencendor...

E, lembrando, para finalizar: “há um golpe de direita em preparo!”, falou Dom Marcos. Aten-temos para essa importante advertência!<sup>70</sup>

Essa nova roupagem de Carlos Sant’Anna, mais enfática e, de certo, aproximada com ideias da esquerda, demonstra que o jornalista refletia acerca da situação do país com receio de um possível golpe, de autoria militar e alinhado com a direita. Ou seja, ao final de 1961, os textos sobre “Política Nacional” ganham novos contornos, mais críticos, reflexivos e austerosos contra a ideologia autoritária em curso.

Até mesmo em relação a Revolução Cubana, Carlos Sant’Anna agora emprega algumas estratégias de **tropo**, porém tendo como objetivo ovacionar Cuba.

O glorioso povo cubano, cuja luta temos acompanhado com máximo interesse, vem dando seguidos exemplos aos povos de todo o mundo; em especial, aos oprimidos da América Latina. Tais exemplos têm sido tomados pelos que entendem o porquê desta luta; uns mais sinceros e honestos têm consciência formada a respeito da necessidade de oferecerem total amparo aos cubanos; outros, não dizemos desonestos, mas consequentes na defesa de seus interesses privados, opõem resistência aos conceitos defendidos na política de não intervenção, considerando os perniciosos à defesa contra a penetração de outra ideologia no continente, tal como se dependesse do fato, o raciocínio dos povos dele integrantes, o seu desenvolvimento intelectual!<sup>71</sup>

Tal posicionamento de Carlos Sant’Anna é explicado em outro artigo, ao defender uma campanha eleitoral justa. Para ele, não se tratava de estar alinhado aos regimes de esquerda, mas sim, em compreender que os representantes da direita brasileira, como Carlos Lacerda, tinham uma ideologia autoritária e antidemocrática. Apelando para a estratégia de **racionalização**, em que seria racionalmente correto não votar em quem fere a democracia, escreve o jornalista:

Vamos terminar definindo: ao falarmos em esquerdas linhas atrás, levamos o assunto para o extremo desejado e que naturalmente resultará no pensamento do eleitor, como forma de pergunta: “Será que esse cidadão está querendo que eu vote em comunista?” – Não!, essa não é a ideia; mas, sejamos claros, não poderíamos pedir ao amigo que votasse no Lacerda, assim como não recomendamos nenhum candidato da UDN, a não ser, é lógico, que esse candidato exiba uma “carteira de nacionalista” como a de Gabriel Passos; aí é diferente. O que não podemos recomendar, pelo negativismo, pela total isenção do reconhecimento dos males que

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>71</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Invasão de Cuba com data marcada. Assunto para amplo esclarecimento. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.764, 21 nov. 1961, p. 8.

nos afligem, são os candidatos furta-cores, os tais que não se definem, que estão em todas as posições. Esses, quando muito poderão ser bons jogadores de futebol...<sup>72</sup>

A emergência do novo comportamento de Carlos Sant'Anna pode se justificar pela proximidade do jornalista com os ideais sociais e os movimentos em prol da democracia. Embora de início o redator do “*Diário da Manhã*” ficasse na defensiva, para evitar conflitos com as elites econômicas de Ribeirão Preto, não demorou muito para que a indignação tomasse conta dos artigos do jornalista. Dessa forma, as palavras críticas tornaram-se aliadas nos discursos contra o autoritarismo – que, mais tarde, serviriam como argumento para considerar Carlos Sant'Anna como subversivo, aos olhos do regime autoritário militar brasileiro.

#### 4.1.4 Política em Ribeirão Preto

A análise dos textos de Machado e Carlos Sant'Anna referentes à política em Ribeirão Preto esbarra, inevitavelmente, na atuação dos jornalistas junto à Câmara Municipal. Como integrantes da vida pública da cidade, ambos utilizavam o “*Diário da Manhã*” como veículo disseminador de suas propostas, ou mesmo como artifício de campanha política. Portanto, é preciso estudar os artigos com esse olhar crítico, sabendo que muitas palavras proferidas pelas mãos dos editores tinham uma intencionalidade de angariar votos.

É o caso, por exemplo, do artigo “*Vereadores que ofendem com temor da verdade*”, escrito por Machado Sant'Anna. No texto, o jornalista é enfático ao tratar das condutas dos vereadores da cidade, empregando a estratégia de **expurgo do outro** ao dizer que muitos políticos não agem de maneira coerente para com os cidadãos ribeirão-pretanos. Ademais, ele utiliza até a sua posição enquanto jornalista para demonstrar que tem um comportamento de indignação, além de provas, contra atos criminosos de certos políticos da cidade.

Quando um jornalista consciente, mais atilado e indignado com tais processos indecorosos, traz à público o furto, não se defende o acusado pelo ato que é incriminado. Investe, muito sabida e canalhamente, contra o jornalista, enxovalha-o da tribuna, embora aqui fora, todos fiquem sabendo que o vereador, o prefeito, o deputado e até mesmo o governador não passam de reles laráprios de ínfima qualidade, sem moral, sem princípios, sem idoneidade para contra-atacar, como não há prova diária, principalmente nos últimos tempos, em todo o país. [...] Não nos amedrontam nem os tememos, pigmeus que são, para quererem confundir uma profissão nobre com a deles. Não queiram inverter os papeis, porque nós não somos capachos de ninguém<sup>73</sup>.

<sup>72</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Precisamos criar a mentalidade eleitoral que reformará os quadros da administração brasileira a partir de janeiro de 1963. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.759, 14 nov. 1961, p. 8.

<sup>73</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Vereadores que ofendem com temor da verdade. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.610, 16 mai. 1961, p. 1.

Além de trazer manifestações contra políticos vistos como opositores, Machado Sant’Anna também se articulava em torno de pautas latentes do modernismo, como a industrialização. Por meio da estratégia de **naturalização**, colocando em evidência as características inerentes da terra de Ribeirão Preto, diz o jornalista que avançar na fase da industrialização é possível, pois “atingimos um estágio de superior desenvolvimento na escala natural que a civilização proporciona ao homem, que se liberta da rotina e avança para novos cometimentos, em busca de melhores dias”<sup>74</sup>.

De acordo com Thompson (1995), a naturalização se refere a um estado em que as condições sociais e históricas são partes de um acontecimento natural, ou seja, sendo resultados inevitáveis. No recorte do texto acima, percebe-se que Machado Sant’Anna emprega essa estratégia quando traz o desenvolvimento de Ribeirão Preto como algo inelutável para avançar na industrialização da cidade. Mais uma vez, percebe-se uma pauta política colocada no jornal, a fim de trazer apoiadores para as campanhas do jornalista.

Neste quesito de usufruir do “*Diário da Manhã*” como instrumento de propaganda política, tanto Machado quanto Carlos Sant’Anna beneficiam-se da imprensa. Assim como seu pai, Carlos Sant’Anna escreveu textos em defesa de suas pautas, ou mesmo para denunciar concorrentes. Ao tratar de seu apoio ao então prefeito de Ribeirão Preto, Condeixa Filho, o jornalista emprega a **nominalização** para tratar do chefe do Executivo, colocando-o como “o Coronel”. Segundo as palavras de Carlos Sant’Anna, o redator apoiou o prefeito, porém Condeixa Filho escolheu alguns “elementos negativos” para ficar ao seu lado.

O Coronel organizou mal o situacionismo na Câmara para apoiar a sua administração. Escolheu muitos elementos negativos, que apenas se apegam para usufruir vantagens pessoais. Há uns poucos dignos de permanecer na formação de um novo bloco e mesmo esses, seria preciso esclarecer em muitos aspectos, sobre as reais necessidades de Ribeirão Preto. Há bem-intencionados, mas nem só de bem-intencionados poderemos viver. Precisamos dos capacitados com boa intenção<sup>75</sup>.

Embora reconheça-se o uso do “*Diário da Manhã*” como instrumento político da família Sant’Anna, os editores do veículo reconheciam a importância do veículo para o compartilhamento de informações com os cidadãos de Ribeirão Preto, tratando até mesmo da função da

<sup>74</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Uma oportunidade de ouro que não poderemos perder. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.615, 21 mai. 1961, p. 1.

<sup>75</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Há clima para pacificação no Executivo e Legislativo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 63, n. 19.621, 28 mai. 1961, p. 1.

imprensa do interior. Interessante notar que Machado Sant'Anna coloca-se a serviço das camadas populares, porém em seus discursos, há uma espécie de afastamento, colocando os jornalistas enquanto superiores.

Servindo-se das estratégias de **nominalização**, ao se referir somente como “os jornalistas”, ou “os oprimidos”, em conjunto com a **narrativização**, criando uma história para legitimar essa divisão social, Machado Sant'Anna explora as potencialidades do jornal como contribuinte de denúncias e críticas. Esse posicionamento é bastante complexo, uma vez que o “*Diário da Manhã*” tinha sim um papel de denunciador e colaborava com discursos em prol de camadas mais populares, mas ao mesmo tempo se restringia ao discurso liberalista, como percebemos em várias passagens tanto de Machado Sant'Anna quanto de Carlos Sant'Anna. Ou seja, havia pretextos de resistência às relações de dominação e hegemonias, mas também se procurava manter certos papéis sociais.

No aniversário de 64 anos do “*Diário da Manhã*”, escreve Machado Sant'Anna, que o jornal tinha a sua existência voltada aos: “supremos interesses da coletividade”<sup>76</sup> e, ainda, que os “homens de jornal que têm acima da própria vida, a noção superior de velar pelos sagrados direitos dos oprimidos e defender, intransigentemente, os postulados da liberdade, da justiça e do direito”<sup>77</sup>. Continua o jornalista ao tratar da função do jornal do interior:

A função do jornal no interior é das mais árduas, dado o meio ambiente, a incompreensão e sobretudo esse pensamento errôneo de que o jornal só tem vantagens. Isso poderia ser antigamente quando se pagava um funcionário com média e pão quente. As reivindicações trabalhistas, o “standard” de vida, a sindicalização e sobretudo a introdução do maquinário moderno exige, hoje, vultoso capital com áreas extensas para oficinas, redação, clichê, arquivo etc. “*Diário da Manhã*” nesse longo jornadear tem procurado servir a coletividade, dentro de uma linha de coerência e sobretudo de interesse das aspirações populares. Temos cumprido o nosso dever. Com elevação, critério e imparcialidade, embora saibamos que muitas vezes, pelo entusiasmo e pelo natural envolvimento, tenhamos sido levados para um terreno difícil, mas há que se salientar a boa vontade e esse imenso desejo de acertar, o que desculpá a impetuosidade<sup>78</sup>.

Destaca-se que para além de um discurso de posicionamento, o editor também evidencia a presença de maquinários modernos e de técnicas jornalísticas importantes para a modernização da imprensa brasileira. Mais uma vez, infere-se que as ideias modernas estavam impregnadas nos textos do “*Diário da Manhã*”, sendo que os artefatos tecnológicos também são usados para justificar a importância e a relevância do periódico, concedendo ares de credibilidade.

<sup>76</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Mais uma etapa vencida pelo decano da imprensa. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.621, 01 jun. 1961, p. 1.

<sup>77</sup> Idem.

<sup>78</sup> Idem, *ibidem*.





Muito tem evoluído a imprensa e de modo especial a ribeirão-pretana. Podemos nos ufanar de possuir órgãos informativos de primeira importância, o que fazemos sem temor, diante das observações realizadas em andanças por esse mundo afora.

Este órgão informativo, o decano dos jornais locais, vem dando impulso e acelerando, em sentido dinamizador, não somente à sua equipe, hoje das mais completas do interior, mas estimulando mesmo, em sadia concorrência, aos demais, em ação que poderemos denominar padronizadora.

O jornalismo de nossa terra tem ganho valores novos que o vem projetando de maneira altamente elogiosa, repercutindo lá fora seus trabalhos em prol da causa pública. E com isso, Ribeirão Preto também se eleva no conceito de outros administradores, de outros jornais e rádios, que sentem existir entre nós uma diretriz firme, segura e criteriosa, na informação. Os problemas sociais são abordados no bom sentido informativo e a opinião se esclarece sem prejuízo de interesse nacional.<sup>79</sup>

O nome “decano da imprensa ribeirão-pretana” irá se manter ao longo da existência do “*Diário da Manhã*”, fazendo com que o jornal ficasse conhecido por esse apelido. Na escrita do editorial de Machado Sant’Anna, é interessante notar que ele não só evidencia o desenvolvimento do jornalismo do interior, mas também a modernização das redações, ao citar a ampliação das equipes e a padronização das práticas jornalísticas. Dessa forma, o DM é capaz de ganhar autoridade e relevância em Ribeirão Preto, conseguindo não apenas se destacar entre os demais órgãos da imprensa, mas sendo reconhecido como veículo de credibilidade.

Outra manifestação importante do “*Diário da Manhã*”, e que já denunciava um posicionamento contrário a manifestações violentas, foi um acontecimento envolvendo um vereador da cidade de Ribeirão Preto, Said Issa Hallah, e um repórter do “*Diário de Notícias*”. Na ocasião, o político agrediu o jornalista do veículo, e o DM se manifestou em apoio e solidariedade ao profissional do DN, em artigo publicado por Carlos Sant’Anna. No entanto, chama atenção que, apesar de utilizar de argumentos contra a agressão, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” pondera que o “*Diário de Notícias*” não foi “justo” em sua nota publicada.

A escolha deste texto opinativo específico se deu por conta da ambiguidade de Carlos Sant’Anna, também refletida em suas publicações no “*Diário da Manhã*”. Ou seja, parece-nos que a intenção do editor era não se comprometer com os representantes políticos, nem mesmo com demais colegas jornalistas, colocando o jornal em uma posição dúbia. Para ter efetividade em seus argumentos, Carlos Sant’Anna utiliza a estratégia de **legitimação**, por meio da **racionalização**, empregando uma lógica racional de justificativas, em que nem Said Issa Hallah se encontra como correto em sua postura, nem o repórter do “*Diário de Notícias*”.

---

<sup>79</sup> Confraternização necessária para engrandecer a imprensa. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.785, 16 dez. 1961, p. 1.

Estamos contra a atitude do vereador Said Hallah; mas profundamente contra. Não obstante, não estamos de acordo com o repórter, por não considerar justa a sua nota. Não justificamos a agressão e a condenamos; mas não atinamos com o “ilibado” como foi escrito, assim, entre aspas. Hoje em dia há gente que não se importa com essa questão de honra; há mesmo quem dá risada quando escrevem coisas escabrosas contra suas pessoas. Há quem considere isso cartaz, há quem ainda raciocine na base do “fale mal, mas fale de mim” ... – Mas ainda existe quem se ofenda, existe ainda os que fazem da honra um alicerce para a construção de suas vidas e herança para transmitir aos filhos. Exatamente para esses precisa-se atentar. Para eles, dê-se o devido respeito<sup>80</sup>.

Ademais, é possível perceber no texto estratégia de **naturalização**, quando Carlos Sant’Anna se refere às questões de honra, que serão passadas aos herdeiros. Aliás, em vários momentos, quando o “*Diário da Manhã*” publica assuntos referentes à imprensa de Ribeirão Preto, há menções sobre “honra”, “imparcialidade” e “verdade”. Portanto, infere-se que o jornal fazia uso desses termos para se colocar como um órgão com credibilidade perante os seus leitores, seja para manter a empresa jornalística em funcionamento, mas também para trabalhar o respeito e prestígio social dos editores, já que eles também pertenciam a outros grupos sociais (principalmente, como representantes políticos).

Em outro editorial, Carlos Sant’Anna destaca a importância da chamada “pequena imprensa” do país. Ele utiliza esse nome para se referir aos jornais do interior, como o próprio “*Diário da Manhã*”, em contraposição aos grandes veículos, como “*O Estado de S. Paulo*” e “*Folha de S. Paulo*”. O texto trata das resoluções 204 e 208 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), editadas em março de 1961, por Jânio Quadros, que alteraram o sistema cambial brasileiro, com algumas consequências para a imprensa. Utilizando-se da **simbolização da unidade**, evocando os símbolos nacionais, diz Carlos Sant’Anna, que haverá modificação das resoluções da SUMOC, devido a uma intensa campanha realizada pela Associação Regional de Rádio e Imprensa (ARRI), em favor da pequena empresa jornalística. O movimento “aproxima-se do fim. De um fim que constituirá estrondosa vitória dos pequenos jornais, que verão atendidas as suas justas reivindicações pelo Governo Federal”<sup>81</sup>.

Para aumentar ainda mais a credibilidade de argumentação, o editor do “*Diário da Manhã*” continua com a estratégia discursiva de simbolização da unidade, tratando de aproximações que tem com os membros do Governo Federal.

<sup>80</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. 1 – Nosso pensamento à respeito do caso entre o vereador e o repórter do “DN”. 2 – Ofício da ARRI ao Presidente da Câmara. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.633, 13 jun. 1961, p. 8.

<sup>81</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. O Governo e as instruções que tolheram o direito da pequena imprensa do país. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.731, 11 out. 1961, p. 8.

No aguardo de um chamado de Brasília, pois, estamos esperando a prometida audiência com o presidente da República e com alguns ministros, suportaremos um pouco mais as dificuldades que nos foram impostas e, mesmo diante delas, não nos furtamos dar ao país nossa necessária e patriótica contribuição à manutenção do regime legal, lutando como o fizemos, em favor do respeito à Constituição<sup>82</sup>.

Como vimos, Carlos Sant'Anna emprega com frequência a estratégia de simbolização da unidade em torno de símbolos nacionais, como a Constituição, as leis e as figuras públicas, tendo como objetivo aumentar a credibilidade de argumentação de seus textos, bem como provar-se como figura influente. Isso conferiu ao jornalista certa autoridade junto à opinião pública e, junto com a vida política do editor, é possível inferir acerca do peso persuasivo de suas palavras para os leitores do *“Diário da Manhã”*.

Outro comentário curioso e que vale menção na análise é do artigo *“Ontem, na câmara municipal, Dom Marcos pregou a necessária politização para a redenção econômica de todo o Brasil!”*, em que Carlos Sant'Anna traz, de forma irônica, os dizeres do bispo Dom Jorge Marcos, que se considerava de “esquerda”. Utilizando o depoimento do então bispo da cidade de Santo André - SP como exemplo, o jornalista desenrola argumentos que defendem que ser de esquerda não é sinônimo de defender direitos dos trabalhadores.

Dom Jorge Marcos não é da esquerda. Nem poderia sê-lo, pois é o ilustre bispo de Santo André, a populosa cidade operária vizinha de São Paulo. Não obstante, vem sendo tachado de comunista não raras vezes, conforme ele mesmo acentua, pois defende acendradamente os legítimos direitos da classe operária, tecendo críticas as mais severas classes patronais. E Dom Marcos não é da esquerda; Dom Marcos é o bispo de Santo André. É preciso repetir para que os “intelectuais” não digam, amanhã por aí, que os “vermelhinhos” de Ribeirão Preto vestiram um comunista de bispo e o apresentaram à cidade, defendendo suas teses! É uma fórmula simplista e cretina, mas muito usada pelos tradicionalistas, pelos indivíduos que, sem serem de todo retrógrados, pretendem travar a roda da história e impedir a marcha do progresso. Exatamente os que, em ocasiões de lutas reivindicatórias, quando se apercebiam que o motivo determinante das mesas era melhor salário, participação nos lucros das empresas, etc., passavam assíduos visitantes das delegacias de polícia, acusando os líderes operários com agitadores, pretendendo (e muitas vezes o conseguiram) fazer prender todos os que se envolviam em tais movimentos. Esse tempo passou. E à medida que passam os dias, o povo vai tendo mais consciência de seus direitos, aprendendo a pedir mais, a fim de fazer face ao mínimo exigido para uma vida digna dentro de uma comunidade civilizada<sup>83</sup>.

Neste trecho, é possível perceber que Carlos Sant'Anna utiliza-se da estratégia de **expurgo do outro**, para afastar a figura de Dom Marcos dos considerados “comunistas”. Aliás, o jornalista escreve o termo “vermelhinhos”, como forma de colocar ainda mais distância entre

<sup>82</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. O Governo e as instruções que tolheram o direito da pequena imprensa do país. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.731, 11 out. 1961, p. 8.

<sup>83</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. *Ontem, na câmara municipal, Dom Marcos pregou a necessária politização para a redenção econômica de todo o Brasil!* *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.755, 9 nov. 1961, p. 8.

as práticas de esquerda com a luta por direitos dos trabalhadores. O editor do “*Diário da Manhã*” faz isso porque assim como o bispo citado em seu artigo, Carlos Sant’Anna também tem um histórico de defesa do proletariado e, dessa forma, ironiza a política de delação – como observamos nas aspas nas palavras “intelectuais”.

No artigo supracitado, há uma mescla de resistência, com artifícios irônicos e a estratégia de expurgo do outro, como forma de Carlos Sant’Anna também se resguardar dos delatores de Ribeirão Preto. Quer dizer que, de certa forma, antes mesmo de instaurado o golpe civil-militar de 1964, já havia um movimento na cidade que condenava alguns atores sociais por suas militâncias, mesmo que esses defensores se mostrassem críticos ao que, na época, considerava-se como a “esquerda comunista”. Mais uma vez, evoca-se a dualidade ideológica de esquerda x direita, como se fossem os únicos posicionamentos possíveis.

#### **4.2 Diário da Manhã – 1962**

Os textos analisados no ano de 1962 seguem a mesma lógica do ano anterior. Entretanto, percebe-se que há uma ênfase maior na questão das reformas de base, especialmente por parte de Carlos Sant’Anna, que enfatizava em sua coluna “*Nosso Comentário*” rotineiramente a pauta reformista. Em contrapartida, houve uma queda nos artigos dedicados ao municipalismo, pauta de Machado Sant’Anna, enquanto presidente da APM (Associação Paulista de Municípios).

Ainda assim, é notório como os jornalistas abastecem-se de algumas estratégias típicas da construção simbólica elencadas por Thompson (1995), como forma de enfatizarem seus pontos de vista. Muito disso é visto nas argumentações a favor do nacionalismo, política resguardada por Carlos e Machado Sant’Anna, como uma alternativa viável diante das injustiças sociais, ou mesmo como uma terceira via de emancipação político-econômica para os regimes latentes dos anos 1960: o liberalismo e o comunismo.

É interessante notar que, em alguns textos, Carlos Sant’Anna mostra-se mais incisivo em relação aos políticos de alas mais reacionárias, como Carlos Lacerda (UDN), ou mesmo contra representantes que estavam dispostos a tomar o poder do então presidente João Goulart, em uma tentativa golpista. Nessa construção simbólica discursiva de resistência, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” acaba desagradando certos membros da sociedade ribeirão-pretana, visto que já se iniciava um prelúdio da política de delação, que será intensificada no período pós-golpe de 1964.

Ao todo, foram analisados 33 textos no ano de 1962, com predominância maior dos artigos assinados por Carlos Sant’Anna.

#### 4.2.1 Nacionalismo/Municipalismo

No ano de 1962, houve uma queda no número de artigos da temática do nacionalismo ou municipalismo. Os textos de Machado Sant'Anna dirigiam-se a questões mais amenas de Ribeirão Preto, ou mesmo de assuntos diversos, que não necessariamente tratavam da Associação Paulista de Municípios (APM) ou da propagação de ideias do municipalismo, muito embora essa seja uma pauta amplamente defendida pelo editor-chefe do “*Diário da Manhã*”.

Assim como percebeu-se no ano anterior, Machado Sant'Anna emprega a estratégia da **simbolização da unidade**, quando trata do municipalismo, trazendo à tona a união das cidades para levar a autonomia e, conseqüentemente, maior desenvolvimento das urbes. Lê-se:

Ainda não está sendo bem compreendido nos meios interioranos o que se seja o movimento municipalista e por que dele tanto cuidemos. Não se trata de propriedade de ninguém, eis que o municipalismo é ideia em marcha, até que se chegue ao escopo principal que é a perfeita autonomia da célula-mater da nacionalidade.

Município economicamente forte, significa prosperidade geral, para os seus habitantes e para a comunidade estadual. É o que se verifica na Suíça, Holanda, Bélgica, Alemanha, países nórdicos e principalmente nos Estados Unidos, onde o municipalismo venceu nitidamente. No computo geral das arrecadações, o município fita com 52% enquanto no Brasil, em algumas regiões subdesenvolvidas o município mal alcança 10%.<sup>84</sup>

Além da simbolização da unidade, a estratégia de **legitimação** é mais uma vez percebida, quando o jornalista cita países em desenvolvimento onde o municipalismo aparentemente obteve expansão. Essa técnica colabora com a argumentação de Machado Sant'Anna, reforçando que se alcança prosperidade econômica com o movimento, conforme se vê em outros locais na Europa e Estados Unidos.

Entretanto, apesar da queda de artigos referentes ao municipalismo, em 1962, Carlos Sant'Anna escreve abertamente um texto sobre o nacionalismo, vertente ideológica defendida pelo “*Diário da Manhã*”. Inere-se que o redator-chefe do jornal queria deixar cada vez mais claro o seu posicionamento, diante de inúmeras cisões ideológicas que se formavam nos anos de 1960, bem como a formação de delatores em Ribeirão Preto – culminando no fechamento do matutino e perseguição do jornalista, considerado parte de grupo subversivo. Por meio da estratégia de **racionalização**, diz Carlos Sant'Anna que há tempos já queria tratar da temática do nacionalismo, visto que muitas pessoas pareciam não entender o que realmente se tratava essa posição ideológica. Sendo assim, argumenta:

---

<sup>84</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Não poderá a política partidária perturbar o I Encontro Municipal. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.945, 3 jul. 1962, p. 1.

Nacionalismo é fomentar o progresso nacional. É lutar corajosamente contra o truste nacional e internacional; contra o monopólio; contra as injustiças sociais perpetradas pelo liberalismo econômico em seus excessos de ganância.

[...]

Nacionalismo é lutar contra os maus cidadãos, principalmente que se olvidam, quando no poder, de que não subsistiremos sem as chamadas reformas de base; não há como prosseguir, sem o estabelecimento de eleições em termos modernizados, enquadrados nas reais necessidades que se nos apresentam e exigindo consciência e não comodismo [...].<sup>85</sup>

De acordo com Carlos Sant'Anna, a defesa das reformas de base estaria pautada nos princípios do nacionalismo e, por esse motivo, o jornalista se empenha em defender as políticas reformistas de João Goulart, como perceberemos adiante. No mesmo texto, o jornalista emprega a **simbolização da unidade**, ao dizer que o nacionalismo irá agregar todos os membros da sociedade, independentemente da classe social:

Justiça social, vida decente para todos; pobres ou ricos, brancos ou pretos, católicos, espíritas, protestantes, budistas, enfim, indistintamente, pugnar-se para o atendimento das justas reivindicações proletárias a fim de que o povo em suas várias camadas, possa usufruir dos bens do progresso científico, gozando-os como justo e humano é que todos gozem.

Se Deus é a fonte suprema, pugnar pela liberdade de crença religiosa, direito, sobretudo, do homem poder acreditar em Deus e acreditando, unir-se à luta contra o inimigo comum; liberdade de pensamento, de expressão de defesa do bem comum. Isso é nacionalismo. É ter consciência e respeitá-la; é anda de cabeça erguida sem qualquer temor; isso é nacionalismo.<sup>86</sup>

Também há a presença de estratégias de **eternalização**, quando o redator cita questões religiosas, bem como de **expurgo do outro**, ao tratar de um inimigo comum (ao continuar a leitura, percebe-se que este “inimigo” citado por Carlos Sant'Anna está expresso nas duas ideologias latentes da época: o comunismo e liberalismo). Ao final do texto, conclui que ser nacionalista “é ter a consciência tranquila de que ninguém vive explorado por nós, que o somos; é agir frontalmente contra os poderosos quando o são em razão de si próprios e olvidam de suas obrigações para com os demais”<sup>87</sup>.

Em outro texto, Carlos Sant'Anna explora a temática do nacionalismo como uma alternativa para a organização dos proletários, como forma de romper regimes autoritários. O jornalista critica a atuação de Carlos Lacerda, da UDN, e a implantação da Polícia Política na Guanabara. Segundo ele, o político udenista agiria “como autêntico fascista. Se, realmente, o

---

<sup>85</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. É tempo de uma definição ideológica sem hesitação e em termos situando a posição do autêntico nacionalismo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.950, 8 jul. 1962, p. 8.

<sup>86</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>87</sup> Idem, *ibidem*.

regime democrático é o melhor e o mais compatível com seu temperamento e origem, não cremos ser a fórmula democrática utilizada particularmente pelo sr. Lacerda, como a ideal”<sup>88</sup>.

O argumento acima utiliza da **nominalização**, ao tratar de Carlos Lacerda, mas também como **racionalização**, pois será a partir dessa postura antidemocrática expressa pelo político da UDN que Carlos Sant’Anna irá defender o nacionalismo. Em sua conclusão, traz a estratégia da **simbolização da unidade**, ao fomentar a união do proletariado brasileiro à luz do nacionalismo:

Aos operários brasileiros compete organizarem seus sindicatos em bases nacionalistas e liderados por autênticos operários. Problema que que poderá ser solucionado desde que ajam efetivamente interessados em promover unidade de classe. Não lhes será difícil. Há líderes de valor, gente boa, honesta, capaz e da qual poderemos esperar. Resta apenas haver vontade, patriotismo sobretudo e, estamos certos, o operariado brasileiro conquistará posição privilegiada mercê de sua própria capacidade, que dispensa interferência ou ingerência estranha ao seu meio. E o operário tem inteligência suficiente para discernir, dirigir e decidir. Só não tem agido como independente por omissão inexplicável dos que podem e devem liderar.<sup>89</sup>

Várias estratégias típicas de construção simbólica são usadas por Carlos Sant’Anna na defesa do nacionalismo, demonstrando a capacidade argumentativa do jornalista e os modos como a operação da ideologia funciona, conforme estabelece Thompson (1995). Embora defendendo uma outra via ideológica, que não a autoritária que pairava no contexto brasileiro da década de 1960, percebe-se que as proposições thompsonianas podem ser empregadas em outras situações em que há uma certa defesa ideológica.

#### 4.2.2 Reformas de Base

As discussões sobre as Reformas de Base, principalmente a agrária, ganharam mais espaço no “*Diário da Manhã*” em 1962. Não somente Carlos Sant’Anna escreveu sobre o assunto, mas também Machado Sant’Anna, apoiado pelos princípios da APM (Associação Paulista de Municípios) e as ideias municipalistas que amplamente defendia. Por meio de argumentos racionais, trazendo exemplos de repartições de terra que tiveram resultados positivos, afirma o editor-chefe em seu artigo:

Não se quer tomar terra de ninguém. Não se pretende violentar direitos adquiridos. O que se deseja é o aproveitamento racional da própria terra para que não haja desperdícios e que tudo seja plantado, rendendo o solo, em juros dobrado, o que à ele se dá.<sup>90</sup>

<sup>88</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Considerações sobre o momento político. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.955, 15 jul. 1962, p. 8.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>90</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Reforma agrária em forma humana. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.809, 16 jan. 1962, p. 1.

Inclusive, no texto acima, Machado Sant'Anna diz que a cidade de Ribeirão Preto faz um trabalho de reforma agrária notável, de maneira equitativa e humana, englobando municípios adjacentes, como Dumont. Em seu argumento, os bancos também seriam grandes beneficiários da política reformista, lucrando com os juros de terras produtivas. Desse modo, infere-se que o editor-chefe, diferentemente de muitos posicionamentos de seu filho, Carlos Sant'Anna, estava interessado em manter determinadas hegemonias, como a persistência das estratificações sociais econômicas e a concentração de riquezas.

Carlos Sant'Anna era mais enérgico que seu pai, Machado Sant'Anna, ao comentar sobre as reformas de base. Em seus artigos, o jornalista defendia tanto o presidente João Goulart quanto as políticas reformistas, demonstrando apoio às decisões presidenciais e, além disso, outorgando a necessidade de mudanças sociais, a partir das reformas. Em suas palavras, diz o redator-chefe do “Diário da Manhã” que as reformas são indiscutíveis, diante da realidade do país. Sendo assim, escreve por meio da estratégia de **legitimação**:

A inadiabilidade das reformas de base constituirá o elemento impulsionador daquela que, por fatalidade, será a primeira a ser aprovada, a eleitoral. Daí, justamente, advém o temor dos atuais políticos, porque eleitos através de um processo de corrupção passiva e mantidos num regime de clientela política, sentem perfeitamente a extensão da medida e, paradoxalmente, a total impossibilidade de impedirem.<sup>91</sup>

Conforme o texto, percebe-se que Carlos Sant'Anna utiliza da estratégia de legitimação alegando que as reformas de base iriam compelir contra a corrupção. O artigo continua na defesa da política reformista e de João Goulart, enfatizando que essas mudanças trariam a justiça necessária no governo brasileiro. Em outro artigo, ainda sobre o mesmo assunto, lê-se:

Em seu discurso de 1º de maio o presidente Goulart encareceu a necessidade das reformas de base. Ontem, acentuou que a mais importante será a da lei eleitoral antes do pleito de outubro, a fim de que o poder econômico seja contido em sua investida pela reconquista dos postos legislativos, de onde vem comandando a Nação. Nosso presidente foi direto ao ponto nevrálgico, àquele que mais necessita de nossa atenção, porque deste, exatamente, decorrem os problemas que nos assoberbam e cuja solução somente surgirá se o primeiro enquadrarmos.<sup>92</sup>

No trecho acima, Carlos Sant'Anna também emprega a estratégia de **nominalização e passivização**, ao utilizar o termo “nosso presidente” seguido da voz passiva, respectivamente.

<sup>91</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Compete ao Presidente da República manter o atual gabinete ministerial para salvaguarda de toda a Nação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.906, 8 mai. 1962, p. 8.

<sup>92</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. O Congresso está moralmente comprometido a partir do pronunciamento do presidente em seu magnífico discurso do dia 1º Maio. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.897, 4 mai. 1962, p. 8.



Isso colabora para enfatizar o trabalho de João Goulart, destacando a figura do político, concedendo voz a ele.

Dando continuidade à temática, em mais um artigo de Carlos Sant'Anna há a defesa das reformas e de João Goulart. Com as estratégias de **simbolização da unidade**, o jornalista diz que o presidente trabalha contra os “opressores do povo”, bem como de **legitimação**, ao dizer que as reformas de base são uma exigência, nota-se uma subversão dos modos de operação da ideologia, que são usados como artifícios de resistência contra ideais autoritários e que visam manter os abismos sociais. Escreve Carlos Sant'Anna em seu artigo:

As incongruências hoje observadas, se bem que oriundas de situações distantes da atuação presidencial, certamente aceleram o processo de seu envolvimento e forçam o presidente a exigir o reformismo, hoje pregado em todo o país, não sendo surpresa para ninguém, se, além de não se reelegerem os atuais deputados, novos elementos surjam, representando de fato os interesses do povo, eis que, na campanha era desenvolvida pelo sr. Goulart, o principal objetivo é exatamente este: o de reconduzir os representantes das classes trabalhadoras ao poder, de onde foram afastados pela força do dinheiro e da corrupção desenfreada, cujo término se avizinha.<sup>93</sup>

A pauta das reformas de base não se limitou à figura de João Goulart. Embora Carlos Sant'Anna utilizasse o tema para também demonstrar apoio ao então presidente, em outros artigos existe o entrelaçamento das políticas reformistas com as necessidades de Ribeirão Preto. Dessa forma, o jornalista, por meio da estratégia de **legitimação**, traz um assunto de interesse nacional para o cenário local, particularizando a questão.

No texto destacado a seguir, Carlos Sant'Anna comenta sobre o MORES (Movimento de Reformas Econômicas e Sociais), fundado em Ribeirão Preto e a primeira reunião do grupo. Escreve:

Nunca, Ribeirão Preto se reuniu tão bem representada como no passado dia 22 para discutir assunto tão importante como o contido no MORES. Infelizmente, por motivos que não interessa comentar agora, nem todos os que compareceram à aludida reunião sabiam exatamente de sua importância e, ainda, da extensão do programa que se dispunham cumprir aqueles que a convocaram.

[...]

Visando a dar pleno esclarecimento aos homens de boa vontade, industriais, comerciantes, operários, camponeses, líderes sindicais, profissionais liberais, enfim, aos que pretendem colaborar honesta e decididamente para o sucesso do empreendimento, vamos divulgar a seguir os diversos itens constantes do programa de ação do MORES, que, se atingidos parcialmente, já significará completa vitória, sendo fora de dúvida, que outras cidades seguir-nos-ão, de-

---

<sup>93</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. O presidente deseja as reformas a fim de reconduzir a seu lugar, o operariado e seus representantes. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.908, 17 mai. 1962, p. 8.

terminando com isso autêntica renovação nos princípios ora adotados para se atingir objetivos inadiáveis e necessitando de inteira concentração de nossos esforços, para não sermos surpreendidos, amanhã, pela eclosão de acontecimentos, aí então irreparáveis.<sup>94</sup>

Carlos Sant'Anna também emprega a **nominalização** ao tratar de “homens de boa vontade”, conclamando as pessoas para se aproximarem do MORES. O texto continua e traz os princípios do movimento, que se adéquam às políticas das reformas de base.

Como dito, a defesa das reformas de base está alinhada com um amplo apoio ao presidente João Goulart. Futuramente, essa posição de Carlos Sant'Anna seria considerada “subversiva” pelos golpistas, culminando em sua delação. No entanto, em comparativo com outros textos do jornalista, em especial, nos artigos que tratam especificamente dos regimes de esquerda, fica nítido que o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” não visava um apoio às alas mais radicais da resistência.

O próprio Carlos Sant'Anna, já em 1962, tinha consciência que seus posicionamentos poderiam inflar as alas reacionárias de Ribeirão Preto. Tanto que, em outros textos sobre o MORES, ele escreve:

Nem sempre fomos entendidos. Muitos, ao contrário, passaram a visar-nos como legítimos integrantes das hostes vermelhas, como que pretendendo dar aos comunistas o direito exclusivo de reivindicar em favor dos desamparados. Aliás, a confusão observada nos mais aristocráticos ambientes e nas reuniões de trabalhadores, a respeito da matéria, comunismo, é coisa perfeitamente explicável: pura ignorância sobre o assunto. Acordam agora, todos ao mesmo tempo, para atender as advertências contínuas, eis que é chagada a hora de reconhecer a culpa oriunda da omissão. Ainda bem que foram sacudidos em tempo os responsáveis por nossa comuna. Nem todos, é verdade, mas pelo menos a parte necessária a movimentar a engrenagem que poderá funcionar o bom senso do restante.<sup>95</sup>

No trecho, Carlos Sant'Anna emprega as estratégias de **diferenciação**, ao chamar os que o acusam de ignorantes e, também, o **expurgo do outro**, para tratar do comunismo, demonstrando que ele mesmo está afastado desse regime político. É válido notar a forma como o jornalista é incisivo ao criticar representantes locais que o consideram como comunista, pois o ideal adotado pelo redator do “*Diário da Manhã*” aproxima-se mais de uma outra via, o nacionalismo, acatando as outras vias políticas que não somente a dicotomia da direita *versus* esquerda. Continua no mesmo texto ao citar o MORES:

---

<sup>94</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Ribeirão Preto vai se incorporar na luta para liquidar o anacronismo de muitos princípios superados e ainda sustentados. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.916, 26 mai. 1962, p. 8.

<sup>95</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Homens cômicos de sua responsabilidade na luta contra a demagogia reinante, vão buscar a solução para nossos problemas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.917, 27 mai. 1962, p. 8.

[...] Motivo porque, ao encerrarmos a nota de hoje, o fazemos convocando aos que estiveram presentes na reunião do MORES, para se integrarem decididamente nesse movimento libertador, onde as injustiças sociais, por força do desejo coletivo, sofrerão a pressão de um novo poder, qual seja: o de homens dispostos a fazer cessar a série de injustiças geradoras do atual estado belicoso e que somente nos conduzirá ao caos.<sup>96</sup>

Carlos Sant'Anna encerra o artigo retificando a explicação acima: o posicionamento do jornalista não está alinhado ao comunismo, ou mesmo com os reacionários, mas sim, com a intenção de romper com injustiças sociais. Esse argumento será utilizado em textos posteriores, principalmente quando o redator defende a política das reformas de base e o presidente João Goulart.

Outra estratégia muito usada por Carlos Sant'Anna em seus textos é a **simbolização da unidade**. O jornalista emprega constantemente o termo “povo brasileiro”, com a intencionalidade de fomentar a ideia de que todos serão beneficiados com a política reformista e, por conta disso, apoiar as reformas seria romper com determinadas injustiças sociais. Defende ele que:

Temos lutado pelas reformas de base. Há os que preferem primeiramente a agrária. Nós pugnamos por esta, mas, honestamente, damos preferência à reforma eleitoral. Esta será, quando introduzida, se Deus quiser porque esta Câmara nunca a realizará, a redenção do povo brasileiro, sobretudo dos homens que então, podendo se candidatar, poderão lutar por essa redenção.

Precisamos nos compenetrar de que reside na reforma eleitoral o ponto de partida para todas as reformas. O povo, esta besta de carga de um punhado de homens que vêm se locupletando no poder, precisa raciocinar, precisa ser esclarecido, para separar o muito de joio que há no pouco trigo situado na Câmara Federal.<sup>97</sup>

No trecho acima, além de defender as reformas de base, Carlos Sant'Anna também critica determinados políticos, especialmente os que não apoiavam a mudança reformista ou mesmo o presidente João Goulart. Afinal de contas, em outros artigos, o jornalista já havia demonstrado certo afastamento dos representantes da UDN, por exemplo.

A reforma agrária também ganha espaço nos artigos de Carlos Sant'Anna. Com a estratégia de **naturalização**, o jornalista diz que a distribuição igualitária de terras, proposta pela campanha reformista, será inevitável para tratar a crise rural. Nesse sentido, escreve o redator: “Reforma agrária virá de qualquer maneira, queiram ou não os que contra ela estão lutando com todas as suas forças; mas, aproveitando-se terras devolutas da União; outras, inexploradas, de latifundiários que com elas apenas especulam na expectativa de melhor preço”<sup>98</sup>.

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Sacrifício do país na satisfação de interesses político-partidários. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.941, 28 jun. 1962, p. 8.

<sup>98</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. “Antes perder os anéis que os dedos”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.954, 13 jul. 1962, p. 8.

#### 4.2.3 Política Nacional

Enquanto no ano anterior percebiam-se certas ondulações acerca da Revolução Cubana e do tema do comunismo, em 1962, Carlos Sant'Anna inicia o ano ironizando os que bradavam a dita “ameaça vermelha”. A respeito do almirante Penna Botto, diz o jornalista:

O homem é doente. Mas é desses reacionários impossíveis, incuráveis! Andou pela Europa e assustou meio mundo; falou do Brasil e do comunismo brasileiro agitando os ambientes que o acolheram; pena não haver passado também pelos Estados Unidos, pois, lá, é onde necessitamos que fale do “nosso comunismo...”.

Pessoal engraçado!

Até parece que o comunismo é artigo de importação. Uma firma local, qualquer delas, telefona para Kruschew, em Moscou, e pronto, está resolvido o assunto da implantação do comunismo entre nós. – Simples, pois não?

O comunismo vem da raiz minha gente. O que o estabelece é fome e miséria no campo; falta de hospital e de escola; o poder econômico esmagando na satisfação de seu insaciável apetite. Comunismo surge com o que fazem aqui em Ribeirão Preto, por exemplo, os emprestadores de dinheiro a juros escorchantes, pois, de acordo com a lógica progressista, as situações geradas pelas falências e concordatas e abalos de crédito, favorecem tremendamente às reivindicações, às agitações da massa e ao início dos tumultos vermelhos. Pois é assim o comunismo; nascente aqui mesmo dentro de nossa casa. Não o traz de Moscou nem de Cuba. Surge com o tratar o camponês miseravelmente, como ocorre em quase a totalidade de nossas fazendas por todo nosso grande país.<sup>99</sup>

Nota-se que Carlos Sant'Anna, além de utilizar a ironia, também traz à luz estratégias de **legitimação** e **naturalização**, ao propor uma linha lógica para entender como poderia se implantar o comunismo em algum país. O jornalista defende condições mais igualitárias, citando, inclusive, os trabalhadores rurais, para que então seja possível viver longe da dita “ameaça” dos regimes de esquerda. Tal empreitada discursiva revela muito do pensamento do redator: uma ampla defesa dos direitos democráticos, alinhados ao progresso e emancipação do proletariado, ao passo que também condena o comunismo, reforçando a ideia da época que os governos comunistas deveriam ser combatidos.

Outro texto de Carlos Sant'Anna evidencia novamente essa questão do apelo à Democracia, ao mesmo tempo em que condenava ações reacionárias, especificamente do MAC (Movimento Anticomunista). O grupo, formado no início dos anos de 1960, tinha a intenção de realizar atentados contra as organizações e outros grupamentos de esquerda, sendo ativo também no CCC (Comando de Caça aos Comunistas). No artigo, percebe-se como o jornalista emprega as estratégias típicas da construção simbólica dos modos de operação da ideologia para fins de resistência, isto é, para denunciar ações contra a democracia e que revelam ideais

---

<sup>99</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Cada qual chora seu morto como quer; por isso concordamos com o almirante Heck. Mas com Penna Boto, em tempo algum!. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.800, 5 jan. 1962, p. 8.

autoritários presentes na época. Com a **nominalização**, Carlos Sant’Anna aponta os responsáveis como “reacionários”, bem como a **diferenciação**, colocando os participantes do MAC como ignorantes. Vemos no texto:

“Movimento Anti-Comunista” – Informaresmo: e acrescentaremos algo à informalão: MAC não pode deixar de ser um movimento gerado no cérebro doentio ou inexperiente da própria mocidade. De preferência no cérebro inexperiente, onde com relativa facilidade se introduz, até à intoxicação completa, idéias tão peçonhentas como esta, tão indigna de atirar estudante contra estudante. Porque, MAC, caros amigos, não é coisa de homem; pelo menos não pode ser de homens amadurecidos, acostumados aos duros embates da vida e que raciocinam clara e objetivamente. Tem que ser, é – não há dúvida – originários daqueles reacionários ultradireitistas, de que tanto temos falado, perigosos como os da extrema esquerda. Por si mesmos, pela origem talvez, representam casos psicopáticos, pois, nada enxergam além do objetivo imediato. Preferencialmente, os fascistas, ou simplesmente os reacionários, tomaram-se de intenso pavor ao comunismo, tal e qual este já estivesse ditando ordens entre nós definitiva e indiscutivelmente. E atacam o alvo mais fácil: a sede estudantil à madrugada! Sentem, no feito inglório, covarde e inútil, a realização de uma proeza digna de heróis de mil e uma noites; esquecidos pelo entorpecimento da intoxicação acima aludida e exacerbados pelo ruído da metralha que acionaram, na desenfreada correria em que se meteram, tão logo um vigia, um simples guarda da noite, apareceu para saber o que estava acontecendo...<sup>100</sup>

Além das estratégias mencionadas acima, no excerto supracitado percebemos o uso do **tropo**, pela sinédoque quando o jornalista substituiu o MAC por “fascistas”, ou mesmo a metáfora, ao dizer que eles acreditavam realizar uma proeza “digna de heróis de mil e uma noites”. Todos esses artifícios, utilizados sarcasticamente para desacreditar o movimento, demonstram que Carlos Sant’Anna realmente estava afastado da ideologia autoritária, especialmente em atos violentos. Para o redator, a defesa partia sempre da democracia e da emancipação dos trabalhadores, como uma terceira via para o equilíbrio político-social.

As críticas em relação ao MAC continuam em próximos artigos de Carlos Sant’Anna, não somente contra o movimento, mas também com ataques à classe dominante de Ribeirão Preto que, na manifestação do jornalista, se manteve omissa diante das investidas da entidade. Utilizando da estratégia de **legitimação**, porém em uma posição de resistência e não de conivência com a hegemonia vigente, o jornalista emprega argumentos que evocam a racionalidade do leitor para perceber que as ações do MAC eram contra o povo.

O pessimismo está pouco a pouco se apossando de todas as camadas sociais e jornais de profunda penetração na opinião pública esboçam o quadro tétrico da futura realidade que vivemos, a prosseguir a criminoso omissão das classes dominantes.  
[...] Não se estabelece um foco de resistência e, menos ainda, se atira pobres e indefesos operários contra a classe mais forte, sob a capa cuja proteção é efêmera, pois, hoje, já não há

<sup>100</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ressurge em nossa Ribeirão Preto reativado por alguns reacionários o “MAC” de tristíssima memória. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.907, 16 mai. 1962, p. 8.

segredo, sabendo toda a cidade que referido movimento tem sua origem nos porões da reação mal estruturada, possivelmente tentando reativar um MAC de triste memória.<sup>101</sup>

Por outro lado, Carlos Sant'Anna defendia alguns movimentos de resistência, como é o caso da UNE. O jornalista chegou a criticar o então governador da Guanabara (Rio de Janeiro), Carlos Lacerda, quando o político se manifestou contra os participantes do grupamento. O jornalista revela que tal defesa aos estudantes está atrelada a campanha a favor das reformas de base, que será uma das tônicas do “*Diário da Manhã*”.

Em lugar de dizer que os estudantes falam em reformas e nada entendem delas, o governador Carlos Lacerda deveria, na oportunidade, dar ele mesmo a explicação devida: falaria não somente aos estudantes brasileiros, mas ao povo, tantas são as facilidades de que desfruta no regime para divulgação de suas palavras. Diria que as reformas pretendidas pelos estudantes são necessárias, acrescentando como se deveria realizá-las.

Dizer apenas que os estudantes pregam reformas e nada entendem delas, não resolve, não traz nenhuma contribuição ao que vimos perseguindo tenazmente: emancipação econômica!<sup>102</sup>

Fora os fundamentos racionais como parte da estratégia de **legitimação**, demonstrando um encadeamento argumentativo de que Carlos Lacerda tem a seu favor o regime e, por conta disso, critica os estudantes, o redator também desconstrói a imagem da UNE como um grupo sem propósito, mas sim, formado por indivíduos que buscam o melhor para o Brasil. Ora, diante de ampla defesa pelos estudantes, UNE contra o MAC, cada vez mais a figura de Carlos Sant'Anna parecia mais “ameaçadora” para os que viriam tomar o poder em 1964, já que intenção é calar toda e qualquer pessoa que pudesse colaborar com uma reflexão crítica contra o regime autoritário golpista.

Como se vê, o redator Carlos Sant'Anna estava mais incisivo em suas críticas a favor dos trâmites democráticos, em especial, em relação às eleições. Criticando constantemente o então governador de São Paulo Carvalho Pinto, o jornalista utilizou das estratégias de **expurgo do outro**, ao condenar e ironizar os políticos escolhidos pelo então governador paulista, chamando-os de “cobrinhas”; a **legitimação**, convidando os leitores do “*Diário da Manhã*” a uma reflexão sobre o tema das eleições indiretas; bem como o artifício da **simbolização da unidade**, ao falar sobre “pátria” e a luta por condições mais igualitárias no Brasil. Escreve em artigo:

<sup>101</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Urge providenciar contra a onda reacionária ultra direitista que invade o país e agride estudantes. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.803, 9 jan. 1962, p. 8.

<sup>102</sup> SANT'ANNA, Os estudantes brasileiros esperam de Lacerda mais do que acusações falsas e deposição de governo: - desejam reformas de base, necessárias. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.805, 11 jan. 1962, p. 8.

E como vem agindo os deputados, para prejudicar São Paulo? Muito simples: pretendem eleger por votação indireta o substituto do governador. – E por quê? – Para garantirem-se, nada mais!

[...]

Ninguém, a não ser o próprio governador, tem culpa no caso. Dado haver ele mesmo obtido votação maciça para a aprovação do seu famigerado plano de ação e, certamente, viu-se na contingência, levando a contornar de forma não muito usual, a opinião de alguns elementos, cujos votos, hoje, pesarão na balança da sucessão. Pois é, o governador criou suas cobrinhas que hoje, adultas, mordem a instilam veneno mortal, e de preferência voltam-se contra seu criador.

[...]

É mais um caso, é mais uma vergonha!

O eleitor que anote o acontecimento, a triste tentativa e raciocine sobre o que temos dito. A ordem nacional é votar bem, se necessário num inimigo político ou mesmo pessoal (que eles não saberão que votamos neles), mas votar bem, votar conscientemente, dotando a Pátria dos elementos necessários à grade luta para sua completa emancipação, hoje, está provado, não somente econômica, mas também moral!<sup>103</sup>

Em contrapartida, Machado Sant'Anna regia seus artigos em torno da chamada “auto-determinação dos povos”, com a estratégia de **simbolização da unidade** sendo usada para inflar a independência dos países, ao mesmo tempo em que criticava veementemente os regimes ditos de esquerda. Nas análises anteriores, foi perceptível que Machado tinha algumas opiniões divergentes em comparação com seu filho, Carlos Sant'Anna. Isso evoca não somente uma questão geracional, mas também demonstra que dentro da própria empresa jornalística familiar, tem-se posicionamentos diferentes, que refletiam em como a sociedade ribeirão-pretana enxergava o “Diário da Manhã” e seus jornalistas.

No texto “*O mundo está situado entre duas ideologias*”, Machado Sant'Anna faz duras críticas ao comunismo, ao passo que também revela a necessidade de melhor distribuição de renda e condições socioeconômicas. Dessa forma, percebe-se que o editor-chefe estava alinhado com algumas pautas sociais, mas sem desejar relacioná-las com movimentos de esquerda. Com a estratégia de **naturalização**, dizendo que o avanço do mundo moderno proporciona maior discernimento entre o que é bom e o que é ruim, escreve o jornalista:

As transformações sociais do mundo moderno, com as facilidades de comunicações e de transportes, deram ao homem maior faculdade de discernir entre o bom e o mau, entre o certo e o errado e o que é de maior importância, uma consciência de liberdade e autodeterminação. O rádio, a televisão e o jornal diário não permitem mais a mistificação e os fatos que ocorram, hoje, nos mais longínquos territórios, são conhecidos em poucos instantes em todos os pontos do globo terrestre. Assim, os “messias” que dantes percorriam lugares de dia sobre dia, não mais convencem e se ainda, em alguma parte do sertão, podem proliferar o sóba e o falso líder, isso se deve à ignorância, ao analfabetismo e à boa fé do homem simples.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Eleição indireta do governador. Imoralidade pretendida ontem ludibriando novamente o povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.799, 4 jan. 1962, p. 8.

<sup>104</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. O mundo está dividido entre duas ideologias. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.827, 8 fev. 1962, p. 1.

No mesmo texto, continua Machado Sant'Anna defendendo a autodeterminação dos povos, como caminho para romper a exploração do trabalho.

A exploração do homem pelo homem teve nesta metade do século da luz e da velocidade o seu término. Embora, em determinadas áreas, ainda se encontrem escravizadas as senhores feudais, a marcha inexorável da civilização e do progresso vai, paulatinamente, libertando-os e lhes dando um teor de vida mais decente. Foi-se o tempo do colonialismo. Hoje é da autodeterminação dos povos.<sup>105</sup>

Mais uma vez, por meio da **naturalização**, Machado Sant'Anna defende que a modernidade foi a responsável por superar algumas relações de exploração social. Desse modo, o editor-chefe do “*Diário da Manhã*” exclui os movimentos sociais como os protagonistas das lutas pela modificação das estruturas. Além disso, o artigo continua sua tese, defendendo que o surgimento de regimes de esquerda deve-se ao analfabetismo e a miséria, daí a necessidade de romper com esses problemas, uma vez que eles fariam surgir o extremismo. Em suas justificativas, Machado Sant'Anna mostra-se próximo das ideias capitalistas, defendendo certas mudanças sociais, porém de modo mais brando quando comparado ao seu filho, Carlos Sant'Anna. Continua o texto:

A sub-nutrição, a miséria e o analfabetismo foram, sempre, campo fácil para a pregação de ideias extremistas e terreno apropriado à disseminação do comunismo que, se cumprido humanamente, seria ideal, mas não como julgam os que sobem de um momento para outro e que entendem que o movimento é o do prear, arrasar, oprimir de maneira violenta para forçar a aceitação da ideia.

[...]

O mundo hoje está entre dois campos adversos. De um lado, o que se convencionou chamar de ocidente, mundo livre, democrático, de plena expansão de todas as manifestações humanas, sem temores e sem opressão e o que é tipo como mundo oriental, da esquerda, onde a liberdade é relativa, onde o enredo é orientado apenas por um grupo dominante, onde o Estado é senhor absoluto.<sup>106</sup>

Na parte destacada acima, é notável que Machado Sant'Anna defendia algumas mudanças sociais, mas não enxergava o capitalismo como agente dos abismos de classe, uma vez que o regime o beneficiava diretamente. Há, portanto, certa nebulosidade nos posicionamentos do editor-chefe do “*Diário da Manhã*”, pois mesmo que reconhecesse a necessidade de mudanças, não as desejava de tal modo a modificar realmente as estruturas sociais e a hegemonia vigente.

---

<sup>105</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>106</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. O mundo está dividido entre duas ideologias. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.827, 8 fev. 1962, p. 1.



Tratando dessa divisão ideológica própria do período analisado, em que se configurava a Guerra Fria e a expansão de regimes autoritários de direita na América Latina, Carlos Sant’Anna também esboçou sua opinião acerca do assunto. Como era de se esperar, o redator possuía uma visão diferente de seu pai, Machado Sant’Anna, sendo mais enfático em defesa dos princípios democráticos e de ações que modificaram a situação social brasileira. De acordo com ele, o Brasil não estava ao lado de nenhum extremismo. Diz em artigo:

Com os extremismos o Brasil não soma, mas também não divide. Passamos a integrar o bloco democrata independente e que por princípio de coerência com a índole de nosso povo e com a sua formação religiosa, não recua, mas também não avança; em outras palavras: nem direitista pernicioso, nem esquerdista materialista. O significado disso tudo implica dizer que não aceitamos sob que título for métodos irracionais, cujos prejuízos aos nossos interesses econômicos são incontestes.<sup>107</sup>

A mudança no tom do texto de Carlos Sant’Anna, em comparação com o artigo de seu pai, é perceptível. Afinal de contas, no enxerto destacado acima, não vemos uma euforia grandiosa em torno dos regimes ocidentais de direita – algo que foi destacado no texto de Machado Sant’Anna. Carlos Sant’Anna também utiliza de estratégias de **legitimação**, apoiando-se na coerência como algo importante no posicionamento político e na **simbolização da unidade**, ao trazer novamente o povo como centro das discussões – ou seja, para o jornalista, os interesses econômicos só seriam garantidos quando eles atendessem aos interesses de toda a sociedade brasileira, não apenas de alguns poucos representantes. Na visão do redator do “*Diário da Manhã*”, esse seria o porquê o Brasil não se encaixa nem no comunismo, ou mesmo no capitalismo, pois ambos os regimes não atendiam os anseios do povo.

Em abril de 1962, Carlos Sant’Anna escreve artigos acerca do então presidente João Goulart. Desde 1961, o jornalista demonstrava apoio ao político, defendendo a Campanha da Legalidade e a posse de Jango. Pela estratégia da **narrativização**, o jornalista constrói uma história acerca da aceitação de João Goulart por parte da imprensa brasileira, com enfoque nos jornais dos grandes centros urbanos, ao passo que também utiliza de outros artifícios para cativar o leitor, como o emprego de músicas. Observe:

Quando o disco gravado por Jorge Veiga dizia que o povo deveria Jangar, terminando com, é Jango, é Jango, é Jango Goulart, à época das eleições, os homens da grande imprensa, principalmente do Rio de Janeiro e São Paulo, tinham suas vistas voltadas para outros candidatos, alimentando suas colunas no incenso àqueles que eram adversários do atual presidente; hoje, quando o destino e o temperamento de Jânio determinaram completa reviravolta na

<sup>107</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Brasil: - Líder e chave da América Latina reivindica direitos legítimos, postergados criminosamente por ignorantes ou omissos!. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.830, 11 fev. 1962, p. 8.

história da política nacional, os mesmo cidadãos estão firmes, ao lado do presidente e, verdade seja dita, reacionários alguns, nem fingir sabem, eis que nas mais pobres oportunidades, confessam-se anti-Jango. Não acreditamos que o sejam intimamente, mas, por força do lugar que ocupam em certos jornais, assumem pronunciamentos às vezes adversos ao de sua consciência, mas do inteiro agrado de seus patrões. O lamentável nisso tudo é que os patrões, quando vêm em jogo seus interesses econômicos, mudam de partido e de preferência, como nós o fazemos de camisa, resultando que a situação do redator tido como independente passa a ser não propriamente difícil, mas, pelo menos, contraditória e, como justificativa, podem alegar, apenas, que o sr. João Goulart se constitui uma grata surpresa; que jamais esperavam que s. exa. Fosse esta legítima expressão de homem público que ora se revela.<sup>108</sup>

Carlos Sant'Anna também emprega a **nominalização**, ao tratar dos “homens da grande imprensa”, ou “reacionários”. Vê-se que o jornalista critica os representantes dos jornais dos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, visto que muitos deles criticaram a posse de João Goulart em meados de 1961. Segundo Sant'Anna, haveria interesses políticos que regiam as opiniões e, por conta disso, muitos tinham desconfiado do então presidente. De certa forma, o jornalista deixa a entender que sempre esteve ao lado de Jango, defendendo, com evidência, as políticas reformistas.

Em 1962, Carlos Sant'Anna já chamava a atenção dos leitores do “*Diário da Manhã*” a respeito de um possível golpe militar no país. Segundo ele, o Brasil caminhava para uma tentativa golpista devido às injustiças sociais, como a fome e a alta inflação, que não eram sanadas da maneira correta. Aqui, o jornalista também utiliza a **nominalização**, como em outros momentos, quando escreve sobre “fascistas” e “direitistas”, concedendo-lhes certa roupagem ao citá-los em seu artigo como pessoas contra o povo. O texto destacado abaixo é longo, porém expressa não só um posicionamento importante de Carlos Sant'Anna, mas também o seu aviso e preocupação com a tomada de poder.

Se uns não dormem porque a fome não deixa, há outros que, enquanto dormem sonham; conclusão: o golpe está aí, perfeitamente definido. Aliás, num país como o nosso, cujo desenvolvimento, mesmo sob a violenta inflação é uma constante a ser verificada pelos economistas, para determiná-la e posteriormente descrevê-la aos estarecidos povos d'além mar, que jamais chegam a entender como se processa o que chama claramente de absurdo, pois é, num país como o nosso tudo é possível, até inverterem-se, assim tão rapidamente, os papéis: esperava-se uma revolução do centro ou da esquerda e quem está em vias de deflagar um golpe é a direita.

Uma coisa há que poucos entendem. Ou fazem de desentendidos no caso. Vamos tentar explicar, a fim de que nunca mais se repita conceito tão absurdo: golpe, em qualquer ocasião é de direita; é coisa de fascista, de reacionário; em geral, ou melhor, sempre, contra o povo. Revolução, isso sim, é do povo; vem de baixo para cima, enquanto que o golpe sucede em sentido inverso.

Agora, o que está para acontecer é um golpe; então, conforme dito atrás, movimento direitista, da reação contra o povo. Implantar-se-á uma ditadura, certamente militarista e nós, jornalistas livres, povo livre, teremos que passar a conspirar nos porões, porque por cima estarão

<sup>108</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. São Paulo necessita de autenticidade no governo – de mistificadores, todos já nos cansamos; porém, qual o melhor?. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.883, 18 abr. 1962, p. 8.

os que até hoje estiveram, sem nenhuma modificação no quadro constitutivo; porém, com poder indiscriminado.<sup>109</sup>

O artigo é escrito em tom de alerta e mostra que Carlos Sant'Anna estava inteirado sobre as tensões políticas que poderiam deflagrar um golpe. Incluindo-se como parte do povo livre, enquanto jornalista, ele aparentemente tem certo receio dos cerceamentos de liberdades que viriam junto com o regime autoritário – algo que provavelmente será visto com a deflagração do golpe após março de 1964.

Em outro texto, agora com estratégias de **legitimação**, Carlos Sant'Anna volta a falar de uma intentada golpista, agora destacando a fala do general Osvino Ferreira Alves, do I Exército da Guanabara. Em seu discurso, ele afirma que tal movimento se assemelha ao fascismo da Itália e o nazismo alemão. Na mesma linha de raciocínio, também diz que tal trama teve uma ação brasileira de insucesso em 1961, quando tentaram frear a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart. Carlos Sant'Anna é criterioso ao destacar o seguinte trecho:

Esse movimento – que já encontrou similares de triste memória na Itália, com o fascismo, e logo após na Alemanha, com o nazismo – tem por finalidade apossar-se do poder, para estabelecerem em nossa terra uma ditadura de direita. A mesma ditadura que se tentou implantar no país em 25 de agosto do ano passado e nos dias subsequentes e que encontrou repúdio dos bravos soldados do Brasil. Tenho a convicção de que aos maus brasileiros não poderão instituir uma ditadura onde ninguém tem direitos a não ser uma minoria dominante, - que se atribui todas as vantagens à custa da miséria dos demais – se contarmos sempre com soldados como estes que aqui se encontram. O combate ao comunismo há de ser realizado por nós mesmos, dentro dos princípios do estado democrático, não havendo necessidade de sujeição do povo a desastrosos regimes de exceção ou extra-legais. Os ideais do povo brasileiro não de ser baseados sem que para isso tenhamos que deixar de ser democratas que somos. Vivemos em uma democracia, que é muito mais capaz de atingir as legítimas aspirações nacionais do que a mais bem organizada das ditaduras.<sup>110</sup>

A intencionalidade do jornalista é trazer mais peso à sua defesa, por meio de um trecho testemunhal de um membro das Forças Armadas brasileiras. Desse modo, Carlos Sant'Anna demonstra que há certos membros militares que não desejam o golpe e que seguem uma opinião bastante semelhante à do redator-chefe do “*Diário da Manhã*”.

Para completar, o jornalista também cita a imprensa que se mantém silenciosa sobre a intentada golpista, trazendo novamente a estratégia de legitimação, quando exemplifica que os órgãos se colocaram contra o golpe militar da Argentina, em 29 de março de 1962, quando assumiu o presidente Arturo Frondizi. Escreve em mesmo artigo:

<sup>109</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Há um movimento reacionário em marcha para o qual chamamos a atenção do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.918, 29 mai. 1962, p. 8.

<sup>110</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Pronuncia-se contra qualquer ditadura o general Osvino Ferreira Alves, atual comandante do I Exército na Guanabara. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.919, 30 mai. 1962, p. 1.

O descaramento é tanto, que órgãos há que antes combateram o golpe militar desfechado na Argentina e hoje mencionam como exemplo para o Brasil. Traçam um paralelo, invertendo a ordem dos fatores; pois, se a Argentina sempre acompanhou as magníficas lições democráticas que o Brasil deu, isso não implica, conforme pretendeu insinuar calamitosamente ontem, um dos jornais de maior circulação de São Paulo, que devamos, em contrapartida, seguir o vergonhoso exemplo argentino.<sup>111</sup>

O receio de Carlos Sant’Anna é expresso em outros textos. Em um de seus artigos, o jornalista usa a estratégia **expurgo do outro** e a **nominalização** de maneira conjunta, ao clamar por uma participação conjunta contra um possível golpe. Assim, registra em seu artigo “*Por isso convocamos os homens que têm consciência do que ocorre [nominalização], para somarem na luta contra o inimigo comum [expurgo do outro]*”<sup>112</sup>.

Os destaques do trecho mostram as estratégias empregadas e, além disso, nota-se um tom de voz preocupado de Carlos Sant’Anna. Tanto que, em seu artigo, ele evoca não só os leitores do “*Diário da Manhã*”, mas faz um apelo a toda a sociedade que não deseja um golpe.

As críticas às possibilidades de um golpe se estenderam para políticos específicos que estariam confabulando para a tomada da democracia. Diante disso, Carlos Sant’Anna manifesta-se, pela estratégia de **nominalização**, com grande ênfase em Carlos Sant’Anna, da UDN: “*Todo mundo será comunista, desde que não esteja ao lado do sr. Lacerda e de sua caterva toda. Esta vergonha já existe, é praticada na Guanabara, precisa ser levada ao conhecimento do chefe da Nação para ter um paradeiro e podermos todos respirar a liberdade*”<sup>113</sup>.

No mesmo texto, Carlos Sant’Anna continua repreendendo a UDN e seu representante, pelo envolvimento em articulações golpistas.

Os mais famosos defensores da são os que menos a praticam. É o observado nos dias tumultuados que passam. Por isso, estudantes e operários necessitam se precaver contra a ameaça concreta que passou a representar o DOPS da Guanabara; precaução que em absoluto lhes deverá restringir a atividade nacionalista e menos ainda de prosseguirem usando do direito de livre expressão; mas precaução no sentido de resguardarem contra opressão e, sobretudo, contra os falsos estudantes e falsos operários disseminados seu meio. Porque tais agentes, que não chegam a ser traidores, mas que são pagos, necessitam fazer jus ao que recebem e, em consequência, devem denunciar brasileiros conscientes, aos seus patrões todos os dias. Isto já acontece na Guanabara.<sup>114</sup>

---

<sup>111</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>112</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Tremenda responsabilidade pesando sobre cada um de nós atualmente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.920, 31 mai. 1962, p. 8.

<sup>113</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Garantir o povo contra os extremistas é uma coisa, mas libertar os fascistas é outra muito diferente; daí à denúncia. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.943, 30 jun. 1962, p. 8.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.

Além de tratar do DOPS, Carlos Sant’Anna cita a política da delação, quando diz que os falsos estudantes e operários denunciam os brasileiros conscientes. É interessante notar que, mais uma vez, pela **nominalização**, o jornalista enquadra os personagens do seu artigo, conferindo-lhes certos papéis sociais que contribuem para a sua argumentação.

Em julho de 1962, o tom de voz dos artigos de Carlos Sant’Anna é substituído por notas de esperança. Segundo ele, as Forças Armadas estavam entrosadas na “defesa dos regimes e das instituições, tornando simples sonho a projetada revolta das cúpulas partidárias e dos que as assessoraram em suas investidas ao poder”<sup>115</sup>. Novamente, pela estratégia da **simbolização da unidade**, escreve o jornalista em defesa da democracia e contra qualquer tentativa golpista:

A democracia se impõe aos extremos, legitimamente realizada e garantindo à Nação a continuidade de sua existência, livre das ingerências internas e externas, criando no exterior o respeito ao nosso povo, dadas as constantes provas de amadurecimento no exercício político que o eleva no consenso geral como participando de um todo homogêneo cuja integração não se positivou por simples coincidência.<sup>116</sup>

Em mesmo texto, pela estratégia de **nominalização**, elogia o presidente João Goulart:

O sr. João Goulart deu a exata dimensão de sua capacidade de ação ao ordenar seu dispositivo militar e, principalmente, limitar à área de sua influência, políticos que se assenhoreavam de situações de todo pacíficas para, demagogicamente, apresentarem-na à Nação como fruto de escusas pretensões do governo. E nosso presidente atuou enérgica e incisivamente enquadrando os elementos mais reacionários e, portanto, mais superados da Nação. Deu-lhes, através do pronunciamento militar em todas as bases de nosso território, a extensão do apoio em que se sustenta a democracia brasileira; eliminou, sem deixar margem a dúvida, qualquer esboço de reação, tornando homens tidos como revolucionários, em cordeiros autênticos, a ponto, mesmo, de permitir à toda a coletividade brasileira o exame da situação.<sup>117</sup>

Além da nominalização, percebe-se o emprego de **tropo**, quando Carlos Sant’Anna diz que os reacionários foram transformados em cordeiros. Essa comparação sugere que o presidente João Goulart conseguiu impor-se à ala golpista e, dessa maneira, fez com que os reacionários o seguissem em suas ordens.

#### 4.2.4 Política em Ribeirão Preto

Em relação à política em Ribeirão Preto, identifica-se que, novamente, o “*Diário da Manhã*” não ressalta apenas os acontecimentos envolvendo a Câmara Municipal, mas também questões da imprensa e do próprio jornalismo praticado na cidade. Há um reforço constante dos

<sup>115</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Com a fidelidade militar ao regime o Brasil sobreviverá às investidas contra a sua emancipação econômica. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.948, 6 jul. 1962, p. 8.

<sup>116</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>117</sup> Idem, *ibidem*.

jornalistas Machado e Carlos Sant’Anna em resgatar a credibilidade do matutino, colocando-o como órgão comprometido com a luta democrática. No entanto, particularmente nos textos de Machado Sant’Anna, infere-se que o editor-chefe mantinha uma posição de “afastamento”, considerando que os jornalistas deveriam ter posição diferenciada dos demais cidadãos. Com o uso da estratégia **expurgo do outro**, para aludir a suposta “maior intelectualidade” dos empresários da imprensa, escreve:

Procuramos pregar o jornalismo em alto nível. Pouco adiantará, porque não temos uma legislação em nosso país e qualquer marginal poderá ser dono, diretor ou redator de jornal da noite para o dia e sem mais aquele, se árvore e saí por aí, vomitando asneiras e dizendo-se “jornalista”.

Não importa. Continuaremos na luta. Há 36 anos tem sido assim. Marcharemos, porém com a consciência tranquila e que procuramos acertar e que temos procurado realizar algo de nobre e idealista.

Os que nos conhecem em tão longo jornadear, sabem o porquê de assim agirmos. Talvez, sentimentalmente, apegados ao selo. Talvez, por termos o umbigo nosso, dos filhos e dos netos nele mergulhado...<sup>118</sup>

Embora a defesa de Machado Sant’Anna seja legítima, pregando por um jornalismo comprometido e exaltando a profissão, o argumento empregado traz um tom de exclusão, com o uso do termo “marginal”. Mais uma vez, percebe-se que o editor-chefe do “*Diário da Manhã*” mantinha-se distante dos indivíduos considerados diferentes em termos socioeconômicos e culturais, apesar de defender a necessidade de maiores direitos para os proletários.

Tal posicionamento pode ser corroborado em outro texto de Machado Sant’Anna, mas que enfoca algumas campanhas realizadas em Ribeirão Preto. Para o editor do DM, organizações que promovem passeatas e grupamentos sociais não teriam força para modificar a situação rural no município – como alternativa, o jornalista cita a filantropia (algo que fazia parte dos movimentos do Rotary Club e do Municipalismo, nos quais Machado Sant’Anna era assíduo frequentador e representante). Utilizando a estratégia de **tropo**, ao colocar “os rurícolas” para dissimular relações sociais e, ao mesmo tempo, ocultar os atores envolvidos com outros termos. Assim, escreve:

Onde se situa a campanha?

Vamos analisar todos os aspectos do quadro local para demonstrar que a campanha não afetará este ou aquele cidadão, mas reflete poderosamente contra os supremos interesses do povo:

[...]

- Instigação aos rurícolas para que promovam passeatas na cidade, como se esta fosse responsável pelo quadro dramático da exploração do homem do campo, quando tais manifestações deveriam ser feitas em Brasília e perante o governo federal. O que é que o município poderá fazer?

<sup>118</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Profissão difícil para os arrivistas. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.812, 19 jan. 1962, p. 1.

[...]

Os baderneiros, criticastratos baratos, demagogo e políticos profissionais gritam, criticam, fazem alarde, mas nenhum, e dizemos NENHUM mesmo, lembrou-se de apresenta uma solução: de procurar arranjar empregos ou de amparar aos que realmente necessitam.

[...]

Precisamos é reunir capitais, abrir novas fontes de produção, mas devemos combater os demagogos para que eles não se postarem às portas das fábricas forjando greves e instigando o trabalhador a boicotar o empregador, em ação deletéria e de subversão social.<sup>119</sup>

Ao final, é interessante verificar que Machado Sant'Anna se porta contra greves e demais movimentos sociais que possam modificar estratificações de classe. Novamente, há no editor-chefe do “*Diário da Manhã*” uma posição típica do liberalismo: a emancipação econômica faz sentido desde que se mantenha certas distinções de classe, com investimento em capitais e empresários.

Já em comentário tecido por Carlos Sant'Anna, este trata não somente da imprensa escrita, mas adiciona a importância das rádios em Ribeirão Preto, com enfoque para a PRA-7 e o seu programa “*Centro de Debates Culturais*”. Por meio de estratégias de **simbolização da unidade**, reforçando que o país necessita de órgãos jornalísticos que estimulem a politização social, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” elogia o responsável pela rádio, o jornalista José da Silva Bueno, bem como os estudantes que se destacaram na programação do rádio, que lutam em busca de condições mais igualitárias. Assim, em mais uma empreitada de Carlos Sant'Anna, percebe-se um posicionamento alinhado com os movimentos sociais estudantis, que buscava romper hegemonias e superar relações de dominação típicas da sociedade.

O tempo curtíssimo que nos resta para tecer algumas considerações em torno da palestra terminada no “Centro de Debates Culturais” da democrática PRA-7, não nos impede de, à última hora, efetuar considerações indispensáveis ao inestimável valor que se deve dar aos esforços dispendidos pela diretoria do referido “Centro de Debates” e, em especial, ao sr. José da Silva Bueno, incansável batalhador do rádio brasileiro, pelo muito que tem colaborado na difusão de trabalhos tais como o ontem apresentado por nós aos ouvintes e ao público presente no auditório daquela rádio.

[...]

Fica, portanto, registrado de forma inequívoca, o mérito de nossa PRA-7 e o quanto vem contribuindo a referida emissora para a politização de nossa gente. Nossos agradecimentos se estendem, necessariamente, aos jovens acadêmicos da FURP, que vêm revelando elogiável interesse pelos assuntos que tão de porto dizem respeito à causa brasileira, luta de há muito iniciada e em cuja vanguarda os estudantes marcham, decididos a conquistar para o nosso País, a vitória de sua emancipação econômica.<sup>120</sup>

<sup>119</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Campanha sistemática contra Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.822, 2 fev. 1962, p. 1.

<sup>120</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. A rádio clube de Ribeirão Preto, PRA-7, um baluarte das causas nacionalistas os cumprimentos modestos da coluna. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.837, 20 fev. 1962, p. 8.

A maneira como Carlos Sant'Anna se refere à PRA-7 merece destaque, pois o jornalista emprega inúmeros termos elogiosos e, logo no primeiro parágrafo, situa a rádio como “democrática”. Isso demonstra uma aproximação do redator-chefe do “*Diário da Manhã*” com as propostas do veículo radiofônico, sendo uma maneira de refletir sobre as conexões dos profissionais de imprensa em Ribeirão Preto da época.

Mais do que a relação com demais veículos de imprensa, Carlos Sant'Anna manifestava consciência sobre o crescimento da urbe e a necessidade de se fazer presente em novos bairros da cidade, não somente como forma de alavancar a empresa jornalística “*Diário da Manhã*”, mas também fazer com que suas ideias pudessem percorrer mais cidadãos ribeirão-pretanos. Diz em artigo:

A observação nos ocorre em fazer do decidido pelos diretores da “Editora” em penetrar decididamente nos bairros, dinamizando a atuação do DIÁRIO DA MANHÃ e estabelecendo um contato, se não inteiramente novo, pois, já os atingimos, pelo menos visando aprofundar a ligação já existente, no sentido de, contribuindo para a necessária comunicação inter-bairros e cidade, sem dúvida, promover a circulação do jornal.<sup>121</sup>

Enquanto Machado e Carlos Sant'Anna afastaram-se em alguns posicionamentos, as questões relativas à imprensa, como a atuação do “*Diário da Manhã*”, eram justificadas com argumentos bem similares. Por meio da estratégia de **unificação**, Machado Sant'Anna esboça em artigo o trabalho dos jornais locais, colocando-os como integrados em lutas pelos direitos dos munícipes. Inclusive, o editor usa esse artifício, ressaltando a diligência dos órgãos de imprensa do interior, para criticar ações do governo que previam o aumento da taxa da importação do papel, o que resultaria em um encarecimento para as empresas jornalísticas.

Com efeito, abra-se o “*Diário da Manhã*”, com isenção de ânimo e examine-se, página por página, de sua edição comum, e verá o leitor que grande é a nossa participação na vida pública, com noticiário telegráfico, estadual e local, reportagens, abordando matérias de interesse do município, cuidando da moralização de costumes, focalizando atos de interesse público ou profligando atentados aos direitos do cidadão, enfim procurando servir, na verdadeira acepção do termo, sem se servir das colunas em prol do próprio bolso ou para interesses escusos.

Assim é a maioria, senão a totalidade, dos pequenos jornais do interior, que não têm ministérios, secretarias de Estado para focalizar; nem os poderosos grupos industriais ou comerciais, os magazines que enchem páginas de anúncios, como se vê nas capitais.

E, há ainda, que se estudar o número de veículos que disputam anúncios em meio restrito como Ribeirão Preto, com 4 diários, 5 estações de rádio, 1 de televisão e sendo os mesmos, sempre os mesmos, a promover publicidade.<sup>122</sup>

<sup>121</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Nova ordem interna: bairros vamos ao desafio, provar que juntos realizaremos muito mais. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.859, 20 mar. 1962, p. 8.

<sup>122</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Atendendo à imprensa do interior o governo desfez grava injustiça. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 64, n. 19.864, 27 mar. 1962, p. 1.



Ora, além de destacar a atuação do “*Diário da Manhã*”, Machado Sant’Anna aproveita o ensejo para alfinetar empresas jornalísticas dos grandes conglomerados, como os órgãos das capitais, dizendo que eles mantêm estreita relação com o governo e a publicidade para manutenção ativa de suas prensas. Vale destacar que isso reforça a tese da proximidade como o valor-notícia de destaque na imprensa do interior, algo compartilhado não somente no fazer jornalístico, mas pelos próprios jornalistas, que enxergavam nos matutinos locais uma maneira de atender aos interesses dos munícipes, de maneira mais próxima e direcionada.

Machado Sant’Anna continua com a sua defesa dos jornais do interior. Em outro texto, o editor revela as dificuldades da imprensa interiorana, mas reforça a sua necessidade pela estratégia de **eternalização**, trazendo argumentos que denotam a espiritualidade aludindo ao papel da imprensa local na defesa dos cidadãos.

O jornal do interior é uma necessidade imperiosa. É o pão espiritual que entra todas as manhãs nas casas dos mais simples às dos mais poderosos, portando a mensagem de fé, na luta contra a fraude, contra a opressão, lutando em prol das boas causas e na defesa dos humildes.<sup>123</sup>

Machado Sant’Anna utiliza esse ensejo da importância do jornal do interior para destacar a atuação do “*Diário da Manhã*” e tecer críticas às pessoas que repreendiam as opiniões expressas no matutino. Afinal de contas, o veículo já estava sofrendo represálias por parte de alas mais conservadoras de Ribeirão Preto.

Há choques de opiniões, há luta entre oposição e situação e o jornal não pode tomar posição desta ou daquela parte, pois em caso positivo, a briga deixará de ser parte ou quando há dois jornais, a cena sai do palco dos litigantes para ficar entre os jornalistas. Há que se fazer uma análise serena, mas enérgica, dos acontecimentos; há que se carregar em tintas fortes a situação difícil em que o povo vive; há que se reclamar medidas em favor dos interesses da coletividade. As classes conservadoras, os indiferentes ao sofrimento do povo e os que apreciam a confusão, começam a ver no jornal uma espécie de adversário que possa, então, a ser combativo pelos dois “fronts”. Mas, aí vale a pena lutar, porque há sempre uma retaguarda que é o povo, ao lado da boa causa.<sup>124</sup>

Ao dizer que é preciso “fazer uma análise serena, mas enérgica”, Machado Sant’Anna traz a estratégia da **racionalização**, apelando para a consciência crítica dos leitores. Assim, o editor deseja demonstrar que o “*Diário da Manhã*” se porta como um jornal independente, que

<sup>123</sup> SANT’ANNA, Antônio Machado. Nem tudo é fácil para o jornal que se quer manter independente. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.926, 8 jun. 1962, p. 1.

<sup>124</sup> Idem, *ibidem*.

está a favor da coletividade e contra as injustiças sociais, apesar das taxativas que se iniciaram contra o veículo, por suas posições contundentes contra grupos reacionários.

Mais uma vez, abastecendo-se da estratégia da **racionalização**, Machado Sant'Anna defende os jornais do interior e a necessidade de investimento nas empresas jornalísticas das cidades interioranas, com dados contundentes sobre preços de impressões. Além disso, o editor traz à tona os ideais da modernidade, dizendo que o investimento também deve ser feito na profissionalização de todas as frentes de trabalho do jornalismo, desde os redatores até os entregadores. Nesse sentido, diz o jornalista:

O papel da imprensa do interior é ainda, infelizmente, pouco compreendido pela maioria dos nossos homens públicos. Vindos de uma época em que o jornal era feito à base de média e pão quente, à mão, com a ajuda de boêmios ou daquilo que sempre se denominou, com desdém, de poetas, como se fosse pejorativo, tais elementos entendem, até hoje, que jornal vive de brisa.

Uma empresa jornalística, de responsabilidade, para obter conceito e respeito, não se faz mais em tais bases. A caixa de tipos que custava 50 ou 100 cruzeiros, foi substituída pela linotipo, máquina de compor, que hoje custa 15.000 dólares, em New York e fica, aqui, em 8 ou 10 milhões de cruzeiros. A impressora, simples de outrora, de 10 ou 20 mil cruzeiros, substituída pela Rotoplana ou rotativa custa hoje de 5 a 20 e até (como as dos grandes matutinos) 100 milhões de cruzeiros para cima.

[...]

Um jornal moderno é uma empresa com diretor, redatores, pessoal de administração, cobradores e entregadores. Nas oficinas, há linotipistas, ajudante de paginação, paginador, revisor, impressor e ajudante, clichérista, remessista e os encarregados das máquinas (mecânicos). Há despesas pesadas com papel, selos, cola, barbante, bicicletas, aluguel, água, luz, telefone, telegramas, etc.<sup>125</sup>

Percebe-se que Machado Sant'Anna constrói constantemente a sua base argumentativa, isto é, ao longo de vários artigos ele defende a necessidade de investimento nos jornais do interior, como o "*Diário da Manhã*". Desse modo, ele faz um apelo constante, para que, por meio da repetição, ele consiga convencer cada vez mais os leitores do matutino e, assim, conseguir o apoio necessário para o apelo ao financiamento público aos jornais.

Essa técnica é bastante interessante, utilizada não somente por Machado Sant'Anna, mas também por seu filho, Carlos Sant'Anna, em diversos tipos de texto, como forma de manter um diálogo contínuo com os leitores. No caso específico dos jornais do interior, essa tática pode, inclusive, ser vista como uma maneira de ampliar ainda mais o valor de proximidade do veículo de comunicação com o público.

---

<sup>125</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Financiamento para compra de papel não é um favor aos pequenos jornais. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.934, 17 jun. 1962, p. 1.

No quesito do jornalismo do interior, Machado e Carlos Sant'Anna mantinham linhas argumentativas bem semelhantes. Ambos ressaltaram a importância da empresa jornalística interiorana e destacavam o trabalho do “*Diário da Manhã*” que, segundo eles, mantinha um compromisso com a veracidade dos fatos. Em artigo, Carlos Sant'Anna reforça o comprometimento do matutino com a democracia:

Modéstia parte, poucos jornais haverá, como este DIÁRIO DA MANHA, tão democráticos e dando cobertura integral aos assuntos tão de interessando à coletividade. Não nos jungimos ao simples informativo, eis que isso seria cumprir a finalidade pelo meio. Somos intransigentes nesse particular: ou tudo ou nada. Ninguém desconhece as dificuldades de sobrevivência de um jornal, principalmente de um jornal interiorano. Para haver pendência de atitude, como ocorre conosco, é necessária uma folha de serviços à coletividade absolutamente limpa, irrepreensível.

Possuindo-a, podemos dar cumprimento à nossa função de forma inequívoca, insofismável, e, quando necessário, nossos diretores e redatores assinam seus editoriais, assumindo desta arte inteira responsabilidade pelos conceitos emitidos.<sup>126</sup>

Novamente, a partir da **simbolização da unidade**, exaltando a coletividade, Carlos Sant'Anna argumenta da mesma forma que seu pai, Machado Sant'Anna, ao tratar da imprensa do interior, mais especificamente, do “*Diário da Manhã*”. Contudo, o artigo vai além, trazendo a estratégia de **legitimação**, com apelo aos anos de existência do jornal, bem como o posicionamento da folha, ao lado do proletariado e contra as injustiças sociais. Essa é uma pauta que se mantém nos discursos de Carlos Sant'Anna, inclusive, na defesa da empresa jornalística.

Com 65 anos de atividades em prol do bem comum, DIÁRIO DA MANHÃ poderia perfeitamente dispensar tais informações; porém. o meio em que vivemos é heterogêneo e poucos, dentre os muitos que aqui vivem, nos conhecem. De sorte que, na oportunidade, sentimo-nos satisfeitos em poder vir publicamente ratificar nossa posição de luta continua em favor das classes oprimidas [...]<sup>127</sup>.

Como visto em outras temáticas, Carlos Sant'Anna trabalha em uma construção contínua em seus textos, ou seja, os artigos são interligados. Assim, o jornalista mantém o seu argumento não somente a favor do jornal do interior, mas defendendo os seus ideais, em uma terceira via, que seria contra as mazelas sociais e em uma projeção próxima do nacionalismo.

<sup>126</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Nossa luta não se iniciou ontem... **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 19.979, 11 set. 1962, p. 8.

<sup>127</sup> Idem, ibidem.

### 4.3 Diário da Manhã – 1963

O ano de 1963 representa um marco na história, pois se configura como o prelúdio para o golpe civil-militar. Na análise do “*Diário da Manhã*”, percebe-se uma ênfase maior nas questões sociais, novamente, no enfoque das Reformas de Base. Tanto Machado Sant’Anna quanto Carlos Sant’Anna não escondiam a predileção por João Goulart e as políticas reformistas, embora tais argumentos tenham contribuído para posterior perseguição aos jornalistas. Ainda assim, certos discursos permaneciam supérfluos, seja como uma forma de manter o apoio da elite financeira ribeirão-pretana, ou mesmo para não perder leitores - inferências que partem das análises contextuais, considerando a época e a própria sociedade de Ribeirão Preto.

Para a análise do ano de 1963, foram analisados 12 textos de opinião, com maior incidência dos textos de Carlos Sant’Anna. No entanto, há a necessidade de reforçar algumas lacunas na disponibilidade de materiais, com a presença de exemplares somente dos meses de março, abril, maio, junho e agosto.

#### 4.3.1 Nacionalismo/Municipalismo

Se no ano anterior constatou-se uma presença maior de textos opinativos de Machado Sant’Anna que tratavam do movimento municipalista, a partir de 1963, o nacionalismo em si ganha mais força por meio das palavras de Carlos Sant’Anna. No entanto, o jornalista também tangencia a temática com a política de Ribeirão Preto e com as reformas de base, afirmando que o nacionalismo é uma ideia que se aproxima do reformismo, trazendo mudanças políticas positivas ao Brasil. Escreve sobre a recepção em Ribeirão Preto dos deputados do PTB de Brasília, pertencentes à Frente Parlamentar Nacionalista que serão recebidos pelos “políticos filiados ao movimento e pelo povo em geral, tendo ainda como anfitriões os estudantes arregimentados pela secretaria regional da União Estadual dos Estudantes”<sup>128</sup>.

Trazendo a estratégia da **universalização**, o mesmo texto de Carlos Sant’Anna reforça que os políticos nacionalistas do PTB lutam por condições mais dignas para o Brasil e conclama o apoio dos leitores:

A luta é de todos, porque é uma luta do povo. Assim, para obter-se ressonância ao movimento em marcha, é justo crer que a praça pública estará repleta, lotando-a não somente o povo interessado nas reformas, mas, esperamos, certos políticos que estão precisando atingir a fase contemporânea, porquanto, segundo eles mesmos declaram, estão vivendo do tradicionalismo de um passado que não volta mais, de jeito algum, o que permite dizer, mesmo como

---

<sup>128</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Caravana Nacionalista. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.182, 17 mai. 1963, p. 8.

simples convite, ser bastante interessante para eles o seu comparecimento à praça onde se realizará a concentração e comício pelas reformas de base.<sup>129</sup>

Carlos Sant'Anna aproveita o ensejo para dar uma “alfinetada” em políticos da Câmara Municipal que, segundo ele, tinham uma visão arcaica e precisavam transformar suas ideias. Esse jogo feito pelo jornalista é bastante interessante, uma vez que, no mesmo artigo, ele defende não só o nacionalismo em si, mas também as reformas de base, ao passo em que critica adversários políticos.

Mais um exemplo de articulação de Carlos Sant'Anna foi o artigo “*Com Brizola, pela Pátria!*”, publicado em 16 de junho de 1963. No texto, o jornalista disserta sobre a vinda de Leonel Brizola a Ribeirão Preto, no dia 19 de junho do mesmo ano, conclamando a sociedade para recebê-lo, bem como os políticos locais. O jornalista utiliza esse acontecimento para defender o nacionalismo:

Brizola é um grande nacionalista. É um líder. Virá à Ribeirão Preto a fim de, segundo nos disse, pagar uma dívida de gratidão e atendendo a nosso convite, pois, para honra nossa, nos considera “companheiro de luta”, conforme adiantou em sua Mensagem ao Povo local e da região. Dia 19, todos à praça, que a praça é do povo! Com Brizola, pela Pátria!<sup>130</sup>

Claro que, para acompanhar o artigo, Carlos Sant'Anna também coloca-se ao lado de Brizola, demonstrando que ele tem apoio de políticos reconhecidos em todo Brasil - claramente, mais um artifício para angariar votos para a sua eleição de prefeito<sup>131</sup>.

#### 4.3.2 Reformas de Base

Os textos opinativos analisados em 1963 têm o protagonismo de Carlos Sant'Anna, visto que seu pai, Machado Sant'Anna, pouco escreveu sobre o assunto. Com posicionamentos cada vez mais enfáticos a favor das reformas de base, com ênfase na reforma agrária, Carlos Sant'Anna abre o seu editorial do dia 21 de março de 1963, elogiando um deputado (nome não mencionado), que fez referência à necessidade de estudo de uma política reformista. Ao utilizar a estratégia de **legitimação**, por meio do emprego da frase “é lógico”, o jornalista reitera as condições para a realização das reformas:

[...] há que entender que reforma agrária se entende tudo; melhor dizendo: reforma completa, radical, inadiável, desde a instrução até o aproveitamento de terra a ser dividida, devidamente

<sup>129</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>130</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Com Brizola, pela Pátria! **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 66, n. 20.206, 16 jun. 1963, p. 8.

<sup>131</sup> Trataremos especificamente das estratégias de Carlos Sant'Anna durante as eleições municipais, em que participou como candidato a Prefeito, na temática “Política em Ribeirão Preto”.

explorada pelo homem que a trabalhará, mercê, é lógico, de financiamento dos bancos públicos nacionais e estaduais, o que fará de qualquer terra miserável, terra produtiva<sup>132</sup>.

Apesar da ampla defesa em prol da reforma agrária, com discursos a favor dos benefícios aos trabalhadores rurais, Carlos Sant'Anna demonstra que tem uma visão caricata dos camponeses, visto que, no mesmo texto, com artifícios de **expurgo do outro**, coloca-os em posição subalterna. Assim, percebe-se que embora o posicionamento sociopolítico do jornalista, embora crítico, ainda é permeado por visões classistas e estereotipadas.

Ignoram que o nosso homem, o caipira ao qual chama ingloriamente de “brasileiro”, anda descalço, é desdentado, vítima do “barbeiro”, de toda a sorte de parasitas que lotam seu estômago vazio sempre de alimento mas abundante em vermes. Com amarelão, Chagas, tifo, desintéria, maleita, sofrendo dos rins, do fígado, enfim, um morto ambulante, seria risível se nosso “brasileiro” fosse tão cretino a ponto de, nesta altura, pretender dividir miséria!<sup>133</sup>

Ao passar dos meses do governo de João Goulart, a pauta das reformas de base ganhava mais força com os consecutivos discursos do presidente. Claro que, diante desse cenário, Carlos Sant'Anna se colocaria à frente dos debates reformistas em seu artigo. Pela estratégia da **naturalização**, o jornalista defende que as reformas de base são comparadas à própria evolução biológica humana, dizendo que: “Quem não muda não serve... Evoluir é um impositivo sociológico, biológico. Como, perguntamos, contrariar a própria natureza? E vamos para as reformas de base!”<sup>134</sup>

Encadeando muito bem suas ideias, Carlos Sant'Anna emprega também a **universalização** para defender as reformas de base, bradando acerca de sua crença religiosa cristã como argumento em prol da política reformista - ou seja, o jornalista traz a sua própria religiosidade como servindo a todos, sendo uma tática bastante inteligente, uma vez que grande parte da população na época era cristã. Assim, escreve que: “Ademais, por ser cristão e defendido pela vanguarda da Igreja, hoje perfeitamente articulada para a consecução do ideal daqueles que, também filhos de Deus, têm direito à terra”<sup>135</sup>.

No sexagésimo sexto aniversário do “*Diário da Manhã*”, Machado Sant'Anna escreve um editorial na primeira página tratando do compromisso do jornal com as “aspirações populares”, nas palavras do jornalista. Embora o texto esteja centrado em falar especificamente da

<sup>132</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Divisão impossível. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.136, 21 mar. 1963, p. 8.

<sup>133</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>134</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. As reformas, Jango e a reação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.172, 5 mai. 1963, p. 8.

<sup>135</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Reforma Agrária. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.179, 14 mai. 1963, p. 8.

empresa jornalística, o editor-chefe do matutino aproveita o espaço para também defender as reformas de base. Também pela estratégia da **naturalização**, Machado Sant'Anna diz que é preciso acompanhar a evolução do mundo e, como consequência, é necessário pensar em políticas que atendam ao povo.

Neste momento, o país está a braços com uma situação difícil, mas não intransponível. As reformas de base já saíram do regime de discussões acadêmicas e dos debates para ganhar a rua e delas tomar conhecimento todas as classes, das mais humildes às chamadas elites. Temos que acompanhar a evolução do mundo e não podemos ficar atados a preconceitos superados, a velhos dogmas que remontam ao Império. A estrutura nacional precisa ser inteiramente revista, melhorada, atualizada e dar ao povo melhores dias e isso só através de uma planificação perfeita, numa verdadeira revolução branca, mas dentro do desejado por todos, isto é, para que não haja essa estranha diferença de poucos continuarem enriquecendo e milhões continuarem à margem, entre a miséria e a fome, para gaudío de alguns milhares de felizardos.<sup>136</sup>

Trazer a temática das reformas de base no aniversário do jornal é um marco. Afinal de contas, a data é importante para a empresa jornalística em si e, portanto, o editorial publicado neste dia tem a intenção de direcionar os leitores acerca do posicionamento do diário de forma explícita. Além do mais, é uma forma de demonstrar a postura política dos próprios editores da família Sant'Anna, ainda mais em ano de eleições municipais, trazendo para o debate público as defesas dos jornalistas enquanto homens políticos.

Carlos Sant'Anna também emprega a **unificação** como parte dos modos de operação da ideologia para defender as reformas de base. Em seu texto, escreve:

O operariado, os camponeses, os estudantes, as correntes ideológicas mais diversas, os cristãos em geral, e os não cristãos, devem dar apoio ao movimento pró reformas, pois, somente da vitória dele é que, realmente, poderemos pensar em liberdade na pura essência do vocábulo<sup>137</sup>.

No mesmo artigo, o jornalista traz ao debate a presença dos reacionários, como opositores às reformas de base, separando-os da identidade coletiva construída pela estratégia da **unificação**. Dessa forma, é possível visualizar o modo de operação do **expurgo do outro**, sendo usado pelo redator-chefe do “*Diário da Manhã*”, quando ele coloca, de um lado, os defensores reformistas; do outro, os reacionários.

<sup>136</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. Sessenta e cinco anos de lutas inteiramente ao lado do povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 66, n. 20.194, 1 jun. 1963, p. 1.

<sup>137</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Estertora a reação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 66, n. 20.207, 12 jun. 1963, p. 8.

### 4.3.3 Política Nacional

Logo em abril de 1963, Carlos Sant'Anna revela a sua desavença com o político udenista Carlos Lacerda, então representante da Guanabara (Rio de Janeiro). Em artigo “*Lacerda, agitador de extrema direita*”, o jornalista traz inúmeras críticas ao político, em especial, às tentativas da UDN de minar o governo de João Goulart. Por meio da estratégia de **narrativização**, em que os acontecimentos do passado são trazidos à tona para justificar o presente, Carlos Sant'Anna relembra as intentadas de Lacerda e de seus aliados nos anos de 1954 e 1961 para derrubar os presidentes Getúlio Vargas e Jânio Quadros, respectivamente.

Carlos Lacerda não entende assim e exorbita. Exortando seus fanatizados seguidores a se rebelarem contra as determinações do presidente Goulart, nada mais faz que agitar e pregar a subversão da ordem, tentando e pensando, ao tentar que encontrará as mesmas facilidades e condições propícias de 1954 e mais recentemente, de 1961, quando usando da mesma tática conseguiu derrubar os governos de Getúlio Vargas e Jânio Quadros.

[...]

Não acontecerá um novo 54 e menos ainda um 61; nem haverá um outro Getúlio, como, menos ainda, um outro Jânio Quadros. Aquele e este estacam com sua ação limitada ao próprio gesto e João Goulart, ao contrário, é senhor de toda a situação, domina e exerce o poder moderadamente, motivo porque muito possivelmente contornará essa crise sem chegar ao extrema reclamado por Lacerda, que é o de se intervir na Guanabara<sup>138</sup>.

No segundo parágrafo destacado, Carlos Sant'Anna aproveita para demonstrar o seu apoio ao então presidente João Goulart, como já o fizera em artigos anteriores. Além disso, o jornalista profetiza a intentada de um golpe, por intenções da extrema direita (embora, em sua crença, o jornalista afirma que isso não seria possível), dizendo que:

Esta é a única realidade: o conhecido agitador, antigo técnico da propaganda aplicada à massificação deseja passar por vítima desta feita; e, na circunstância, nada melhor que provocar para em seguida recolher, até mesmo fugir e ficar lá no exterior agitando um lenço branco de saudade em que enxugará lágrimas de crocodilo, esperando que os monarquistas e oligarcas que o defendem saiam da toca e realizem projetado golpe e o tragam de volta triunfante. Triste expectativa. Jamais se materializará, pois golpe no Brasil acabará em revolução e se golpe é coisa de fascista, ultra reacionário da direita, revolução é coisa que só ao povo compete e, ao que nos consta, o povo, a grande massa operária e camponesa não está nem nunca esteve com Lacerda, o agitador<sup>139</sup>.

No trecho supracitado, percebe-se o uso da estratégia de **tropo**, ao trazer metáforas como “lágrimas de crocodilo” e “agitando um lenço branco”, para se referir à teatralidade de

<sup>138</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Lacerda, agitador da extrema direita. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.148, 4 abr. 1963, p. 8.

<sup>139</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Lacerda, agitador da extrema direita. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.148, 4 abr. 1963, p. 8.



Carlos Lacerda, enquanto almeiante de um golpe e que seria ovacionado pelas elites econômicas dominantes. Entretanto, a crítica do texto é justamente trazer um contraponto, de que o político udenista não representa o povo e, menos ainda, seria visto com louros pelos representantes da burguesia brasileira.

Outra estratégia utilizada por Carlos Sant'Anna ao se referir ao político Carlos Lacerda é o **deslocamento**. Conforme aponta Thompson (1995), o artifício é parte da dissimulação como modo de operação da ideologia e se baseia no uso de termos corriqueiros, porém atribuindo outros significados. No artigo “*Getúlio, Jânio, Lacerda e Jango*”, o jornalista utiliza palavras com ares de grandiosidade, mas para ironizar Carlos Lacerda.

Homem inteligente, brilhante, então, como se poderia admitir tal situação analisando-se Carlos Lacerda?

Seria iguais, absolutamente idênticos, os reacionários de todo o mundo? Pelo visto, a resposta está contida na pergunta. É certo; são perfeitamente identificáveis, e se enquadram, todos os reacionários do mundo. E Carlos Lacerda, expoente máximo do reacionarismo esbócio, incipiente, mas gerado pelo capitalismo mais voraz e feroz de que temos notícia, urde a trama da destruição estigmatizando sempre com a mesma fórmula.<sup>140</sup>

#### 4.3.4 Política em Ribeirão Preto

Em relação aos assuntos políticos envolvendo Ribeirão Preto, vale relembrar que, para além de jornalistas, tanto Machado quanto Carlos Sant'Anna eram ativos participantes políticos, sendo candidatos e pertencentes a cargos de vereadores, prefeitos e outras representações públicas. No ano de 1963, percebe-se que Carlos Sant'Anna estava engajado em sua campanha política para prefeito da cidade (eleições que aconteceriam ao final do ano). Apesar de não ser recorrente o uso do “*Diário da Manhã*” como divulgação de seus feitos, ao tratar especificamente de Ribeirão Preto, o jornalista tocava em assuntos relativos aos trabalhadores, com a intenção de demonstrar ajuda e preocupação por essa parcela social. Com a estratégia de **legitimação**, o artigo reforça o quanto o jornal preocupava-se com os operários - e ressalta, inclusive, que o próprio Carlos Sant'Anna sofreu os efeitos de seu posicionamento. Escreve acerca da reunião do parque industrial do município:

(...) E eles estarão reunidos em festa, hoje, no Parque dos Gráficos, na União Geral dos Trabalhadores e onde mais possam se reunir os operários. E com eles estaremos, não somente para lhes agradecer o haverem nos convidado, mas, para sentir no ambiente em que vivem, a pureza que sua simplicidade permite àqueles que os entendem e que compartilham suas aflições, de resto, aflições de todos os brasileiros diante da atual conjuntura.

(...)

<sup>140</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Getúlio, Jânio, Lacerda e Jango. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.151, 7 abr. 1963, p. 8.

Desta coluna, de onde tantas vezes temos levantado nossa voz para a defesa das classes oprimidas, e na maioria delas com enormes prejuízos pessoais, saudamos o operariado de nossa terra, prometendo-lhe, custe o que custar, prosseguir na trilha pela conquista de sua liberdade, que será em etapas sucessivas, a principiar pela industrialização local, hoje uma imperiosa necessidade para que não falte emprego a tantos braços em oferta, para que o homem seja respeitado em sua dignidade, como, finalizando, desejamos todos nós para nós mesmos.<sup>141</sup>

O jornalista também reforça que tem o apoio do povo e de outros políticos, como Jânio Quadros, ao passo que se mostra confiante com o notório interesse dos cidadãos ribeirão-pretanos com as eleições.

Os dias vão passando e o povo vai-se interessando cada vez mais pelo futuro eleitoral e, o sistema é bom, já demonstra que, pelo menos agora, não passaremos pelos inconvenientes de outras eleições, quando somente se despertava o interesse geral nos últimos dias. Desde já, verifica-se, sem dúvida, o povo está discutindo, compondo-se para o grande dia 13 de outubro.

Para terminar: a vez dele foi a cutra, agora é a vez do povo. E nós estamos com o povo. E Jânio está conosco.<sup>142</sup>

A estratégia de **naturalização** é empregada em outro artigo de Carlos Sant'Anna, ao exprimir que “quando o homem atinge uma fase irreversível, em se falando de responsabilidade perante a massa, é-lhe tolhido o direito de se manter arredo, alheio aos fatos que, ao desenrolar, influem direta e decisivamente na vida nacional”<sup>143</sup>, especialmente tratando-se de uma perspectiva mais localizada, como as urbes - no caso, Ribeirão Preto. A partir dessa premissa, Carlos Sant'Anna defende a sua jornada na corrida eleitoral para prefeito da cidade, argumentando seu dever para com a luta pelo povo.

Estamos, nós mesmos, numa tentativa. É a nossa primeira. Levamos para a luta um passado também de luta; estamos, portanto, dando prosseguimento à razão que rege nossa vida. E somos dos que entendem claro os fatos, por isso mesmo os vivemos intensamente. Mas, nunca transigiremos; saímos para a praça dispostos a lutar pelo povo e não recuaremos um milímetro das conquistas realizadas, por menores que sejam; e quando alguém pensar, por leve suposição sequer, que estamos recuando, atente bem, porque, em verdade, estamos partindo para a nova investida rumo à vitória.<sup>144</sup>

É interessante perceber que Carlos Sant'Anna se defende pelo argumento de que está próximo ao povo, embora constatou-se que ele tem uma visão um pouco caricata de camponeses e, em certos artigos, há um afastamento do jornalista com a classe operária. Desse modo, apesar

<sup>141</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Saudação aos operários. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.169, 1 mai. 1963, p. 8.

<sup>142</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Um programa para o povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.186, 22 mai. 1963, p. 8.

<sup>143</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. O portal da definição. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.188, 25 mai. 1963, p. 8.

<sup>144</sup> Idem, *ibidem*.

de colocar-se em defesa do povo, ele se vê em uma posição diferente e, por isso, veste-se como um “salvador”, porque, em sua visão, entende os fatos - assim como coloca com as próprias palavras.

#### 4.4 Diário da Manhã – 1964

O ano de 1964 representa um marco nas análises históricas do contexto sócio-político brasileiro, por ser representar uma ruptura na democracia. No entanto, os acontecimentos que deram origem ao golpe civil-militar foram orquestrados com antecedência, não se restringindo apenas ao dia 31 de março. Por esse motivo, a verificação dos editoriais do “*Diário da Manhã*”, no período pré-golpe tem e intenção de avaliar esse processo, não apenas uma ação isolada.

Ao longo das leituras dos editoriais, percebeu-se uma sintonia de Carlos Sant’Anna com o governo de João Goulart e as reformas de base – algo que já era perceptível nos anos de 1961, 1962 e 1963, ocupando grande parte dos discursos do redator-chefe. Porém, algo que nos chama a atenção especificamente em 1964 é o movimento reacionário que se configurou em Ribeirão Preto, trazendo ao âmbito local as pautas que ganharam abrangência nacional (anticomunismo, receio da perda da propriedade privada, entre outros), na personificação do chamado MAD (Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo).

Ao todo, foram analisados 28 editoriais do “*Diário da Manhã*” em 1964, sendo que todos eles foram escritos por Antônio Carlos Sant’Anna. Houve uma predominância de temas sobre as Reformas de Base, Política Nacional e Política em Ribeirão Preto, este último, trazendo os apontamentos sobre o MAD.

##### 4.4.1 Nacionalismo/Municipalismo

O artigo de Carlos Sant’Anna que abre o ano de 1964 é em defesa do nacionalismo. Para além disso, o jornalista busca inflar o seu argumento em razão do capitalismo, como forma de transparecer que, apesar de afirmar uma aliança em prol das reformas de base, nem ele, nem mesmo o DM, deveriam ser considerados comunistas. Em 1964, pairava ainda mais a dualidade entre esquerda x direita, como se defender qualquer política de cunho social, automaticamente já tornava o defensor um militante ávido para implementar o comunismo no país.

Como forma de se aproximar dos leitores e deixar evidente que estava ao lado de grande parte dos brasileiros, Carlos Sant’Anna emprega a estratégia de **simbolização de unidade**, trazendo a terceira pessoa do plural para o seu texto e, ao mesmo tempo, usando termos como “Nação” e “mão do brasileiro”.

Uma luta nacionalista, em favor do capitalismo nacional, da maior riqueza industrial do país, portanto, daqueles que movem nosso parque manufatureiro. Buscar a etapa do capitalismo, dando mão ao brasileiro que emprega no desenvolvimento da Nação, aplicando na indústria, com objetivo de nos fortalecer.<sup>145</sup>

Há uma repetição da palavra “capitalismo”, como uma forma de reforçar o posicionamento ideológico do jornalista. Esse artifício textual demonstra certa preocupação de Carlos Sant’Anna, muito provavelmente, por já se antecipar às possíveis represálias que poderiam ocorrer, ou mesmo os famosos “olhares tortos”, que já se sentia por parte de membros da sociedade, receosos com o avançar de políticas progressistas.

#### 4.4.2 Reformas de Base

Já era de se esperar que a pauta das reformas de base tivesse o seu lugar ao Sol no ano de 1964, afinal, é um tema recorrente no “*Diário da Manhã*”. Com o cerco político se fechando para João Goulart, o jornal passou a publicar diversos textos a favor da transformação reformista, por meio de estratégias discursivas diversas, mas especialmente em artigos que tratavam da ascensão das classes. Em 19 de janeiro do referido ano, Carlos Sant’Anna escreve “*Ascensão no campo material e espiritual*”, em que, no próprio título, traz o artifício da **eternalização**. Continua o redator com palavras que pregam um ideário de resistência e luta.

Aproxima-se o dia da redenção das classes menos favorecidas e não é por méro acaso. Tem custado muito à consecução desse ideal. O que conforta, sobretudo agora, quando ainda estamos em caminho para tantos sucessos sociais, é saber que amanhã seremos reconhecidos por aqueles pelos quais lutamos hoje, principalmente porque poderão entender, livres injunções e mistificações, que nossa luta era toda ela voltada para um único objetivo: a emancipação de nossa Pátria, através da ascensão de seus filhos no campo material e espiritual.<sup>146</sup>

Além da eternalização, Carlos Sant’Anna emprega a **simbolização da unidade**, convocando que a luta do “*Diário da Manhã*” tem um objetivo em comum para todo o Brasil. Esse não é um argumento novo no jornal, que reforça em suas páginas a importância da política reformista para propor condições mais igualitárias a todos.

Em argumentos similares, escreve Carlos Sant’Anna em outro artigo, pela estratégia da **racionalização**, apelando por uma luta legítima:

<sup>145</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Desejar ano bom não é tudo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.263, 1 jan. 1964, p. 12.

<sup>146</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Ascensão no campo material e espiritual. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.378, 19 jan. 1964, p. 8.

Querer negar a miséria nacional como decorrência lógica da exploração a que estamos submetidos, inclusive psicologicamente conduzidos através de uma perfeita promoção publicitária à aceitação do domínio econômico dos que nos exploram como sendo eles nossos legítimos protetores, poder-se-á admitir em ignorantes e iletrados, nunca, porém, em políticos, em cidadãos representativos de um comuna da importância e projeção de Ribeirão Preto. Seria o cúmulo!

Um país dividido em duas metades populacionais quase iguais, situadas uma no campo e outra nos centros urbanos, deveria extrair a rentabilidade de sua sobrevivência do que a terra elementarmente dá aos que a trabalham e exploram; todavia, arrastados a uma condição de extrema miséria, milhões de seres mourejam de sol a sol nos campos do país sem o direito de extrair para si mesmos o produto de um prato de alimento.<sup>147</sup>

Carlos Sant'Anna emprega bem a ironia em seus artigos, principalmente para se referir aos políticos e membros das elites financeiras. No texto supracitado, o redator aproxima a realidade nacional de Ribeirão Preto, com o objetivo de demonstrar que todos, incluindo a cidade de circulação do DM – e, por conseguinte, os próprios leitores – estão imersos em um cenário desigual com relação aos trabalhadores rurais.

Em outro texto, ainda com a estratégia da **simbolização da unidade**, escreve:

Algo precisa ser esclarecido e o povo está formando ao lado dos brasileiros independentes, patriotas que desejam reformas de nossa arcaica estrutura de base, brasileiros que estão a exigir reformas urgentes para que o Brasil seja salvo dos extremos e possa atingir sua maturidade político-econômica através da produtividade de todos nós e não apenas na locupletação de uns poucos cuja ganância nos está levando ao caos!<sup>148</sup>

Com os reacionários cada vez mais inflamados em 1964, Carlos Sant'Anna redigiu artigos cada vez mais enfáticos, criticando especialmente os udenistas e suas tramas em favor de um golpe de Estado. O jornalista usa as reformas de base como argumento de que, ao contrário do que se tem dito no espírito da época, a política reformista não pretende uma modificação golpista, mas que essa era a intenção dos antirreformas. Em uma posição de resistência, diz o jornalista:

Nossos ilustres comentaristas fazem uma confusão tremenda ao dizer que a reação pretende uma revolução. Na realidade, o que deseja a reação é o golpe, o regimen de exceção; o prosseguimento dos privilégios, a manutenção da plutocracia. Nada mais. Por outro lado, o povo, defendendo as formas de base, pretende uma revolução social e econômica, revolução pacífica; contrária, pois, em todos os sentidos, aos interesses dos latifundiários e banqueiros, casta bem representada no Congresso Nacional, e, quando não, ela mesma ali presente como no caso do sr. Hebert Levy da UDN, etc.<sup>149</sup>

<sup>147</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Discutir o que, as dimensões do plenário?. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.389, 2 fev. 1964, p. 8.

<sup>148</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. A guerra invisível. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.391, 5 fev. 1964, p. 8.

<sup>149</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. O problema sucessório de 65. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.392, 6 fev. 1964, p. 8

No mesmo texto, continua e trata de Carlos Lacerda:

O sr. Carlos Lacerda, em que pesem seus dotes de inteligência e erudição representa perfeitamente o anseio dos privilegiados. Seria um absurdo descobrir-se entre latifundiários e banqueiros um não lacerdista. Caso, até, para um comentário. A exceção, possível sem dúvida, constituirá a pessoa de um progressista, de um nacionalista; jamais, e um reacionário. Este, para gaudir do meio ambiente em que vive, precisa defender a tese direitista situada em bases antagônicas ao que aspira o povo. Todo antipovo e antinacionalista será, obviamente, um lacerdista; em consequência é bom fixar claramente para evitar futuro engano, nenhum homem do povo, do trabalho duro, das fábricas e dos campos poderá pensar, sequer remotamente, em apoiar Carlos Lacerda para presidente. Seria pretender, embora possível honestamente, uma solução utópica para um problema concreto.<sup>150</sup>

Tal comentário acima caberia muito bem no item “Política Nacional”, pois Carlos Sant’Anna não evoca apenas a questão das reformas de base, mas trata de um problema maior, já antecipando os riscos do crescimento da ala reacionária no Congresso. É notório que o discurso do jornalista tem a pretensão de aproximar o posicionamento do periódico das políticas de João Goulart, ao mesmo tempo em que se coloca em favor do “povo” – termo usado para referir-se a todos os brasileiros, mas especialmente às classes proletárias.

Assim, os textos opinativos de Carlos Lacerda vão mesclando as temáticas em 1964, como forma de trazer essa congruência de argumentos, em um sincronismo de posicionamento do jornalista e do veículo de comunicação.

Outro exemplo é o artigo de 15 de fevereiro, em que Carlos Sant’Anna questiona a movimentação reacionária da UDN contra João Goulart, porém, pela estratégia de **naturalização**, diz que o Brasil está amadurecendo para a pauta das reformas de base e, por conta disso, a política janguista ganharia mais força a cada dia. Percebe-se que o discurso prol reformas ganha cada vez mais impacto nas páginas do jornal, acompanhando também as pautas discutidas no Congresso e na sociedade brasileira. Escreve o redator-chefe:

Já não duvidamos hoje de que a consciência nacional amadureceu para o problema das reformas e a renovação surgirá por força dessa condição, queiram ou não os reacionários encastelados do trabalho e do poder. Os parasitas, os exploradores do trabalho e os especuladores da terra, os que nada realizam em prol da produção e da produtividade, serão, a seu tempo, enquadrados devidamente. Pelas próprias reformas que negam à Nação, pois, não se duvide mais, as reformas virão devido à imposição da massa espoliada, esmagada e sofrida, cujos reclamos atingiram o poder executivo e acabarão emocionando o próprio Congresso, em que pese sua constituição quase absoluta por banqueiros, latifundiários ou seus prepostos.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>151</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Renovação ou convulsão social. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.399, 15 fev. 1964, p. 8.

A **simbolização da unidade** é outra estratégia de Carlos Sant’Anna aplicada à pauta das reformas de base. No dia seguinte ao artigo supracitado, disserta o jornalista:

Por isso tudo entendemos ser inadiável o apoio à Frente de Mobilização Nacional pelas Reformas de Base ideada por San Thiago Dantas e as forças nacionalistas, integradas pelo que de mais expressivo há em nossa Pátria, estarão dando cobertura àquele plano sobretudo porque de sua consecução final, resultará o sucesso de nossa luta comum.<sup>152</sup>

Vale lembrar que San Thiago Dantas foi ministro da Fazenda durante o governo de João Goulart em 1964 e grande defensor das Reformas de Base, aliando às frentes progressistas e nacionalistas do Congresso Nacional. Tanto que, por conta disso, Carlos Sant’Anna e, por conseguinte o “*Diário da Manhã*” defendiam os ensejos do político. Conclamando outros representantes sociais, como estudantes e operários, em um discurso de **unificação**, o jornalista pontua:

Os estudantes vão dar curso ao programa de San Thiago. Amplamente e, segundo podemos adiantar, de 21 a 28 de abril realizarão uma semana pró reformas. Paralelamente, operários, camponeses, políticos progressistas, intelectuais e homens de todas as categorias profissionais, realizarão em caráter nacional um movimento amplo dinamizando a luta reformista e assegurando clima à realização total de todos os projetos ora engavetados no Congresso.<sup>153</sup>

Claramente que tal semana não se concretizou, entretanto, o texto de Carlos Sant’Anna demonstra a esperança do jornalista e o alinhamento do DM com demais setores da sociedade civil que, posteriormente, também seriam perseguidos pelos golpistas.

Ao decorrer do mês de março de 1964, o “*Diário da Manhã*” traz mais narrativas acerca das reformas de base e em defesa de João Goulart, inclusive, a respeito do famoso “Comício das Reformas de Base”. Novamente, por meio da **unificação**, conclamando a importância dessa política para todo o Brasil, disserta:

Dia 13 o presidente da República falará na Guanabara. Em comício que desde já vem-se revestido da máxima importância para a vida nacional, porquanto envolvendo, pelo menos no que se pode adiantar, o processo das reformas como básico na reconquista das condições e meios, sem os quais nada poderemos realizar de prático em prol de nossa sobrevivência. Paralelamente, a reação está tramando o fracasso dessa realização e pretende dispensar o máximo de sua força visando a concretizar sua intenção. Ameaças surgem de lado a lado. Somando São Paulo, em greve constante, Minas, em ebulição, Bahia, com um governador

<sup>152</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Frente única pelas reformas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.400, 16 fev. 1964, p. 8.

<sup>153</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. “Juca Pato” e as reformas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.403, 20 fev. 1964, p. 8.

indeciso, atingindo Pernambuco, onde o clima é iminentemente revolucionário e, enfim, envolvendo a Pátria toda, conturbando nossa vida, prejudicando-nos o raciocínio lúcido.<sup>154</sup>

Nota-se que para além da **unificação**, a estratégia de **legitimação** também é empregada para trazer um tom de algo “lógico”, ou seja, a política das reformas seria algo coerente para a elevação do Brasil. Entretanto, Carlos Sant’Anna não está alheio aos reacionários, que estão em movimento para barrar as políticas janguistas. Porém, o redator-chefe não descansa em seus elogios reformistas:

Nós estamos empenhados em conseguir reformas de estrutura, inclusive para os que não têm instrução, criaturas relegadas a plano inferior para gáudio dos homens que, como o sr. Lacerda, criticam quem possivelmente não articule bem certas palavras ou não conjugue com ele o verbo entregar...<sup>155</sup>

O trecho acima é interessante pelo tom de ironia de Carlos Sant’Anna, que se refere ao político Carlos Lacerda como um ignorante, justamente por ele participar de imbróglis contra João Goulart. Pela estratégia de **tropo**, o redator do DM faz, ao mesmo tempo, uma crítica e um posicionamento afirmativo encomiástico pelas reformas de base.

Continuando com a **unificação** e o **tropo** (este último, ao usar o termo “gorilas” para falar dos reacionários), no dia do “Comício pelas Reformas de Base”, em 13 de março de 1964, disserta Carlos Sant’Anna:

Desde que Jânio Quadros renunciou, os gorilas puseram as mangas de fora. Querendo aposar-se do governo a qualquer custo, mesmo à força, para manter o clima odioso de privilégios em que vive a minoria encastelada nos pontos chave da nação, acondicionando os eternos áulicos no lugar de costume. E filhotes de gorilas têm surgido aqui e acolá, com pruridos inesgotáveis de pseudo defensores da democracia, alardeando que manterão as instituições sob qualquer transe; chegando ao absurdo de lançar manifestos contra jornais nacionalistas e progressistas, como sendo eles os prejudicados pelos indecentes privilégios; invertendo, evidentemente, a ordem das coisas; deixando de lado o povo brasileiro e apenas eles passando a falar pelo povo, como se realmente vinculados às bases populares! Pobres coitados. Vivem no mundo da lua.<sup>156</sup>

É bem provável que Carlos Sant’Anna estivesse se referindo também aos reacionários que bradavam contra a imprensa, assim como ocorreu no episódio de fechamento do “*Diário*

<sup>154</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Clima revolucionário. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.415, 5 mar. 1964, p. 8.

<sup>155</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Primeiro as reformas, depois a gramática. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.417, 7 mar. 1964, p. 8.

<sup>156</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Pelas reformas, pelo Brasil. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.422, 13 mar. 1964, p. 8.



*de Notícias*”, bem como outras situações, envolvendo outros periódicos e jornalistas – e, claramente, o “*Diário da Manhã*” não seria ignorado pela ala concentrada mais à direita.

No dia seguinte ao Comício das Reformas de Base, Carlos Sant’Anna relata os acontecimentos na então Guanabara e, novamente, estende seu discurso com a estratégia de **unificação e simbolização da unidade**.

O fundamental no dia de ontem foi a grandiosa concentração cívica e democrática da Guanabara. Básico para a Pátria comum, desde que levando a todos os brasileiros o pronunciamento firme do nosso presidente, homem cujo amadurecimento para os problemas da injustiça social e econômicos, ficou evidenciado em seu profundo discurso; profundo claro e de inabalável definição política.<sup>157</sup>

Em seguida, o artigo pontua as principais falas de João Goulart, transcrevendo-as integralmente. De acordo com o próprio redator-chefe, essa transcrição é necessária, para que os leitores do “*Diário da Manhã*” tomem conhecimento das intencionalidades presidenciais.

Na data do golpe, Carlos Sant’Anna emprega a estratégia de **tropo** e a **simbolização da unidade**, por meio de metáforas que aludem o hino nacional e o próprio Brasil. O berço – que é a Pátria – continua esplêndido, mas nenhum gigante, que é o Brasil, continuará nele deitado, porque toda a Nação despertou para a grande luta das reformas de base”<sup>158</sup>. Ao longo do texto, nota-se um ar de esperança, visto que o redator-chefe ainda não tinha conhecimento do processo golpista. Porém, tal texto foi definitivo na delação do jornalista, que acabou cercado pela polícia local e demais interessados em silenciar órgãos de imprensa pró-Jango.

#### 4.4.3 Política Nacional

As críticas à UDN estendem-se ao ano de 1964. Carlos Sant’Anna, opositor nato de Carlos Lacerda, recorre à estratégia de **eufemização**, ao empregar o uso proposital de pontos de interrogação entre parênteses, a fim expressar ironia em seu texto. No artigo, o jornalista critica Bilac Pinto e, para além do eufemismo, também utiliza a **diferenciação** e o **expurgo do outro**, bem como a **racionalização** para enfatizar que as políticas udenistas não visam o progresso social, tendo interesses voltados somente às classes dominantes. Em uma postura de resistência, escreve o redator-chefe do “*Diário da Manhã*”:

Já havíamos nos esquecido da existência desse cidadão [Bilac Pinto] e eis que a UDN o foi buscar lá nos cafundós, elegeu-o presidente da envernizada agremiação (brilho de crosta),

<sup>157</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. JG: - “Democracia emudecida é o que eles querem!”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.423, 14 mar. 1964, p. 8.

<sup>158</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Terminou o “deitado eternamente”. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.435, 31 mar. 1964, p. 8.

lançando-o nas manchetes das dezenas de jornais e colunas imparciais (?) de alguns comentaristas discutíveis princípios ideológicos, pois, via de regra, no fundo, não passam eles também de autênticos tubarões em formação, porque o tempo do jornalismo de média com pão e manteiga acabou há muito.<sup>159</sup>

No mesmo texto, Carlos Sant'Anna continua sua crítica a Bilac Pinto, porém agora trazendo um comentário sobre as falas do político, acerca do armamento dos trabalhadores rurais. O jornalista é irônico em mais um parágrafo, mostrando que a UDN não apoia realmente as causas do campo e, por esse motivo, a proposta de armamento seria extremamente infeliz, uma vez que os representantes udenistas seriam os “inimigos”.

Paradoxalmente, eis que o representante do partido opressor do homem do campo é que vem à público informar que os camponeses devem ser armados para defender a democracia!... Qual! Essa gente não vai aprender nunca. Se realmente derem armas aos camponeses, a primeira preocupação que devem tomar, mas urgentemente, é dar e em seguida sumir da frente dos homens do campo, pois ao que sabemos, seria esta a primeira vez que o alvo iria de encontro ao atirador, caso seja verdade o que Bilac Pinto anda dizendo por aí a fora.<sup>160</sup>

Em março de 1964, o círculo da reação já se encaminhava para a trama golpista. Tal empreitada já era sentida por alguns setores da sociedade civil e, sobre essa questão, o “*Diário da Manhã*” começou a perceber a movimentação da ala reacionária. Em editorial de Antônio Machado Sant'Anna, escreve o diretor sobre as eleições que iriam ocorrer:

A campanha presidencial vai se transformar em tremenda agitação. E o que é pior, já está em fase tipicamente revolucionária. Veja-se, como exemplo, o que sucede na UDN; de um lado o inconfundível governador da Guanabara a instigar o povo contra o governo federal; logo, contra a própria democracia, em atitude visivelmente radical e ultra direitista. Fascista, o sr. Carlos Lacerda entende muito bem quais as posições claras diante do problema nacional, porém, demagogo, sem nenhuma dúvida, lança-se à conquista de uma área que no dizer do governador de Minas Gerais, o sr. Magalhães Pinto, está sendo hipnotizado devido à própria ignorância dos problemas que a afeta.<sup>161</sup>

Pela estratégia de **legitimação** e de **unificação**, Antônio Machado Sant'Anna não hesita em demonstrar o seu posicionamento pró-João Goulart, bem como em favor da democracia, ao passo que também adjetiva o político Carlos Lacerda como “fascista”. Tal discurso vai ao encontro do que já escrevia Antônio Carlos Sant'Anna, demonstrando unicidade nesse aspecto, no que diz respeito ao posicionamento da família mantenedora do jornal.

<sup>159</sup> SANT'ANNA, Antônio Carlos. Bilac Pinto quer revolução. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.377, 18 jan. 1964, p. 8.

<sup>160</sup> Idem, ibidem.

<sup>161</sup> SANT'ANNA, Antônio Machado. As contradições da reação. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.413, 3 mar. 1964, p. 1.

#### 4.4.4 Política em Ribeirão Preto

Na política municipal, tem-se um marco: a eleição de Welson Gasparini. Lembrando que Carlos Sant’Anna havia concorrido ao lado do político para o cargo de prefeito da cidade, porém, não usava o “*Diário da Manhã*” como palco político – embora, de modo velado, recorria ao discurso em prol de eleições conscientes.

No dia 03 de janeiro de 1964, Carlos Sant’Anna escreve suas primeiras impressões acerca do novo quadro do poder legislativo e executivo de Ribeirão Preto: e não são as melhores. Utilizando a estratégia de **legitimação**, o jornalista opta por tratar do ponto financeiro, isto é, do orçamento municipal. Mas, o mais notório é o uso da **standardização**, pautando que tanto o prefeito quanto vereadores estão de férias, porém, a administração pública de Ribeirão Preto está, nas palavras do redator-chefe, “desordenada”.

O poder legislativo está em férias conforme anunciou o presidente e não teremos sessões no corrente mês. Assim, dentro do repouso necessário, esperamos que os edis recentemente empossados dêem à cidade o muito de que necessita para nos atualizarmos em relação ao progresso desordenado que, embora constante, está, conforme dissemos, desordenado.<sup>162</sup>

Um episódio importante de mencionar é o fechamento do “*Diário de Notícias*”, nosso segundo objeto de estudo, que ocorreu em fevereiro de 1964. O caso foi comentado pelos jornalistas do “*Diário da Manhã*”, ganhando destaque em artigos extensos, que defendiam a permanência do jornal dos padres, em consonância com a liberdade de imprensa. Escolhemos a temática “Política em Ribeirão Preto” para tratar do acontecimento por envolver um periódico de circulação no interior.

O “*Diário de Notícias*” encerrou suas atividades em 19 de fevereiro de 1964 e, no dia seguinte, Carlos Sant’Anna escreveu no “*Diário da Manhã*” o artigo “*A César o que é de César, ao Povo o que é do Povo*” comentando o ocorrido. É interessante notar que no texto, o jornalista não discorre especificamente sobre as causas do encerramento do DN, deixando subentendido que se tratou de uma questão econômica restrita à empresa jornalística. Porém, pondera sobre os ataques que o jornal do padre vinha passando.

Encerrou ontem suas atividades o “Diário de Notícias” desta cidade, órgão cuja tradição de luta o situava em lugar destacado entre aqueles cujo trabalho em prol da maior grandeza nacional – em todos os sentidos – é uma constante. Paradoxalmente, olhada à primeira vista a medida determinante do lamentável acontecimento seria, repetimos – olhada à primeira vista – o sentido vigoroso de luta social cristã ora desenvolvida por sua direção de redação tendo à frente a figura dinâmica do jornalista padre Celso Ibson de Silos.

<sup>162</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Novo prefeito no cargo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.263, 3 jan. 1964, p. 8.

[...]

De resto, a rendosa indústria do anticomunismo, motivo de que têm lançado mão aqueles cujo espírito personalista lhes garante satisfação aos interesses divorciados da realidade histórica brasileira e, sobretudo, dos princípios profundamente humanos e sábios contidos nas encíclicas “Mater et Magistra” e “Pacem in Terris”, constitui, ainda hoje, um argumento forte a uso da reação nacional.

“Diário de Notícias”, jornal de linha católica, dirigido com pulso firme por um profissional competente e sacerdote evoluído, afinado com o sentimento cristão que – por natural – impõe respeito ao semelhante seja ele quem for, não poderia sucumbir a não ser que razões poderosas o levassem à cova rasa onde são atirados os abandonados...<sup>163</sup>

Percebe-se que mesmo de modo eufemístico, Carlos Sant’Anna sugere que o fechamento do “Diário de Notícias” ocorreu por outras razões além das econômicas, mas alinhadas à luta do próprio veículo. Ao final do artigo, o jornalista conclama Agnello Rossi, arcebispo da Arquidiocese de Ribeirão Preto na época e diretor do “*Diário de Notícias*” para justificar o fechamento do periódico, colocando à disposição do clérigo a sua coluna do “*Diário da Manhã*” para esclarecimentos.

A discussão sobre o fechamento do jornal se estende para outros dias. No artigo “*A equação do problema*”, Carlos Sant’Anna se manifesta ao lado de outros jornalistas de Ribeirão Preto e em conjunto com o a ARRI (Associação Regional de Rádio e Imprensa):

Não podemos – nós os profissionais de imprensa – perder de vista, jamais, o fato de haver sido fechado um órgão diário e de palavra independente, no qual trabalhavam dezenas de companheiros nossos, na redação e nas oficinas. Motivo mais do que suficiente para compormos na luta encetada para reabertura daquele nosso confrade.<sup>164</sup>

É nítido o apoio do “*Diário da Manhã*” ao “*Diário de Notícias*”, demonstrando que ambos os órgãos dialogavam em prol da liberdade de imprensa. Além disso, havia certas congruências de posicionamento, como a aproximação com as reformas de base, João Goulart e as questões dos trabalhadores rurais.

Ainda sobre o caso do “*Diário de Notícias*” e o fechamento da empresa jornalística, Antônio Carlos Sant’Anna tece uma discussão acerca da Doutrina Social Cristã, a ideia central seguida pelos editores do DN, especialmente por Pe. Celso Ibson de Syllos e o arcebispo Agnello Rossi, da Arquidiocese de Ribeirão Preto. Tal afirmação será discutida com maior ênfase durante a análise do “*Diário de Notícias*”.

O diálogo democrático sempre será a suprema fonte para o entendimento entre os homens. Jamais duvidamos disso. No caso ora encerrado, da paralisação temporária do “Diário de

<sup>163</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. A César o que é de César, ao Povo o que é do Povo. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.404, 21 fev. 1964, p. 8.

<sup>164</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. A equação do problema. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.406, 23 fev. 1964, p. 8.

Notícias”, desde o primeiro dia, quando da divulgação do Comunicado da Arquidiocese, sentimos em constantes contatos, que havia uma porta de acesso ao bom entendimento e permitindo conclusão favorável a um assunto sem dúvida apaixonante por apresentar ângulos ainda obscuros para a opinião pública, onde se situa em destaque populacional o mundo católico e cristão.

Há católicos e cristãos perfeitamente atualizados em relação à doutrina social cristã como há, infelizmente, bom número ainda afastado da realidade histórica que vem sensibilizando a massa em prol da sua emancipação social e econômica. São os que estariam, segundo a própria doutrina, no plano estático e primário, o da instrução, faltando-lhes, para o atingimento do segundo estágio e adentramento no final, que é o da realização, passar pelo plano educacional.<sup>165</sup>

Na leitura acima, percebe-se que Antônio Carlos Sant’Anna mostra-se simpático aos ideais do “*Diário de Notícias*”, como a Doutrina Social Cristã, alfinetando as pessoas que não compreendem a intenção de tal ideologia, que seria a emancipação social e econômica. Ademais, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” complementa em defesa da liberdade da imprensa:

E nos perguntassem por que motivo saímos na luta em prol do reerguimento de nosso confrade, o “*Diário de Notícias*”, diríamos, sem nenhum temor, que a implicação de um princípio de auto determinação ligado ao não intervencionismo definiria sobejamente nossa posição. Mas, diante da alegação, que respeitamos, de que aquele órgão fechou-se temporariamente devido à sua precária situação financeira, ofereceremos em contra argumento o fato concreto de que sua administração defrontou-se com a triste realidade da omissão daqueles católicos e cristão acomodados ou inautênticos, que não souberam compreender – ou não quiseram – a imensa luta sustentada pela imprensa livre em prol da sobrevivência da dignidade humana, hoje tão espesinhada pelos poderosos.

[...]

Os jornais, como o DN e este DIÁRIO DA MANHÃ, integrados na luta contra o subdesenvolvimento contra o colonialismo contra a exploração do trabalho, contra a especulação da terra, enfim, contra a usurpação de legítimos direitos do homem, estão, já está fartamente comprovado, sob ameaça constante de fechamento total ou paralisação temporária. Isto não sucede por méria coincidência nem por acaso. Ocorre unicamente devido à omissão daqueles brasileiros católicos, cristãos em geral, ateus até, que não entenderam ainda da necessidade de uma imprensa livre para defesa da coletividade contra tantos males sociais.

Demos nossa contribuição ao ressurgimento do DN como profissionais conscientes. Esperamos que o povo todo se una no firme propósito de permitir àqueles que ora se dispõem reergue-lo financeiramente, porque sua reabertura será, novamente, para dignificar nossa imprensa não comprometida, assim, em favor do próprio povo ao qual cabe a responsabilidade do sucesso futuro da empreitada ou seu fracasso total.<sup>166</sup>

Nota-se que o discurso em prol da imprensa livre traz em seu âmago a estratégia de **legitimação**, em um discurso de resistência. Além do mais, embora Antônio Carlos Sant’Anna reconheça o fechamento do “*Diário de Notícias*” por questões financeiras, o editor-chefe não deixa de alfinetar os próprios membros da sociedade civil, bem como os cristãos e católicos – visto que eram os principais leitores daquele jornal.

<sup>165</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. O caminho da verdade. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.407, 25 fev. 1964, p. 8.

<sup>166</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Autodeterminação. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.408, 26 fev. 1964, p. 8.

Ao final de fevereiro de 1964, com a reabertura do “*Diário de Notícias*”, Antônio Carlos Sant’Anna escreve:

No concernente ao movimento desenvolvido para reabertura do “*Diário de Notícias*”, nossa posição esteve perfeitamente definida no que tange à imperiosa necessidade de lutar contra a paralisação ou mesmo fechamento de um órgão de imprensa. Se como profissional de imprensa temos consciência de nosso dever, não seria numa oportunidade como que aqui se apresentou que iríamos recuar de nossos princípios, pois, seria essa a primeira vez.<sup>167</sup>

O posicionamento em prol da liberdade de imprensa será mantido por Antônio Carlos Sant’Anna, mesmo com a deflagração do golpe civil-militar. Por isso, tal demonstração favorável ao “*Diário de Notícias*” merece importância de análise, uma vez que o redator-chefe do DM traz valiosas afirmações, que demonstram suas opiniões. Vê-se que o apoio ao jornal católico e a sua consequente reabertura perdurou por bastante tempo, tendo espaço nos artigos e, conseqüentemente, trazendo à discussão para a esfera pública de Ribeirão Preto.

No dia da reabertura do “*Diário de Notícias*”, por meio da estratégia de **unificação** logo no título do artigo, com o nome “*Venceu o bem comum*”, comemora Antônio Carlos Sant’Anna:

Retorna hoje às bancas de jornais o “*Diário e Notícias*”, prestigioso órgão de nossa imprensa e que durante vários dias esteve com sua circulação paralisada à espera do encontro de um denominador comum equacionando os problemas com que se defrontava sua administração, visando a eliminá-los e concomitantemente, a contornar o único óbice constituindo impedimento à normal circulação do referido jornal. Felizmente, foi encontrado. Através do trabalho decidido, honesto e autenticado com o objetivo precípua de reabertura e, resumindo, tendo encontrado de parte do sr. Arcebispo a indispensável boa vontade somou-se o necessário à consecução do ideal comum; o retorno do DN.<sup>168</sup>

Ao longo do texto, o redator-chefe volta a utilizar a estratégia de **unificação**, para demonstrar que a reabertura do “*Diário de Notícias*” serve não só aos interesses da empresa jornalística, mas sim, a toda comunidade.

Além do episódio do DN, alguns membros da imprensa de Ribeirão Preto também estavam sob ataque, incluindo o “*Diário da Manhã*”. Isso ocorreu devido ao espírito da própria época, ainda mais com o acirramento das dualidades esquerda x direita que tomou maiores proporções em março de 1964. Diante disso, Carlos Sant’Anna escrevia sobre os julgamentos nos quais passava os veículos. No artigo “*Campanha de ódio em Ribeirão Preto*”, o redator usa a estratégia de **eternalização** logo no início, tecendo a história das Encíclicas Papais e dos

<sup>167</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. No limiar da reabertura do DN. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.411, 29 fev. 1964, p. 8.

<sup>168</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. *Venceu o bem comum*. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.414, 4 mar. 1964, p. 8.

princípios do cristianismo para justificar que Deus não apoiaria o movimento contra os jornais ribeirão-pretanos, já que tal ato estaria sendo movido por puro ódio.

Ao desejarem transformar Ribeirão Preto na Dallas do ódio, atentam contra o semelhante alguns desajustados sociais; invadem o domínio do próprio regimen que dizem defender, desde que situam capitalismo em termos de ideologia; agriem contra a liberdade de imprensa – das mais sagradas, porque consubstanciando liberdade de pensamento, de expressão e de palavra; se superpõem ao livre arbítrio e ingerem na economia doméstica de empresas que não lhes compete julgar se realmente democratas; ou será que entendem por democracia a plutocracia abjeta em que vegetam? E os demais, os milhões, como dignificá-los? Esta folha é livre e independente, orientando-se por princípios cristãos e idéias democráticas, mas nacionalista; em consequência, quando elementos ainda desconhecidos para nós, mas dizendo-se representantes de uma entidade juridicamente inexistente passam a nos agredir e desejam subverter a ordem, apaziguados inclusive pela Polícia, em sã consciência os responsabilizamos por tudo o que nos acontecer, moral, física e materialmente; aos nossos redatores e aos operários que conosco labutam, porque finalmente, todos os males e prejuízos que futuramente tivermos mercê desta campanha de ódio e anti-cristã, de homens retrógrados e superados, lhes competirá como responsabilidade exclusiva.<sup>169</sup>

Mais do que denunciar reacionários no município, Carlos Sant’Anna faz um aviso, de modo a prever possíveis represálias pelas quais passariam os jornalistas. Percebe-se que de forma alguma o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” estava ignorando os sinais de cerceamento da imprensa e de ideias diferiam dos representantes da direita.

No dia seguinte, Carlos Sant’Anna voltaria a escrever sobre o assunto, mas agora, citando o MAD (Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e Contra o Comunismo), um grupo reacionário de Ribeirão Preto, formando por membros das elites financeiras, representantes políticos e oligarcas, que bradavam contra os jornais “*Diário da Manhã*”, “*Diário de Notícias*” e “*A Palavra de Ribeirão Preto*”, acusando-os de subversivos, além da insatisfação com as políticas de João Goulart. O movimento representava, em nível local, o que já decorria nacionalmente, com a “*Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade*” – que, em suas entranhas, preparava o golpe civil-militar. Vale lembrar que esses grupamentos tinham apoio de vários setores da sociedade, incluindo as forças clericais, leigas, militares, políticas e membros da imprensa, evidenciando a cisão ideológica da época.

Carlos Sant’Anna, enfrentando os representantes do MAD, debate:

O que desejam, o que querem, afinal, os articuladores do MAD?  
 Não é progresso? – Não será democrática a distribuição da riqueza? – não será respeito à religião, entendida e divulgada em base de doutrina social?  
 O que desejam os homens do MAD, afinal?  
 Não será o mesmo por que lutamos, nós os nacionalistas? E sendo assim, por que nos agriem, nos infamam, nos perseguem e nos vilipendiam?

<sup>169</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Campanha de ódio em Ribeirão Preto. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.424, 15 mar. 1964, p. 8.

Onde o espírito democrático dessa gente? Onde sua caridade cristã?  
 Onde, para terminar, seus conhecimentos de economia política?  
 Positivamente, não será com iletrados políticos que o Brasil irá para a frente e muito menos  
 com elementos que pensamento fazer lacerdismo, acabam, como Lacerda, fazendo agita-  
 ção...<sup>170</sup>

De acordo com Carvalho (2022, p. 276), embora houvesse anonimato dos membros do MAD, alguns elementos da alta sociedade ribeirão-pretana e até mesmo o delegado regional de polícia da época foram acusados de facilitar a atuação dos anticomunistas, pois estes teriam sido flagrados pregando cartazes verdes, veiculando a campanha de ódio nas redações e solicitando o corte de anúncios ao “*Diário de Notícias*”, “*Diário da Manhã*” e “*A Palavra de Ribeirão*”. Os “madeanos” revestiam-se com mantos de patriotas, em defesa de valores pela família, pela religião e democracia, ao mesmo tempo em que intercediam ataques à imprensa, mesmo de modo indireto, pelo sufocamento econômico (Carvalho, 2022).

O MAD ganhou força com a publicação de um manifesto no jornal “*A Cidade*”, órgão que compactuava com os ideais anticomunistas e reacionários. De acordo com Divo Marino (1988), o panfleto foi lançado em 31 de março, data do golpe, mas já havia outras publicações do movimento (Carvalho, 2022). Assim, o grupo criticava os jornais “*A Palavra de Ribeirão*”, “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, taxando-os de “comunistas, “falsos nacionalistas” e que “acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo”, respectivamente (Marino, 1988, p. 9). Não à toa, Carlos Sant’Anna escreveria artigos enraivecidos no DM e, ademais, o jornal também divulgou notícias contra o MAD, como a nota “Câmara Municipal contra o “MAD” pronunciamento através de maioria absoluta em indicação de ontem”.

Pela estratégia de **legitimação**, Carlos Sant’Anna objetivou em seus textos demonstrar a lacuna lógica do MAD, que se mostrava a favor da democracia, mas se portavam contra a liberdade dos jornais ribeirão-pretanos, excluindo o “*A Cidade*”.

Os ideólogos do MAD nos atingiram na essência: nossa liberdade. Agravaram seu primeiro pronunciamento com atividade altamente prejudicial aos nossos interesses e os daqueles que julgamos defender com nossa atuação profissional, limpamente, dentro de princípios inequívocos e fundamentados em nossos comentários. De resto, direito líquido e certo de toda empresa livre, de todo democrata que se preza.  
 Ficariamos calados e nem tomaríamos conhecimento do movimento local MAD, se seus dirigentes não tivessem confundido posições. Desde que passaram a atuar frontalmente contra nossa própria sobrevivência, investindo em nossa economia, como perguntamos, manter-nos impassíveis?<sup>171</sup>

<sup>170</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. O por que das reformas. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.426, 17 mar. 1964, p. 8.

<sup>171</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Configuração da pressão econômica. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.427, 19 mar. 1964, p. 8.



No mesmo texto, Carlos Sant’Anna cita a intervenção do delegado regional Celso Carmargo Azevedo quanto a atuação do MAD, dizendo que chegou a se encontrar com alguns membros madeanos, ao lado de outro redator do “*Diário da Manhã*”, Raul Machado. Entretanto, não há divulgações dos nomes do grupamento no artigo, de certa forma, para evitar indisposições ainda maiores, mas o texto termina ressaltando que o “*Diário da Manhã*” possuía um teor crítico anticomunismo comedido, pois de tal forma, seria considerado fascismo.

Quem entende de política sabe com absoluta noção qual é nossa posição ideológica face à realidade nacional. Não fazemos anticomunismo sistemático que isso para nós é fascismo; preferimos, de princípio, combater os males geradores de nossa miséria e que cerceiam nossa liberdade, limitando-nos os movimentos e, embora pareça absurdo, até mesmo o direito de falar ou escrever, conforme, aliás, está acontecendo não somente aqui, mas em várias cidades brasileiras, onde se instalaram outros MAD lacerdistas e fascistas.<sup>172</sup>

Tal agulhada de Carlos Sant’Anna aos membros do MAD não passaria despercebida e, até o final de março, esse embate se estenderia ao longo dos artigos do “*Diário da Manhã*” e os panfletos do MAD. Como ressaltou Marino (1988), embora o MAD não tivesse forças para fechar os periódicos, os constantes ataques aos veículos, ao lado da proliferação de discursos que colaboravam para aumentar ainda mais o sentimento de “medo” do comunismo, fez com que, pouco a pouco, os três jornais deixassem de circular. Além disso, o MAD propagou certos preconceitos já enraizados em partes da sociedade civil.

No caso específico do DM, essas ideias de que o jornal simpatizava com o comunismo foi reforçada pelos inúmeros artigos de apoio às reformas de base, como percebemos ao longo da análise. Essa tática foi empregada em outros jornais de circulação nacional, que também foram vistos como “maus olhos” na época, como o “*Correio da Manhã*”, mas que conseguiu manter a sua circulação ativa, pois após o Comício das Reformas de Base, em 13 de março, adotou uma linha contra João Goulart, pela aproximação do presidente com as esquerdas radicais. Em termos comparativos, o “*Diário da Manhã*”, embora reforçasse seu posicionamento nacionalista, especialmente com Carlos Sant’Anna, mencionou em inúmeras ocasiões que a política janguista seria a única alternativa possível – por conta disso, os madeanos tiveram ainda mais condições de delatar os jornalistas do DM e persegui-los, tanto nas prévias do golpe civil-militar quanto após a tomada de poder.

No dia 21 de março, uma grande reportagem estampa a última página do jornal, com a manchete: “Tiram as máscaras os gorilas da Câmara: desejando a asfixia da imprensa livre!”.

---

<sup>172</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Configuração da pressão econômica. *Diário da Manhã*, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.427, 19 mar. 1964, p. 8.

O texto tratou da 17ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, ocorrida no dia anterior, em que políticos da cidade teceram comentários sobre o MAD. A reportagem do DM é incisiva, chegando a trazer nomes e críticas aos políticos simpáticos ao movimento.

Os ideólogos do terror político e que vêm pressionando a livre imprensa de Ribeirão Preto estiveram ontem em dia cheio. Movimentaram-se na tentativa envolvente da opinião pública que já os repudia. Atingiram até mesmo nossa Câmara Municipal, pretendendo inverter seu ligno pronunciamento, através da ação de conhecidos gorilas vestidos de democratas. Conhecidos oportunistas políticos entre os quais se destaca o vereador Juventino Miguel, cujo trabalho de corredor na Prefeitura valeu-lhe o epíteto de “prostituidor de consciências e do eleitorado”, lançado pelo seu colega de bancada, o homem que vem conseguindo desmoralizar e anarquizar a edilidade, o vereador impedido Fuad Hanna. Esta dupla, Juventino Miguel e Fuad Hanna não esteve isolada. Conseguiram em sua companhia o intelectual Celso Paschoal, ademarista coerente, e a expressão reacionária da atual Câmara, grande sociólogo, humanista e político, sr. Juca Alves.<sup>173</sup>

Não é a primeira vez que o termo “gorilas” é empregado no “*Diário de Notícias*”. Carlos Sant’Anna utilizou o vocábulo em outras ocasiões para referir-se aos reacionários, bem como aos políticos que iam contra as políticas das reformas de base. Embora o texto acima fosse uma reportagem, a conotação opinativa é bastante forte, uma vez que a intenção do DM também é defender-se das ameaças do MAD.

Carlos Sant’Anna critica os artificios do MAD para causar medo no povo. Para ele, o grupamento causava alvoroço e temor, em argumentos que comparavam o comunismo como algo representativo ao “inferno”. Novamente, o redator-chefe tenta aplicar a **legitimação**, em encadeamentos discursivos lógicos, para demonstrar que tais empreitadas dos madeanos não tinham boas intenções.

Mistificação pura, distorção clássica e sofisma indiscutível passaram a ser as armas da reação e dos antipovo. Querem convulsão social e empunham o terço para chegar a seu fim. Ludiíbriam o povo, envolvendo-os em manifestação religiosa quando objetivam fazer política sórdida com esse mesmo povo, obrigando-o a ouvir o que não quer. O temor do inferno é ainda muito arraigado no espírito humano, principalmente nas cidades onde o verdadeiro poder nem sempre se concentra nos que são a Igreja, mas, como se verifica, ramifica-se em mãos inescrupulosas que tangenciam na apresentação dos fatos. Inclusive, quando anuncia-se aos quatro ventos da cidade, de que o excelentíssimo senhor arcebispo deu inteiro apoio ao MAD local. Porque há mistificação no informe; há dose maciça de má intenção na divulgação de um fato inverossímil como esse.<sup>174</sup>

<sup>173</sup> SEM AUTOR. Tiram as máscaras os gorilas da Câmara desejando a asfixia da imprensa livre. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.429, 21 mar. 1964, p. 8.

<sup>174</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Os mistificadores do regime. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.430, 22 mar. 1964, p. 8.

Em 31 de março de 1964, data do golpe, o jornal “*A Cidade*” publica novo manifesto e, de novo, há um ataque contra os jornais, como já havia ocorrido em momentos anteriores:

Cidadão brasileiro patriota, reaja ativamente contra a infiltração comunista que está sufocando o Brasil. [...] Vamos reagir ativamente começando por cancelar, devolver e não anunciar em jornais comunistas, ou jornais brizolistas (falsos nacionalistas), ou jornais confucionistas que acendem uma vela a Deus e outra ao Diabo.

Até mesmo o Centro de Debates da PRA-7 se envolveria no caso. Assim, na data do golpe, o MAD teria chamado o redator-chefe do “*Diário da Manhã*”, Divo Marino de “*A Palavra de Ribeirão*”, Pe. Celso Ibson de Syllos do “*Diário de Notícias*” e Geraldo Castilho Freire do “*Diário de Notícias*” para discutirem no programa, porém, nenhum dos madeanos compareceu (Marino, 1988). Consumada a trama golpista, os jornalistas presentes na PRA-7 ouviram o anúncio do General Amauri Kruehl e já aguardavam a sua prisão – algo que não tardou a acontecer (Carneiro Júnior, 2002).

Ainda sobre o MAD, Carlos Sant’Anna manifesta-se em sua coluna, pela estratégia de **tropo**, ao usar constantemente o termo “fascistas”.

Portanto, em consideração e tão somente por isto, ao momento que atravessamos, é que deliberamos protestar publicamente contra o manifesto fascista. Aceitaríamos sem maior preocupação tudo o que ali está posto caso não tivessem invadido nossa liberdade; e é primário em quem se diz democrata ou defensor da democracia, saber que esta não subsiste sem liberdade; principalmente de pensamento, de expressão, assim, de imprensa. E por haverem atingido nossa liberdade em todos os sentidos, quer como livre empresa, quer como profissionais de imprensa, é que nos insurgimos contra a esdrúxula pretensão dos pseudos democratas locais.

Nosso jornal não é nem nunca foi de comunista; nós não somos nem nunca fomos comunistas; mas, como nacionalistas convictos, como defensores do programa de reforma do governo federal e sobretudo como intérpretes da doutrina social cristã (que estamos detidamente), não vemos como admitir, de leve sequer, as atrevidas, violentas e despropositadas acusações à imprensa, contidas no boletim fascista, notadamente quando seus boletins apócrifos pregam abertamente contra a legitimidade de nossos direitos.<sup>175</sup>

O trecho acima traz a crítica ao MAD, ao mesmo tempo em que visa reforçar o posicionamento do “*Diário da Manhã*”, como já havia feito Carlos Sant’Anna em ocasiões anteriores que foram destacadas nesta análise. Porém, algo notório é a ênfase em trazer o nacionalismo e a Doutrina Social Cristã em pauta, ao mesmo tempo em que destaca a liberdade de imprensa e a atuação do jornal enquanto empresa jornalística – aspectos que também serão compartilhados, com exceção do nacionalismo, pelo “*Diário de Notícias*”.

<sup>175</sup> SANT’ANNA, Antônio Carlos. Lei de Segurança Nacional para “eles”. **Diário da Manhã**, Ribeirão Preto, ano 65, n. 20.432, 25 mar. 1964, p. 8

Ora, esses apontamentos demonstram que ao prelúdio do golpe, muitos representantes da imprensa ribeirãopretana partilharam de posições semelhantes, em defesa das reformas de base e a favor de políticas que trariam benefícios ao povo (especialmente, aos proletários urbanos e rurais). Tais empreitadas podem, de fato, ter desagradado membros da elite financeira da cidade e políticos receosos da perda de privilégios. Esse medo, oriundo, em grande parte, das ideias circulantes na época que criavam narrativas anticomunistas, colocando os indivíduos pró-reformas como ameaças.

Aquino (1999) traz uma importante reflexão acerca disso, ao estudar o jornal “*O Estado de S. Paulo*” (OESP), um dos defensores do golpe civil-militar de 1964. Para ela, é justificável o apoio do jornal à tomada de poder pelas forças armadas, uma vez que os proprietários do periódico eram, tradicionalmente, defensores de uma postura liberal e conspiravam abertamente contra o governo constitucional de João Goulart. Isso porque, na perspectiva de liberalismo de John Locke, os indivíduos detentores de propriedades privadas teriam a racionalidade necessária para a ação política, diferenciando-se dos demais (Aquino, 1999).

A autora acompanhou os editoriais do OESP em momentos que antecederam o golpe, constatando um tom alarmista de crítica ao governo de Jango e as políticas das reformas de base, “conclamando a sociedade civil e as Forças Armadas na defesa do que consideram como interesses gerais e direitos naturais dos homens e conspirando abertamente contra o governo instituído” (Aquino, 1999, p. 42), em uma nítida posição liberalista lokeana. Assim, ao contrário do que se percebia em nossa análise do “*Diário da Manhã*”, representante de uma imprensa convencional em Ribeirão Preto, muitos jornais das grandes capitais estavam mais próximos do pensamento do MAD e, por consequência, também contribuíram para a construção de estereótipos contra qualquer discurso que fosse minimamente conivente às reformas de base.

Passado o golpe civil-militar, o “*Diário da Manhã*” volta às bancas somente em outubro, visto que Carlos Sant’Anna teve que prestar depoimento e passou por um tempo de perseguição. Claro que, após o seu renascimento, os redatores e proprietários do jornal estavam temerosos de perder a sua fonte de sustento, o que os fez diminuir a insistência reformista, adotando uma postura mais branda e de autocontrole – em termos, algo bem similar às práticas de autocensura, que se endureceriam ainda mais com o amadurecimento da Ditadura Militar.

#### **4.5 Diário de Notícias – 1961**

A trajetória do “*Diário de Notícias*” (DN) foi bastante conturbada, sendo um jornal que passou pelas mãos de muitos diretores até, finalmente, ser adquirido pela Arquidiocese Católica

de Ribeirão Preto, em 1944. A partir daí o periódico se consagrou no município e ficou conhecido como um dos representantes da imprensa convencional e veículo noticioso da região. Com uma linha agressiva contra o comunismo, o DN seguia a Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, publicada em 15 de maio de 1861, em defesa da propriedade privada.

Contudo, a partir de 1953, o jornal assumiu uma nova configuração, com uma linha editorial pautada na Ação Católica, por conta da interferência do arcebispo local D. Luís do Amaral Mousinho, que atuava ao lado das comissões da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tendo intensa vida pastoral e evangelizadora (Carneiro Júnior, 2002). Conforme relata Pe. Francisco Assis Correia (2008, p. 587), a conduta do jornal tinha, portanto, estreita relação com a vivência do arcebispo, com uma conduta moralizante, tendo o princípio da “boa imprensa, pela família” e pela “moral cristã”.

Em 1957, o “*Diário de Notícias*” iria se reinventar mais uma vez no posicionamento editorial, com uma linha de cunho social. Muito disso se deve à presença do Pe. Celso Ibson de Syllos, diretor do periódico a partir de 1956, que será protagonista na propagação de ideias que visavam a emancipação de trabalhadores rurais, a alfabetização da classe operária e a sindicalização. Inclusive, nota-se a presença de uma coluna chamada “*Lutando pela Justiça Social*”, aparecendo normalmente na terceira página, que tinha como objetivo divulgar pautas de conscientização dos operários.

Figura 10 - Coluna "Lutando pela Justiça Social"



Fonte: Diário de Notícias, 01 de janeiro de 1961.

Apesar das questões sociais terem se destacado no final da década de 1950, o envolvimento de setores católicos com a classe operária já era algo datado desde 1932, com a manifestação dos Círculos Operários, que eram associações civis de trabalhadores. A Igreja tinha a intenção de instruir esses conglomerados, orientados para a fé cristã, sob uma forma de aumentar o prestígio da instituição católica, que estava sofrendo progressivamente a perda de fiéis. A Encíclica *Rerum Novarum* foi a pioneira no debate, chamando a atenção às condições precárias as quais eram submetidos os trabalhadores, sendo a nascente da Doutrina Social.

De acordo com Kobori (2017), os seguimentos da Encíclica *Rerum Novarum* foram complementados pelo novo documento papal, a *Mater et Magistra*, de 16 de maio de 1961. Ela ofereceu o respaldo teórico-religioso para a realização de mudanças sociais, à luz da chamada Doutrina Social Cristã. Ancorado por essas ideias redigidas pelo Papa João XXIII, Pe. Celso ousou formar lideranças sindicais em áreas rurais, tendo como objetivo organizar os trabalhadores aos olhos da Igreja, formando assim, a chamada “Frente Agrária Paulista” – movimento que teria bastante destaque nas páginas do “Diário de Notícias”. Percebe-se que, novamente, a

atuação do jornal confunde-se com a de seus diretores, servindo não só como veículo propagador de notícias locais, mas como um porta-voz da Arquidiocese Católica de Ribeirão Preto (Kobori, 2017).

Além do movimento junto aos trabalhadores rurais, o setor progressista da Igreja e os seguidores da Doutrina Social Cristã, também atuavam em paralelo com alguns grupos estudantis que integravam a Ação Católica brasileira. Entre eles, destacam-se a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrícola Católica), a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JUC (Juventude Universitária Católica) e a JIC (Juventude Independente Católica).

Conforme aponta Ridenti (2002), a experiência de alguns desses grupos transcendeu o âmbito puramente religioso, evoluindo para uma perspectiva cristã inovadora na qual muitos jovens se envolveram com a política e o movimento estudantil, chegando até a disputar cargos em entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). A JUC, entre as organizações mencionadas, ganhou os holofotes pela esquerda católica, como a representação oficial da Igreja nos meios universitários.

A presença desses grupamentos junto à instituição religiosa foi essencial para a formação de um bloco de resistência. Tanto que em Ribeirão Preto, a Igreja Católica surgiria como um símbolo de resistência à Ditadura Militar, não só com a figura do Pe. Celso Ibson de Syllos, mas de outros religiosos que ficaram à frente do campo de batalha e, em muitos casos, sofreram duras represálias. O caso de Madre Maurina é emblemático, pois quando assumiu a direção do Lar Sant'Anna, em 1969, a freira teve contato com um grupamento local, o MEJ (Movimento Ecumênico de Jovens, também chamado de Movimento Estudantil Jovem), pela presidência de Mário Lorenzato, que promovia atividades culturais, bem como participava de liturgias e atividades de arrecadação para a Igreja (Carneiro Júnior, 2002). Porém, não demorou muito para Madre Maurina ser acusada de conspiração contra o regime autoritário e cooperação com a FALN (Forças Armadas de Libertação Nacional), sendo presa e torturada, em uma trágica história envolvendo a violência física, institucional e burocrática do Estado golpista.

A participação dos jovens católicos e os pensamentos da Doutrina Social Cristã seriam vistos nas páginas do “*Diário de Notícias*”. No período pré-golpe, essa postura contribuiu para que o periódico ganhasse adeptos – até porque, ele mantinha a veiculação de matérias com alto valor-notícia. Tanto que, na década de 1960, o “*Diário de Notícias*” ganhou expansão regional, circulando em cidades vizinhas, com uma tiragem de 8.500 exemplares. Assim, ao lado do “*Diário da Manhã*” e do “*A Cidade*”, ele formava a Santíssima Trindade ribeirão-pretana da imprensa do interior. Com seu famoso bordão “A César o que é de César, a Deus o que é de Deus”, o DN trazia notícias de agências internacionais na primeira página, divisões temáticas

(esportes, cultura, questões sociais) e o editorial destacado com o título “*Nosso Comentário*”, na segunda página.

Figura 11 - Primeira e segunda páginas do "Diário de Notícias".



Fonte: Diário de Notícias, 02 de janeiro de 1961.

Trazendo muito das práticas norte-americanas do jornalismo, com privilégio do informativo nas chamadas e manchetes, bem como a diagramação da folha, o conhecido “jornal dos padres” chamava atenção não só de católicos, mas de cidadãos que buscavam informações. Por esse motivo, não se pode restringir a análise do “*Diário de Notícias*” apenas ao âmbito clerical, mas sim, compreender que a atuação da Igreja se dava de modo mais amplo, direcionando seus discursos para além da população estritamente religiosa.

Diferentemente do “*Diário da Manhã*”, em que os textos opinativos continham assinaturas de Machado e Carlos Sant’Anna, o “*Diário de Notícias*” segue mais à risca o conceito de editorial, sendo que a maioria não é assinada. No entanto, sabe-se que o encargo da produção dessas redações era dos diretores, portanto, Pe. Celso Ibson de Syllos ou, então, seu substituto, Pe. Angélico de Sândalo Bernardino.

Importante destacar que, entre janeiro de 1961 e janeiro de 1962, Pe. Celso Ibson de Syllos estava na Europa, em uma viagem acadêmica para realizar um curso sobre os problemas sociais. Nesse sentido, Pe. Angélico Sândalo Bernardino foi escritor dos editoriais no período (Kobori, 2017). Com essa informação, é possível ter um olhar crítico na análise, percebendo as



nuances de posicionamento entre ambos os padres, mesmo que os dois defendessem princípios semelhantes.

Após o falecimento de D. Luís do Amaral Mousinho em 1962, a Arquidiocese e o DN ficaram à mando de D. Agnello Rossi, que manteve a postura editorial do jornal, já que Pe. Celso Ibson de Syllos esteve à frente da direção até o golpe civil-militar de 1964. Vale novamente destacar a prisão do padre após a tomada de poder, bem como a postura contraditória de D. Agnello Rossi, que saudou a chamada “Revolução” em missa realizada no 3º Batalhão Policial de Ribeirão Preto, no dia 05 de abril de 1964, além de elogiar os militares que, segundo o clérigo, desmantelaram a trama comunista em marcha no país (Correia, 2008, p. 597).

Antes mesmo da deflagração do golpe civil-militar, o periódico interrompeu suas atividades em fevereiro de 1964 – assunto que foi amplamente divulgado pelo seu conterrâneo, “*Diário da Manhã*”. Apesar da alegação de problemas financeiros, alguns estudiosos como Carneiro Júnior (2002) apontam que a insistência social, o discurso reformista e a própria postura do Pe. Celso Ibson de Syllos foram os fatores preponderantes para interromper a circulação do diário, já que ele amedrontou as elites financeiras de Ribeirão Preto e, além disso, muitos membros da sociedade civil ficaram temerosos com o posicionamento do jornal, pela narrativa do “fantasma do comunismo”.

Tendo em vista esse contexto, a análise do “*Diário de Notícias*” terá o enfoque da Doutrina Social Cristã, como parte temática importante dos textos editoriais, em que os diretores se empenhavam em defender a *Mater et Magistra*, além de justificarem por essa teologia a postura do jornal. Havia uma insistência maior sobre a temática por parte de Pe. Celso Ibson de Syllos, mas isso não significou que Pe. Angélico Sândalo Bernardino atuou de maneira antagônica, embora mais amena que o diretor do “*Diário de Notícias*”.

Assim como no “*Diário da Manhã*”, nota-se uma incidência maior, bem como uma ênfase discursiva mais acirrada, com textos mais ácidos, nos períodos mais próximos ao golpe, em que os jornais trataram de temas como as reformas de base, defesa de João Goulart e, especialmente, uma campanha contra os reacionários da UDN (em âmbito nacional) e a favor da emancipação da classe operária.

No ano de 1961, foram analisados 42 textos, sendo que a maioria esteve relacionada à temática da Doutrina Social Cristã, muito por conta da promulgação da *Mater et Magistra*, que ocorreu no mesmo ano.

#### 4.5.1 Doutrina Social Cristã

Como vimos na historicidade do “*Diário de Notícias*”, existia uma postura anticomunista preponderante no jornal, especialmente em meados de 1950. Tal colocação não se dissipou automaticamente com a direção de Pe. Celso Ibson de Syllos, até porque grande parte da Igreja Católica era notadamente contra o regime comunista, dado que se entendia a necessidade do ateísmo para participar do regime. Sendo assim, em 1961, há alguns editoriais que tratam acerca da temática, em congruência com a defesa da Doutrina Social Cristã, tendo o interesse de separar essas ideologias.

Ao mesmo tempo, o “*Diário de Notícias*” condena o capitalismo liberal, que explora os trabalhadores e seria o responsável por fazer o comunismo crescer – já que o proletariado não via uma alternativa viável. Pela estratégia **expurgo do outro**, escreve o jornal:

O ocidente moderno contempla contrafeito a invasão sempre crescente do comunismo materialista e ateu em todos os países. Arregimentaram-se as forças para por paradeiro a esta ofensiva vermelha, levada a efeito sob muitos aspectos: armado, ideológico, econômico, social. Não obstante, porém, todos os esforços, a marcha do comunismo ai está, incontida. Desde 1917, na Rússia, a idéia da revolução vem caminhando, caminhando sempre, sem cessar.

De nada valem as armas, as conferências de defesa técnica-bélica para conter o marxismo. Idéias combatem-se com idéias e o comunismo, antes de tudo, é idéia. Pouco importa que os chefes vermelhos resolvam, por questão de tática, empregar, às vezes, as armas para sua difusão ou se mantenham puramente na implantação por meios pacíficos. O comunismo cresce e crescerá tanto mais ou menos até que encontre maior ou menor resistência no campo das idéias. O capitalismo liberal, desumano e negador de Deus na prática, porquanto desconhecedor da dignidade humana, não possui credenciais para fazer frente ao comunismo que se nos apresenta, embora falsamente, como libertador do homem econômica e socialmente esmagado por estruturas infernais. Urge pois, lancemos mão à doutrina social da Igreja, única força capaz de libertar o homem da tirania do capitalismo liberal e comunismo ateu. Doutrina social da Igreja que prega a dignidade humana, seus deveres e limitações frente ao bem comum.<sup>176</sup>

O trecho acima demonstra a força argumentativa do “*Diário de Notícias*”, que pela estratégia de **naturalização** traz a Doutrina Social Cristã como a terceira via capaz de libertar a sociedade tanto do comunismo quanto do capitalismo. Em outro trecho, a repetição do **expurgo do outro** volta a aparecer para caracterizar os ideais comunistas, em conjunto com o **tropo**, especificamente a sinédoque, em termos como “os vermelhos”:

Uma constante propaganda comunista no mundo é declarar que o comunismo internacional quer paz. Todavia, sucede aqui com o termo paz coisa idêntica ao que se sucede com termos como liberdade e democracia, quando usados pelos vermelhos. A paz desejada por estes é

---

<sup>176</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A grande força. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.183, 12 jan. 1961, p. 2.

aquela que reinou na Hungria, após a recente revolução popular ter sido esmagada pelos tanques soviéticos. Isto é: desde que o comunismo ou o soviétismo impere, o que desejam mesmo é este tipo enganador de ordem e tranquilidade.<sup>177</sup>

O “*Diário de Notícias*” traz um discurso de esvaziamento dos termos por parte da ideologia comunista. Esse artifício é empregado nos editoriais justamente para inflar a Doutrina Social Cristã, dissolvendo o nó que a Guerra Fria amarrou em apenas dois caminhos possíveis: à esquerda ou à direita.

Pela estratégia de **tropo**, em consonância com o **expurgo do outro**, o “*Diário de Notícias*” intitula “os capitalistas” e “os comunistas” como afastados dos católicos.

O capitalismo baseia-se numa peculiar concepção de liberdade. É esta, deveras, sua gênese histórica, expressa no liberalismo. O comunismo, continua o sacerdote, arvora a bandeira da igualdade. Assim, o programa esquematizado e também de raízes históricas, que cabe ao catolicismo pode ser sintetizado na fraternidade, que aliás é expressão de caridade e de justiça. A ação dos católicos sociais não será de nenhum modo uma atividade política, pelo menos no sentido mais exíguo do termo. Tem de basear-se na convicção tem de resultar de um esforço, lento sem dúvida, mas seguro.<sup>178</sup>

Constata-se a presença da expressão “católicos sociais”, que alude às defesas do “*Diário de Notícias*” e a sua insistência pelas causas do operariado. Isso também registra uma certa cisão dentro da Igreja Católica, já que nem todos os clérigos pautavam-se em defesa das lutas proletárias e dos movimentos sociais – algo que será decisivo no período pré-golpe, identificando os setores religiosos que apoiaram e que não apoiaram o golpismo.

Pela estratégia de **naturalização**, o jornal coloca a Doutrina Social Cristã como a ideologia capaz de fornecer a verdadeira igualdade aos homens, aos olhos de Deus. Há, portanto, o argumento do misticismo e da valorização das crenças, que já eram de se esperar em uma imprensa católica. Sendo assim, deblatera o periódico:

A DOUTRINA SOCIAL da Igreja quer hoje fazer valer a dignidade humana, diante do sistema capitalista que reduziu o homem a engrenagem de produção. Não há dúvidas de que a mentalidade da Igreja, neste ponto, deve ser revolucionária, porque totalmente contrária ao espírito burguês que dessassombadamente comanda as mentalidades liberais. O REGIME COMUNISTA também não pode trazer solução para o problema social, pois também peca pela base, ao tentar definir o homem. Sem liberdade, deveria haver outra reforma. A tese central é a que apresenta a Igreja, através de sua doutrina social. Salvar a liberdade humana, ao mesmo tempo que defende o comunitarismo dos bens deste mundo, diante de uma malversão do conceito de propriedade particular, vivido pelo capitalismo.<sup>179</sup>

<sup>177</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Paz e paz. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.185, 14 jan. 1961, p. 2.

<sup>178</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Três forças na América Latina. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.194, 26 jan. 1961, p. 2

<sup>179</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Visão do capitalismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.211, 16 fev. 1961, p. 4.

O “*Diário de Notícias*” não exige a postura radical, sendo enfatizada como uma forma de conter as mazelas do capitalismo e do comunismo. Em termos de análise, essa repetição de argumentos é uma maneira de influenciar o pensamento dos leitores do jornal, ao passo que também resguarda o periódico de ameaças externas, já que ele brada contra o capitalismo e os regimes de esquerda, não sendo considerado, portanto, aliado dos comunistas.

Aliás, é notório o medo do “*Diário de Notícias*” ser associado ao comunismo – o mesmo pode-se dizer do “*Diário da Manhã*”. Afinal de contas, houve um esforço contínuo e coletivo de construção de um imaginário ilusório acerca do comunismo, que explorava a formação de preconceitos preexistentes em relação a um “outro” específico, classificado como um adversário responsável por perturbar a ordem estabelecida, isto é, o *status quo* vigente. Dessa forma, há uma preocupação do diário em reforçar que o afastamento do capitalismo não significava aproximação com o comunismo. Reitera em outro editorial, pelo **expurgo do outro**:

A estes dois flagelos modernos, comunismo e capitalismo liberal, ambos desumanos e cruéis, a Igreja rejeita, propondo uma doutrina de paz que nasce da justiça e caridade. Humanização do trabalho, salário justo, superação do regime salarial, contrato coletivo de trabalho, previdência... são alguns capítulos desta doutrina capaz de libertar o homem escravo da máquina e do dinheiro.<sup>180</sup>

Os escritos do “*Diário de Notícias*” vão ao encontro dos ensinamentos das encíclicas papais sobre a Doutrina Social Cristã. Ao olharmos a perspectiva de Camacho (1995), percebe-se que, de fato, o jornal seguia o que era esperado pelos adeptos da ideologia social da Igreja, pois quando há uma expressão em relação ao capitalismo, é essencial iniciar questionando qual versão específica do regime político-econômico está em discussão – e, nos textos do DN, há uma ênfase no capitalismo liberal.

A MENTALIDADE do liberalismo econômico via no empregado apenas a peça dócil que valia na medida da produção. A pessoa humana do empregado era esquecida, e portanto injustificada. O marxismo surgiu como consequência dos erros do liberalismo, mas caiu em extremos opostos, onde a mesma pessoa humana continuava esquecida, e valia apenas enquanto submissa à vontade do partido, o Estado, grande usina desumanizada. Nas nações livres, onde impera a democracia, de onde os princípios do cristianismo aos poucos vicejam na aceitação dos homens, a preocupação com a justiça social acumula seus benefícios igualmente no plano das empresas e das fábricas, no complexo de homens e mulheres que constituem a grande força da produção.<sup>181</sup>

---

<sup>180</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Capitalismo e comunismo. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.216, 22 fev. 1961, p. 2.

<sup>181</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Humanização do trabalho. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.255, 12 abr. 1961, p. 4.

É interessante pontuar que no trecho supracitado, o “*Diário de Notícias*” diz que o marxismo é resultado do liberalismo, que desumaniza os trabalhadores. Essa abordagem insere-se nos argumentos pontuados anteriormente, ou seja, que há um determinado capitalismo que deve ser criticado e, como alternativa, tem-se a doutrina social da Igreja. Há o emprego da **naturalização**, pois o texto intenta demonstrar que somente as nações livres orientadas pelo cristianismo alçaram êxito na justiça social.

Para reforçar a Doutrina Social Cristã e a luta a favor dos trabalhadores, o “*Diário de Notícias*” disserta: “Se há classe que deve lutar pela democracia e contra o comunismo e o fascismo, esta é a classe operária”<sup>182</sup>. Respalda pela *Rerum Novarum*, o jornal explicita que o regime comunista tem a determinação de subverter a ordem social e, por isso, a doutrina social da Igreja tem a incumbência de combatê-lo, mas considerando que somente a classe operária seria capaz de determinar a democracia em sua plenitude.

Novamente, pela estratégia **expurgo do outro**, o “*Diário de Notícias*” trabalha com um afastamento do comunismo:

O perigo maior vem, sem dúvida, por parte do comunismo internacional. Pode-se perceber claramente como ele está ativo em suas fileiras e além delas. Ele atua na política, na imprensa escrita e falada, e se infiltra nos diferentes setores da sociedade, principalmente entre estudantes e nas camadas intelectuais. Até mesmo conferências sobre o marxismo acontecem, cercadas por uma aura de respeitabilidade que é inadequada para a doutrina e seus defensores. Os detentores do poder frequentemente mostram um desejo sincero de preservar a liberdade de cátedra, o que às vezes inclui professores marxistas. Nesta preocupação, pode-se observar uma certa comicidade indisfarçável ou uma interessante incoerência.<sup>183</sup>

Ao término do editorial, o “*Diário de Notícias*” destaca a importância de manter uma atenção constante aos valores democráticos, mas também adverte contra o risco de fazer concessões aos comunistas (chamados de “vermelhos”, no texto, pela estratégia de **tropo**). Além disso, o jornal menciona a necessidade de estar atento aos nacionalistas de emergência e aos “patriotas de meia-tigela”, que são indivíduos que afirmam ser defensores da nação, mas podem não agir de maneira eficaz ou coerente em prol do bem da nação – em uma inferência, poderia o periódico referir-se aos adeptos ao capitalismo liberal.

Em julho de 1961, o “*Diário de Notícias*” fez alguns comentários acerca da Encíclica *Mater et Magistra*, que foi lançada em maio do mesmo ano. Os apontamentos foram positivos, uma vez que o novo documento também debatia a doutrina social, assim como o seu antecessor,

<sup>182</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Operários na defesa da democracia. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.291, 27 mai. 1961, p. 2.

<sup>183</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Brasil novo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.305, 15 jun. 1961, p. 4.

*Rerum Novarum*. Assim, o jornal traz argumentos enraizados nas Encíclicas, em mais uma estratégia de **legimitação** pela Doutrina Social da Igreja:

PELOS trechos e resumos que a imprensa já divulgou, percebo que a Encíclica "Mater et Magistra" está fadada a exercer influência considerável, tão logo seja conhecida na íntegra e surjam os comentários e estudos a seu respeito. Fiel à linha tradicional, é contudo extremamente moderna e toma conhecimento dos novos problemas surgidos no mundo, das transformações ocorridas nos últimos setenta anos, isto é, desde a publicação da "Rerum Novarum". PARA que se possa avaliar a atualidade do documento, vejam-se alguns dos temas em geral discutidos em textos pontifícios mais antigos. O pronunciamento da Igreja sobre eles representa uma contribuição verdadeiramente revolucionária.

JOÃO XXIII destaca amplamente a questão das desigualdades no plano internacional. Há nações que têm riqueza e poder, ao passo que outras vivem na maior miséria; há países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Recomenda o Pontífice Romano que as nações prósperas procurem ajudar as demais em seu progresso; mas logo adverte dos perigos ocultos nessa colaboração. As nações poderosas podem querer transformar a ajuda em meio de expansão imperialista, assim como, por efeito de um equívoco muito corrente, podem querer impor seus padrões e estilos de vida aos povos em fase de desenvolvimento. O Sumo Sacerdote foi muito claro ao profligar tais erros, lembrando que o auxílio deve ser dado com as peculiaridades locais respeitadas.<sup>184</sup>

No mais, o editorial discute o problema da terra e destaca a abordagem do Papa João XXIII, que coloca a melhoria das condições humanas como a questão central e orienta todas as demais questões em função desse objetivo. O texto menciona que os aspectos da Encíclica relacionados à agricultura, em particular, provavelmente serão amplamente debatidos no Brasil, dada a atual discussão sobre a "reforma agrária". Assim, sugere-se que as reflexões contidas nas palavras do Papa, embasadas em observações realistas, podem ajudar a evitar erros que podem surgir de abordagens demagógicas, romantismo inconsequente e reacionarismo – sendo, portanto, o caminho possível para uma sociedade mais justa, na visão do DN. Complementa em novo editorial:

Precisamos ler e estudar a Encíclica "Mater et Magistra", porque o Santo Padre não se abalou a um pronunciamento desta ordem com fins literários. E cada qual em seu setor pode servir à difusão da palavra pontifícia e, principalmente, traduzi-la em atos.

Ninguém nega que as diretrizes sociais de João XXIII não se aplicam ao Brasil. Pelo contrário, muitos tópicos de sua Encíclica parecem que foram escritos especialmente para nós. É possível até que os sofrimentos do povo brasileiro estivessem presentes no espírito e no coração do Vigário de Cristo ao redigir certos pontos da Carta.<sup>185</sup>

Essencialmente, o trecho enfatiza a importância de aplicar os princípios sociais e os ensinamentos da Igreja Católica em ações práticas, especialmente no contexto brasileiro, ao

<sup>184</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A Nova Encíclica Social. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.335, 22 jul. 1961, p. 2.

<sup>185</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma agrária aqui e lá. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.342, 30 jun. 1961, p. 4.

lado disso, também sugere que a Encíclica pode oferecer orientações relevantes para os desafios sociais e econômicos enfrentados pelo Brasil na época em que foi escrita. Confrontando com a história do “*Diário de Notícias*” e de seu diretor Pe. Celso Ibson de Syllos, é fácil perceber que o clérigo considerou com seriedade a proposta da Encíclica com a sua atuação junto à Frente Agrária Paulista.

Outro argumento utilizado pelo DN é o da liberdade, em especial, a de imprensa. De acordo com o jornal, os regimes totalitários sufocavam os jornais e suas opiniões, sendo que estas teriam responsabilidade de formação educativa. Desse modo, o jornalismo teria a sua influência social.

MAS, ao lado desta tarefa informativa, e como se encontra nas grandes cidades, nas concentrações humanas mais organizadas e civilizadas, tem também uma profunda influência educativa. Esta influência se realiza através do desejo do jornal, da maneira como encara as notícias, pela preferência que manifesta em relação às classes, pelo critério que usa em relação ao maior ou menor grau de realce que dá a elas. Além disso, esta influência se realiza mais frontalmente pela OPINIÃO do jornal, expressa formalmente através de editoriais, dos artigos de fundo no âmbito de seus leitores, e indiretamente para fora deste âmbito, ele difunde ideias, juízos, suscita sentimentos em relação ao que acontece no mundo. Como as pessoas, o jornal tem um caráter, uma maneira de ser. Inevitavelmente influencia a sociedade, em maior ou menor proporção. E tem sua parte na maneira de ser daqueles que influencia, nos conceitos que ensina e nos sentimentos que vêem declarar e crescer, o que significa que o profundo papel moral do social.<sup>186</sup>

Pela estratégia de **naturalização**, o “*Diário de Notícias*” coloca a liberdade de imprensa como algo natural, por isso, os regimes autoritários deveriam ser combatidos, porque eles usurpam desse direito, comprometendo a verdade devido aos interesses ideológicos do partido no poder. Por outro lado, nos países democráticos e livres, a liberdade de imprensa é vista como um bem valioso. O texto enfatiza que essa liberdade não deve ser meramente tolerada, mas compreendida e defendida como um compromisso sagrado.

O argumento da liberdade potencializou-se com a publicação da *Mater et Magistra*. Tal argumento pode ser visto no seguinte trecho:

DESENVOLVIMENTO em liberdade, sem perda dos direitos essenciais ao homem, é a grande preocupação da encíclica “*Mater et Magistra*” de Sua Santidade o Papa João XXIII. É a hora da cooperação mundial para salvar da miséria todos os povos pobres do mundo. Essa salvação, entanto, não deve significar a subordinação a quaisquer fórmulas de totalitarismo, nas quais desapareça o respeito à pessoa humana e o homem perca a liberdade democrática e até mesmo a de religião.<sup>187</sup>

<sup>186</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Responsabilidade. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.345, 5 ago. 1961, p. 2.

<sup>187</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Luta contra o subdesenvolvimento sem perda das liberdades humanas. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.361, 25 ago. 1961, p. 2.

Mas, não só isso: de acordo com o “Diário de Notícias”, a nova Encíclica firmava os ensinamentos da Doutrina Social Cristã, atualizando-a, além de trazer importantes contribuições para a questão social, confrontando os regimes em voga e acompanhando a necessidade de pensar em uma sociedade mais justa e igualitária, principalmente no mundo moderno.

O que mais impressiona nessa Encíclica, além do orgulho que sentimos como católicos, é a precisão do pensamento e a oportunidade do momento escolhido pela Igreja para revisar a doutrina social, econômica e política. Ela não a revisita para criar uma nova doutrina, mas sim para atualizá-la. “Mater et Magistra”, seguindo a tradição de “Rerum Novarum” e “Quadragesimo Anno”, representa um ponto de inflexão na doutrina social e econômica da Igreja, que hoje enfrenta novas perspectivas e desafios. Situada na segunda metade do século, a Encíclica se depara com as conquistas da modernidade e confronta a evolução das doutrinas puramente econômicas e políticas.<sup>188</sup>

Essa visão mais abrangente da Igreja reflete sua intenção de promover uma abordagem holística para a compreensão do ser humano e de buscar maneiras de influenciar positivamente o contexto sociopolítico em que as pessoas vivem. No mesmo editorial, o DN enfatiza a interconexão entre a fé e as questões sociais e econômicas, indicando que “A sociologia, economia e política são áreas que interessam à Igreja, pois são portadoras de princípios que impactam diretamente o destino do ser humano”<sup>189</sup>, argumento fortalecido pela estratégia de **legitimação**.

Inclusive, no dia 20 de agosto de 1961, o “*Diário de Notícias*” publica na íntegra o texto da *Mater et Magistra*, a fim de legitimar ainda mais o seu argumento. Ao lado da Encíclica, diz o editorial:

O DIÁRIO DE NOTÍCIAS, com bom grado, apresenta ao público da cidade e da vasta região a íntegra da Carta “Mater et Magistra” do Papa João XXIII, sobre o “recente desenvolvimento da Doutrina Social Cristã”. Move-nos a isso o intenso desejo de ver esse precioso documento conhecido e colocado em prática pelo maior número possível de católicos que desejam um mundo mais justo e cristão.

Quando se encara o problema da difusão e aplicação dos ensinamentos sociais católicos, uma dupla verificação se impõe. Em primeiro lugar, a Igreja nunca deixou de falar sobre esse assunto. Encíclicas, discursos pontifícios, cartas pastorais, livros: a bibliografia católica ativa sobre a questão social é enorme. No entanto, o esforço dos católicos para a realização prática dos princípios é pequeno. Devemos dizer om toda a coragem principalmente se atentarmos para o fato de ser o Brasil é um país de maioria católica, que a doutrina social da Igreja não é tema para dissertações eruditas e tiradas retóricas; destina-se a ser aplicada em leis e instituições. É aí que falhamos lamentavelmente.<sup>190</sup>

<sup>188</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O Vaticano é o rumo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.348, 9 ago. 1961, p. 2.

<sup>189</sup> Idem, ibidem.

<sup>190</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Católicos e a questão social. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.357, 20 ago. 1961, p. 2.



O trecho acima é interessante, pois além de trazer a **legitimação** como estratégia para demonstrar a eficácia da Doutrina Social Cristã, a partir da extensa literatura católica sobre o assunto, incluindo encíclicas, discursos pontifícios, cartas pastorais e livros, ele também aponta que a aplicação prática desses princípios, vista como insuficiente. Para o “*Diário de Notícias*”, a doutrina social da Igreja não deve ser apenas um tema acadêmico ou discursivo, mas sim algo que deve ser implementado em leis e instituições – reforçando a necessidade da atuação da Igreja para além dos espaços religiosos.

Para diferenciar os pressupostos da Doutrina Social Cristã do comunismo, o DN emprega uma campanha para desmistificar a segunda ideologia, descaracterizando a luta pelos operários em regime comunista.

A PROPAGANDA comunista tenta dar a impressão de que movimentava os (operários e os desfavorecidos pela sorte. Fala muito, na atualidade, em operários e "estudantes". Fala também demais em intelectuais. Procura ostentar uma unidade que não tem. Ninguém menos comunista que um operário, daqui como de qualquer parte do mundo. Porque o exemplo flagrante do comunista é o "intelectual" cheio de si mesmo, julgando-se superiormente dotado de faculdades que faltam aos "reacionários" ou aos que não o podem nem querem ouvir. O que considera a multidão dos operários como uma massa cega, de que nada se pode tirar de bom senão a produção e a passiva obediência. Na verdade, os doutrinadores e os comunistas convictos do comunismo têm operários e o povo em geral no conceito mais baixo! Eles, por outro lado, é que são tais. No fundo, o que lhes falta essencialmente é bom senso e senso da realidade, o que se projeta de maneira clara na estreiteza do próprio Estado comunista e da linguagem comunista. Em poucas palavras, as falhas que costumam ter são praticamente as mesmas que recriminam naqueles que apontam como seus adversários capitais.<sup>191</sup>

Pelo **expurgo do outro**, o “*Diário de Notícias*” traz esse afastamento do pensamento comunista, dos reais interesses dos trabalhadores, argumentando que ele pode apresentar uma imagem distorcida da realidade, pois os comunistas muitas vezes não reconhecem suas próprias falhas e contradições. Tal visão é compartilhada pelo jornal até mesmo para tratar dos partidos políticos brasileiros. Acentuando a divisão binária da época, comenta em editorial:

CONCEITUARÍAMOS a esquerda, diremos, como recorrendo aquela posição política, falsamente tida como de vanguarda, mas que preconiza a solução dos problemas sócio-econômicos através dos princípios socialistas. Dentro da esquerda, encontraríamos a esquerda propriamente dita e a esquerda da esquerda, a saber o comunismo. Conceituaríamos a direita como sendo aquela posição política preconizando a manutenção pura e simples dos postulados sócio-econômicos clássicos, em detrimento da evolução, erigindo em dogma princípios aplicáveis no tempo e no espaço e, por isso mesmo, moldáveis nas mutações do tempo e do espaço. Aliás, a bem da verdade, esquerda e direita são dogmáticas. O centro se conceituaria como a posição política dos que admitem e desejam a evolução sócio-econômica, mas buscam o meio da evolução e do progresso nos princípios sócio-econômicos do capitalismo, não os aceitando como estáticos e imutáveis. A esquerda promove o progresso e a evolução a jato. A direita estagna tudo. O centro só confia na força intrínseca motora dos princípios

<sup>191</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Operários e estudantes”, “intelectuais”, etc. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.394, 4 out. 1961, p. 2.

clássicos, na evolução lenta. Isso, do plano sócio-econômico. Do ponto de vista meramente político, a esquerda-da-esquerda (comunismo) é totalitária; a direita, também. A esquerda socialista, não necessariamente; e o centro é sempre democrático. Ou quase.<sup>192</sup>

Há o uso da **diferenciação** para categorizar os pensamentos políticos expostos acima. O trecho também faz uma distinção entre as esferas política e ideológica, sugerindo que tanto a esquerda da esquerda (comunismo) quanto a direita são totalitárias no âmbito político. No entanto, destaca que a esquerda socialista não necessariamente compartilha dessa característica totalitária, e o centro é apresentado como uma posição democrática ou quase democrática. De qualquer forma, nenhuma das ideologias sugeridas parece ser eficiente para o campo brasileiro e, de praxe, o “*Diário de Notícias*” reforça a necessidade de uma intervenção da Igreja, colocada como “divina” e capaz de sanar essas problemáticas.

Em mais uma tentativa de demonstrar que a Doutrina Social Cristã não é algo próximo ao comunismo, o periódico faz uma análise da questão da propriedade privada para a *Mater et Magistra*. Na estratégia de **legitimação**, pontua:

É PRECISO difundir a propriedade privada. Para isso, utilizando sabiamente as várias técnicas do seu uso, não será difícil promover nas Nações uma política econômica e social que torne mais fácil e abra largamente caminho à propriedade privada deste gênero: bens de consumo, casa, sítio, ferramentas necessárias para o seja de artesanato, seja agrícola-familiar, ações nas médias e nas grandes empresas, como já se está experimentando com êxito em algumas Nações desenvolvidas e socialmente adiantadas.<sup>193</sup>

O editorial traz trechos da Encíclica para enriquecer a lógica argumentativa, defendendo que a *Mater et Magistra* traz o potencial social da propriedade privada – além de ser algo de caráter divino.

Ao final de 1961, o “*Diário de Notícias*” inicia alguns comentários sobre o autoritarismo, com um ar temeroso de que a democracia brasileira pudesse ser usurpada. Sem citar nomes específicos, ainda pela estratégia de **tropo**, o jornal condena quem critica a *Mater et Magistra*, bem como indivíduos que pregam a favor da Constituição, mas preparam o terreno para a tomada de poder.

O TERRENO está preparado para o autoritarismo. Os apóstolos dele são os mesmos rebeldes. Uns desaparecem na contradição do feito. Outros serão membros da cúpula. Até o primeiro expurgo. O POVO? Bem, o povo pouco interessa. Por isso, é preciso cuidar dos que citam a Bíblia e ferem a autoridade eclesiástica! Dos que falam em “*Mater et Magistra*” e ridicularizam a Igreja.

<sup>192</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Partidos políticos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.396, 6 out. 1961, p. 2.

<sup>193</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O Direito de Propriedade Privada e a “*Mater et Magistra*”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.412, 25 out. 1961, p. 2.

Por isso, é preciso cuidar dos que citam a Constituição e ferem a autoridade civil.  
 Por isso, é preciso cuidar dos que poetizam a Família e ferem os fundamentos da autoridade familiar.  
 Por isso, é preciso cuidar-se dos que citam o povo e ferem suas esperanças e defraudam seus interesses. Esmagam suas aspirações demagogicamente, intencionalmente, para, no fim, destruir o homem.<sup>194</sup>

O editorial trata da manipulação das instituições e ideias, bem como a falta de consideração pelas necessidades do povo, tanto no contexto religioso quanto no político. Seguindo a linha argumentativa do DN, essa postura apresentada no trecho acima resultaria em autoritarismo e, por isso, a Igreja teria um papel preponderante em conter a progressão desse regime.

#### 4.5.2 Reformas de Base

O “*Diário de Notícias*” debatia o tema das reformas de base, porém diante da atuação do jornal junto aos trabalhadores rurais, dava-se maior destaque à questão agrária. Tanto que o assunto foi pauta de parte dos editoriais em 1961, pela estratégia de **legitimação**, que justificava a política reformista em prol do bem-estar dos brasileiros. Inclusive, para isso, o texto utilizou de documentos oficiais assinados por membros da Igreja para reiterarem a argumentação do jornal. Escreve:

Um dos temas de mais palpitante atualidade entre nós e no mundo todo, tem sido ultimamente a reforma agrária. No Brasil – somente estrábicos reacionários o negam – se impõe revisão profunda em nossa realidade rural. As estruturas, até o presente, dominantes devem cair para que, de fato, reinem a fraternidade, bem-estar entre os milhares de brasileiros que labutam no campo. A memorável “Declaração dos Srs. Bispos Paulistas a favor da Revisão Agrária” coloca ponto final a todo início de discussão sobre sua necessidade e oportunidade.<sup>195</sup>

Assim como o “*Diário da Manhã*”, o “*Diário de Notícias*” destaca em seus editoriais que os indivíduos antirreformas eram reacionários e, desse modo, iam contra as políticas que visavam a emancipação do proletariado. Em outro editorial, ainda pela **legitimação**, o DN ressalta uma empreitada vitoriosa da reforma agrária, reforçando que ela deveria seguir os princípios cristãos:

Uma experiência de reforma agrária cristã deu-nos a Itália, cujo governo conseguiu superar a resistência de uma parte da população e enfrentou o problema da distribuição equitativa de terras previamente desapropriadas. Em 1950, a porcentagem de camponeses que não possuíam suas próprias quadras de terra talvez não chegasse a dez por cento. O Estado, além de assegurar a propriedade territorial, passou a facilitar o fornecimento de sementes, a financiar

<sup>194</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Outros fins da rebeldia. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.426, 12 nov. 1961, p. 4.

<sup>195</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma agrária aqui e lá. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.192, 24 jan. 1961, p. 4.

a compra ou aluguel de implementos agrícolas, e, firmou em condições satisfatórias o crédito agrícola.<sup>196</sup>

Para defender as reformas de base, o “*Diário de Notícias*” equipa-se com o argumento da Doutrina Social Cristã. Como vimos anteriormente, essa ideologia aparece como a alternativa ao capitalismo liberal explorador e ao comunismo ateu, pelo julgamento do próprio jornal. Sendo assim, pela estratégia da **legitimação**, bem como do **expurgo do outro**, escreve:

NO HEMISFÉRIO liberal capitalista cogita-se, de fato, de proporcionar ao homem rural acesso e garantia para melhor, assegurando-se o desenvolvimento de sua nobreza vertical, expressa técnica que se traduz em progresso econômico, estabilidade jurídica, corporificada na posse e propriedade de bens, e ascensão social, com a melhoria da habitação, condições de trabalho, hábitos de higiene, comunicação, comércio, instrução e assim por diante. NA ORDEM comunista, o que se rotula de reforma agrária, consiste num conjunto de medidas que visam a enriquecer e robustecer o Estado, à custa do trabalho coletivo dos agricultores, sujeitos ao regime de "massa," despersonalizados, e sem outros direitos além do uso, assim mesmo restrito, de certos bens; uma vez que a propriedade não pertence a ninguém. ENTRE NÓS, de algum tempo para cá, o tema é objeto de controvérsias entre os temerosos da perda de certas situações, e os que reivindicam uma mudança. Em ambos os setores contam-se são poucos pregoeiros que falam sem conhecimento das realidades. Os que são a favor da reforma, às vezes estimam ampliar seu idealismo, sonhando com diversas expressões ir-reais e utópicas. Mas os que lhe são adversos ou se apegam ao seu bem-estar, então preferem uma postura mais técnica do avestruz, passando em branco sobre o problema.<sup>197</sup>

Ao final do trecho, o “*Diário de Notícias*” usa uma personificação do “avestruz”, com o objetivo de ironizar os indivíduos que não se preocupam com as reformas, no sentido de “esconder a cabeça” para os problemas do país. Além disso, o jornal faz alusão a uma “nobreza vertical”, tratando dos princípios meritocráticos defendidos pelo capitalismo liberal que, ao final, também é algo criticado, ao dizer que “falam sem conhecimento da realidade”.

Em novo editorial, o “*Diário de Notícias*” trata das Ligas Camponesas comandadas por Francisco Julião. Elas foram movimentos de resistência e luta agrária que surgiram no Brasil durante a década de 1950 e 1960, com o objetivo de defender os direitos dos trabalhadores rurais, especialmente os camponeses sem terra e buscar a reforma agrária. De certa forma, os interesses das Ligas Camponesas dialogavam com os preceitos defendidos pelo jornal, no entanto, o periódico critica o líder do movimento, reiterando que ele havia feito cursos em países comunistas, como Moscou e Pequim. Dessa maneira, o DN deixa claro o seu posicionamento:

O DIARIO DE NOTÍCIAS muitas vezes já se manifestou a respeito da "redenção do homem do campo". Sua emancipação será feita, queiramos ou não. Somos favoráveis a uma reforma

<sup>196</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma agrária: questão inevitável. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.193, 25 jan. 1961, p. 4.

<sup>197</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma conosco ou contra nós. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.263, 21 abr. 1961, p. 4.

agrária justa, comedida e inteligente. Para isso, quer-nos parecer que estes são os rumos que devem ser observados na reforma agrária brasileira, conservadas as peculiaridades de cada Região:

- regulamentação dos títulos de propriedade;
- recolonização das terras improdutivas;
- crédito agrícola simplificado;
- legislação social justa para o camponês.
- estabilização dos preços;
- armazéns, transportes e assistência técnica, tudo em consonância com o objetivo supremo de nossa civilização democrática e cristã, visando à valorização e dignificação do homem do campo e de sua família.

Por todos esses motivos, embora inteiramente favoráveis a uma reforma agrária justa, a uma autêntica política de recuperação social e econômica de nosso campo, devemos alertar a opinião pública nacional sobre o movimento de Francisco Julião que prega a luta de classes, o ódio e a subversão da ordem legal. Orientados pelo seu líder, algumas Ligas já fizeram demonstrações de força, ocupando violentamente engenhos em diversos estados.<sup>198</sup>

O texto destaca a importância de estabilizar os preços dos produtos agrícolas, bem como de melhorar a infraestrutura de armazéns, transporte e assistência técnica no setor agrícola. Tudo isso deve estar alinhado com o objetivo supremo de valorizar e dignificar o homem do campo e sua família, respeitando os princípios da civilização democrática e cristã. Mais uma vez, o “*Diário de Notícias*” faz pontes entre a Doutrina Social Cristã e as Reformas de Base, condenando outros movimentos que não se regem pela Igreja.

A estratégia de **legitimação** incorre com frequência nos editoriais sobre as reformas. O jornal ancora-se nos ensinamentos e nas figuras dos Papas para trazer à tona o tema.

Sabe-se que livros e opúsculos, com um tom reacionário ditado pelo medo, foram amplamente disseminados por todos os cantos do Brasil, como se tentassem deter o movimento de renovação. Agiam, muitas vezes, sob a pretensão de contar com o apoio de ilustres prelados, na tentativa de alinhar a Igreja como uma barreira às reformas sociais. Como se a valorização do ser humano e o estabelecimento da justiça social não fossem diretrizes persistentes dos Pontífices que, desde Leão XIII, têm incentivado o trabalho de defesa dos fracos contra os excessos condenáveis dos ambiciosos. Atualmente, está sendo preparada a tradução em todas as línguas de uma Encíclica do Papa João XXIII, destinada a reafirmar e atualizar, na medida do possível, o pensamento da Igreja, dada sua grande relevância.<sup>199</sup>

Mais uma vez, há uma mescla na defesa das reformas com o Doutrina Social Cristã, principalmente quando o trecho menciona o Papa Leão XIII. Inclusive, segundo Camacho (1995), o clérigo não se restringiu suas instruções ao campo teórico, mas também orientou a aplicação prática, enriquecendo a atuação da Igreja na esfera social. Justamente por isso, a de-

<sup>198</sup> NOSSO COMENTÁRIO. As “Ligas Camponesas”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.279, 13 mai. 1961, p. 4.

<sup>199</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma Agrária. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.300, 9 jun. 1961, p. 2.

fesa das reformas, com destaque para a agrária, é embasada em propostas teológicas e filosóficas das Encíclicas e mandamentos papais – e o “*Diário de Notícias*” faz questão de ressaltar isso em seus textos.

Em uma tentativa de acalmar os ânimos dos leitores, o jornal traz uma explicação de como se sucederia a reforma agrária, diante dos princípios cristãos:

A "REFORMA" em perspectiva não será demagógica, não apelará para os extremos. Reconhecerá a legitimidade da prosperidade. Não tolerará a anomalia dos latifúndios improdutivos. Para concretizar a esperada e indispensável revisão existe material de insuspeita procedência. Congratulam-se pronunciamentos e opiniões de autoridades da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e de numerosas outras autoridades eclesásticas, todas em perfeita sintonia quanto à substância do que deve ser feito. Primeiro e acima de tudo, está a recuperação física e moral do homem do campo, ao qual serão ministrados meios adequados para superar o escasso padrão de vida de que desfruta atualmente: moradia, vestuário, alimentação, profilaxia contra endemias, higiene, um mínimo razoável de instrução, assistência profissional e educação para a vida; sementes, adubos, maquinaria para lavrar a terra, geralmente não adquirida, pelo menos disponível em condições aceitáveis; crédito agrícola; regime de trabalho, níveis atualizados de salários, garantia contra riscos da profissão; facilidades de acesso a convivência útil em meios sociais moralmente sadios. Enfim, seria extensa a enumeração do que está faltando, desde séculos da vida independente deste país, ao homem do campo.<sup>200</sup>

Nota-se uma acentuação da estratégia de **legitimação**, com respaldo pelos pronunciamentos da CNBB apontados no editorial. Ademais, ao tratar de “extremos”, o “*Diário de Notícias*” se refere ao capitalismo liberal e ao comunismo. Reiterar esse afastamento de ambas as ideologias é um arranjo do próprio jornal para manter seus leitores, que poderiam ficar receosos de um posicionamento mais reacionário ou mais atrelado às esquerdas, bem como para se justificar perante setores influentes da sociedade ribeirão-pretana.

Outro ponto latente nos editoriais do “*Diário da Notícias*” é o esclarecimento do que se entende por “Reforma Agrária”, especialmente diante dos postulados da Igreja. Inclusive, o jornal orienta como a política reformista deve caminhar, caso contrário, não teria sucesso.

TOMEMOS, para exemplificar, o caso da reforma agrária. A expressão reforma agrária, como aliás muitas outras que andam por aí, tende a assumir um caráter mágico, onde as simples palavras ganham uma força desligada de suas origens. Dizer, assim, que a reforma agrária é uma necessidade do Brasil pode querer dizer muito ou pode não querer dizer nada. Depende do que se queira entender por reforma agrária. Depende, antes de tudo, do tipo de reforma agrária que é referida. Se entendemos por reforma agrária um programa de ação que inclui um inoportuno e iníquo apossar-se de terras que pertencem a particulares pelo governo, sem qualquer indenização, mesmo a fim de seguir um plano de aproveitamento da terra, então não há reforma agrária: Irá qualquer coisa assim como roubo, violência arbitrariedade oficial. Pode-se conservar o nome, mas o nome, com toda a sua sugestibilidade, designa algo inteiramente inadmissível. Pelo contrário, se por reforma agrária queremos, entre outros aspectos, significar o aproveitamento de terras frutíferas adquiridas pelo governo segundo uma política

<sup>200</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Uma definição sobre a reforma agrária. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.312, 24 jun. 1961, p. 2.

inspirada no respeito à lei natural — é claro que a reforma agrária pode tornar-se uma coisa muito estimável.<sup>201</sup>

O DN destaca a ambiguidade do termo "reforma agrária" e argumenta que seu significado varia dependendo do contexto e das ações associadas a ele. Ele contrasta duas interpretações distintas: uma que envolve a apropriação violenta e injusta de terras pertencentes a particulares pelo governo, sem qualquer compensação, como parte de um plano de uso da terra; e outra que se refere a um programa de reforma agrária que envolve a aquisição de terras produtivas pelo governo de acordo com uma política baseada no respeito à lei natural. Esta última, na visão do periódico, é a correta. Tanto que, pela estratégia de **naturalização**, o editorial pondera que a segunda interpretação da reforma é considerada uma abordagem valiosa e louvável, desde que seja implementada de maneira justa e respeitando os direitos e a lei natural.

Em novo texto, o “*Diário de Notícias*” faz uma ponderação interessante: para ele, não adiantaria investir na reforma agrária, sem antes desenvolver a consciência social da sociedade.

Por isso mesmo, é que mais importante que uma reforma agrária imediata para a preparação de uma mentalidade aberta aos problemas sociais, especialmente — é claro — aos do campo. Se os governos estaduais e federal têm posto em plano secundário ou muitas vezes totalmente negligenciados, tais como problemas rurais, não será criando uma lei que de repente se fará algo de concreto e duradouro na elevação do nível de vida rural. Uma lei tão categórica e ampla seria eficaz somente se houvesse por parte das autoridades estaduais e federais ação efetiva na direção de tais melhoramentos.<sup>202</sup>

O argumento gira em torno de que uma reforma agrária precisa ser precedida pela criação de uma mentalidade favorável às mudanças sociais, especialmente na esfera rural, e que simplesmente promulgar uma lei não garantirá uma melhoria duradoura no padrão de vida no campo. Tal fala servirá de endosso para as próprias atuações dos diretores do periódico, como Pe. Celso, que iria fomentar a Frente Agrária Paulista, justamente com esse propósito.

#### 4.5.3 Política Nacional

No início de 1961, o “*Diário de Notícias*” inaugura o ano debatendo questões do governo do então presidente Jânio Quadros. Em uma posição de defesa ao político, embora não deixasse de reconhecer a necessidade de sanar problemas de “imoralidade”, nas palavras do

<sup>201</sup> NOSSO COMENTÁRIO. As palavras. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.440, 30 nov. 1961, p. 2.

<sup>202</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Atenção com o homem do campo. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.443, 3 dez. 1961, p. 2.

próprio jornal, o texto traz a estratégia de **simbolização da unidade**, com a repetição de palavras como “povo”, “Nação” e “Pátria”, para reforçar que o assunto é de importância a todos os cidadãos brasileiros. Assim, escreve:

Estamos dando os primeiros passos neste ano novo. Ano marcado, não resta dúvida, quiçá muito mais que nos anteriores, por forte dose de esperança. O brasileiro espera dias melhores para si, para a Pátria. No plano nacional, Jânio Quadros surge nimbado de prerrogativa, diríamos, carismáticas. O povo espera que ele, devagar sim, mais progressivamente, tire a Nação desta confusão, deste abismo de falcaturas e desmoralização em que foi atirada pelos responsáveis.<sup>203</sup>

Em outro editorial, pela estratégia da **legitimação**, o “*Diário de Notícias*” enfatiza que Jânio Quadros foi eleito pelo povo, de modo democrático, e seria responsável pela renovação a política no país.

Estamos na iminência da posse de um novo governo. Eleito por extraordinária maioria nas eleições de outubro último, o sr. Jânio Quadros ocupará a partir de 31 de janeiro o mais alto cargo da hierarquia civil da Nação nos últimos cinco anos ocupado pelo Dr. Juscelino Kubistchek de Oliveira. Não é enfático dizer que o povo brasileiro vê com renovadas e poderosas esperanças a ascensão do presidente eleito em 60. A mudança periódica dos governantes faz parte do processo democrático. Representa um arejamento e uma renovação da atmosfera do poder – este poder que nos Estados totalitários é usurpado teimosamente por um homem ou por grupos dominadores. O que o povo brasileiro intimamente espera é que neste novo período se fortaleça o regime, amadureça a Nação em sua autodeterminação democrática e se dêem passos decididos na elevação do nível de vida e de bem-estar social dos brasileiros em geral.<sup>204</sup>

No trecho acima, o “*Diário de Notícias*” faz comparações com governos autoritários, sem citar nenhum em específico, mas como um artifício discursivo de demonstrar que o jornal está alinhado aos princípios democráticos. Ainda em apoio ao presidente Jânio Quadros, o DN faz uso do **tropo** para caracterizar os setores da sociedade que estariam contra o político, nomeando-os de “traidores” e “sanges-sugas”, em uma alusão a algo que é sujo e imoral, portanto, deveria ser visto com maus olhos pela sociedade.

LAMENTAVELMENTE, grupos econômicos traidores à Pátria já estão se mobilizando afim de manietar o Presidente em seus esforços de salvação nacional. O fato é que nem todos estão dispostos ao trabalho pelo bem da coletividade. Existem os sangue-sugas que espoliam a Nação através de contrabandos, falcaturas, etc. Não foi sem culto nervosismo e irritação que o sr. Jânio Quadros denunciou o fato de que “homens poderosos já me procuraram para expres-

<sup>203</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Esperança. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.176, 3 jan. 1961, p. 2.

<sup>204</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Nova perspectivas. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.179, 6 jan. 1961, p. 4.



sar sua insatisfação com meu Governo". Diante dos insatisfeitos, em uma coragem característica dos grandes momentos, o Presidente assegura que apenas duas forças lhe coibirão os passos: o assassinato ou a deposição.<sup>205</sup>

Com uma linguagem carregada de crítica e denúncia, o “*Diário de Notícias*” descreve os grupos que buscam manipular o Presidente em seus esforços de “salvação nacional.” Em um tom dramático, o jornal diz que o Presidente acredita que enfrenta apenas duas opções para lidar com essa insatisfação: ser assassinado ou deposto. Como nos apresentará a história, Jânio Quadros iria optar pela renúncia, como uma nova via.

Dando continuidade na temática, o “*Diário de Notícias*” também emprega a **simbolização da unidade** para reforçar o comprometimento de Jânio Quadros.

Falamos na necessidade de uma compreensão cada vez maior de que, nós, cidadãos deste país, pertencemos a um todo. Formamos todos uma equipe. Uma imensa equipe, em que a interdependência dos seus componentes é tão manifesta como em qualquer outra nação. Homem algum independe dos outros. O pão que comemos, o sapato que calçamos, o automóvel que dirigimos e, até mais e de certo modo, a própria linguagem que falamos, a cultura que temos, estão a nos revelar o que devemos à sociedade, ao grupo de que fazemos parte. O caráter de “animal social”, de “animal político”, apontado já por Aristóteles no homem, é uma realidade muito viva. Isso nos fala de um sentimento do “social” que, na pessoa humana, configura um dever particularmente grave.

[...]

O DISCURSO do presidente Quadros faz pensar também nestas coisas. Ele não traçou alegres perspectivas otimistas, fez questão de pôr feridas a nu e não cessou de sugerir austeridade, patriotismo. O presidente está certo. Ele tem sua tarefa. Mas o que a nós, homens do povo, cidadãos brasileiros, mais deve importar é, sem dúvida, a parte que nos toca neste todo. O regime de liberdade que vivemos, dá-nos o privilégio de tomar tal responsabilidade como nossa.<sup>206</sup>

É uma constante no “*Diário de Notícias*”, assim como percebemos no “*Diário da Manhã*”, a tônica da democracia. Para ambos os jornais, somente partindo dos princípios democráticos que o Brasil iria conseguir superar os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados.

Contudo, em agosto de 1961, a opinião do DN sobre Jânio Quadros começa a se modificar, impulsionada pela proximidade do então presidente com os revolucionários de Cuba.

ENQUANTO ISTO, Jânio, em atitude dúbia, condecora o “Che” Guevara. Onde quer chegar o Presidente? Muito se tem falado e discutido sobre a sua conduta. Existem duas possibilidades: ou Jânio está cometendo ações excêntricas (afinal, ele possui uma forte dose de excêntrica natural) ou ele não dá a menor importância às condecorações que deseja desmoralizar. (Para ele, a Ordem do Cruzeiro do Sul poderia ser equiparada à Ordem do Estilingue de Ribeirão Preto, algo cômico que faz o povo rir). Em todo caso, a postura do Presidente

<sup>205</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Jânio: morto ou deposto. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.230, 10 maç. 1961, p. 2.

<sup>206</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Responsabilidade. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 33, n. 12.241, 24 maç. 1961, p. 2.

permanece ambígua. A atitude de Lacerda é mais sensata. Ele foi positivo, até mesmo veemente, ao enfrentar Jânio de forma direta. A verdade é que o Supremo Mandatário necessita de uma oposição vigorosa e firme para mantê-lo em cheque.<sup>207</sup>

O editorial faz uso da estratégia de **diferenciação**, ao colocar entre aspas o nome de Che Guevara, além de ironizar as atitudes de Jânio Quadros. Percebe-se que o “*Diário de Notícias*”, novamente esclarece que o seu posicionamento não está em sintonia com o comunista, ou mesmo os países onde permanece tal regime – como é o caso de Cuba. No entanto, é importante frisar que o jornal destaca a ambiguidade e as incertezas em torno da conduta de Jânio Quadros, não o condenando veementemente, ao passo que também sugere que a oposição forte e determinada, como a de Carlos Lacerda, para manter o presidente sob controle. Isso é algo singular, uma vez que o político mencionado é visto como reacionário e, de certa forma, também não estava alinhado com os princípios da doutrina social.

Mas o direcionamento do “*Diário de Notícias*” seria alterado com a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961. A partir disso, o jornal se preocupou em tratar da legalidade do mandato de João Goulart, até então vice-presidente. Porém, pondera em editorial:

Não há dúvida de que muitos brasileiros não desejam ser governados pelo Sr. João Goulart. Os atuais fatos e boatos o atestam. É uma triste realidade. Também não faltam os que advogam uma exceção legal, ou arranjo jurídico, com o fito de impedir a posse do Vice-presidente eleito no derradeiro pleito democrático. Reputam o Sr. Goulart tão pobre de personalidade e tão eivado de compromissos escusos, que preferem vê-lo afastado do governo mesmo à custa da nossa Constituição.

[...]

Mais do que nunca, nesta hora, devemos ser objetivos, serenos e prudentes. Patriotas autênticos e democratas legalistas. Repudiamos a demagogia dos pseudo-democratas que historicamente defendem as ditaduras e os partidos únicos dos países socialistas e comunistas. Queremos lei juntamente com a liberdade. Defendemos a Constituição. Batalhamos pela verdadeira pluralidade partidária. Não acreditamos na liberdade dos que levam os adversários políticos ao "paredon" do fuzilamento, porque somos incapazes de admitir oposição democrática.<sup>208</sup>

O diário parte da estratégia de **unificação**, sob o argumento de que o país deveria estar junto para manutenção da liberdade, em momento delicado. Além disso, o jornal defende a coexistência da lei, bem como a proteção da Constituição e, por conta disso, reforça o compromisso da luta pela pluralidade partidária, indicando um desejo de promover um ambiente político mais diversificado e democrático.

<sup>207</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Um pouco de partidos e condecoração. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.360, 24 ago. 1961, p. 4.

<sup>208</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O momento. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.364, 29 ago. 1961, p. 2.

Por essas alegações, o “*Diário de Notícias*”, defendendo a legalidade e a Constituição, parte da estratégia **simbolização da unidade**, para firmar a sua opinião:

Como brasileiros e católicos, continuamos sugerindo aos homens e pedindo a Deus uma solução alta para a crise que sacode todos os rincões da Pátria. Almejamos uma conciliação que ponha a salvo os valores históricos da nação, assim como suas estruturas jurídicas e democráticas.

DESEJAMOS que se salve a Lei Magna do país. Queremos que a ordem jurídica seja respeitada e preservada, para maior garantia de todos, visto que a Constituição é fruto do trabalho dos representantes de todas as camadas sociais, e não um código de normas imposto pela tirania do Partido único, como acontece em países socialistas.<sup>209</sup>

No entanto, na continuidade do editorial, o DN diz que a Constituição não é imutável e pode sofrer alterações, desde se mantenham os princípios democráticos. Assim, segundo o periódico, a Lei Magna deve servir à Nação, não aos interesses políticos – embora, houvesse relutância em aceitar João Goulart.

NÓS SOMOS e o proclamamos uma vez mais a obediência à Constituição. Isso não significa que batamos palmas ao janguismo. Não confundamos as duas coisas. Respeito, à lealdade a João Goulart. Defendamos, com todas as forças da legalidade e da Constituição, mesmo que isso nos traga como consequência o presidente João Goulart. Não importa o resultado. A nós cabe a honra de lutar pela justiça. Não queremos a violência. Aguentaremos as consequências, desde que estejam enquadradas na legalidade e na sacralidade de nossos princípios cristãos.<sup>210</sup>

Há uma preocupação do “*Diário de Notícias*” com a manutenção da ordem constitucional em um período de instabilidade política, enfatizando a importância da Constituição como uma salvaguarda contra a violência e a preservação da integridade da nação. Além disso, destaca-se no editorial a necessidade de liderança política e militar sensata e generosa para guiar o país através de uma transição de poder pacífica e respeitosa da Constituição, ou seja, novamente, o jornal se embasa em um argumento de **simbolização da unidade**.

Passado o período de incertezas com a posse de João Goulart, o “*Diário de Notícias*” parabeniza a solução parlamentarista. Pela estratégia de **tropo**, o jornal rotula o novo presidente, ironizando-o e dizendo que a instituição do regime parlamentar foi capaz de conter as suas “aventuras” – aludindo, de certa forma, a aproximação de Jango com governos comunistas.

<sup>209</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Conciliação. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.367, 1 set. 1961, p. 2.

<sup>210</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O povo quer: legalidade. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.368, 2 set. 1961, p. 2.

ONTEM, depois de um dia nervoso, em que as notícias radiofônicas foram desconstruídas e falsas, sensacionalistas e tendenciosas, para depois se encadearem num trabalho magnífico de informação, chegou a Brasília o Sr. Goulart. O temor de infiltração comunista se apresenta pateticamente. A Nação foi minada, com o Presidente com as mãos, tanto quanto atadas, pelo Parlamentarismo. O trabalho obrigatoriamente em equilibrará o Brasil de muitas aventuras do jovem e aventureiro Presidente.<sup>211</sup>

Ao mesmo tempo, o editorial também trata da importância das reformas de base, sendo uma pauta para o novo presidente. Assim, escreve: “O NOVO GOVERNO se defronta com problemas novos e antigos. Principalmente com os assuntos de reforma de base”<sup>212</sup>, pois são questões que trariam o bem de todos os brasileiros.

Na defesa do parlamentarismo, escreve o “*Diário de Notícias*”:

O Parlamentarismo que esperamos traga melhores dias a nosso bravo e generoso povo foi um remendo. Mas a doença deveria ter sido evitada. Não o foi. E na alma de cada brasileiro autêntico, agora, há uma cicatriz. O Presidente nós o temos em João Goulart de favor, mas de direito. O povo o colocou no cargo, em decorrência da renúncia daquele que, de fato, foi escolhido para a Presidência. Mas a Constituição é sagrada. O homem que não merece comandar o Brasil deve, pela força do direito, fazê-lo. Que se cumpra, sempre, a lei. Embora a seja Jango. Esta, agora, a imensa esperança que, após a crise, deseja ressurgir da democracia, na plenitude de sua pureza e na pureza de suas fontes.<sup>213</sup>

A sacralidade da Constituição é reforçada em mais uma estratégia de **simbolização da unidade** em conjunto com a **naturalização**, pois para o jornal, manter os princípios colocados pela Carta Magna é algo indiscutível. Por isso, embora não aprove o início do governo de João Goulart, o DN continua na defesa da legalidade. Continua o periódico sobre o tema:

DÊSTE mesmo lugar, *Diário de Notícias* se manifestou francamente a um plebiscito popular que decida sobre a sorte do parlamentarismo. Ao emitir este juízo, opinamos que tal enquete popular deveria ser feita de acordo com o art. 25 do ato adicional que prevê tal manifestação antes do término do atual Governo. Isto daria tempo à nossa gente mais que suficiente para constatar, na prática, as vantagens e desvantagens do parlamentarismo, sendo que os homens interessados na autêntica politização dos brasileiros poderiam liderar uma moderada e bem-organizada batalha em torno do assunto.<sup>214</sup>

As divergências na passagem do governo de João Goulart levaram à necessidade do sistema parlamentarista, votado pelos brasileiros. Visto que esse sistema se caracteriza por uma divisão mais clara de poderes entre o chefe de Estado e o chefe de governo, com o último sendo

<sup>211</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Novos dias. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.371, 6 set. 1961, p. 2.

<sup>212</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>213</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Democracia e crise. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.372, 7 set. 1961, p. 2.

<sup>214</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Vantagens do parlamentarismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.376, 13 set. 1961, p. 2.

responsável perante o parlamento, tal empreitada agradava o “*Diário de Notícias*”, que se mantinha receoso do real posicionamento janguista. Entretanto, como se nota no trecho acima, há o forte parâmetro da **legitimação** pelo cumprimento de artigos e determinações constitucionais. Portanto, o jornal deixa explícito sua posição, mas se agarra às legislações.

Inclusive, o “*Diário de Notícias*” coloca a culpa do fracasso do parlamentarismo nas costas dos chamados “homens públicos” que, pela estratégia de **tropo**, englobam os representantes que estão no Congresso, em uma ampla generalização. Escreve o jornal:

PODE SER que o Parlamentarismo não vingue no país, por culpa da ausência de senso político de nossos homens públicos. Em geral, são uma calamidade. Conspiram contra a República, contra o bem-comum. Vale, porém, a tentativa da experiência. E neste tempo, calemse os agitadores. Esclareça-se o povo. Seja ele verdadeiramente politizado por verdadeira campanha nacional. Imprimam-se cartilhas oficiais do ABC presidencialista e parlamentarista. Permitida a experiência, em clima de paz e tranquilidade, e se o primeiro ministério soberano estabelecer técnicas reais de governo, quando chegar o momento legal do plebiscito (NOVE MESES ANTES do TÉRMINO DO ATUAL GOVERNO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA), ninguém dirá não ao Parlamentarismo. Ou dirão aqueles que buscam seu lugar ao sol do poder unipessoal e arbitrário das "ditaduras-de-cinco-anos do Presidencialismo Brasileiro."<sup>215</sup>

O periódico faz uma crítica contundente aos líderes públicos, afirmando que conspiram contra a República e o bem comum. De acordo com o trecho acima, sugere-se que esses políticos não estão comprometidos com o interesse público e, em vez disso, agem em benefício próprio. Fazendo um paralelo com os demais editoriais do “*Diário de Notícias*”, esse argumento pode ser fortalecido, na concepção do próprio jornal, porque os representantes públicos não seguiriam a doutrina social da Igreja – ideologia amplamente defendida pelo DN. Claro que essa é apenas uma das inferências, visto que o veículo também tinha uma opinião mais ácida em relação ao governo de João Goulart no ano de 1961.

#### 4.5.4 Política em Ribeirão Preto

Pouco se tratou da política em Ribeirão Preto pelo “*Diário de Notícias*” no ano de 1961. A concentração dos editoriais esteve maior em assuntos nacionais e na defesa da Doutrina Social Cristã, porém, um texto chama-nos atenção por trazer informações da própria Arquidiocese do município e a sua atuação em cidades próximas. Além disso, é interessante verificar, pela **legitimação**, que o discurso ovaciona as formações do Pe. Celso, bem como dos demais seminaristas que estão em outras cidades para estudar.

<sup>215</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Políticos e política. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.381, 19 set. 1961, p. 2.

AS PERSPECTIVAS de um futuro bem promissor se avolumaram para a Arquidiocese de Ribeirão Preto quando, no Seminário Arquidiocesano, nós lançamos nossas vistas para os Sacerdotes e Seminaristas nossos que se encontram em diversos afins a fim de trazerem a Ribeirão Preto novos e atualizados dados para ação apostólica, profícua e compensadora. É assim que, visando a um clero especializado para os variados setores apostólicos que nossa Arquidiocese possui, atualmente, em Roma, dois seminaristas, devendo o terceiro seguir, neste semestre, para àquela cidade, onde cursará a célebre Universidade Gregoriana. Na Bélgica, temos outro seminarista que permanecerá durante sete anos na Universidade de Louvain. Em Duboque, nos Estados Unidos da América do Norte, possui a Arquidiocese de Ribeirão Preto outro teólogo havendo permanecer naquele país por quatro anos. Há mais de um que Pe. Celso Ibson de Silos, Diretor desta folha, se acha na Europa especializando-se em ciências sociais e religiosas.

O editorial faz referência à importância da formação especializada dos membros do clero, particularmente na Arquidiocese de Ribeirão Preto, destacando a necessidade de que formar os seminaristas à luz do espírito eclesial genuinamente dedicado à construção e aprimoramento do Corpo Místico de Cristo, que é uma referência à Igreja. De acordo com o “*Diário de Notícias*”, e a própria Arquidiocese, essa prática é vista como uma garantia de tempos melhores, além de ser uma porta de entrada para novas oportunidades para aqueles que desejam se dedicar a essa formação especializada. Nesse sentido, percebe-se que há um encorajamento de formação de líderes da Igreja, para seguir os princípios exaltados no DN.

Colocando em pauta os princípios da Doutrina Social Cristã, o “*Diário de Notícias*” utiliza o espaço do editorial para defender os trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, em campanhas de conscientização proletária e sindicalização, tanto que tece comentários sobre a “Semana Ruralista de Brodósqui”, realizada em setembro de 1961. Trazendo dados em seus textos, pela estratégia de **legitimação**, escreve:

Eis porque a Igreja combate o pauperismo, isto é, condições de vida que, por sua precariedade, já tornam ao corpo humano os elementos necessários para que ele desenvolva genuinamente as suas perfeições. Com tais condições de vida, podem-se verificar, em consequência da inadequada distribuição das terras ou dos instrumentos e subsídios destinados à agricultura. E' o que em verdade se dá no mundo contemporâneo, onde o proletariado e a população rurais sentem as consequências da rápida industrialização e urbanização da vida moderna: Brasil, por exemplo. Verifica-se que os proprietários de mais de 500 hectares possuem 60% das terras.

[...]

É COM este espírito de renovar o estado de vida das populações rurais que se está realizando, em meio a um entusiasmo, a Semana Ruralista de Brodósqui. Todos esperam algo de concreto se origine destes estudos, algo que, de fato, vise a promoção do homem do campo, ainda que em cada, inicialmente, pequena.<sup>216</sup>

<sup>216</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Semana Ruralista de Brodósqui. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.382, 20 set. 1961, p. 2.

Embora a Semana Ruralista de Brodósqui não seja um assunto estritamente de política local, a defesa do evento nas páginas do “*Diário de Notícias*” demonstra o apreço que o periódico tem pelas causas sociais, principalmente envolvendo os trabalhadores rurais. Há, por conseguinte, uma complementação dos temas sobre a Doutrina Social Cristã e a ampla defesa das reformas de base, com destaque para a agrária. Para legitimar esse argumento, diz o jornal:

Semelhantes protestos foram reafirmados por muitos outros Papas e Bispos, no decorrer dos séculos, demonstrando a contínua preocupação da Igreja por esses problemas. Ultimamente, bastem-nos os pronunciamentos de Pio XII e as eloquentes palavras de João XXIII, na “*Mater et Magistra*,” a respeito da situação agrária. O que realmente faltava era um trabalho organizado e bem planejado, que realize, de fato, os ensinamentos desses Papas. É com otimismo que contemplamos, agora, o surgir desta verdadeira floração de Semanas Rurais e assembleias visando à redenção concreta do homem sofredor do campo, sobre o qual Pio XII referia, com estas palavras: “Pobre exército de assalariados rurais, reduzidos às mais limitadas condições de existência e privados de toda perspectiva de participação na propriedade do solo, o que, se o problema não for atendido de maneira eficaz e apropriada, continuarão para sempre confinados nas fileiras do proletariado”.<sup>217</sup>

O trecho expressa otimismo em relação à “verdadeira floração de Semanas Rurais e assembleias,” como a ocorrida em Brodósqui, indicando que essas iniciativas podem levar a uma melhora concreta na condição de vida das populações rurais. Isso sugere a crença de que ações concretas podem trazer redenção para aqueles que sofrem no campo, pelos ensinamentos que aportados pelas Encíclicas.

Outros encontros de trabalhadores rurais também são mencionados nos editoriais do “*Diário da Manhã*”, pela **legitimação**, tratando novamente da *Mater et Magistra* e outros documentos da Igreja, diz o jornal:

TAMBÉM nós, em Ribeirão Preto, teremos, iluminados pela “*Mater et Magistra*,” no dia 12, realizaremos um grande encontro de trabalhadores. Trata-se da gigantesca concentração a ser realizada na Cava do Bosque, quando os camponeses procurarão, em clima democrata, discutir seus problemas, buscando soluções embasadas na “*Carta Magna do Camponês*,” a encíclica de João XXIII, *Mater et Magistra*. CERTAMENTE, quanto melhor o mundo de hoje souber recorrer aos elementos valiosíssimos que o magistério da Igreja encerra, mais justa será a esperança de todos alimentada de maior bem-estar para os povos.<sup>218</sup>

A referência à “*Carta Magna do Camponês*” sugere que o encontro se baseará nos princípios e ensinamentos da encíclica de João XXIII para encontrar soluções para os problemas enfrentados pelos camponeses. Isso implica que a orientação da Igreja, pela Doutrina Social

<sup>217</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Homem do campo. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.385, 23 set. 1961, p. 2.

<sup>218</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Encontros Promissores. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.421, 7 nov. 1961, p. 4.

Cristã, pode ser uma fonte de orientação e inspiração para lidar com questões sociais e econômicas em benefício da humanidade – incluindo o contexto local de Ribeirão Preto.

#### 4.7 Diário de Notícias - 1962

O ano de 1962 foi marcado pela volta do Pe. Celso Ibson de Syllós de sua viagem à Europa. Com isso, houve um aumento considerável no número de artigos que tratam da Doutrina Social Cristã, especialmente com a necessidade de diferenciar essa ideologia do liberalismo e do capitalismo. Ao mesmo tempo, alguns textos sobre a Frente Agrária Paulista e a conscientização da sindicalização rural despontaram.

No entanto, houve poucas inserções sobre o presidente João Goulart, sendo que em grande parte dos editoriais, o nome então Chefe do Executivo mal era citado – ou então, os textos relacionavam-se com a questão das reformas de base. O mesmo pode-se dizer sobre os representantes políticos da Câmara Municipal.

Ao todo, foram considerados 27 editoriais. Vale destacar que o “*Diário de Notícias*” também se debruçava acerca de outros temas de importância para a Igreja Católica, como os debates do divórcio, porém, esses textos não foram considerados na análise.

##### 4.7.1 Doutrina Social Cristã

Mantendo a linha de discurso do ano anterior, o “*Diário de Notícias*” taxa o comunismo, em uma postura ainda mais crítica, chamando seus adeptos de “terroristas”. Pela estratégia de **tropo**, escreve o jornal:

Enquanto os arautos conscientes ou inconscientes do comunismo se insinuam, sem cerimônia, em todos os movimentos de caráter social, incrementando ondas de agitação, instigando interferindo em sindicatos e entidades classistas, e rumo franqueando as numerosas portas de entrada que oferece um país novo que reage contra a insuficiência e procura superar o subdesenvolvimento, também está crescendo uma reação que corre o de favorecer à causa totalitária. E o desmedido pavor do comunismo já começa a provocar manifestações terroristas.<sup>219</sup>

Ainda em 1962, havia uma ampla discussão sobre a dinâmica da influência no país. A Arquidiocese de Ribeirão Preto, pelo DN, não iria sanar seus comentários, para enfatizar cada vez mais a necessidade de uma intervenção por novas vias, no caso, pela Doutrina Social. Porém, é interessante notar como o periódico constrói o seu discurso. Ao dizer "rumo franqueando as numerosas portas de entrada que oferece um país novo que reage contra a insuficiência e

<sup>219</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Comunismo e terrorismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.265, 16 jan. 1962, p. 2.



procura superar o subdesenvolvimento", há uma indicação que o comunismo encontra várias oportunidades de se estabelecer em um país em desenvolvimento e tenta superar seus problemas econômicos e sociais. Em continuação, o texto também postura que “está crescendo uma reação que corre o de favorecer à causa totalitária”, aludindo ao capitalismo liberal, como citado em textos de 1961, que busca controle absoluto sobre todos os aspectos da vida e, por isso, daria margem à introdução do comunismo no Brasil.

Pela estratégia de **tropo e expurgo do outro**, o “*Diário de Notícias*” continua sua tese anticomunista:

Não se poderia recusar acerto a quem afirmasse que estamos caminhando para uma Babel. E dela surgem situações, o povo e o país, se não nos alertarmos contra a confusão que ela traz aos espíritos.

Marxistas notórios e propugnadores de ditaduras segundo o modelo russo, ou até da expansão da tirania soviética por toda a Terra, afirmam-se, perante o povo simples, como democratas e defensores da liberdade.

Exibem-se, esses farsantes, no palco nacional, representando papéis a que não se ajustam. Apropriam-se dos papéis que os democratas deveriam representar. Conquistam palmas pelo que dizem, mas querem e fazem o contrário do que afirmam. Representam o papel de democratas, mas são propugnadores da ditadura e da opressão.<sup>220</sup>

A metáfora de "caminhar para uma Babel" sugere um estado de confusão e falta de entendimento por parte da sociedade brasileira. Segundo o jornal, esse é o cenário para o fomento de ideias autoritárias, como ele coloca o comunismo. Tanto que os marxistas de "farsantes" e critica a discrepância entre o que eles dizem e o que realmente fazem. A mensagem subjacente é de desconfiança em relação a certos grupos políticos e ideológicos que podem não ser transparentes em suas intenções e ações.

Em outro texto, o “*Diário de Notícias*” sugere que os comunistas teriam certo “ódio”. Vale lembrar que, por tratar-se de um jornal de alinhamento católico, o ódio é visto como um sentimento de aversão profunda, hostilidade e ressentimento em relação a outros seres humanos, descumprindo o principal mandamento cristão de “amar ao próximo”. Por conta disso, o periódico faz uso dessa alegação, junto ao **expurgo do outro**, para tratar do comunismo.

Existe, sem dúvida, o ÓDIO MARXISTA. É também toda uma concepção de vida materialista, vive em função absoluta da "revolução do proletariado" e que se vale de qualquer chance para introduzir preliminarmente a confusão e a anarquia. No campo SOCIAL, não passam de reivindicadores da luta de classes. REVOLUCIONÁRIOS quase sempre e OUSADOS.<sup>221</sup>

<sup>220</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Mascarados políticos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.280, 3 fev. 1962, p. 2.

<sup>221</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A verdade é essa. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.297, 23 fev. 1962, p. 2.

O editorial também descreve o marxismo como uma "concepção de vida materialista" que se concentra na busca pela "revolução do proletariado," ou seja, na mudança da estrutura de poder da sociedade em favor dos trabalhadores. No entanto, alega que os defensores do marxismo usam qualquer oportunidade para introduzir confusão e anarquia, sugerindo que suas táticas podem ser disruptivas e caóticas.

Além da crítica ao marxismo, o “*Diário de Notícias*” se empenha na crítica ao capitalismo liberal. Utilizando das mesmas estratégias, escreve:

OS LIBERAIS CAPITALISTAS precisam ser denunciados, neste momento histórico, como os criminosos mais responsáveis pela possível derrocada da democracia em face do homem comum. Na sua maioria trabalhadores, que vai partindo para o desespero-de-causa. Estão escravando o mundo ocidental no dilema cruel: heroísmo de paciência na luta democrática ou irritação revolucionária na linha marxista. E não consta que o homem comum, a massa dos trabalhadores, possa humanamente contar com inesgotáveis reservas de paciência democrática. Não somos um autenticamente cristão de vida particular e social, única base inquebrantável para essa luta que poderia durar mais de século em busca de uma evolução profunda, a que nos querem obrigar os liberais-capitalistas.<sup>222</sup>

Neste trecho, o jornal afirma que os liberais capitalistas devem ser acusados de serem os principais culpados pela ameaça à democracia, especialmente em relação à classe trabalhadora. O autor acredita que esses liberais têm um papel negativo na manutenção da democracia. Outro ponto interessante, é a postura do DN em relação à estruturação cristã da sociedade. De acordo com ele, a forma a ser verdadeiramente cristã na vida particular e social, o que seria a única base sólida para uma luta duradoura em busca de uma profunda evolução. O diário também sugere que os liberais capitalistas estão forçando uma mudança que não é sustentável a longo prazo e que vai contra os valores cristãos e sociais ideais.

Em outros dois momentos, o jornal evidencia o seu posicionamento em manchetes. No dia 20 de maio de 1962, abre a primeira página com o título “*Não somos pelo liberal capitalismo*” e, na próxima edição, no dia 22, com a chamada “*A Igreja opõem-se ao liberal capitalismo*”. Nos dois casos, o “*Diário de Notícias*” comenta os editoriais do “*O Estado de S. Paulo*”, em tom de denúncia, dizendo que o periódico fez uma conciliação impossível: a Igreja o capitalismo liberal.

Os comentários do DN não param nas manchetes. No dia 23, o jornal escreve um editorial explicando justamente as notícias de capa das últimas edições.

---

<sup>222</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Crime do liberalismo-capital. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.351, 4 mai. 1962, p. 2.

CAPITALISMO liberal é regime construído pelo liberalismo. Nós repetimos: NO regime capitalista o culto do próprio "eu" e da liberdade chega a torná-lo indiferente à sorte dos semelhantes. O homem de alma capitalista não vê no próximo seu irmão. Seu pequeno deus é a "liberdade". Liberdade onímoda e total, em cujo nome o egoísmo e a ganância perpetraram as injustiças mais revoltantes. Em holocausto a essa "liberdade", os mais fracos são deglutidos impiedosamente, na luta pela vida, pelos mais fortes e audazes.

A IGREJA católica não poderia, sem trair o Evangelho do Senhor Jesus, canonizar essa estrutura de regime. ESTAMOS convencidos, por outro lado, de que é muito grande o número de cristãos-católicos bem-intencionados, retos, autênticos, que sem perceber a manobra satânica do capitalismo liberal vai embarcando para o abismo do erro. Até aqui, quiçá, não poderiam ser responsabilizados. Mas, depois de um sério exame de consciência, em face da atual pregação social da Igreja, através de seus Pastores, não há por onde fugir.<sup>223</sup>

Há o emprego da **diferenciação** novamente, ao tratar do liberal capitalismo. Essa estratégia se faz presente com constância nos editoriais do “*Diário de Notícias*”, sendo uma forma de afastar o posicionamento do jornal, próximo da Doutrina Social Cristã, com os percalços do regime político-econômico supracitado. O texto expressa uma visão crítica do impacto do capitalismo liberal na sociedade, especialmente do ponto de vista da ética cristã, apontando para a necessidade de reflexão e responsabilidade por parte daqueles que inadvertidamente se alinham com esse sistema econômico – daí a crítica aos editoriais do “*O Estado de S. Paulo*” expressa nas manchetes.

Com ares de convocação, o “*Diário de Notícias*” aparelha-se do discurso de outros clérigos, como o Cardeal da cidade de São Paulo, para legitimar a sua defesa da Doutrina Social Cristã. Postula:

Aos cristãos-católicos, porém, o momento é de suprema exigência. Possuem todo um patrimônio de doutrina e de ideologia destinado a construir uma ordem social totalmente diversa daquela que está estabelecida. Uma ordem social que não dá margem a nenhum tipo de revolução de ódio e de moralidade. Esse patrimônio da doutrina social cristã foi resumido recentemente pelo Cardeal de São Paulo: "FRATERNALISMO CRISTÃO SUBSTITUI E CORRIGE TODO O PATERNALISMO CAPITALISTA DO LIBERALISMO ECONÔMICO E TODO O PATRONATO ESTATAL DO COMUNISMO TOTALITÁRIO".<sup>224</sup>

A mensagem central é que os princípios de fraternidade, solidariedade e cuidado mútuo, presentes na doutrina social cristã, têm o poder de oferecer uma alternativa superior aos problemas estruturais do capitalismo e do comunismo, enfatizando a importância de uma ordem social baseada em valores mais humanitários e éticos, isto é, de acordo com os princípios da Igreja.

<sup>223</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Igreja contra o capitalismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.367, 23 mai. 1962, p. 2.

<sup>224</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Instante de opção. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.370, 26 mai. 1962, p. 2.

Outro editorial que trata do posicionamento do “*Diário de Notícias*” foi publicado no dia 3 de junho de 1962, com o título “*Nem comunismo, nem capitalismo*”<sup>225</sup>. De acordo com o texto, não seria possível criticar os regimes de esquerda, uma vez que o liberalismo também teria suas mazelas. O jornal volta a criticar as opiniões do “*O Estado de S. Paulo*”, contrapondo com argumentos que a dita liberdade, tão aclamada pelos liberalistas, seria falha, uma vez que a ideologia é altamente individualista – e, por esse motivo, não há liberdade sem considerar a coletividade. Mais uma vez, pela **diferenciação**, o “*Diário de Notícias*” traz em suas páginas uma nova opção político-econômica, a Doutrina Social Cristã, calcada nos princípios cristãos. Dando continuidade, o editorial “*Coletivismo contra individualismo*” completa com as seguintes palavras:

Foi o liberalismo, levado ao campo das atividades socioeconômicas, quem desencadeou as mais trágicas consequências na questão social, originada de modo crítico desde a substituição dos instrumentos manuais pela máquina aparelhada e o surgimento do labor proletariado. A "questão social" sempre seria colocada historicamente. O liberalismo econômico, entretanto, criando o regime liberal-capitalista, transformou a "questão" em verdadeira guerra contra os trabalhadores proletários, que seriam reduzidos a uma classe escravizada; escravidão menos desumana ou mais humana, conforme as disposições de "liberalidade" do patrão capitalista.<sup>226</sup>

A "questão social" mencionada sempre foi um ponto de atenção ao longo da história do “*Diário de Notícias*”. Com o acirramento das ideologias da Guerra Fria, e quanto mais próximo chega-se do golpe civil-militar, até mesmo as próprias discussões propostas pelo governo de João Goulart, esse ponto irá aparecer com cada vez mais frequência nos editoriais.

É interessante pontuar o emprego de duas estratégias opostas que são usadas com latência nos editoriais sobre Doutrina Social Cristã: a **diferenciação** e a **unificação**. No primeiro caso, normalmente é associado com as críticas ao liberalismo e o comunismo; no segundo, o emprego do artifício é em prol da doutrina da Igreja, focalizando o chamado “bem comum”.

BEM-COMUM é a tensão-de-equilíbrio entre os valores individuais da pessoa humana (como liberdade, por exemplo) e os valores comuns da sociedade humana (como a verdade orçamentária, por exemplo). O Brasil precisa sair dessa estrutura liberalista, que tem constituído fecundo caldo-de-cultura para a fermentação da revolução comunista. Para impedir a queda no abismo marxista, somente as reformas fortes preconizadas pela DOUTRINA SOCIAL CRISTÃ, cuja chave é o conceito do Bem Comum, poderão marcar uma saída certa, justa e pacífica para as desorientações que aí estão.<sup>227</sup>

<sup>225</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Nem comunismo, nem capitalismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.376, 3 jun. 1962, p. 4.

<sup>226</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Coletivismo contra individualismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.377, 5 jun. 1962, p. 2.

<sup>227</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Repressão ao empreguismo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.385, 14 jun. 1962, p. 4.

De acordo com o “*Diário de Notícias*”, há uma necessidade de afastamento da estrutura liberalista existente, que é vista como um terreno favorável para o surgimento do movimento revolucionário comunista e argumenta que somente reformas significativas, sugeridas pela Doutrina Social Cristã e centradas no conceito do Bem Comum, têm o potencial de oferecer uma saída correta. Tanto que, por isso, o jornal irá demonstrar apoio ao presidente João Goulart na questão das reformas de base, pois segundo o periódico, esses princípios estão alicerçados no que postula a Igreja.

O “*Diário de Notícias*” não encerra seu embate com “*O Estado de S. Paulo*” tão facilmente. Em outros editoriais, o jornal dos padres não só critica a posição liberal do membro da grande imprensa, mas também as investidas contra a Doutrina Social Cristã. Esse fato é bastante interessante, ainda mais considerando que o Estadão foi um dos veículos que respaldaram o golpe civil-militar.

O que desejamos hoje denunciar e criticar é o abuso e a má fé que o jornal "O Estado", sem dúvida um dos maiores, senão o mais completo INFORMATIVO do país, vem adotando com referência à Igreja e à doutrina social cristã. Pena que não haja um veículo de informação e de opinião diariamente à altura daquele órgão para, também cada dia, dividir as águas e refutar a pretensão majestosa de realizar a todo custo o casamento espúrio entre as posições do Comum e as posições, quando muito, paternalistas do egoísmo de Capital. Não é possível que "O Estado" continue a abusar da verdade, pregando diariamente essa absurda posição de composição entre as teses e as posições da Doutrina Social Cristã e os princípios do Liberal Capitalismo. São filosofias e exigências de ação antagônicas.

No capítulo da "ordem da propriedade privada", por exemplo, a Doutrina Social Cristã está a exigir reformas profundas em nossa estrutura socioeconômica. A propriedade, dentro do processo histórico do liberal-capitalismo, acabou caindo "juridicamente" nas mãos de privilegiados, de tal modo que se torna impossível proceder à democratização do capital. Somente um cego intelectual ou um liberal enveredado não enxerga a necessidade da reforma.<sup>228</sup>

Pela **diferenciação**, o “*Diário de Notícias*” busca um afastamento do “*O Estado de S. Paulo*”, acusando-o de ter uma postura tendenciosa e inadequada. Assim, o editorial aponta que esse jornal adota uma postura que tenta conciliar posições que são inerentemente opostas, como se tentasse unir o "comum" com o "egoísmo de Capital", algo que, na visão do DN, é absurdo.

Dando continuidade aos conflitos entre “*Diário de Notícias*” e “*O Estado de S. Paulo*”, no editorial “*A mistificação capitalista*”<sup>229</sup>, o jornal dos padres acusa o representante da grande imprensa de uma postura dúbia em relação à Igreja Católica. O texto aponta a incompatibilidade

<sup>228</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Abuso de “O Estado”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.394, 27 jun. 1962, p. 2.

<sup>229</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A mistificação capitalista. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.416, 27 jun. 1962, p. 2.

entre as posturas do periódico e os princípios ou orientações católicas, enfatizando a necessidade de alertar os leitores sobre isso. O DN aponta para um editorial específico, datado do dia 20 de junho de 1962, como um exemplo concreto dessa duplicidade, em que o Estadão critica os prelados da Igreja Católica, descrevendo-os como demagogos por atribuírem lucros fabulosos às classes produtoras, responsabilizando-as pelo encarecimento da vida. De acordo com o “*Diário de Notícias*”, essa visão do “*O Estado de S. Paulo*” em relação à postura dos líderes religiosos, considerava suas ações como manipuladoras e inconsistentes, sugerindo que os clérigos estariam próximos dos comunistas, chegando a equipará-los, de certa forma, aos líderes comunistas, como Luís Carlos Prestes e outros. O texto do editorial expressa claramente uma discordância com essa perspectiva, considerando essa associação como uma inversão da ordem racional das coisas.

O “*Diário de Notícias*” negativa à postura dos liberais-capitalistas que, segundo o jornal, empregam estratégias para confundir e desacreditar os defensores da reforma social cristã. Em mais uma estratégia de **diferenciação**, reitera:

Não nos cansamos de lutar, desta trincheira da verdade, contra as campanhas hipócritas quem dia a dia, liberais-capitalistas reiniciam com a finalidade de confundir as ideias. O que, na verdade, pretendem é defender a todo custo o "status quo", isto é, a atual ordem de coisas estabelecida pelo liberal capitalismo. O que, de fato, desejam é que nada seja modificado na estrutura sócio-econômica de um país emperrado como o Brasil, onde a minoria privilegiada se promove cada vez mais, com crises ou sem crises. O povo continua espoliado.<sup>230</sup>

O editorial também menciona que esses liberais-capitalistas estão tentando associar as propostas de mudança, as novas mentalidades e as reformas legais, que defendem a doutrina social cristã, como tentativas de uma revolução comunista. Essa estratégia buscaria confundir os defensores da reforma da Igreja com os comunistas, a fim de desacreditar suas propostas.

Ao final de 1962, os posicionamentos contrários ao comunismo voltam a inflar. Assim, escreve o “*Diário de Notícias*”:

Só há um interessado em nossa desunião, na luta de classe no Brasil. Ele não quer o bem do País e a felicidade do povo. O único interessado no desentendimento e na disputa entre pessoas e classes é o comunismo. Seu melhor colaborador é o ódio. Por isso aponta as classes como inimigas, como tendo sempre interesses antagônicos e inconfessáveis.<sup>231</sup>

---

<sup>230</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Definam-se os fazendeiros. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.247, 23 set. 1962, p. 4.

<sup>231</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Luta de classes. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.500, 1 nov. 1962, p. 2.

O editorial destaca as distorções que o marxismo supostamente promove na sociedade. Ele critica a visão marxista da luta de classes, afirmando que a luta pela dominação de uma classe sobre a outra é um conceito negativo e bárbaro. Segundo o DN, o natural seria a ajuda mútua, algo que rejeita a exploração dos mais fracos pelos mais poderosos. Também argumenta que a ideia de uma sociedade baseada na luta de classes, em que a classe mais forte prevalece sobre a mais fraca, nega a ideia de uma sociedade justa e cooperativa, onde as forças se unem para um objetivo comum.

#### 4.7.2 Reformas de Base

A discussão sobre a reforma agrária continua latente no “*Diário de Notícias*”, com a premissa de que não basta a distribuição de terras, mas sim, é necessário investir na justiça social. Com a estratégia de **unificação**, o editorial reitera que essa consciência em prol da sociedade é algo que irá beneficiar a todos, não somente os trabalhadores rurais.

REFORMA agrária sem justiça e sem respeito ao direito é mentira, não solução para os demagogos e os confucionistas simplificam, para uso publicitário, o complexo problema de uma revisão agrária que, além do lado social, tem o econômico e o moral, numa simples distribuição de terras. Com isso, enganam e instigam à rapina, e ao ódio social, ambiente propício para entrarem as doutrinas totalitárias.<sup>232</sup>

O trecho acima também faz o uso do **tropo**, para caracterizar os “demagogos e confucionistas”, que seriam os indivíduos que falam meramente na revisão das terras, sem preocupação com as causas sociais. Além do mais, o jornal argumenta que a simplificação da reforma agrária engana as pessoas e as incita a agir de maneira predatória e a cultivar o ódio social. Isso cria um ambiente propício para o surgimento e a adoção de doutrinas totalitárias, em referência ao comunismo – que já constatamos, é duramente criticado pelo DN.

Embora a tônica dos editoriais seja a reforma agrária, o “*Diário de Notícias*” irá citar outras possíveis reformas, como a constitucional. Segundo ele, havia a necessidade de realizar a mudança da Constituição, para então promover as demais políticas, como pensar um regime para a redistribuição de terras.

O POVO está amadurecendo para a reforma. Pois tudo depende da reforma constitucional. Enquanto esta não se verificar, as outras parecerão paliativos inoperantes. O debate político intenso que a Nação vive, debate sem dúvida criador, favorece largamente as mudanças inclusive as de ordem constitucional.

---

<sup>232</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Demagogia e confusão. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.266, 18 jan. 1962, p. 4.

DO DEBATE surgiram até agora duas ideias centrais. Uma, encampada pela maioria dos políticos: dar ao próximo congresso os poderes de Constituinte. Outra, fornecida pelos herdeiros do senhor Jânio Quadros e que se diz o pensamento do ex-presidente, consiste na apresentação pelo renunciante de uma Constituição pré-redigida e que o povo escolheria. Seria a Constituição eleita pelo povo.<sup>233</sup>

De acordo com o editorial, o debate político intenso que está ocorrendo na política brasileira é visto como um fator positivo que favorece mudanças, incluindo na Constituição. No entanto, o reforço da palavra “povo” no trecho destacado demonstra que essas modificações só poderiam ocorrer em uníssono pela sociedade, em uma clara alusão à **unificação**, como estratégia para destacar o bem-social das reformas.

Para reforçar o afastamento das ideologias de esquerda, novamente o “*Diário de Notícias*” faz uso da **legitimação**, ao citar a *Mater et Magistra* e a função social da propriedade privada, uma estratégia já utilizada pelo jornal.

OUTRO ponto da doutrina tradicional católica o Papa firma é quanto à função social da propriedade privada. Encarando a situação nova do problema, João XXII reafirma a doutrina de sempre quanto à propriedade, quanto ao coletivismo e quanto ao capital. "Propriedade privada, sim. Reconhecido o seu direito, de todos, porém, numa distribuição efetiva e a serviço do bem comum".<sup>234</sup>

A ênfase do trecho acima é a posição da Igreja Católica, conforme expressada pelo Papa João XXII, sobre a propriedade privada e sua função social. De acordo com os princípios da *Mater et Magistra*, a propriedade privada é vista como legítima, desde que seja usada de maneira a beneficiar o bem comum e não apenas o indivíduo proprietário. Essa é uma parte importante da doutrina católica relacionada à justiça social e à solidariedade – e, mais do que isso, vai ao encontro dos posicionamentos preconizados pelo “*Diário de Notícias*” acerca da realização da reforma agrária.

Ademais, na visão do “*Diário de Notícias*”, qualquer reforma só seria possível pelos olhos da Igreja, pois somente esta instituição saberia como promover a justiça social. Fortalecendo o discurso da Doutrina Social Cristã, escreve:

CABE à Igreja, no Brasil, a primazia na preocupação com o problema. Ela tem alertado os interessados, os trabalhadores, os proprietários e os governos, para que estudem e encontrem uma solução legal, humana e cristã para o caso. É inestimável a contribuição que Bispos e sacerdotes, juntamente com leigos eminentes, vêm dando ao estudo e à procura, para esse problema, de uma solução compatível com os altos interesses do povo e do País.

<sup>233</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Uma constituição nova. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.277, 31 jan. 1962, p. 2.

<sup>234</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Propriedade privada na *Mater et Magistra*. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.269, 20 jan. 1962, p. 2.



NINGUÉM pode recusar que se trata de um imperativo do momento. E a reforma se faz bem feita, com critério de justiça, com alcance realmente social, ou se faz desvirtuada, como foco de subversão da ordem, sem justiça e com a postergação do direito.

URGE que se concretize a reforma agrária. Mas, se realmente se deseja fazer obra séria, patriótica, que seja um benefício para o povo e para o País, para o progresso e para a paz, não se há de realizá-la de improviso e desordenadamente, com apelos ao instinto de conquista, pois, como afirma o Senhor Presidente da República, reforma agrária não é tirar terra de um para dar a outro, nem é simplesmente distribuir terra. Se não se atendem exigências diversas que o problema envolve, pode a reforma agrária se transformar em desordem agrária.<sup>235</sup>

Nota-se que, pela estratégia de **legitimação**, destacando apontamentos do texto que insuflam o problema socioeconômico brasileiro, o DN manifesta que a solução é possível, se realizada dentro dos princípios da Igreja Católica. Inclusive, o trecho alude às formas de mobilização e advocacia social por parte de setores eclesiais em relação a questões de justiça social, atos realizados pelos membros da Arquidiocese de Ribeirão Preto.

Novamente, pela **legitimação**, o “*Diário de Notícias*” busca a força argumentativa ao citar um representante da grande imprensa paulista, o jornal “*O Estado de S. Paulo*”, como um parceiro, tendo a intenção de esclarecer conceitos relacionados ao problema da reforma agrária.

Multiplicam-se em nosso país as declarações de homens públicos a respeito do problema candente da necessária reforma agrária. Há quem insista em manter a posição de que importa, antes de mais nada, saber "se existe o problema", sobre o qual tanto se debate atualmente. Nessa linha, saiu redigido em uma das últimas edições de "O Estado de S. Paulo" um editorial com longo arazoado. Evidentemente, os argumentos que se diziam fundamentados na autoridade de ilustre agrônomo tinham por finalidade apenas acertar conceitos em torno da posição do problema. Realmente, estamos em um ponto em que a reforma agrária não pode ser entendida tão somente como a distribuição ou redistribuição de terra, numa planificação de retalhar o país com minifúndios. Antes de criar novos proprietários, é urgente que experimentemos examinar a situação desajustada dos amparados de milhares de pequenos e médios agricultores, absolutamente impossibilitados HOJE de racionalizar seus sítios e suas fazendas.<sup>236</sup>

Há, portanto, o reforço da ideia já apresentada em outros editoriais, com enfoque nas pequenas propriedades rurais, conhecidas como minifúndios. De acordo com o jornal, os agricultores desses assentamentos estão atualmente impossibilitados de realizar uma gestão racional de suas propriedades rurais, o que indica a complexidade do problema da reforma agrária.

Em artigo assinado pelo Pe. Celso Ibson de Syllos, a ideia da reforma de base se apresenta com enfoque da **legitimação**, em que o sacerdote trata da importância de uma nova legislação para modificar a estrutura socioeconômica brasileira. Escreve:

<sup>235</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma agrária. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.278, 1 fev. 1962, p. 4.

<sup>236</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Idéias claras. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.285, 9 fev. 1962, p. 2.

SOBRETUDO nestes últimos tempos está sendo demonstrada a suma importância das Câmaras no governo do país. Já no regime presidencialista, as casas da Lei assumiam uma posição insubstituível. Agora, no sistema parlamentarista, ainda mais forte se tornou essa posição. O problema é que no Brasil somente se poderão corrigir os sérios defeitos da vida socioeconômica através de uma nova legislação, a qual se apresenta como total renovação de estrutura. Os mais diversos setores da vida nacional, para que tenham seus defeitos corrigidos, estão a exigir reforma de base.<sup>237</sup>

Vale ressaltar que o autor destaca a crescente importância das instituições legislativas, especificamente as Câmaras, no contexto do governo nacional. Dessa forma, Pe. Celso acredita no potencial dos órgãos oficiais, buscando uma solução dentro da legalidade.

#### 4.7.3 Política Nacional

Os assuntos que tratam da política nacional, mais especificamente da atuação do Presidente João Goulart, começam a dar às caras no meio de 1962. Isso porque o “*Diário de Notícias*” concentrou-se na defesa da Doutrina Social Cristã e das Reformas de Base, sendo assim, ao falar do Executivo do país, o jornal tangenciou essas duas temáticas.

Nota-se que o DN ainda apresenta certo receio com Jango, mas a proposta das reformas de base agradava o periódico. Dessa forma, escreve: “Acertou, pois, o aviso do Presidente, solicitando correções que não sejam meramente políticas, na atual crise. A solução acertada deve conter perspectivas bem nítidas de reformas sócio-econômicas de base”<sup>238</sup>.

Tal a desconfiança de João Goulart, que o “*Diário de Notícias*” não se posiciona a favor do presidencialismo, visto que, para o jornal, independentemente do regime político, os problemas sociais não seriam solucionados.

A volta ao presidencialismo ou a continuidade do sistema parlamentarista não mudará o essencial. Continuaremos na mesma crise social e dentro dos mesmos princípios injustos, enquanto não forem mudados os alicerces e solucionados os problemas básicos da nação. Para isso, estão sendo convocados os cristãos autênticos e que desejam lutar pela felicidade do povo.<sup>239</sup>

O editorial evoca a **simbolização da unidade** ao tratar de “cristãos autênticos” e “problemas básicos da nação”, além de ressaltar a importância de mudanças estruturais profundas para solucionar os problemas essenciais que afetam o país. Pela mesma estratégia, outro texto fala da importância de o Governo Federal se atentar às reformas de base:

<sup>237</sup> SYLLOS, Pe. Celso I. O crime dos atuais legisladores. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.360, 15 mai. 1962, p. 1.

<sup>238</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Um aviso certo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.403, 8 jul. 1962, p. 2.

<sup>239</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Um aviso certo. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.448, 31 ago. 1962, p. 2.

O QUE É PRECISO é uma tomada de posição decisiva por parte do governo, no sentido de que sejam concretizadas as chamadas reformas de base. Somente através delas, poderá o Poder Público Federal alcançar reais objetivos que fornecem à nação uma organização social mais equilibrada e melhor definida. VIVEMOS há pouco tempo o sistema presidencialista. A situação não era muito diferente da atual. O problema, portanto, está na luta para sair do subdesenvolvimento, principal fator da nossa miséria e do nosso desequilíbrio. A REALIZAÇÃO da Reforma da reforma da empresa e de outras reformas complementares, isto sim, poderá modificar o estado atual e oferecer novas perspectivas ao Brasil.<sup>240</sup>

O cerne do problema reside na luta para superar o subdesenvolvimento, identificado como um fator fundamental para a miséria e o desequilíbrio existentes. Por conta disso, o “*Diário de Notícias*” pouco comenta sobre o tipo de regime político (parlamentarismo ou presidencialismo), porque o jornal está mais preocupado com o direcionamento das campanhas do Presidente em prol das reformas.

Entretanto, uma preocupação que assola o DN é o enviesamento da instituição democrática. Com a chegada do plebiscito para decisão do regime político brasileiro, o jornal alerta sobre uma possível intentada golpista.

A Imprensa da Capital tem focalizado, com destaque, atitudes e palavras de líderes militares e políticos que buscam induzir o povo a aceitar uma solução extralegal para os problemas sociais que estamos enfrentando.

[...]

Os eternos golpistas se aproveitam da oportunidade e do descontentamento geral para uma "consulta" delicada aos diversos setores, questionando a possibilidade de uma medida extrema que conduziria o país para novos rumos.

Nossa posição, agora como sempre, é a defesa dos princípios democráticos e, portanto, contra os eternos golpistas, os quais pouco ou nada têm feito para resolver os problemas sociais. Pelo contrário, sempre que podem, colaboram de maneira expressiva para agravar tais casos. Não sabemos se por coincidência ou não, geralmente representam os interesses daqueles que são os grandes responsáveis pelo nosso estado de subdesenvolvimento e fome.<sup>241</sup>

Pela estratégia de **tropo**, o “*Diário de Notícias*” demonstra que os golpistas são representados por líderes militares e políticos que pouco se preocupam com os problemas sociais. Segundo o editorial, os chamados “eternos golpistas” se aproveitam do descontentamento geral para sugerir uma solução extrema, algo que historicamente não contribuem para solucionar os problemas sociais, ao contrário, em muitos casos, os agravam.

<sup>240</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O povo vai opinar. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.520, 28 nov. 1962, p. 2.

<sup>241</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O povo vai opinar. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.532, 13 dez. 1962, p. 4.

#### 4.7.4 Política em Ribeirão Preto

O ano de 1962 representou o marco das discussões acerca da sindicalização rural em Ribeirão Preto. A volta do Pe. Celso Ibson de Syllos da Europa e sua consequente atuação no “*Diário de Notícias*” fez com que essa temática fosse latente, com textos de conscientização e da atuação da Frente Agrária Paulista. Em editorial, pela estratégia de **unificação**, temos o seguinte discurso:

Durante a sessão de posse do novo Conselho Intersindical de Ribeirão Preto, todos os líderes sindicais, que usaram a palavra, foram unânimes em classificar de crítica o atual momento do país. Todos aceitaram também a responsabilidade, que lhes compete no momento de estar atentos e ativos na defesa dos interesses dos trabalhadores, que representam a maioria do povo.

COMPETE aos líderes sindicais, neste momento, mais do que nunca, realizar a unidade da classe e manter viva a consciência do Bem Comum. Foi mesmo pronunciada por um dos líderes do Conselho a denúncia de que não se encontra mais o ideal do Bem Comum como norma e objetivo dos atuais governantes da nação.<sup>242</sup>

É destacada a importância dos líderes sindicais neste momento específico para promover a unidade da classe trabalhadora e manter viva a consciência do Bem Comum, isto é, o bem-estar coletivo, por ser algo negligenciado pelos governantes. A partir disso, é possível perceber que o “*Diário de Notícias*” via a sindicalização como uma espécie de alternativa para garantir a defesa dos trabalhadores, quando os políticos eleitos não o faziam.

A partir desse preâmbulo, o jornal começa a apresentar novos editoriais que tratam da Frente Agrária Paulista. Nos textos, é enfatizada a aceitação e o apoio da classe trabalhadora, que reconhece a intenção do movimento como uma possível solução para os problemas históricos enfrentados por essa população. A mensagem é descrita como tendo raízes nos princípios cristãos, buscando solucionar questões sociais de longa data.

A Frente Agrária Paulista vem desenvolvendo em toda região intenso trabalho no sentido de conseguir a efetiva promoção do homem do campo. Nesta jornada, seus integrantes estão encontrando grande receptividade por parte da classe trabalhadora, que reconhece na mensagem pregada uma possível solução cristã para problemas de tantos séculos. Verdade seja dita, também alguns fazendeiros, donos das terras, estão compreendendo a importância do momento que atravessamos e a necessidade de um movimento de união de todas as forças rurais, junto ao governo, como fórmula necessária para restabelecer o equilíbrio entre a cidade e o campo.<sup>243</sup>

<sup>242</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Trabalhadores coesos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 34, n. 12.360, 15 mai. 1962, p. 2.

<sup>243</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Trabalhadores coesos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.404, 10 jul. 1962, p. 5.

Pela estratégia de **unificação**, a descrição do editorial reflete uma abordagem de cooperação entre diferentes setores, reconhecendo a importância de políticas de apoio à agricultura para atingir um equilíbrio socioeconômico entre a cidade e o campo, e destaca a relevância de princípios cristãos na formulação de soluções para desafios sociais.

A **simbolização da unidade** é outra estratégia usada nos editoriais da Frente Agrária Paulista. Segundo o DN, movimentos similares eclodem em todo o país, com a intenção de assegurar direitos aos trabalhadores rurais.

PROSSEGUE a Frente Agrária Paulista, desenvolvendo intensa campanha de esclarecimentos em toda a região. Várias concentrações e reuniões têm sido realizadas, e os resultados são bastante promissores.

Movimentos dessa natureza estão sendo realizados em todo o Brasil e, felizmente, com resultados positivos. Notamos que o problema da lavoura e do homem do campo caminham para uma solução. O próprio governo, pressionado por esses movimentos e pelo pensamento nacional que exige soluções, procura dinamizar o Ministério da Agricultura, numa tentativa de conseguir maior proteção para a lavoura e para o homem do campo.<sup>244</sup>

Visto que Pe. Celso Ibson de Syllos é líder do movimento, já era de se esperar que o “*Diário de Notícias*” considerasse a mobilização benéfica por parte da Frente Agrária Paulista, como uma resposta às necessidades identificadas no setor rural. Tanto que, em próximos editoriais, o jornal comenta alguns eventos e encontros da FAP. De acordo com o periódico, por meio de um sistema de troca de ideias que aborda problemas e soluções, intercalados por momentos de recreação saudável, os trabalhadores se envolvem no convívio social e na luta pela proteção de seus companheiros. O objetivo principal é torná-los agentes ativos na massa rural. Os círculos promovidos regularmente aos domingos pelos líderes da Frente Agrária Paulista são incipientes, porém visam ser uma obra de grande interesse para a integração democrática do mundo rural no progresso social, cultural e econômico do país. Esse esforço é destacado como alinhado com as diretrizes fundamentais da *Mater et Magistra* e os princípios da Doutrina Social Cristã.<sup>245</sup>

#### 4.8 Diário de Notícias - 1963

O ano de 1963 é um dos mais enfáticos do “*Diário de Notícias*”, em termos de posicionamento. Ao todo, foram considerados 34 editoriais na análise, contemplando os doze meses do ano, com algumas lacunas em setembro.

<sup>244</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Frente Agrária. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.424, 2 ago. 1962, p. 2.

<sup>245</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Politização do homem da roça. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.491, 21 out. 1962, p. 2.

O tema da Doutrina Social Cristã ganha um apelo maior com a publicação da Encíclica *Pacem in Terris* que, de certa maneira, traz à tona às questões sociais e o papel da Igreja Católica na resolução de conflitos de classe. Além disso, as Reformas de Base aparecem um tom mais esperançoso, ao lado de críticas à UDN no que tange à política nacional.

Outro assunto eminente foi a Frente Agrária Paulista (FAP), que ampliou a sua atuação em Ribeirão Preto, promovendo eventos de conscientização sindical de trabalhadores rurais. Verifica-se que em muitos editoriais, a ação do movimento é comparada aos dizeres das Encíclicas papais, como forma de obter legitimação dos atos perante os leitores do jornal.

Nesse sentido, o ano de 1963 foi emblemático no posicionamento do “*Diário de Notícias*”, já que trouxe para o debate público novos documentos que reforçavam os dizeres da Doutrina Social Cristã, bem como os movimentos conduzidos por Pe. Celso Ibson de Syllós. Em uma rápida comparação com o objeto de análise anterior, o “*Diário da Manhã*”, o primeiro tem um enfoque maior em trazer a doutrina da Igreja para debate, enquanto o segundo trata das defesas das reformas de base. Embora essa diferença, ambos jornais foram condenados pelos delatores ribeirão-pretanos.

#### 4.8.1 Doutrina Social Cristã

Os esforços do “*Diário de Notícias*” para divulgar a Doutrina Social Cristã ganham repercussão em 1963. Logo em janeiro daquele ano, o jornal noticia a instalação da chamada “Convenção do Diário de Notícias”, que contava com representantes da imprensa católica de Ribeirão Preto e região, com o intuito de formar cidadãos em prol da doutrina da Igreja. Nesse sentido, escreve: “REPRESENTARÃO eles uma parte importantíssima na grande luta que será desenvolvida visando transformar o jornal numa ponta de lança da doutrina social cristã, no sentido de informar e formar o povo dentro destes princípios”<sup>246</sup>.

Percebe-se que o periódico utiliza de meios legais, com a formação de grupamentos, para além dos editoriais, para reforçar a ideologia defendida. É uma estratégia de **legitimação** dos discursos, que é percebida na própria atuação do jornal e de seu diretor, Pe. Celso. Em outro editorial, postula sobre a intencionalidade da campanha:

QUEREMOS que as mensagens da doutrina cristã sejam conhecidas e difundidas, teoricamente através de comentários especializados e na prática através de uma constante luta de

<sup>246</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Agentes e correspondentes. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.557, 13 jan. 1963, p. 2.

apoio e incentivo àqueles que estão em pleno campo de batalha, tentando modificar as estruturas desumanas que atualmente regulam as relações sociais.<sup>247</sup>

O objetivo, portanto, é disseminar os princípios da doutrina cristã, tanto teoricamente por meio de discussões especializadas quanto na prática, através do apoio e incentivo àqueles que estão ativamente envolvidos em tentar mudar as estruturas sociais consideradas desumanas – especialmente, pelo capitalismo liberal, tão criticado pelo DN no ano anterior.

Assim como ocorreu no ano anterior, o jornal reforça o alinhamento com as Encíclicas Papais, especialmente a *Mater et Magistra*. Ele enfatiza o papel unificador das encíclicas, promovendo ações práticas em prol da justiça social e da resolução de problemas sociais,

As Encíclicas do Papa João XXII definem a posição do católico face aos grandes problemas sociais e está agitando a opinião pública internacional, provocando a união dos homens de boa vontade em torno de questões pacifistas e em busca de justiça social. Essa união, tão desejada, de há muito esperada, está surgindo de maneira admirável. Lideranças autênticas despontam, tanto no clero como entre os leigos, numa demonstração prática de que a Igreja está com o povo e lutará pela sua emancipação, para que ele possa sair o mais cedo possível do estado de subdesenvolvimento e fome.<sup>248</sup>

Ao continuar o editorial, o “*Diário de Notícias*” diz que os cristãos não podem ser passivos diante das situações de injustiças sociais e, por essa razão, deveriam estar juntos na luta pregada pelas encíclicas. Inclusive, em outro editorial, o jornal lança à mão a construção mítica do catolicismo, construindo imagens diabólicas para tratar dos que não estão em consonância com a Doutrina Social Cristã. Desse modo, por meio do **tropo**, pelo uso de metáforas alegóricas da Bíblia, escreve:

CHEGOU a hora de os cristãos despertarem, pois que apesar dos envoltimentos satânicos, as portas do inferno não prevalecerão contra a Pedra. Mas a militância e o engajamento social dos católicos na luta pelas reformas sociais não é mais uma opção de cada consciência. Na *Pacem in Terris*, o venerável Pontífice João XXIII diz muito bem que a atuação dos fiéis no plano temporal na busca da paz pela Justiça Social presentemente, diante da crise que atravessamos e dos tormentos do mundo moderno, é um DEVER, desde que a "doutrina social cristã é parte integrante da concepção cristã de Vida" e "da reflexão e da educação deve passar-se à ação".<sup>249</sup>

<sup>247</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Uma grande campanha. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.574, 23 jan. 1963, p. 2.

<sup>248</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Chegou a hora da luta. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.642, 17 abr. 1963, p. 2.

<sup>249</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O dever da militância social. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.643, 18 abr. 1963, p. 2.

Pela **unificação**, a mensagem destaca que a atuação dos fiéis no âmbito social não é mais uma escolha individual, mas um dever coletivo e parte essencial da visão cristã de vida, conforme enfatizado em outra encíclica, a *Pacem in Terris*<sup>250</sup>, do Papa João XXIII.

Uma das principais discussões da nova encíclica papal é a paz mundial, direitos humanos, liberdade, justiça social e questões políticas. Nesse sentido, a *Pacem in Terris* aborda a importância da paz entre as nações, defende a cooperação internacional, igualdade fundamental e dignidade humana, e apela pela justiça como base para a paz duradoura, em questões de ordem da natureza global e internacional. Diferentemente, da *Mater et Magistra* que focaliza uma ordem social justa, com a cooperação entre diferentes classes e a responsabilidade social, bem como a relação entre capital e trabalho.

As duas encíclicas foram emitidas pela Igreja Católica em diferentes épocas e trazem debates de áreas distintas, embora haja intersecções em termos de justiça social e princípios cristãos. Porém, é interessante notar que o “*Diário de Notícias*” utiliza ambos os documentos para ancorar a sua visão, tanto pelas críticas do capitalismo liberal (*Mater et Magistra*) quanto pela união dos povos e manutenção de direitos (*Pacem in Terris*). Além disso, observa-se que a *Pacem in Terris* já traz antecipações da chamada Teologia da Libertação<sup>251</sup>.

Enquanto a Teologia da Libertação se concentra na libertação dos oprimidos e na transformação social, a Doutrina Social Cristã oferece uma base teórica e ética mais ampla para essa abordagem. Ambos os conceitos compartilham um interesse comum na justiça, na dignidade humana e na busca por soluções sociais, mas a Teologia da Libertação é mais específica em sua aplicação para a realidade latino-americana, em especial, no período após o endurecimento dos regimes autoritários.

Embora o “*Diário de Notícias*” não tenha tratado especificamente da Teologia da Libertação, os editoriais do jornal, bem como a atuação do Pe. Celso indicam aproximações com essa corrente. Algo que não foi possível a concretização, diante da história de perseguição ao padre e o consequente fechamento do periódico após o golpe civil-militar.

Acerca da *Pacem in Terris*, escreve o DN:

No exame sereno das palavras do Papa de S. Santidade, o Papa João XXIII na última Carta Encíclica “*Pacem in Terris*”, resulta a conclusão objetiva de que enquanto a sociedade não

<sup>250</sup> A *Pacem in Terris* é uma encíclica, uma carta papal, emitida pelo Papa João XXIII em 11 de abril de 1963. Seu título, em latim, significa “Paz na Terra”. O documento traz discussões notáveis, principalmente com um amplo apelo à paz mundial, à justiça social e à defesa dos direitos humanos.

<sup>251</sup> A Teologia da Libertação é um movimento teológico que surgiu na América Latina, especialmente na década de 1960. Ela propõe uma reflexão teológica a partir da perspectiva dos oprimidos e marginalizados, buscando aplicar os ensinamentos cristãos para promover a justiça social, a igualdade e a libertação dos mais pobres e marginalizados na sociedade.



estiver organizada em bases de justiça social e apreço à dignidade humana, não se pode exigir obrigações daqueles que compõem as camadas sociais oprimidas e esbulhadas da população. Pelo contrário, numa sociedade estruturada em bases de inversão de valores naturais, o dever imperioso é de que cada um se comprometa a respeitar os DIREITOS NATURAIS do próximo para só então exigir a reciprocidade.<sup>252</sup>

Pela estratégia de **legitimação**, trazendo explicações do documento papal, o editorial aponta que as condições estruturais desiguais não permitem obrigações justas às classes oprimidas, e que a verdadeira reciprocidade só pode ser alcançada quando todos respeitam os direitos fundamentais uns dos outros, independentemente de sua posição na sociedade.

Com esse mesmo artifício, o “*Diário de Notícias*” conclama os cristãos a agirem em prol da justiça social, assim como prega a Doutrina Social Cristã.

Não podemos ficar à margem da voz dos bispos brasileiros que, através de manifesto, convocaram os homens de todas as classes a realizarem no mundo do trabalho, dos negócios e das profissões as diretivas da Doutrina Social da Igreja. É o próprio Santo Padre que nos estimula para a grande jornada, chamando particularmente a atenção dos fiéis brasileiros sobre o problema social que deve ser resolvido pelos dirigentes, hierarquias e por todos em geral, baseando-se nos princípios sociais de “*Mater et Magistra*”, porque nenhum edifício social pode ser solidamente construído, se não tiver como alicerce o respeito aos princípios morais e aos preceitos de Deus.<sup>253</sup>

A referência à encíclica *Mater et Magistra* destaca a relevância dos princípios sociais apresentados pela Igreja como um alicerce essencial para a construção de uma sociedade mais justa e ética. O editorial incita à ação, ressaltando a importância de se fundamentar nas diretrizes morais e éticas da Igreja ao lidar com os desafios sociais enfrentados pela sociedade.

A aplicação prática da Doutrina Social Cristã é reconhecida pelo “*Diário de Notícias*” – tanto que, Pe. Celso, buscou constantemente colocá-la em prática na figura da Frente Agrária Paulista. Por isso, é recorrente o chamado à ação.

Vemos assim que a formação do líder para as grandes tarefas de evangelização social há de ser feita com o exercício simultâneo do aprendizado nos casos concretos, formando-se as consciências com os imprevistos e contingências da vida prosaica e de sucesso em sucesso consolidando-se sua capacidade e experiência profissional. Não se esqueça que a doutrina social cristã não foi elaborada para o aprendizado em recintos fechados nem templos de meditação. A doutrina social cristã é eminentemente dinâmica, prática e aplicável ao temporal.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Direitos e deveres dos cristãos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.643, 21 abr. 1963, p. 2.

<sup>253</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Chamado de urgência. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.664, 14 mai. 1963, p. 2.

<sup>254</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Luz no Senhor”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.669, 19 mai. 1963, p. 2.

Em outras palavras, o editorial destaca que a consolidação da capacidade e experiência profissional, pelos princípios da Doutrina Social Cristã, passa por meio desse processo contínuo de aprendizagem, visto que os princípios da ideologia não foram concebidos para serem ensinados em um ambiente isolado, mas sim para serem aplicados dinamicamente na prática da vida cotidiana.

Com a morte do Papa João XXIII, em 3 de junho de 1963, intensificam-se os elogios ao clérigo e a Encíclica *Mater et Magistra*, como reforço para a Doutrina Social Cristã. Em editorial, o “*Diário de Notícias*” indica que os preceitos estabelecidos pelo cardeal máximo da Igreja Católica se mostram facilmente identificáveis por aqueles que desejam compreendê-los. A ideia de um mundo melhor, baseado nesses princípios cristãos, foi amplamente disseminada e bem recebida, encontrando eco em diversas comunidades e raças. O texto sugere que os fiéis e pessoas de boa vontade se unam a uma grande jornada, influenciados pelo chamado do Vaticano.

Percebe-se o uso da estratégia de **naturalização**, demonstrando que a identificação com a Doutrina Social Cristã seria algo espontâneo aos católicos.

MAS A DOCTRINA Social Cristã é clara e, por esse motivo, facilmente desmascara os que confundem e se iludem. Grande parte dos leigos já se identificou completamente com essa linha idealista e realista que o Santo Padre João XXIII imprimiu à Igreja Católica. Agora, resta esperar que a semente lançada frutifique. A palavra de fé na construção de um mundo melhor foi difundida de maneira notável pelo Papa João XXIII e encontrou eco em todas as raças. Cristãos e homens de boa vontade estarão unidos nessa grande jornada, atendendo ao chamado que partiu do Vaticano.<sup>255</sup>

O mesmo artifício aparece em outro editorial, quando o “*Diário de Notícias*” alude que a humanidade só alcançará a paz pela Doutrina Social Cristã.

É IMPOSSÍVEL falar em paz sem que se fale de justiça. Por esse motivo, a Doutrina Social Cristã luta pela justiça social, na certeza de que somente através dela poderá a humanidade alcançar uma paz duradoura e significativa. Outra paz não será tão bem definida pelo saudoso Papa João XXIII. Pelo contrário, será uma paz falsa, deturbada. Representará um engodo e porque não dizer, uma ilusão maldosa.<sup>256</sup>

No aniversário do “*Diário de Notícias*”, o jornal publicou editorial que esclarece seu posicionamento, assim como de seus diretores, dando a entender que o periódico já sofria perseguições por defender as causas sociais. Ademais, nota-se que o DN não se define somente

<sup>255</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Posição legítima. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.683, 6 jun. 1963, p. 2.

<sup>256</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Mensagem de justiça. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.690, 16 jun. 1963, p. 2.

como um periódico católico, da linha dos semanários, mas sim, como um órgão da imprensa diária e, por essa razão, teria certos deveres para com a opinião pública.

Não haveria perseguições, não haveria calúnias, não haveria martírio se este jornal católico se contentasse "pacificamente" em fazer o papel de semanário católico na linha de mera doutrinação. Isso não é, no entanto, a função de um jornal diário, em termos de dignidade profissional. Imprensa diária tem o objetivo de atingir e formar a opinião pública. E opinião não é julgamento definitivo. Quem faz doutrinação usa meios de doutrinação e visa formar juízos de valor nos seus ouvintes ou leitores. Quem suscita opinião pública por meio dos veículos de comunicação de massa não são especialistas, visando formar uma opinião para um futuro diálogo em direção aos julgamentos definitivos.

PORQUE este jornal está colocado, com toas as suas possibilidades de meio-de-comunicação-de-massa, a serviço da Ação Social Cristã, só porisso leva o destino de dificuldades extraordinárias. Mas, sobretudo depois da "Mater et Magistra" e da "Pacem in terris" não poderia ser outra a nossa colocação como órgão católico de imprensa diária.<sup>257</sup>

Dessa forma, a publicação não se contente apenas em promover os dogmas da fé católica, mas também deve se engajar na formação de uma opinião mais abrangente e diversificada. Isso implica em fornecer informações, promover discussões e inspirar reflexões que permitam ao leitor formar juízos de valor por si mesmo, não apenas aceitando conteúdos doutrinários. Assim, o "*Diário de Notícias*" legitima a sua estratégia argumentativa, colocando-se para além de um órgão que traz só informações da Igreja.

Para sanar suposições que surgiam da Doutrina Social Cristã, especialmente com a publicação do *Pacem in Terris*, o "*Diário de Notícias*" investiu em alguns editoriais de esclarecimento. Afinal de contas, o "fantasma do comunismo" munia-se de discursos pró causas sociais para deslegitimar discursos, como ocorreu com o DN e a própria doutrina social da Igreja.

Em editorial publicado no dia 30 de agosto, o jornal apresenta uma transcrição de trechos dos pontos levantados pelo diretor do "*Osservatore Romano*", indicando a necessidade de esclarecimento e precisão sobre interpretações mal direcionadas. Esses trechos discutem as interpretações errôneas em torno da encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII, em particular sobre supostas mudanças na postura da Igreja em relação ao comunismo.

ISTO POSTO, a bem da verdade e para que equívocos sejam desfeitos, vamos transcrever alguns tópicos fornecidos pelo diretor do jornal "*Osservatore Romano*": "João XXIII sentiu grande dor perante as falsas interpretações de sua encíclica "Pacem in Terris" a respeito de supostas "mudanças" de orientação na posição da Igreja e da iniciativa dos católicos sobre o gravíssimo problema do comunismo." Desta forma, uma vez mais, frisa-se a incompatibilidade entre marxismo e cristianismo. Aliás, nenhuma confusão surgiria se as palavras do Papafossem lidas com pureza de intenção com a qual foram escritas. Nos escritos sociais de João XXIII, são evidentes as sentenças que condenam o comunismo e o capitalismo liberal,

<sup>257</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Recomposição para lutar. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.701, 2 jul. 1963, p. 2.

abraçando a doutrina social da Igreja que nasce o Evangelho e do Magistério, da própria natureza humana, colocando-se à prática, custe o que custar.<sup>258</sup>

Na ânsia de explicar que a Doutrina Social Cristã não é um sistema econômico, o “*Diário de Notícias*” publicou novo editorial de conscientização e, em mais uma oportunidade, pela **diferenciação**, traz os aspectos que afastam a ideologia da Igreja Católica do liberalismo e do comunismo.

A DOCTRINA social da Igreja não é uma doutrina econômica. Não propõe um sistema completo de relações econômicas e sociais, que seja O SISTEMA DA IGREJA. Deixa ela aos cristãos o cuidado de encontrar e promover as soluções técnicas mais de acordo com os valores cristãos.

O LIBERALISMO destaca o indivíduo, a sua liberdade, seus direitos em face da comunidade, sem especial atenção à solidariedade. Por isso, um liberalismo radical consente e quase implica e fomenta a exploração dos fracos. O comunismo desfigura o indivíduo, restringe a algo assim como uma vaga superficial e passageira no oceano do todo social e material, formulando uma solidariedade desumanizada que violenta a liberdade e a lei natural.

A DOCTRINA social da Igreja consagra A LIBERDADE NA SOLIDARIEDADE dando a ambas seu real sentido e fundando-as no terreno próprio. Tanta liberdade quanto seja compatível com a solidariedade; tanta solidariedade quanto possa ser compatível com a liberdade.<sup>259</sup>

O jornal afirma que a Doutrina Social da Igreja equilibra a liberdade com a solidariedade, reconhecendo a importância de ambas, sem permitir que uma anule a outra. O texto demonstra a abordagem da Igreja em relação à liberdade e à solidariedade, destacando sua ênfase na harmonia entre esses princípios, o que se traduz em uma perspectiva equilibrada e humanista, algo que não seria compartilhado pelo comunismo ou liberalismo.

Em um tom inflamado, o “*Diário de Notícias*” traz à tona a questão da “*militância cristã*”, como parte da Doutrina Social. Para o jornal, essa seria a tradução prática do que se vê nas encíclicas. Pela estratégia de **universalização**, traz em suas páginas:

LUTAR pelo social para outros é uma vivência enquadrada na luta comum do homem total. O pão se reivindica não será o ponto final da luta e não resolverá o problema do homem. Talvez apenas o seu estômago. O problema social não é apenas econômico. Nisso é que se distingue o homem dos animais. Têm estômago e necessidades fisiológicas como eles. Mas possui, com direitos, muita coisa superior a eles.

NÃO PODE, portanto, ser fecunda a militância sem análise. É, pelo contrário, muito perigosa. O militante cristão, jovem, estudante, operário ou adulto necessita de uma visão global do homem e seus desígnios. E nós, do mundo, precisamos de um exército de tais militantes cristãos.<sup>260</sup>

<sup>258</sup> NOSSO COMENTÁRIO. João XXIII ou Paulo VI?. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.749, 30 ago. 1963, p. 2.

<sup>259</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Programa Social Cristão. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.777, 3 out. 1963, p. 2.

<sup>260</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Militância cristã e visão integral. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.785, 13 out. 1963, p. 2.

É válido notar que o “*Diário de Notícias*” postula a necessidade de um “exército” de militantes cristãos, deixando claro a sua intenção de propagar os ideais da Doutrina Social Cristã. Contudo, o jornal também enfatiza a necessidade de uma abordagem analítica na militância, enfatizando que a ação sem análise pode ser perigosa.

Outro ponto de destaque é a continuidade de críticas ao “*O Estado de S. Paulo*”, algo que já ocorria em 1962, por conta do pensamento liberal do periódico. Segundo o “*Diário de Notícias*”, era dever analisar o posicionamento do Estadão, para esclarecer aos cristãos o que, de fato, estaria o representante da grande imprensa defendendo. Assim, escreve:

POR QUÊ? Pela simples razão que nossos leitores, a quem convidamos a ler os citados editoriais do “Estadão” (de 3ª a sábado passado), poderão facilmente entender com quem estamos lidando. A simples leitura de TODA SÉRIE dos editoriais, até ao de ontem, sábado, já vale como introdução ao nosso trabalho. O leitor amigo perceberá logo que as investivas contra a Igreja, na pessoa de Hierarcas identificados perfeitamente com a posição nacional do Episcopado católico em nosso país, partiram de um setor positivamente LIBERAL e rancosamente CAPITALISTA. Portanto, de um setor inapelavelmente agonizante, em termos de realidade sócio-político-econômica. O grupo de “O Estado de São Paulo” já tomou consciência de que, dentro dos rumos novos de nossa realidade em evolução social e econômica, haverá lugar para o diminuto e cada vez menos influente grupo LIBERAL dentro de uma Alemanha Ocidental. A série de editoriais, que produziu o “Estadão” nestes últimos dias, pode ser considerada como uma espécie de “canto do cisne”. Um grito de desespero em face da realidade inexorável.<sup>261</sup>

Pela **diferenciação** e o **expurgo do outro**, o “*Diário de Notícias*” deixa claro o seu afastamento do liberalismo e, portanto, das opiniões do “*O Estado de S. Paulo*”. Além disso, o DN sugere que o jornal está ciente de mudanças na sociedade, indicando a diminuição da influência do grupo liberal. O termo “canto do cisne” sugere que essa série de editoriais pode ser vista como um último esforço ou grito de desespero em meio a uma realidade que está mudando e onde sua influência está diminuindo. Continua, em outro texto, as investidas:

NO ARTIGO intitulado “A luta contra o regime e a Curia”, várias aberrações foram simplesmente dogmatizadas pelo editorialista do “Estadão”. Entre outras, está “... não podemos deixar de olhar com a maior apreensão a manifestação pública que o cardeal-arcebispo de São Paulo e seus acólitos acabam de dar de firme apoio à luta contra as instituições democráticas” (Editorial de O Estado de S. Paulo, 28.5.1963). Esse tópico foi publicado a propósito do encontro informal que dias antes houve entre o Sr. Presidente da República e um grupo expressivo de senhores Arcebispos e Bispos paulistas. ANOTEM bem, os nossos leitores. Observem atentamente esse trecho de editorial e comecem a fazer opinião. O jornal vem tirando a máscara de uma posição conformada à doutrina e à ação da Igreja no campo social; já começou a por à mostra sua verdadeira posição, totalmente disforme à da Igreja. O “Estadão” é um órgão do liberalismo, do laicismo, do positivismo, e do capitalismo. Seus diretores - sempre se proclamaram fatores da luta “liberal” em nossa pátria. Entretanto, até agora conseguiram valer-se da Igreja como um anteparo para

<sup>261</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Notas e informações”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.680, 2 jun. 1963, p. 2.

suas posições. A Igreja serviu-lhes até hoje, momento em que os cristãos, e sobretudo, Hierarcas da Igreja, começaram a tomar posição firme em face dos problemas sociais e econômicos do país, na linha das conclusões raciocinadas sobre a Doutrina Social da Igreja. ENTÃO a coisa mudou; desde esse momento em diante, os cristãos e os próprios Arcebispos e Bispos católicos passaram, na opinião liberal e falaciosa do "Estadão", passaram a dar "firme adesão à luta contra as instituições democráticas" (Editorial do Estadão, 28.5.1963).<sup>262</sup>

O “*Diário de Notícias*” sugere que “*O Estado de S. Paulo*” se beneficiou do suporte da Igreja para suas posições, mas diante da nova postura dos cristãos, contrária aos problemas sociais e econômicos do país, o jornal mudou seu discurso, afirmando que os líderes religiosos passaram a apoiar uma causa antidemocrática. Nota-se que, esse discurso de “receio às instituições democráticas”, tal qual adotado pelo Estadão, irá repetir-se em outros setores golpistas, que acusavam as alas progressistas da sociedade, assim como os setores da Igreja Católica que apoiavam a Doutrina Social Cristã.

#### 4.8.2 Reformas de Base

Em março de 1963, o “*Diário de Notícias*” publica um editorial em que demonstra mais esperanças com a inauguração das Reformas de Base. O jornal destaca a importância desse projeto para a economia nacional e enfatiza a necessidade de uma Reforma Agrária robusta e corajosa como um elemento fundamental para resolver os desafios enfrentados pelo Brasil. Assim, pela **unificação**, conclamando o benefício de toda a sociedade com e política reformista, escreve:

O PROJETO governamental da Reforma Agrária já foi entregue aos líderes de bancadas políticas do Congresso. Nas próximas horas, deverá ser apreciado para consideração e ao debate do Parlamento. O fato é dos mais alvissareiros para a economia nacional.

NÃO RESTA mais nenhuma dúvida de que, sem uma Reforma Agrária forte e corajosa, nenhum caminho de solução poderá ser apresentado à conjuntura brasileira. É Reforma fundamental. É uma das reformas de base, que estavam sendo exigidas pela problemática nacional e que já está na consciência da opinião pública. O brasileiro comum está exigindo a mudança radical da atual estrutura agrária do país.<sup>263</sup>

Interseccionando com o tema da Doutrina Social Cristã, o “*Diário de Notícias*” insinua que o direito de propriedade não deve ser absoluto, mas deve ser ponderado à luz das necessidades sociais e dos princípios cristãos – daí a necessidade de uma Reforma Agrária a partir da

<sup>262</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Notas e informações (II)”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.686, 11 jun. 1963, p. 2.

<sup>263</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma Agrária para valer. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.623, 22 mar. 1963, p. 2.

doutrina da Igreja. Portanto, a mensagem está relacionada à ética do uso da terra, algo amplamente mencionado na *Mater et Magistra*, e à necessidade de considerar as dimensões sociais e morais ao abordar questões das reformas.

Mantendo essa visão, o jornal faz uma severa crítica aos políticos que argumentam contra as reformas de base, utilizando o cristianismo.

COMO NÃO poderia deixar de ser, neste instante decisivo, surgem as forças reacionárias e dominantes, tentando confundir a opinião pública e criar obstáculos à ação do governo numa tentativa desesperada de fazer permanecer esta ordem social que beneficia alguns grupos em prejuízo de todo o povo.

E O QUE mais revolta é saber que muitos destes usam do cristianismo para confirmar seus argumentos, mas deturpando completamente o sentido doutrinário que é dos mais claros e sempre dirigido para o bem comum e não para os privilégios da minoria.<sup>264</sup>

O “*Diário da Manhã*” denota a preocupação com a manipulação de princípios éticos, como os associados ao cristianismo, para defender interesses que desfavorecem a maioria. Destaca a distorção ideológica desses valores em prol de poucos, ressaltando a necessidade de um olhar mais alinhado aos ideais de justiça social e equidade para toda a população – algo amplamente debatido em vários editoriais do jornal.

Para legitimar seu posicionamento, o DN cita um manifesto publicado pela Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos, em maio de 1963. De acordo com o documento, os cristãos devem reconhecer a necessidade da reforma estrutural, à luz dos princípios das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. Nesse sentido, disserta que:

As reformas mais emergentes e inadiáveis, de que o país necessita, são examinadas pelo importante documento dos senhores Bispos: a reforma bancária, a reforma administrativa, a reforma eleitoral, a reforma da empresa - todas a serem realizadas com a reforma das consciências e dos homens, despertados para e para as transcendências de seu destino.<sup>265</sup>

É interessante notar que, neste editorial, não é enfoque somente na reforma agrária, como compunham os demais textos. Isso demonstra que o DN se alinhava com a política reformista de forma integral, defendendo-a com base na Doutrina Social Cristã.

No entanto, no mês de agosto, as perspectivas do “*Diário de Notícias*” acerca das reformas de base começam a definharem. Muito disso, deve-se à demora na concretização do projeto

<sup>264</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Reforma Agrária. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.629, 29 mar. 1963, p. 2.

<sup>265</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O manifesto do Episcopado Nacional. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.657, 5 mai. 1963, p. 2.

político e, diante dessa situação, o jornal diz que o povo deveria ir à luta, em busca da transformação reformista. Pela **unificação**, escreve:

RESTA ainda uma esperança. A de que o povo, agora conhecendo a gravidade da situação e sabendo que somente a concretização das reformas de base poderá dar à nação um futuro melhor, lute e pressione o governo (executivo e legislativo), exigindo uma tomada de posição firme sobre a questão. Caso contrário, teremos que esperar que os futuros dirigentes da nação se pronunciem a respeito e concretizem as reformas.<sup>266</sup>

De acordo com o editorial, há um medo da perda de privilégios, por isso, a demora na realização das reformas de base. Para além desse argumento, traz o “*Diário de Notícias*” a **legitimação**, com falas de importantes religiosos brasileiros, bem como de documentos assinados por grupamentos de clérigos:

COMO proclama o Manifesto do Episcopado Nacional, as reformas são “urgentes e inadiáveis”, tornando-se imperiosa a presença da Igreja pelos seus leigos “no mundo que nasce”, a fim de que se promova a integração de amplas camadas populacionais sob liderança cristã. Outros campos de Ação Social estão abertos na esfera temporal, dentro do Plano do Episcopado Nacional, e exigem o engajamento imperioso e obrigatório do fiel. Até quando a dinamização do apostolado social cristã será uma esperança e uma impenitência dos fiéis?<sup>267</sup>

O DN destaca que o campo da Ação Social requer dinamismo, ou seja, mais uma vez trazendo a questão prática para seu discurso, mencionando que o Plano do Episcopado Nacional abre outras áreas de engajamento social na esfera temporal, enfatizando a obrigação e a importância de os fiéis participarem ativamente desse processo.

Inclusive, nessa toada de conclamação à ação, o “*Diário de Notícias*” ovaciona o levante de camponeses em prol das reformas de base, aproveitando para afirmar as ações da Frente Agrária Paulista.

POR TUDO ISSO é que estamos de acordo com as teses da Frente Agrária no Estado de São Paulo, que somente acredita na viabilidade de uma Reforma Agrária radical no país, no momento em que os camponeses vencerem a primeira batalha e se encontrarem arregimentados em bases de lideranças dentro dos Sindicatos legais e fortes.<sup>268</sup>

<sup>266</sup> NOSSO COMENTÁRIO. As reformas necessárias. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.741, 21 ago. 1963, p. 2.

<sup>267</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A deserção do saber. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.747, 28 ago. 1963, p. 2.

<sup>268</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Camponeses farão reforma. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.762, 15 set. 1963, p. 2.



Desse modo, o “*Diário de Notícias*” mantém seu posicionamento de defesa da participação e representatividade dos camponeses para efetuar mudanças estruturais significativas na área agrária – algo corroborado em editoriais que tratam especificamente da Frente Agrária.

#### 4.8.3 Política Nacional

O início de 1963 é marcado pelas discussões acerca do plebiscito que decidiria sobre a continuidade do parlamentarismo ou a volta do presidencialismo no governo João Goulart. Assim como no ano anterior, o “*Diário de Notícias*” não esboça uma preocupação genuína com o tipo de regime político, mas volta os olhos para a questão das reformas de base. Pela **unificação**, conclamando o povo brasileiro para comparecerem às urnas, diz o editorial:

O POVO deve comparecer às urnas. Somos contra a omissão. É importante, entretanto, que a nação não se iluda. Não será a simples volta ao presidencialismo que já resolverá as graves questões sociais que estamos enfrentando. Para isto serão necessárias medidas muito mais profundas e que modificarão a própria estrutura econômica em que vivemos. O ATUAL Presidente da República, em declarações à imprensa, promete que realizará estas reformas dentro do presidencialismo. É uma e mais uma esperança. O certo é que ou o atual presidente da república realiza as reformas preconizadas e imprescindíveis, ou então, com parlamentarismo ou com presidencialismo, o povo não mais suportará este estado de injustiças em que vivemos.<sup>269</sup>

O jornal expressa a importância das reformas estruturais, indicando a insuficiência de mudanças superficiais no sistema governamental para resolver questões mais profundas e estruturais enfrentadas pela sociedade. É esse argumento que engloba o editorial do DN, dando maior ênfase à política reformista. No dia 08 de janeiro do mesmo ano, o periódico tratou do resultado do plebiscito, favorável ao presidencialismo, porém não se aprofundou na questão.

Em julho de 1963, o “*Diário de Notícias*” escreveu sobre tentativas de golpe de alas reacionárias da política brasileira, incluindo os militares, demonstrando que não está alheio às movimentações contra o Presidente João Goulart. Pela estratégia de **tropo**, descreve-os como “golpistas” e diz que eles atrapalham o clima de paz que se busca conquistar.

A NAÇÃO brasileira vem acompanhando com certa apreensão os últimos acontecimentos que demonstram, mais ou menos claramente, intenção de alguns grupos em efetivar uma tentativa golpista em nosso país. A eclosão de certos pronunciamentos, juntamente com a atitude de conhecidos militares, leva-nos à conclusão de que realmente os golpistas estão tentando mais uma vez conseguir o governo brasileiro de maneira contrária à livre manifestação da vontade popular.<sup>270</sup>

<sup>269</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Ainda o plebiscito. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.550, 5 jan. 1963, p. 2.

<sup>270</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Tentativas golpistas. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.706, 10 jul. 1963, p. 2.

No decorrer do editorial, o DN coloca-se ao lado de João Goulart, dizendo que o presidente está disposto a tomar todas as medidas necessárias para evitar qualquer tipo de ataque à Constituição e à ordem estabelecida.

Com o acirramento das tensões no Congresso Nacional, principalmente com o embate da UDN contra João Goulart, o “*Diário de Notícias*” decide tomar posição e escrever que, para sanar tal conflito, o ideal seria pensar em uma Democracia Social Cristã, pois só os valores do cristianismo seriam capazes de solucionar as mazelas do Brasil. Ora, esse artifício visa consagrar a Doutrina Social Cristã, amplamente defendida pelo jornal. Assim, usando da estratégia de **legitimação**, disserta:

Estão isolando o grupo de Goulart, de um lado Lacerda e Adhemar, a UDN, o PSD, o PSP, o PRP, todos os mentores e beneficiários da atual democracia LIBERAL capitalista; e de outro lado, Brizola e [inelegível], o CGT, o PUA, além de todos os mentores e pretensos beneficiários de uma revolução de qualquer tipo e a qualquer preço, não excluindo o PC. PORTANTO, existem na verdade TRÊSFORÇAS de tensão dentro da realidade brasileira. Jânio Quadros mais Jango Goulart menos, ambos constituíram ou constituem ainda que sob evidente imolação do liberalismo capitalista. Porisso mesmo, o carrasco histórico de ambos, quando a História lhe derrubar a máscara, refletirão nos olhos parados, o ódio do ouro e do sangue que odeia para aniquilar também a democracia. A História se repete. ENTRETANTO, o Brasil novo precisará ser uma Democracia Social. Ou melhor, precisaria. Somente um Cristianismo Social liquidaria com o liberalismo capitalista, consolidando uma democracia social.<sup>271</sup>

É interessante notar que o “*Diário de Notícias*” sugere que tanto Jânio Quadros quanto João Goulart, apesar de agirem ou terem agido sob a influência do liberalismo capitalista, serão expostos como vítimas da história e, quando isso acontecer, revelarão seu ódio pelo dinheiro e pelo poder que ameaçam até mesmo a democracia. Dessa forma, percebe-se certa simpatia pelos políticos, mesmo que, de certo modo, há uma crítica que ronda o posicionamento liberal adotado pelos dois ex-presidentes.

Além disso, o “*Diário de Notícias*” também tem uma postura enfática diante de Carlos Lacerda, da UDN. Adotando a estratégia de **unificação**, clamando pelo “bem comum”, escreve:

POR AÍ SE pode ver a quantas anda neste país, onde os que se dizem representantes do Povo, nada mais fazem do que perderem-se em questões e brigas, absolutamente inoportunas e sumamente prejudiciais ao Bem Comum nacional. Um dos líderes udenistas ameaçou antontem, acenando para aquela célebre Convenção de Curitiba, quando UDN se manifestou contrária totalmente a qualquer tentativa de reforma constitucional. A opinião pública está bem lembrada de que, depois dessa Convenção, já a UDN resolvera mudar de posição e aceitar

---

<sup>271</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Ouro e sangue odeiam juntos. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.779, 6 out. 1963, p. 2.

discussão a propósito de uma possível reforma da Constituição, como caminho para a Reforma Agrária.<sup>272</sup>

O editorial continua dizendo que é lamentável um partido como a UDN, que preza por discursos patrióticos, porta-se contra o povo, em uma postura contra as reformas de base.

Em outros textos, o DN antecipa certo alarme ao autoritarismo. Isso porque o periódico dá indícios que a democracia está em perigo pela desmoralização dos poderes constituintes. Pela **simbolização da unidade e unificação**, dizendo que o povo é chamado ao voto periodicamente, diz o diário:

A democracia se exerce por meio de adequado mecanismo. O povo é chamado periodicamente, a escolher seus governantes e legisladores. Estes, depois se tornam os representantes do povo, no executivo e no legislativo. Devem ser respeitados e prestigiados, submetendo seus atos à cada livre e honesta. Não é democrático desmoralizar os poderes constituídos. Só um regime ditatorial e totalitário teria como remédio a sua derrubada e substituição por outro a serviço do povo. Mas, num tal regime, não se admite a crítica, nem violenta nem moderada.<sup>273</sup>

Na finalização do trecho, o “*Diário de Notícias*” exhibe um comentário bastante pertinente: o silenciamento perante o regime autoritário. De acordo com o jornal, no totalitarismo não se admite nenhum tipo de crítica e, por conta disso, haveria um contraste com a democracia – que, embora imperfeita, tem espaço para o debate.

No editorial “*Defesa da Democracia*”, o jornal inicia o título com aspas, dando a entender a ironia do termo, já que essa defesa não correspondia a um regime democrático de fato. Analisando a carta “campanha de Defesa da Democracia”, do Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), um dos apoiadores do golpe civil-militar de 1964, bem como da passeata “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, pontua o DN:

Recebemos, com pedido de publicação, texto petição — em defesa da Democracia e da Família. A carta que trazia o pedido, datilografada em papel timbrado do Jornal Estado de S. Paulo" e subscrita pelo Agente local, convidava-nos a —participar da Campanha em Defesa da Democracia". Não é somente pelo fato de ser o texto sumamente que nós não o publicamos, se- não sobretudo pelo receio dessa tal "campanha", que cheira a tantas outras campanhas forjadas por IBAD e IPES. Informados com segurança também de que esse texto (que os leitores ler facilmente na maioria absoluta dos jornais do país, hoje) é de responsabilidade do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina); entidade muito digna, não resta a menor dúvida. Entretanto, já nos advertira um dos mais argutos e bem informados pensadores nacionais, Tristão de Athayde, de que se existem alguns inocentes úteis manobrados comunistas, existe um sem número deles a serviço do liberal-capitalista.

<sup>272</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Pelo Brasil ou por Lacerda?. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.800, 6 nov. 1963, p. 2.

<sup>273</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Democracia. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.806, 13 nov. 1963, p. 4.

[...]

Não queremos, logo à primeira vista, julgar que MAF, até aqui sempre prestigiado por nós, tenham sido totalmente nas garras do poderio econômico que lenta de todos os modos defender o indefensável. Mas sinceramente, temos receio disso. O texto que foi enviado aos jornais é tipicamente "inocente" e muito bem "utilizado" pela sistemática ibadeana, que se apresenta à opinião pública nacional como defensora dos "princípios básicos do regime democrático," dos "sagrados princípios cristãos," da "liberdade de trabalho," do "direito de educar seus filhos na sua religião."<sup>274</sup>

O “*Diário de Notícias*” tem certo receio do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), uma instituição anticomunista fundada em 1959, que, segundo o jornal, poderia ter forjado certas pesquisas de opinião, distorcendo os fatos públicos. Para o periódico, apesar de reconhecer a dignidade da entidade responsável pelo texto, o MAF, existiria um receio de que o texto seja utilizado de maneira manipulativa, especialmente pelo IBAD. Para terminar o texto, o DN destaca que o desejo do povo é o fim da democracia-liberal, para o despertar de um regime com reais preocupações sociais, sem as manipulações de entidades que se dizem democráticas, mas são o oposto disso.

#### 4.8.4 Política em Ribeirão Preto

Em relação a política ribeirão-pretana, o ano de 1963 dá início aos editoriais que tratam das eleições na cidade, conclamando os cidadãos às urnas. Os textos são pouco incisivos no começo, mas se mantiveram ao longo de vários meses, até a conclusão do pleito, em outubro daquele ano.

Com a vitória do político Welson Gasparini, o “*Diário de Notícias*” publicou um editorial favorável ao resultado, até porque, o candidato era jornalista daquele periódico, sendo conivente com a Doutrina Social Cristã. Pela estratégia de **unificação**, tratando do “povo de Ribeirão Preto”, falando em nome da maioria dos eleitores, escreve em editorial:

ESPERAMOS que o candidato (eleito) à Chefia do Executivo de nossa terra, jornalista Dr. Welson Gasparini, nestes dias que seguem sua consagração popular nas urnas municipais e precedem à sua investidura como Prefeito, consiga fazer a reflexão necessária sobre a responsabilidade do momento histórico do país. A mensagem com a qual ele saudou, ontem, o POVO de Ribeirão Preto nos dá suficiente razão para acreditar em sua fidelidade ao processo social, em que nasceu sua candidatura e em que há-de originar, logo mais, sua autoridade no Município de Ribeirão Preto.

O POVO brasileiro quer libertar-se, na cultura e autonomia. E o primeiro chão popular, depois da Família, é o Município. Um novo Brasil, uma nova democracia, menos liberal-capitalista e definitivamente SOCIAL, surgirá a partir dos Municípios líderes, onde o POVO começa a falar e a agir.<sup>275</sup>

<sup>274</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Defesa” da “Democracia”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.827, 8 dez. 1963, p. 4.

<sup>275</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Confiamos no candidato eleito. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.788, 17 out. 1963, p. 2.

O “*Diário de Notícias*” enfoca a perspectiva de transformação social, a importância do compromisso do candidato com a população e a possível mudança no cenário político e social local, destacando a relevância dos municípios como protagonistas desse processo de mudança.

Por outro lado, os assuntos relacionados à Frente Agrária Paulista (FAP) seguem em discussão pelo “*Diário de Notícias*”. No editorial do dia 06 de fevereiro, o jornal se debruça sobre uma movimentação em cidade da região, Guaíra, em que alguns trabalhadores rurais estavam reivindicando novas bases salariais. De acordo com o texto, a FAP teve importante atuação, especialmente na formação de líderes para um levante justo.

EVIDENTEMENTE, a Frente Agrária escolheu o melhor caminho e colocou-se no serviço de profundidade em favor do homem da roça. Há vários meses, os líderes da Frente Agrária estão politizando os camponeses e formando elementos capazes de assumir a direção dos sindicatos em organização. Tem sido trabalho aparentemente inócuo, mas na verdade é o que de melhor se poderia fazer em matéria de movimentação dos homens da roça. A experiência da Frente Agrária está atingindo poucos municípios, mas em profundidade suficiente para evitar levantamentos inúteis e sobretudo estúpidos.<sup>276</sup>

Na continuidade do editorial, o DN tratou do impacto das diferentes abordagens e estratégias usadas pelos agitadores em levantes rurais, taxando-os, pela estratégia de **tropo**, como decorrentes do comportamento do “Julião”, que inicialmente conseguiram chamar atenção para a exploração do homem do campo, mas, segundo o texto, agora estão causando sérios problemas para os próprios camponeses. Conforme o jornal, essas movimentações, ao invés de beneficiar os camponeses, estavam gerando um impacto negativo, visto que a reação violenta está sendo mobilizada, levando a consequências desastrosas para o grupo que os agitadores inicialmente pretendiam defender. Sob esses argumentos, o “*Diário de Notícias*” enfatiza a importância de uma organização sindical, mediada pela Frente Agrária Paulista.

O DN não esconde a sua predileção pela sindicalização rural. Além dos editoriais da Frente Agrária Paulista, o jornal se esforça constantemente em temas sobre a conscientização do tema. Pela estratégia de **tropo**, nomeando os trabalhadores como homens o campo, disserta o diário:

PARA QUE a promoção do homem do campo seja conseguida, é oportuna a colaboração, principalmente, dos sindicatos trabalhistas da cidade. Eles não podem ficar à margem da luta dos homens do campo, que iniciam os primeiros passos em direção da sindicalização. São

---

<sup>276</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Levante de camponeses. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.586, 6 fev. 1963, p. 2.

inexperientes neste setor. Alguns ingressam temerosos, como se estivessem aderindo a uma grande aventura.<sup>277</sup>

Também pela **unificação**, o editorial conclama a união dos trabalhadores rurais, apontando que, se a maioria dos deles não receber os apoios necessários, será difícil inclusive para que o setor trabalhista urbano alcance conquistas significativas, uma vez que ambos estão entrelaçados.

Continuando a sua jornada conjunta com a Frente Agrária Paulista, o “*Diário da Manhã*” destaca os eventos promovidos pelo grupamento em cidades vizinhas à Ribeirão Preto e aproveita para provocar os latifundiários. Pela estratégia de tropo, chama-os de “patrões honestos”, alegando que eles apoiariam a campanha de sindicalização.

CONFORME foi amplamente noticiado, a Frente Agrária Regional de Ribeirão Preto realizou na cidade de Batatais uma grande concentração de camponeses, ocasião em que foi iniciada uma grande campanha para garantir que seja respeitado o salário mínimo na zona rural, bem como sejam realizados contratos escritos de trabalho.

OS PATRÕES honestos, certamente não reagirão contra essa campanha, pois que ela visa, em primeiro lugar, fazer com que a lei do salário mínimo seja respeitada, e em segundo lugar, fazer com que o que for combinado seja respeitado pelas partes.<sup>278</sup>

O editorial termina, mais uma vez, com a **unificação**, dizendo que a FAP é para todos os trabalhadores, como forma de garantir o cumprimento de seus direitos.

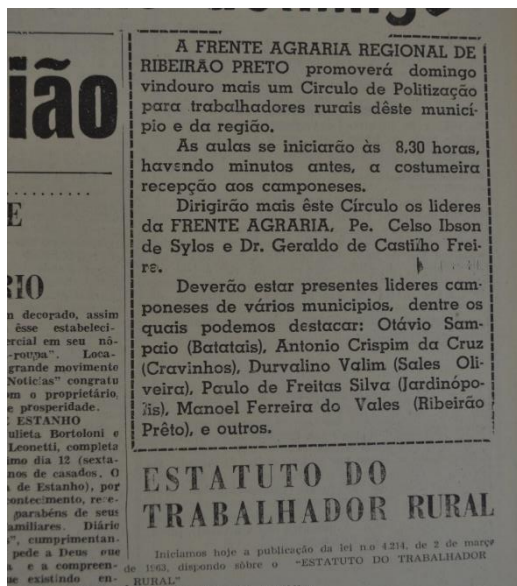
Não só os editoriais trazem os movimentos da Frente Agrária Paulista, mas há notícias e conteúdos utilitários que informam eventos, campanhas, entre outras ocasiões. Aliás, esses materiais estão acompanhados de outros textos informativos, como a publicação do “*Estatuto da Terra*”, na íntegra, no dia 19 de abril de 1963, na terceira página do jornal. Logo acima, há um quadro com mais um encontro da FAP.

---

<sup>277</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Precisam colaborar. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.605, 1 mar. 1963, p. 2.

<sup>278</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Contratos escritos. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.608, 5 mar. 1963, p. 4.

Figura 12 - Quadro com evento da Frente Agrária Paulista



Fonte: Diário de Notícias, 19 de abril de 1963, p. 3.

A **legitimação** é uma estratégia empregada de forma inteligente pelo “*Diário de Notícias*”, como reforço de suas teses por meio da aclamação de documentos oficiais da Igreja, ou mesmo, por personagens notórios na história eclesiástica. Isso já foi percebido com os editoriais sobre a Doutrina Social Cristã e no caso da Frente Agrária Paulista, a mesma ideia é aplicada para defender as ações do movimento, ao citar Leão XIII.

AO INVÉS da gratuita e sistematicamente se levantarem contra o programa da Frente Agrária, deveriam ter procurado organizar-se, instruir-se e politizar-se durante os últimos anos. Agora, em face do camponês politizado ou em vias de politização associativa, se mostraram desarmados, desorientados e até estranhamente agressivos e injustos. A SITUAÇÃO de injustiça na roça tem por causa principal e básica a própria desordem da estrutura liberal capitalista que, permitindo no país o jogo cego das forças e dos poderes econômicos de mercado, acabou por massacrar uma parte essencial do sistema econômico da nação, que é a agricultura. Apegando-se estultamente aos princípios de um regime “injusto e cruel” (Leão XIII), os senhores proprietários de terra ou fazendeiros nada mais fazem, agora, do que apegar-se e confundir-se com a própria raiz de todos os males rurais.<sup>279</sup>

Além disso, o editorial enfoca um acontecimento que ocorreu no Círculo de Conscientização da FAP em Batatais: um levante dos fazendeiros contra o movimento. Ora, apesar de ser algo esperado, uma vez que há um interesse na manutenção dos privilégios, o texto faz uso do **expurgo do outro**, ao tratar dos latifundiários que participaram de tal ato, taxando-os como causadores e apoiadores das injustiças no âmbito rural. Argumenta-se que os proprietários de

<sup>279</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Atenção, senhores fazendeiros! *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.674, 26 mai. 1963, p. 2.

terras ou fazendeiros, ao aderirem obstinadamente aos princípios de um sistema que é percebido como injusto e cruel, tornam-se parte do problema, ao invés de buscar soluções.

Pela atuação da Frente Agrária Paulista, o “*Diário de Notícias*” coloca Ribeirão Preto como um exemplo a ser seguido para a realização das reformas de base.

Estamos convencidos de que nosso município de Ribeirão Preto poderá dar magnífico exemplo nessa linha de uma Revisão Agrária corajosa e bem planejada. O primeiro passo consistirá, sem dúvida, em montar uma perfeita máquina arrecadadora e fiscal, de- pois de se executar oportuna reforma no Código tributário. Depois se passará à seleção de candidatos à pôsse e exploração dessas terras, cuja planificação deveria seguir modelos tipicamente cooperativistas e comunitários.<sup>280</sup>

O cooperativismo é ressaltado pelo jornal, como um símbolo de luta em prol das reformas de base e, conseqüentemente, de toda a sociedade brasileira – uma vez que o DN via a política reformista como essencial ao Brasil. Ademais, vale lembrar que a cooperação é um dos atributos do movimento sindical, tão defendido pela FAP.

Fora os eventos da Frente Agrária Paulista, chama-nos atenção um editorial específico, publicado em 12 de outubro de 1963, em que o “*Diário de Notícias*” responde às críticas feitas ao seu diretor, Pe. Celso Ibson de Syllos, pelo presidente da Cooperativa Regional dos Cafeicultores da Alta Mogiana, Dario de Oliveira e Silva, em texto divulgado no “*Diário da Manhã*”. Provavelmente, tal embate surgiu da própria atuação de Pe. Celso junto à FAP e os movimentos de sindicalização rural, que desagradavam parte dos latifundiários da região ribeirão-pretana.

Acusando Pe. Celso de “cripto-comunista de batina”, responde o “*Diário de Notícias*” a Dario de Oliveira e Silva:

ALÉM DE colocar diversas afirmações, que poderão ser discutidas também, mas que não contém gravidade conseqüências maiores, o referido sr. Dario de Oliveira e Silva, em seu artigo publicado, injúria o sacerdote diretor do DIARIO DE NOTÍCIAS com epítetos e insinuações simplesmente caluniosas ou bastante humilhantes. Deixando de lado as humilhantes insinuações, podem ser deixadas como objeto de opinião apenas, queremos focar um dos epítetos atribuídos caluniosamente à pessoa de nosso diretor, Padre Celso Ibson de Syllos. Esse sacerdote é qualificado de "NOTÓRIO CRIPTO COMUNISTA DE BATINA, TÃO EM MODA ATUALMENTE" (in *Diário da Manhã*, ed. 11 outubro. 1963, 1ª página). EM FACE do ocorrido, nossa única posição é de repúdio à palavra injuriosa, a qual, se aceita impunemente, estaria demonstrando OU o absurdo da presença de uma pessoa de ideologia marxista (materialismo dialético) à frente da responsabilidade de um jornal de propriedade da Arquidiocese de Ribeirão Preto; OU o outro absurdo da possibilidade de qualquer indivíduo assacar acusações gravemente perturbadoras ao ministro caluniado. O APELO que fazemos, finalmente, parte tão somente inerente à primeira hipótese. O segundo absurdo poderia ser corrigido pela própria consciência cristã dos católicos, mesmo sem nenhuma especial medida contra a calúnia contra um seu sacerdote. Mas, no caso da primeira hipótese, se uma ausência de repúdio formal da comunidade católica significar

<sup>280</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Libertemos a roça. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 35, n. 12.802, 8 nov. 1963, p. 2.



anuência, PODE nosso diretor SER REALMENTE comunista de batina, então apelamos para tomar uma atitude de posição junto à autoridade Eclesiástica, última responsável dela, ortodoxia filosófica e religiosa do DIÁRIO DE NOTÍCIAS, no sentido de garantia dessa tinta crista-católica.

APELAMOS para que a comunidade católica tome alguma atitude, desde que válida a primeira hipótese. Repudie gravemente a acusação levantada contra um cidadão tido e havido como cristão e católico que, além disso, exerce relevantes no convívio social da comunidade de Ribeirão Preto.<sup>281</sup>

O texto reforça a necessidade de um repúdio público à acusação infundada, apelando para a consciência dos católicos para que tomem uma posição frente a esse tipo de calúnia, defendendo a reputação do sacerdote e, por extensão, da comunidade católica de Ribeirão Preto. Há uma forte ênfase na responsabilidade da autoridade religiosa local em preservar a integridade e a reputação da igreja e do sacerdote em questão, afirmando que o ideal é que a calúnia seja refutada e repudiada pela comunidade católica da região.

#### 4.9 Diário de Notícias - 1964

O ano de 1964 foi um marco no “*Diário de Notícias*” – não só pelo episódio do golpe civil-militar, mas porque o jornal já sofreu retaliações logo em fevereiro, quando deixou de circular por algum tempo. Ao todo, foram considerados 11 editoriais publicados na coluna “Nosso Comentário” e 1 artigo de D. Agnello Rossi, sendo que este último comentava justamente a interrupção do DN.

Constata-se que o periódico manteve a sua ênfase na defesa da Doutrina Social Cristã, mas também cedeu espaço para abraçar outros movimentos, como o MEB e o método de alfabetização Paulo Freire – ambos condenados pelo autoritarismo militar. Essas posturas podem ter contribuído para o afastamento do jornal da Arquidiocese de Ribeirão Preto, sendo que, pelas palavras do próprio arcebispo da cidade, o DN não representava mais a Igreja no município, sendo uma empresa independente, embora de alinhamento católico.

O último editorial publicado por Pe. Celso data 01 de abril de 1964. Posteriormente, o jornal foi fechado a mando dos militares locais, retornando às bancas em 09 de maio daquele ano, sob direção de D. Agnello Rossi. O arcebispo tinha posições controversas no período, entretanto, conjectura-se que tal comportamento possa ter sido estratégico, a fim de preservar a Arquidiocese e os demais clérigos, já que muitos religiosos sofriam com as delações locais.

---

<sup>281</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Cripto-Comunista de Batina” *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.784, 12 out. 1963, p. 2.

#### 4.9.1 Doutrina Social Cristã

Os esforços do “*Diário de Notícias*” para fomentar a Doutrina Social Cristã permanecem efervescente em 1964. A partir das estratégias de **legitimação**, citando as Encíclicas e dizeres do Papa, e do **tropo**, com alusões entre pecado e fé, postula o jornal:

Os cristãos ainda não pecaram na história pelo excesso de preocupação com as soluções dadas pela Doutrina Cristã, muito menos pelo excesso de cristianismo social na prática. Até o presente, o grande pecado tem sido o da omissão no estudo e ação social. Até o presente, o grande e escandaloso pecado tem sido a severação absurda entre a Fé e a Ação, como observa a sabedoria de João XXIII. A explicação para essa separação está na ruptura entre a fé e a atividade temporal. É, portanto, necessário que se restaure neles (cristãos) a unidade interior e que, em sua atividade, irradiem a luz orientadora da fé e a força vivificante do amor (Pacem in terris, n.º 151). Terrível ruptura produziu, segundo o imortal João XXIII, uma estruturação social construída e parcialmente por pessoas que têm o nome de cristãos, que, pelo menos em parte, ajustam sua vida às normas evangélicas; entretanto, salienta o Papa, essas instituições temporais "carecem não raro de fermentação cristã" (Pacem in terris *ibid.*).<sup>282</sup>

O editorial critica a estruturação social atual, que foi construída e é parcialmente dirigida por pessoas que se autodenominam cristãs. Apesar disso, o jornal destaca que essas instituições temporais muitas vezes carecem da influência cristã necessária. Assim, o “*Diário de Notícias*” dá devida importância a uma integração mais efetiva entre a fé cristã e a ação social, criticando a omissão dos cristãos nesse aspecto ao longo da história e enfatizando a necessidade de restaurar a unidade entre a fé e as atividades cotidianas.

Os embates com o jornal da grande imprensa “*O Estado de S. Paulo*” continuam firmes em 1964, ainda mais porque, segundo o “*Diário de Notícias*”, o periódico paulistano ainda proferia críticas contra o posicionamento da Igreja Católica, no que tange à Doutrina Social Cristã. Pela estratégia de **expurgo do outro**, visto que o DN considera o Estadão como representante do capitalismo-liberal e, portanto, afastado das convicções cristãs, postula o editorial:

INFAME E ATÉ mesmo criminosa continua sendo a sistemática posição editorialista do poderoso jornal “O Estado de São Paulo” com referência à comunidade da Igreja Católica. Torna-se evidente que, não havendo órgão de imprensa da envergadura econômica do “Estadão” capaz de oferecer diariamente a verdadeira face da comunidade e da verdade católica em nossos dias, torna-se evidente a principal razão da prepotência e opinativa dos Mesquita. Atualmente, estão eles descaradamente espezinhando a dignidade dos católicos adultos, os quais, dentro da realidade brasileira, passaram a agir na lógica da militância social.

[...]

DE EDIÇÕES mais recentes aparecem três temas abordados pelo poderoso jornal paulistano - porta-voz do mais desumano liberal capitalismo - onde por três vezes se tenta humilhar a dignidade de católicos militantes. Coloca-se o “Estadão” naquela histórica perspectiva medieval de tribunal-de-inquisição, onde a secular leiga sacrificou tantas pessoas lúcidas e santas, esquecendo-se que já a Igreja ultrapassou o tempo das “cristandades” fechadas sobre si mesmas para aceitar a História e viver no meio do mundo, por mais pluralista que ainda venha a

<sup>282</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Da omissão à perseguição. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.848, 4 jan. 1964, p. 2.

ser, na única perspectiva hoje válida — fermento na massa. Não entendeu ainda o "Estadão", em toda a sua pretenciosa posição "a favor" da Igreja, que a própria Igreja Católica, pela sua mais divina estrutura social, abriu-se para a fase ecumênica de uma profunda e sincera auto-purificação no modo de viver e dar testemunho do Cristo.<sup>283</sup>

Um ponto importante é o uso da expressão "fermento na massa", que sugere que o "*Diário de Notícias*" vê a Igreja como uma força dinâmica e transformadora na sociedade, enquanto critica a falta de compreensão do "*O Estado de S. Paulo*", sobre essa realidade, como se o representante da grande imprensa estivesse preso aos tradicionalismos cristãos – tanto que cita a era "medieval".

Além disso, o "*Diário de Notícias*" tece outras críticas ao posicionamento do "*Estadão*", porém em relação ao método Paulo Freire. Ora, no auge do dualismo entre comunismo x capitalismo, provocado pela Guerra Fria, e os ânimos aflorados do autoritarismo nos países latino-americanos, a proposta de alfabetização freiriana foi uma das mais criticadas pelos golpistas. Sendo assim, ao defender a metodologia, o DN colocou-se, de certa forma, na "mira" de delatores e outros indivíduos amedrontados com o avanço do "fantasma do comunismo" – que, na realidade, a intenção era voltada à emancipação do proletariado, não a revolução.

Vale lembrar que o movimento da Frente Agrária Paulista aplicava o método de alfabetização Paulo Freire junto aos trabalhadores rurais, como forma de ampliar a conscientização do proletariado, especialmente em relação à sindicalização. Sendo assim, o ataque à metodologia representava algo latente para o jornal. Pela **legitimação**, o DN defende a proposta, ao passo que ataque as investidas do "*Estadão*":

UM OUTRO ponto que ultimamente vem sendo explorado maquiavelicamente pelo poderoso jornal "O Estado de São Paulo" é o mais recente movimento de alfabetização segundo o sistema do Prof. Paulo Freire.

O sistema "Paulo Freire" é muito mais do que um complexo método para ensinar adultos a ler e escrever. É uma criação formulada a partir da tese de que o aprendiz humano é a causa eficiente de sua própria cultura e educação; daí se pressupõe logicamente que há professores de verdade, não meros coordenadores ou suscitadores do processo cultural "do outro", sem dominação de cima para baixo: tudo se processa em plano horizontal, não mais no conceito de "classe", mas de círculo-de-cultura. Evidentemente, o Professor Paulo Freire e sua equipe conseguiram criar dados claros para a conceituação mais científica do que seja, na verdade, uma Cultura Popular. Firmaram-se nos dois polos da comunicação e democratização da cultura - para alcançar os dados necessários à definição da Cultura Popular: abrir todos os canais de comunicação para todos os cidadãos, não apenas no sentido materialmente técnico, mas sobretudo no sentido espiritual da não-dominação; e depois, democratizar ao máximo todo o tipo e todo o grau de cultura.<sup>284</sup>

<sup>283</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Um "alerta" necessário. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.868, 30 jan. 1964, p. 2.

<sup>284</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O "Estadão" e a verdade (II). **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.870, 1 fev. 1964, p. 2.

A crítica envolve a sugestão de que “*O Estado de S. Paulo*” está manipulando a narrativa ou distorcendo a perspectiva desse movimento de alfabetização. O “*Diário de Notícias*” destaca que, segundo o sistema de Paulo Freire, não se trata apenas de ensinar habilidades básicas de leitura e escrita, mas de empoderar os aprendizes, considerando-os como causadores de sua própria cultura e educação.

Para finalizar a tríade de críticas ao membro da grande imprensa, o “*Diário de Notícias*” traz outro posicionamento, agora acerca da Frente Agrária Paulista. Assunto bastante delicado, uma vez que o editor do periódico, Pe. Celso, toma as rédeas do movimento, envolvendo-se diretamente com as ações junto aos trabalhadores rurais. Embora estejamos concentrando as temáticas da FAP na parte “Política em Ribeirão Preto”, daremos continuidade na análise aqui na repartição “Doutrina Social Cristã” para seguir uma ordem de raciocínio dos conflitos entre o DN e o “*Estadão*”.

DOS TRÊS TEMAS, que nos propusemos de examinar pelo motivo de terem sido objeto de ridícula deturpação em recentes editoriais do jornal “O Estado de São Paulo”, resta apenas o que se refere às posições da Frente Agrária.

É um assunto muito caro a este jornal, que tem dada ampla cobertura às atividades da citada Frente, pela sua Regional de Ribeirão Preto. Podemos mesmo dizer que o DIÁRIO DE NOTÍCIAS se tem identificado com as metas e programas da Frente Agrária no Estado de São Paulo, cujo núcleo aqui sediado é dos mais ativos e dinâmicos.

QUE FEZ O “ESTADÃO”? Em recentíssima nota lamentava que, dentro os vários grupos ativistas e organizadores do Sindicalismo Rural, achavam-se os católicos “inferiorizados em material e pessoal”, enquanto que (ainda na palavra do “Estadão”) “o grupo esquerdita – formado pelos comunistas propriamente ditos, sob a sigla ULTAB; pela Frente Agrária, representada por “cristãos de esquerda”, e pela SUPRA, órgão governamental – dispõe de impressionante máquina para aliciação de adeptos nos meios rurais”. Além de mentirosa, é maliciosa a afirmação.

ESTÃO LEMBRADOS nossos leitores de que nosso intento, ao focalizar temas concretos em face de “O Estadão”, é de mostrar, com evidência de argumentos e fatos, COMO esse poderoso jornal porta-voz da reação liberal-capitalista DETURPA normalmente verdades, coisas e fatos. No presente tema, estamos bastante “por dentro” da matéria para poder ainda uma vez desmascarar esse maquiavélico sistema do “Estadão”, no afã de perseguir autênticos grupos de cristãos militantes nos quadros da Revolução Brasileira.<sup>285</sup>

Novamente, o “*Diário de Notícias*” emprega o **expurgo do outro** ao tratar do posicionamento liberal do “*O Estado de S. Paulo*”, ao passo que também repete termos vistos nos editoriais anteriores, como “maquiavélico”. Ademais, é nítido o desconforto do DN com as críticas proferidas acerca da Frente Agrária, pois, de acordo com o próprio jornal, o “*Estadão*” não está ciente do que realmente faz o movimento e, além disso, faz comparações distorcidas com grupos de esquerda.

<sup>285</sup> NOSSO COMENTÁRIO. O “Estadão” e a verdade (III). *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.871, 2 fev. 1964, p. 2.

#### 4.9.2 Reformas de Base

O tema das reformas de base apareceu em diversos textos, interseccionado com outros assuntos, em especial, com as ações da Frente Agrária Paulista. No entanto, o “*Diário de Notícias*” concentrou esforços em defesa da SUPRA, tendo o argumento legislativo para defender a política de João Goulart.

A Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) foi uma instituição criada durante a presidência de Jango no Brasil, que teve início em 1961 e foi interrompido pelo golpe militar de 1964, sendo parte dos esforços do governo para implementar reformas sociais, principalmente no que diz respeito à reforma agrária. As ações da entidade incluíram a desapropriação de terras consideradas improdutivas para redistribuição, a criação de assentamentos rurais para trabalhadores sem-terra e a promoção de políticas que buscassem melhorar as condições de vida no campo. Entretanto, essas iniciativas encontraram forte resistência de setores conservadores da sociedade, incluindo grandes proprietários de terras, empresários e militares.

Pela estratégia de **legitimação**, o “*Diário de Notícias*” se apoia não somente na lei, mas também na própria Doutrina Social Cristã para defender as reformas e propostas da SUPRA.

A DOCTRINA SOCIAL CRISTÃ coloca, preliminarmente, no capítulo da propriedade tese básica da "Comunidade universal dos bens criados". Todo o universo, e a terra é uma parcela dele, foi criado para o Homem e não para alguns homens ou algumas famílias. No momento em que, numa determinada sociedade, uma determinada ordem social passasse a consagrar legalmente a ditadura da propriedade exercida por uma minoria, a partir de então, estaria a Lei humana positiva contrariando substancialmente a Lei natural, que Deus inseriu no próprio coração das coisas e dos homens. Essa "ordem" seria a desordem. TEM RAZÃO SUPRA.<sup>286</sup>

Nota-se que o jornal critica a possibilidade de uma ordem social em que a propriedade seja exercida como uma ditadura por uma minoria. Isso sugere uma preocupação com a concentração excessiva de propriedade e recursos nas mãos de poucos, em detrimento da comunidade em geral, ao passo que também prevê um autoritarismo latente em formação no Brasil.

Pela mesma estratégia, o “*Diário de Notícias*” cita as Encíclicas e como esses documentos reforçam a necessidade das reformas de base.

HOJE, já é difícil encontrar alguém tão retrógrado que ainda possua capacidade de “enfrentar” as posições exigidas pelas reformas-de-base, dentro das áreas em que se pode falar e agir em termos de reformas. São pouquíssimos, embora existam, esses medievais na vida moderna. Entretanto, o que se torna sumamente enconradiço é o tipo de cidadãos que ainda não se capacitou de um novo “sinal dos tempos” para usar a expressão “*Pacem in Terris*”), qual

<sup>286</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Em defesa da SUPRA. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.880, 14 fev. 1964, p. 2.

seja o fato da rapidez-de-amadurecimento dos processos históricos. Hoje, por exemplo, amadurece no Brasil o processo histórico da socialização definida por João XXIII com uma rapidez que os próprios assessores do autor da "Mater et Magistra e Pacem in terris" não teriam tido coragem de definir. E não é pelo fato de que ainda não se definiu num Documento Pontifício um determinado fato histórico que esse mesmo fato deixaria de existir em toda sua gritante e angustiante realidade. Aliás, para os que estão habituados aos estudos e pesquisas da Doutrina Social Cristã em suas fontes originais, essa verificação é rudimentar. Pio XI, logo depois de publicar a "Quadragesimo Anno", um dos principais fundamentos da Síntese Social Cristã, quando recebia um grupo de ativistas católicos preocupados com determinadas posições da famosa Encíclica papal, mostrou-se firme em dizer a eles que o mais importante não era realizar posições da última Encíclica, senão antes partir imediatamente para NOVAS posições que dessem ensejo à Igreja hierárquica de preparar a próxima Encíclica social.<sup>287</sup>

A referência a Pio XI e sua abordagem após a publicação da "*Quadragesimo Anno*" destaca a importância de não apenas aplicar posições de encíclicas passadas, mas, mais crucialmente, adotar novas posições que preparem o terreno para a próxima encíclica social da Igreja hierárquica. Isso sugere uma postura proativa na adaptação da doutrina social às mudanças e desafios contemporâneos.

Apesar das consecutivas defesas em prol das Reformas de Base, o "*Diário de Notícias*" não publicou editoriais nas datas que sucederam o Comício das Reformas de Base, realizado no dia 13 de março de 1964. Não há explicações sólidas para tal silenciamento, porém infere-se que essa atitude possa ter sido uma escolha do editor-chefe, Pe. Celso, que preferiu amenizar seus textos aos prelúdios do golpe, já prevendo possíveis retaliações.

#### 4.9.3 Política Nacional

Embora a política nacional estivesse passando por inúmeras mudanças e imbróglios, o "*Diário de Notícias*" pouco tratou dessas questões, focalizando seus posicionamentos contra o político Carlos Lacerda, da UDN. O jornal faz investidas acerca das ações lacerdistas, como a invasão de uma editora que imprimia cartilhas de alfabetização do MEB (Movimento de Educação de Base).

POIS, ESSE cidadão, assim tão prestigiado por si e pelo fanatismo dos lacerdistas, há questão de quinze dias mais ou menos, mandou sua Polícia invadir uma Editora para recolher os primeiros milhares da Cartilha confeccionada pelo "Movimento de Educação de Base" (MEB), órgão responsável pelo mais amplo e sério trabalho de alfabetização e cultura popular de todo o território nacional, máxime Nordeste.

ALEGOU O Governador que as "Cartilhas" são de caráter subversivo. Acontece que a redação dessas "Cartilhas" passou pelo exame diretamente ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Dom José Távora, Arcebispo de Aracaju, em declarações à imprensa guanabarina, assumiu toda a responsabilidade sobre a ortodoxia democrática e popular da "Cartilha" condenada pelo senhor Lacerda.

<sup>287</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Cumpramos nossa missão. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.887, 5 mar. 1964, p. 2.

SE ERRAR é humano, e perseverar no erro diabólico, Lacerda já não é vítima apenas de suas paixões conhecidíssimas de toda opinião pública brasileira; desta vez, ultrapassou a capacidade de cometer arbitrariedades, porque até o momento não se dispôs a fazer revisão de seu lamentável erro. Sofre um processo movido pela própria Editora, que assumira responsabilidade de imprimir a obra produzida pelo Movimento de Educação de Base (MEB).<sup>288</sup>

Usando a estratégia de **tropo**, chamando Carlos Lacerda de “cidadão”, em uma alegoria irônica, o DN critica a atitude do governador, mencionando que persistir no erro é diabólico, e destaca que Lacerda, ao não revisar sua decisão, está ultrapassando a capacidade de cometer arbitrariedades. Vale dizer que o MEB foi considerado um movimento subversivo após o golpe civil-militar de 1964, tendo seus membros perseguidos, principalmente na região nordeste. Mais uma vez, o “*Diário de Notícias*” demonstra sua aproximação com entidades que foram condenadas pelo autoritarismo, em uma postura de resistência.

Um dia após o golpe civil-militar, em 01 de abril de 1964, o Pe. Celso publicava seu último editorial. Assim, escrevia:

AO INVÉS de acordar para a situação da base popular brasileira que já se irrita quando ouve falar em Reformas de Estrutura, resolveram alguns homens públicos, abusando do Poder que receberam do mesmo Povo, parte com violência e totalitarismo. O governador Magalhães Pinto acionou o dispositivo do golpe, transformando o Estado de Minas Gerais numa praça de guerra instigada à rebelião contra os Poderes Constituídos da República. Armou brasileiros para a luta fratricida, nas fronteiras do Rio e de Minas, altercando com quem tomou a iniciativa de uma "luta pela Paz". Não há nada na atual ordem constitucional, (tão apreçoada pelos políticos da linha de senhor Magalhães Pinto!) que nos possam levar para explicar, justificar nunca!, a atuação criminosa do governo estadual de Minas Gerais. No momento em que redigimos esta nota, cuíca se encontraram na fronteira do Rio e de Minas os contingentes militares constituídos de irmãos, obrigados a derramar sangue pela simples insanidade mental de políticos radicalizadores e de mentalidade fascista.

[...]

UMA COISA é evidente. A História da conturbada Pátria já começou com o registro entristecedor da violação dos direitos mais primários da liberdade e da ordem. Confirma-se a previsão do Presidente João Goulart, estabelecendo-se um regime de indisciplina e desordem no país em nome da "disciplina" e da "ordem". Não importa. Pode ser que trabalhadores, camponeses, estudantes, líderes do mais diversificado movimento social não consigam demonstrar num primeiro momento sua repulsa TOTAL aos métodos nazifascistas do Governador mineiro quer fazer-se pioneiro em nossa Pátria. Mas, a História é construída sempre avante.<sup>289</sup>

A menção à "luta pela Paz" sugere uma ironia, indicando que o governo, ao mobilizar forças militares, está, na verdade, contribuindo para a escalada da violência. A referência à "insanidade mental de políticos radicalizadores e de mentalidade fascista" denuncia a natureza repressiva das ações empreendidas pelo governador.

<sup>288</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Fora da verdade, não há autoridade. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.891, 10 mar. 1964, p. 2.

<sup>289</sup> NOSSO COMENTÁRIO. “Luta pela Paz”. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.908, 1 abr. 1964, p. 2.

O editorial também destaca a preocupação com a violação dos direitos fundamentais, destacando a previsão do presidente João Goulart sobre o estabelecimento de um regime de indisciplina e desordem em nome da "disciplina" e da "ordem". A conclusão aponta para a esperança de que, mesmo diante dos desafios, a História seja construída em direção a um caminho mais progressista e justo – ou seja, havia certa esperança de que o golpe seria breve, ao invés da longa ditadura que se instalou no país.

#### 4.9.4 Política em Ribeirão Preto

Seguindo a premissa de defesa sindical, já esboçada no ano anterior com as ações da Frente Agrária Paulista, o “*Diário de Notícias*” demonstra contentamento com as políticas municipais em prol dos sindicatos rurais. No entanto, o jornal faz a ressalva da autonomia dos líderes, que não poderiam ser subjugados pelo Poder Executivo. Nesse sentido, a partir da estratégia de **tropo**, destacando “os sindicatos”, “novo Prefeito”, como forma de destacar os cargos, escreve:

Aplaudimos o intento do novo Governo municipal. Entendemos que somente os Sindicatos podem, em primeiro plano, deliberar e tomar posições em nome da base de trabalhadores. Daí o acerto do novo Prefeito ao valorizar as lideranças no plano de administração que deseja ser essencialmente pelo povo.

Fazemos algumas observações que poderão servir tanto aos líderes quanto aos elementos destacados para funcionar no Departamento ou Setor recém-criado. Também em face de S. e da opinião pública, cumprindo-nos manter posição sobre o problema trabalhista.

Primeiramente, é preciso que se evite qualquer tentação paternalista por parte do Poder Executivo municipal. A autonomia completa dos Sindicatos e dos seus líderes deverá ser mantida acima de tudo. Para que não se caia nessa tentação fácil, as medidas devem ser assumidas mais pelos próprios líderes do que pela Municipalidade, que apenas se coloca em posição de respeito e de valorização da classe trabalhadora organizada legalmente.<sup>290</sup>

Durante a análise do “*Diário da Manhã*”, percebemos que houve uma interrupção do “*Diário de Notícias*”, ao final de fevereiro. Conforme apontam estudos (Carneiro Júnior, 2002), embora a alegação de problemas financeiros afetasse o jornal, infere-se a possibilidade de uma obstrução intencional por parte da sociedade ribeirão-pretana, com destaque para os grandes latifundiários, que viam as ações da Frente Agrária Paulista e os textos de conscientização sindical do periódico como prejudiciais.

De qualquer forma, no início de março, quando o DN retoma as atividades, há a publicação de um artigo, assinado por D. Agnello Rossi, arcebispo da cidade, afirmando que o jornal

<sup>290</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Missão dos sindicatos. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.855, 14 jan. 1964, p. 2.



não representa mais a posição da Arquidiocese, mas sim, será um órgão independente. Isso demonstra a intencionalidade do clérigo em separar as opiniões do diário, com a percepção que se construía acerca da Igreja de Ribeirão Preto, já que posições mais incisivas e contrárias ao pensamento dominante poderiam representar a perda de fiéis – ou mesmo outros problemas.

Volta, assim, a circular o "DIÁRIO DE NOTÍCIAS" em nova fase: embora de orientação católica, pois se pauta pela "Carta de Princípios da União Nacional dos Jornalistas Católicos" (Belo Horizonte, agosto de 1963), não será órgão oficial ou oficioso da Arquidiocese. Nossa Arquidiocese terá, como aliás é de praxe no mundo católico, seu semanário oficial que será divulgado oportunamente, visando diretamente a renovação pastoral e social, conforme o Plano de Emergência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Para à Empresa "DIÁRIO DE NOTÍCIAS", almejo prosperidade crescente, instituições democráticas e a ordem social cristã.<sup>291</sup>

Essa postura de afastamento, por parte de D. Agnello Rossi, irá perdurar com a deflagração do golpe civil-militar de 1964. Tanto que, diferentemente de outros religiosos da cidade, o clérigo não foi perseguido pelos militares locais.

Porém, o texto de D. Agnello Rossi não ficaria sem resposta. Na mesma edição, o editorial do "*Diário de Notícias*" é ácido ao comentar sobre o fechamento da empresa jornalística, bem como o posicionamento do arcebispo.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, mais valorizado ainda pela opinião pública, retorna hoje à circulação. Sua trajetória de jornal independente tem sido árdua, difícil. Dificuldades que, na atualidade, sofrem aqueles que não pactuam com a falsa ordem, com os conchavos escusos, facilidades espertas. Jornal a serviço da verdade. Compromissado unicamente com a verdade. Estas expressões hoje com perigo de se tornarem vazias de sentido pelas múltiplas interpretações que sofrem, são visceralmente a razão de ser do jornal que, agora, depois de horas difíceis, surge à luz.

RIBEIRÃO PRETO e região foram sacudidas pela afirmação do sério e ponderado Manifesto do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano que suspendia temporariamente a publicação do Diário de Notícias, aguardando o necessário desenvolvimento da Empresa. A opinião pública foi agitada pelo fato e conturbada por agitadores ligeiros, não conhecedores da verdadeira situação. Foi, nestas perspectivas, que Grupo destemido e apostólico de leigos se erguem para lutar afim de efetivar a consolidação econômica e técnica da Empresa Diário de Notícias.<sup>292</sup>

Percebe-se que o "*Diário de Notícias*" aplica a estratégia de **legitimação** novamente, reforçando a palavra "verdade" repetidas vezes em seu texto. Já a suspensão temporária da publicação é mencionada, explicando que ocorreu devido a questões relacionadas ao desenvolvimento da empresa. Além disso, o jornal destaca a sua independência, o que traria ainda mais

<sup>291</sup> ROSSI, Agnello. O "Diário de Notícias" em sua nova fase. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.886, 4 mar. 1964, p. 1.

<sup>292</sup> NOSSO COMENTÁRIO. A serviço da verdade. **Diário de Notícias**, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.886, 4 mar. 1964, p. 2.

endosso para as suas matérias e posicionamentos, demonstrando que o periódico tem opiniões em prol da sociedade, não de interesses de outrem.

Assim como o “*Diário da Manhã*”, o “*Diário de Notícias*” teve uma reação intensa contra o movimento MAD, que surgiu em Ribeirão Preto em março de 1964. Como o jornal foi um dos citados pelo grupamento, era de se esperar uma resposta.

AO QUE PARECE, o sangue subiu à cabeça dos "líderes" madeanos em nosso meio, depois do sucesso do tão fotografado "meio milhão" de participantes da marcha pela família, pela democracia, por Deus, levada a efeito na capital bandeirante, dia 19 último. Entretanto, calma lá, senhores privilegiados. Já na véspera do "sucesso", nós havíamos feito a análise do maquiavelismo de seus promotores, os quais se valeram justamente de "slogans" anti-comunistas, anti-materialistas, anti-inimigos-da-Pátria.

É claro que veio muita gente para as ruas e praças de São Paulo. Gente em geral pouco politizada para enxergar a manobra adhemar-lacerdo-salgada. Com exceção da classe que lá estava toda bonitinha de paletó e gravata (clichê de 'A Gazeta', 1ª página, ontem), a maioria dos populares participará, com o mesmo ou maior entusiasmo, do Comício Pró-Reformas programado para o próximo dia 1º de Maio. É só esperar.

ACONSELHAMOS, portanto, os eufóricos madeanos a contar até dez antes de tomar qualquer pequena iniciativa negativista dentro de Ribeirão Preto, que é cidade politizada, e onde as forças populares poderão ser convocadas a dar seu parecer, com tranquilidade e firmeza. Democráticamente.<sup>293</sup>

Nota-se que o DN ironiza a “Marcha da Família com Deus e pela Liberdade”, bem como os preceitos do MAD, sugerindo que apesar do entusiasmo aparente desse grupo, a maioria da população, especialmente os populares, provavelmente participaria com o mesmo ou maior entusiasmo de um Comício Pró-Reformas programado para o próximo 1º de Maio. O jornal considera Ribeirão Preto uma cidade politizada e, por conta disso, não seria condicionada pelos gritos do MAD, nem mesmo por outros grupos reacionários de extrema direita.

## 5 REINTERPRETAÇÃO

Após a condução da análise formal ou discursiva, a Hermenêutica em Profundidade (HP) inaugura a sua terceira e última fase: a reinterpretação. Thompson (1995, p. 375) reitera que esta instância implica em um novo movimento do pensamento, precedido pela síntese e pela construção criativa de possíveis significados. Seria, portanto, as inferências tecidas a partir da análise previamente realizada.

Nas palavras de Thompson (1995, p. 375), mesmo quando os métodos de análise formal ou discursiva são aplicados de maneira rigorosa e sistemática, eles não eliminam a necessidade de uma construção criativa de significado, ou seja, de uma explicação interpretativa do que está

<sup>293</sup> NOSSO COMENTÁRIO. Democráticamente. *Diário de Notícias*, Ribeirão Preto, ano 36, n. 12.901, 21 mar. 1964, p. 2.

representado ou do que é dito. As formas simbólicas ou discursivas possuem um "aspecto referencial" – são construções que geralmente representam algo ou expressam alguma ideia sobre algo. É isso que buscamos compreender esse aspecto referencial durante o processo de interpretação. Dessa forma, a análise não deve apenas se ater à estrutura formal, mas também buscar compreender o que está sendo representado ou comunicado, envolvendo uma abordagem interpretativa mais ampla.

Assim, articulando a análise sócio-histórica ao lado da análise formal ou discursiva, pode-se formular interpretações viáveis sobre o que dizem as formas simbólicas. No caso da presente tese, há inúmeros resultados que podem ser tratados, respondendo as seguintes indagações vistas ao longo da pesquisa:

1. O que é o jornal do interior?
2. Quem é o jornalista do interior?
3. Qual o posicionamento do “*Diário da Manhã*”?
4. Qual o posicionamento do “*Diário de Notícias*”?
5. Como os jornais do interior se articularam com a grande imprensa no período pré-golpe?
6. Como os modos de operação da ideologia foram usados para trazer posicionamentos de resistência frente ao autoritarismo?

Inclusive, neste último ponto, observando um movimento de certa resistência em jornais do interior, percebe-se que certos discursos contrários ao *status quo* continuam sendo sistematicamente abafados, como forma de persistência do pensamento autoritário brasileiro ao longo dos anos. Nesse sentido, buscaremos trazer as respostas para as seis perguntas acima, considerando a proposição de sentidos possíveis, em inferências ancoradas pelo rigor metodológico, a compreensão histórico-social do fenômeno e articulação das análises previamente realizadas (Thompson, 1995).

Importante ressaltar que as inúmeras referências se constituem porque os textos jornalísticos fazem uso de ideologias diversas, muitas vezes, várias ao mesmo tempo, como foi possível verificar na análise formal ou discursiva dos jornais. O mesmo pode-se dizer dos modos de operação da ideologia, bem como das teses levantadas nos editoriais. Ademais, em muitos casos, observou-se críticas aos sistemas vigentes de dominação, mostrando forças de resistência e possibilidades de transformação social. No entanto, por outro lado, há também certas permanências hegemônicas defendidas pelos periódicos. É nessa multiperspectiva (Kellner, 2001) que se demonstram os resultados obtidos, como forma de interpretar, a partir de múltiplas visões, as formas simbólicas e o fenômeno social.

## 5.1 O jornal do interior

O primeiro debate acerca do jornal do interior se destaca pelas características próprias desses meios de comunicação, que têm divergências da grande imprensa e nuances próprias do local geográfico onde são produzidos. De acordo com Assis (2013), há uma conexão conceitual entre a localização geográfica e a contextualização do conteúdo. Nesse sentido, a imprensa do interior construirá sua justificativa de existência e delineará suas características particulares. Isso ocorre porque as práticas desenvolvidas nesse contexto vão além da simples reprodução de padrões observados nos grandes centros urbanos.

Em outras palavras, as estruturas, rotinas, agendamentos, receptividade local e até mesmo os impactos gerados pela disseminação de informações atuais demonstram dinâmicas consideravelmente distintas daquelas identificadas em contextos nacionais ou internacionais. O ambiente local, sem dúvida, exerce influência significativa no exercício do jornalismo (Assis, 2013, p. 3).

Assim, a partir das referências bibliográficas sobre o jornalismo do interior (Assis, 2013), em conjunto com o que foi observado na análise dos periódicos “*Diário da Manhã*” e “*Diário de Notícias*”, foi possível trazer alguns apontamentos das principais características da imprensa interiorana – claro que, deixamos em aberto que essas generalizações não se aplicam à totalidade dos veículos de comunicação, uma vez que há nuances que diferenciam as práticas do jornalismo, conforme o recorte sócio-histórico e de localidade.

A figura a seguir busca sintetizar as verificações tratadas na presente tese, com as características observadas nos objetos pesquisados à luz dos postulados sobre a chamada “imprensa do interior”.

Figura 13 - As diversas características do jornal do interior



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O primeiro ponto de destaque é a divulgação de notícias de interesse local, devido ao valor-notícia de proximidade, mas também de apelo nacional. Isso demonstra que o jornal do interior não está restrito ao seu espaço geográfico, embora essa questão exerça forte influência, mas há uma preocupação em informar o público-leitor. No entanto, o critério da proximidade esbarra em outra característica importante: a participação cidadã.

Ora, o grande diferencial dos jornais do interior está justamente na proximidade, que contribui para a conexão entre o veículo de comunicação e sua comunidade, fortalecendo a identidade local e promovendo um jornalismo mais relevante e próximo do público. Desse modo, há uma sensação de pertencimento e representação dos leitores, além de ser um veículo capaz de contribuir com a participação cidadã, seja cobrando políticos locais ou mesmo divulgando assuntos como eventos comunitários, problemas de bairros específicos, iniciativas ou conquistas de residentes.

Como aponta Fernandes (2013), a proximidade também condiciona o que será publicado no jornal do interior, levando em consideração o contexto sociopolítico, econômico e cultural em que o veículo está inserido – sem esquecer dos interesses da organização jornalística, ou seja, aquilo que os editores também desejam publicar. Desse modo, há uma congruência entre os interesses do público e os interesses da empresa de comunicação. Além do mais, “a proxi-

midade com a comunidade impõe um vínculo comunitário e participativo e até afetivo” (Fernandes, 2013, p. 130), fazendo com que os leitores criem uma confiança naquilo que está sendo veiculado pelos jornais do interior.

Outra característica importante é que a imprensa do interior, na figura do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, contempla as definições de meios de comunicação de massa ditas por Thompson (1995). Segundo o autor, os meios de comunicação de massa surgem como um conjunto interligado de fenômenos que emergiram historicamente através do desenvolvimento de instituições em busca de novas oportunidades para registrar, produzir, reproduzir e transmitir informações de conteúdo simbólico para uma diversidade de destinatários. Essa definição destaca cinco características essenciais: os meios técnicos e institucionais de produção e disseminação; a comercialização de formas simbólicas; a distinção estruturada entre produção e recepção; a extensão da disponibilidade dos produtos midiáticos no tempo e no espaço; e a circulação pública das formas simbólicas mediadas. Thompson (1995) também enfatiza que o termo “massa” não deve ser reduzido apenas à quantidade de audiência, mas sim ao fato de que os produtos estão acessíveis a uma ampla variedade de destinatários – ou seja, não significa um público amorfo, mas sim, a quantidade de leitores.

Dando continuidade, tanto o “*Diário da Manhã*” quanto o “*Diário de Notícias*” se configuraram como empresas jornalísticas inseridas na lógica capitalista, considerando a dinâmica da modernização da imprensa brasileira a partir dos anos de 1950, conforme trouxe os estudos de Ribeiro (2007). Nesse sentido, os jornais do interior mantinham equipamentos tecnológicos capazes de imprimir vários exemplares, além de seguir as regras de produção textual oriundas do jornalismo norte-americano (separação entre informação e opinião, uso do *lead* e da pirâmide invertida, entre outros). Além disso, houve a profissionalização dos jornalistas em 1960 e, embora o DM e o DN fossem mantidos por indivíduos não necessariamente formados em jornalismo, os editores e redatores tinham experiência na produção de textos jornalísticos.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que os jornais eram espaços dedicados à manifestação das opiniões de seus editores. No caso do “*Diário da Manhã*”, mantido pela família Sant’Anna, é nítida a predominância de notícias que tratam de assuntos pertinentes à Machado e Carlos Sant’Anna – fora as divergências opinativas entre os editores. Já no “*Diário de Notícias*”, há uma relação direta com a Arquidiocese de Ribeirão Preto, porém nota-se maior aproximação com os posicionamentos do diretor, Pe. Celso Ibson de Syllos, incluindo a participação em movimentos como a Frente Agrária Paulista.

Dessa maneira, apesar da separação entre opinião e informação, o jornal do interior ainda é fortemente representado pelos ideais de seus mantenedores, com uma mescla entre o

interesse público (as notícias de interesse dos leitores) e o privado (assuntos de interesse dos editores). Inclusive, em certos aspectos, os periódicos tornam-se verdadeiros palcos de embates, com textos enfáticos e inflamados.

Partindo disso, os jornais analisados também são espaços de manifestação de diversas ideologias. No caso do “*Diário da Manhã*”, temos o municipalismo e o nacionalismo como protagonistas dos posicionamentos de Machado e Carlos Sant’Anna, respectivamente. Já o “*Diário de Notícias*” tem um forte apelo à Doutrina Social Cristã, mas também flerta com outras ideologias como a democracia social.

Os interesses subjetivos e próprios dos editores muitas vezes superam a lógica mercantil da empresa jornalística capitalista. No período analisado (1961-1964), não se pode esquecer que o autoritarismo pairava em território nacional, atingindo os meios de comunicação, incluindo os jornais do interior. Assim, esses veículos também tinham certo receio da perda de patrocínio e de público leitor – fatores que poderiam ameaçar a sobrevivência enquanto empresa ou mesmo a segurança dos profissionais. Por isso, durante a análise formal ou discursiva, percebeu-se que, em períodos de maior movimentação reacionária, havia certa contenção por parte dos editores, embora seus posicionamentos se mantivessem firmes.

Por fim, temos que o jornal do interior é um canal informativo e interpretativo dos acontecimentos, pois entende-se a imprensa do interior como um cenário onde o jornalismo é desenvolvido com características únicas em sua organização e estrutura, influenciadas pela delimitação geográfica e pela realidade que a envolve. Diferenciando-se da grande imprensa, quer seja em termos de alcance ou nas próprias condições de produção, esse tipo de imprensa está focado em narrar aspectos ignorados pela grande mídia devido à sua incapacidade de abrangê-los. Além disso, busca construir significados para os eventos que compõem a história de uma localidade, de uma região e de uma nação (Assis, 2013).

## **5.2 O jornalista do interior**

A figura do jornalista do interior como intelectual orgânico foi amplamente discutida na análise sócio-histórica, ao refletirmos sobre a articulação dos editores do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, com a sociedade ribeirão-pretana. Sendo assim, os jornalistas Antônio Machado Sant’Anna, Antônio Carlos Sant’Anna e Pe. Celso Ibson de Syllos demonstraram que não só atuavam na imprensa, mas tinham ações diretas junto a grupamentos, movimentos sociais e outros grupos importantes da cidade.

Essa reflexão nos ajudou a vislumbrar a complexidade do jornalista do interior. Afinal de contas, muito mais do que escrever nos jornais, ele também é visto como um membro ativo,

desencadeador e participante de transformações sociais. Nesse sentido, podemos compreender a função do jornalista como de sistematizador da produção e distribuição da cultura, desempenhando um papel central na transmissão de valores e conhecimentos, mas também como uma atuação prática, seja por meio da política (no caso de Machado e Carlos Sant'Anna), movimentos sociais (Pe. Celso), entre outros.

Mas, assim como o jornal do interior, o jornalista desse contexto também é multifacetado, tendo diferentes características que o cercam. Por essa razão, ao estudar o DM e o DN, é necessário considerar essas questões específicas, que vão orientar a produção das formas simbólicas nos discursos desses representantes da imprensa.

Para ilustrar melhor as nuances que contemplam o jornalista do interior, utilizamos o mesmo princípio imagético dos jornais do interior. Desse modo, temos:

Figura 14 - As diversas características do jornalista do interior



Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Como assinala Luiz Beltrão (2013), o jornalista do interior é, inicialmente, um cidadão daquela cidade. Por esse motivo, a confiança é um ponto importante para os leitores, pois “todo mundo ali conhece o editor do jornal, pois ele vive “entre nós” e a gente sabe mais sobre o que há por trás nas notícias do “nosso” jornal” (Beltrão, 2013, p. 29).



Ora, essa justificativa encaixa-se muito bem no valor-notícia de proximidade, já mencionado anteriormente, que cria um vínculo afetivo entre o público e o jornal do interior, construindo laços que tornam o veículo parte da comunidade. O mesmo ocorre com o jornalista, que é visto como parte daquele local e, portanto, compartilha de interesses similares aos dos leitores.

Isso não faz com que o jornalista do interior deixe de ser o emissor do processo comunicacional, mas ele tem em mãos maior crédito do público. Claro que, em termos científicos, não podemos ser ingênuos e desconsiderar as subjetividades desses jornalistas, que muitas vezes agem em interesse próprio ou mesmo ao lado de grupos sociais específicos. Vide a história da imprensa em Ribeirão Preto, em que os principais veículos impressos eram representantes de famílias burguesas da cidade e, posteriormente, tornaram-se palco para embates de adversários políticos, cada um representando um grupamento específico.

A afirmação acima esbarra em outra característica dos jornalistas do interior: são vistos como figuras públicas. Muitos membros da imprensa interiorana eram também políticos (vereadores, prefeitos, candidatos aos cargos públicos), celebridades regionais e clérigos. Com isso, amplia-se ainda mais a confiança do público-leitor. Vamos partir do caso do “*Diário da Manhã*” e Machado Sant’Anna. O editor do periódico era um membro conhecido do Rotary Club, integrante do movimento municipalista representando Ribeirão Preto em muitos congressos internacionais, além de ser parte ativa da política da cidade. Era de se esperar que muitos cidadãos o considerassem um “modelo” a ser seguido e, portanto, confiassem em seus discursos publicados no jornal.

A questão do afeto que os leitores criam pelo jornalista do interior contribui para que ele ganhe maior ênfase como formador da opinião pública, afinal de contas, já que os leitores confiam nele, é comum que se deem credibilidade para suas falas. Considerando os jornalistas como os profissionais encarregados de produzir notícias e elaborar discursos, as estratégias narrativas desempenham um papel fundamental ao revelar a maneira como ocorre a contextualização dos fatos, contribuindo para as opiniões que são expressas na sociedade.

Daí expressa-se a questão da autoridade do jornalista do interior, como parte da mensagem jornalística. Isso porque o discurso jornalístico deve apresentar evidências relacionadas à sua autoridade e propósitos, fornecendo um direcionamento para que os leitores possam formar avaliações sobre as reportagens. A credibilidade percebida emerge de uma contínua e profunda troca de significados entre o jornalismo e sua audiência. Para o jornalista do interior, ser crível vai além do discurso, mas também é o reconhecimento do profissional enquanto integrante daquela comunidade a ator social da cidade.

Assim, desenvolve-se uma interação entre o jornalista do interior e a audiência, baseada nesse “compromisso moral” que ele tem com o município e os fenômenos sociais noticiados. Isso ocorre à medida que, com sua autoridade reconhecida e argumentação verossímil, ganha a confiança do público ao qual se comunica – tanto em sua atuação na imprensa, quanto fora dela.

Outro ponto importante é a figura do jornalista do interior como editor de uma empresa jornalística, dentro dos moldes capitalistas. Especificamente nos anos de 1960, em nosso recorte temporal, houve um crescimento na profissionalização dos jornalistas no Brasil, fato que exigiu a atribuição de papéis aos membros da imprensa, sendo separados em redatores, editor-chefe, correspondentes, comentaristas, entre outros.

Embora o “*Diário da Manhã*” fosse mantido por uma família, tendo um planejamento sucessório centrado nos Sant’Anna, ainda assim se nota certa diferenciação nas atribuições de cada um dos membros. Já no caso do “*Diário de Notícias*”, de início, o periódico seguia as segmentações propostas pela própria Arquidiocese, nomeando editor o próprio arcebispo. Porém, em 1960, via-se a incorporação de leigos como jornalistas (ou seja, não somente padres e clérigos escreviam no jornal), bem como o uso de *releases* de assessoria de imprensa e a consolidação de um quadro de padres-jornalistas responsáveis somente pelo jornal.

Por fim, no caso específico do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, percebeu-se uma posição questionadora e, muitas vezes, de resistência dos jornalistas desses veículos, indo na contramão de jornais da grande imprensa, especialmente no embate contra o autoritarismo latente. Isso demonstra que houve pontos inflamados contra o golpe civil-militar e a ascensão autoritária em cidades fora da capital, indicando posicionamentos divergentes do pensamento hegemônico e, até mesmo, combatendo preconceitos do senso comum, que consideram o interior como “atrasados” ou “despolitizados”.

Claro que, essa dita resistência, não é unanimidade na imprensa do interior, ainda mais com a grande diversidade de periódicos existentes no território brasileiro. Até mesmo em Ribeirão Preto, o veículo “*A Cidade*”, de maior circulação na região, teve uma posição distinta do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, mas a existência de jornais contra-hegemônicos revela multiplicidade de opiniões e, inclusive, discursos que não se limitavam ao binômio esquerda x direita, tão promulgado nos anos de 1960.

### **5.3 O posicionamento do “*Diário da Manhã*”**

Sendo o segundo jornal de maior circulação em Ribeirão Preto nos anos de 1960, o “*Diário da Manhã*” teve grande importância na configuração da opinião pública da cidade. Mantido pela família Sant’Anna, com destaque para Machado (pai) e Carlos Sant’Anna (filho),

editor e redator-chefe, respectivamente, o periódico era visto como um jornal moderno, alinhado com as pautas nacionais, mas sem esquecer dos interesses da região, privilegiando os acontecimentos do município pelo valor-notícia de proximidade.

Na análise sócio-histórica, percebemos que a trajetória do “*Diário da Manhã*”, desde sua criação até os anos de reinado da família Sant’Anna, esteve alinhada com um objetivo central: a preservação do poder de membros da classe dominante e dirigente. Tanto que, no seu nascimento, representando os interesses de Francisco Schmidt, a intenção era estabelecer, além do domínio sobre os aparatos coercitivos estatais, gradual e progressivamente, controle sobre diversos aparatos presentes na sociedade civil, como a imprensa. Na era dos Sant’Anna, a partir dos anos de 1950, isso não foi diferente, uma vez que Machado Sant’Anna era notório na política da cidade e, fora o jornal, também manteve laços com instituições filantrópicas, elevadas à condição de instituições que asseguram o consenso do *status quo* – assim, aparato como a imprensa e os grupos filantrópicos são considerados mecanismos que sustentam a “ordem” sobre as classes subalternas, e com eles, Machado Sant’Anna manteve frequentes interações (Carvalho, 2022, p. 47).

Já no caso de Carlos Sant’Anna, as condições não são muito diferentes, embora o redator-chefe tenha se afastado dos passos de seu pai, tendo um posicionamento em prol de transformações da sociedade, através dos movimentos sociais. Claro que, de modo singelo, mantendo alguns discursos hegemônicos e se diferenciando de classes subalternas (algo percebido na análise formal ou discursiva, quando o jornalista se colocava em posição diferente de outros segmentos sociais, como o proletariado).

Porém, algo aproximava pai e filho: o uso dos recursos disponíveis do “*Diário da Manhã*”, com o intuito de ganhar visibilidade e impulsionar seus objetivos pessoais, como em campanhas eleitorais e em prol de outras associações das quais participavam. Machado Sant’Anna, por exemplo, sendo notório em sua defesa do movimento municipalista, enquanto Carlos Sant’Anna também tinha seus interesses, como na sua candidatura à prefeito de Ribeirão Preto, no ano de 1963.

Os Sant’Anna procuravam criar, aos olhos de seus leitores, uma representação jornalística que fosse ao mesmo tempo idealizada, com ares de imparcialidade e em prol dos interesses do povo, e desvinculada das complexas relações de poder e dos interesses econômicos, políticos, sociais e ideológicos das classes dominantes. Por isso, há um reforço nos editoriais de que o “*Diário da Manhã*” seria um órgão que transparece a “verdade”, isto é, a imparcialidade jornalística. No entanto, é uma posição um tanto quanto contraditória, pois havia discursos em

que eles se colocavam como porta-vozes dos desígnios hegemônicos. Mas, então, teria o DM um posicionamento de resistência ou de convivência aos ideais da época?

Durante a análise formal ou discursiva, notou-se que a maioria das temáticas tratadas por Carlos Sant'Anna tinha relação com a “Política Nacional” (35 incidências) e as “Reformas de Base” (28 incidências). Entre os modos de operação da ideologia, destacam-se o uso da estratégia de Legitimação (26) e Simbolização da Unidade (26). Já em relação a Machado Sant'Anna, a presença maior é relacionada ao tema do Nacionalismo (11). Essa abordagem quantitativa nos ajuda a perceber como os jornalistas trabalhavam com os artifícios de construção simbólica para ancorar seus discursos no “*Diário da Manhã*”.

Além disso, percebeu-se que Carlos Sant'Anna tinha um forte apelo em prol da política de João Goulart, em posição antagônica dos reacionários golpistas da época, uma vez que ele defendia fortemente a reforma das estruturas – especialmente, a agrária, diante das condições dos trabalhadores rurais em Ribeirão Preto. Por outro lado, Machado Sant'Anna se ocupava com a defesa dos ideais do municipalismo e do nacionalismo, pregando a independência das cidades. Porém, em certos aspectos, também defendia a modificação de certas políticas, com ênfase em políticas de assistência social.

Vale lembrar que, como bem pontuou Carvalho (2022, p. 119), as elites locais viam na assistência social um meio eficaz para mitigar, ao menos em determinados setores (como infância, velhice, desemprego, etc.), os impactos adversos da exploração capitalista e, paralelamente, buscavam legitimar sua liderança e seus privilégios, fortalecendo sua posição por meio da promoção de ações filantrópicas. Essa afirmação veste bem os trajes de Machado Sant'Anna, que mantinha em seus editoriais e artigos um discurso mais assistencialista e filantrópico, ao contrário de Carlos Sant'Anna, que era mais incisivo em prol da transformação social a partir das reformas de base.

Portanto, Antônio Carlos Sant'Anna, por meio de sua coluna "Atualidades", expressava seu apoio às reformas de base e fazia comentários elogiosos a João Goulart. Vale dizer que por vários momentos, o redator utilizou a estratégia de tropo para se referir a Jango, em nomes ovacionados, como “Sua Excelência”. Dessa forma, o jornalista expressava admiração pelo então presidente, demonstrando que o Chefe do Executivo tinha um posicionamento alinhado com o que defendia Carlos Sant'Anna e, até mesmo, o próprio “*Diário da Manhã*”.

Carlos Sant'Anna também abordava as reformas em um contexto amplo, incluindo os aspectos político-partidários, agrários, eleitorais e as demais propostas reformistas. Contudo, para o redator-chefe, as condições para realização das reformas resultavam do progresso e da

conscientização de organizações populares e trabalhistas no país, as quais forneceriam fundamentos políticos de apoio para a implementação da política janguista. Por esse motivo, Carlos Sant'Anna empenhou grande esforço de orientação em seus editoriais, a fim de instruir os leitores do jornal de como as reformas de base deveriam se desenvolver.

No entanto, não é bom restringir o posicionamento do “*Diário da Manhã*” de modo simplista, como se Machado Sant'Anna tivesse uma única preocupação, ou mesmo Carlos Sant'Anna defendesse apenas as reformas de base. Durante a análise formal ou discursiva, várias nuances foram destacadas, incluindo um afastamento da ideologia comunista, considerada subversiva na época, com a presença de editoriais (de ambos os jornalistas) com o intuito de explicar que o nacionalismo não tinha relação com o comunismo e que essas ditas aproximações eram falaciosas.

Inclusive, ao abordar as possibilidades e desafios relacionados à implementação da reforma agrária, Antônio Carlos Sant'Anna explorava a tese do anticomunismo, ao exemplificar, em alguns de seus textos, que havia movimentos revolucionários e que não seguiam a legalidade para a concretização da política. Em 1963, o redator-chefe utiliza o caso de Francisco Julião e as Ligas Camponesas, dizendo que embora essa mobilização tivesse chamado a atenção para a questão agrária, o resultado teria sido negativo.

Esses episódios supracitados permitem vislumbrar o comportamento de Carlos Sant'Anna: embora alinhado aos ideais reformistas, ele não queria ser considerado parte do movimento comunista – seja por receio da conjectura da própria época, ou por realmente não concordar com a ideologia. Ainda assim, devido aos preconceitos disseminados na época, o redator-chefe do “*Diário da Manhã*” foi acusado de subversivo e de ter aproximações com a esquerda radical – ou mesmo com o comunismo, que na época, qualquer alusão ao regime já taxava o indivíduo de “agitador”.

Sobre isso, vale a pena mencionar novamente a veiculação do panfleto MAD (Movimento Ativo Democrático pela Religião, pela Democracia e contra o Comunismo), no jornal “*A Cidade*”, no ano de 1964, que taxou veementemente o “*Diário da Manhã*” como “falso nacionalista”. Isso desencadeou uma reação por parte de Carlos Sant'Anna que se sentiu ofendido pela publicação e, desse modo, escreveu respostas incisivas em seus editoriais. Claro que de modo discreto, sem citar nomes dos participantes. Mesmo assim, tal cruzada contra os mudeanos contribuiu para que o redator do DM fosse visto, ainda mais, como subversivo pelos reacionários de Ribeirão Preto.

Como bem explicitou Marino (1998), o MAD não tinha forças para fechar os jornais citados, como o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, mas contribuiu para difundir

preconceitos já existentes na sociedade. Sobre isso, Carvalho (2022) reforça que o manifesto utilizava e disseminava o medo ao comunismo da seguinte maneira: o respaldo ao programa reformista do governo era caracterizado como "subversão" e "baderna". Em resposta a isso, os verdadeiros cidadãos de Ribeirão Preto eram incentivados a se precaver, denunciando e boicotando aqueles rotulados como "vermelhos", especialmente combatendo os periódicos considerados de orientação "esquerdista" (Carvalho, 2022, p. 273) – fato que resultou, como bem vimos, na delação de Carlos Sant’Anna.

Ao mesmo tempo, Machado Sant’Anna mantinha certo afastamento do ocorrido. Tanto que nas principais bibliografias consultadas, não há menções de que o diretor do “*Diário da Manhã*” tenha sido delatado tal qual seu filho, Carlos Sant’Anna. Embora Carvalho (2022, p. 277) traga que o Machado Sant’Anna “manifestou-se a respeito das ações do MAD na cidade. Alcinados de “morcegos”, os madeanos, ao lançarem boletins e solicitarem às empresas o cancelamento dos anúncios nos impressos atacados”, as críticas oriundas de Carlos Sant’Anna foram mais contundentes.

Percebe-se que, de certa forma, Machado Sant’Anna não queria se indispor com os grandes latifundiários de Ribeirão Preto, ou mesmo com políticos que apoiavam o golpe em andamento. Afinal de contas, o diretor de jornalismo fazia e se reconhecia como parte da elite intelectual da cidade e, portanto, havia a necessidade de manter uma reputação favorável junto às classes dominantes. Algo que não era compartilhado por Carlos Sant’Anna, que tinha um posicionamento mais progressista em comparação a seu pai.

Essas considerações demonstram que a posição do “*Diário da Manhã*” correspondia à própria opinião dos jornalistas-chefes e, por conta disso, não havia uma unanimidade. Dessa forma, há posicionamentos de resistência e, ao mesmo tempo, de convivência – e que podiam ser vistos em uma mesma edição do jornal. Essa complexidade esbarra nas próprias características da imprensa do interior, que é um canal de manifestação de seus editores e, por conseguinte, de várias ideologias.

Por essa razão, torna-se inviável taxar o “*Diário da Manhã*” como representante da esquerda ou da direita, pois a complexidade das ideias veiculadas exige que a nossa análise vá para além das dualidades tão disseminadas no senso comum – especialmente, ao tratar do contexto autoritário dos anos de 1960.

#### **5.4 O posicionamento do “Diário de Notícias”**

O “*Diário de Notícias*”, chamado também de “jornal dos padres”, era o porta-voz da Arquidiocese de Ribeirão Preto em 1960. Sob a direção do arcebispo da cidade, Dom Luís do

Amaral Mousinho e, posteriormente, Dom Agnello Rossi, o periódico tinha alinhamento com os princípios católicos, sendo conhecido por veicular os acontecimentos eclesiásticos, mas não apenas isso: assim como os demais jornais do interior, havia a presença de notícias de temáticas internacionais e nacionais, de interesse público.

Por conta disso, o DN não se restringiu à Igreja. Ao contrário disso, era um representante da imprensa convencional capitalista, com a presença de anunciantes, política de assinatura e venda em bancas, ao lado de parcerias com agências de notícias e a manutenção das formas modernas de se fazer jornalismo (*lead*, pirâmide invertida, fotografias, entre outros elementos). Aliás, o jornal possuía um parque gráfico tecnológico, tanto que, em 1963, iniciou-se o projeto “Editorial Comunitária Diário de Notícias”, com a intenção de ampliar ainda mais o potencial do jornal para além dos muros da Arquidiocese.

Esse preâmbulo já fornece uma ideia de algumas características do jornal, que foram percebidas durante a análise formal ou discursiva: embora católico, representante de ideologias da Igreja, o periódico não se isolava das questões políticas e sociais, tendo voz ativa nos acontecimentos nacionais e da cidade. Esse argumento teve força com a liderança de Pe. Celso Ibson de Syllos, editor-chefe do “*Diário de Notícias*” até o ano de 1964, que se alinhou a movimentos sindicais e programas de conscientização social.

Vale dizer que as teses proferidas pelo jornal eram respaldadas pela Encíclicas Papais, principalmente a *Rerum Novarum* e a *Pacem in Terris*, pois ambas tinham apelos sociais e promulgavam os dizeres de uma nova ideologia: a Doutrina Social Cristã. A ênfase do “*Diário de Notícias*” foi propagar esses ideais.

Durante a análise formal ou discursiva, notou-se que a maioria das temáticas tratadas era sobre a temática “Doutrina Social Cristã” (50 incidências), seguido de “Política Nacional” (23) e as “Reformas de Base” (21). Entre os modos de operação da ideologia, destacam-se o uso da estratégia de Legitimação (37), com o emprego de dizeres dos próprios documentos papais, ou mesmo com o reforço de alguns discursos religiosos, para ancorar o que dizia a doutrina da Igreja. Outra estratégia recorrente foi Expurgo do Outro (14), aplicado quando o “*Diário de Notícias*” queria afastar-se do liberalismo e do comunismo, deixando claro que o jornal estava apoiado em uma terceira via ideológica.

É interessante pontuar que, nos anos de 1950, o “*Diário de Notícias*” seguiu uma linha agressiva contra o comunismo (Sant’Anna, 2010). A pregação anticomunista no Brasil tem raízes profundas, que datam desde meados de 1917, com crescimentos significativos durante o Estado Novo, os preâmbulos da Guerra Fria e a eclosão do golpe civil-militar de 1964, pois diversos setores da sociedade, especialmente as classes dominantes, faziam uso de aparatos para

disseminar representações midiáticas, iconográficas e textuais promoviam o medo do “perigo vermelho” (Motta, 2002).

No caso da Igreja Católica, o discurso anticomunista teve impulso porque o comunismo e os demais regimes e ideologias de esquerda, era visto como uma ameaça real dos princípios consolidados no ocidente, incluindo a corrente religiosa. Sendo assim, a Arquidiocese de Ribeirão Preto seguiu os mesmos passos, com propagandas que infundiam o medo da ideologia comunista, como algo que deveria ser combatido por todos – incluindo, os leitores do diário e seguidores do catolicismo.

Entretanto, percebe-se uma virada de posicionamento em 1960. Não que o “*Diário de Notícias*” tivesse abandonado por completo os receios do “perigo vermelho”, porém, houve uma concentração maior em textos que evidenciavam as mazelas do capitalismo liberal, com a exploração exacerbada dos trabalhadores. Pela estratégia de “expurgo do outro”, o jornal representava os liberais como inimigos da transformação social e, por conseguinte, dos próprios fundamentos das encíclicas papais.

Isso demonstra que o “*Diário de Notícias*” mudou a sua orientação para o confronto explícito ao comunismo, como era percebido em 1950, para ceder lugar para a abordagem pastoral da *Rerum Novarum* e *Pacem in Terris*, corroborando os esforços de João XXIII para incentivar a participação dos cristãos em movimentos sociais. Por isso, a Doutrina Social Cristã ganhou destaque nos editoriais do jornal, como uma proposta de conscientização da sociedade, para ir além do capitalismo liberal, mas também não englobar o comunismo.

No entanto, é preciso compreender o porquê o “*Diário de Notícias*” foi fortemente acusado pelos golpistas e delatores de 1960. Apesar de deixar claro que o seu posicionamento não era favorável aos regimes de esquerda, mas sim à Doutrina Social da Igreja, tanto o pensamento inspirado por João XXIII quanto à ideologia marxista propunha uma transformação nas estruturas, advinda dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Além do mais, a crítica do jornal ao capitalismo fez com que muitos membros das classes hegemônicas de Ribeirão Preto enxergassem o periódico como um “inimigo” do capital e dos empresários da época – portanto, taxavam o DN como aliado às ações comunistas e como uma ameaça. Ademias, Pe. Celso, o diretor da folha, também foi considerado “agitadores comunista”.

Os delatores ribeirão-pretanos tiveram ainda mais argumentos para preconizar contra o “*Diário de Notícias*” a partir das ações da Frente Agrária Paulista. Com esse movimento, para além dos discursos textuais, Pe. Celso também mantinha uma ação prática, encorajando os trabalhadores rurais à formação de sindicatos, além da alfabetização pelo método Paulo Freire –



ambas iniciativas condenadas pelo autoritarismo de 1960. Nesse sentido, o DN passou a ser visto como parta da “esquerda católica” da época.

Vale dizer que a chamada "esquerda católica" no Brasil se refere a um movimento dentro da Igreja, iniciado em 1960 com as consequentes transformações na América Latina, que adotou posições e práticas alinhadas com ideias progressistas – entre esses pensamentos, estava a Doutrina Social Cristã. Os membros da esquerda católica buscavam se engajar em questões sociais e políticas, muitas vezes alinhando-se com movimentos sociais, sindicatos e organizações populares que lutavam por justiça social, direitos humanos e igualdade. Inspirados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e as encíclicas de João XXIII, que promoveu uma abertura da Igreja ao diálogo com o mundo moderno, esses católicos buscavam uma maior participação nas questões sociais e políticas contemporâneas.

Apesar disso, a atuação da Igreja no Brasil não foi homogênea, visto que diferentes indivíduos e grupos católicos tinham abordagens diversas. No próprio “*Diário de Notícias*” houve uma cisão em 1964, quando D. Agnelo Rossi parabenizou as forças golpistas militares, além de promover a ruptura da Arquidiocese com o jornal, com a criação da “Editorial Comunitária Diário de Notícias S/A”, que visava a independência da folha.

Com o golpe civil-militar e a subsequente detenção do Pe. Celso, a liderança do jornal passou para as mãos de Dom Agnelo Rossi e Pe. Angélico Sândalo Bernardino, e a Editorial Comunitária teve seu percurso interrompido – ou seja, o periódico voltou a ser um representante da Arquidiocese. Nesse momento, o jornal reafirma seu papel como defensor dos princípios religiosos, priorizando a busca pela verdade e justiça, mas que não mantinha um alinhamento nem à direita nem à esquerda, pois sua orientação está voltada para Deus.

Por fim, pontua-se o próprio *slogan* do “*Diário de Notícias*”, que por si só já fazia uma alusão às defesas do jornal. A passagem "A César o que é de César e a Deus o que é de Deus", registrada no cabeçalho do periódico, é uma frase proferida por Jesus Cristo, registrada nos Evangelhos sinóticos (Mateus 22:21, Marcos 12:17 e Lucas 20:25). Essa declaração ocorreu em resposta a uma questão armadilhada feita por fariseus e herodianos, que queriam testar Jesus sobre a questão de pagar impostos a César, o imperador romano.

A resposta de Jesus sugere uma distinção entre as responsabilidades para com Deus e para com as autoridades civis. Ele está indicando que os assuntos terrenos, como o pagamento de impostos e a obediência às autoridades governamentais, devem ser atendidos, mas sem negligenciar as obrigações religiosas e morais diante de Deus.

A interpretação da passagem pode variar, mas entende-se que Jesus estava ensinando a ideia de cooperação com as autoridades seculares em questões seculares, enquanto mantêm a

dedicação e adoração a Deus em um nível mais espiritual e moral. Desse modo, havia a necessidade de intervir nos aspectos mundanos, quando estes usurpavam a moralidade religiosa, resultando em mazelas e injustiças sociais.

Por isso, “ao dar a Deus o que é de Deus”, os cristãos são chamados a buscar a justiça social, lutar contra a opressão e agir em favor dos marginalizados. Isso implica que a fidelidade a Deus envolve não apenas a prática religiosa, mas também o comprometimento com a promoção da justiça e do bem comum na sociedade – algo que foi amplamente defendido pelo “*Diário de Notícias*” e a Doutrina Social Cristã.

### 5.5 A articulação dos jornais do interior com a grande imprensa

Compreender o posicionamento de dois jornais do interior no contexto do golpe civil-militar é uma maneira de complementar a história brasileira, a partir dos vieses ideológicos compartilhados em periódicos representativos em um determinado contexto. No entanto, é inevitável fazer comparações com folhas da grande imprensa, que já foram amplamente estudadas, como “*O Estado de S. Paulo*”, “*Folha de S. Paulo*”, “*O Globo*”, entre tantos outros diários conhecidos pela sua postura nos anos de 1960.

No caso do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, é bastante notória a relação que os jornais estabeleciam com periódicos da capital, especialmente o “*O Estado de S. Paulo*”, sendo até alvo de críticas severas por parte do DN. Entende-se a importância dessa articulação entre a imprensa do interior e a grande imprensa, não só por uma questão meramente comparativa, mas para termos um vislumbre de que havia outros posicionamentos, para além da capital, que nos ajudam a perceber nuances ideológicas, rompendo a tradicional dicotomia entre esquerda e direita – algo que é defendido amplamente ao longo da presente tese.

Aquino (1999) traz referências acerca do posicionamento do “*O Estado de S. Paulo*” durante o período autoritário de 1960. De acordo com ela, desde a subida de João Goulart à Presidência, o jornal colou-se contra as políticas do então Chefe do Executivo, alegando que ele estaria usurpando o poder, colocando em risco a democracia por ameaçar o chamado “estado de direito”. Essa visão, típica do liberalismo econômico, dialogava com os princípios do *Estado*, que em vários editoriais no período pré-golpe propunha a “intervenção das Forças Armadas para derrubada de um governo democraticamente constituído. Nestes termos, as ideias do jornal OESP aproximavam-se mais do modelo do liberalismo” do que das ideias democráticas (Aquino, 1999, p. 39).

Aquino (1999) também destaca outra postura liberal do “*O Estado de S. Paulo*”: a ideia de que somente os proprietários do capital teriam capacidade racional para lidar com a política.

[...] observa-se que como os não proprietários não têm capacidade de uma ação política racional, não têm também direito à revolução, reservada somente àqueles que têm possibilidade de uma “decisão racional”. Deste modo, encontra-se plenamente justificados os proprietários do OESP na proposição da rebelião armada contra um governo democraticamente instituído, uma vez que acreditam estar defendendo os direitos naturais dos homens contra o abuso do poder do governante; enquanto proprietários, acham-se no direito, pois dotados da capacidade da ação política racional, de propor a revolução (Aquino, 1999, p. 40).

Essa passagem já nos permite entrever o porquê o “*Diário de Notícias*” tecia críticas contra o Estadão: a postura liberalista era vista pelo jornal dos padres como responsável pelas mazelas sociais, portanto, quando um membro da grande imprensa se portava aos moldes do liberalismo econômico, isso serviria de apoio às ditas injustiças preconizadas pelo DN. Ao mesmo tempo, há uma postura de afastamento entre “*O Estado de S. Paulo*” e o “*Diário da Manhã*”, uma vez que este último tinha enlaces com João Goulart.

O tom alarmista dos editoriais do Estadão contra as reformas de base, bem como a aversão aos demais posicionamentos que prejudicariam o direito à propriedade privada, como é o caso dos preceitos difundidos pela Doutrina Social Cristã, fez com que o “*Diário de Notícias*” empenhasse uma cruzada contra o representante da grande imprensa – algo que não foi feito pelo outro jornal do interior analisado, o “*Diário da Manhã*”. Isso demonstra que o diretor do DN tinha coragem para falar abertamente e tecer críticas a um dos periódicos de maior renome de todo o Brasil, compreendendo que, independentemente do tamanho da empresa jornalística, a força dos discursos simbólicos reverberava nos leitores de abrangência local. De certa maneira, pode ser até uma forma de conscientizar o público do “*Diário de Notícias*”, pois parte dele também consumia as páginas do *Estadão*.

Vale mencionar que nem o “*Diário de Notícias*”, nem o “*Diário da Manhã*”, embora mantivessem posicionamentos afastados do liberalismo econômico defendido pelo “*O Estado de S. Paulo*” e outros representantes da grande imprensa, não devem ser considerados como integrantes da chamada “imprensa alternativa”. Aquino (1999) também estudou uma folha pertencente a esse grupo, o “Movimento”.

A imprensa alternativa surgiu com o endurecimento do regime autoritário, com alguns representantes desde 1964, mas ganhou impulso nos “anos de chumbo”, a partir de 1968. A proposta era atuar como uma forma de resistência e contraponto às limitações à liberdade de expressão impostas pela ditadura, sendo composta por periódicos, revistas, jornais e outros meios de comunicação que se posicionavam contra a censura oficial e buscavam transmitir informações e análises críticas sobre os acontecimentos políticos e sociais da época.

Os veículos de imprensa alternativa eram independentes e frequentemente associados a movimentos sociais, intelectuais, artistas e ativistas que se opunham ao autoritarismo. Eles buscavam oferecer uma visão diferente daquela apresentada pelos meios de comunicação controlados pelo governo militar, muitas vezes destacando violações aos direitos humanos, arbitrariedades cometidas pelo regime, e promovendo debates sobre questões políticas e sociais, por isso, funcionavam na ilegalidade.

De acordo com Aquino (1999, p. 122), a imprensa alternativa não se preocupa com a dita imparcialidade, tão defendida pelo jornalismo. Ao contrário, ela assume uma posição em defesa dos interesses de determinados grupos, como sindicatos, partidos, associações, minorias sociais e entidades religiosas, por meio de uma prática jornalística engajada, sem separação entre informação e opinião (Aquino, 1999). Ora, mas então, por que os jornais do interior não seriam classificados como membros da imprensa alternativa?

Caímos na classificação dos jornais do interior feita anteriormente, pois apesar de amplificarem as opiniões de seus diretores e no caso do “*Diário de Notícias*”, evidenciar as ações da Frente Agrária Paulista, os periódicos analisados não se limitavam a isso, mas traziam consigo a defesa da “verdade” jornalística. Por esse motivo, mantinham a separação entre opinião e informação, ao passo que também eram mantidos pelas rodas do capitalismo, sobrevivendo de anúncios, assinantes e lógicas de produção noticiosa.

Portanto, em uma articulação ímpar com os jornais da capital, a imprensa do interior não pode ser considerada um “eco” da grande imprensa, como se repetisse os mesmos padrões dos grandes veículos, nem mesmo parte dos volantes alternativos. Ainda assim, com posturas diferenciadas, o “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*” tinham ciência da sua atuação junto à opinião pública no contexto de Ribeirão Preto e região, por isso, engajavam seus discursos em prol da conscientização e na defesa de seus próprios ideais.

Inclusive, por meio dos posicionamentos destacados nos editoriais do “*Diário da Manhã*” e do “*Diário de Notícias*”, é possível escrutinar algumas das principais características das sociedades política e civil ribeirão-pretanas, em uma época de cisões ideológicas e a forte presença de um pensamento autoritário. Assim, podemos refletir sobre a permanência e persistência de algumas ideologias no Brasil até os tempos atuais, mesmo que em um recorte localizado.

## **5.6 Os modos de operação da ideologia em posicionamentos de resistência**

A preferência pelo referencial teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade foi amplamente discutida no segundo capítulo, já que a proposta de Thompson (1998) traz a complexidade de produção e reprodução das formas simbólicas, em contextos sócio-históricos

específicos – algo que atende a presente tese. No entanto, ao tratar dos modos de operação da ideologia, percebe-se que as estratégias típicas de construção simbólica servem para manter e sustentar relações de poder (Thompson, 1998), mas como seria observá-las em situações de subversão do pensamento hegemônico?

Thompson (1998, p. 89) nos dá a resposta, dizendo que:

[...] estratégias particulares de construção simbólica ou tipos particulares de formas simbólicas não são ideológicos em si mesmos: se o sentido gerado pelas estratégias simbólicas ou difundidos pelas formas simbólicas serve para estabelecer ou sustentar relações de dominação, é uma questão que deve ser respondida somente pelo exame dos contextos específicos dentro dos quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas, somente através do exame dos mecanismos específicos através dos quais elas são transmitidas dos produtores para os receptores, e somente através do exame do sentido que essas formas simbólicas possuem para os sujeitos que as produzem e as recebem. [...] Mas, se as formas simbólicas assim produzidas servem para sustentar relações de dominação ou para subvertê-las, se servem para promover indivíduos e grupos poderosos ou para miná-los, é uma questão que só pode ser resolvida examinando como essas formas simbólicas operam em circunstância sócio-históricas particulares, como elas são usadas e entendidas pelas pessoas que as produzem e recebem nos contextos socialmente estruturados da vida cotidiana.

Desse modo, a análise formal ou discursiva por si só não seria capaz de conceber as intencionalidades das formas simbólicas manifestadas nos editoriais do “Diário da Manhã” e do “*Diário de Notícias*”, mas sim, a interpretação do que se pretende dizer nos discursos deve ser vista à luz de um contexto particular – daí a necessidade de uma análise sócio-histórica prévia. Inclusive, segundo a perspectiva de Thompson (1998), a partir desse viés pode-se verificar se, de fato, as formas simbólicas serviram para sustentar relações de dominação, ou ao contrário, comportaram-se como estratégias de resistência.

Contudo, Thompson (1998, p. 90) traz uma objeção de seus próprios argumentos: segundo ele, “as formas simbólicas são ideológicas somente enquanto servem para estabelecer e sustentar relações sistematicamente assimétricas de poder; e é essa atividade, a serviço das pessoas e grupos dominantes, que tanto delimita o fenômeno da ideologia”. Ora, então como compreender a aplicação dos modos de operação da ideologia como formas de resistência, como visto no “*Diário da Manhã*” e no “*Diário de Notícias*”?

Essa possível ambiguidade do pensamento thompsonianos é respondida pela própria análise formal ou discursiva de ambos os jornais. Não se trata somente de uma subversão do *status quo*, mas sim, de propor uma alternativa e utilizar dos próprios artifícios do pensamento hegemônico para contestá-lo:

A própria existência da ideologia pode provocar sua contradição: as pessoas, ao invés de aceitar passivamente as formas ideológicas e as relações de dominação por elas

sustentadas, podem contestar ou denunciar essas formas e relações, podem ridicularizá-las ou satirizá-las, podem procurar esvaziar qualquer força que as expressões ideológicas possam ter em circunstâncias particulares (Thompson, 1998, p. 91).

É o que se vê em muitos editoriais analisados: o “*Diário da Manhã*”, com o uso frequente da “simbolização da unidade” para inflamar o público-leitor em torno do nacionalismo e da efetivação das reformas de base; e o “*Diário de Notícias*”, com o emprego constante da “legitimação” e do “expurgo do outro” para defender a ideologia da Igreja, a Doutrina Social Cristã. Esses modos de operação analisados à luz de uma época do autoritarismo latente, nos oferece as ferramentas necessárias para perceber que os produtores do sentido, isto é, os jornalistas, tinham ciência da hegemonia do período e dessa forma, utilizavam dos mesmos artifícios que sustentam as relações assimétricas de poder, como métodos contestatórios.

Aliás, aqui nos afastamos um pouco do conceito de ideologia marxista defendido por Thompson (1998), para empregar uma abordagem mais ampla, compreendendo que diferentes grupos sociais podem ter distintas ideologias. Isso não significa que adotamos uma concepção neutra, como se determinadas manifestações ideológicas não fossem ilusórias; a intenção é compreender que as diversas ideologias, mesmo aquelas que objetivam a oposição ao pensamento hegemônico, são capazes de empregar estratégias de operação ideológica para justificarem seus argumentos.

Com base na análise formal ou discursiva e nos apontamentos de Thompson (1998), entende-se que uma forma simbólica será considerada ideológica quando, em um contexto sócio-histórico específico, contribuir para estabelecer e manter relações de dominação. Por outro lado, ela será caracterizada como contestatória ou crítica da ideologia quando contribuir para minar essas relações, ou seja, vista como parte de uma “resistência” à hegemonia.

De fato, um dos ganhos da presente tese é demonstrar que, como descreve Thompson (1998), ao observar os modos de operação da ideologia, é possível ter *insights* sobre como o significado e o sentido podem ser mobilizados no contexto social, bem como as formas simbólicas podem ser aplicadas ou para sustentar relações de dominação ou miná-las. É nessa mobilização de sentidos que se abre caminho para a reinterpretação, pois para Thompson (1998), o processo interpretativo é um movimento criativo, ou seja, não é apenas um ato passivo de extrair significados preexistentes, mas sim um engajamento ativo que envolve a síntese e a construção criativa de possíveis significados.

Por isso, entender que os modos de operação da ideologia foram empregados como artifícios de resistência por parte do “*Diário da Manhã*” e o “*Diário de Notícias*”, em um contexto

de autoritarismo, é realizar uma reinterpretação que vá além da repetição mecânica de ideias já estabelecidas, mas busca criar novas compreensões e perspectivas do fenômeno.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de um estudo amplo sobre a imprensa de Ribeirão Preto é algo que está em constante andamento, seja pelas mãos de pesquisadores experientes, que empreendem pesquisas em determinadas épocas ou mesmo por estudantes universitários da cidade, que se engajam em monografias descritivas para melhor compreensão do fazer jornalístico e midiático da urbe. Tal premissa pode ser constatada por meio do levantamento bibliográfico da presente tese, com a incorporação de novos artigos, dissertações e teses realizadas nos últimos anos. Ora, em um comparativo com a década passada, houve muito avanço nesta parte – o que rendeu reflexões mais complexas e aprofundadas.

Ainda assim, empenhar um estudo de longa duração como este, visto que ele está acompanhado da monografia *“A atuação do “Diário da Manhã”: Ribeirão Preto – 1961-1967”* e a dissertação de mestrado *“A voz da Igreja no “Diário de Notícias”: Ribeirão Preto -1961-1967”*, é algo que demanda fôlego e dedicação, ao passo que deve-se amadurecer não somente o referencial bibliográfico em contínua atualização, mas também a própria capacidade reflexiva da pesquisa, com refinamento dos métodos, dos procedimentos de análise, das inferências e, é claro, das interpretações da pesquisadora.

No percurso da tese, embora não tenhamos explorado toda a trajetória do *“Diário da Manhã”* e do *“Diário de Notícias”*, a escolha do recorte temporal nos permitiu encontrar nuances de posicionamentos das empresas jornalísticas e seus responsáveis, demonstrando a mobilidade da ideologia nas mídias – incluindo os periódicos do interior. Justamente por conta dessa mobilização de sentido, interpretar posições editoriais é algo persistente e em constante evolução, sujeita a perspectivas diversas e influenciada pela atividade cognitiva do pesquisador, que tanto simboliza quanto interpreta o objeto em questão, dando-lhe significados particulares.

Por essa razão, esta tese não é um ponto final, mas uma porta de entrada para inspirar outros estudos ao longo do tema, contribuindo para ampliar as compreensões acerca do jornalismo do interior paulista, que é tão rico quanto o praticado nas grandes capitais. Desse modo, é possível diversificar cada vez mais a História da Imprensa no Brasil, além de fornecer subsídios para ampliar a educação acerca das mídias, suas representações, posicionamentos e lutas em diferentes contextos históricos. O resultado é a contestação de visões originárias do senso comum, que muitas vezes são atravessadas por visões distorcidas e pré-concebidas da realidade,

que acabam forjando pensamentos que fortalecem a perpetuação de determinadas ideias não condizentes com a realidade.

Inclusive, tratando dessa temática, as tensões políticas dos últimos anos mostraram que a persistência de discursos nostálgicos e de admiradores do autoritarismo brasileiro, observada em setores não somente militares, mas também civis da sociedade brasileira. De acordo com Napolitano (2014), muito disso se deve à forma como a política de memória foi conduzida no Brasil, ao estatuto da verdade e ao valor atribuído aos relatos das vítimas da ditadura. Além do mais, a transição do poder para os civis em 1985 fez parte de um longo processo negociado e tutelado pelos militares, sem que houvesse punições significativas para seus representantes, que, em nome do Estado Brasileiro, perseguiram, torturaram e tiraram vidas. Essa escolha, embora tenha suavizado a transição para a democracia, resultou na impunidade e impôs às novas gerações "uma narrativa hegemônica atenuante que neutraliza as vozes que exigem justiça" (Napolitano, 2014, p. 323).

Daí a importância de trazer recortes temporais que tratam de períodos de autoritarismo e das diferentes manifestações da ideologia, como forma de contribuir com a função social da pesquisa. Afinal de contas, pode-se refletir sobre as marcas deixadas pelos diferentes tipos de violência que atuaram no país, bem como é uma maneira de auxiliar na compreensão dos desafios que a nossa sociedade enfrenta ao lidar com a democracia, com a perpetuação do pensamento autoritário no Brasil.

Neste contexto, consideramos que dismantelar perspectivas que encaram o golpe civil-militar como uma intervenção "salvadora" e a ditadura militar como um período de progresso é um desafio significativo, porém que pode ter resultados significativos com a ampliação de pesquisas científicas acerca do tema, pela conscientização da existência de perspectivas múltiplas da ideologia, quebrando a dicotomia entre esquerda x direita e, finalmente, da importância do papel dos jornais e do jornalismo para a promoção de uma sociedade democrática. Ademais, a presente tese reiterou a presença de ideologias divergentes do pensamento hegemônico, de caráter resistivo, que criticavam as injustiças sociais, o cerceamento de liberdades e a transformação social pela luta de classes.

Especificamente sobre os objetos de estudo selecionados, o "*Diário da Manhã*" e o "*Diário de Notícias*", apesar de ambos terem uma visão crítica do golpe civil-militar de 1964, não há um consenso entre os periódicos. Isso porque o primeiro, defendendo a política reformista de João Goulart, pautava-se no nacionalismo, não pretendendo transformar radicalmente os setores da sociedade. Dessa forma, o jornal esbarrava em uma visão alinhada ao liberalismo econômico, muito por conta de seus diretores, Antônio Machado e Antônio Carlos Sant'Anna,



pertencentes à elite financeira da cidade. Já em relação do “*Diário de Notícias*”, percebe-se um enfoque na Doutrina Social Cristã, com ideais mais alinhados à esquerda católica dos anos 1960, propondo modificações nas estruturas e, até mesmo, sugerindo a intervenção da Igreja nos assuntos político-econômicos do país, a fim de amenizar os problemas sociais. Destaca-se a ação do Pe. Celso Ibson de Syllos que, para fortalecer essa narrativa de resistência, em busca de uma distensão política, fazia uso de frases, palavras e recursos estilísticos que ovacionava a doutrina das Encíclicas Papais.

Ao refletirmos sobre as práticas sociais dos agentes inseridos na imprensa, bem como a próprio jornalismo do interior, à luz de como a formação de ideologias autoritárias atuam para controlar esse setor social, almejamos ter colaborado para a expansão da compreensão das diferentes manifestações de sentido e dos posicionamentos que se fizeram presente no período que antecedeu o golpe civil-militar de 1964.

Simultaneamente, a análise dos modos de operação da ideologia identificadas nos jornais nos possibilita uma reflexão sobre a mobilização dos sentidos como reforço simbólico discursivo, especialmente à luz da historiografia sobre Imprensa e Ditadura Militar. Isso contribui para o debate acerca das multiperspectivas existentes, quebrando o ciclo vicioso de jornais “da esquerda” ou “da direita”, mas abrindo um leque de possibilidades para enxergar as diferentes ideologias presentes nos jornais do Brasil, isto é, desnaturalizando uma leitura dicotômica.

Além do mais, a própria fuga do eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, como capitais preferencialmente analisadas quando se trata de períodos históricos marcantes, traz uma nova proposta interpretativa, evidenciando que o Brasil é um país diverso, múltiplo e plural. Dessa forma, contribui-se para formar uma nova visão da história brasileira, demonstrando que não há uma única visão possível.

Para finalizar, é importante relembrarmos que, estudar períodos autoritários, é algo que contribui para o despertar de memórias, sobretudo como forma de conhecermos as mazelas passadas para não as repetir. Sobre isso, importante trabalho foi realizado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituição criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, como parte do processo de reconciliação nacional e busca por justiça em relação aos crimes cometidos durante o regime militar que ocorreu no país entre 1964 e 1985.

A CNV teve como objetivo investigar violações de direitos humanos ocorridas nesse período, como tortura, desaparecimentos forçados, execuções sumárias e outras formas de violência praticadas pelo Estado brasileiro. Ela foi composta por sete membros, indicados pela Presidência da República, e teve um prazo inicial de dois anos para realizar suas investigações.

Durante seu funcionamento, a CNV realizou audiências públicas, coletou depoimentos de vítimas e testemunhas, analisou documentos oficiais e promoveu a divulgação de suas conclusões e recomendações. Seu relatório final, divulgado em dezembro de 2014, trouxe uma série de revelações sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, contribuindo para a memória histórica do país e para o debate sobre a justiça de transição.

Ao todo, a Comissão Nacional da Verdade publicou oito relatórios, que contribuíram significativamente para a reconstrução memorial do período de autoritarismo militar a partir dos anos de 1964. Tais empreitadas são simbólicas para que países onde a ideologia autoritária prevaleceu por muitos anos, como é o caso do Brasil, sejam capazes de refletir sobre suas constituições históricas, a fim de compreender também como se dá a formação do pensamento hegemônico contemporâneo, bem como a permanência de discursos violentos – sendo uma forma de combatê-los. Dessa maneira, pesquisa científica e políticas públicas se fazem presentes para ampliar ainda mais o rol de discussões em torno de momentos conturbados da história brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, L. C. E.; GERALDO, S. Memória do Jornalismo Impresso de Ribeirão Preto: o início da profissionalização das redações (1965-82). In: XI SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 2006, Ribeirão Preto. **Anais do XI Simpósio de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. [S. L.]: Intercom, 2006. p. 1-11.
- ASSIS, F. Apresentação: Imprensa do interior: conceitos a entender, contextos a desvendar. In: ASSIS, Francisco de (org.). **A imprensa do interior: conceito e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 13-19.
- AQUINO, M. A. de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.
- BANDEIRA, L. A. M. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BELIEIRO JUNIOR, J. C. M.; LIVACIC, G. E. P. Estados Autoritários no América Latina: uma revisão crítica ao conceito de estado burocrático autoritário em Guillermo O'Donnell. **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 261-287, ago. 2017. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2571>. Acesso em: 26 nov. 2021.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- \_\_\_\_\_. O jornalismo interiorano a serviço das comunidades. In: ASSIS, Francisco de (org.). **A imprensa do interior: conceito e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 23-43.
- BINI, D. L. de C.; TAHAN, S. T. Modernização no campo e urbanização na região de Ribeirão Preto (1950-2007). **Dialogus**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 123-132, 2010. Disponível em: [http://www.unimaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2010/pdf/modernizacao\\_campo\\_urbanizacao\\_rp\\_2010.pdf](http://www.unimaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2010/pdf/modernizacao_campo_urbanizacao_rp_2010.pdf). Acesso em: 07 jan. 2022.
- BOTOSSO, M. **A guerrilha ribeirão-pretana: história de uma organização armada revolucionária**. 2001. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em História, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93269>. Acesso em: 18 jan. 2022.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- CAMACHO, I. **Doutrina social da Igreja: abordagem histórica**. Edições Loyola, 1995.
- CAMPONEZ, C. **Jornalismo de Proximidade**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.
- CARNEIRO JÚNIOR, M. **Sociedade e Política em Ribeirão Preto: estratégias de dominação (1960-1964)**. 2002. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2002.

CARVALHO, Y. A. **“Oásis no deserto de homens em um mundo de desiludidos”**: anticomunismo e municipalismo nas trajetórias do jornalista Antônio Machado Sant’anna (1940-1966). 2019. 389 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação “História, Poder e Práticas Sociais”, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Marechal Cândido Rondon, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4422>. Acesso em: 09 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Entre nuvens e trincheiras**: trajetórias do jornalista Antônio Machado Sant’Anna (1940-1966). Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2022.

CORREIA, Pe. F. de A. **História da Arquidiocese de Ribeirão Preto (1908-2008)**. Brodowski: edição do autor, 2008.

DIVO, M. **Orquídeas para Lincoln Gordon**: depoimento sobre o golpe de 64. Ribeirão Preto: Editora Legis Summa Ltda., 1998.

DELLASOPPA, E. E. Reflexões sobre a violência, autoridade e autoritarismo. **Revista USP**, n. 9, p. 79-86, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25550>. Acesso em: 15 set. 2021.

DORNELLES, B. O futuro do jornalismo em cidades do interior. In: ASSIS, Francisco de (org.). **A imprensa do interior**: conceito e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 67-85.

FERNANDES, M. L. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (org.). **A imprensa do interior**: conceito e contextos. Chapecó: Argos, 2013. p. 103-135.

FICO, C. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, imprensa e sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940)**. 2013. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13909>. Acesso em: 26 nov. 2021.

GOMES, V. L. C.; LENA, H. de. A construção autoritária do regime civil-militar no Brasil: Doutrina de Segurança Nacional e Atos Institucionais (1964-1969). **OPSI**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 79-100, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/28996>. Acesso em: 28 out. 2021.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Cárcere**, volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2004. Disponível em: [https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349631\\_Antonio\\_Gramsci\\_\\_\\_Cadernos\\_do\\_carcere\\_\\_\\_vol\\_II.pdf](https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1349631_Antonio_Gramsci___Cadernos_do_carcere___vol_II.pdf). Acesso em: 14 mai. 2022.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUSC, Edição Especial Temática, n. 3, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/24122>. Acesso em: 01 nov. 2021.

IANNI, O. Raízes da antidemocracia na América Latina. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, [S.I.], v. 14, p. 1-22, jun. 1988. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/YxMz4QqfsxsqrJrNDWVTHxp/?lang=pt#>. Acesso em: 03 jan. 2022.

JACOB, C. B. Jornalismo escrito em Ribeirão Preto: empresas familiares e planejamento sucessório. **Matteria Primma**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 121-144, 2008.

JORGE, S. A modernidade e o rádio em Ribeirão Preto/SP (1924-1937). **Em Tempo de Histórias**: Publicação do Programa de Pós-Graduação em História - PPG-HIS/UnB, Brasília, n. 13, p. 41-62, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempo/article/view/20027>. Acesso em: 10 jan. 2022.

KELLNER, D. **A cultura da mídia** – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

KOBORI, N. **A voz da Igreja no “Diário de Notícias”**: Ribeirão Preto - 1961-1967. 2017. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152177>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LENE, H. **Jornais centenários do Brasil**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2019. Disponível em: [http://labcom.ubi.pt/ficheiros/202001071558-201906\\_jornaiscentbrasil\\_hlene.pdf](http://labcom.ubi.pt/ficheiros/202001071558-201906_jornaiscentbrasil_hlene.pdf). Acesso em 01 fev. 2022.

LOPES, D. F.; COELHO SOBRINHO, J.; PROENÇA, J. L. **A evolução do jornalismo em São Paulo**. [S.l.: s.n.], 1996.

MARINO, D. **Orquídeas para Lincoln Gordon**: depoimentos sobre o golpe de 64. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MAUREY, A.; VIEIRA, F. A Hermenêutica da Profundidade: o referencial teórico-metodológico para análise da ideologia. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 7, n. 13, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19175>. Acesso em: 25 out. 2021.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

\_\_\_\_\_. **Jornalismo**: compreensão e reinvenção. São Paulo: Saraiva, 2009.

MELO, M. A. B. C. de. **Municipalismo, nation building e a modernização do Estado no Brasil**. O IBGE na história do municipalismo e sua atuação nos municípios, [S.I.], p. 49, 1993. Disponível em: [http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23\\_07.pdf](http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/23/rbcs23_07.pdf). Acesso em 23 mar. 2022.

MENDONÇA, D. de. O golpe civil-militar de 1961: crítica a uma explicação hegemônica. **Política & Sociedade**, [S.I.], v. 8, n. 14, p. 409-446, 10 jun. 2009. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p409>. Acesso em: 08 dez. 2021.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A opinião da empresa no jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n1p121/29591>. Acesso em 29 out. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NONATO, A. F.; SILVEIRA, M. C. A trajetória do Binômio, um jornal “quase independente”. **Revista Interin**, Curitiba, v. 11, n. 1, p. 1-14, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450764011.pdf>. Acesso em 04 fev. 2023.

PAULINO, C. L. T. **Tempos de resistência**. Ribeirão Preto: Editora Oswaldo Cruz Empreendimentos Ltda., 2012.

PAZIANI, R.R. Outras leituras da cidade: experiências urbanas da população de ribeirão preto durante a primeira república. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 19, p. 175-200, maio 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/S3YThkgZrkfqwBdryBPnwqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2022.

PERUZZO, C. M. K. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 26, n. 43, p. 67-84, 2005. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/8637/6170>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PINHEIRO, A. P. A.; TOMICIOLI, A. R. B. **O preço da luta** – A Igreja Católica como ponto de partida. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social – Jornalismo). UNESP, Bauru: 2000.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, n. 9, p. 45-56, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 15 set. 2021.

REIS, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2000.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

RIBEIRO, J. C. **Jornalismo regional e construção da cidadania**: o caso da folha da região de Araçatuba. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2005. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89429?locale-attribute=pt\\_BR](https://repositorio.unesp.br/handle/11449/89429?locale-attribute=pt_BR). Acesso em: 10 fev. 2022.

RIDENTI, M. S. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M. S. (orgs.). **História do marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

RESENDE, L. G. Intelectuais orgânicos e contra-hegemonia. **Revista Ágora**, Vitória, n. 4, p. 1-17, 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/agora/article/download/1898/1410>. Acesso em: 07 mai. 2022.

ROCHA, P. M.; ZAUITH, G. A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da Belle Époque Paulista. **Interin**, Curitiba, v. 1, n. 11, p. 1-11, 06 fev. 2011. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/178>. Acesso em: 26 nov. 2021.

SANT'ANA, A. M. **Imprensa, Educação e Sociedade no interior paulista: Ribeirão Preto (1948-1959)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). UNESP, Araraquara: 2010.

SANT'ANNA, S. R. M.; KOGA, C. **Jornalista Antônio Machado Sant'Anna: levando a informação de Ribeirão Preto para o mundo (1906 a 1981)**. Ribeirão Preto, 2015.

SILVA, A. P. da.; FREITAS, N. M. B. de. A recepção do anúncio do Concílio do Vaticano II nas dioceses de Ribeirão Preto e Jaboticabal. In: **Cadernos do CEARP**. Brodowski, 2011.

SILVA, L. C. Desafios e caminhos possíveis para uma nova concepção de imprensa do interior. In: ASSIS, Francisco de (org.). **A imprensa do interior: conceito e contextos**. Chapecó: Argos, 2013. p. 87-101.

SILVEIRA, F. M. B.; GOMES, S.; CASTRO, M. **A coragem da inocência de Madre Maurina Borges da Silveira**. Brasília: Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), 2014. Disponível em: [https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/04/livro\\_madre\\_maurina.pdf](https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/04/livro_madre_maurina.pdf). Acesso em: 18 jan. 2022.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Editoria Brasiliense, 1982.

TRIBUNA: **A 'saga' do impresso em Ribeirão**. Ribeirão Preto, 04 nov. 2019. Disponível em: <http://tribunaribeirao.com.br/downloads/especialimpresso1.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

VICENTE, M. M. Comunicação local e cidadania. In: VICENTE, M. M.; ROTHBERG, D. (Orgs.). **Meios de Comunicação e Cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 59-80.

WELCH, C. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em são paulo na véspera do golpe de 1964. **Projeto História**, São Paulo, v. 2, n. 29, p. 363-390, dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9973/7406>. Acesso em: 07 jan. 2022.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva**: um estudo com editoriais de jornal. 2009. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza-CE, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/3602>. Acesso em: 26 nov. 2021.